



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1301

Terça-feira - 13 de Agosto de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Arroio Trinta.....	5
Biguaçu.....	5
Bom Retiro.....	10
Braço do Trombudo.....	11
Brunópolis.....	12
Caçador.....	17
Camboriú.....	24
Campo Alegre.....	46
Campos Novos.....	56
Canoinhas.....	58
Capinzal.....	61
Catanduvas.....	61
Chapadão do Lageado.....	72
Cocal do Sul.....	78
Concórdia.....	78
Cordilheira Alta.....	91
Coronel Freitas.....	92
Correia Pinto.....	94
Corupá.....	94
Curitibanos.....	97
Ermo.....	99
Forquilha.....	99
Fraiburgo.....	100
Garopaba.....	103
Garuva.....	103
Gaspar.....	108
Herval d'Oeste.....	116
Ibiam.....	117
Imbituba.....	120
Ipumirim.....	122
Irineópolis.....	123
Itaiópolis.....	124
Itapiranga.....	124
Itapoá.....	129
Joaçaba.....	130
Lages.....	136
Lauro Muller.....	137
Lebon Regis.....	139
Leoberto Leal.....	139
Luzerna.....	140
Mafrá.....	140
Meleiro.....	151
Navegantes.....	151
Nova Trento.....	152
Novo Horizonte.....	153
Orleans.....	153
Palhoça.....	156
Papanduva.....	196

Peritiba.....	202
Pomerode.....	202
Porto União.....	240
Rio do Sul.....	293
Santa Rosa do Sul.....	301
São Bento do Sul.....	304
São João do Sul.....	308
São José.....	309
São Lourenço do Oeste.....	326
São Pedro de Alcântara.....	330
Schroeder.....	335
Serra Alta.....	352
Timbé do Sul.....	354
Timbó.....	361
Três Barras.....	361
Vargeão.....	361
Vargem Bonita.....	362
Videira.....	364
Vitor Meireles.....	366
Xavantina.....	367

Associações

EGEM.....	368
-----------	-----

Consórcios

CIGA.....	368
CIMVI.....	369
CINCO.....	371

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Lei Nº 2.211/2013

LEI Nº 2.211/2013 - DE 06 DE AGOSTO DE 2013.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER EM DOAÇÃO LEPTOPS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, através do Ministério da Educação - MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada, Diversidade e Inclusão - SECADI, que desenvolve o Programa Inclusão Digital por meio do Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO que visa, entre outras ações, promover a inclusão digital e o uso pedagógico da informática nas escolas do campo. Visando a implementação do programa, o MEC contemplou com 27(vinte e sete) Laptops Educacionais (UCA) POSITIVO MOBO S7, proporcionando melhor qualificação no trabalho escolar, promovendo a inclusão digital e uso pedagógico da informática nas escolas do campo.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do FNDE, sem custo para o município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce-SC, 06 de agosto de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

PREFEITO

Lei Nº 2.212/2013

LEI Nº 2.212/2013 - DE 06 DE AGOSTO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0020.1.005 CONSTRUÇÃO E POÇOS ARTESIANOS
4.4.90.00.01.0000/28 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.1.007 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS PARA SECRETARIA E SEGMENTOS
4.4.90.00.01.0001/39 Aplicações Diretas R\$ 4.639,25

12.361.0025.1.010 CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR
4.4.90.00.01.0001/42 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 15.639,25

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º desta Lei serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0019.1.004 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS
4.4.90.00.01.0000/27 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.1.006 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESCOLAS
4.4.90.00.01.0001/38 Aplicações Diretas R\$ 5.639,25
TOTAL R\$ 15.639,25

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de agosto de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.213/2013

LEI Nº 2.213/2013 - DE 06 DE AGOSTO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional especial no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/1 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado anular parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.057 MANUTENÇÃO DEPTO. PROMOÇÃO SOCIAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/3 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de agosto de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal



Lei N° 2.214/2013

LEI N° 2.214/2013 - DE 06 DE AGOSTO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei n° 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/1 Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
4.4.90.00.0.1.0000.0/2 Aplicações diretas R\$ 4.500,00
TOTAL R\$ 4.500,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de agosto de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Lei N° 2.215/2013

LEI N° 2.215/2013 - DE 06 DE AGOSTO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULAR TOTALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente instituído pela Lei n° 2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional especial no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para pagamento de parte da contratação de empresa especializada para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social do Município de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL -IGD/PETI e OUTROS
3.3.90.00.0.2.0043.0/20Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a anular totalmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.057 MANUTENÇÃO DEPTO. PROMOÇÃO SOCIAL
4.4.90.00.0.6.0043.0/18 Aplicações diretas R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de agosto de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto N° 053/2013

DECRETO N° 053/2013 - DE 06 DE AGOSTO DE 2013

"ANULA TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n° 2.212, de 06 de agosto de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constantes do orçamento municipal vigente:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0020.1.005 CONSTRUÇÃO E POÇOS ARTESIANOS
4.4.90.00.01.0000/28 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.1.007 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS PARA SECRETARIA E SEGMENTOS
4.4.90.00.01.0001/39 Aplicações Diretas R\$ 4.639,25

12.361.0025.1.010 CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR
4.4.90.00.01.0001/42 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 15.639,25

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0019.1.004 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS
4.4.90.00.01.0000/27 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
12.361.0025.1.006 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO
DE ESCOLAS
4.4.90.00.01.0001/38 Aplicações Diretas R\$ 5.639,25
TOTAL R\$ 15.639,25

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de agosto de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto N° 054/2013

DECRETO N° 054/2013 - DE 06 DE AGOSTO DE 2013
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULA PARCIALMENTE
E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No
uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº
2.213, de 06 de agosto de 2013,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº
2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional especial
no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para o Fundo Municipal
de Assistência Social.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste ar-
tigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência
Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de
despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamen-
tária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS-
TÊNCIA SOCIAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/1 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo
1º deste Decreto, fica anulado parcialmente o recurso da seguinte
dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.057 MANUTENÇÃO DEPTO. PROMOÇÃO SOCIAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/3 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
TOTAL R\$ 12.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de agosto de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto N° 055/2013

DECRETO N° 055/2013 - DE 06 DE AGOSTO DE 2013
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA PARCIAL-
MENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFI-
CA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No
uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº
2.214, de 06 de agosto de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº
2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suple-
mentar no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais),
para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo
serão para Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de
despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamen-
tária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS-
TÊNCIA SOCIAL
3.3.90.00.0.1.0000.0/1 Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo
1º deste Decreto, fica anulado parcialmente o recurso da seguinte
dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.056 MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS-
TÊNCIA SOCIAL
4.4.90.00.0.1.0000.0/2 Aplicações diretas R\$ 4.500,00
TOTAL R\$ 4.500,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de agosto de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto N° 056/2013

DECRETO N° 056/2013 - DE 06 DE AGOSTO DE 2013
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, ANULA TOTALMENTE E
TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No
uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº
2.215, de agosto de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº
2.148 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional especial
no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), para o Fundo Municipal
de Assistência Social.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste ar-
tigo serão para pagamento de parte da contratação de empresa
especializada para a elaboração do Plano Municipal de Assistência
Social do Município de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL -IGD/PETI e OUTROS
3.3.90.00.0.2.0043.0/20Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado totalmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.057 MANUTENÇÃO DEPTO. PROMOÇÃO SOCIAL
4.4.90.00.0.6.0043.0/18 Aplicações diretas R\$ 1.000,00
TOTAL R\$ 1.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 06 de agosto de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo - Correios

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

- PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
- TERMO ADITIVO N.º 0005/2013
- CONTRATO MÚLTIPLO N° 9912240702
- OBJETO: CORRESPONDÊNCIAS
- EMPRESA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
- CORREIOS
- ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL.
- VALOR R\$: CONFORME A QUANTIDADE DE POSTAGENS
- PRAZO: 18/08/2013 A 17/08/2014.

ARROIO TRINTA-SC, 22 DE JULHO DE 2013.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Lei N° 3381/2013

LEI N° 3381/2013 DE 08 DE AGOSTO DE 2013
DENOMINA VIA PÚBLICA SERVIDÃO SIDNEI PEREZ DE AMORIM,
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de Servidão Sidnei Perez de Amorim, a via pública que possui extensão de 70 (setenta) metros e inicia-se na primeira à esquerda da Rua Maria Bernadete de Carvalho, via que parte ao lado direito da Rua 13 de Maio, sentido Biguaçu - Três Riachos, com coordenadas 27°28'57.30"S e 48°39'27.12"O. Finaliza em frente à residência do Senhor Israel Carlos Lopes, com coordenadas 27°28'56.01"S e 48°39'26.86"O, bairro Prado, Município de Biguaçu.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3381/2013, de 08/08/2013
Sancionada em 08/08/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
Escriturária

Portaria N° 2445/2013

PORTARIA N° 2445/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), BERNARDO HERINGER RODRIGUES SILVA, ocupante do Cargo efetivo de ADVOGADO - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7739/2013 em anexo no período de 31/07/2013 a 14/08/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2446/2013

PORTARIA N° 2446/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JORED REIS, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE



ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7785/2013 em anexo no período de 29/07/2013 a 02/08/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2447/2013

PORTARIA N° 2447/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SERGIO ROBERTO CAMPOS, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7814/2013 em anexo no período de 01/08/2013 a 29/10/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2448/2013

PORTARIA N° 2448/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELVIS EZEQUIEL VELHO, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL) - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7837/2013 em anexo no período de 03/08/2013 a 17/07/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2449/2013

PORTARIA N° 2449/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GILSON REIS DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo temporário de PEDREIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7762/2013 em anexo no período de 29/07/2013 a 02/08/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2450/2013

PORTARIA N° 2450/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JEAN ANDRE DE MARIA, ocupante do Cargo efetivo de PINTOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7702/2013 em anexo no período de 27/07/2013 a 09/09/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2450/2013

PORTARIA N° 2450/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JEAN ANDRE DE MARIA, ocupante do Cargo efetivo de PINTOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7702/2013 em anexo no período de 27/07/2013 a 09/09/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2451/2013

PORTARIA N° 2451/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EUNICE ESTEFANINI ROCHA MULLER, ocupante do Cargo temporário de AGENTE DE ENDEMIAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7737/2013 em anexo no período de 27/07/2013 a 05/08/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2452/2013

PORTARIA N° 2452/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JANAINA VIEIRA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7677/2013 em anexo no período de 29/07/2013 a 02/08/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2453/2013

PORTARIA N° 2453/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SANDRA REGINA JUPA DALPRA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7834/2013 em anexo no período de 31/07/2013 a 14/08/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2454/2013

PORTARIA N° 2454/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FABIANA DE MORAIS, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7834/2013 em anexo no período de 02/08/2013 a 30/09/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2455/2013

PORTARIA N° 2455/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), TIAGO TELES RIBEIRO, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7604/2013 em anexo no período de 23/07/2013 a 20/09/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2456/2013

PORTARIA N° 2456/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), CLAUDIA NALZITA MELO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSORA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 7850/2013 período de 06/08/2013 a 18/12/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2457/2013

PORTARIA N° 2457/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO KIRCH, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7865/2013 em anexo no período de 05/08/2013 a 03/10/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2458/2013

PORTARIA N° 2458/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), CLAUDIA NALZITA MELO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSORA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 7850/2013 período de 06/08/2013 a 18/12/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2459/2013

PORTARIA N° 2459/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSIMERI FERREIRA DOS REIS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7743/2013 em anexo no período de 30/07/2013 a 13/08/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2460/2013

PORTARIA N° 2460/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VANIA REGINA COMICHOLI MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7693/2013 em anexo no período de 30/07/2013 a 13/08/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2461/2013

PORTARIA N° 2461/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA GORETI MEIER, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7678/2013 em anexo no período de 29/07/2013 a 02/08/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2462/2013

PORTARIA N° 2462/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7732/2013 em anexo no período de 29/07/2013 a 02/08/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2463/2013

PORTARIA N° 2463/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GLADES MENDES DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7775/2013 em anexo no período de 31/07/2013 a 09/08/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2464/2013

PORTARIA N° 2464/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VANIA PEREIRA DAMASIO AZEVEDO, ocupante do Cargo temporário de PROEFSSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7802/2013 em anexo no período de 30/07/2013 a 13/08/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2465/2013

PORTARIA N° 2465/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIANA DE SOUZA, ocupante do Cargo temporário de PROEFSSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, no período de 01/08/2013 a 07/08/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2466/2013

PORTARIA N° 2466/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), NEUZETE LUZ

DE MIRANDA LOURENÇO, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 7798/2013 período de 24/07/2013 a 20/12/2013.

Biguaçu, 08 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2467/2013

PORTARIA N° 2467/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDNA REGINA DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7894/2013 em anexo no período de 06/08/2013 a 04/10/2013.

Biguaçu, 09 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2468/2013

PORTARIA N° 2468/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7876/2013 em anexo no período de 05/08/2013 a 09/08/2013.

Biguaçu, 09 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2469/2013

PORTARIA N° 2469/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PAULO JUAREZ SOUZA DA ROSA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7987/2013 em anexo no período de 05/08/2013 a 03/09/2013.

Biguaçu, 09 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2470/2013

PORTARIA N° 2470/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GRAZIELE BONGIOLO GUSE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7773/2013 em anexo no período de 31/07/2013 a 07/08/2013.

Biguaçu, 09 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2471/2013

PORTARIA N° 2471/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), AMANDA MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7901/2013 em anexo no período de 05/08/2013 a 03/10/2013.

Biguaçu, 09 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2472/2013

PORTARIA N° 2472/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NAIR APARECIDA FRANCO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7934/2013 em anexo no período de 06/08/2013 a 04/09/2013.

Biguaçu, 09 de agosto de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2473/2013

PORTARIA N° 2473/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SILENE COSTA DE MIRANDA, ocupante do Cargo temporário de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções

laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7902/2013 em anexo no período de 06/08/2013 a 20/08/2013.

Biguaçu, 09 de agosto de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2474/2013
PORTARIA N° 2474/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), CLAUDIA DE SOUZA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7899/2013 em anexo no período de 05/08/2013 a 19/08/2013.

Biguaçu, 09 de agosto de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2475/2013
PORTARIA N° 2475/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), CHARLENE ROSA, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7838/2013 em anexo no período de 01/08/2013 a 15/08/2013.

Biguaçu, 09 de agosto de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2476/2013
PORTARIA N° 2476/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), SANDRO ALBERTO ANTUNES, ocupante do Cargo efetivo de BIOQUÍMICO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 7932/2013 em anexo no período de 03/08/2013 a 13/08/2013.

Biguaçu, 09 de agosto de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Bom Retiro

PREFEITURA

85.13 - Dec. Supl.Excesso Arrec. Pmaq- Pab Fixo

Decreto N.º 85/13 12 de Agosto de 2013.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 7º da Lei n.º 2147/12 de 14 de dezembro de 2012;

DECRETA:
Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
10.301.0025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES
3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Recurso 01.64.00.01 (Atenção Básica - Pab Fixo Compensações Espec. Regionais) R\$ 10.000,00
Recurso 01.64.00.05 (PMAQ - Progr. Melh. Acesso Qualidade) R\$ 7.900,00
Sub Total R\$ 17.900,00

Total Geral da Suplementação R\$ 17.900,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o excesso de arrecadação, fonte de Recurso 01.64.00.01 PAB FIXO - Compensação Especialidades Regionais - Receita 17.21.33.00.11 - PAB FIXO - Compensação Especialidades Regionais no valor de R\$ 10.000,00, e fonte de Recurso 01.64.00.05 PMAQ - Programa de melhoria acesso e qualidade - receita: 17.21.33.00.13 - PMAQ - Programa de melhoria acesso e qualidade no valor de R\$ 7.900,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 12 de Agosto de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

772.08.13 - P. Lic. Trat. Saude Ericleia F. Mota

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 772/13 de 12.08.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para consulta médica no dia 09 de agosto de 2013, a funcionária Ericleia Faustino da Mota, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 06, do quadro de Pessoal Efetivo do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de agosto de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

773.08.13 - P. Lic. Trat. Saude Maria V. S. Gerber

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 773/13 de 12.08.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 06 de agosto de 2013, a funcionária Maria Verônica da Silva Gerber, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 3, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de agosto de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

774.08.13 - P. Lic. Trat. Saude Russiele R. Melo

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 774/13 de 12.08.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para consulta médica no dia 09 de agosto de 2013, a funcionária Russiele Rosa Melo, ocupante do cargo de Professor - I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 12 de agosto de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 054/2013

DECRETO Nº 054/2013

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0732/2012 de 04.12.2012, etc...

DECRETA

Art.1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), destinado a suplementar as seguintes dotações do orçamento vigente:

10.01	- Secretaria de Educação	
12.361.0120.2023	- Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.9.0.00.00.00.00.0.30001 (196)	- Aplicações Diretas	R\$ 90.000,00
12.365.0120.2030	- Manutenção do Ensino Infantil	R\$ 70.000,00
3.3.9.0.00.00.00.00.0.3.0001 (197)	- Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
13.392.0130.2038	- Realização de Gincanas Culturais	R\$ 180.000,00
3.3.9.0.00.00.00.00.0.3.0001 (198)	- Aplicações Diretas	
	- Total	

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o Superávit financeiro do exercício de 2012.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 02 de agosto de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Decreto 056/2013

DECRETO Nº 056/2013

Constitui e nomeia os membros do núcleo gestor de planejamento territorial do Município de Braço do Trombudo

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar nº 061/2007, de 11.07.2007, etc

DECRETA:

Art. 1º -Fica constituído o núcleo gestor de planejamento territorial do Município de Braço do Trombudo, para atender as normas e condições da Lei Complementar nº 061/2007, de 11.07.2007, o qual terá a seguinte composição:

I - Representantes do Poder Executivo Estadual, 1 efetivo e 1



suplente:

Efetivo: Elias Cesar Silva

Suplente: Oldemir Gastão

II - Representantes do Poder Público Municipal, 3 efetivos e 3 suplentes:

Efetivo: Marilei Medeiros Domingues de Souza

Suplente: Monica Dalila Sell Dalmarco

Efetivo: Adeny Doerner

Suplente: Carlos Koerich

Efetivo: Fábio Dalmarco

Suplente: Conrado Rinnert Neto

III - Representantes dos movimentos populares, 2 efetivos e 2 suplentes:

Efetivo: Herbert Baade

Suplente: Albertina Vanderlinde Pisetta

Efetivo: Luciane Bertelli Kniss

Suplente: Eulália Muller Utiana

IV - Representantes das Entidades Empresariais, 2 efetivos e 2 suplentes:

Efetivo: Marlus Ivan Nagel

Suplente: Claus Carlos Rinnert

Efetivo: Siret Ristow Teske

Suplente: Jonas Mügge

V - Representantes de Entidades de Trabalhadores e Sindicais, 1 efetivo e 1 suplente:

Efetivo: Egidio Hubner

Suplente: André Roberto Roloff

VI - Representantes de Instituições acadêmicas e de pesquisa, 1 efetivo e 1 suplente:

Efetivo: Loni Arndt de Souza

Suplente: Anneliese Pikart

VII - Representantes das ONG's, 1 efetivo e 1 suplente:

Efetivo: Moisés da Silva

Suplente: Marise Herbs Pianesse

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especificadamente o Decreto nº 029/2013 de 07 de maio de 2013.

Braço do Trombudo, 02 de agosto de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Retificação do Edital N° 15/2013 FMS

Retificação do Edital n. 15/2013 - FMS

Município de Braço do Trombudo Retifica o Processo Administrativo FMS n. 17/2013, Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial FMS n. 15/2013, no Item 1 e 2 da relação de itens da licitação, Onde se lê:

Item 1. Ar condicionado Split - 12.000 quente e frio, instalado.

Leia-se:

Item 1. Ar condicionado Split - 12.000 quente e frio.

Item 2. condicionado Split - 9.000 quente e frio, instalado.

Leia-se:

Item 2. condicionado Split - 9.000 quente e frio.

Braço do Trombudo, em 09 de agosto de 2013.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato 37/2013

EXTRATO DE CONTRATO 37/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, CNPJ 92.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25 município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Auto EliteLtda

CNPJ: 83.270.397/0005-92 com sede a Alameda Aristiliano Ramos, 1471

Centro, Cidade de Rio do Sul.

Objeto: Aquisição de veículo 0 KM destinado ao transporte de pessoal, serviço administrativo (vistoria da seção de atividades técnicas e apoio ao atendimento às ocorrências do Grupamento de Bombeiro Militar de Trombudo Central.

Valor: R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais).

Vigência: 31.09.2013.

Data da assinatura: 08.08.2013

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

Lei Complementar N° 45

LEI COMPLEMENTAR N° 45 DE 8 DE AGOSTO 2013

Altera a Lei Complementar acrescentando uma Vaga para o Cargo de Farmacêutico, uma Vaga para o Cargo de Fisioterapeuta e uma vaga para o Cargo de Psicólogo no Quadro de Pessoal do Município de Brunópolis instituído pela LC nº 020/2006, e altera a LC nº 042/2003, e dá outras providências.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito do Municipal no uso das atribuições de seu cargo, faz saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis-SC, que a Câmara de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º – Fica acrescida Uma Vaga para o cargo de Farmacêutico



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com as mesmas atribuições, carga horária e remuneração do cargo já existente (LC n.020/2006).

Art.2º - Fica acrescida Uma Vaga para o cargo de Psicólogo no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com as mesmas atribuições, carga horária e remuneração do cargo já existente (LC n.020/2006).

Art.3º - Fica acrescida Uma Vaga para o cargo de Fisioterapeuta no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com as mesmas atribuições, carga horária e remuneração do cargo já existente (LC n.020/2006).

Art.4º - Fica desde já autorizado o Município a efetuar a contratação temporária para dar seguimento aos programas federais de atenção básicas a saúde, bem como a equipes do ESF e NASF, caso necessário até a regularização mediante concurso público.

Art.5º - As vagas de psicólogos suprem assim a necessidade do Município de Brunópolis, no que se refere a eventual contratação já efetuada pela municipalidade.

Parágrafo Único: São requisitos para o provimento dos cargos a conclusão de curso superior de Farmácia, Fisioterapeuta e de Psicólogo, e a comprovação de inscrição ativa no Conselho Regional de cada categoria.

Art. 6º- Fica alterado o Artigo 1º da Lei Complementar nº 042 de 24 de abril de 2013, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica criado no quadro de Funcionários do Município, especialmente na Lei Complementar nº 20/2006 e seus anexos, o seguinte cargo de provimento efetivo.

CARGO: NUTRICIONISTA

VAGAS: 01 (uma).

VENCIMENTO: NIVEL 12 LC 20/2006

JORNADA DE TRABALHO:40 horas

Parágrafo Único: São requisitos para o provimento do cargo a conclusão de curso superior de Nutrição, e a comprovação de inscrição ativa no Conselho Regional de Nutricionistas de Santa Catarina.”

Art. 7º -As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente.

Art. 8º – O regime jurídico dos cargos previstos nesta lei será o estatutário, e o regime previdenciário, é o Regime Geral da Previdência Social.

Art. 9º- Com o acréscimo das vagas ora solicitada e a alteração da LC 042/2013 fica alterado o ANEXO I – QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, OCUPADAS E VACÂNCIA, SUBANEXO II GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA, ANEXO II - VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, ANEXO V - DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS - ATIVIDADES ESPECÍFICAS, da Lei Complementar 020/2006, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I – QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, OCUPADAS E VACÂNCIA

NÚMERO DE VAGAS	DENOMINAÇÃO		
EXISTENTE	VACÂNCIA	PROVIDAS	CARGOS
01	00	01	Administrador
01	00	01	Advogado

20	14	06	Agente Administrativo
00	00	00	Agente de Serviços Gerais (cargo em extinção)
02	01	01	Assistente Social
08	06	02	Auxiliar de Enfermagem
20	09	11	Auxiliar de Obras
30	04	18	Auxiliar de Serviços Gerais
01	01	00	Borracheiro
05	05	00	Calceteiro
01	00	01	Carpinteiro
01	01	00	Contador
01	01	00	Controlador Interno
01	01	00	Cozinheiro (a)
01	01	00	Encanador
02	02	02	Enfermeiro
01	01	00	Engenheiro Agrônomo
01	01	00	Engenheiro Civil
02	01	01	Farmacêutico/Bioquímico
01	01	00	Fiscal de Obras
01	00	01	Fiscal de Tributos
01	00	01	Fiscal Sanitário
02	02	00	Fisioterapeuta
01	01	00	Fonoaudiólogo
05	04	01	Gari
01	01	00	Inseminador
01	01	00	Mecânico
01	01	00	Médico
01	00	01	Médico Veterinário
12	09	03	Motorista I (veículos pequenos)
15	04	11	Motorista II (caminhão/ transporte escolar)
02	01	01	Odontólogo
03	03	00	Operador de Máquina I
08	06	02	Operador de Máquina II
03	02	01	Operador de Máquina III
01	00	01	Pedreiro
02	02	00	Psicólogo
01	01	00	Soldador
01	00	01	Técnico Agrícola
01	01	00	Técnico em Agrimensura
15	03	12	Técnico em Apoio Administrativo
01	01	00	Técnico em Contabilidade
05	05	00	Técnico em Enfermagem
01	01	00	Técnico em Serviços de Engenharia
01	01	00	Tecnólogo em Gestão Pública
03	03	00	Telefonista/Recepcionista
01	01	00	Tesoureiro
06	03	03	Vigia
02	00	00	Técnico em Saúde Bucal Acrescido pela Lei Complementar 040 de 03/04/2013.
01	00	00	Nutricionista – Acrescido pela Lei Complementar 042 de 24/04/2013.

SUBANEXO II GRUPO OCUPACIONAL: SERVIÇOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA

DENOMINAÇÃO DO CARGO	CLASSE
Assistente Social	Atividade de nível superior
Auxiliar de Enfermagem	Atividade de nível médio



Enfermeiro	Atividade de nível superior
Farmacêutico/Bioquímico	Atividade de nível superior
Fiscal Sanitário	Atividade de nível médio
Fisioterapeuta	Atividade de nível superior
Fonoaudiólogo	Atividade de nível superior
Médico	Atividade de nível superior
Médico Veterinário	Atividade de nível superior
Nutricionista	Atividade de nível superior
Odontólogo	Atividade de nível superior
Psicólogo	Atividade de nível superior
Técnico em Enfermagem	Atividade de nível médio
Técnico em Saúde Bucal	Atividade de nível médio Acrescido pela Lei Complementar 040 de 03/04/2013.
Nutricionista	Atividade de nível superior

ANEXO II - VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO DOS CARGOS	NÍVEL	VENCIMENTOS INICIAIS R\$
Administrador	12	2.743,33
Advogado	14	3.377,48
Agente Administrativo	5	952,81
Agente de Serviços Gerais	2	702,06
Assistente Social	12	2.743,33
Auxiliar de Enfermagem	6	1.109,54
Auxiliar de Obras	2	702,06
Auxiliar de Serviços Gerais	2	702,06
Borracheiro	5	952,81
Calceteiro	4	777,29
Carpinteiro	8	1.278,78
Contador	12	2.743,33
Controlador Interno	12	2.743,33
Cozinheiro (a)	2	702,06
Encanador	4	777,29
Enfermeiro	13	3.055,28
Engenheiro Agrônomo	12	2.743,33
Engenheiro Civil	12	2.743,33
Farmacêutico/Bioquímico	12	2.743,33
Fiscal de Obras	7	1.184,76
Fiscal de Tributos	11	1.529,51
Fiscal Sanitário	7	1.184,76
Fisioterapeuta	12	2.743,33
Fonoaudiólogo	12	2.743,33
Gari	2	702,06
Inseminador	4	777,29
Mecânico	5	952,81
Médico	12	2.743,33
Médico Veterinário	12	2.743,33
Motorista I (veículos pequenos)	5	952,81
Motorista II (caminhão/ transporte escolar)	6	1.109,54
Nutricionista	12	2.743,33
Odontólogo	15	3.441,42
Operador de Máquina I	5	952,81
Operador de Máquina II	6	1.109,54
Operador de Máquina III	9	1.435,50
Pedreiro	8	1.278,78
Psicólogo	12	2.743,33
Soldador	5	952,81
Técnico Agrícola	09	1.435,50
Técnico em Agrimensura	09	1.435,50
Técnico em Apoio Administrativo	09	1.435,50

Técnico em Contabilidade	11	1.529,51
Técnico em Enfermagem	09	1.435,50
Técnico em Saúde Bucal	09	1.435,50
Técnico em Serviços de Engenharia	09	1.435,50
Tecnólogo em Gestão Pública	12	2.743,33
Telefonista/Recepcionista	3	714,61
Tesoureiro	10	1.441,76
Vigia	3	714,61

ANEXO V - DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Nome Do Cargo	Atividades Específicas
Administrador	Promover medidas administrativas voltadas à gestão da administração pública, controle interno, e outras atividades correlatas.
Advogado	Prestar assessoria jurídica em todas as áreas do Serviço Público, elaborar e revisar contratos, projetos de Lei, e toda documentação oficial do Município, bem como dar pareceres sobre a constitucionalidade dos atos municipais, representar em juízo ou fora dele, e outras atividades correlatas.
Agente Administrativo	Atividade auxiliar, compreendendo as atribuições que se destinam a executar, sob supervisão imediata, trabalhos administrativos de rotina, tais como redigir e digitar documentos oficiais e outras atividades correlatas.
Agente de Serviços Gerais	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade efetuando o serviço de limpeza e conservação, além de trabalhos braçais e outras atividades correlatas determinadas pelos superiores hierárquicos.
Assistente Social	Planeja e executa atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas, e outras atividades correlatas.
Auxiliar de Enfermagem	Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando à prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, e outras atividades correlatas.
Auxiliar de Obras	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade efetuando o serviço de limpeza e conservação, além de trabalhos braçais e outras atividades correlatas determinadas pelos superiores hierárquicos.
Auxiliar de Serviços Gerais	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade efetuando o serviço de limpeza e conservação, além de trabalhos braçais e outras atividades correlatas determinadas pelos superiores hierárquicos.
Borracheiro	Atividade de execução específica de natureza operacional, abrangendo trabalhos de borracharia em geral, e outras atividades correlatas.
Calceteiro	Atividade de execução específica de natureza operacional, abrangendo trabalhos de pavimentação de leitos das estradas, ruas e obras similares em geral, e outras atividades correlatas.
Carpinteiro	Atividade de execução específica de natureza operacional, abrangendo trabalhos de carpintaria em geral, e outras atividades correlatas.

Contador	Atividade de execução qualificada, abrangendo serviços relativos à contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis, e outras atividades correlatas.
Controlador Interno	Organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios. Realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer. Alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer ocorrências.
Cozinheiro	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade efetuando o serviço de zeladoria, limpeza, alimentação, conservação, e outras atividades correlatas determinadas pelos superiores hierárquicos.
Encanador	Atividade de execução específica de natureza operacional, abrangendo trabalhos hidráulicos em geral, e outras atividades correlatas.
Enfermeiro	Compreende ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública, e outras atividades correlatas.
Engenheiro Agrônomo	Corresponde a execução das ações relacionadas à prevenção, erradicação e combate às doenças bem como acompanhamento técnico na área agrícola, e outras atividades correlatas.
Engenheiro Civil	Efetuar atividades de assistência técnica, supervisão, controle e fiscalização de obras e/ou serviços de engenharia da Prefeitura Municipal. Orientar procedimentos em processos de licitação, no que tange a atividades de sua área de competência, elaborar projetos, assim como executar e dirigir obras civis, próprias ou realizada por empreiteiras, relacionadas à construção, ampliação, manutenção e reparos de pontes, estradas, edificações e outras obras públicas ou particulares, estudando características e especificações do projeto, preparando plantas, orçamento de custos, técnicas da execução e outras obras, a fim de assegurar o cumprimento dos padrões de finalidade exigidos além de outras atividades correlatas.
Farmacêutico/Bioquímico	Executar tarefas relacionadas com a composição e fornecimento de medicamentos e outros preparos semelhantes, a análise de toxinas, de substâncias de origem animal e vegetal, de matérias-primas e do produto acabado, valendo-se de técnicas e aparelhos especiais e baseando-se em fórmulas estabelecidas, para atender a receitas médicas, odontológicas e veterinárias, a dispositivos legais, a finalidades industriais e a outros propósitos, além de outras atividades correlatas.
Fiscal de Obras	Fiscalizar obras públicas em todas as suas etapas, bem como obras privadas de acordo com a legislação municipal do Código de Postura e outras, além de atividades correlatas.
Fiscal de Tributos	Atividade relacionada ao cumprimento do Código tributário Municipal e legislação e posturas municipais, inclusive fiscalização, e outras atividades correlatas.

Fiscal Sanitário	Desenvolver atividades definidas na Lei da Vigilância Sanitária e outras atividades correlatas.
Fonoaudiólogo	Realizar estudos e apresentar diagnóstico em pacientes com deficiência auditiva, vocálica, procurando ajustá-los ao meio, e outras atividades correlatas.
Gari	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade efetuando o serviço de zeladoria, limpeza, conservação, e outras atividades correlatas determinadas pelos superiores hierárquicos.
Inseminador	Executar trabalhos próprios de inseminação artificial, e outras atividades correlatas.
Mecânico	Atividade de execução específica, de naturezas operacionais, abrangendo serviços de mecânica geral, nos veículos de qualquer ano, porte e marca de fabricação, pertencentes à Prefeitura Municipal, e outras atividades correlatas.
Médico	Atividade de natureza especializada, de grande complexidade, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes à defesa, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, e outras atividades correlatas.
Médico Veterinário	Compreendem a execução de ações relacionadas à prevenção, erradicação e combate as doenças que afetam a produção pecuária, acompanhar as condições de alimentação, procriação de animais, condições técnico-sanitárias e outras atividades correlatas.
Motorista (veículos pequenos)	Atividade de execução específica, de naturezas operacionais, abrangendo condução, manutenção e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, e outras atividades correlatas.
Motorista II (caminhão/transporte escolar)	Atividade de execução específica, de naturezas operacionais, abrangendo condução, manutenção e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, e outras atividades correlatas.
Nutricionista	Promover avaliação nutricional e do consumo alimentar das crianças; Promover adequação alimentar, considerando necessidades específicas da faixa etária atendida; Promover programas de educação alimentar e nutricional, visando crianças, pais, professores, funcionários e diretoria; Executar atendimento individualizado de pais de alunos, orientando sobre alimentação da criança e da família; Integrar a equipe multidisciplinar de pais e alunos, orientando sobre alimentação da criança e da família; Na alimentação escolar, planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição. Promover o cadastro no Sisvan Web da avaliação nutricional de crianças de 0 a 5 anos e crianças de 5 a 10 anos; Efetuar o controle da anemia ferropriva; Promover o acompanhamento de pacientes acamados; Promover a avaliação e acompanhamento de diabéticos, hipertensos e idosos, dentro dos programas municipais; Promover o acompanhamento de famílias em risco nutricional; Promover programas de educação alimentar e orientação sobre manipulação correta de alimentos; Integrar comissões técnicas de regulamentação e procedimentos relativos a alimentos; Efetuar controle periódico dos trabalhos executados.

Odontólogo	Atividade de natureza especializada, envolvendo atividades odontológicas educativas, preventivas e curativas, além de outras atividades correlatas.
Operador de Máquina I	Atividade qualificada de menor grau de complexidade, de natureza repetitiva, abrangendo operação, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, e outras atividades correlatas.
Operador de Máquina II	Atividade qualificada de médio grau de complexidade, de natureza repetitiva, abrangendo operação, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, e outras atividades correlatas.
Operador de Máquina III	Atividade qualificada de maior grau de complexidade, de natureza repetitiva, abrangendo operação, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, e outras atividades correlatas.
Pedreiro	Atividade de execução específica de natureza operacional, abrangendo trabalhos de construção em geral, e outras atividades correlatas.
Fisioterapeuta	Atendem pacientes e clientes para prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia, e demais atividades relacionadas.
Psicólogo	Realizar estudos e apresentar diagnóstico em pacientes com distúrbios psicológicos, procurando ajustá-los ao meio, bem como assessorar o Setor de Pessoal no processo de avaliação de desempenho dos servidores públicos, com palestras motivacionais, e outras atividades correlatas.
Soldador	Atividade de execução específica de natureza operacional, abrangendo trabalhos de solda em geral, e outras atividades correlatas.
Técnico Agrícola	Desenvolver atividades de assistência técnica junto aos agricultores, dentro da área de sua competência, e outras atividades correlatas.
Técnico em Agrimensura	Atividade referente à execução de levantamentos topográficos, cálculos, nivelamentos e contranivelamento, locação de projetos urbanos e rurais e de obras públicas em geral, execução de demarcação de áreas e outras atividades correlatas.
Técnico em Apoio Administrativo	Atividade auxiliar, compreendendo as atribuições que se destinam a executar, sob supervisão imediata, trabalhos administrativos de rotina, tais como redigir e digitar documentos oficiais e outras atividades correlatas.
Técnico em Contabilidade	Atividade de nível médio, compreendendo a execução de levantamentos, balancetes, balanços (patrimoniais e financeiros), elaborar demonstrativos, prestações de contas, orçamentos, diretrizes orçamentárias, plano plurianual, enfim, todas as atividades da Contabilidade Pública e outras atividades correlatas.
Técnico em Enfermagem	Atividade técnica, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando à prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, e outras atividades correlatas.
Técnico em Serviços de Engenharia	Atividade referente à execução de levantamentos topográficos, cálculos, nivelamentos e contranivelamento, locação de projetos urbanos e rurais e de obras públicas em geral, execução de demarcação de áreas e outras atividades correlatas.

Tecnólogo em Gestão Pública	Promover medidas administrativas voltadas à gestão da administração pública, controle interno, e outras atividades correlatas.
Telefonista/Recepcionista	Atividade de natureza repetitiva, envolvendo orientação e execução qualificada de trabalhos referentes à ligação telefônica, transmissão e recebimento de mensagens e pessoas, e outras atividades correlatas.
Tesoureiro	Atividades e receber e pagar, executar controle de caixa diário, controlar contas bancárias, auxiliar o serviços de contabilidade, e outras atividades correlatas.
Vigia	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de vigilância e outras atividades correlatas.
Técnico em Saúde Bucal	Organizar o agendamento de consultas e fichários de pacientes. 2. Recepcionar e preparar os clientes para atendimentos, instrumentando o cirurgião dentista e manipulando materiais de uso odontológico. 3. Participar de projetos educativos e de orientação de higiene bucal. 4. Colaborar nos levantamentos e estudos epidemiológicos. 5. Demonstrar técnicas de escovação. 6. Fazer a tomada e revelação de radiografias intrabucais. 7. Remover indultos, placas e cálculos supragengivais. 8. Aplicar substâncias para prevenção de cárie. 9. Inserir e condensar materiais restauradores. 10. Polir restaurações e remover suturas. 11. Orientar e supervisionar, sob delegação, os trabalhos de auxiliares. 12. Proceder a limpeza e a assepsia do campo operatório. 13. Confeccionar modelos e preparar moldeiras. 14. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene e qualidade. 15. Zelar pela manutenção, limpeza, conservação, guarda e controle de todo o material, aparelhos, equipamentos e de seu local de trabalho. 16. Participar de programa de treinamento, quando convocado. 17. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e de programas de informática. 18. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função nos termos do art.5º da Lei n.11.889/2008. Acrescido pela Lei Complementar 040 de 03/04/2013.

Art.10º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revoga as disposições em contrário.

Brunópolis-SC, em 08 de agosto de 2013.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a Presente Lei em 08 de agosto de 2013.

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Caçador

PREFEITURA

Decreto N° 5.658

DECRETO N° 5.658, de 07 de agosto de 2013.
Nomeia o Conselho Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, de conformidade com a Lei nº 529, de 19/6/1992, e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Saúde, pelo prazo de dois anos, de acordo com a Lei nº 529, de 19/6/1992 e suas alterações, na forma que segue:

a) SEGMENTO GOVERNAMENTAL

- 1 - Titular: Sérgio Luiz Figueroa
Suplente: Adriana Carlin do Prado
- 2 - Titular: Laurita Faustino Aimi
Suplente: Edemir Januário Costa
- 3 - Titular: Graziella Lea Gallina
Suplente: Erci Bohrer

b) SEGMENTO TRABALHADORES EM SAÚDE

- 1- ABO -ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA
Titular: Luiz Fernando dos Santos
Suplente: Luiz Henrique Grando Padilha
- 2- SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE
Titular: Serli Euclides Ferreira
Suplente: Ivanir Terezinha Kunt
- 3 - ASSOCIAÇÃO DOS MÉDICOS DO ESTADO DE SC - REGIONAL DE CAÇADOR
Titular: Maria Lúcia Bertolini
Suplente: Cláudio Rogério Araldi
- 4 - Conselho Regional de Farmácia - CRF
Titular: Scheila Regina Mandelli
Suplente: Pollyana Sibeli Gioppo
- 5 - ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ASSISTENTES SOCIAIS
Titular: Andreia Terezinha de Almeida
Suplente: Elaine Raquel Pasini Bulat
- 6 - APSIC - Associação de Psicólogos de Caçador e Região
Titular: Debora Cunha de Almeida
Suplente: Ivelise Soletti Vitto

c) SEGMENTO PRESTADORES DE SERVIÇOS

- 1 - APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador
Titular: Ana Eliza Schneider
Suplente: Micheline Kati Perett Bertolli
- 2 - ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA HOSPITAL MAICÉ
Titular : Márcia Berezanski Bortolini
Suplente: Maria Aparecida Tavares
- 3 - APAS - Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador

Titular: Marizete Fátima Iaczinski
Suplente: Jussara Aparecida Jombra Durek

d) SEGMENTO REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS

- 1 - SITRUC - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador e Macieira
Titular: Ivone Maria Colombo
Suplente: Vanderlei Dal Piaz
- 2 - Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Ensino do Estado de Santa Catarina
Titular: Valmira Moriggi
Suplente : Ilone Moriggi
- 3 - Sindicato dos Empregados do Comércio de Caçador
Titular: Kellin Santos
Suplente: Luci Vali Brandt (Assoc. Moradores Vila Paraíso)
- 4 - SITRIVEST - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e do Vestuário de Caçador
Titular: Nadir da Silva Ribeiro
Suplente: José Alcídio Trindade
- 5 - AMAR - Associação Maria Rosa
Titular: Nelva Maria Coferi Correa
Suplente: Elizabeth Fezoli Maciel
- 6 - Pastoral da Saúde
Titular: Enriete Cecília Fantin Basquera
Suplente: Ercília Sita Bender
- 7 - Pastoral da Criança
Titular: Nercy Granemann de Matos
Suplente: ERci Terezinha Carneiro
- 8 - Associação de Moradores Recanto da Alvorada
Titular: Glaci Terezinha Andreolla
Suplente : João Carlos Fernandes (Assoc. Moradores Vila Santa Terezinha)
- 9 - Rede Feminina de Combate ao Câncer
Titular : Sirlei Raquel Casagrande
Suplente: Neiva Bresciani

10 - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Caçador - SITICOM
Titular: Joselei Rebicki
Suplente : Juliana Libdy Morona (Sind. dos Empregados Rurais da Região de Caçador)

11 - Associação de Moradores da Vila Santa Clara
Titular: Marilene Ruppel Mantovani
Suplente: Ivo Rogério dos Santos

12 - UAMC - União das Associações de Moradores de Caçador
Titular: Ivanir José Pagotto
Suplente: Maria Luiza de Oliveira Beck de Proença

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 4.880, de 10 de junho de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de agosto de 2013.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Interna N° 004

PORTARIA INTERNA N° 004, de 08 de agosto de 2013.

Dispõe sobre a proibição de utilização de materiais pertencentes ao Município.

Considerando o disposto no Inquérito Civil n° 06.2012.00003863-2, que tramita junto a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caçador, referente uso indevido de material de expediente do Município, em atividades particulares;

Considerando o disposto no art. 37, caput da Constituição Federal: "A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência";

Considerando o disposto no art. 9º, IV, da Lei 8.429/92: "Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente: () IV - utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;

Considerando o disposto no art. 10, II, da Lei 8.429/92: "Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente: () II - permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

Considerando o disposto no art. 10, II, da Lei 8.429/92: ☐ Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, ()

RESOLVE:

Art. 1º Fica proibido a utilização de materiais, de qualquer natureza, pertencentes ao Município, em atividades particulares e/ou atividades que não sejam estritamente de interesse público.

Art. 2º Os servidores que descumprirem com a presente, ficarão sujeitos a responsabilização administrativa, civil e penal, nas formas da lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria N° 22.868

PORTARIA N° 22.868, de 29 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar n° 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais da Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionadas, licença para tratamento de saúde, conforme segue:

Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	Licença Trat. Saúde a contar de:
12364-Giovana Figueroa	Professora	EMEB Henrique J Berger	30	04/07/2013
2465- Marilucy Wierzbicki	Secretária Escolar	EMEB Hilda Grane-mann de Souza	90	08/07/2013
12652- Elis Micheli Gonçalves Padilha Wegner	Professora	EMEB Hilda Grane-mann de Souza	15	08/07/2013
4412-Carmen Lucia Alano de Souza Maia	Servente da Educação	CMEI Sininho	30	09/07/2013
12297-Deisiane Aparecida Paulo	Especialista em Assuntos Educacionais	20h- EMEB Ir. Venâncio José 20h-EMEB Esperança	15	10/07/2013
3295- Maria Beatriz Konflanz	Professora-	SME	30	08/07/2013
588-Sueli Ribeiro	Servente da Educação	EMEB Hilda Grane-mann de Souza	90	01/07/2013
10825-Kerolyn Cristina Coronado	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Sininho	15	15/07/2013
10526 e 12347-Marizete Zago	Professora de 1º ao 5º ano	20h- EMEB Alto Bonito 20h-EMEB Morada Sol	60	16/07/2013
8309- Vanessa Souza da Silva Gilioli	Profª Ed. Infantil	CMEI Sininho, 40h	15	16/07/2013
12269-Angelita Zir	Profª de 1º ao 5º	EMEB Ulysses Guimarães, 40 h	15	11/07/2013
12838-Polyana Madalozzo	Profª de Inglês	19h-EMEB Hilda G. de Souza 04-EMEB Esperança,	07	16/07/2013
7777-Rosana Kormann Martins de Oliveira	Secretária Escolar	EMEB Ulysses Guimarães, 40h	10	15/07/2013
12270-Carla Tatiane Martins	Profª 1º ao 5º ano	EMEB Hilda G. de Souza, 20h	15	18/07/2013
8308- Maria Luciana Moraes dos Santos	Profª Ed. Infantil	CMEI Sonho Encantado, 40h	30	17/07/2013
424- Raquel Terezinha Morona	Profª Ciências	EMEB Henrique J Berger, 40h	30	18/07/2013
782-Saleta Catarina Liszkiewicz	Supervisora Escolar	EMEB Ir. Venâncio José, 40h	30	17/06/2013
12203- Maria Terezinha Milan da Silva	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Educar é Tudo	07	17/07/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.869

PORTARIA N° 22.869, de 29 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Alterar a Portaria n° 22.455 de 07 de março de 2013, que contrata vários Servidores Públicos Municipais, no que se refere a Servidora Marianne Navroski (código 12544), quanto ao local de trabalho que passa a ser EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, VV Giovana dos Santos, Lic. Maternidade; Alterando também a carga horária de 18 para 26 horas semanais, de 24/06/2013 até 16/12/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 29 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.870

PORTARIA N° 22.870, de 29 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Alterar a Portaria n° 22.572 de 15 de abril de 2013, que contrata diversos Servidores Públicos Municipais, com relação à Servidora Noemi de Melo Alves Batista, ocupante do cargo de professora de Ed. Infantil, no que se refere ao local de trabalho que passa a ser CMEI Sonho Encantado, Vaga Transitória, no período de 08/07/2013 até 20/12/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 29 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.871

PORTARIA N° 22.871, de 29 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Alterar a Portaria n° 22.566 de 15 de abril de 2013, que contrata a Servidora Eliane Aparecida Caetano da Silva ZAnchi (cód.2631), ocupante do cargo de Servente da Educação, no que se refere ao local de trabalho que passa a ser CMEI Sininho, Vaga Vinculada a Carmen Lucia Alano de Souza Maia, Lic Trat. De Saúde, no período de 12/07/2013 até 07/08/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 29 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.873

PORTARIA N° 22.873, de 29 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Alterar a Portaria n° 22.447 de 07 de março de 2013, que contratou diversos Servidores Públicos Municipais, com relação a Servidora Rosicléia Alves, ocupante do cargo de professora de Ed. Infantil, no que se refere ao local de trabalho que passa a ser CMEI Pierina Adami, Vaga Transitória, período de 08/07/2013 a 20/12/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 29 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.874

PORTARIA N° 22.874, de 29 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Alterar a Portaria 22.650, de 14 de maio de 2003, que contratou diversos Servidores Públicos Municipais, com relação a Servidora Alessandra Boeira no que se refere ao local de trabalho que passa a ser EMEB Morada do Sol, Vaga Excedente, a contar de 23/07/2013 até 20/12/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 29 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.



PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Portaria N° 22.875

PORTARIA N° 22.875, de 29 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º Alterar a Portaria 22.325 de 31 de janeiro de 2013, que designou diversos Servidores Públicos Municipais para exercer a Função de Diretores de Escolas Municipais, com relação a Servidora Rovenia Szymks Ramos (cód. 8637) no que se refere ao local de trabalho que passa a ser EMEB Vereda dos Trevos, a contar de 15/07/2013.

Art 2º Alterar o local de trabalho da Servidora Terezinha Rosicléia Kamienski (cód. 2356) que passa a ser EMEB Ulysses Guimarães, a contar de 15/07/2013.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 29 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.876

PORTARIA N° 22.876, de 29 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Educação a seguir relacionados, especificando: nome, cargo, carga horária, local de atuação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	C.H	Local de Atuação	PERÍODO
Adriana Kabel Mezomo	Profª Ed. Infantil	40	CMEI Sonho Encantado, VV Maria Luciana Moraes Barbosa, Lic Trat. Saúde	17/07/2013 a 15/08/2013
Katlin Aparecida Hartmann	Professora de Ciências	24	EMEB Henrique J Berger, VV Raquel Morona, Lic Trat. Saúde	18/06/2013 a 16/08/2013
Margarete Oneda	Professora de Ciências	15	EMEB Henrique J Berger, VV Raquel Morona, Lic Trat. Saúde	18/06/2013 a 16/08/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Portaria N° 22.877

PORTARIA N° 22.877, de 29 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, em conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionados, especificando: nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, local e período da alteração:

Nome	Cargo	DE	PARA	Local de Atuação	PERÍODO
Filomena Maiberg da Rosa Belli	Profª 1º ao 5º	20	40	EMEB Ulysses Guimarães, VV Angelita Zir, Lic Trat. Saúde	18/07/2013 a 26/07/2013
Derli Ferreira dos Santos	Profª de 1º ao 5º	20	40	EMEB Ulysses Guimarães, VV Angelita Zir, Lic Trat. Saúde	18/07/2013 a 26/07/2013
Ivanice Niendicher	Profª de 1º ao 5º	20	40	EMEB Alto Bonito, VV Marizete Zago, Lic Trat. Saúde	16/07/2013 a 13/09/2013
Jorge Roberto Alves dos Santos	Prof Ed. Física	24	27	EMEB Ulysses Guimarães, V Excedente	08/07/2013 a 20/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.878

PORTARIA N° 22.878, de 29 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, em conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 42 da Lei Complementar nº 7, de 27/12/1999,

RESOLVE:

REDUZIR a CARGA HORÁRIA da Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, da Secretaria de Educação, especificando nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual e data inicial:

Nome	Cargo	DE	PARA	Local de Atuação	A contar de:
Karina Rodrigues de França	Profª Ed. Física	18	15	EMEB Henrique J Berger	01/06/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.879

PORTARIA N° 22.879, de 29 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, a cidadã a seguir relacionada, para atuar junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, carga horária semanal, atuação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	C.H	Local de Atuação	PERÍODO
Roviane Von Scharten	Profª 1º ao 5º 20		EMEB Morada do Sol, VV Marizete Zago, Lic Trat. Saúde	16/07/2013 a 13/09/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.883

PORTARIA nº 22.883, de 29 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em serviço na Secretaria de Administração, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestados durante o mês de JULHO de 2013, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas
10387	CAROLINE STEMKE DE MORAES	40,00
10639	ELIANE FÁTIMA ESTANISLOWISKI SCHAITEI	40,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ASSIS PEREIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Portaria N° 22.884

PORTARIA N° 22.884, de 29 de julho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, licença prêmio, a que faz jus, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Período Aquisição	Período Gozo
478	Joacir Antunes de Oliveira	Agente de Serviços e Obras Públicas	01/01/1997 a 01/01/2002 - 3 meses	24/06/2013 a 21/09/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria N° 22.893

PORTARIA N° 22.893, de 01 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, 02 (dois) anos de licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares, especificando: código, nome, cargo, secretaria e data de início da licença:

Cód.	Nome	Cargo	Secretaria	A contar de
3589	Conceição Aparecida Ribas da Silva	Servente Educação	Educação	05/08/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria N° 22.894

PORTARIA N° 22.894, de 01 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR o contrato em caráter temporário da Servidora Pública Municipal da Secretaria de Educação, abaixo relacionada, especificando: código, nome, cargo, carga horária semanal, escola e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo/CH/Escola	Data Rescisão
12202	Keila Aparecida Bronner	Auxiliar de Creche e Berçário/40h/CMEI Sonho Encantado	22/07/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.895

PORTARIA N° 22.895, de 01 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 73, III, alínea "b", e IV, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais, a seguir relacionadas, licença nojo, especificando: código, nome, cargo e assento do óbito, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Dias Afast.	Assento do Óbito
11948	Marinês Motta Proencio	Agente Comunitário de Saúde - ESF	2 dias	15/07/2013
731	Odete Crivilatti	Atendente de Enfermagem	5 dias	20/07/2013
10225	Patrícia Sara Antunes	Tec de Enfermagem	8 dias	17/07/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 01 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria N° 22.896

PORTARIA N° 22.896, de 07 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

EXCLUIR da Portaria nº 22.864, de 29 de julho de 2013, os Servidores Públicos Municipais ANA PAULA SIMIONI e ADELAR GERALDO PIRAN, da Secretaria Municipal de Saúde.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria N° 22.897

PORTARIA N° 22.897, de 07 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR SEM EFEITO, a pedido, a PORTARIA N° 17.798, de 18 de dezembro de 2007, que DEFERIU A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Servidor Público Municipal LUIZ RONALDO TORTATO.

Art 2º. TORNAR SEM EFEITO, a pedido, PORTARIA N° 19.798, de 27 de agosto de 2010, que DEFERIU A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado a Secretaria da Segurança Pública- Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, do Servidor Público Municipal LUIZ RONALDO TORTATO.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 07 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ASSIS PEREIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Portaria N° 22.898

PORTARIA N° 22.898, de 07 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Alterar a Portaria nº 22.855 de 29 de julho de 2013, que concedeu Horas Extras pelo serviço extraordinário prestado no mês de julho de 2013, aos Servidores Públicos da Secretaria de Infraestrutura, no que se refere ao número de horas prestadas pelos seguintes servidores, conforme segue o correto:

1794	CAMILO BASEGGIO	35,00
08	DARCI ALVES	40,00
1347	JOAO MARIA HORNBERG	60,00
569	ORACIDES PIRES DE CAMARGO	48,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 07 de agosto de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Homologação Final Inscrições Proc. Seletivo N° 01/2013 -Sec. Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO SELETIVO N.º 01/2013
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PARA A PROVA

A Secretária Municipal de Saúde do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, nomeada pelo Decreto n.º 5.584 de 12/06/2013, de acordo com a Lei Complementar n. 163/2010, torna público o que segue:

Após julgamento dos recursos ficam HOMOLOGADAS as inscrições abaixo relacionadas, as quais foram deferidas por cumprirem o estabelecido no Capítulo V do edital, especialmente o item 5.11.

Seq.	Candidato	Data Nascimento
Cargo: 1469 - Médico 10 horas		
1	0071 GABRIEL NAGEL	18/12/1981
2	0063 LENISE HEINZMANN	23/06/1980
3	0067 THIAGO MUNIZ DE LIMA	08/08/1986
Cargo: 1468 - Médico 20 horas		
1	0032 CLÁUDIO ROGÉRIO ARALDI	27/11/1948
2	0062 ELOANA DIÓRIO AZEVEDO	27/07/1981
3	0064 HELDER ROMERO XAVIER	03/07/1961
4	0060 JOÃO GOMES SOARES	04/11/1964
5	0068 MARCO ANTONIO HENNING	06/08/1966
6	0048 NORTHON ANDRÉ FELIPE KNOBLAUCH	10/04/1975
Cargo: 1467 - Médico 40 horas		
1	0031 ANDRE MEIRA	19/07/1971
2	0070 EDUARDO BARBOSA LOPES	22/09/1968
3	0033 HUGO VLADIMIR NOAL DA SILVA	04/08/1967
4	0050 JOSÉ RUBENS GONÇALVES JÚNIOR	30/05/1962
5	0053 LILIANE VIZOTTO	09/09/1979
6	0034 LUCAS MELO DE FREITAS	24/09/1980
7	0057 LUIZ ANTONIO FERREIRA PENHA JUNIOR	10/10/1980
8	0061 MARCIO LUIZ LAWISCH	30/05/1978
9	0041 RAFAEL TULIO PIAI	20/04/1987
10	0059 RUDYAR FAUSTO BUBA	29/01/1950
11	0065 SANDER MURILO FERREIRA CECCATTO	10/04/1985
12	0020 SANDRO BICHOFE	17/02/1975
13	0026 WYLER MARINHO ROBERT	08/09/1959
Cargo: 1470 - Odontólogo 20 horas (BUCOMAXILOFACIAL)		
1	0006 ANDERSON LUIZ RAMOS	27/02/1981
2	0023 ANDRÉ EDUARDO LEMOS	08/07/1982
3	0056 ANGELICA SITA BENDER	01/07/1988
4	0066 ANNIE POZECZEK KOLTER-MANN SACCOL	19/11/1980
5	0045 CASSIANO ELISSON PEREIRA PINTO	24/07/1985
6	0035 EDUARDO OLIVEIRA CAMPOS DE FARIAS	16/02/1977
7	0012 ÉRICA TEZZA REZIN	27/10/1992

8	0016	FLAVIA BALVEDI MEDEIROS THIBES PEREIRA	17/07/1987
9	0043	GREICY KELLY SANTIN	26/05/1991
10	0040	GUSTAVO MIGUEL PERIPOLTI	02/08/1990
11	0051	LEONARDO YOSHIURA SOARES	15/10/1982
12	0055	NEUSA MARIA BALDISSERA	01/02/1986
13	0044	NÍCOLAS DANIEL ABREU	05/08/1988
14	0052	PEDRO HENRIQUE KUSDRA	12/09/1989
15	0008	REGIS FABIANO DE OLIVEIRA	29/05/1977
16	0046	ROBSON JOVIANO CAGNINI	02/01/1986
17	0039	TALITA NAIARA COLAÇA ANHAYA	16/05/1992

Ficam CONVOCADOS todos os candidatos com inscrição homologada para comparecerem no dia 11 de agosto de 2013, nos seguinte local e horário:

Local: Escola Henrique Julio Berger, Sala de Vídeo
Rua: Marcos Gonçalves Cordeiro, nº 40, Bairro Berger, Caçador – SC
Horários:

Cargo	Fechamento dos portões	Período da prova
Todos os cargos	8h45min	9h às 12h

Os candidatos deverão comparecer com 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário de fechamento dos portões, portando obrigatoriamente documento oficial de identificação com foto e duas canetas esferográficas de tubo transparente de tinta azul ou preta.

Caçador (SC), 09 de agosto de 2013.
LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Pareceres Recursos Processo Seletivo N° 01/2013 - Sec. Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DIVULGAÇÃO DOS PARECERES REFERENTE AOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO N.º 01/2013

A Secretária Municipal de Saúde do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, nomeada pelo Decreto n.º 5.584 de 12/06/2013, de acordo com a Lei Complementar n. 163/2010, torna público o que segue:

As decisões referentes aos recursos apresentados contra o resultado da homologação das inscrições seguem abaixo:

Inscrição	Cargo	Nome	Solicitação
0059	Médico 40 horas	Rudyar Fausto Buba	Confirmação de Inscrição
Decisão	DEFERIDO Fica confirmada a inscrição do candidato, tendo em vista que foi detectado vírus no seu e-mail de confirmação, sendo rejeitado pelo sistema, porém foi recuperado.		

Inscrição	Cargo	Nome	Solicitação
0068	Médico 20 horas	Marco Antonio Henning	Confirmação de Inscrição



Decisão	DEFERIDO Fica confirmada a inscrição do candidato, tendo em vista que seu e-mail de confirmação, foi localizado na pasta de "spam".
---------	--

As inscrições serão acrescentadas na homologação definitiva.

Caçador (SC), 09 de agosto de 2013.
LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde

Camboriú

PREFEITURA

Decreto N.º 1.681/2013

DECRETO N.º 1.681/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 95.131,68 (noventa e cinco mil cento e trinta e um reais e sessenta e oito centavos) no orçamento vigente do Fundo Municipal da Saúde.

Órgão: 03- Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0011 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.033 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0002 - Receitas Impostos e Tranf. de Impostos
Código Reduzido: 6
VALOR: R\$ 85.601,68

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0011 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.075 - Manutenção das Atividades de Apoio ao Cofinanciamento -ESF
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0172 - Cofinanciamento ESF - SUS Estadual
Código Reduzido: 34
VALOR: R\$ 9.530,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na mesma importância.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de saúde
Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0011 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.033 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf. A Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos
Fonte de Recurso: 1.0002 - Receitas Impostos e Tranf. de Impostos
Código Reduzido: 5
VALOR: R\$ 85.601,68

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0011 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.075 - Manutenção das Atividades de Apoio ao Cofinanciamento -ESF
Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf. A Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos
Fonte de Recurso: 1.0172 - Cofinanciamento ESF - SUS Estadual
Código Reduzido: 33
VALOR: R\$ 9.530,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 23 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.682/2013

DECRETO N.º 1.682/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal da Saúde.

Órgão: 03- Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 0011 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
Atividade: 2.033 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0002 - Receitas Impostos e Tranf. de Impostos
Código Reduzido: 6
VALOR: R\$ 350.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos proveniente do provável excesso de arrecadação dos recursos próprios da Prefeitura Municipal de Camboriú, a ser apurados no exercício corrente na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 23 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.683/2013

DECRETO N.º 1.683/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 - Educação
Sub-função: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade
Atividade: 2.047- Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0001 - Receitas Impostos e Transf. De Impostos
Código Reduzido: 27
VALOR: R\$ 170.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação do Fundo Municipal de Educação apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 23 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.684/2013

DECRETO N.º 1.684/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei

Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação
Função: 10 - Saúde
Sub-função: 306 - Alimentação e Nutrição
Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade
Atividade: 2.051- Manutenção das Atividades da Merenda Escolar
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0153 - Recursos PNAE - Merenda Escolar
Código Reduzido: 02
VALOR: R\$ 150.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação dos recursos vinculados FNDE-PNAE do Fundo Municipal de Educação apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 23 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.685/2013

DECRETO N.º 1.685/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.311,00 (onze mil trezentos e onze reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Agricultura.

Órgão: 04 - Fundo Municipal de Agricultura
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Agricultura
Função: 20 - Agricultura
Sub-função: 606 - Extensão Rural
Programa: 0010 - Gestão da Política Agropecuária
Atividade: 2.030 - Manut. da Secretaria de Agricultura
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 12
VALOR: R\$ 11.311,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Agricultura, na mesma importância.

Órgão: 04 - Fundo Municipal de Agricultura
Unidade Orçamentária:01 - Secretaria de Agricultura
Função: 20 - Agricultura
Sub-função: 606 - Extensão Rural
Programa: 0010 - Gestão da Política Agropecuária
Atividade: 2.030 - Manut. da Secretaria de Agricultura
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 10
VALOR: R\$ 11.311,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 26 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.686/2013

DECRETO N.º 1.686/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saneamento Básico
Função: 17 - Saneamento
Sub-função: 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa: 0017 - Gestão da Política de Água e Saneamento Básico
Atividade: 2.065 - Manutenção Técnica do Fundo Mun. de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 15
VALOR: R\$ 30.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico, na mesma importância.

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saneamento Básico
Função: 17 - Saneamento
Sub-função: 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa: 0017 - Gestão da Política de Água e Saneamento Básico
Atividade: 2.065 - Manutenção Técnica do Fundo Mun. de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 16
VALOR: R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 26 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.687/2013

DECRETO N.º 1.687/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no orçamento vigente do Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú.

Órgão: 11 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú
Unidade Orçamentária:01-Fundo de Melhoria da Polícia Militar
Função: 06 - Segurança Pública
Sub-função: 181 - Policiamento
Programa: 00015 - Gestão da Segurança Municipal
Atividade: 2.061 - Manutenção do F. de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 02
VALOR: R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com o provável excesso de arrecadação dos recursos do FUMMPOM - PM, a serem apurados no exercício corrente do Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 26 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.691/2013

DECRETO N.º 1.691/2013

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB fundamenta suas ações na competência que lhe confere a Lei Federal n.º 11.494 de 20 de junho de 2007 e a Lei Municipal n.º 1.773, de 14 de junho de 2007;

CONSIDERANDO que o § 7º do art. 2º da Lei Municipal n.º 1.773/2007 dispõe que os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB serão nomeados por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para exercerem a função de Conselheiros Municipais de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB em Camboriú, na forma que segue:

I - representantes do Poder Executivo Municipal:

a) titulares: Celi Utrera Stevanin e Naiara Gardini;

b) suplentes: Maria Aparecida Todesco e Carin Bernadete Krug.

II - representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

a) titular: Douglas Eduardo Cardoso;

b) suplente: Neudir Paulo das Neves.

III - representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

a) titular: Marli Manloski Flor;

b) suplente: Marilda da Silva Mendes.

IV - representantes dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais:

a) titular: Maristela Brandão Silva Rosa;

b) suplente: Antonio Gilmar dos Santos.

V- representantes do Conselho Tutelar:

a) titular: Valmor Dalago;

b) suplente: Elisabete Machado de Oliveira.

VI - representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal, que não sejam servidores públicos municipais:

a) titulares: Alírio Bernardino e João Bueno de Oliveira Junior;

b) suplentes: Edson de Oliveira Prestes e Rozane Terezinha Fachin Bier.

VII - representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública Municipal, que não sejam servidores públicos municipais:

a) titulares: Glaucia Moura Ziliani e Marizete Caldeira da Rosa;

b) suplentes: Alessandra Moura Ziliani e Margarete Neckel Puyol.

VIII - representantes do Conselho Municipal de Educação:

a) titular: Graciela Testoni;

b) suplente: Sônia Regina de S. Fernandes.

Art. 2º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB exercerão suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela atual legislação municipal e atendendo o que estabelece a legislação federal.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB são eleitos para exercer o mandato de 02 (dois) anos.

Art. 4º Os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos n.º 1.280/2011 e n.º 1.629/2013.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 05 de agosto de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.698/2013

DECRETO N.º 1.698/2013

Aprova a nova redação do Estatuto da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a nova redação do Estatuto da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, na forma do disposto no anexo único, que faz parte deste Decreto.

Art. 2º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 1.621/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 08 de agosto de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO CAMBORIUENSE DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - FUCAM

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, SEDE E FORO

Art. 1º A Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, entidade com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e disciplinar, com prazo de duração indeterminado, sede e foro no Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, instituída pela Lei Complementar n.º 048, de 03 de janeiro de 2013, é regida por este Estatuto e pela legislação pertinente.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS

Art. 2º A Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM tem por objetivo executar a política ambiental municipal, bem como promover o desenvolvimento sustentável e socioambiental do Município.

Art. 3º Compete à Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM:

I - assessorar a Administração Pública Municipal em todos os aspectos relativos à implementação da Política Municipal do Meio Ambiente;

II - articular-se com órgãos municipais, estaduais, federais, internacionais e privados, visando obter recursos financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento de programas ambientais;

III - identificar fontes de financiamento, bem como promover intercâmbio e captação de recursos visando o cumprimento de sua finalidade;

IV - emitir pareceres sobre assuntos e questões de sua alçada, que lhe sejam submetidos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

V - promover e apoiar as ações relacionadas à preservação, recuperação e a exploração racional dos recursos naturais presentes no território do Município;

VI - celebrar convênios, consórcios, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, inclusive estrangeiras, visando desenvolver suas competências, respeitada a legislação pertinente; VII - elaborar normas e regulamentos que visem a preservação do meio ambiente no Município;

VIII - cumprir e fazer cumprir leis, normas e regulamentos de preservação do meio ambiente, da esfera federal, estadual e municipal;

IX - promover a recuperação de matas e florestas no Município;

X - executar as atividades relativas à limpeza e manutenção de praças e jardins;

XI - promover campanhas educacionais e de treinamento, destinadas a despertar a consciência ambiental da população para com os problemas de preservação e proteção ambiental;

XII - fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente, adotando medidas preventivas e aplicando as penalidades e punições previstas na Legislação Ambiental;

XIII - implantar, fiscalizar e administrar as Unidades de Conservação criadas por lei municipal;

XIV - propor normas referentes ao meio ambiente e à proteção do patrimônio paisagístico do Município;

XV - implantar, coordenar e operacionalizar hortos municipais, com a finalidade de executar atividades de reflorestamentos, projetos paisagísticos, serviços de jardinagens e arborização nas áreas públicas e de lazer do Município;

XVI - promover a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, incluindo a fauna, a flora e os recursos minerais do Município;

XVII - estimular a implantação e normatização das atividades relacionadas ao ecoturismo no Município;

XVIII - acompanhar os projetos de coleta seletiva implantados no Município;

XIX - promover a participação social no planejamento, execução e vigilância das ações que visem à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável;

XX - elaborar e executar projetos específicos de defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental;

XXI - apoiar com recursos próprios disponíveis e procurar o apoio externo para toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável, assim como, para empreendimentos voltados à preservação dos diferentes ecossistemas no âmbito do Município;

XXII - licenciar os empreendimentos e atividades consideradas de impacto ambiental local e aquelas que forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º A Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM fica constituída pelos seguintes órgãos:

I - Presidência;

II - Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural e do Meio Ambiente.

Art. 5º A Presidência terá a seguinte estrutura organizacional:

I - Presidente;

II - Diretor de Licenciamento Ambiental e Controle de Poluição;

III - Diretor de Fiscalização;

IV - Diretor de Educação Ambiental, Parques e Reservas;

V - Diretor Administrativo e Financeiro.

Art. 6º Compete ao Presidente da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM:

I - representar a Fundação em todos os seus atos;

II - elaborar o Plano de Ação Anual a ser apresentado ao Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;

III - prestar contas, anualmente, ao Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e ao Poder Executivo Municipal;

IV - levantar o balanço anual e os balancetes mensais;

V - administrar a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, promovendo todas as medidas necessárias ao perfeito funcionamento da sua estrutura organizacional;

VI - assinar em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro as movimentações bancárias;

VII - acompanhar, junto aos órgãos das administrações estadual, federal e municipal, a tramitação de atos ou documentos de interesse da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, afetos à sua área de atuação;

VIII - cumprir e fazer cumprir o Estatuto da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, bem como as decisões do Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente;

IX - assinar licenças ambientais após análise e parecer técnico elaborado por profissional da área ambiental;

X - enviar ao Poder Executivo Municipal minutas de projetos de leis municipais que se relacionem com o meio ambiente;

XI - exercer outros encargos que lhe forem distribuídos por este Estatuto, além de desempenhar outras funções que lhe forem delegadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º Compete ao Diretor de Licenciamento Ambiental e Controle de Poluição:

I - supervisionar e coordenar a área de controle, estudos, planos, projetos, pesquisas, licenciamento e fiscalização ambiental;

II - coordenar e controlar a execução de planos, programas e projetos que lhe sejam incumbidos, elaborados de forma direta ou contratados de terceiros;

III - elaborar relatórios sobre o andamento dos trabalhos, bem como sugerir medidas para corrigir eventuais ocorrências no descumprimento das disposições legais e contratuais;

IV - qualificar e monitorar os recursos naturais por microbacia hidrográfica no Município;

V - realizar e promover estudos e pesquisas sobre problemas de preservação do ambiente natural e de combate a poluição ambiental;

VI - elaborar pareceres técnicos e relatórios completos das pesquisas e estudos realizados;

VII - monitorar e controlar a erosão do solo urbano e rural;

VIII - levantar, identificar, coletar e analisar amostras, bem como cadastrar e selecionar as fontes potencialmente poluidoras no Município;

IX - proceder as análises laboratoriais necessárias ao desempenho de suas atividades e das demais áreas da Fundação;

X - propor a instalação e a ampliação de estações meteorológicas no Município, criando um banco de dados atualizado, visando analisar o comportamento do clima local;

XI - assessorar e prestar assistência técnica aos projetos de caráter hidrológico e hidráulico no Município;

XII - propor medidas especiais de macrodrenagem visando o controle de enchentes no Município;
XIII - propor e implementar medidas de combate aos fatores de poluição;
XIV - fornecer subsídios tecnológicos para a recuperação de áreas degradadas;
XV - propor medidas punitivas às empreiteiras sempre que constatar a falta de cumprimento das disposições contratuais;
XVI - manter sob sua guarda as máquinas e equipamentos destinados à execução de seus trabalhos, procedendo a sua manutenção;
XVII - expedir licenças ambientais, em conjunto com o Presidente após análise e parecer técnico do órgão de execução;
XVIII - promover estudos destinados a identificar o estado de salubridade das águas, do ar, do solo do Município, fornecendo amparo técnico e científico para os programas desenvolvidos pela Fundação;
XIX - monitorar e fiscalizar as atividades de extração mineral e de outros recursos naturais do Município;
XX - implantar planos racionais de uso de recursos naturais no Município;
XXI - promover medidas de melhoria das condições do meio ambiente e de combate aos fatores de poluição ambiental em todos seus aspectos;
XXII - proceder o levantamento e mapeamento da rede hidrográfica do Município;
XXIII - realizar estudos e propor projetos de irrigação e drenagem na área rural visando o crescimento ordenado da produção agrícola;
XXIV - elaborar, em conjunto com os demais setores da Fundação, o Plano de Ação Anual;
XXV - zelar pela observância dos cronogramas estabelecidos para estudos, pesquisas, projetos, obras e serviços sob sua coordenação;
XXVI - controlar o cumprimento dos termos contratuais, quando executados por serviços contratados;
XXVII - sugerir as prioridades para as ações que tendam a solucionar os problemas de controle ambiental do Município;
XXVIII - manter o Presidente da Fundação informado sobre todas as atividades de sua responsabilidade, bem como assisti-lo nos assuntos de sua competência;
XXIX - exercer outras atividades que lhe forem deferidas pelo Presidente.

Art. 8º Compete ao Diretor de Fiscalização:

I - fiscalizar e monitorar:

a) as áreas de encostas e montanhas, coibindo a extração de recursos naturais renováveis e não renováveis, a fauna, a flora e alteração de recursos hídricos;
b) os recursos hídricos, nascentes, canais e bacias hidrográficas;
c) a extração de recursos naturais não renováveis, coibindo a extração de matacão, bloco, seixo do leito dos rios, cachoeiras e sítios aquíferos.

II - fiscalizar e coibir:

a) a poluição atmosférica em todos os estágios poluidores, como queima de subprodutos industriais combustíveis, resíduos sólidos, queima doméstica, dispersão de particulados proveniente de processo de transformação fabril;
b) a disposição de resíduos sólidos no solo, em qualquer forma da matéria, desde que causem degradação da qualidade ambiental.

III - fiscalizar, monitorar e coibir:

a) o lançamento de efluentes líquidos sem o devido tratamento;
b) a emissão de sons e ruídos prejudiciais à saúde e ao sossego público.

IV - fiscalizar e controlar a produção de carvão vegetal, implantação de novos fornos, coibindo e autuando queimadas com intuito de formação de pastagens, coivaras e capinas;

V - fiscalizar a disposição de embalagens dos defensivos agrícolas nas áreas rurais, coibindo a capina química junto à área de mananciais;

VI - fiscalizar o cumprimento das condicionantes das licenças;
VII - manter o Presidente da Fundação informado sobre todas as atividades de sua responsabilidade, bem como assisti-lo nos assuntos de sua competência;
VIII - exercer outras atividades que lhe forem deferidas pelo Presidente.

Art. 9º Compete ao Diretor de Educação Ambiental, Parques e Reservas:

I - coordenar e controlar a execução de planos, programas e projetos que lhe sejam incumbidos, elaborados de forma direta ou contratados de terceiros;

II - elaborar plano de atuação e divulgação de assuntos relativos ao meio ambiente e aos conceitos de preservação;

III - manter atualizados os dados de informações sobre as condições ambientais locais, nacionais e internacionais, elaborando e divulgando conteúdos informativos;

IV - coordenar e desenvolver a implementação de atividades relacionadas a projetos especiais de caráter ambiental;

V - identificar e propor medidas adequadas para a preservação de áreas e espécies de importância ecológica, histórica e exótica, ou por motivo de sua localização, raridade e beleza;

VI - propor medidas visando manter e recuperar as matas ciliares no Município, acompanhando a sua implementação;

VII - promover e coordenar pesquisas referentes a levantamento e identificação da fauna, flora, solo e subsolo visando definir uma política de proteção, conservação e recuperação, bem como com relação aos recursos hídricos;

VIII - promover a educação ambiental no Município em todas as suas formas;

IX - promover palestras, cursos, treinamentos, campanhas, caminhadas ecológicas, publicações, bem como produzir cartazes, folhetos, cartilhas e outros meios educativos;

X - articular, colaborar e implantar em conjunto com a Rede de Ensino Municipal, Estadual e Particular, um programa amplo de educação ambiental nas escolas existentes no Município;

XI - compilar e reproduzir recursos didáticos, científicos e técnicos, e aperfeiçoar continuamente os métodos de educação ambiental empregados;

XII - organizar acervo didático, possibilitando consultas e pesquisas;

XIII - apoiar iniciativas e experiências locais regionais, incluindo a produção de material instrucional, de modo a servir de subsídios ao processo educativo;

XIV - capacitar recursos humanos (professores, especialistas, técnicos, funcionários e outros) de órgãos governamentais ou não, por meio de cursos, seminários, oficinas de trabalho, entre outros;

XV - estimular e apoiar a criação de núcleos de educação ambiental em sua área de abrangência, multiplicando suas ações em âmbito local, de forma organizada e integrada;

XVI - sugerir as prioridades para as ações que tendam a solucionar os problemas de controle ambiental no Município;

XVII - planejar, programar, organizar atividades relacionadas com estudos e projetos ambientais;

XVIII - elaborar e executar os planos e projetos de arborização dos logradouros públicos no Município, de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas em conjunto com as outras áreas da Fundação, efetuando sua manutenção;

XIX - realizar estudos, projetar ou promover a construção e manutenção de praças e jardins públicos, monumentos e fontes;

XX - articular-se com os demais órgãos do Município de Camboriú para compatibilizar os projetos urbanísticos com as áreas verdes;

XXI - apreciar e informar expedientes referentes a replantio, poda e remoção de árvores de vias públicas;

XXII - conservar e restaurar monumentos, fontes e instalações pertinentes existentes nas ruas, praças e jardins públicos;

XXIII - manter cadastro atualizado de todos os monumentos, fontes e instalações existentes nas vias e logradouros públicos;

XXIV - promover a sanidade das espécies vegetais existentes no

Município, bem como retirar as árvores que tombarem em vias e logradouros públicos;

XXV - prestar assistência aos proprietários no combate às pragas e doenças dos vegetais nas áreas de vegetação declaradas de preservação, bem como dos espécimes vegetais declarados imunes ao corte por ato público do Poder Executivo Municipal;

XXVI - administrar os Parques, Reservas, Estações Biológica e demais Unidades de Conservação no Município, de forma a assegurar-lhes condições de preservação dos ecossistemas existentes;

XXVII - implantar e supervisionar a administração das Unidades de Conservação, estabelecendo o regulamento funcional de cada uma, compreendendo forma de funcionamento e especificação de uso;

XXVIII - estimular a implantação e propor normas relativas às atividades de turismo ecológico no Município;

XXIX - planejar, programar e organizar as atividades relacionadas com o controle ambiental nas Unidades de Conservação no Município;

XXX - elaborar escalas de visitação periódica de inspeção as Unidades de Conservação, bem como nas áreas declaradas de preservação permanente;

XXXI - manter o Presidente da Fundação informado sobre todas as atividades de sua responsabilidade, bem como assisti-lo nos assuntos de sua competência;

XXXII - exercer outras atividades que lhe forem deferidas pelo Presidente.

Art. 10. Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro:

I - operacionalizar a parte funcional necessária para a realização dos objetivos da Fundação;

II - organizar, coordenar, dirigir, supervisionar e controlar, conforme determinação do Presidente da Fundação, as atividades relacionadas com:

- a) administração de pessoal;
- b) administração financeira;
- c) administração de material;
- d) administração de serviços gerais.

III - controlar a execução orçamentária da Fundação;

IV - manter atualizada a escrituração das receitas e despesas da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM em livros especiais que permitam assegurar exatidão;

V - manter cadastros atualizados de bens móveis e imóveis da Fundação;

VI - manter atualizados dados estatísticos da Fundação;

VII - assinar em conjunto com o Presidente os cheques e a movimentações bancárias, bem como substituí-lo na sua falta ou impedimento;

VIII - providenciar a publicação dos atos oficiais atinentes à Fundação no órgão competente;

IX - manter atualizadas as fichas, cadastros e documentos dos infratores;

X - comunicar os lançamentos de multas aos infratores, para efeitos de pagamento;

XI - inscrever e promover, na forma adequada, a cobrança administrativa das multas por infrações ambientais;

XII - expedir boletins de arrecadação;

XIII - receber reclamações ou impugnações de lançamentos de multas, processando-os na forma do Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes;

XIV - atualizar os valores de taxas de serviços e outros encargos, de conformidade com a Lei;

XV - proceder à entrega dos resultados das solicitações e dos documentos expedidos pela Fundação ao público externo, mediante a verificação do recolhimento das taxas de serviço;

XVI - fornecer certidões, na forma da lei, referentes à Fundação;

XVII - manter o Presidente da Fundação informado sobre todas as atividades de sua responsabilidade, bem como assisti-lo nos assuntos de sua competência;

XVIII - exercer outras atividades que lhe forem deferidas pelo

Presidente.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DO MEIO AMBIENTE

Art. 11.A organização e normas de funcionamento do Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural e do Meio Ambiente estão definidas na Lei Municipal n.º 1.643/2005.

CAPÍTULO V

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 12. O Quadro de Pessoal da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM é composto pelo quantitativo dos cargos de provimento em comissão e de provimento efetivo, conforme denominação, carga horária e vencimento previsto nos Anexos I e II da Lei Complementar Municipal n.º 048/2013.

§ 1º O provimento e o exercício dos cargos efetivos criados pela Lei Complementar n.º 048/2013 devem atender aos requisitos de escolaridade, formação técnica e/ou especializada.

§ 2º Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração do Chefe do poder Executivo Municipal.

Art. 13. Aos servidores ocupantes dos cargos de que trata este Estatuto se aplicam as disposições relativas ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, previstas na Lei Complementar n.º 39/2012.

CAPÍTULO VI

DO PATRIMÔNIO

Art. 14. Constitui o patrimônio da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM:

I - bens imóveis, móveis e direitos, livres de ônus, que lhe forem transferidos em caráter definitivo, por pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais e estrangeiras;

II - doações, subvenções, legados e heranças de pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais e estrangeiras;

III - bens e direitos que adquirir com seus recursos.

Parágrafo único. Os bens e direitos da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM serão administrados exclusivamente para a execução dos seus objetivos.

Art. 15. Os bens imóveis transferidos à Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM pelo Município de Camboriú só serão alienados com expressa e prévia autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, após aprovação da Câmara Municipal de Vereadores, e na forma da lei.

CAPÍTULO VII

DOS RECURSOS

Art. 16. Constitui recursos financeiros da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM:

I - as rendas decorrentes da exploração de seus bens ou prestação de serviços;

II - o produto da venda de patrocínio de qualquer atividade da Fundação;

III - dotações designadas no orçamento do Município de Camboriú;

IV - créditos abertos em seu favor;

V - produtos de operações de crédito, juros e rendas de bens patrimoniais;

VI - as rendas provenientes das taxas de licenciamento, vistoria

e serviços;

VII - o produto da cobrança de entrada para visitação de trilhas ecológicas, áreas de preservação ambiental, parques, entre outros espaços ambientais;

VIII - as contribuições oriundas de convênios, acordos ou contratos;

IX - depósitos para cauções ou garantias de execução contratual de qualquer natureza, que reverterem a seus cofres, em razão de inadimplemento contratual;

X - as doações, heranças ou legados de pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais e estrangeiras, bem como multas, indenizações e restituições;

XI - as subvenções, auxílios ou quaisquer contribuições estabelecidas por qualquer órgão público;

XII - as arrecadações de fundos especiais que proporcionarem recursos financeiros para o funcionamento da Fundação;

XIII - o saldo de exercício financeiro encerrado;

XIV - as ajudas financeiras de qualquer natureza;

XV - contribuições, rendas eventuais e quaisquer recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo único. As transferências de recursos financeiros efetuadas à Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM pelo Poder Executivo Municipal deverão atender as necessidades, a fim de que seja possível a consecução de seus objetivos.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. Compete a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM atuar supletivamente no cumprimento da Legislação Federal e Estadual relativa à política do meio ambiente no Município.

Art. 18. A Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM remeterá à Câmara Municipal de Vereadores de Camboriú, no final de cada exercício, relatório circunstanciado de suas atividades, bem como sua execução financeira e orçamentária.

Art. 19. As normas de organização e funcionamento das unidades e subunidades da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM serão estabelecidas em Regimento Interno.

Art. 20. As dúvidas de interpretação e os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural e do Meio Ambiente, mediante proposta da Presidência, a quem compete decidir quanto as modificações julgadas necessárias.

Art. 21. O presente Estatuto entra em vigor a partir da data de sua inscrição no Registro de Títulos e Documentos.

Camboriú/SC, 05 de agosto de 2013.

ARNALDO CHRISTIAN PEREIRA

Presidente da Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável

FELIPE BITTENCOURT WOLFRAM

Procurador-Geral do Município

OAB/SC n.º 25.125

Decreto N.º 1.699/2013

DECRETO N.º 1.699/2013

Aprova a nova redação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a nova redação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, na forma do disposto no anexo único, que faz parte deste Decreto.

Art. 2º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 495/2007.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 08 de agosto de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração

REGIMENTO INTERNO

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento Interno dispõe sobre a organização, atuação, finalidades e competência do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, definindo sua estrutura e atribuições funcionais.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 2º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar tem por finalidade:

I - deliberar sobre as questões relativas à alimentação escolar do Município de Camboriú;

II - fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), na forma de decreto e remeter ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com parecer conclusivo, apenas o Demonstrativo Sintético Anual da execução físico-financeira observada à legislação específica;

III - propor, discutir, apreciar e deliberar sobre aquisições de alimentos, bem como zelar pela qualidade dos produtos em todos os níveis, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

IV - deliberar sobre a qualidade nutricional dos alimentos a serem adquiridos;

V - propor medidas que visem incentivar a produção local de produtos hortigranjeiros destinados à alimentação escolar, buscando a integração perfeita entre os setores agrícola e educacional, de modo a incentivar os agricultores;

VI - divulgar em locais públicos os recursos financeiros do PNAE transferido à Entidade Executora (EE);

VII - apresentar relatório de atividades do FNDE quando solicitado;

VIII - participar da elaboração dos cardápios do PNAE;

IX - promover integração de instituições, agentes da comunidade e órgãos públicos, a fim de auxiliar a equipe da Prefeitura

Municipal responsável pela execução do PNAE quanto ao planejamento, acompanhamento, controle e avaliação da prestação dos serviços de alimentação escolar;

X - realizar estudos e pesquisas sobre o impacto da alimentação escolar, entre outros assuntos de interesse do PNAE;

XI - acompanhar e avaliar o serviço de alimentação escolar nas escolas;

XII - apresentar a Prefeitura Municipal proposta e recomendações sobre a prestação de serviços de alimentação escolar no Município, adequada à realidade local e às diretrizes de atendimento do PNAE;

XIII - divulgar a atuação do Conselho como organismo de controle social e de fiscalização do PNAE;

XIV - comunicar ao FNDE o descumprimento das disposições previstas na legislação específica do PNAE.

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO

Seção I

Da Composição

Art. 3º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar é constituído por sete membros titulares e sete membros suplentes, sendo composto da seguinte forma:

I - um representante indicado pelo Poder Executivo;

II - dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou de trabalhadores na área da educação, indicados pelos respectivos órgãos de classe;

III - dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

Art. 4º A nomeação dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar será realizada por meio de Decreto do Poder Executivo Municipal, de acordo com o § 4º do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 868/2009.

Parágrafo único. Previamente à nomeação dos conselheiros será convocada Assembleia Geral para a eleição do Presidente e do Vice-presidente do CAE.

Seção II

Do Funcionamento

Art. 5º O Presidente e o Vice-presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar serão eleitos e destituídos pelo voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros presentes em Assembleia Geral.

§ 1º Os membros, o Presidente e o Vice-presidente do CAE terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 2º O CAE elegerá dentre seus membros um conselheiro para atuar como Secretário.

§ 3º O exercício do mandato de conselheiro do CAE não será remunerado, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

§ 4º Cada membro titular do CAE será substituído em suas faltas ou impedimentos por seus suplentes, já designados pela respectiva categoria que representam.

Art. 6º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar reunir-se-á

ordinariamente uma vez por mês, em datas previamente definidas e extraordinariamente por convocação do Presidente ou em decorrência de requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros, com no mínimo 48h (quarenta e oito horas) de antecedência.

§ 1º As convocações para a Assembleia Geral serão realizadas por e-mail ou telefonemas aos conselheiros, com 05 (cinco) dias de antecedência.

§ 2º As Assembleias se instalarão em primeira convocação, com 51% (cinquenta e um por cento) dos votos totais dos conselheiros, e em segunda convocação, com 1/3 (um terço) dos conselheiros, podendo ser realizada no mesmo dia, decorridos no mínimo 30 (trinta) minutos após o horário marcado para a primeira convocação, desde que tenha sido convocada nesses termos.

§ 3º As reuniões decisórias serão realizadas por no mínimo 03 (três) conselheiros titulares.

§ 4º As deliberações do CAE, observando o quórum estabelecido, serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros presentes, por intermédio de resoluções assinadas pelo Presidente.

§ 5º O Presidente terá direito a voto normal e de qualidade.

§ 6º As reuniões do CAE serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 7º Poderão ser convidadas a participar das sessões, sem direito a voto, pessoas físicas ou jurídicas, que possam contribuir para o esclarecimento das matérias abordadas.

Art. 8º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar para consecução de suas finalidades, deliberará sobre:

I - proposição de alteração de seu Regimento Interno;

II - requisição de informações e diligências necessárias ao andamento dos trabalhos;

III - definição de prioridade dos assuntos a serem analisados;

IV - matérias que lhe sejam encaminhadas pelo Município;

V - indicação de conselheiros para compor as subcomissões técnicas.

Art. 9º Nas reuniões do Conselho Municipal de Alimentação Escolar serão observados os seguintes procedimentos:

I - discussão e aprovação da ata da reunião imediatamente anterior;

II - apresentação e discussão da pauta prevista para a reunião;

III - apresentação pelos conselheiros de outras matérias de relevância a serem discutidas na reunião;

IV - encerrada a discussão das matérias do dia, estas serão submetidas à votação, com base no voto da maioria absoluta dos presentes.

Art. 10. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar deverá realizar trimestralmente a análise parcial dos gastos efetuados pelo Município para a compra da alimentação escolar para obter dados sempre atualizados e não cumulativos no final do ano fiscal.

Art. 11. A Assembleia Geral Ordinária será convocada anualmente, durante o mês de fevereiro, para análise e emissão do parecer conclusivo sobre a prestação de contas do PNAE apresentada por este Município.

Seção III

Das Atribuições dos Conselheiros

Art. 12. Ao Presidente compete dirigir, coordenar e supervisionar as atividades do Conselho Municipal de Alimentação Escolar e, especialmente:

I - representar o CAE nos atos que se fizerem necessários;

II - convocar e presidir as reuniões ou suspendê-las, quando necessário, bem como dar execução às suas decisões;
III - aprovar as pautas das reuniões e resolver as questões de ordem;
IV - indicar, dentre os membros do CAE, os conselheiros para executar tarefas específicas;
V - tomar as providências necessárias às substituições de conselheiros por seus suplentes, nas suas ausências e impedimentos, ou em virtude de desligamento;
VI - assinar as atas das reuniões e, juntamente com os conselheiros, as resoluções e ofícios do CAE;
VII - assinar e encaminhar as decisões do CAE às instituições pertinentes, bem como promover sua divulgação junto à população;
VIII - indicar membros para compor as subcomissões técnicas, assim como designar e dar posse aos seus componentes;
IX - indicar membros para a realização de estatutos, levantamentos e emissão de pareceres necessários à consecução das finalidades do CAE;
X - requisitar informações e diligências necessárias à execução das atividades do CAE;
XI - desligar-se do CAE, a qualquer tempo, mediante solicitação por escrito.

Art. 13. Aos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar compete:

I - examinar os assuntos submetidos a sua análise, bem como emitir pareceres e relatórios necessários;
II - realizar estudos com vistas a fornecer subsídios às decisões do CAE;
III - participar das reuniões e nelas votar, quando necessário;
IV - realizar fiscalização das atividades do PNAE executadas pelo Município, apresentar proposições, apreciar, emitir pareceres e apresentar resultados das atividades que lhe forem atribuídas, inclusive visita as escolas para fiscalizar as instalações das cozinhas e cantinas, quando houver;
V - sugerir normas e procedimentos necessários ao bom funcionamento das atividades do CAE;
VI - propor e requerer esclarecimentos necessários que lhe forem úteis à melhor apreciação dos assuntos relacionados ao PNAE e FNDE;
VII - indicar pessoas físicas ou jurídicas que possam contribuir para o esclarecimento dos assuntos pertinentes ou desenvolvimento das atividades do CAE;
VIII - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Presidente do CAE.

Art. 14. Ao Secretário(a) compete secretariar as reuniões do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, lavrar e registrar as respectivas atas, bem como cuidar do expediente do CAE.

Seção IV Das Disposições Gerais

Art. 15. Este Regimento Interno poderá ser revisto e reformulado pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, sempre que houver necessidade de inclusão de aspectos considerados essenciais ao seu bom funcionamento, e em conformidade com as recomendações do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar de Santa Catarina (CECANE/SC).

Art. 16. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao seu funcionamento e a ordem dos trabalhos.

Art. 17. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionadas pelo Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Art. 18. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Camboriú/SC, 08 de maio de 2013.

ANTÔNIO CARLOS MESQUITA LEITE

Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar

PR 41/13 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 041/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO FORA DO HORÁRIO CONTRATUAL PARA ATENDIMENTO AO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Agosto de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 09 de Agosto de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 42/13 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS SOB DEMANDA PARA CONserto e MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO FORA DO HORÁRIO CONTRATUAL PARA ATENDIMENTO AO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR COMPOSTO POR 10 (DEZ) CÂMERAS NA CIDADE DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Agosto de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 09 de Agosto de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 769/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 769/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJB4179	55003579D	5185/1	17/11/2011	167
AKT9220	55003679D	7064/0	13/11/2011	244 * IV
ALT9988	55951431C	6920/0	13/10/2011	233
AMI9374	55003016D	6920/0	22/11/2011	233
BFH7788	55003017D	6920/0	22/11/2011	233
BKO9258	55002850D	6920/0	25/11/2011	233
BTW2147	55002967D	6653/1	30/10/2011	230 * XI
CIZ3383	55003020D	6920/0	22/11/2011	233
CJD6369	55002765D	5568/0	03/10/2011	181 * XIX
COF2089	55003955D	5185/1	22/11/2011	167
CVY5230	55002843D	6920/0	25/11/2011	233
CXX5619	55003023D	6920/0	22/11/2011	233
DFN3172	55951412C	5452/1	21/09/2011	181 * VIII
IAV7725	55002846D	6920/0	25/11/2011	233
IFI6311	55003556D	5185/1	07/11/2011	167
LWX6628	55003760D	6653/1	07/11/2011	230 * XI
LYO8780	55952613C	6920/0	25/11/2011	233
LZF6998	55370287C	6599/2	20/11/2011	230 * V
LZF6998	55370288C	5010/0	20/11/2011	162 * I
LZF6998	55370289C	6637/2	20/11/2011	230 * IX
MAI0166	55952605C	6920/0	25/11/2011	233
MAR9868	55003284D	5908/0	18/11/2011	202 * I
MBA1152	55002849D	6920/0	25/11/2011	233
MBL1697	55003585D	5185/1	17/11/2011	167
MBR6039	55003960D	5185/1	22/11/2011	167
MBT6914	55003952D	5185/1	21/11/2011	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBU1021	55002787D	5010/0	12/10/2011	162 * I
MCD0887	55003518D	6041/2	10/11/2011	207
MCD4408	55003720D	6599/2	21/11/2011	230 * V
MCD4408	55003851D	5010/0	21/11/2011	162 * I
MCK7648	55952189C	6920/0	07/11/2011	233
MCV1694	55003287D	7056/1	23/11/2011	244 * III
MDF2984	55003589D	5185/1	17/11/2011	167
MDI1775	55002916D	6599/2	07/10/2011	230 * V
MDN7285	55002698D	5428/3	20/11/2011	181 * V
MDQ0053	55952614C	6920/0	25/11/2011	233
MDW9715	55003520D	7366/2	16/11/2011	252 * VI
MDX6263	55370292C	5878/0	23/11/2011	199
MEC2421	55003768D	6653/1	12/11/2011	230 * XI
MEC2421	55003769D	5819/1	12/11/2011	193
MEC2421	55003770D	7340/0	12/11/2011	252 * IV
MEL5696	55002986D	6599/2	20/11/2011	230 * V
MER5347	55003286D	5908/0	18/11/2011	202 * I
MET6162	55003105D	5010/0	25/11/2011	162 * I
MEZ0818	55003607D	6599/2	20/11/2011	230 * V
MFE7664	55003668D	6637/1	06/11/2011	230 * IX
MFF9218	55950485C	6599/2	06/11/2011	230 * V
MFH8573	55002793D	5010/0	15/10/2011	162 * I
MFL2684	55953132C	5959/1	17/11/2011	203 * IV
MFS0621	55002640D	7030/2	17/10/2011	244 * I
MFS0621	55002641D	6653/1	17/10/2011	230 * XI
MFS0621	55002987D	5010/0	20/11/2011	162 * I
MFY5178	55003151D	6726/1	21/10/2011	230 * XV/III
MFY5201	55002848D	6920/0	25/11/2011	233
MGJ6925	55003571D	5185/1	16/11/2011	167
MGK7042	55003360D	6653/1	23/10/2011	230 * XI
MHC9252	55952795C	5819/2	12/10/2011	193
MHD5759	55002507D	5819/2	22/11/2011	193
MHJ7891	55002501D	5819/2	15/11/2011	193
MHK9769	55003583D	5185/1	17/11/2011	167
MHL6037	55002502D	6610/2	15/11/2011	230 * VII
MHL6037	55002504D	6599/2	15/11/2011	230 * V
MHP3383	55003719D	5460/0	19/11/2011	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHP4869	55003204D	5010/0	28/10/2011	162 * I
MHP4869	55003205D	5061/0	28/10/2011	163 c/c 162 * I
MHX4098	55003796D	6653/1	19/11/2011	230 * XI
MID8761	55003608D	5010/0	20/11/2011	162 * I
MIG8477	55003590D	5185/1	17/11/2011	167
MIJ0282	55003334D	6050/1	03/11/2011	208
MIN8762	55003398D	7048/1	02/11/2011	244 * II
MIQ2070	55003574D	6122/0	16/11/2011	214 * I
MIQ3432	55003262D	6653/1	28/10/2011	230 * XI
MIX8249	55003694D	5010/0	18/11/2011	162 * I
MIX8249	55003695D	5061/0	18/11/2011	163 c/c 162 * I
MIY1332	55002558D	5525/0	09/09/2011	181 * XV
MJF7889	55003961D	5185/1	22/11/2011	167
MJJ6220	55002974D	7340/0	04/11/2011	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 8 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 773/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 773/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAJ3671	55370298C	6920/0	01/12/2011	233
AJT9067	55002893D	6599/2	03/12/2011	230 * V
AME5830	55002894D	5525/0	03/12/2011	181 * XV
ANY8701	55003114D	7366/2	02/12/2011	252 * VI
BAF2909	55002478D	6920/0	01/12/2011	233
DMD1919	55370300C	6920/0	01/12/2011	233
LXC0778	55002481D	6920/0	01/12/2011	233
LYW8580	55002879D	5010/0	27/11/2011	162 * I
LYW8580	55002880D	7064/0	27/11/2011	244 * IV
LYW8580	55002881D	5061/0	27/11/2011	163 c/c 162 * I
LZB9206	55003939D	6653/1	04/12/2011	230 * XI
LZQ9820	55003721D	6599/2	22/11/2011	230 * V
LZQ9820	55003852D	5010/0	22/11/2011	162 * I
MAQ3424	55003116D	5010/0	04/12/2011	162 * I
MDZ9515	55003938D	6653/2	03/12/2011	230 * XI
MEW2749	55003688D	5720/0	15/11/2011	186 * I
MGC1187	55003115D	6599/2	02/12/2011	230 * V
MGN2137	55003209D	7056/1	26/11/2011	244 * III
MGN2137	55003210D	7030/1	26/11/2011	244 * I
MGR8145	55003117D	6599/2	04/12/2011	230 * V
MGR9770	55003979D	5185/1	02/12/2011	167
MGS7261	55002480D	6920/0	01/12/2011	233
MHP7654	55370283C	5738/0	11/11/2011	186 * II
MHP7654	55370284C	7366/2	11/11/2011	252 * VI
MIS4837	55003543D	5819/2	29/11/2011	193
MJL1339	55003923D	6653/1	02/12/2011	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 8 DE AGOSTO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 775/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 775/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABK7977	55003546D	7366/2	05/12/2011	252 * VI
AWD2107	55003993D	5185/1	08/12/2011	167
BGU2949	55003107D	5452/1	28/11/2011	181 * VIII
BTW2147	55003947D	5010/0	10/12/2011	162 * I
BTW2147	55003948D	6580/0	10/12/2011	230 * IV
BTW2147	55003949D	5835/0	10/12/2011	195
BTW2147	55003950D	6599/2	10/12/2011	230 * V
BTW2147	55004201D	5274/1	10/12/2011	175
BYE1735	55951433C	5452/1	18/10/2011	181 * VIII
CJI5297	55003973D	5550/0	25/11/2011	181 * XVIII
IBX4659	55003667D	6610/2	06/11/2011	230 * VII
LWW5852	55003206D	5320/0	28/10/2011	176 * V
LWZ0069	55950499C	6653/1	10/11/2011	230 * XI
LXQ9203	55952186C	6920/0	07/11/2011	233
LYM6748	55003405D	9164/2	06/12/2011	45 IIIf DEC 96044/88
LYS4359	55950400C	5525/0	02/11/2011	181 * XV
LYW3452	55952176C	6920/0	07/11/2011	233
LZS8816	55002228D	5010/0	10/12/2011	162 * I
MAD6402	55003120D	5452/1	06/12/2011	181 * VIII
MAD6402	55003121D	6599/2	06/12/2011	230 * V
MAL2904	55003994D	5185/1	12/12/2011	167
MBC9574	55002509D	5819/2	08/12/2011	193
MBD9554	55004151D	6610/2	04/12/2011	230 * VII
MBD9554	55004153D	5010/0	04/12/2011	162 * I
MBM6966	55953041C	6920/0	20/10/2011	233
MBN8422	55951437C	5452/1	18/10/2011	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBP4219	55952770C	7030/2	30/09/2011	244 * I
MBP8335	55002980D	6653/2	04/11/2011	230 * XI
MCJ4417	55003269D	5010/0	02/11/2011	162 * I
MCJ4417	55003270D	5061/0	02/11/2011	163 c/c 162 * I
MCJ4417	55003271D	6599/2	02/11/2011	230 * V
MCJ4417	55003272D	6912/0	02/11/2011	232
MDC9825	55003771D	6653/1	12/11/2011	230 * XI
MDF6335	55953291C	5169/1	25/10/2011	165
MDL1344	55003946D	6637/1	10/12/2011	230 * IX
MDL3104	55003322D	7366/2	27/10/2011	252 * VI
MDO3984	55003860D	5525/0	04/12/2011	181 * XV
MEG2644	55003274D	5010/0	07/11/2011	162 * I
MEG2644	55003276D	6599/2	07/11/2011	230 * V
MEG2644	55003278D	5118/0	07/11/2011	164 c/c 162 * I
MEM4326	55004158D	6637/1	04/12/2011	230 * IX
MEM4326	55004159D	6610/2	04/12/2011	230 * VII
MEZ7508	55004251D	5010/0	05/12/2011	162 * I
MFF8477	55004165D	5908/0	08/12/2011	202 * I
MFV3021	55003366D	6653/1	22/10/2011	230 * XI
MGG1977	55003990D	5185/1	06/12/2011	167
MGI3186	55002377D	7056/1	25/10/2011	244 * III
MGK7385	55003529D	7366/2	21/11/2011	252 * VI
MGS3724	55003407D	6599/2	07/12/2011	230 * V
MGS3724	55003408D	5010/0	07/12/2011	162 * I
MHM5679	55002970D	7056/1	03/11/2011	244 * III
MHS6087	55003506D	7366/2	03/11/2011	252 * VI
MHT0351	55003865D	5045/0	07/12/2011	162 * V
MHU2156	55003369D	6653/1	21/10/2011	230 * XI
MHW2058	55002830D	7366/2	12/10/2011	252 * VI
MHX4098	55004211D	6653/1	11/12/2011	230 * XI
MIB8644	55003514D	6041/2	09/11/2011	207
MID9454	55002125D	6394/4	17/09/2011	220 * XIV
MID9454	55002676D	6912/0	12/10/2011	232
MIF3145	55004001D	7048/1	07/12/2011	244 * II
MIG2876	55952135C	6599/2	06/11/2011	230 * V
MIT3773	55003985D	5185/1	05/12/2011	167
MIU7744	55002436D	6653/2	06/11/2011	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIX4162	55002969D	6653/2	03/11/2011	230 * XI
MJQ9600	55003009D	5380/0	02/11/2011	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 8 DE AGOSTO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 779/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 779/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAD5010	55004653D	5185/1	21/12/2011	167
AHV4551	55004155D	5010/0	04/12/2011	162 * I
AHV4551	55004156D	6726/1	04/12/2011	230 * XVIII
AHY2523	55952615C	5878/0	13/12/2011	199
ALD2394	55004652D	5185/1	21/12/2011	167
ALG5729	55004657D	5185/1	21/12/2011	167
ALO7859	55003699D	5045/0	30/11/2011	162 * V
CJA9569	55003213D	6599/2	08/12/2011	230 * V
CJA9569	55003214D	5010/0	08/12/2011	162 * I
CJA9569	55003215D	6912/0	08/12/2011	232
DAF1218	55004363D	6637/2	16/12/2011	230 * IX
DFU9530	55003918D	6122/0	28/11/2011	214 * I
DQR0314	55004666D	5185/1	21/12/2011	167
IEX3442	55002900D	5550/0	19/12/2011	181 * XVIII
ILH4585	55004012D	6599/2	18/12/2011	230 * V
ILH4585	55004013D	5045/0	18/12/2011	162 * V
ILH4585	55004014D	5096/0	18/12/2011	163 c/c 162 * V
ILH4585	55004015D	6912/0	18/12/2011	232
LNV0204	55002847D	6920/0	25/11/2011	233
LXE2648	55949785C	6920/0	28/12/2011	233
LYD0750	55004235D	6653/2	16/12/2011	230 * XI
LYD1830	55953050C	6920/0	20/12/2011	233
LYE1463	55004199D	5525/0	02/01/2012	181 * XV
LZI4098	55003730D	6599/2	17/12/2011	230 * V
LZI4098	55003731D	6912/0	17/12/2011	232
LZI4098	55003732D	5045/0	17/12/2011	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZX7358	55002232D	6599/2	27/12/2011	230 * V
LZX7358	55002233D	6912/0	27/12/2011	232
MAO4546	55002231D	5010/0	26/12/2011	162 * I
MBM7257	55004595D	5185/1	24/12/2011	167
MBX8181	55004172D	5010/0	13/12/2011	162 * I
MBX8181	55004173D	5061/0	13/12/2011	163 c/c 162 * I
MBX8181	55004174D	6637/2	13/12/2011	230 * IX
MBX8181	55004175D	5274/1	13/12/2011	175
MBX8181	55004176D	5835/0	13/12/2011	195
MBX8181	55004177D	5843/3	13/12/2011	196
MCB1493	55004359D	6653/2	17/12/2011	230 * XI
MCF9097	55004598D	5185/1	29/12/2011	167
MCQ6413	55003804D	5010/0	15/12/2011	162 * I
MCQ6413	55003805D	6912/0	15/12/2011	232
MCR8727	55004302D	7366/2	07/12/2011	252 * VI
MCV1694	55004210D	6653/2	14/12/2011	230 * XI
MCV1694	55004218D	5835/0	15/12/2011	195
MCV1694	55004219D	5274/1	15/12/2011	175
MCV1694	55004220D	6912/0	15/12/2011	232
MCV1694	55004221D	6769/3	15/12/2011	230 * XXII
MCV1694	55004222D	6653/2	15/12/2011	230 * XI
MCV1694	55004223D	6610/2	15/12/2011	230 * VII
MCV1694	55004224D	6394/2	15/12/2011	220 * XIV
MEA7923	55003739D	6912/0	27/12/2011	232
MEA7923	55003740D	6599/2	27/12/2011	230 * V
MEA7923	55003741D	6610/2	27/12/2011	230 * VII
MEA8325	55949782C	6599/2	28/12/2011	230 * V
MEA8325	55949783C	5010/0	28/12/2011	162 * I
MEE1796	55004233D	6653/2	16/12/2011	230 * XI
MEI0439	55004055D	6920/0	20/12/2011	233
MER4311	55951443C	7366/2	03/12/2011	252 * VI
MET5658	55004056D	6920/0	20/12/2011	233
MET6162	55004600D	5967/0	02/01/2012	203 * V
MFD2747	55004225D	6602/0	16/12/2011	230 * VI
MFR7783	55003024D	5010/0	13/12/2011	162 * I
MFR7783	55003025D	7030/2	13/12/2011	244 * I
MFR7783	55003026D	6599/2	13/12/2011	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFR7783	55003027D	7340/0	13/12/2011	252 * IV
MFT6592	55004058D	6920/0	20/12/2011	233
MFY7389	55003744D	5452/1	30/12/2011	181 * VIII
MGF8630	55004002D	5525/0	11/12/2011	181 * XV
MGI3186	55003935D	6653/1	03/12/2011	230 * XI
MGK0340	55003618D	5010/0	25/12/2011	162 * I
MGK0340	55003619D	6599/2	25/12/2011	230 * V
MHD4464	55004654D	5185/1	21/12/2011	167
MHD7340	55953136C	5207/0	20/12/2011	169
MHE1555	55002882D	7366/2	29/11/2011	252 * VI
MHM7984	55003976D	5185/1	02/12/2011	167
MHP4869	55003859D	7340/0	27/11/2011	252 * IV
MHP4989	55004239D	6653/2	16/12/2011	230 * XI
MHR6274	55003745D	5452/1	30/12/2011	181 * VIII
MHS8750	55949786C	6920/0	28/12/2011	233
MHZ1422	55003801D	5010/0	15/12/2011	162 * I
MHZ1422	55003802D	6912/0	15/12/2011	232
MID1877	55004659D	5185/1	21/12/2011	167
MIJ9706	55004379D	5010/0	26/12/2011	162 * I
MIJ9706	55004380D	5118/0	26/12/2011	164 c/c 162 * I
MIJ9706	55004381D	7056/1	26/12/2011	244 * III
MIJ9706	55004382D	7340/0	26/12/2011	252 * IV
MIK4176	55953049C	5010/0	30/11/2011	162 * I
MIN7497	55953048C	6130/0	30/11/2011	214 * II
MIR2371	55004370D	6653/2	22/12/2011	230 * XI
MIT0761	55004572D	5185/1	21/12/2011	167
MIT4501	55951297C	5231/1	22/12/2011	172
MIV9416	55004023D	5410/0	25/12/2011	181 * IV
MJA3761	55002700D	6637/1	27/11/2011	230 * IX
MJI0802	55002889D	5720/0	29/11/2011	186 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 8 DE AGOSTO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei N° 3.999 de 07 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI N° 3.999 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER CONTRIBUIÇÃO A IGREJA DO EVANGELHO ETERNO DE CAMPO ALEGRE, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Poder Executivo autorizado a conceder Contribuição, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) à Igreja do Evangelho Eterno de Campo Alegre, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.865.165/0001-02, com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 458, Centro, Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - O valor descrito no caput deste Artigo será repassado em parcela única no mês de agosto de 2013;

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo deverão ser aplicados conforme previsto no Plano de Aplicação apresentado pela Igreja Evangelho Eterno de Campo de Alegre, do Projeto "FORMANDO BONS CIDADÃOS PARA NOSSA CIDADE".

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento, de cada parcela junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º - É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais, cruzados e individuais por credor.

§ 2º - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva prestação de contas.

Art.3º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art.4º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido à Prefeitura Municipal, juntamente com a prestação de contas.

Art.5º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.6º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal, no prazo previsto no Artigo 2º desta Lei, instruída com os seguintes documentos:

- Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas;
- Balancete Demonstrativo, Anexo TC-28;
- Extrato Bancário da Conta Especial e conciliação do Saldo, quando for o caso;
- Fotocópia dos documentos suportes das despesas, bem legíveis e sem rasuras e entrelinhas;
- Declaração do lançamento contábil ratificando o ingresso dos

valores na Receita da Entidade;

f) Relação nominal de todas as crianças e adolescentes atendidos no referido Projeto;

g) Relatório das atividades desenvolvidas no período.

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Entidade.

Art.7º) Para fins de comprovação de gastos, serão considerados despesas as efetuadas a partir do recebimento do recurso.

Art.8º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária do orçamento vigente: 93.01.8.243.0067.2122 - Manutenção e Coordenação das Atividades, 335041.00 - Contribuições, do FIA - Fundo da Infância e Adolescência.

Art.9º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 07/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.874 de 02 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.874 DE 02 DE AGOSTO DE 2013

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o Artigo 3º e Parágrafo Único da Lei Municipal nº 2.782 de 17 de setembro de 2003, alterada pela Lei Municipal 3.531 de 03 de dezembro de 2009; Decreta:

Art.1º) Nomear os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, do Município de Campo Alegre/SC.

I - GOVERNAMENTAL:

* Dois Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras:

Titular: ADERBAL RODRIGO CASTELLAN LOPES;
Suplente: SÉRGIO DA COSTA.

Titular: BRUNO SEELFELD;
Suplente: LUCINEI JOSÉ ODIA.

* Dois Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: EDILSON PRUCKNESKI;
Suplente: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA.

Titular: GILSON OMAR BRUNNQUELL;
Suplente: PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR.

* Um Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: LUCILAINE MOKFA SCHWARZ;
Suplente: LUIS FERNANDO BARTH.

* Um Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: MARIA ELIANE FRIEDRICH;
Suplente: LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO.

* Dois Representantes da Câmara Municipal:

Titular: OLÍVIO ODIA;
Suplente: JOSNEI ROGÉRIO CCHALOUPECK.

Titular: FRANCISCO KUHNEN NETO;
Suplente: ANA LÚCIA PISKI.

* Um Representante do Corpo de Bombeiros Militar:

Titular: ADENILSON EVANGELISTA;
Suplente: RENATO JUNGLES.

* Um Representante da COMDEC - Comissão Municipal de Defesa Civil:

Titular: DENISE APARECIDA ROCHA;
Suplente: JOÃO SAMUEL CUBAS.

* Um Representante da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental:

Titular: PETERSON ALUISIO KOHLER;
Suplente: CLAUDIO DE SOUZA.

II - NÃO GOVERNAMENTAL:

* Representante da ACIACA - Associação Empresarial de Campo Alegre:

Titular: LUIZ EUGENIO DUVOISIN;
Suplente: VALDIR REICHERT.

* Representantes do Comércio através do CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas:

Titular: ADOLAR BAHR;
Suplente: WANDERLEI WERLE.

* Dois Representantes do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo um da Agricultura e outro do Meio Ambiente:

Titular: RUFINO TELMA;
Suplente: LEONIDES HOFF.

Titular: ALUÍSIO BIABOCK;
Suplente: BRÁULIO PRUCKNESKI.

* Representante da Cooperativa de Produtores de Erva-Mate:

Titular: HILDEBERTO BAHR;
Suplente: RUBENS ELIEZER BAHR.

* Representante do Turismo através do COMTUR:

Titular: ERNESTO LARSEN;

Suplente: MÁRCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH.

* Seis Representantes das Associações de Moradores do Município:

Distrito de Fragosos:
Titular: OCIMAR DELOCLÉCIO BAPTISTA;
Suplente: LAÉRCIO FRANCISCO FILHO.

Localidade de Lageado:
Titular: JOSÉ CRISTOFOLINI;
Suplente: NEURI CARDOSO.

Associação de Moradores da Área Rural:
Titular: MARCIA ITNER;
Suplente: VIVIANE LINZMEYER FUCKNER.

Titular: WILTON BUENO DE FARIAS;
Suplente: BRUNO DE LIMA.

Associação de Moradores da Área Urbana:

Titular: IVALINA MACIEL KARVAT;
Suplente: IVETE MARIA LOPES ALEXANDRE.

Titular: ROSANE DE FÁTIMA MELO;
Suplente: ROSANE KATZMANN.

* Dois Representantes dos Profissionais Liberais:

Titular: MARCELO MAURÍCIO FOITTE;
Suplente: VIVIAN WESTPHAL.

Titular: SUELEN MARGOT TRIBESS;
Suplente: VALDELÂNIA NEUMANN.

* Um representante dos Artesãos, através da Associação "Mãos do Campo":

Titular: HERMA SCHWARZ;
Suplente: VANI MARIA WIBBELT.

* Um representante dos Serviços Notariais e Registrais:

Titular: FABÍOLA SCHEFFER BRUNNQUELL;
Suplente: SANDRA BORGHEZAN BECKAUSER.

* Um representante do Conselho Municipal de Habitação:

Titular: ZÉLIA INÊZ LAVAL;
Suplente: ELAINE MARTINS.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 7.238 de 15 de agosto de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 02 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.887 de 08 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.887 DE 08 DE AGOSTO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta: Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.03 - Coordenação de Esporte e Lazer

27.812.0084.2.019 - Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer para Famílias

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

339031.00.136 - Premiações Culturais, Artísticas, Desportivas e Outras R\$ 4.000,00

TOTAL R\$ 5.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

11.03 - Coordenação de Esporte e Lazer

27.812.0084.2.019 - Realização e Participação de Campeonatos Esportivos e Atividades de Lazer para Famílias

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339039.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 08 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.888 de 08 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.888 DE 08 DE AGOSTO DE 2013

AUTORIZA SERVIDORA PÚBLICA A DIRIGIR VEÍCULO DA FROTA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

DECRETA:

Art.1º) Fica autorizada a Servidora Pública Municipal ELIZETE

TERESINHA FOLETTTO FLORÊNCIO, Matrícula Funcional nº 000738; Registro no Sistema sob nº 955265, ocupante do cargo público na função de Assistente Social a dirigir, de forma eventual, os veículos da frota pública municipal abaixo descritos:

§ 1º - Fiat - Uno, Placa MFY-3948 nº 01 da Frota; Gol Volkswagen Placa MKQ-7496 nº 02 da Frota do Desenvolvimento Social;

§ 2º - Os veículos mencionados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Servidora Pública Municipal autorizada, em casos de necessidade, quando não houver motorista disponível para dirigi-lo;

§ 3º) A servidora mencionada no caput do Art.1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos da frota pública municipal, descritos no parágrafo 1º, se estiver devidamente habilitada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art.2º) Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social poderá autorizar outros servidores a dirigir os veículos da frota pública municipal, descrito no parágrafo 1º, observadas as condições impostas pelos §§ 2º e 3º deste Decreto.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 08 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.889 de 12 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.889 DE 12 DE AGOSTO DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso VII; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. MARIA SOFIA CUBAS MACHADO, para exercer o cargo público de Professor, na função de Professor VII - Ciências, Registro no Sistema sob o nº 955271, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.880,49 (um mil, oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos) mensais, pelo período de 12 de agosto de 2013 a 19 de dezembro de 2013, em substituição a professora titular JOSIANE VALERIA FRITZEN ROELL, matrícula funcional nº 000715, Registro no Sistema sob nº 955213, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo

em virtude da contratada ter sido aprovada em 1º lugar, no Processo Seletivo Simplificado nº 013/2012,

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.890 de 12 de Agosto de 2013

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 7.890 DE 12 DE AGOSTO DE 2013

HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 009/2013.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Municipal Complementar 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar a lista dos Classificados do Edital do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 009/2013, conforme Anexo Único parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Os candidatos classificados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 12 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO APROVADO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 009/2013

MÉDICO IV

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF/MF	DATA NASCIMENTO	IDADE	TEMPO SERVIÇOS (MÊS)	Nº PONTOS TEMPO SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO
01	JEURI ANTONIO VARGAS PLASENCIA	607384263-50	22/07/1984	29 anos 16 dias	0	0	1º

CAMPO ALEGRE/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013.

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 009/2013.

Portaria Nº 10.243 de 07 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.243 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Auxiliar de Odontologia, DAISI ISABEL BUCHMANN SCHROEDER, Matrícula Funcional nº 000448, Registro no Sistema sob nº 954393, referente ao período aquisitivo 14 de setembro de 2010 a 13 de setembro de 2011.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 12 de agosto de 2013 a 31 de agosto de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 07 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 07/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.244 de 07 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.244 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo público de Motorista, na função de Motorista da Saúde, CLÓVIS NENEVÊ, Matrícula Funcional nº 000583, Registro no Sistema sob nº 954978, referente ao período aquisitivo 07 de agosto de 2012 a 06 de agosto de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 11 de setembro de 2013 a 20 de setembro de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 07/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.245 de 07 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.245 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público ocupante do cargo público e na função de Agente Administrativo II, PATRICK ONGHERO, Matrícula Funcional nº 000609, Registro no Sistema sob nº 954299, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 05 de agosto de 2013 a 14 de agosto de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de agosto de 2013.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 07/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.246 de 07 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.246 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo público e na função de Agente Administrativo II, ZURITA MARIA PACHECO RÜCKL, Matrícula Funcional nº 282, Registro no Sistema sob nº 109790, referente ao período aquisitivo 15 de abril de 2011 a 14 de abril de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 09 de setembro de 2013 a 28 de setembro de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 07/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.247 de 08 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.247 DE 08 DE AGOSTO DE 2013

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 9.518 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 18, Inciso II e Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º) Revogar todas as disposições da Portaria nº 9.518 de 10 de dezembro de 2012.

Parágrafo único: A revogação de que trata o caput deste Artigo em razão da servidora não ter entrado em gozo de férias.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 08 e agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.248 de 09 de Agosto de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.248 DE 09 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, EVANILDA TOMAZ DE CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000020, Registro no Sistema sob nº 292200, referente ao período aquisitivo 13 de fevereiro de 2012 a 12 de fevereiro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 12 de agosto de 2013 a 26 de agosto de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

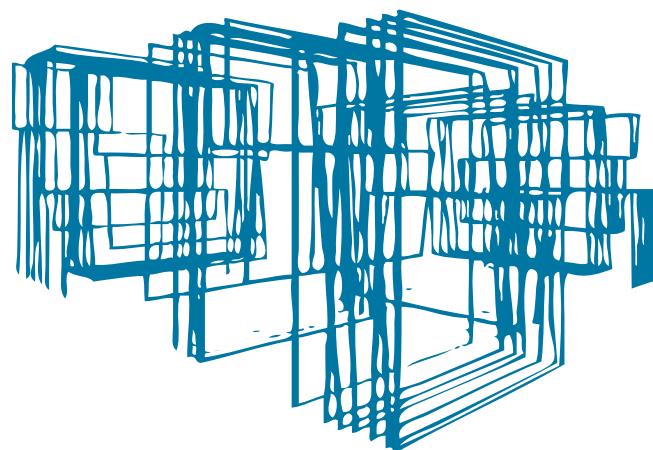
Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de agosto de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

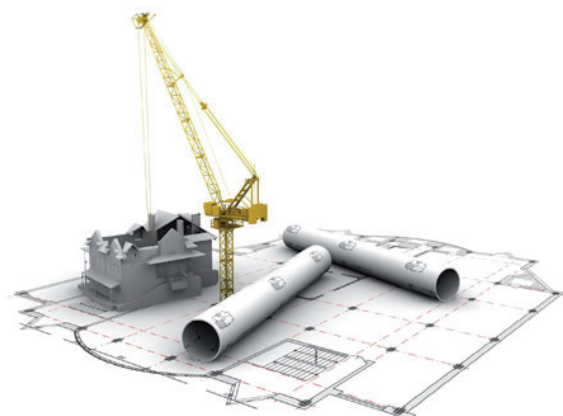
Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 09/08/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Pregão 83/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 83/2013

O objeto da licitação consiste aquisição de equipamentos e materiais para análises, bacteriológicas, físicas químicas da água, para Estação de Tratamento da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental., conforme segue:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	01	Unid.	<p>COLORIMETRO: Que Realize leituras colorimétricas em Absorbância, Transmittância e. Concentração Direta. Possuir acima de 100 ou mais parâmetros na memória fixa, já. Com curvas de calibração prontas, para análises, de A até Z. Possua um espaço na memória para mais de (quatro) curvas de calibrações do interesse do usuário com no mínimo 12 pontos de calibração para cada método (que seja pratico e com confiabilidade na calibração) Acompanhar o aparelho manual de instruções bem como um manual de procedimentos das análises, Referente aos parâmetros já com curvas de calibração, que atenda as necessidades: - para ETA tem: alumínio, flúor, cloro, cor, ferro, manganês e outros. -Atende qualquer método analítico, baseado em colorimétrica. trabalha com quatro comprimentos de onda: 420, 520, 560 e 610 nm. que ofereça reagentes prontos para as análises já calibradas na memória do aparelho, resultando. Possuir memória para armazenar até 50 dados de leitura, para posterior descarga em impressora ou, computador (adaptador opcional), atendendo Norma. Converte resultados de análises com outras formulas químicas, através de tecla. Possua a prova de pó, água e corrosão química. (IP 67) Deve possuir sistema de correção automática do branco para diferenciar das amostras, relógio e calendário em tempo real; indicação da vida útil da bateria no display Oferecer fonte alternativa (de energia) com quatro pilhas tipo AA ou bateria recarregável. Duração vida longa igual ou superior à 6 (seis) meses. Dimensões de aproximadamente: 24 x 9 x 5 cm. Peso: 500g Acompanhar com duas cubetas, adaptador (para outras análises) DQO/TNT, DEVERA ACOMPANHA O EQUIPAMENTO: Reagentes DPD líquido para análise de cloro livre. Possa ser utilizado em 10 ml de amostra sem necessidade de nova curva de calibração. Embalagem de fácil manipulação diferenciadas por cor, tampa fixa e conta gotas acoplados ao frasco. Kit composto de dois frascos (DPD frasco preto 15,5mL que protege o reagente da luz e buffer no frasco branco 13,5mL) e procedimento de análise em vários idiomas, incluindo português. Reagentes suficiente para 200 testes e vida útil de um ano. Manual de instruções e procedimentos em Português, proteção para transporte do equipamento. Garantia mínima de 01 ano.</p>	1.400,00	1.400,00
02	01	Unid.	SOLUÇÃO SPADNS, utilizada na análise do fluoreto. Volume 500 ml.	145,00	145,00
03	01	Unid.	<p>AUTOCLAVE VERTICAL 30L. 220 VOLTS. Para esterilização de materiais e utensílios diversos em laboratórios Saneamento químicos, Farmacêuticos, industriais, em geral câmara, simples, tampa, em bronze fundido, internamente estanhada e extremamente polida e envernizada com guarnição de vedação em silicone, caldeira e cesto em aço inox. Válvula de Segurança e Controladora em bronze, com sistema de peso e contrapeso para regulagem da pressão. Manômetro com duas escalas, sendo uma para temperatura (100 a 143°C) e outra para pressão (0 a 3,0 kgf/cm). Pressão máxima de trabalho: 1,5 kgf/cm correspondendo a 127°C. Gabinete: parte superior em chapas de aço inox AISI 304 e laterais em chapas de aço carbono com tratamento anti-corrosivo e pintura em epóxi, montado sobre quatro pés de borracha. Manípulos: de baquelite (isolante de calor) e elemento interno em latão. Resistências de níquel-cromo, blindadas com tubos de cobre cromados. Painel: possui lâmpada indicadora liga/desliga, chave seletora de calor de três posições e as instruções de uso. Escoamento: para limpeza e drenagem total, através de registro de esfera. Especificações técnicas: Capacidade : 30 L Dimensões internas: diam.30 x alt.45cm Dimensões externas: larg.39 x comp.39 x alt.110cm Cesto interno: quantidade 1 x diam.28 x alt.33cm Potencia: 2000 watts Peso liquido: 39 kg, Garantia mínima de 01 ano. Manual de instruções e procedimentos em Português, proteção para transporte do equipamento.</p>	3.600,00	3.600,00

04	01	Unid.	<p>ESTUFA PARA CULTURA E BACTERIOLOGIA com circulação forçada de ar, internamente em aço inox, sem refrigeração e com certificado de calibração rbc do controlador digital de temperatura, 19 litros.</p> <p>controladores de temperatura:</p> <p>Controle automático microprocessado, com sistema PID;</p> <p>Indicação Digital (Display LED), de quatro dígitos;</p> <p>Sensor de temperatura tipo Pt 100, resolução de 0,1°C;</p> <p>Sessenta e quatro (64) segmentos para utilização de rampa/patamar de temperatura possibilitando o operador a configurar diversos tipos de rampa de aquecimento, com alarme visual no controlador.</p> <p>PAINEL DE CONTROLE:</p> <p>Um (01) controlador e indicador digital de temperatura, chaves de acionamento luminoso e botões liga/desliga para circulação e aquecimento.</p> <p>SISTEMA DE AQUECIMENTO:</p> <p>Resistência de aquecimento por meio de resistências tubulares blindadas e aletadas em aço inox.</p> <p>SISTEMA DE CIRCULAÇÃO:</p> <p>Circulação forçada de ar que garante perfeita homogeneização da temperatura, através de um rotor em aço inox e motor localizado fora da câmara interna. FAIXA DE TEMPERATURA:</p> <p>Temperatura regulável de (ambiente + 15°C) a 60°C;</p> <p>Uniformidade $\pm 1^\circ\text{C}$ a 40°C;</p> <p>Estabilidade de $\pm 0,5^\circ\text{C}$ a 40°C.</p> <p>ESTRUTURA INTERNA:</p> <p>Chapa de aço inox, com suportes para acomodação de três (03) prateleiras espaçadas de 6 em 6 cm.</p> <p>ESTRUTURA EXTERNA:</p> <p>Chapa de aço carbono SAE com tratamento anticorrosivo, pintura eletrostática a pó.</p> <p>PÉS: Pés niveladores de uso em bancada.</p> <p>Porta externa:</p> <p>Chapa de aço carbono 1020 com tratamento anticorrosivo, pintura eletrostática a pó, internamente em aço inox, guarnição magnética em todo perímetro e puxador injetado.</p> <p>Porta interna:</p> <p>Vidro transparente e moldura em aço inox.</p> <p>ISOLAMENTO TÉRMICO:</p> <p>Isolação térmica em todas as laterais e porta.</p> <p>Comunicação:</p> <p>Saída 3 a 20 mA, para registro e monitoramento de temperatura via software.</p> <p>Prateleiras: Acompanha uma (01) prateleira aramada.</p> <p>Certificado de calibração do controlador de temperatura pela RBC (Rede Brasileira de Calibração).</p> <p>Acompanha:</p> <p>Cabo de força com dupla isolação e plug com três pinos, duas fases e um terra NBR 13249;</p> <p>Manual de instrução em português.</p> <p>medidas internas: l 300 x p 250 x a 250 mm</p> <p>medidas externas: l 595 x p 395 x a 400 mm</p> <p>voltagem: 220 v. Manual de instruções e procedimentos em Português, proteção para transporte do equipamento. Garantia mínima de 01 ano.</p>	2.000,00	2.000,00
05	01	Unid.	<p>DESTILADOR DE ÁGUA 2L/h 220 v DELEO DA-2 POTENCIA 2000 w</p> <p>Para 2 litros/hora- Tipo Pilsen de funcionamento contínuo, possuir resistência blindada de imersão, 220, lâmpada piloto, dispositivo desligador automático contra falta d'água, evitando a queima a resistência. O equipamento deve ser de fácil instalação e manuseio com baixa manutenção. Acompanha suporte de fixação na parede. Cuba aquecedora, cúpula e demais partes que entram em contato com a água destilada totalmente em aço inoxidável. Partes externas com acabamento em pintura eletrostática resultando em um equipamento com maior durabilidade e fino acabamento. Manual de instruções e procedimentos em Português, proteção para transporte do equipamento. Garantia mínima de 01 ano..</p>	1.700,00	1.700,00

06	01	Unid.	<p>ESTUFA ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM 40litros, 220 Voltz, Controle digital, intern aço inox.</p> <p>Características: Sistema de convecção por gravidade, com dispositivo superior para saída de ar e suporte para termômetro. Câmara interna com uma prateleira móvel em chapa de aço perfurado e suporte para 03 posições, porta frontal com sistema de fecho tipo rolete do lado direito, para facilitar o manejo, com vedação de silicone.</p> <p>- Construção: Confeccionada em chapa de aço com paredes duplas com tratamento anti-corrosivo, isolamento térmico com lã de vidro em todas as paredes, inclusive portas e teto.</p> <p>- Pintura: Internamente em alumínio especial resistente a altas temperaturas.</p> <p>Externamente em tinta epóxi/eletrostática de fino acabamento texturizado.</p> <p>- Aquecimento: Através de resistência de fio níquel-cromo de fácil substituição e manutenção.</p> <p>- Pannel de Controle: Frontal com controlador de temperatura automático de bulbo capilar, lâmpada piloto indicadora de funcionamento, chave liga/desliga, fusível de segurança e chave 110/220 v.</p> <p>- Controlador de temperatura: eletrônico</p> <p>- Temperatura: de 50 a 250 C</p> <p>- Dimensões Int.: L=45 x P=40 x A=45 cm</p> <p>- Bivolt</p> <p>TERMOSTATO automático</p> <p>TEMPERATURA-50°C a 250°C</p> <p>PRECISÃO-+/- 10°C</p> <p>OPCIONAL:</p> <p>Controle automático microprocessado com sistema PID de indicação digital de três dígitos</p> <p>Resistência de aquecimento por meio de resistências tubulares blindadas em aço inox.</p> <p>Cabo de força com dupla isolamento e plug com três pinos, duas fases e um terra NBR 13249 Certificado de calibração do controlador de temperatura pela RBC. Manual de instruções e procedimentos em Português, proteção para transporte do equipamento. Garantia mínima de 01 ano.</p>	1.500,00	1.500,00
07	01	caixa	<p>SACO PLASTICO ESTERIL C/TIOSSULFATO</p> <p>Caixa com 100UN, para cada tamanho:</p> <p>* Utilizado para coleta de amostra de água.</p> <p>* Saco em polietileno transparente, aprovado pelo FDA</p> <p>* Contém tiossulfato (1x10mg)</p> <p>* Dimensões: 76 mm x 178 mm</p> <p>* Volume máximo: 120mL</p> <p>* Volume útil: até 100mL (com marcação em 100mL)</p> <p>* Certificado de esterilidade acompanha cada caixa</p> <p>* Estéril (esterilização por irradiação gama), descartável, com tarja branca para escrita e fechamento de arame</p>	150,00	150,00
08	01	caixa	<p>SACO PLASTICO ESTERIL C/TIOSSULFATO</p> <p>Caixa com 100UN, para cada tamanho:</p> <p>* Utilizado para coleta de amostra de água.</p> <p>* Saco em polietileno transparente, aprovado pelo FDA</p> <p>* Contém tiossulfato (1x10mg)</p> <p>* Dimensões: 76 mm x 178 mm</p> <p>* Volume máximo: 200mL</p> <p>* Volume útil: até 150mL (com marcação em 100mL)</p> <p>* Certificado de esterilidade acompanha cada caixa</p> <p>* Estéril (esterilização por irradiação gama), descartável, com tarja branca para escrita e fechamento de arame.</p>	150,00	150,00
09	02	Frasco	<p>Pisseta- Frasco Lavador- Graduado em silk-screen</p> <p>Material: Polietileno</p> <p>Tampa e bico moldado em uma única peça para evitar vazamento.</p> <p>Acompanha uma pequena tampa e bico.</p>	5,00	10,00
10	01	Caixa	<p>PLACAS DE PETRI DESIDRATADA PARA, COLIFORMES E.COLI</p> <p>CAIXA COM 100 UN</p> <p>* Sistema Membrana Filtrante</p> <p>* Kit composto por Placa de Petri 47mm, meio de cultura desidratado e membrana filtrante.</p> <p>* Para detecção de coliformes e E. coli.</p> <p>* Incubação 24h a 36° +/- 2°C</p> <p>*Membrana individual, porosidade de 0,45um, diâmetro 47mm, branca com grid verde.</p>	130,00	130,00
11	02	Unid.	<p>PINÇA PARA MEMBRANA EM ACO INOX.</p> <p>* Pinça em aço inox para membranas, projetada para reduzir perdas que ocorrem normalmente no manuseio de membranas.</p> <p>Permite o trabalho com membranas para filtração, eliminando riscos de contaminação e de aplicação excessiva de pressão, que não produza danos ao material.</p>	45,00	90,00

12	01	Unid.	<p>HOLDER DIAM 47mm VIDRO (OU 50mm) KITAZATO 1000 ml P/VÁCUO CONJUNTO FILTRAÇÃO VIDRO BOROSILICATO. Holder totalmente em vidro para remoção de partículas de solventes para determinações analíticas. Material: vidro de qualidade suportando temperatura superior a 270°C. Componentes principais: Funil, presilha, unidade de filtração e kitassato. Área de filtração 12,5 cm2 Conjunto de filtração para membranas com diâmetro de 47mm. Composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Funil em vidro boro silicato com capacid. de 300 ml; - Garra de alumínio - Suporte para membrana, em vidro; - Conexão esmerilhada; - Frasco 1000ml para coleta, com junta esmerilhada. 	831,00	831,00
13	01	Unid.	<p>BOMBA DE VÁCUO TIPO ROTOR DE PALHETAS. Bomba de vácuo e Compressor de ar Sistema de Palhetas Rotativas Lubrificadas à Óleo As bombas de vácuo produzem alternadamente vácuo ou ar comprimido conforme a necessidade do usuário. CARACTERÍSTICAS Opera em vácuo ou compressor fácil manuseio, compacta e leve, baixa vibração, custo baixo de manutenção. APLICAÇÕES Laboratórios de Saneamento Analises de Água para Controle de Qualidade Modelo Tipo Peso Alimentação 131 2VC 13kg Bivolt Deslocamento Teórico: 2.20m3/h (37L/min.) 1,29 CFM. Pressão máxima: 20/25PSI Vácuo Maximo: bar 730 - mm/hg 685 - pol/HG 26 Potencia do Motor: 1/4HP Rotação 60 Hz: 1725 RPM Cabo de força atende a nova norma ABNT NBR 14136Obs. Deverá acompanhar, manual em português, bem como garantia do equipamento. Garantia mínima de 01 ano.</p>	1.300,00	1.300,00
14	01	Unid.	<p>BALÃO VOLUMÉTRICO 50 ml EM PMP BRAND TAMPA PP (TPX) Balões volumétricos, PMP, transparentes. Com tampa em PP.Limites de erro correspondentes à classe B, DIN EN ISO 1042 Calibrado a conter (TC In). A exposição a temperaturas até 60°C não produz variações de volume que ultrapassem permanentemente o limite de erro. Resistente temperatura de limpeza não exceda 60°C.</p>	50,00	50,00
15	01	Unid.	<p>BALÃO VOLUMÉTRICO 250 ml EM PMP BRAND TAMPA. Balões volumétricos, PMP, transparentes. Com tampa em PP. Limites de erro correspondentes à classe B, DIN EN ISO. 1042 Calibrado a conter (TC In). A exposição a temperaturas até 60°C não produz variações de volume que ultrapassem permanentemente o limite de erro.</p>	73,00	73,00
16	01	Unid.	<p>PROVETA 50 ml EM PP BRAND GRADUAÇÃO EM ESMALTE COR Proveta em PP, forma alta, classe B, com escalas de esmalte em cor ou em. Relevô. Em PP translúcido. DIN 12681 e ISO 6706.Calibradas a conter(TC,In) A Exposição a temperaturas de até 80°C não produz variações de volume que Ultrapassem permanentemente o limite de erro. Recomenda-se que resista a temperatura de limpeza não exceda 60°C, a fim de proteger a graduação.</p>	20,00	20,00
17	01	Unid.	<p>PROVETA 100 ml EM PP BRAND GRADUAÇÃO EM ESMALTE COR Proveta em PP, forma alta, classe B, com escalas de esmalte em cor ou em Relevô. Em PP translúcido. DIN 12681 e ISO 6706.Calibradas a conter(TC,In) A Exposição a temperaturas de até 80°C não produz variações de volume que Ultrapassem permanentemente o limite de erro. Recomenda-se que resista a temperatura de limpeza não exceda 60°C, a fim de proteger a graduação.</p>	27,00	27,00
18	01	Unid.	<p>BEAKER 250 ml F. BAIXA EM PMP BRAND TRANSP. ESC. EM RELEVO Beaker forma baixa Segunda a norma ISO 7056.Com graduação borda e bico.possibilite ser empilhados economizando espaço. Para proteger a graduação a limpeza deve ser feita com temperaturas de até 60°C max.Para esterilização em autoclave (121°C), recomendado graduação em relevo. Em PMP, transparente.</p>	5,00	5,00

19	01	Unid.	BEAKER 500 ml F. BAIXA EM PMP BRAND TRANSP. ESC. EM RELEVO Beaker forma baixa Segunda a norma ISO 7056.Com graduação borda e bico.possibilite ser empilhados economizando espaço. Para proteger a graduação a limpeza deve ser feita com temperaturas de até 60°C max.Para esterilização em autoclave (121°C), recomendado graduação em relevo. Em PMP, transparente.	22,00	22,00
20	02	Unid.	ERLENMEYER 125 ml EM PP AUTOCL. GRAVAÇÃO AZUL J PROLAB	9,00	18,00
21	02	Unid.	ERLENMEYER 250ml EM PP AUTOCL. GRAVAÇÃO AZUL J PROLAB	10,00	20,00
22	02	Unid.	Reagente DPD líquido para análise de cloro livre. Pode ser utilizado com todos os equipamentos que utilizam 10 ml de amostra sem necessidade de nova curva de calibração. Embalagem de fácil manipulação diferenciadas por cor, tampa fixa e conta gotas acoplados ao frasco. Kit composto de dois frascos (DPD frasco preto 15,5mL que protege o reagente da luz e buffer no frasco branco 13,5mL) e manual procedimento de análise em português. Reagentes suficiente para 200 testes e vida útil de um ano.	120,00	240,00
					R\$ 13.481,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 23/08/2013, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 9 horas e 45 minutos, do dia 23/08/2013, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.
- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 – Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental; Projeto: 2.124 – Manutenção e Coordenação das Atividades Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 – Equipamentos e Material Permanente – Recurso: 00.00.0766 – (código reduzido: 299, valor reservado R\$ 11.500,00 e Material de Consumo Elemento de despesa: 3.3.30.90.00.00.00.00, valor R\$ 1.981,00

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 83/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 12 de agosto de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Homologação Aprovado Processo Seletivo Simplificado Edital N° 009/2013.

GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – SC.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO APROVADO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 009/2013

MÉDICO IV

Nº INS-CRIÇÃO	CANDIDATOS	CPF/MF	DATA NASCIMENTO	IDADE	TEMPO SERVIÇOS (MÊS)	Nº PONTOS TEMPO SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO
01	Jeuri Antonio Vargas Plasencia	607384263-50	22/07/1984	29 anos 16 dias	0	0	1º

CAMPO ALEGRE/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013.

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N° 009/2013.

Campos Novos

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Md N° 6/2013

RESOLUÇÃO MD N° 6/2013

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores do município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos Arts. 57 da LOM, combinado com os Art. 63, 65 e 138 do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido que o horário de funcionamento (expediente externo) da Câmara de Vereadores de Campos Novos, será de segunda à sexta feira, das 08:30hs às 12:00hs e das 13:30hs às 18:00hs.

Art. 2º. O horário de expediente interno para os servidores com carga horária de 40hs semanais será o mesmo do artigo anterior.

Art. 3º. O horário de expediente interno para os servidores com carga horária de 30hs semanais será da seguinte forma:

I - (1) Auxiliar de Serviços Operacionais: das 07:00hs às 13:00hs;
II - (1) Auxiliar de Serviços Operacionais: das 12:00hs às 18:00hs;

III- (1) Operador de Central Telefônica: das 07:00hs às 13:00hs;

IV- (1) Operador de Central Telefônica: das 12:00hs às 18:00hs;



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor a data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, o Decreto n°. 17/2012.

Câmara Municipal de Vereadores, 08 de agosto de 2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI

Vice-Presidente

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

Resolução Md N° 6/2013

RESOLUÇÃO MD N° 6/2013

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores do município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos Arts. 57 da LOM, combinado com os Art. 63, 65 e 138 do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido que o horário de funcionamento (expediente externo) da Câmara de Vereadores de Campos Novos, será de segunda à sexta feira, das 08:30hs às 12:00hs e das 13:30hs às 18:00hs.

Art. 2º. O horário de expediente interno para os servidores com carga horária de 40hs semanais será o mesmo do artigo anterior.

Art. 3º. O horário de expediente interno para os servidores com carga horária de 30hs semanais será da seguinte forma:

I - (1) Auxiliar de Serviços Operacionais: das 07:00hs às 13:00hs;

II - (1) Auxiliar de Serviços Operacionais: das 12:00hs às 18:00hs;

III- (1) Operador de Central Telefônica: das 07:00hs às 13:00hs;

IV- (1) Operador de Central Telefônica: das 12:00hs às 18:00hs;

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor a data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, o Decreto n°. 17/2012.

Câmara Municipal de Vereadores, 08 de agosto de 2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI

Vice-Presidente

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

Resolução Md N° 6/2013

RESOLUÇÃO MD N° 6/2013

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores do município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos Arts. 57 da LOM, combinado com os Art. 63, 65 e 138 do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido que o horário de funcionamento (expediente externo) da Câmara de Vereadores de Campos Novos, será de segunda à sexta feira, das 08:30hs às 12:00hs e das 13:30hs às 18:00hs.

Art. 2º. O horário de expediente interno para os servidores com carga horária de 40hs semanais será o mesmo do artigo anterior.

Art. 3º. O horário de expediente interno para os servidores com carga horária de 30hs semanais será da seguinte forma:

I - (1) Auxiliar de Serviços Operacionais: das 07:00hs às 13:00hs;

II - (1) Auxiliar de Serviços Operacionais: das 12:00hs às 18:00hs;

III- (1) Operador de Central Telefônica: das 07:00hs às 13:00hs;

IV- (1) Operador de Central Telefônica: das 12:00hs às 18:00hs;

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor a data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, o Decreto n°. 17/2012.

Câmara Municipal de Vereadores, 08 de agosto de 2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI

Vice-Presidente

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

Resolução Md N° 6/2013

RESOLUÇÃO MD N° 6/2013

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores do município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos Arts. 57 da LOM, combinado com os Art. 63, 65 e 138 do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido que o horário de funcionamento (expediente externo) da Câmara de Vereadores de Campos Novos, será de segunda à sexta feira, das 08:30hs às 12:00hs e das 13:30hs às 18:00hs.

Art. 2º. O horário de expediente interno para os servidores com carga horária de 40hs semanais será o mesmo do artigo anterior.

Art. 3º. O horário de expediente interno para os servidores com carga horária de 30hs semanais será da seguinte forma:

I - (1) Auxiliar de Serviços Operacionais: das 07:00hs às 13:00hs;

II - (1) Auxiliar de Serviços Operacionais: das 12:00hs às 18:00hs;

III- (1) Operador de Central Telefônica: das 07:00hs às 13:00hs;

IV- (1) Operador de Central Telefônica: das 12:00hs às 18:00hs;

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor a data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, o Decreto n°. 17/2012.

Câmara Municipal de Vereadores, 08 de agosto de 2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI

Vice-Presidente

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

Moção N° 48/2013

MOÇÃO N° 48/2013

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado a homenageada a seguinte

MOÇÃO DE AGRADECIMENTO

O Poder Legislativo de Campos Novos vem por meio de seus representantes legais, manifesta integral e irrestrito agradecimento à Senhora

“MÁRCIA RAMBO”

A pedido do vereador Maurílio Castro Campagnoni (Cássio), vimos por meio deste agradecer à Senhora Márcia Rambo pelos 24 anos de serviços prestados à comunidade camponovense como funcionária da Caixa Econômica Federal.

Agradecemos e parabenizamos em nome dos cidadãos camponovenses pela dedicação e seriedade com a qual sempre conduziu seus trabalhos. Temos orgulho e ficamos imensamente agradecidos por ter representado e levado com tamanha competência o nome de Campos Novos à diversos Municípios em que também trabalhou.

Assim sendo, reiteramos nossos agradecimentos e congratulações, desejando-lhe sucesso em sua caminhada.

Sala das Sessões, em 06/08/2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

Continuação moção n°. 48/2013

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI

Vice-Presidente

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

ADAVILSON TELLES

Vereador

IRINEU ARMANDO OSÓRIO JUNIOR

Vereador

JOSÉ TADEU GUZATTI

Vereador

RICARDO DAMÁSIO

Vereador

RUI JORGE TOMAZONI

Vereador

Lido no Expediente

____/____/____

Aprovado

____/____/____

Canoinhas**PREFEITURA****Publicação do Edital de Pregão Eletrônico N° PMC 08/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 105/2013

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º PMC 08/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/08/2013, às 10h00mim, Pregão Eletrônico para AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) MOTOCICLETAS NOVAS, ZERO QUILOMETRO, ANO E MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2013, DESTINADA AO POLICIAMENTO DA CIDADE DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 27/08/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 1-51/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-51/2013

ALTERAÇÃO DE PRAZO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 47/2013

TOMADA DE PREÇO N.º PMC 06/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-51/2013 referente ao contrato n.º PMC 51/2013. Data do Aditivo: 24/07/2013. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE SERVIÇO NA OBRA DA CENTRAL DE CONGELAMENTO E ARMAZENAMENTO DE PEQUENOS FRUTOS. Contratada: J LUMA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 31/07/2013, passará a ser até 30/08/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 1-57/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-57/2013

ACRESCIMO DE VALOR

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 38/2013

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 04/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-57/2013 referente ao contrato n.º PMC 57/2013.



Data do Aditivo: 01/07/2013. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO. Contratada: ADEPLAN PRESTADORA DE SERVIÇOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 04.639.608/0001-11. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 17.892,00 (dezesete mil, novecentos e noventa e dois reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 2-49/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-49/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 44/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 04/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-49/2013 referente ao contrato n.º PMC 49/2013. Data do Aditivo: 02/08/2013. Objeto Contratado: REFORMA DO ESTÁDIO MUNICIPAL BENEDITO THERÉZIO DE CARVALHO JUNIOR. Contratada: J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 10.912.255/0001-84. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 02/08/2013, passará a ser até 02/09/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 2-55/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-55/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 42/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 27/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-55/2013 referente ao contrato n.º PMC 55/2013. Data do Aditivo: 17/07/2013. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DA Balsa de Santa Leocádia. Contratada: SYDORAK & CIA LTDA, CNPJ: 78.986.932/0001-42. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 17/07/2013, passará a ser até 16/08/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 3-84/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-84/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 117/2012
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 30/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito

à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-84/2012 referente ao contrato n.º PMC 84/2012. Data do Aditivo: 02/08/2013. Objeto Contratado: CONSTRUÇÃO DE 05 (CINCO) UNIDADES HABITACIONAIS. Contratada: SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 07.894.826/0001-90. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 02/08/2013, passará a ser até 02/10/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 4-13/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 4-13/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 01/2012
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 01/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-13/2012 referente ao contrato n.º PMC 13/2013. Data do Aditivo: 19/07/2013. Objeto Contratado: OBRA RELATIVA À CONSTRUÇÃO DE CRECHE TIPO "C" PRÓ Infância PAC "2". Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP, CNPJ: 09.080.541/0001-41. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 19/07/2013, passará a ser até 16/08/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 4-172/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 4-172/2011
ACRESCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 185/2011
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 46/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-172/2011 referente ao contrato n.º PMC 172/2011. Data do Aditivo: 22/07/2013. Objeto Contratado: REURBANIZAÇÃO DA RUA WENDELIN METZGER. Contratada: AWS - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 07.793.317/0001-71. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao contrato, em virtude do reajuste do INPC, o valor de R\$ 66.389,08 (Sessenta e seis mil, trezentos e oitenta e nove reais e oito centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 4-46/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 4-46/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 41/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 26/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-46/2013 referente ao contrato n.º PMC 46/2013. Data do Aditivo: 23/07/2013. Objeto Contratado: REVISÃO GERAL DO BRITADOR. Contratada: BRISFALTO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, CNPJ: 01.845.183/0001-09. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 27/07/2013, passará a ser até 08/08/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 4-68/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 4-68/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 76/2012
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 24/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-68/2012 referente ao contrato n.º PMC 68/2012. Data do Aditivo: 19/07/2013. Objeto Contratado: PAVIMENTAÇÃO NA RUA JOAQUIM DE PAULA VIEIRA COM LAJOTA SEXTAVADA. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 21/06/2013, passará a ser até 19/09/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 5-161/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 5-161/2011
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 207/2011
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º PMC 05/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-161/2011 referente ao contrato n.º PMC 161/2011. Data do Aditivo: 23/07/2013. Objeto Contratado: CONTRATO DE LOCAÇÃO. Contratada: SABBAGH BATSCHAUER IMÓVEIS LTDA, CNPJ: 06.024.570/0001-06. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 30/07/2013, passará a ser até 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 5-46/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 5-46/2013
ACRESCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 41/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 26/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-46/2013 referente ao contrato n.º PMC 46/2013. Data do Aditivo: 31/07/2013. Objeto Contratado: REVISÃO GERAL DO BRITADOR. Contratada: BRISFALTO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, CNPJ: 01.845.183/0001-09. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica o valor do contrato aumentado em R\$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 6-36/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 6-36/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 33/2012
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 11/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 6-36/2012 referente ao contrato n.º PMC 36/2012. Data do Aditivo: 22/07/2013. Objeto Contratado: ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO DE COZINHA COMUNITÁRIA. Contratada: CONSTRUTORA E CERÂMICA LMR SUL LTDA, CNPJ: 05.660.367/0001-55. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 22/07/2013, passará a ser até 22/08/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 6-46/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 6-46/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 41/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 26/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 6-46/2013 referente ao contrato n.º PMC 46/2013. Data do Aditivo: 08/08/2013. Objeto Contratado: REVISÃO GERAL DO BRITADOR. Contratada: BRISFALTO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, CNPJ: 01.845.183/0001-09. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 08/08/2013, passará a ser até 23/08/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 6-78/2010

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 6-78/2010
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRESCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 140/2010
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 30/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 6-78/2010 referente ao contrato n.º PMC 78/2010. Data do Aditivo: 25/07/2013. Objeto Contratado: PRESTAR O SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM COBERTURA DE SINAL NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratada: 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A., CNPJ: 05.423.963/0001-11. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 30/07/2013, passará a ser até 23/08/2013 e fica acrescido ao contrato, o valor de R\$ 2.382,80 (dois mil trezentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 9-19/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 9-19/2011
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 12/2011
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 02/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 9-19/2011 referente ao contrato n.º PMC 19/2011. Data do Aditivo: 24/07/2013. Objeto Contratado: ESTUDO DE CONCEPÇÃO E PROJETO BÁSICO DO SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DOS ESGOTOS SANITÁRIOS DA CIDADE DE CANOINHAS. Contratada: HABITARK ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 05.269.823/0001-30. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 30/07/2013, passará a ser até 30/09/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Capinzal**SIMAE****Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° Cao/24/2013**

Pregão Presencial N° CAO/24/2013
Processo Licitatório N° CAO/0299/2013
OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de um Microcomputador.
TIPO: Menor preço por item.

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 26 de agosto de 2013.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.com.br, francieli@simaecao.com.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 13 de agosto de 2013.
FRANCIELI A. DA ROSA
Pregoeira

Extrato de Convênio

EXTRATO DE CONVÊNIO
TERMO DO DÉCIMO SEGUNDO ADITIVO AO CONVÊNIO N° CAO/01/2001
CONVENIADA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVENIENTE: CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAPINZAL E OURO.

OBJETO: CESSÃO DE SERVIDOR PARA DESEMPENHAR ATIVIDADE NO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAPINZAL E OURO.
DATA DA ASSINATURA: 09/08/2013
VIGÊNCIA: 12/08/2013 A 11/08/2014

SIDNEI PENZO DIEGO SOMMER THIESEN ALVES
DIRETOR - CONVENIADA
COMANDANTE DO CORPO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL E OURO

Catanduvás**PREFEITURA****Lei N° 2.410 de 8 de Agosto de 2013**

LEI N° 2.410 de 8 de agosto de 2013
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR CONVÊNIO COM A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISAAPARECIDAGIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a SOCIEDADE PATRONATO ANJO DA GUARDA DE CATANDUVAS - SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.996.187/0001-31, entidade filantrópica sem fins lucrativos, visando a manutenção de programa de cooperação financeira.

Art. 2º O Município repassará à entidade conveniada a importância correspondente a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) por mês, para cada criança de Catanduvás que se encontre abrigada.

Art. 3º O valor repassado deverá ser depositado em conta específica da Entidade e prestado conta no prazo máximo de sessenta (60) dias após o recebimento.

Parágrafo único. A Entidade poderá utilizar o valor repassado em despesas de custeio e manutenção.

Art. 4º O prazo de vigência do convênio será de quarenta e um (41) meses, correspondendo o período compreendido entre 1º de agosto de 2013 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 5º As despesas para o cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 1º de agosto de 2013.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 8 de agosto de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

Decreto Nº 1.919 de 9 de Agosto de 2013

DECRETO Nº 1.919 de 9 de agosto de 2013.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Lei 2.127/07, com o texto alterado pela Lei 2.148/07; e

CONSIDERANDO o decurso do mandato dos membros nomeados pelo Decreto Municipal nº 1.769, de 18 de julho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, nos termos do art. 2º da Lei nº 2.127, de 6 de julho de 2007 alterada pela Lei nº 2.148, de 25 de setembro de 2007, os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, conforme segue:

NOME	REPRESENTAÇÃO
CLÓVIS JOSÉ DE LUCCA – TITULAR	REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
SOLANGE FÁTIMA MAYER SECCO – SUPLENTE	
LUIZ HENRIQUE MENDES DA SILVA – TITULAR	REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO DOCENTE MUNICIPAL – PROFESSORES
SALETE RIBEIRO CHIARELLO – SUPLENTE	
LOURDES MAURO RAMOS – TITULAR	REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO DOCENTE MUNICIPAL – PROFESSORES
JANETE MARIA ZATERA – SUPLENTE	
SÍLVIA TALINI – TITULAR	REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO DOCENTE MUNICIPAL – DIRETORES
ALESSANDRA WANESSA COLLA – SUPLENTE	
ELIA BRANCO DE CAMARGO – TITULAR	REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO DOCENTE MUNICIPAL – SERVIDOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO
GLADIMAR DAMBROS – SUPLENTE	
ELIANE HETKOWSKI – TITULAR	REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA
NOELI NATZUIK – SUPLENTE	
CARLA LUIZA DE MARQUIAS – TITULAR	REPRESENTANTE DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA
RICARDO CAMELO – SUPLENTE	

SÍLVIA TEREZINHA COLLA MENEGAZZO – TITULAR	REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANA PAULA FERNANDES – SUPLENTE	
ALDA MARMENTINI NORA – TITULAR	REPRESENTANTES DO EXECUTIVO MUNICIPAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TASSIANA CLÁUDIA FELIPE – SUPLENTE	
GENI APª CASSIANO DE MORAIS – TITULAR	REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR
ELAINE RAMOS – SUPLENTE	
GABRIELA CAROLINE MOTERLE – TITULAR	REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA SECUNDARISTA
GILBERTO F. PRADO DOS SANTOS – SUPLENTE	

Art. 2º Para exercer a Presidência e Vice-Presidência do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, ficam designados, respectivamente, os membros Luiz Henrique Mendes da Silva e Sílvia Talini, devidamente escolhidos por intermédio de votação realizada entre os membros integrantes, registrada na Ata n. 34/2013 do Livro 01 do Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEB, de 16 de maio de 2005.

Art. 3º Os Conselheiros ora nomeados terão mandato de dois (2) anos.

Art. 4º Pela participação no Conselho, os membros acima nomeados não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº 1.915 de 16 de julho de 2013.

Catanduvas(SC), 09 de agosto de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado por esta Secretaria, nesta data.

Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMS N° 0072/2013**Estado de Santa Catarina****Município de Catanduvas****PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N° 0072/2013**

Processo Licitatório n° 0060/2013

Inexigibilidade n° 0002/2013

Objeto: Plantões Médicos em Sábados, domingos e Feriados no Pronto Atendimento do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Contratante: **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC.**Contratado (a): **DEOMAR PRETTO.**

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;**CONSIDERANDO** o previsto nos itens 1.2 e 1.5 da CLÁUSULA I do Contrato firmado entre as partes;**CONSIDERANDO** a necessidade de modificar a forma de distribuição da carga horária inicialmente estabelecida;**CONSIDERANDO** o interesse da Administração Municipal em efetuar esta alteração, buscando uma melhor e mais eficiente forma de atendimento aos usuários;**RESOLVEM:****CLÁUSULA PRIMEIRA** – Alterar a forma de distribuição das cargas horárias dos plantões médicos elencados na CLÁUSULA I do Contrato da seguinte forma:

Item	Quantidade	Und	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	854,00	hrs	Plantão médico em sábados, domingos e feriados. 07hs às 19hs = 12 hs diárias		80,00	68.320,00
2	260,00	hrs	Plantão médico em sábados. 19hs às 07hs = 12 hrs diárias		80,00	20.800,00
3	234,00	hrs	Plantão médico em domingos 19hs às 07hs = 12 hs diárias		80,00	18.720,00
					TOTAL	107.840,00

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e disposições do Contrato inicial permanecem inalteradas e em pleno vigor.**FUNDAMENTO JURÍDICO** – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 58, I, da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 05 de agosto de 2013.

Contrato Originário: 22 de julho de 2013.

Elizete Cardoso da Silva – Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato FMS N° 0072/2013**Estado de Santa Catarina****Município de Catanduvas****PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N° 0072/2013**

Processo Licitatório n° 0060/2013

Inexigibilidade n° 0002/2013

Objeto: Plantões Médicos em Sábados, domingos e Feriados no Pronto Atendimento do Hospital Municipal Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Contratante: **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC.**Contratado (a): **DEOMAR PRETTO.**

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;**CONSIDERANDO** o previsto nos itens 1.2 e 1.5 da CLÁUSULA I do Contrato firmado entre as partes;**CONSIDERANDO** a necessidade de modificar a forma de distribuição da carga horária inicialmente estabelecida;**CONSIDERANDO** o interesse da Administração Municipal em efetuar esta alteração, buscando uma melhor e mais eficiente forma de atendimento aos usuários;**RESOLVEM:****CLÁUSULA PRIMEIRA** – Alterar a forma de distribuição das cargas horárias dos plantões médicos elencados na CLÁUSULA I do Contrato da seguinte forma:

Item	Quantidade	Und	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	854,00	hrs	Plantão médico em sábados, domingos e feriados. 07hs às 19hs = 12 hs diárias		80,00	68.320,00
2	260,00	hrs	Plantão médico em sábados. 19hs às 07hs = 12 hrs diárias		80,00	20.800,00
3	234,00	hrs	Plantão médico em domingos 19hs às 07hs = 12 hs diárias		80,00	18.720,00
					TOTAL	107.840,00

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e disposições do Contrato inicial permanecem inalteradas e em pleno vigor.**FUNDAMENTO JURÍDICO** – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 58, I, da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 05 de agosto de 2013.

Contrato Originário: 22 de julho de 2013.

Elizete Cardoso da Silva – Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC N° 0017/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC N° 0017/2013
Processo Licitatório nº 0004/2013
Pregão nº 0002/2013

Objeto: Materiais de expediente para as Secretarias de Administração e Finanças e de Infraestrutura.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

Contratado (a): OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, bem como do Setor de Compras e Licitação;
CONSIDERANDO o previsto na CLÁUSULA XI do Contrato firmado entre as partes;

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Aditivar ao Contrato inicial a importância de R\$ 736,56 (setecentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos), correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor total do Contrato passa a ser de R\$ 3.682,81 (três mil seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e um centavos).

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas - SC, 9 de agosto de 2013.

Contrato Originário: 7 de fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**Relatórios Mensais - Ref. 07/2013**

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

ANEXO TC-05

ESTADO DE SANTA CATARINA

Balancete Financeiro de 07/2013

Emissão: 31/07/2013

> TITULOS	V A L O R	> TITULOS	V A L O R
		DESPESA ORCAMENTARIA	73.488,40
		LEGISLATIVA	73.488,40
> RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	104.324,45	> DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	16.926,44
PREVIDENCIA SOCIAL	3.566,68	PREVIDENCIA SOCIAL	3.566,68
INSS	3.566,68	INSS	3.566,68
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	805,38	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	805,38
IRRF/GDF	805,38	IRRF/GDF	805,38
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	4.111,11	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CNPJ, CPF,	4.111,11
DIVERSOS CONSIGNATARIOS	272,40	DIVERSOS CONSIGNATARIOS	272,40
ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	272,40	ASSOCIACOES CNPJ, CPF, UG, IG OU 999	272,40
OUTROS DEPOSITOS CNPJ, CPF, UG, IG OU 99	798,01	CONVENIOS A PAGAR	202,55
CONVENIOS A PAGAR	202,55	DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	202,55
DO EXERCICIO NUMERO CONVENIO + NUM.PARC	202,55	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	7.968,32
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	7.968,32	INSS	7.968,32
INSS	7.968,32		
REPASSE RECEBIDO FONTE DE RECURSOS	86.600,00		
> DESPESA EMPENHADA	73.488,40	> DESPESA PAGA	72.838,40
CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR CELULA DES	73.488,40	CREDITO LIQUIDADO	72.838,40
		CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO CELULA DE	72.838,40
> SALDOS ANTERIORES	181.846,01	> SALDOS ATUAIS	196.405,62
BANCO DO BRASIL	20.120,41	BANCO DO BRASIL	20.191,42
BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	50.022,28	BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - BB	50.290,81
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	111.703,32	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	125.923,39
> TOTAL	359.658,86	> TOTAL	359.658,86

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 022439/0-0
SIMONE V. S. DE MARTINI



[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de julho, Saldos até 31/07/2013Exercício: 2013
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.040.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	1.040.000,00	73.488,40	412.120,84	0,00	627.879,16	72.838,40	650,00
0101	CAMARA MUNICIPAL	1.040.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	1.040.000,00	73.488,40	412.120,84	0,00	627.879,16	72.838,40	650,00
01	LEGISLATIVA	1.040.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	1.040.000,00	73.488,40	412.120,84	0,00	627.879,16	72.838,40	650,00
031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.040.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	1.040.000,00	73.488,40	412.120,84	0,00	627.879,16	72.838,40	650,00
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	1.040.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	1.040.000,00	73.488,40	412.120,84	0,00	627.879,16	72.838,40	650,00
2001	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO	890.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	890.000,00	72.308,40	408.189,84	0,00	481.810,16	71.658,40	650,00
30000000	DESPESAS CORRENTES	890.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	890.000,00	72.308,40	408.189,84	0,00	481.810,16	71.658,40	650,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	47.553,79	289.328,13	0,00	310.671,87	47.553,79	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	47.553,79	289.328,13	0,00	310.671,87	47.553,79	0,00
31900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	47.553,79	289.328,13	0,00	310.671,87	47.553,79	0,00
31900900	» 0100 000000 SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,79	14,79	0,00	0,00	14,79	0,00
31900901	* 0100 000000 salário família ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,79	14,79	0,00	0,00	14,79	0,00
31901100	» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.570,68	239.384,24	0,00	0,00	39.570,68	0,00
31901101	* 0100 000000 vencimentos e salari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.994,09	229.984,68	0,00	0,00	36.994,09	0,00
31901137	* 0100 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.020,78	6.673,44	0,00	0,00	1.020,78	0,00
31901143	* 0100 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166,89	1.166,89	0,00	0,00	1.166,89	0,00
31901145	* 0100 000000 férias abono constit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388,92	1.559,23	0,00	0,00	388,92	0,00
31901200	* 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901203	* 0100 000000 gratificação por tem	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901300	* 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.968,32	49.929,10	0,00	0,00	7.968,32	0,00
31901302	* 0100 000000 contribuições previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.968,32	49.929,10	0,00	0,00	7.968,32	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	290.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	290.000,00	24.754,61	118.861,71	0,00	171.138,29	24.104,61	650,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	202,55	1.319,49	0,00	5.680,51	202,55	0,00
33500000	» 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	202,55	1.319,49	0,00	5.680,51	202,55	0,00
33504100	* 0100 000000 CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,55	1.319,49	0,00	0,00	202,55	0,00
33504199	* 0100 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,55	1.319,49	0,00	0,00	202,55	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	283.000,00	0,00	0,00	2.000,00	281.000,00	24.552,06	117.542,22	0,00	163.457,78	23.902,06	650,00
33900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	283.000,00	0,00	0,00	2.000,00	281.000,00	24.552,06	115.942,22	0,00	165.057,78	23.902,06	650,00
33901400	» 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.750,60	48.016,80	0,00	0,00	9.750,60	0,00
33901414	* 0100 000000 diárias no país civ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.750,60	48.016,80	0,00	0,00	9.750,60	0,00
33903000	* 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.763,35	16.375,27	0,00	0,00	5.763,35	0,00
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubri	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56,00	1.553,56	0,00	0,00	56,00	0,00
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89,21	1.273,29	0,00	0,00	89,21	0,00
33903016	* 0100 000000 material de expedien	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,00	1.257,13	0,00	0,00	38,00	0,00
33903017	* 0100 000000 material de processa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55,00	395,00	0,00	0,00	55,00	0,00
33903021	* 0100 000000 material de copa e c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96,20	186,22	0,00	0,00	96,20	0,00
33903022	* 0100 000000 material de limpeza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,69	780,61	0,00	0,00	85,69	0,00
33903025	* 0100 000000 material para manute	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680,00	965,00	0,00	0,00	680,00	0,00
33903026	* 0100 000000 material elétrico e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* 0100 000000 material de sinaliza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903049	* 0100 000000 bilhetes de passagen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	383,80	0,00	0,00	0,00	0,00
33903050	* 0100 000000 bandeiras, flâmulas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.600,00	4.600,00	0,00	0,00	4.600,00	0,00
33903099	* 0100 000000 outros materiais de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63,25	3.519,66	0,00	0,00	63,25	0,00
33903300	» 0100 000000 PASSAGENS E DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	989,52	1.901,44	0,00	0,00	989,52	0,00
33903301	* 0100 000000 passagens para o paí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	989,52	1.901,44	0,00	0,00	989,52	0,00
33903600	* 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.280,00	8.880,00	0,00	0,00	1.280,00	0,00
33903615	* 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.280,00	8.880,00	0,00	0,00	1.280,00	0,00
33903900	» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.968,59	37.968,71	0,00	0,00	5.318,59	650,00

[www.cplinformatica.com.br]

{ 002 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de julho, Saldos até 31/07/2013Exercício: 2013
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903901	* 0100 000000 assinatura de períód	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	782,74	0,00	0,00	80,00	0,00
33903905	* 0100 000000 serviços técnicos pr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680,00	680,00	0,00	0,00	680,00	0,00
33903911	* 0100 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	823,00	4.586,00	0,00	0,00	823,00	0,00
33903922	* 0100 000000 exposições, congress	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960,00	12.330,00	0,00	0,00	960,00	0,00
33903941	* 0100 000000 fornecimento de alim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,90	220,90	0,00	0,00	220,90	0,00
33903943	* 0100 000000 serviços de energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313,08	1.468,66	0,00	0,00	313,08	0,00
33903944	* 0100 000000 serviços de água e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	497,73	0,00	0,00	0,00	0,00
33903947	* 0100 000000 serviços de comunica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.568,10	7.724,23	0,00	0,00	1.918,10	650,00
33903958	* 0100 000000 serviços de telecomu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323,51	2.177,60	0,00	0,00	323,51	0,00
33903959	* 0100 000000 serviços de áudio, v	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903963	* 0100 000000 serviços gráficos e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	640,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,85	0,00	0,00	0,00	0,00
33903983	* 0100 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903995	* 0100 000000 manutenção e conserv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903997	* 0100 000000 despesas de teleproc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de t	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.890,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904600	» 0100 000000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	2.800,00	0,00	0,00	800,00	0,00
33904601	* 0100 000000 auxilio alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	2.800,00	0,00	0,00	800,00	0,00
33930000	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERA	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	1.600,00	0,00	400,00	0,00	0,00
33930000	» 0100 000000 Aplicação Direta Deco	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	1.600,00	0,00	400,00	0,00	0,00
33933900	» 0100 000000 Outras Despesas Corre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33933999	* 0100 000000 Outras Despesas Serv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1002	CONSTRUÇÃO DA SEDE E AQUISIÇÃO	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
1110	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOB	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	1.180,00	3.931,00	0,00	46.069,00	1.180,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	1.180,00	3.931,00	0,00	46.069,00	1.180,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	1.180,00	3.931,00	0,00	46.069,00	1.180,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	1.180,00	3.931,00	0,00	46.069,00	1.180,00	0,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	1.180,00	3.931,00	0,00	46.069,00	1.180,00	0,00
44905200	» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180,00	3.931,00	0,00	0,00	1.180,00	0,00
44905206	* 0100 000000 aparelhos e equipame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.846,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 0100 000000 equipamentos de proc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	327,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 0100 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180,00	1.269,00	0,00	0,00	1.180,00	0,00
44905251	* 0100 000000 peças não incorporáv	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		1.040.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	1.040.000,00	73.488,40	412.120,84	0,00	627.879,16	72.838,40	650,00

[www.cplinformatica.com.br]

{ 003 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de julho, Saldos até 31/07/2013Exercício: 2013
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
30000000	DESPESAS CORRENTES	890.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	890.000,00	72.308,40	408.189,84	0,00	481.810,16	71.658,40	650,00
31000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	47.553,79	289.328,13	0,00	310.671,87	47.553,79	0,00
31900000	APLICAÇÕES DIRETAS	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	47.553,79	289.328,13	0,00	310.671,87	47.553,79	0,00
31900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00	47.553,79	289.328,13	0,00	0,00	47.553,79	0,00
31900900	» 0100 000000 SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,79	14,79	0,00	0,00	14,79	0,00
31900901	* 0100 000000 salário família ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,79	14,79	0,00	0,00	14,79	0,00
31901100	» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.570,68	239.384,24	0,00	0,00	39.570,68	0,00
31901101	* 0100 000000 vencimentos e salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.994,09	229.984,68	0,00	0,00	36.994,09	0,00
31901137	* 0100 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.020,78	6.673,44	0,00	0,00	1.020,78	0,00
31901143	* 0100 000000 13º salário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.166,89	1.166,89	0,00	0,00	1.166,89	0,00
31901145	* 0100 000000 férias abono constitu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	388,92	1.559,23	0,00	0,00	388,92	0,00
31901200	» 0100 000000 VENCIMENTOS E VANTAGE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901203	* 0100 000000 gratificação por temp	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31901300	» 0100 000000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.968,32	49.929,10	0,00	0,00	7.968,32	0,00
31901302	* 0100 000000 contribuições prevede	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.968,32	49.929,10	0,00	0,00	7.968,32	0,00
33000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	290.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	290.000,00	24.754,61	118.861,71	0,00	171.138,29	24.104,61	650,00
33000000	» 0100 000000 OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33500000	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVAD	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	202,55	1.319,49	0,00	5.680,51	202,55	0,00
33500000	» 0100 000000 TRANSFERÊNCIAS A INST	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00	202,55	1.319,49	0,00	0,00	202,55	0,00
33504100	» 0100 000000 CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,55	1.319,49	0,00	0,00	202,55	0,00
33504199	* 0100 000000 outras contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,55	1.319,49	0,00	0,00	202,55	0,00
33900000	APLICAÇÕES DIRETAS	283.000,00	0,00	0,00	2.000,00	281.000,00	24.552,06	117.542,22	0,00	163.457,78	23.902,06	650,00
33900000	* 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	283.000,00	0,00	0,00	2.000,00	281.000,00	24.552,06	115.942,22	0,00	0,00	23.902,06	650,00
33901400	» 0100 000000 DIÁRIAS - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.750,60	48.016,80	0,00	0,00	9.750,60	0,00
33901414	* 0100 000000 diárias no país civi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.750,60	48.016,80	0,00	0,00	9.750,60	0,00
33903000	» 0100 000000 MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.763,35	16.375,27	0,00	0,00	5.763,35	0,00
33903001	* 0100 000000 combustíveis e lubrif	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56,00	1.553,56	0,00	0,00	56,00	0,00
33903004	* 0100 000000 gás engarrafado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903007	* 0100 000000 gêneros de alimentaça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89,21	1.273,29	0,00	0,00	89,21	0,00
33903016	* 0100 000000 material de expedient	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,00	1.257,13	0,00	0,00	38,00	0,00
33903017	* 0100 000000 material de processam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55,00	395,00	0,00	0,00	55,00	0,00
33903021	* 0100 000000 material de copa e co	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96,20	186,22	0,00	0,00	96,20	0,00
33903022	* 0100 000000 material de limpeza e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,69	780,61	0,00	0,00	85,69	0,00
33903025	* 0100 000000 material para manuten	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680,00	965,00	0,00	0,00	680,00	0,00
33903026	* 0100 000000 material elétrico e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903044	* 0100 000000 material de sinalizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903049	* 0100 000000 bilhetes de passagens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	383,80	0,00	0,00	0,00	0,00
33903050	* 0100 000000 bandeiras, flâmulas e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.600,00	4.600,00	0,00	0,00	4.600,00	0,00
33903099	* 0100 000000 outros materiais de c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63,25	3.519,66	0,00	0,00	63,25	0,00
33903300	» 0100 000000 PASSAGENS E DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	989,52	1.901,44	0,00	0,00	989,52	0,00
33903301	* 0100 000000 passagens para o país	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	989,52	1.901,44	0,00	0,00	989,52	0,00
33903600	» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.280,00	8.880,00	0,00	0,00	1.280,00	0,00
33903615	* 0100 000000 locação de imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.280,00	8.880,00	0,00	0,00	1.280,00	0,00
33903900	» 0100 000000 OUTROS SERVIÇOS DE TE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.968,59	37.968,71	0,00	0,00	5.318,59	650,00
33903901	* 0100 000000 assinatura de períodi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	782,74	0,00	0,00	80,00	0,00
33903905	* 0100 000000 serviços técnicos pro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	680,00	680,00	0,00	0,00	680,00	0,00
33903911	* 0100 000000 locação de softwares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	823,00	4.586,00	0,00	0,00	823,00	0,00
33903922	* 0100 000000 exposições, congresso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	960,00	12.330,00	0,00	0,00	960,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

{ 004 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS
ESTADO DE SANTA CATARINAComparativo da Despesa Autorizada com a Empenhada
Mes de julho, Saldos até 31/07/2013Exercício: 2013
Anexo TC-08

Código	Especificações	Orçado	Suplementado	Cred.Especiais	Anulados	TOTAL	Empenh. no Mes	Emp. ate o Mes	Estorno no Mes	SALDOS	Pago no Mes	Saldo a Pagar
33903941	* 0100 000000 fornecimento de alime	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,90	220,90	0,00	0,00	220,90	0,00
33903943	* 0100 000000 serviços de energia e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313,08	1.468,66	0,00	0,00	313,08	0,00
33903944	* 0100 000000 serviços de água e es	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	497,73	0,00	0,00	0,00	0,00
33903947	* 0100 000000 serviços de comunicaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.568,10	7.724,23	0,00	0,00	1.918,10	650,00
33903958	* 0100 000000 serviços de telecomun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323,51	2.177,60	0,00	0,00	323,51	0,00
33903959	* 0100 000000 serviços de áudio, ví	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903963	* 0100 000000 serviços gráficos e e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	640,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903981	* 0100 000000 serviços bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,85	0,00	0,00	0,00	0,00
33903983	* 0100 000000 serviços de cópias e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903995	* 0100 000000 manutenção e conserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903997	* 0100 000000 despesas de teleproce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903999	* 0100 000000 outros serviços de te	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.890,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33904600	» 0100 000000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	2.800,00	0,00	0,00	800,00	0,00
33904601	* 0100 000000 auxilio alimentação e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800,00	2.800,00	0,00	0,00	800,00	0,00
33930000	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERA	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	1.600,00	0,00	400,00	0,00	0,00
33930000	» 0100 000000 Aplicação Direta Deco	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33933900	» 0100 000000 Outras Despesas Corre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33933999	* 0100 000000 Outras Despesas Serv.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40000000	DESPESAS DE CAPITAL	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	1.180,00	3.931,00	0,00	146.069,00	1.180,00	0,00
44000000	INVESTIMENTOS	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	1.180,00	3.931,00	0,00	146.069,00	1.180,00	0,00
44900000	APLICAÇÕES DIRETAS	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	1.180,00	3.931,00	0,00	146.069,00	1.180,00	0,00
44900000	» 0100 000000 APLICAÇÕES DIRETAS	150.000,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	1.180,00	3.931,00	0,00	0,00	1.180,00	0,00
44905200	» 0100 000000 EQUIPAMENTOS E MATERI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180,00	3.931,00	0,00	0,00	1.180,00	0,00
44905206	* 0100 000000 aparelhos e equipamen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.846,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905235	* 0100 000000 equipamentos de proce	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	327,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905242	* 0100 000000 mobiliário em geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180,00	1.269,00	0,00	0,00	1.180,00	0,00
44905251	* 0100 000000 peças não incorporáve	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL		1.040.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	1.040.000,00	73.488,40	412.120,84	0,00	627.879,16	72.838,40	650,00
							Estornos até o Mes	6.251,91		Pagos até o Mes	411.470,84	

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLITEC. CRC/SC 022439/0-0
SIMONE V. S. DE MARTINI

[www.cplinformatica.com.br]

{ 001 }

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

Saldos até 31/07/2013

Exercício: 2013

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

ESTADO DE SANTA CATARINA

Anexo TC-07

		Arrecadado		Diferença em R\$	
Código	Especificações	Orçado R\$	no Mes	até o Mes	Para (+) Para (-)
	TOTAL DA RECEITA	0,00	9.553,58	49.469,30	49.469,30
	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
30000000	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	0,00	9.553,58	49.469,30	49.469,30
31000000	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	9.553,58	49.469,30	49.469,30
31010000 0100 000000	Inss	0,00	3.566,68	21.776,13	21.776,13
31020000 0100 000000	Irrf	0,00	805,38	5.502,30	5.502,30
31030000 0100 000000	Asserv	0,00	272,40	1.913,31	1.913,31
31040000 0100 000000	Empréstimos Cef	0,00	4.111,11	18.558,88	18.558,88
31050000 0100 000000	Despesas Com Celular	0,00	0,00	42,22	42,22
31060000 0100 000000	Rendimentos Financeiros	0,00	798,01	1.676,46	1.676,46

	Orçado R\$	Arrecadado	
		no Mes	até o Mes
000000Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00

PRESIDENTE DA CAMARA
ODAIR JOSE GABRIELLI

TEC. CRC/SC 022439/0-0
SIMONE V. S. DE MARTINI

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Lei N.º 0582 de 12.08.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI N.º 0582 de 12.08.2013

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a anular a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1095 - Aquisição de Bens Imóveis - Saúde R\$ 1.000,00

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

101 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos.

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1095 - Aquisição de Bens Imóveis - Saúde R\$ 5.000,00

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

107 - Transferência de Convênios - Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1095 - Aquisição de Bens Imóveis - Saúde R\$ 4.000,00

Art 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

R\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de agosto de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Anexo do Decreto N ° 043/2013**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social****PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
ANO 2013****I. DADOS CADASTRAIS****1. ÓRGÃO PROPONENTE**

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Nível de Gestão: Gestão Básica

Porte: PEQUENO I

CGC/CNPJ: 01.613.120/0001-27

Cidade: CHAPADAO DO LAGEADO

UF: SC

Endereco: RUA Allan Regis Inácio 15

CEP: 88407-000

Telefone: 47-3537-0072

Fax: 47 - 3537-0073

Email: desenvolvimentosocial@chapadaodolageado.sc.gov.br

Prefeito: José Bráulio Inácio

1.1 Dados do Responsável**2. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

(secretaria ou órgãos congêneres)

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CGC/CNPJ: 01.613.120/0001-27

Cidade: CHAPADAO DO LAGEADO

UF: SC

Endereco: RUA ALLAN RÉGIS INÁCIO 015

CEP: 88407-000

Telefone: 47-3537-0072

Fax: 47 - 3537-0073

Email: desenvolvimentosocial@chapadaodolageado.sc.gov.br

Gestor: Cléia Freitas

2.1 Dados do Gestor**3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNPJ: 13.793.208/0001-57

Vínculo Institucional: Sec. Municipal/Estadual da Assistencia Social ou Congenere

Telefone: 47-3537-0072

Ato de Criação: LEI

Número Ato: 11

Data Assinatura: 23/11/1997

Data Publicação: 23/11/1997

4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cidade: CHAPADAO DO LAGEADO

UF: SC

Endereco: RUA BERNARDO HEIRIQUE HILLESCHIEN 190

CEP: 88407-000

4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO**4.2 CONSELHEIROS**

CPF	Nome	Cargo	Início Mandato	Fim Mandato
025.952.129-90	ADRIANA MARTINS	CONSELHEIRO(A) TITULAR	28/05/2013	28/05/2016
020.360.939-57	Claudirene Ferreira	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	28/05/2013	28/05/2016
024.361.739-90	GENI R NABLEN RODRIGUES	CONSELHEIRO(A) TITULAR	28/05/2013	28/05/2016
009.781.709-03	Graciele Starosky	CONSELHEIRO(A) PRESIDENTE	28/05/2013	28/05/2016
853.717.509-91	Marlise Neuhaus	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	28/05/2013	28/05/2016
834.512.859-91	Regina Loos	CONSELHEIRO(A) TITULAR	28/05/2013	28/05/2016

II. PREVISÃO DE ATENDIMENTO FÍSICO**1. GESTÃO**

Incentivo	Parâmetro para identificação da meta Física	Metas Físicas
Gestão		
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família		
Fator de operação do PBF - IGD-M		0,89
Taxa - Qualidade Cadastral	0,90	0,90
Taxa - Atualização Cadastral	0,76	0,76
Taxa - Frequência Escolar	0,98	1,00
Taxa - Agenda Saúde	0,81	0,90
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social		
IGD SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social		0,57
ID CRAS Médio	0,50	0,55
Execução Financeira	0,59	0,65
Macro Ações onde serão aplicados os Recursos		
1. IGD-PBF - Cadastramento Famílias/Gestão do Cadastro.	Sim	
2. IGD-PBF - Gestão de Benefícios.	Sim	
3. IGD-PBF - Gestão de Condicionalidades.	Sim	
4. IGD-PBF - Articulação Intersetorial.	Sim	
5. IGD-PBF - Implementação das Ações de Desenvolvimento das Famílias Beneficiárias.	Sim	
6. IGD-PBF - Acompanhamento e Execução de Procedimentos de controle.	Sim	
7. IGD-PBF - Ações/Atividades de apoio ao Controle Social do PBF.	Sim	
8. IGD-SUAS - Gestão de serviços	Sim	
9. IGD-SUAS - Gestão e organização do SUAS e da rede de serviços socioassistenciais	Sim	
10. IGD-SUAS - Gestão articulada e integrada dos serviços e benefícios socioassistenciais	Sim	
11. IGD-SUAS - Gestão articulada e integrada com o Programa Bolsa Família, com o Plano Brasil Sem Miséria e com o Programa BPC na Escola	Sim	
12. IGD-SUAS - Gestão do trabalho e educação permanente na assistência social	Sim	
13. IGD-SUAS - Gestão da informação e dos instrumentos utilizados para administrá-la	Sim	
14. IGD-SUAS - Implementação da vigilância socioassistencial	Não	

Macro Ações onde serão aplicados os Recursos			
15. IGD-SUAS - Monitoramento do SUAS		Não	
16. IGD-SUAS - Gestão financeira dos fundos de assistência social		Sim	
17. IGD-SUAS - Apoio ao Controle Social		Sim	
2. SERVIÇOS			
Serviço	Público	Referência de Pactuação	Previsão de Atendimento
Proteção Social Básica			
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)			
Piso Básico Fixo	Família Referenciada	2.500	2.500
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos e/ou idosos			
Piso Básico Variável II	Família cadastrada no CadÚnico com renda per capita de até 1/2 salário mínimo, referenciada ao serviço, com presença de criança de até 6 anos e/ou idoso	90	180
Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV			
BPC na Escola - Questionário a ser aplicado	Questionários a serem pagos	4	4
Proteção Social Especial			
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI			
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	Criança / Adolescente identificada em situação de trabalho		50
III. PREVISÃO DE FINANCIAMENTO			
1. GESTÃO			
Incentivo	Serviço	Valor Financeiro	
Gestão			
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família	Fator de operação do PBF - IGD-M	R\$ 1.030,89	
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social	IGD SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	R\$ 538,62	
2. SERVIÇOS			
Serviço	Piso	Valor Financeiro	
Proteção Social Básica			
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Piso Básico Fixo	R\$ 4.500,00	
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos e/ou idosos	Piso Básico Variável II	R\$ 1.000,00	
Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV	BPC na Escola - Questionário a ser aplicado	R\$ 160,00	
Proteção Social Especial			
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Piso Variável de Média Complexidade - PETI	R\$ 1.000,00	
IV. RESUMO EXECUTIVO			
Item	Valor		
1. Valor Total Previsto a ser repassado pelo FNAS(anual):	R\$ 96.994,03		
2. Recursos próprios a serem alocados no fundo(anual):	R\$ 307.444,00		
3. Recursos a serem transferidos do FEAS(anual):	R\$ 1.205,45		
4. Total de recursos do fundo municipal para o exercício:	R\$ 405.643,48		
V. PARECER			

1. PARECER DO CONSELHO SOBRE O PLANO DE AÇÃO

Reuniram-se no dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e treze, no auditório do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS em reunião ordinária os membros do Conselho de Assistência Social para apreciação e aprovação do Plano de Ação dois mil e treze, do qual foi aprovado por unanimidade.

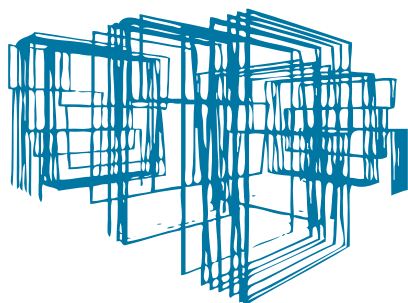
2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO**Favorável****3. INSTRUMENTOS DE COMPARAÇÃO****3.1 Data da Reunião:** 27/06/2013**3.2 Ata nº:** 02/2013**3.3 Resolução:** 02/2013**VI. DECLARAÇÃO**

Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.

AUTENTICAÇÃO

R:192.168.164.2 X1:10.2.2.15,
200.101.195.170 X2:127.0.0.1 00978170903
201307021138 139862

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Decreto N° 043/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO N° 043/2013

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO N° 002/2013 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº. 002/2013 de 27 de junho 2013, do Conselho Municipal de Assistência Social, que dispõe sobre o Plano de Ação para o Co-Financiamento do Governo Federal da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 08.07.2013.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 035/2013 e demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de agosto de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Decreto N° 044/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO N° 044/2013

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei N° 0563 de 18.12.2012 e de acordo com a Lei n° 0582 de 12.08.2013,

DECRETA:

Art 1º Fica anulado a importância a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1095 -Aquisição de Bens Imóveis - Saúde R\$ 1.000,00

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

101 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos.

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1095 -Aquisição de Bens Imóveis - Saúde R\$ 5.000,00

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

107 -Transferência de Convênios - Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1095 - Aquisição de Bens Imóveis - Saúde R\$ 4.000,00

Art 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 - Secretaria de Saúde

01 - Divisão do Fundo de Saúde

10 - Saúde

17 - Saúde para todos

301 - Atenção Básica

101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 13 de agosto de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Resolução do Decreto N° 043/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO N° 002/2013

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Conforme deliberações constantes na ata nº 002/2013 do Conselho Municipal de Assistência Social do município de Chapadão do Lageado - SC fica aprovado:

§ 1º - Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo federal:

I. Previsão de Atendimento Físico

II. Previsão de Financiamento

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Lageado, 27 de Junho de 2013.

GRACIELE STAROSKY

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Portaria N° 260/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 260/2013

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 05 (cinco) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da servidora Pública CRISTIANE SOTELI

BETTOLY, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, matrícula n° 1176/01, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 05 (cinco) dias, a contar de 12.08.13 a 16.08.13, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de agosto de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Termo Aditivo 02/2013

TERMO ADITIVO Nº. 02/2013, de 24 de julho de 2013.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 94/2013, DE 01 DE ABRIL DE 2013, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E A EMPRESA SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.

Fundamento Legal: art. 37 inc. XXI da CF/88 c/c art. 65, inc, II, alinea "d" da Lei nº 8.666/93.

Pelo Primeiro Termo Aditivo do Contrato de aquisição e fornecimento de óleo lubrificante, fluído de freio e graxa, para a frota municipal de Cocal do Sul, de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, estabelecido na Av. Dr. Polidoro Santiago, 519 - C.P. 01, inscrito no CNPJ sob o número 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal ADEMIR MAGAGNIN, e de outro lado, como CONTRATADA, a empresa SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rodovia BR 470, KM 140, nº. 5.350, Valada Ioupava, Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.104.642/0001-01, temos justo e contratado o que a seguir se descreve.

CLÁUSULA PRIMEIRA - ACRÉSCIMOS DE VALORES

Fica acrescido em 5,06%(cinco vírgula seis por cento) ao valor licitado no Pregão Presencial nº. 10/2013, conforme descrição abaixo:

- óleo lubrificante para caixa de direção hidráulica e transmissões do tipo ATF DEXRON 111.(balde com 20L), tendo como o valor licitado em R\$ 194,52, e o valor com o aumento do ICMS, passando para R\$ 204,36;
- óleo lubrificante para sistemas hidráulicos ISO VG68-DIN 51524-PART2-Categoria HLP.(balde com 20L), tendo como valor licitado em R\$ 106,42, e valor com o aumento do ICMS, passando para R\$ 111,80. Tendo como justificativa constante na clausula a seguir.

CLÁUSULA SEGUNDA - JUSTIFICATIVA DOS ACRESCIMOS DE VALORES

Consoante parecer exarado pela Procuradoria do Município e corroborado pelo Exmo. Senhor Prefeito Municipal, que é parte integrante do presente.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo Aditivo para que produza os efeitos do direito, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas idôneas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de julho de 2013.

CONTRATANTE

CONTRATADA

1. _____;

2. _____.

Concórdia

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 641

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 641, DE 5 DE JULHO DE 2013.

Altera expressões e amplia o número de vagas de cargos constantes na Lei Complementar nº 198, de 26 de junho de 2001 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 198, de 26 de junho de 2001 e alterações, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - ficam alteradas as expressões: "Programa Saúde da Família" para: "programa Estratégia Saúde da Família";

II - fica ampliado o número de vagas de cargos constantes no Anexo Único, na forma abaixo:

a) Enfermeiro Comunitário: de "13" para "15" vagas;

b) Técnico de Enfermagem Comunitário: de "12" para "14" vagas.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Lei Complementar Nº 642

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 642, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Concórdia - PREFIC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Concórdia - PREFIC, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do Município de Concórdia, cujos fatos

geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2012.

Parágrafo único. O PREFIC abrange créditos tributários e não tributários de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, e ainda os créditos decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, os que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento, bem como os aqueles que estejam parcelados.

Art. 2º A adesão ao PREFIC dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, por meio de requerimento, formulado no prazo de até 60 (sessenta) dias após a entrada em vigor desta Lei.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo promover a necessária divulgação e publicidade desta Lei.

Art. 3º O PREFIC somente alcançará créditos que se encontrem com a exigibilidade suspensa por força dos incisos III a V do art. 151 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 e alterações - Código Tributário Nacional, no caso de o sujeito passivo desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e cumulativamente renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e/ou ações judiciais.

Parágrafo único. A inclusão dos créditos para os quais se encontrem presentes as hipóteses dos incisos IV ou V do art. 151 da Lei Federal nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional, fica condicionada à comprovação de que o sujeito passivo protocolizou requerimento com pedido de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do inciso V, do art. 269, da Lei Federal nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 e alterações, bem como que recolheu o valor dos honorários de sucumbência, em havendo condenação ao pagamento destes.

Art. 4º Ao aderir ao PREFIC, o sujeito passivo poderá optar por liquidar os créditos tributários e não tributários à vista, ou mediante parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas.

§ 1º Em caso de opção pelo parcelamento, os créditos nele incluídos serão objeto de consolidação no mês do requerimento, para fins de definição do valor inicial das parcelas.

§ 2º O valor mínimo de cada parcela será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para o sujeito passivo que for pessoa jurídica e de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) para o sujeito passivo que for pessoa física.

§ 3º O valor de cada parcela será atualizado na mesma periodicidade e segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR Municipal ou qualquer outro indicador que venha a substituí-la, a partir do mês subsequente ao da consolidação, até o mês do pagamento.

§ 4º O vencimento da parcela única, ou da primeira parcela, conforme o caso, dar-se-á até o 10º (décimo) dia útil após a adesão ao PREFIC e as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias.

§ 5º Não produzirá efeitos o requerimento de adesão formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da parcela única ou da primeira parcela, conforme o caso.

Art. 5º A adesão ao PREFIC abrangerá todos os créditos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos a multas, juros, atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vincendas, e os créditos inscritos em Dívida Ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 1º A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses dos arts. 132 e 133 do Código Tributário Nacional e deverá solicitar a convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 2º Quando se tratar de impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim

os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar a convalidação da opção feita pelo transmitente.

Art. 6º Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao PREFIC:

I - a renúncia a eventuais embargos e/ou qualquer outra medida opostos à execução fiscal;

II - o recolhimento dos honorários advocatícios conforme fixação pelo juízo.

§ 1º Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento, e retomarão seu curso normal tão logo se verifique quaisquer das hipóteses de rescisão do parcelamento.

§ 2º Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação tributária, incidentes sobre os créditos tributários e não tributários, observados os seguintes percentuais:

I - 100% (cem por cento) dos juros e multas, para o sujeito passivo que aderir ao PREFIC e optar pelo pagamento em parcela única, no ato;

II - 90% (noventa por cento) dos juros e multas, para o sujeito passivo que aderir ao PREFIC e optar pelo pagamento em até 3 (três) parcelas;

III - 80% (oitenta por cento) dos juros e multas, para o sujeito passivo que aderir ao PREFIC e optar pelo pagamento em até 6 (seis) parcelas;

IV - 70% (setenta por cento) dos juros e multas, para o sujeito passivo que aderir ao PREFIC e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas;

V - 60% (sessenta por cento) dos juros e multas, para o sujeito passivo que aderir ao PREFIC e optar pelo pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas;

VI - 50% (cinquenta por cento) dos juros e multas, para o sujeito passivo que aderir ao PREFIC e optar pelo pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas.

Art. 8º A opção pelo PREFIC obriga o sujeito passivo a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos créditos referidos no art. 1º desta Lei;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei;

III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 9º No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea, e aderir ao PREFIC segundo os valores por ele apurados, declarados por meio de livro eletrônico, quando este for exigido.

Parágrafo único. A denúncia espontânea referida no caput deste artigo não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 10. As parcelas do PREFIC não recolhidas até o vencimento perderão os benefícios concedidos, restabelecendo-se, em relação a cada parcela vencida e não paga, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 11. O parcelamento de que trata esta Lei será rescindido quando:

I - verificada a inadimplência de 3 (três) parcelas;

II - constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários ou não tributários incluídos no PREFIC;

III - decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º A rescisão com base no inciso I deste artigo ocorrerá até o 30º (trigésimo) dia após o vencimento da terceira parcela inadimplida.

§ 2º A rescisão referida no caput deste artigo implicará a remessa do débito para a inscrição em Dívida Ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso.

§ 3º A rescisão do parcelamento independerá de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com o restabelecimento proporcional dos juros, multas e correção monetária.

Art. 12. Os prazos para recolhimento das parcelas, objeto do PREFIC, somente se vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente.

Art. 13. O Poder Executivo poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei.

Art. 14. O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos nesta Lei.

Art. 15. As remissões e anistias previstas nesta Lei não autorizam, em qualquer hipótese, a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Art. 16. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei, no que for necessário.

Art. 17. Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Lei Complementar N° 643

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR N° 643, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Autoriza desafetar área de terras e celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a promover a desafetação da área de terras de 638,27m², destinada à praça, do imóvel caracterizado como: imóvel registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 36658, Livro nº 3 - "AI", fls. 78, com as seguintes medidas e confrontações: ao noroeste, na extensão de 33,30m, com área remanescente do terreno (praça); ao sudeste, na extensão de 16,96m, com a Rua das Figueiras; ao sul, na extensão de 3,05m, com a Rua dos Eucaliptos; ao sudoeste, na extensão de 35,45m, com a Rua dos Eucaliptos; ao nordeste, na extensão de 18,32m, com a Rua Ivo Biezu.

Art. 2º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso da área de terras de 638,27m², descrita no art. 1º desta Lei, com a Associação de Moradores do Bairro Floresta, inscrita no CNPJ sob nº 78.510.096/0001-25, para regularização do Centro Comunitário.

Art. 3º Nos termos do art. 88 § 1º, da Lei Orgânica do Município e caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e

alterações, fica dispensada/inexigida a realização de licitação para a referida concessão.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 2.884, de 13 de novembro de 1995.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Lei N° 4.545

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI N° 4.545, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Autoriza o Município celebrar convênios com entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênios com as seguintes entidades:

I - Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia - Bombeiros Voluntários, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar a manutenção da entidade, no segundo semestre de 2013, propiciando atendimento à população de Concórdia, nos serviços de combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorro em casos de inundações, desabamentos, catástrofes e calamidades públicas, entre outros, podendo o Município participar com o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

II - Centro de Tradições Gaúchas "Fronteira da Querência", inscrito no CNPJ sob nº 83.575.175/0001-54, objetivando a conjunção de esforços, para manutenção, reformas e ampliação da estrutura física da sede da entidade, podendo o Município participar com o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 2º Fica o Município, pelo Fundo para a Infância e Adolescência - FIA, autorizado a celebrar convênios com as seguintes entidades:

I - Associação de Serviços Sociais Voluntários de Concórdia - Bombeiros Voluntários, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, objetivando a conjunção de esforços para realização do projeto "Bombeiros Mirins e Aspirantes", podendo o FIA participar com o valor de R\$ 25.073,00 (vinte e cinco mil e setenta e três reais);

II - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, objetivando a conjunção de esforços para:

a) construção de parque infantil (playground) para atender os educandos da Entidade, na faixa etária de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos, podendo o FIA participar com o valor de R\$ 61.017,18 (sessenta e um mil, dezessete reais e dezoito centavos);

b) realização do programa de comunicação suplementar e alternativa "Dando Voz a Quem Tem Vez", com uso de tecnologia assistiva em sala de aula, podendo o FIA participar com o valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais);

III - Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco, inscrita

no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, objetivando a conjunção de esforços para realização do curso de gestantes "A espera de um bebê", podendo o FIA participar com o valor de R\$ 1.975,00 (um mil, novecentos e setenta e cinco reais);

IV - Esporte Clube Canarinho, inscrito no CNPJ sob nº 80.641.137/0001-64, objetivando a conjunção de esforços para realização do projeto "Formando Cidadãos Atletas", podendo o FIA participar com o valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais);

V - Sociedade Concordeense de Auxílio Fraterno - SCAF, inscrita no CNPJ sob nº 83.575.167/0001-08, objetivando a conjunção de esforços para realização da Oficina de Trabalhos Manuais "Trabalhando com Linhas", podendo o FIA participar com o valor de R\$ 12.920,00 (doze mil novecentos e vinte reais).

Parágrafo único. O repasse dos recursos de que trata a alínea "a" do inciso II do art. 2º desta Lei fica vinculado ao repasse dos valores pela empresa Tractebel Energia S.A.

Art. 3º As ações e obrigações das partes serão fixadas nos Termos de que trata esta Lei.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Lei Nº 4.546
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
LEI Nº 4.546, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Autoriza abertura de crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de maio de 2013, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental
Projeto/Atividade 12.361.0015.2016 Ações do Ensino Fundamental – Convênios
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0059 Recursos de Convênios – PDDE
R\$ 900,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade 10.303.0052.2105 Assistência Farmacêutica
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e Transferências

de Impostos – Saúde R\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 20.900,00.

Art. 2º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.416, de 29 de maio de 2012 e 4.482, de 18 de dezembro de 2012, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Lei Nº 4.547
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
LEI Nº 4.547, DE 22 DE JULHO DE 2013.
Denomina via pública do Loteamento João Turmina, do Bairro das Nações.

O Prefeito do Município de Concórdia.
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua D localizada no Loteamento Turmina, no Bairro das Nações, passa a denominar-se de Rua Rosário Rizelo.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 22 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Lei Nº 4.548
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
LEI Nº 4.548, DE 22 DE JULHO DE 2013.
Denomina via pública do Loteamento João Turmina, do Bairro das Nações, de Rua João Turmina.

O Prefeito do Município de Concórdia.
Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua A localizada no Loteamento João Turmina, no Bairro das Nações, passa a denominar-se de Rua João Turmina.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 22 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Lei N° 4.549

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI N° 4.549, DE 22 DE JULHO DE 2013.

Denomina via pública do Bairro Nossa Senhora da Salete de Travessa Cabo Zamarki.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua A localizada no Bairro Nossa Senhora da Salete, passa a denominar-se de Travessa Cabo Zamarki.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 22 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Lei N° 4.550

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI N° 4.550, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Autoriza o Município celebrar convênio com o Jeep Clube Concórdia SC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênio com o Jeep Clube Concórdia SC, inscrito no CNPJ sob nº 02.988.562/0001-10, objetivando a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte automotor, mediante a realização do 2º Passeio Jeep Clube Concórdia, podendo o Município participar com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 2º As ações e obrigações das partes serão fixadas no Termo de que trata esta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MARNIO ALBERTO CADORE
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Lei N° 4.551

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI N° 4.551, DE 25 DE JULHO DE 2013.

Acresce dispositivos na Lei nº 3.051, de 01 de abril de 1998 e alterações, que institui o Controle de Estacionamento Rotativo no perímetro urbano do Município de Concórdia e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei nº 3.051, de 01 de abril de 1998 e alterações, que institui o Controle de Estacionamento Rotativo no perímetro urbano do Município e dá outras providências, terá dispositivos acrescentados na forma desta Lei.

Art. 2º Fica acrescido letra f ao inciso II do art. 3º, com a seguinte redação:

"Art. 3º

II -

f) sistema automático de controle de estacionamento." (AC)

Art. 3º Fica acrescido § 3º ao art. 5º, com a seguinte redação:

"Art. 5º

§ 3º Havendo mais de um cartão na parte externa do veículo, será obrigatório o preenchimento do primeiro cartão, não constituindo irregularidade a falta de preenchimento dos demais, que serão considerados utilizados cumulativamente, limitados ao tempo estabelecido para o estacionamento rotativo." (AC)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 25 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 5.819

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 5.819, DE 9 DE JULHO DE 2013.

Dá nova redação ao inciso III do art. 10 do Decreto n° 5.355, de 12 de novembro de 2008 e alteração, que regulamentam a concessão de estágio a estudantes, pelo Município de Concórdia, sua Autarquia e Fundações Públicas Municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Federal n° 11.788, de 25 de setembro de 2008.

DECRETA:

Art. 1º O inciso III do art. 10 do Decreto n° 5.355, de 12 de novembro de 2008 e alteração, que regulamentam a concessão de estágio a estudantes, pelo Município de Concórdia, sua Autarquia e Fundações Públicas Municipais, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. ()

III - Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs: até 105 (cento e cinco) estagiários;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 5.820

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 5.820, DE 18 DE JULHO DE 2013.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei n° 4.482, de 18 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 30 de junho de 2013, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR

Unidade Orçamentária 18.01 Fundo Municipal de Assistência ao Servidor

Projeto/Atividade 04.302.0068.2352 Manutenção das Atividades da Assistência Hospitalar

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 52.643,37

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 52.643,37.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 5.821

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 5.821, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei n° 4.482, de 18 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2012, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 17 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Unidade Orçamentária 17.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária

Projeto/Atividade 20.606.0066.2304 Ações da Extensão Rural

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.6.0000 Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 7.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 5.822

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 5.822, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei n° 4.546, de 19 de julho de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 31 de maio de 2013, as dotações constantes

nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0015.2016 Ações do Ensino Fundamental - Convênios

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0059 Recursos de Convênios - PDDE R\$ 900,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0052.2105 Assistência Farmacêutica

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde R\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 20.900,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 5.823

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 5.823, DE 30 DE JULHO DE 2013.

Abre crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.555, de 30 de julho de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 30 de junho de 2013, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.01 Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade 12.361.0014.2012 Manutenção das Atividades-Meio da SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 75.000,00

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.306.0015.2014 Ações da Merenda Escolar

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recurso Ordinários R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade 12.361.0015.2013 Ações da Administração

Escolar

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 77.000,00

Projeto/Atividade 12.361.0015.2015 Ações de Ensino Fundamental - FUNDEB

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0019 Transferências do FUNDEB R\$ 36.000,00

Projeto/Atividade 12.361.0015.2017 Ações de Ensino Fundamental

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 110.000,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0017.2018 Ações da Educação Infantil

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0001 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 54.000,00

Projeto/Atividade 12.365.0017.2019 Ações de Merenda Escolar para as Creches

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0025.2026 Ações da Extensão Rural

Elemento 4.4.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 612.000,00.

Art. 2º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2012, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 22.661.0039.2037 Ações da Produção Industrial

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0044 Recursos do Fundo Especial do Petróleo R\$ 191.609,87

Fonte de Recursos 0.3.0089 Recursos do Fundo Especial do Petróleo R\$ 608.409,13

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos do Fundo Especial do Petróleo R\$ 59.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.301.0049.2102 Ações de Atenção Básica

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 120.000,00

Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Alta e Média



Complexidade

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde R\$ 120.000,00

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.3.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde R\$ 80.000,00

Projeto/Atividade 10.303.0052.2105 Assistência Farmacêutica

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Saúde R\$ 100.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.279.019,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 635/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 635/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SOELI LEIDOW DE MORAIS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora SOELI LEIDOW DE MORAIS, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2000 a 31 de janeiro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 636/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 636/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELISABETE REGINA SANTORI GASPARIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos, nos meses de julho e agosto de 2013, à servidora ELISABETE REGINA SANTORI GASPARIN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 57541-03, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de abril de 2006 a 2 de abril de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 637/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 637/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora IVETE SAATKAMP MAESTRI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos, nos meses de julho e agosto de 2013, à servidora IVETE SAATKAMP MAESTRI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 92045-00, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de julho de 2005 a 3 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 638/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 638/2013, DE 1º DE JULHO DE 2013.

Interrompe licença para acompanhar cônjuge, concedida à servidora DENISE DUTRA TORRES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 113 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica interrompida, a pedido, a partir de 2 de julho de 2013, a licença para acompanhar cônjuge, concedida pelo Decreto n° 627/2012, de 17 de julho de 2012, à servidora DENISE DUTRA TORRES, ocupante do cargo de Médico Veterinário.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 640/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 640/2013, DE 3 DE JULHO DE 2013.

Concede promoção vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar n° 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS, designada pelo Decreto n° 206/2013, de 1º de fevereiro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

I – com efeitos pecuniários retroativos a 1º de janeiro de 2013:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Adelaide Enck	Agente de Alimentação e Nutrição
2	Ani Carina Doss Girardi	Auxiliar de Creche
3	Harri Bomm	Servente Braçal
4	Idaiele Vivan Tonini Moretto	Agente de Alimentação e Nutrição

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
5	Iraci da Silva	Agente de Serviços Gerais
6	Karine Miotto	Odontólogo, matrícula 101079-00
7	Leila Eloise Scheneider Vieira Machado	Odontólogo, matrícula 100404-00
8	Sirlei Michelotti	Nutricionista

II – com efeitos pecuniários retroativos a 1º de fevereiro de 2013:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Juliana Ritter de Abreu	Auxiliar de Creche
2	Noraci Favretto	Agente de Serviços Gerais
3	Rosalina Veronese	Agente de Serviços Gerais

III – com efeitos pecuniários retroativos a 1º de março de 2013:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Fabio Leonor Bach	Motorista
2	Gislaine Fornari	Agente de Serviços Gerais
3	Juciane Vitto	Agente de Serviços Gerais
4	Marcelo Leonhart	Agente de Serviços Gerais
5	Marcio Vogt	Motorista
6	Silvana Port Keller	Agente de Alimentação e Nutrição
7	Teresinha de Fatima Scherer	Agente de Serviços Gerais
8	Soeli Fatima Oliveira dos Santos	Coordenadora

IV – com efeitos pecuniários retroativos a 1º de abril de 2013:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Licia de Castro Piloni	Agente de Serviços Gerais
2	Maraise Fatima de Marco	Fiscal de Tributos
3	Marcos Antonio Moreira	Servente Braçal
4	Osvaldo Jose Fauth	Agente de Obras
5	Vanderlei Ferri	Agente Administrativo

V – com efeitos pecuniários retroativos a 1º de maio de 2013:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Leonice Parizotto Camargo	Tesoureiro
2	Vanessa Daiane Riffel	Agente Administrativo

VI – com efeitos pecuniários retroativos a 1º de junho de 2013:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Ana Lodea Manduca	Atendente de Consultório Odontológico
2	Christian Porto Haeffner	Odontólogo, matrícula 99821-00
3	Elaine Soares Lazarin	Auxiliar de Creche
4	Normelio Anito Sartori	Servente Braçal
5	Rosangela da Cruz	Servente Braçal
6	Sandro Colombo	Fiscal de Tributos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 641/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 641/2013, DE 3 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre o desligamento da servidora ROSALIA VERONESE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 4 de julho de 2013, a servidora ROSALIA VERONESE, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 642/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 642/2013, DE 3 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre o desligamento da servidora VERA JOICE HOFFMANN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 63 da Lei Complementar n° 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de julho de 2013, a servidora VERA JOICE HOFFMANN, ocupante do cargo de Escriturário, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 643/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 643/2013, DE 3 DE JULHO DE 2013.

Revoga o inciso V do art. 2º do Decreto n° 244/2013, de 19 de fevereiro de 2013, que nomeia membros para compor a Comissão Permanente de Licitação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Delegada n° 01, de 3 de setembro de 1993 e alteração; nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei n° 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e no Decreto n° 3.546, de 19 de setembro de 1994.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o inciso V do art. 2º do Decreto n° 244/2013, de 19 de fevereiro de 2013, que concede gratificação pelo exercício de função de assessoramento à servidora JACIELE TOCHETTO, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Decreto N° 644/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 644/2013, DE 3 DE JULHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora KATIA DELAI ROS-SINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora KATIA DELAI ROSSINI, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 19283-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 25 de agosto de 2005 a 24 de agosto de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 645/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 645/2013, DE 3 DE JULHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARIA ELISA ORTIGARA PUTTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora MARIA ELISA ORTIGARA PUTTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 93840-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2001 a 31 de janeiro de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 646/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 646/2013, DE 4 DE JULHO DE 2013.

Designa membros para integrar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei n° 3.503, de 14 de novembro de 2003 e no Decreto n° 4.748, de 12 de fevereiro de 2004.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados membros para integrar a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, no âmbito do Poder Executivo, Autarquia e Fundações do Município de Concórdia, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 5 de julho de 2013, na forma abaixo:

I - representantes do Poder Executivo:

a) efetivos:

1. TANIA MARIA TURCATEL - Presidente;

2. CLEIDI SCHMIDT;

b) suplentes:

1. NEIVA MARIA MAIER;

2. ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA;

II - representantes dos servidores:

a) efetivos:

1. NEUSA PRESOTTO COLOMBO;

2. VANDERLEI ROBERTO TESSMANN;

b) suplentes:

1. VERA LUCIA BEE;

2. FABIO LEONOR BACH.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 647/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 647/2013, DE 8 DE JULHO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ELIANE APARECIDA PASQUALOTTO BISON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora ELIANE APARECIDA PASQUALOTTO BISON, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 19

de junho de 2008 a 18 de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 648/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 648/2013, DE 8 DE JULHO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MAURA PIERINA BACCIN.

Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora MAURA PIERINA BACCIN, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 95044-01, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 649/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 649/2013, DE 8 DE JULHO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora DIRLEI NELVI SCHWAMBACH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora DIRLEI NELVI SCHWAMBACH, ocupante do cargo de Secretário Escolar, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de fevereiro de 2008 a 2 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 651/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 651/2013, DE 8 DE JULHO DE 2013.

Altera expressões constantes no Decreto n° 443/2013, de 24 de abril de 2013, que constitui e designa comissão permanente; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 33 e seguintes da Lei Complementar n° 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as expressões: "Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação", para: "Promoção por Desempenho e Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação", constantes no Decreto n° 443/2013, de 24 de abril de 2013, que constitui e designa comissão permanente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos n°s. 582/2012, de 2 de julho de 2012 e 609/2012, de 10 de julho de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 652/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 652/2013, DE 8 DE JULHO DE 2013.

Altera e revoga dispositivos do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alteração, que constituem e designam comissão especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração; nos arts. 20 a 27 e 33 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e nos Decretos nºs. 4.068, de 26 de janeiro de 1999 e 5.705, de 14 de maio de 2012.

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013 e alteração, que constituem e designam comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais, para efeitos de estágio probatório e avaliação de desempenho para fins de Promoção Horizontal, terá os seguintes dispositivos alterado e revogado: I - o item 2 da alínea "b" do inciso VI do art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"2) VERA LUCIA BEE;" (NR)

II - ficam revogados os incisos XVII e XXIX do art. 4º.

Art. 2º Em face do disposto no inciso I do art. 1º deste Decreto, fica concedida à servidora VERA LUCIA BEE, ocupante do cargo de Coordenadora, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 653/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 653/2013, DE 8 DE JULHO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ARTEMIO ARTIFON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, ao servidor ARTEMIO ARTIFON, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 101435-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 7 de março de 2005 a 6 de março de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 654/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 654/2013, DE 9 DE JULHO DE 2013.

Revoga o inciso II do art. 1º do Decreto nº 587/2013, de 14 de junho de 2013, que concede licença-prêmio ao servidor ALLAN MARTINS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando o requerimento protocolizado sob nº 12787/2013, em 27 de junho de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado, a pedido, o inciso II do art. 1º do Decreto nº 587/2013, de 14 de junho de 2013, que concede licença-prêmio ao servidor ALLAN MARTINS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto N° 655/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 655/2013, DE 9 DE JULHO DE 2013.

Dá nova redação ao inciso II do art. 1º do Decreto nº 328/2012, de 12 de março de 2012 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 328/2012, de 12 de março de 2012 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD, passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - representantes do Fundo Municipal de Saúde - FMS:

a) titular: ROSELI BUSSOLARO MAGRO;

b) suplente: SOLANGE INES GERHARDT;" (NR)
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto N° 656/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO N° 656/2013, DE 9 DE JULHO DE 2013.

Designa a servidora HAIDE GOSENHEIMER para responder, interinamente, pelo cargo de Diretora de Recursos Humanos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar n° 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora HAIDE GOSENHEIMER, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, para responder pelo cargo de Diretora de Recursos Humanos, enquanto perdurar o afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse interim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 3/2013- Fmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL N° 3/2013- FMC

Objeto: Contratação de empresa, para coordenação de Jurados durante o Festival Concórdia em Dança 2013, visando à avaliação dos candidatos que participarão da 5ª Edição do Festival Concórdia em Dança, nos dias 27 e 28 de setembro de 2013, conforme especificações constantes nos anexos "A", "B" e "F" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 27/08/2013.

Abertura: dia 28/08/2013, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas

na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 12 de agosto de 2013.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação de Cultura

Extrato do Resultado do Julgamento e Classificação das Propostas - Tomada de Preços N° 12/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS N° 12/2013 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para reforma do Chafariz da Praça Dogello Goss, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante a licitante ZANDONAI E ZAMPONIO LTDA ME sagrou-se vencedora com o menor preço global de R\$ 50.661,64 (cinquenta mil e seiscentos e sessenta e um reais com sessenta e quatro centavos); a licitante JATO D'ÁGUA FONTES LUMINOSAS LTDA ficou na segunda colocação com o menor preço global de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais); a licitante QUARK ENGENHARIA LTDA - EPP ficou na terceira colocação com o menor preço global de R\$ 86.955,96 (oitenta e seis mil e novecentos e cinquenta e cinco reais com noventa e seis centavos) e a licitante MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA ficou na quarta colocação com o menor preço global de R\$ 219.789,04 (duzentos e dezenove mil e setecentos e oitenta e nove reais com quatro centavos). Ressalta-se que o preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado nos itens 9.1 do Edital. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Concórdia, SC, 09 de agosto de 2013.

NAIR KOPPE VOGT

Presidente da CPL, em exercício

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Extrato de Resultado Dispensa de Licitação N° 15/2013

RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado de dispensa de licitação conforme a baixo específica:

MODALIDADE: Dispensa de Licitação n. 15/2013

JULGAMENTO: Menor preço por Item

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.: 78/2013



SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Educação

OBJETO: Aquisição de produtos da Agricultura familiar destinados a alimentação escolar para o 2º Semestre/2013, no município de Cordilheira Alta - SC conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE nº26 de 17/06/2013.

VALOR: R\$ 24.485,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)

ADJUDICAÇÃO: A Comissão Permanente de Licitações declara vencedora do presente certame a empresa COOPERATIVA ALTERNATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR, adjudicado o objeto da licitação em epígrafe. Depois de publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 05 de agosto de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Extrato Contrato Adm. N° 21/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO N° 21/2013 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: LSW SERVIÇOS LTDA.

LICITAÇÃO: Tomada de Preço n. 03/2013.

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 016/2013 visando contratação de serviços não previstos para execução da obra tais como estrutura de concreto armado e pintura acrílica.

VALOR: R\$ 17.109,38.

VIGÊNCIA: 27/07/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n1.012;

Modalidade de Aplicação n. 449000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Liani Stoffel Wilbert.

Cordilheira Alta, SC, em 08/06/2013.

Extrato Contrato Adm. N°82/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM N°: 82/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: MANTOMAC COM. PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REFORMA DO TRATOR DE ESTEIRAS D 41E PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

VALOR: R\$36.643,51.

VIGÊNCIA 30/10/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.020.

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Marcos Augusto Jones

Cordilheira Alta, SC, em 23 de julho de 2013.

Extrato Contrato Adm. N°83/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM N°: 83/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: Nadir Binda e Cia Ltda.

OBJETO: Prestação de serviço de capacitação para professores da rede municipal de ensino, do Município de Cordilheira Alta, tendo como tema abordado " Alfabetização e produção textual na prática ludo materna".

VALOR: R\$1.500,00.

VIGÊNCIA 29/07/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 12.368.2506.2.041.

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Nadir Binda.

Cordilheira Alta, SC, em 23 de julho de 2013.

Extrato Contrato Adm. N°84/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM N°: 84/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC.

CONTRATADA: MANTOMAC COM. PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Primeiro termo aditivo ao contrato Adm 082/2013. As partes de comum acordo resolvem acrescentar 02 válvulas 12Y-979-11601 não previstas no edital.

VALOR: R\$5.915,70.

VIGÊNCIA 29/07/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.020.

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Marcos Augusto Jones

Cordilheira Alta, SC, em 29 de julho de 2013.

Coronel Freitas

PREFEITURA

Convite N° 27/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de CONVITE N° 27/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE SALA E BANHEIROS NA ESCOLA DE SIMÕES LOPES NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS, COMPREENDENDO UMA ÁREA TOTAL DE 154,34 M²

Tipo: Menor Valor/Global

Entrega dos envelopes: até as 14:30 h do dia 23/08/2013

Abertura dos envelopes: na sequência às 14:30 horas do dia 23/08/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 09 de Agosto de 2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Publicação Ata de Registro de Preços N° 03/2013

ESTADO E SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CORONEL FREITAS

Ata de Registro de Preços N° 03/2013

Objeto: Registro de Preços – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA

PROCESSO N°06/2012

PREGÃO PRESENCIAL N° 04/2012

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses



A presente ata tem por objeto o registro de preços de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA das empresas, conforme descrito abaixo:

ITEM	QUANT	UNI	ESPECIFICAÇÃO	FORNECEDOR	VL.UNIT.	CLASSIF.
1	54	UN	ABSORVENTE HIGIÊNICO	SCS COMÉRCIO	2,70	1º
2	60	UN	AÇUCAR 5 KG	AP OESTE	8,53	1º
3	30	UN	AÇUCAR MASCADO 1 KG	SCS COMÉRCIO	7,08	1º
4	90	UN	ÁGUA SANITÁRIA 5 LT	AP OESTE	6,40	1º
5	90	UN	ALCOOL 1LT	AP OESTE	3,75	1º
6	60	UN	ALCOOL EM GEL 500 GR	AP OESTE	4,23	1º
7	40	UN	AMIDO DE MILHO EMB. DE 1 KG	AP OESTE	4,75	1º
8	25	UN	ARROZ TIPO 1 PCT DE 1 KG	SCS COMÉRCIO	8,75	1º
9	100	KG	BANANA	Supermercado Mais	1,39	1º
10	20	UN	BANHA 1 KG	AP OESTE	4,83	1º
11	25	KG	BATATA DOCE	Supermercado Mais	3,25	1º
12	40	KG	BATATA MONALISA	Supermercado Mais	3,60	1º
13	50	KG	BIFE (COXÃO MOLE)	SCS COMÉRCIO	16,79	1º
14	60	UN	BISCOITO DE MAISENA PCT DE 800 GR	AP OESTE	5,93	1º
15	100	KG	BOLACHA CASEIRA	Panificadora Avenida	13,10	1º
16	200	KG	BOLO RECHEADO	Panificadora Avenida	19,99	1º
17	80	UN	BOLO SIMPLES FORMA DE 25X 40	Panificadora Avenida	15,99	1º
18	250	CX	BOMBOM SORTIDO CX DE 400 GR	AP OESTE	7,95	1º
19	30	UN	CAFÉ SOLÚVEL 200 GR	Panificadora Avenida	8,30	1º
20	200	KG	CARNE DE GADO	SCS COMÉRCIO	14,39	1º
21	400	KG	CARNE DE GADO COSTELA E ALCATRA	SCS COMÉRCIO	12,59	1º
22	80	KG	CARNE MOIDA	SCS COMÉRCIO	8,29	1º
23	50	KG	CEBOLA	Supermercado Mais	2,99	1º
24	30	KG	CENOURA	Supermercado Mais	2,80	1º
25	30	UN	CHA PCT 100 GR	AP OESTE	5,45	1º
26	50	UN	CHOCOLATE EM PÓ 500 GR	AP OESTE	9,05	1º
27	50	UN	CHOCOLATE GRANULADO 100 GR	SCS COMÉRCIO	1,40	1º
28	50	UN	CLORO ATIVO PARA LIMPEZA 1 LT	SCS COMÉRCIO	4,68	1º
29	50	UN	COCO RALADO 100 GR	AP OESTE	2,49	1º
30	50	UN	COLORAU 100 GR	AP OESTE	0,59	1º
31	200	KG	COXA S/ COXA DE FRANGO	SCS COMÉRCIO	4,84	1º
32	30	UN	CREME DE LEITE 200 GR	AP OESTE	2,25	1º

33	60	UN	CREME DENTAL 180 GR	AP OESTE	3,08	1º
34	200	UN	CUCA SIMPLES	Panificadora Avenida	4,39	1º
35	50	UN	DESODORANTE ROLLON 50 ML	SCS COMÉRCIO	5,93	1º
36	30	UN	DOCE DE LEITE EMB.1 KG	AP OESTE	8,54	1º
37	50	UN	ESPAGUETE 1 KG	AP OESTE	4,79	1º
38	30	UN	ESPONJA DE LÃ DE AÇO	AP OESTE	1,92	1º
39	20	UN	EXTRATO DE TOMATE EMB 1 KG	SCS COMÉRCIO	8,93	1º
40	15	UN	FARINHA DE MANDIÓCA EMBALAGEM DE 1 KG	AP OESTE	4,18	1º
41	30	UN	FARINHA DE MILHO PCT 5 KG	AP OESTE	8,65	1º
42	50	UN	FARINHA DE TRIGO PC 5 KG	SCS COMÉRCIO	8,90	1º
43	50	UN	FERMENTO EM PÓ 250 GR	AP OESTE	4,60	1º
44	20	UN	FÓSFORO PCT C/ 10 CX DE 40 PALITOS	AP OESTE	1,99	1º
45	40	UN	FRALDA DESCARTÁVEL PCT C/ 96 UM TAM. G	SCS COMÉRCIO	34,94	1º
46	30	UN	FRALDAS ADULTO C/ 07 UN	SCS COMÉRCIO	15,97	1º
47	200	UN	GUARDANAPO DE PAPEL PCT C/ 100 UN	AP OESTE	1,57	1º
48	50	UN	IOGURTE 1 LT	AP OESTE	2,14	1º
49	50	UN	LEITE CONDENSADO 395 GR	AP OESTE	3,00	1º
50	150	KG	LINGÜIÇA	SCS COMÉRCIO	8,94	1º
51	20	PR	LUVA DE BORRACHA TAM. M	AP OESTE	4,55	1º
52	300	KG	MAÇA	Supermercado Mais	3,35	1º
53	30	UN	MACARRÃO PARAFUSO C/ OVOS 500 GR	AP OESTE	2,15	1º
54	50	KG	MAMÃO FORMOSA	Supermercado Mais	4,00	1º
55	50	KG	MANGA	Supermercado Mais	4,50	1º
56	30	UN	MARGARINA C/ SAL 1 KG	AP OESTE	2,85	1º
57	50	UN	MORTADELA 1 KG	SCS COMÉRCIO	5,79	1º
58	40	UN	NATA 200 GR	-		1º
59	100	UN	OLEO DE SOJA 900 ML	AP OESTE	3,10	1º
60	50	DZ	OVOS	SCS COMÉRCIO	4,62	1º
61	30	UN	PANO DE CHÃO	SCS COMÉRCIO	5,24	1º
62	3.000	UN	PÃO TIPO SOVADIMNHO 50 GR	Panificadora Avenida	0,34	1º
63	30	FD	PAPEL HIGIENICO - FARDO C/ 16 PCT C/ 04 ROLOS DE 60 MT BRANCO	AP OESTE	27,49	1º

64	70	PT	PAPEL TOALHA BCO C/ 1000	AP OESTE	9,95	1º
65	40	KG	PEITO DE FRANGO	SCS COMÉRCIO	7,34	1º
66	40	UN	PEPINO EM CONSERVA – VIDROS	SCS COMÉRCIO	3,92	1º
67	100	UN	PIPOCA 500 GR	AP OESTE	2,04	1º
68	20	UN	POLVILHO DOCE 500 GR	AP OESTE	3,55	1º
69	30	KG	PRESUNTO	-		1º
70	100	KG	QUEIJO MUSSARELA	AP OESTE	16,43	1º
71	500	UN	REFRIGERANTE 2 LT	SCS COMÉRCIO	3,09	1º
72	20	UN	RODO COM ESPUMA	AP OESTE	10,90	1º
73	100	UN	SABÃO EM PÓ 1 KG	AP OESTE	4,12	1º
74	40	UN	SABONETE LIQUIDO REFIL 700 ML	SCS COMÉRCIO	5,39	1º
75	40	UN	SACO P/ LIXO 100 LT ROLO C/ 25 UN	AP OESTE	3,89	1º
76	30	UN	SAGU EMBALAGEM 500 GR	AP OESTE	3,14	1º
77	20	UN	SAL IODADO 1 KH	AP OESTE	1,10	1º
78	200	KG	SALGADINHOS DIVERSOS (COXINHA, PASTELZINHO, BOLINHA DE QUEIJO)	Panificadora Avenida	15,75	1º
79	80	KG	SALSICHA	SCS COMÉRCIO	5,61	1º
80	50	UN	SAPOLIO CREME 300 ML	AP OESTE	1,93	1º
81	50	UN	SARDINHA LATAS 125 GR	AP OESTE	2,43	1º
82	30	UN	SHAMPOO 350 ML	SCS COMÉRCIO	5,12	1º
83	30	UM	SUCO EMBALAGEM 1 LT	AP OESTE	3,69	1º
84	10	UN	SUPLEMENTO PARA PÃO PCT	-		1º
85	40	UN	TOALHA DE ROSTO	AP OESTE	4,20	1º
86	50	KG	TOMATE	Supermercado Mais	3,50	1º
87	15	UN	VASSOURA DE NYLON C/ CABO	SCS COMÉRCIO	9,58	1º
88	30	UN	VINAGRE TINTO EMBALAGEM DE 750 ML	AP OESTE	1,98	1º
89	30	UN	FEIJÃO PRETO PCT 1 KG	AP OESTE	3,77	1º
90	20	UN	CONDICIONADOR 250 ML	SCS COMÉRCIO	5,73	1º
91	30	UN	FERMENTO P/ PÃO EMBALAGEM 500 GR	AP OESTE	8,45	1º
92	30	UN	KET CHUP 200 GR	SCS COMÉRCIO	1,44	1º
93	30	UN	LENÇO UMIDECIDO REFIL EMB C/ 300UN	SCS COMÉRCIO	7,95	1º
94	10	UN	LIXEIRA 10 LT	AP OESTE	14,95	1º
95	10	UN	LIXEIRA 20 LT	AP OESTE	24,90	1º
96	50	UN	MASSA DE PASTEL PCT DE 1 KG	-		1º
97	20	UN	MAIONESE 500 GR	AP OESTE	2,25	1º

98	25	UN	PACOTE DE BOMBOM C/ 50 UN	AP OESTE	25,44	1º
99	40	UN	PEDRA SANITARIA	AP OESTE	0,59	1º
100	30	UN	TOALHA DE MÃO	SCS COMÉRCIO	3,99	1º
101	300	KG	CARNE SUINA QUARTO	SCS COMÉRCIO	6,14	1º
102	300	KG	CARNE SUINA PALETA	SCS COMÉRCIO	5,70	1º
TOTAL GERAL 51.158,60						
VALOR POR EXTENSO: Cinquenta e um mil, cento e cinquenta e oito reais, sessenta centavos						

Coronel Freitas (SC), 07/08/2013

MAURI JOSÉ ZUCCO – Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

Dispensa de Licitação - Processo 61/2013 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO N. 61/2013

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 24, IV da Lei 8.666/93, declara a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SISTEMA DE TELEFONIA, COM RAMAIS, VALOR FRANQUIADO COM MINUTAGEM AGREGADA DE 20.000,00 (VINTE MIL) MINUTOS PARA LIGAÇÃO BRASIL FIXO E 20.000,00 (VINTE MIL) MINUTOS PARA LIGAÇÃO BRASIL MÓVEL, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL. O valor será de 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por 60 (sessenta) dias. A contratada é GD Telecomunicações LTDA, CNPJ 11.285.330/0001-97. A presente declaração encontra-se justificada conforme parecer jurídico e processo de Dispensa de Licitação.

Correia Pinto, 13 de agosto de 2013.

VANIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON GERALDO RODRIGUES ANTUNES

Pregoeiro Municipal

Corupá

PREFEITURA

Portaria N° 2655/13

PORTARIA N° 2655/13

EXONERA A PEDIDO A SRA. FABIOLA APARECIDA JANSEN DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09.

RESOLVE:



Art. 1º - Exonerar a pedido, do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Portaria nº 2373/13 de 05 de março de 2013, a Senhora FABIOLA APARECIDA JANSEN, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob a regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 05 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2656/13

PORTARIA N° 2656/13

EXONERA A PEDIDO A SRA. MONICA DE MELO FUGALI DO CARGO DE ENFERMEIRO ESF ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, do cargo de Enfermeiro ESF ACT, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Portaria nº 2641/13 de 04 de julho de 2013, a Senhora MONICA DE MELO FUGALI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob a regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 05 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 05 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2657/13

PORTARIA N° 2657/13

EXONERA A SRA. NADIA VIEIRA DE ALMEIDA DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar devido ao prazo determinado, do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Portaria nº 2407/13 de 05 de março de 2013, a Senhora NADIA VIEIRA DE ALMEIDA, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob a regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 26 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 05 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2658/13

PORTARIA N° 2658/13

EXONERA A SRA. RAQUEL SILMARA KLITZKE DA VEIGA DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do cargo em Comissão de Coordenadora Pedagógica, percebendo a remuneração prevista no fator 26 do Anexo XI da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009, a Sra. RAQUEL SILMARA KLITZKE DA VEIGA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob a regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2296/13 de 15 de fevereiro de 2013.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 05 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2659/13

PORTARIA N° 2659/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO FISCAL AMBIENTAL ACT, A SRA. CLAUDIA CRISTINA KRUGER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09,

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. CLAUDIA CRISTINA KRUGER, a partir de 05 de agosto de 2013, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 05 de agosto de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Fiscal Ambiental ACT, fator F. 26, com carga horária de 35 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 05 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2660/13

PORTARIA N° 2660/13

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA CLAUDIA CRISTINA KRUGER PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar a servidora CLAUDIA CRISTINA KRUGER, ocupante do cargo de Fiscal Ambiental, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, portadora da CNH Registro nº 03963821020, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 05 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2662/13

PORTARIA N° 2662/13

DIMINUI A PEDIDO, CARGA HORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO DA SRA. MARGIT SUELI HAUCK, DO CARGO DE PROFESSOR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e combinando com a Lei Municipal nº 1612/2005,

RESOLVE:

Art. 1º- Diminuir a pedido, carga horária, da Servidora Senhora MARGIT SUELI HAUCK, do cargo de Professor com 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 5302/02 de 01 de março de 2002.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 05 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2669/13.

PORTARIA N° 2669/13.

NOMEIA EDUARDO BERTI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66 e na Lei Municipal nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. EDUARDO BERTI, para o cargo de Coordenador de Serviços na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo a remuneração prevista no fator 18 do Anexo XI da Lei Municipal nº 014/09.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 05 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2671/13

PORTARIA N° 2671/13

EXONERA A PEDIDO O SR. RICARDO DIRCEU ROMÃO DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Municipal nº 014/09.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, do cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Portaria nº 2346/13 de 01 de março de 2013, o Senhor RICARDO DIRCEU ROMÃO, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob a regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 05 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial N° 199/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 199/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração destinado a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PEÇAS DIVERSAS PARA MANUTENÇÃO NA OFICINA MECÂNICA, SETORES DE: PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO, ESTRADAS VICINAIS, LIMPEZA, VIAS PÚBLICAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL..

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 26/08/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 26/08/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua: Cel Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 08 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial N° 202/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 202/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração destinado a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS PARA REPOSIÇÃO NO CIRETRAN, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I DESTE EDITAL

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 28/08/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 28/08/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua: Cel Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 08 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial N° 194/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 194/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de peças para manutenção da frota, utilizadas pela Mecânica da Secretaria de Transporte e Obras, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 26/08/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 26/08/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 07 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial N° 196/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 196/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de suprimentos de informática para Ploter Designjet T-120, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 27/08/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 27/08/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 08 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial N° 197/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 197/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação de serviço de criação, layout, arte final fotolito com prova e impressão de folders informativos sobre Curitiba, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 27/08/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 27/08/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura: <http://www.curitiba.sc.gov.br>.

Curitiba, 08 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial N° 200/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 200/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, TERMINAL URBANO E SEPLAN, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 28/08/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 28/08/2013, será realizada Sessão Pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 08 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço N° 198/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 198/2013

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição rolos de fio de nylon para uso nas roçadeiras da Secretaria de Transporte e Obras, para o Ano de 2013, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 27/08/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 27/08/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 08 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Justificativa de Dispensa de Licitação N° 201/2013
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 201/2013

REFERENTE: Contrato de compra e venda e prestação de serviços firmado entre o município de Curitiba e a empresa Superauto Distribuidora Ltda, com o valor total de R\$ 1.071,98 (Um mil e setenta e um reais e noventa e oito centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REVISÃO DO VEÍCULO FOCUS SEDAN PLACAS MJE 2413 DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA DO ART. 24 INCISO XVII DA LEI N. 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 08 de Agosto de 2013.

DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente da Comissão

CRISTINA MELO MENEGOTTO
PEREIRA
Membro

MÁRCIA DOMINSKI
PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 08 de Agosto de 2013.

CLAUDIO VIEIRA FRANÇA

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 08 de Agosto de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

Ermo**PREFEITURA****Portaria N°. 101, de 12 de Agosto de 2013**

PORTARIA N°. 101, de 12 de agosto de 2013.

Designa Interinamente Servidor para Ocupar as Funções da Secretaria de Administração e Finanças e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, incisos VIII, IX e XVII, da Lei Orgânica do Município de Ermo, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº 003, de 03 de janeiro de 1997 e Art. 66 da Lei 038/1997;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora LUCIA REGINA MARCON BORGES, ocupante do cargo de Agente de Planejamento e Orçamento, para, cumulativamente e interinamente responder pelo cargo de SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Art. 2º A servidora designada exercerá as funções necessárias ao funcionamento da Secretaria de Administração e Finanças, inclusive assinando documentos e exercendo os demais atos oficiais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 12 de agosto de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Forquilha**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Pregão Presencial N°. 123/PMF/2013.**

AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital de Pregão Presencial N°. 123/PMF/2013.

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo REGISTRAR PREÇO

para a aquisição de material escolar para utilização nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 26 de agosto de 2013 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 12 de agosto de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N°. 124/PMF/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial N°. 124/PMF/2013;

OBJETIVO: O presente Edital tem por objeto a aquisição de 02 (dois) veículos, 0 km, sendo entregue 02 (dois) veículos usados pertencentes à frota municipal como parte do pagamento, conforme determinações do edital de chamamento, para atendimento às Secretarias do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 26 de agosto de 2013 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 12 de agosto de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato de Contrato PMF N°. 173/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 173/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO - CARDIAL STANDS LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para locação de estrutura completa para realização da VI Heimatfest, no município de Forquilha/SC, compreendendo pirâmides com estrutura metálica, box, banheiros químicos, conjuntos de mesas e cadeiras plásticas, para os dias 04 a 13 de outubro do ano corrente.

VALOR - R\$ 74.964,20 (setenta e quatro mil novecentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013.

DOTAÇÃO - 0802.2042.3390 (116).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 113/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 30 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto N° 0247/2013

DECRETO N° 0247, DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0032, DE 17 DE JULHO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0032 de 17 de julho de 2013, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 12 DE AGOSTO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N° 0032 DE 17 DE JULHO DE 2013****Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**Cargo: **Médico Clínico Geral -** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**Código: **1** Área de Atuação: **Geral**Disciplina: **Médico Clínico Geral - ESF (Estratégia de Saúde da Família)****Critérios de Desempate**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especializ ação	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	ALESSANDRO FUSATTO NETO	2	0	0	0	1	NÃO	9/12/1971

Decreto N° 0248/2013

DECRETO N° 0248, DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO NO ANO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; considerando o disposto na Lei Orgânica Municipal e na Lei Federal 8666/93;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Especial de concurso público a ser realizado no Município de Fraiburgo no ano de 2013, sob a Presidência do primeiro e Secretariado pelo segundo membro, conforme segue:

I - Marcos Antonio Maestri Miguel - Servidor Público ocupante de cargo efetivo de Procurador;

II - Adélia Aparecida Pierdoná Balestrin - Servidora Pública Municipal ocupante de cargo efetivo de Auditor Fiscal;

III - Salimara Clair Molin - Servidora Pública Municipal ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo.

Art. 2º. A Comissão Especial terá por competência o acompanhamento e fiscalização dos concurso público a ser realizado no Município de Fraiburgo no ano de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 12 DE AGOSTO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2000/2013

PORTARIA N.º 2.000, DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033, de 24 de julho de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme a comunicação interna n.º 1134/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, NEUZA RODRIGUES RICARDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 674.452.769-04, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2001/2013

PORTARIA N° 2.001, DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e conforme a comunicação interna n.º 1133/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 18 horas semanais o professor efetivo RAVEL RIBEIRO, que assumiu a função de Coordenador Pedagógico no CEM São Sebastião;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 18 (dezoito) para 33 (trinta e três) horas semanais, a carga horária do servidor ARI JAISOM WALTER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 753.561.399-34, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA, pelo período de 12 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2002/2013

PORTARIA N.º 2.002, DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de GLEYSON DOMINGUES LIZ, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 075.274.019-90, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 2003/2013

PORTARIA N.º 2.003, DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de PAULO SERGIO RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 022.222.959-47, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais,

a partir de 09 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Republicação do Pregão 0107/2013-Apmf

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0154/2013 - PMF

PREGÃO PRESENCIAL 0107/2013 - PMF

O Prefeito Municipal, torna público a REPUBLICAÇÃO do certame em epígrafe, cujo objeto é a aquisição de brinquedos sócio-educativos para o Grupo de Convivência do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), a ser utilizado nos atendimentos das psicólogas e assistentes sociais no acompanhamento familiar. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 09:15 horas do dia 28.08.2013. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 09 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0020/2013-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0020/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para o fornecimento de peças para reposição e mão de obra para conserto do veículo Ducato Minibus, placas MJB-4211, frota nº 261. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 09:15 horas do dia 23.08.2013. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo (SC), 09 de agosto de 2013.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde/Gestora do FMS

Aviso do Pregão Presencial Nº 0110/2013-PMF Rp 0061

Aviso do Pregão Presencial nº 0110/2013 - PMF

Registro de Preços Nº 0061/2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de sêmens bovinos e materiais diversos de uso veterinário, para atendimento ao Programa de Inseminação Artificial (PISA). Prazo de vigência/validade da Ata de Registro de Preços: Agosto a Dezembro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 14:15 horas do dia

26/08/2013. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo (SC), 09 de agosto de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Extrato do Edital de Seleção Act Nº 0010/2013 - Sane Frai

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0010 DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

O PRESIDENTE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, para a função pública de AGENTE OPERACIONAL. O preenchimento de vagas será para o ano de 2013, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 13 de agosto a 30 de agosto de 2013, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 12 de agosto de 2013.

ELÓI REGALIN

Presidente

Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 11/2013

DESIGNA REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO PARA COMPOR O ORTFRAI - ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o artigo 34, inciso IV, do Regimento Interno, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Ficam designados os servidores ADILSON JOSÉ DIAS e ELISANDRA TIEPO, respectivamente, como representantes efetivo e suplente desta Casa Legislativa para composição do Órgão Executivo de Trânsito no Município de Fraiburgo - ORTFRAI.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução nº 04, de 19 de fevereiro de 2013.

SALA DAS SESSÕES, 09 de agosto de 2013.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS

Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Resolução N° 12/2013

DESIGNA REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO PARA COMPOR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE FRAIBURGO - DESENFRAI.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o artigo 34, inciso IV, do Regimento Interno, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Ficam designados os(as) servidores NELI DE SOUZA PINTO e ALEXANDRE BROLLO, respectivamente, como representante efetivo e suplente desta Casa Legislativa, para composição do Conselho de Desenvolvimento de Fraiburgo - DESENFRAI.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução n° 07, de 19 de março de 2013.

SALA DAS SESSÕES, 09 de agosto de 2013.
PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Resolução N° 13/2013

DESIGNA REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO PARA COMPOR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE FRAIBURGO - CMDR.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o artigo 34, inciso IV, do Regimento Interno, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Ficam designados os Servidores EDÉLCIO DE CARVALHO e RODRIGO RIEGERT, respectivamente, como representante efetivo e suplente desta Casa Legislativa, para composição do Conselho de Desenvolvimento Rural de Fraiburgo - CMDR.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução n° 08, de 07 de junho de 2013.

SALA DAS SESSÕES, 09 de agosto de 2013.
PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Garopaba

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço N°58/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 58/2013
PMG

Ata n°. 58/2013; Processo n°. 142/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: RODRITUR TURISMO LTDA ME. Objeto: Registro de preço pelo período de 12 (doze) meses para contratação de empresa especializada para serviço de transporte intermunicipal, para atender estudantes do município de Garopaba. Valor: R\$81.968,00; Data da Assinatura: 13/08/2013.

Garuva

PREFEITURA

Lei N° 1709/2013

LEI N° 1709 DE 22 DE JULHO DE 2013

"Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017".

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL**

Art.1. Esta lei institui o Plano Plurianual – PPA do Município para o período 2014-2017.

Art. 2. O PPA é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 3. O PPA tem como diretrizes:

- I – valorização do cidadão-usuário como motivo de qualquer ação governamental;
- II – participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;
- III – forte ênfase nas ações que envolvem o desenvolvimento humano;
- IV – a excelência na gestão.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO**

Art. 4. O PPA reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, classificados em duas espécies, os Temáticos e os de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município, assim definidos:

I - Programa Temático: aquele que expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental

para a entrega de bens e serviços à sociedade; e
II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 5. Os Programas Temáticos são compostos por Objetivos, Indicadores e Valor Global.

§1o. O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: é aquele cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Meta: é uma medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa; e

III - Iniciativa: declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e de outras medidas de caráter não orçamentário.

§2o. O Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§3o. O Valor Global indica uma estimativa dos recursos orçamentários necessários à consecução dos Objetivos, com as respectivas categorias econômicas.

Art. 6. As codificações dos programas serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

Art. 7. Integram o PPA os seguintes anexos:

I - Demonstrativo da previsão da receita e despesas para o período 2014/2017; e

II - Demonstrativo dos programas de governo para o período 2014/2017.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS

Art. 8. Os Programas constantes do PPA 2014-2017 estarão expressos nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Parágrafo único. As ações orçamentárias de todos os programas serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 9. O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não constituem em limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 10. Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os respectivos atributos.

Art. 11. O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

I - alterar o Valor Global do Programa;

II - incluir, excluir ou alterar Iniciativas não orçamentárias; e

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado, após aprovação pela Câmara Municipal, a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

I - Indicador;

II - Valor de Referência;

III - Metas;

IV - Órgão Responsável; e

V - Iniciativas sem financiamento orçamentário.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PLANO

Art. 12. A lei de diretrizes orçamentárias definirá anualmente e para cada exercício a forma de avaliação dos resultados dos programas de governo, conforme prevê a Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, I, "e".

Art. 13. O Município manterá atualizado o plano e o divulgará no Portal Transparência.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

ANEXO I

Demonstrativo da Previsão de Receita e Despesa

Ref.: Dados com base na projeção do Orçamento do exercício de 2013 acrescido de 8% a.a.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES				
1100.00.00	Receita Tributária	4.799.844,00	5.183.831,52	5.598.538,04	6.046.421,08
1200.00.00	Receita de Contribuições	706.860,00	763.408,80	824.481,50	890.440,02
1300.00.00	Receita Patrimonial	438.480,00	473.558,00	511.443,07	552.358,52
1600.00.00	Receita de Serviços	995.760,00	1.075.420,80	1.161.454,46	1.254.370,82
1700.00.00	Transferências Correntes	38.799.500,00	41.863.460,00	45.172.536,80	48.746.337,76
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	216.168,00	251.861,44	292.010,36	311.937,95
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL				
2400.00.00	Transferências de Capital	5.008.000,00	5.408.640,00	5.841.331,20	22.566.608,90
9000.00.00	(-) Dedução para FUNDEB	-4.291.812,00	-4.635.156,96	-5.005.969,52	-19.339.385,56
	TOTAL	46.672.800,00	50.385.023,60	54.395.825,91	61.029.089,49
			TOTAL PPA 2014/2017		212.482.739,00

ÓRGÃO	VALOR	%
CAMARA DE VEREADORES DE GARUVA	7.880.000,00	3,71
GABINETE	9.225.000,00	4,34
SECRETARIA DE ADM PLANEJ E FAZENDA	19.779.000,00	9,31
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	57.276.950,00	26,96
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	15.970.000,00	7,52
SECRETARIA DA CULTURA. ESPORTE E TURISMO	7.560.695,00	3,56
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	3.760.000,00	1,77
SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	22.628.000,00	10,65
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	11.425.000,00	5,38
SECRETARIA DE ESTRATEGIAS RURAIS	15.750.000,00	7,41
SECRETARIA DE SAUDE	41.228.094,00	19,40
TOTAL GERAL	212.482.739,00	100,00

ANEXO II

Demonstrativo dos programas de governo para o período 2014/2017

Decreto N° 186/2013

DECRETO N° 186, de 09 de agosto de 2013

"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO DECRETO N° 141/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado na íntegra o Decreto nº 141 de 04 de junho de 2013, que dispõe sobre a delegação de poderes no âmbito do executivo municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a contar de 09 de agosto de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria N° 465/2013

PORTARIA N° 465, de 08 de agosto de 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 37/2010 de 20 de abril de 2010;

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos, conforme Anexo I desta

Portaria.

RESOLVE:

ART. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público constantes do Anexo I desta Portaria para os cargos públicos de provimento efetivo, submetidos ao Regime Estatutário e Lei Complementar Municipal n°. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

- 1) Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
- 2) Cópia da certidão de casamento;
- 3) Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
- 4) Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade - (para os cargos de nível superior: Diploma)
- 5) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
- 6) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
- 7) Cópia do RG e CPF;
- 8) Cópia do título de eleitor;
- 9) Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
- 10) Cópia do PIS/PASEP;
- 11) Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
- 12) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- 13) Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
- 14) Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
- 15) Cópia do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);
- 16) Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);
- 17) Certidão negativa de antecedentes criminais - Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (a ser solicitada no FÓRUM);
- 18) Certidão de quitação eleitoral - Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br);
- 19) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: (www.cnj.jus.br);
- 20) Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);
- 21) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);
- 22) Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal;
- 23) Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;
- 24) 01 foto 3 X 4 RECENTE.
- 25) CTPS original para os candidatos Nomeados no Anexo II

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual

foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

ANEXO I

REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo: Vigilante (concurso 001/2012)		
Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17100163	Adriano Burnier	7º
Cargo: Motorista de veículos leves (concurso 001/2009)		
Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
931	Leandro Todt	5º

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Portaria Nº 468/2013

PORTARIA Nº 468, de 08 de agosto de 2013.

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR EDUARDO DOS SANTOS LICETTI PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PROVISÓRIO DE GARUVA.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, Considerando o Decreto nº 184 de 07 de agosto de 2013, que dispõe sobre a Exoneração, a pedido, da servidora Dejanira da Conceição Ferreira, da função de Coordenadora, Considerando a necessidade de responsável para responder pela Instituição de Acolhimento Provisório de Garuva,

RESOLVE:

ART. 1º. Designar o servidor EDUARDO DOS SANTOS LICETTI para responder interinamente pela Instituição de Acolhimento Provisório de Garuva.

ART. 2º. Esta portaria entrará em vigor a contar de 08 de agosto de 2013.

JOSE CHAVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG Nº 022/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMS Nº 22/2013

MODALIDADE: Pregão Presencial FMS nº 004/2013

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: STARMED ARTIGOS MÉDICOS HOSPITALARES



LTDA

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem, com entrega de forma parcelada, para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento do Município
VIGÊNCIA: 22/07/2013 à 21/07/2014.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES

VALOR TOTAL: 7.844,85 (sete mil e oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 22/07/2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMG N° 045/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG N° 045/2013

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 24/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal

CONTRATADA: WTEC Móveis e Equipamentos Técnicos LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de móveis, com entrega de forma única, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Estratégias Rurais, Saneamento Ambiental, Assistência Social, Educação, Cultura e Gabinete do Prefeito, conforme planilha e memorial descritivo.

VIGÊNCIA: 05/08/2013 a 04/10/2013

PRAZO: 60 (sessenta) dias

VALOR TOTAL: R\$ 21.161,31 (vinte e um mil e cento e sessenta e um reais e trinta e um centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05/08/2013

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Termo de Cancelamento de Edital PMG N° 030/2013

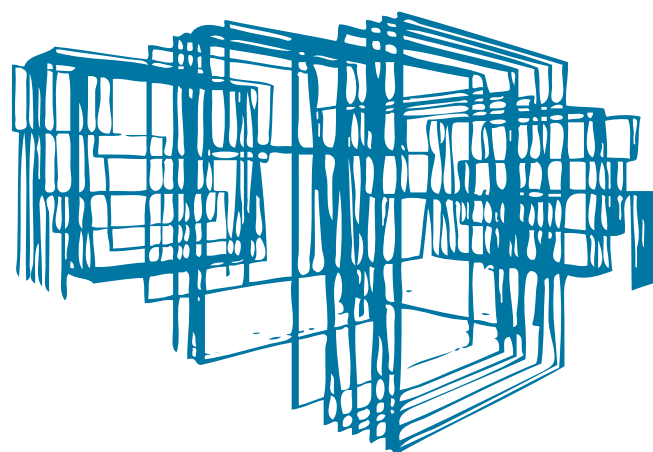
CANCELAMENTO DE EDITAL PMG N° 030/2013

O Prefeito Municipal de Garuva, considerando a decisão do Pregoeiro sobre a impugnação interposta contra o edital supra citado, resolve cancelar o Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial PMG nº 030/2013, cujo o objeto é Aquisição de móveis, com entrega de forma única, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Saneamento Ambiental, Educação e Gabinete do Prefeito, conforme planilha e memorial descritivo, para devidas alterações e posterior publicação de novo edital.

Garuva, 12 de agosto de 2013.

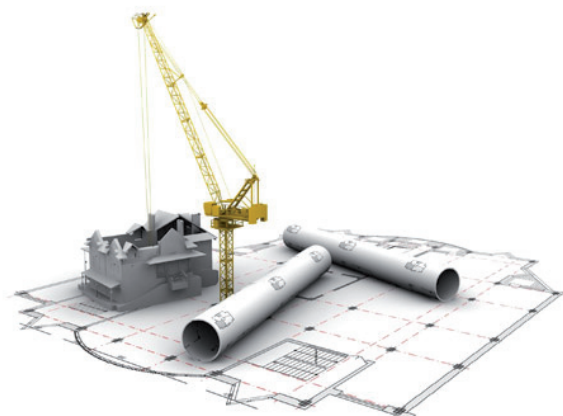
JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

Aviso - Edital de Licitação N° 005/2013 - Convite N° 005/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 005/2013

CONVITE N° 005/2013

CARTA CONVITE (3ª tentativa)

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade CONVITE, do tipo MENOR PREÇO, obtido pelo maior percentual de desconto, tendo por objeto a contratação de empresa especializada no agenciamento de passagens aéreas para prestação de serviços de cotação de preços, reserva, emissão, marcação, cancelamento, reemissão, remarcação e fornecimento de passagens aéreas, na forma e condições previstas no Edital de Licitação nº 005/2013, Convite nº 005/2013: Título: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas. Interessado: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar. Modalidade: Convite. Tipo: Menor Preço (maior percentual de desconto). Forma de Julgamento: menor preço por item. Regime de Execução: Indireta - Empreitada por Preço Unitário. Regência: Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis. Acesso Eletrônico ao Edital e à Participação: www.camaragaspar.sc.gov.br (link: Licitações e Contratos). Entrega dos Envelopes: até o dia 28/8/2013, às 14h. Abertura dos Envelopes: dia 28/8/2013, às 14h15min. Local de Recebimento dos Envelopes: Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por prédio do GASCIC). Local das Sessões Públicas: Sala de Reuniões ou Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Bairro Centro, Gaspar-SC (imóvel conhecido por prédio do GASCIC). O Edital e anexos podem ser obtidos na sede da Câmara Municipal de Gaspar ou através do site: www.camaragaspar.sc.gov.br, no link "Licitações e Contratos".

Gaspar/SC, 09 de agosto de 2013.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

SAMAE

Portaria N. 42 de 12 de Agosto de 2013

PORTARIA N. 42 DE 12 DE AGOSTO DE 2013

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JOSÉ ÉRCIO MAIER

LOVIDIO CARLOS BERTOLDI, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio ao servidor José Ércio Maier, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA referente ao período aquisitivo de 01/06/2003 a 31/05/2008, que será gozada a partir de 12/08/2013 a 10/10/2013, convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 12 de agosto de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Contrato N° 22/2010 - SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2013

Número do contrato: 22/2010 - Número do Aditivo: 6 (Aditivo de Reajuste)

Data vigência: 09/08/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Número da Licitação: 27/2010 - Modalidade: Concorrência

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA. - CNPJ do contratado:

95.886.735/0005-02

Objeto: Execução dos serviços de tratamento e disposição final de resíduos sólidos compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar, em Aterro Sanitário ou local ambientalmente licenciado, que esteja de acordo com a legislação ambiental e comercial vigente e, portador de todas as licenças necessárias conforme preconiza o órgão ambiental competente.

Valor acrescido: R\$ 42.744,92 (quarenta e dois mil setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos).

Gaspar (SC), em 09 de agosto de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Resumo da Ata de Registro de Preços Oriunda do Pregão Presencial N° 26-2013- SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 15/2013

PREGÃO PRESENCIAL N°. 26/2013

Aos oito dias do mês de agosto do ano de 2013, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 26/2013, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 08/08/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de tubos, conexões e hidômetros, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 26/2013. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

SUL AR E ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA. (80.706.492/0001-74)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado	Valor total registrado:
8	pç ADAPTADOR PARA TUBOS PVC/PBA X DEFºFº, PONTA- PONTA, DE 110 PVC-PBA X DN 100 DEFºFº Adaptador (Especial) PVC/PBA, moldado, fabricado com tubos de classe 20 ou defofo a fim de suportar a pressão de até 1,0 Mpa com ponta e ponta, junta elástica e trava da mesma, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5647-1, fornecida com anel de borracha correspondente, para	3	R\$ 18,90	R\$ 56,70
22	un FITA VEDA ROSCA 18X50 FITA DE POLITETRAFLUORETILENO, NÃO SINTERIZADA, PARA VEDAÇÃO DE ROSCAS EM INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA, FORNECIDA EM ROLOS DE 18 MM DE LARGURA E 50 M DE COMPRIMENTO, FABRICADA DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 13124 COM EMBALAGENS INDIVIDUAIS.	300	R\$ 2,23	R\$ 669,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 725,70 (Setecentos e vinte e cinco reais e setenta centavos).

TIGRE S.A. - TUBOS E CONEXOES (84.684.455/0069-51)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado	Valor total registrado:
2	pç TUBO RETANGULAR PARA DECANTAÇÃO 50X90X1200 mm TUBO RETANGULAR PARA DECANTAÇÃO 50X90X1200 mm Tubo retangular para auxílio no processo de decantação em estações de tratamento de água nas bitolas mínimas retangulares de 50 x 90 mm e comprimento de 1200 mm Os tubos deverão possuir sistema de encaixe por travamento (macho-fêmea) longitudinal para posterior união com solução adesiva específica.	10.000	R\$ 4,38	R\$ 43.800,00
3	m TUBO PVC 12 DEFOFO JEI (1,0 MPA) - DN 250 TUBO PVC 12, EXTRUDADO, COM BOLSAS DE JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA, FABRICADA DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 7665-2007 NA COR AZUL, COM UTILIZAÇÃO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL. DEVERÃO SER ENTREGUES EM BARRAS DE 6,00 METROS, SENDO COMPRIMENTO DE MONTAGEM DE NO MÍNIMO 5,83 METROS.	96	R\$ 84,00	R\$ 8.064,00
4	m TUBO PVC 12 DEFOFO JEI (1,0Mpa) - DN 400 Tubo PVC 12 extrudado, com bolsas de junta elástica integrada, fabricada de acordo com a norma ABNT NBR 7665-2007 na cor azul, com utilização em redes de distribuição de água potável. Deverão ser entregues em barras de 6,00 metros, sendo comprimento de montagem de no mínimo 5,83 metros.	54	R\$ 245,00	R\$ 13.230,00
10	pç REGISTRO DE ESFERA PVC ROSCA MACHO - DE 20MM (1/2") REGISTRO DE ESFERA DE PVC, COM EXTREMIDADES ROSCÁVEIS, E UMA DELAS COM BOLSA E PORCA QUE PERMITA EVENTUAIS DESMONTAGENS E AJUSTE DE TORQUE DE MANOBRA. FABRICADO DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 11806, PARA INSTALAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA FRIA.	1.000	R\$ 1,08	R\$ 1.080,00
21	pç SOLUÇÃO ADESIVA COM 900 ML P/ TUBO RETANGULARES DE DECANTAÇÃO	65	R\$ 51,00	R\$ 3.315,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 69.489,00 (Sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais).

HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA. (82.977.109/0001-48)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado	Valor total registrado:
1	m TUBO DE PVC 6,3 C/ PONTA E BOLSA JE (0,75 MPA) C/ ANEL - DE 140 MM TUBO DE PVC 6,3, EXTRUDADO, COM PONTA E BOLSA DE JUNTA ELÁSTICA REMOVÍVEL, PARA APLICAÇÃO SOB PRESSÃO NOMINAL DE 0,50 MPA E MÁXIMA PRESSÃO DE SERVIÇO DE 0,75 MPA, CLASSE 15, FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT NBR 5647-1 E 5647-3 PARA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL. DEVERÁ SER FORNECIDA COM O ANEL DE BORRACHA CORRESPONDENTE. NOTAS: COMO CADA TUBO DEVE APRESENTAR UMA MEDIDA EQUIVALENTE, NO MÍNIMO, 5,88 M DE COMPRIMENTO DE MONTAGEM, A QUANTIDADE TOTAL DE TUBOS, EM METROS, ADQUIRIDOS E FORNECIDOS DEVE SER CORRESPONDENTE A MÚLTIPLOS DESTE VALOR.	36	R\$ 44,40	R\$ 1.598,40

Valor total registrado do Licitante: R\$ 1.598,40 (Um mil, quinhentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).

N.B. FALCE & CIA. LTDA. (82.643.131/0001-51)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado	Valor total registrado:
11	pç REGISTRO CHATO DE GAVETA FºFº DÚCTIL C/ FLANGES P/ TUBOS EM FºFº C/ PASSAGEM PLENA E CUNHA EMBORRACHADA - PN 16 - DN 100 Registro de gaveta de ferro fundido dúctil com cunha emborrachada (revestimento feito em elastômero) utilizada somente na posição aberta ou totalmente fechada, conforme especificações da NBR 14968, para pressão nominal de serviço PN 16; com corpo curto (chata, conforme a norma ISSO 5752, série 14) e tampa projetada para suportar uma pressão hidrostática interna (verificação da integridade dos fundidos) de 3,2 Mpa. Quanto as flanges, estas, deverão obedecer às normas NBR 12430, NBR 14968 e NBR 7675. Deverá possuir também, pintura em Epóxi eletrostática na cor azul. Acionamento através de (1) e extremidades (2). (1) Acionamento Cabeçote de Ferro Fundido Dúctil (2) Extremidades Com Flanges para tubos de FºFº Toda válvula deve ser entregue com a gaveta na posição fechada, com folga de duas voltas e com seus respectivos anéis de borracha e parafusos de acordo com a quantidade de furos nas flanges.	2	R\$ 438,00	R\$ 876,00
12	pç REGISTRO CHATO DE GAVETA FºFº DÚCTIL C/ FLANGES P/ TUBOS EM FºFº C/ PASSAGEM PLENA E CUNHA EMBORRACHADA - PN 16 - DN 150 Registro de gaveta de ferro fundido dúctil com cunha emborrachada (revestimento feito em elastômero) utilizada somente na posição aberta ou totalmente fechada, conforme especificações da NBR 14968, para pressão nominal de serviço PN 16; com corpo curto (chata, conforme a norma ISSO 5752, série 14) e tampa projetada para suportar uma pressão hidrostática interna (verificação da integridade dos fundidos) de 3,2 Mpa. Quanto as flanges, estas, deverão obedecer às normas NBR 12430, NBR 14968 e NBR 7675. Deverá possuir também, pintura em Epóxi eletrostática na cor azul. Acionamento através de (1) e extremidades (2). (2) Acionamento Cabeçote de Ferro Fundido Dúctil (2) Extremidades Com Flanges para tubos de FºFº Toda válvula deve ser entregue com a gaveta na posição fechada, com folga de duas voltas e com seus respectivos anéis de borracha e parafusos de acordo com a quantidade de furos nas flanges.	4	R\$ 669,00	R\$ 2.676,00

13	<p>pç REGISTRO CHATO DE GAVETA FºFº DÚCTIL C/ FLANGES P/ TUBOS EM FºFº C/ PASSAGEM PLENA E CUNHA EMBORRACHADA - PN 16 - DN 200</p> <p>REGISTRO DE GAVETA DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL COM CUNHA EMBORRACHADA (REVESTIMENTO FEITO EM ELASTÔMERO) UTILIZADA SOMENTE NA POSIÇÃO ABERTA OU TOTALMENTE FECHADA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14968, PARA PRESSÃO NOMINAL DE SERVIÇO PN 16; COM CORPO CURTO (CHATA, CONFORME A NORMA ISSO 5752, SÉRIE 14) E TAMPA PROJETADA PARA SUPORTAR UMA PRESSÃO HIDROSTÁTICA INTERNA (VERIFICAÇÃO DA INTEGRIDADE DOS FUNDIDOS) DE 3,2 MPA.</p> <p>QUANTO AS FLANGES, ESTAS, DEVERÃO OBEDECER ÀS NORMAS NBR 12430, NBR 14968 E NBR 7675. DEVERÁ POSSUIR TAMBÉM, PINTURA EM EPÓXI ELETROSTÁTICA NA COR AZUL.</p> <p>ACIONAMENTO ATRAVÉS DE (1) E EXTREMIDADES (2).</p> <p>(1) ACIONAMENTO " CABEÇOTE DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL</p> <p>(2) EXTREMIDADES " COM FLANGES PARA TUBOS DE FºFº</p> <p>TODA VÁLVULA DEVE SER ENTREGUE COM A GAVETA NA POSIÇÃO FECHADA, COM FOLGA DE DUAS VOLTAS E COM SEUS RESPECTIVOS ANÉIS DE BORRACHA E PARAFUSOS DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE FUROS NAS FLANGES.</p>	3	R\$ 1.290,00	R\$ 3.870,00
14	<p>pç REGISTRO CHATO DE GAVETA FºFº DÚCTIL C/ FLANGES P/ TUBOS EM FºFº C/ PASSAGEM PLENA E CUNHA EMBORRACHADA - PN 16 - DN 250</p> <p>Registro de gaveta de ferro fundido dúctil com cunha emborrachada (revestimento feito em elastômero) utilizada somente na posição aberta ou totalmente fechada, conforme especificações da NBR 14968, para pressão nominal de serviço PN 16; com corpo curto (chata, conforme a norma ISSO 5752, série 14) e tampa projetada para suportar uma pressão hidrostática interna (verificação da integridade dos fundidos) de 3,2 Mpa.</p> <p>Quanto as flanges, estas, deverão obedecer às normas NBR 12430, NBR 14968 e NBR 7675. Deverá possuir também, pintura em Epóxi eletrostática na cor azul.</p> <p>Acionamento através de (1) e extremidades (2).</p> <p>(1) Acionamento Cabeçote de Ferro Fundido Dúctil</p> <p>(2) Extremidades Com Flanges para tubos de FºFº</p> <p>Toda válvula deve ser entregue com a gaveta na posição fechada, com folga de duas voltas e com seus respectivos anéis de borracha e parafusos de acordo com a quantidade de furos nas flanges.</p>	2	R\$ 1.293,00	R\$ 2.586,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 10.008,00 (Dez mil e oito reais).

LEA LOUREIRO ME (04.338.351/0001-68)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado	Valor total registrado:
5	<p>pç ADAPTADOR PARA TUBOS PVC/PBA X DEFºFº, PONTA- PONTA, DE 200 PVC-PBA X DN 250 DEFºFº</p> <p>Adaptador (Especial) PVC/PBA, moldado, fabricado com tubos de classe 20 ou defofo a fim de suportar a pressão de até 1,0 Mpa com ponta e ponta, junta elástica e trava da mesma, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5647-1, fornecida com anel de borracha correspondente, para rede de distribuição de água potável.</p>	2	R\$ 157,00	R\$ 314,00

6	<p>pç ADAPTADOR PARA TUBOS PVC/PBA X DEF°F°, PONTA- PONTA, DE 250 PVC-PBA X DN 300 DEF°F°</p> <p>Adaptador (Especial) PVC/PBA, moldado, fabricado com tubos de classe 20 ou defofo a fim de suportar a pressão de até 1,0 Mpa com ponta e ponta, junta elástica e trava da mesma, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5647-1, fornecida com anel de borracha correspondente, para rede de distribuição de água potável.</p> <p>- Bolsa lado DEFOFO DN 200 x Ponta lado PVC PBA DE 200 mm</p>	2	R\$ 248,00	R\$ 496,00
9	<p>pç CAP PARA TUBOS DE PEAD – DE 20 (½)</p> <p>Cap de polipropileno para aplicação em tubos de PEAD sob pressão de serviço de até 1,0 Mpa, fabricado de acordo com os requisitos da NBR 9798, com bolsas de junta mecânica, para interligação de tubos de polietileno PE fabricados de acordo com a NBR 8417 e roscas conforme NBR NM ISO 7-1, ou para manutenção de ramais prediais de água fria. Nota: Durante as operações de inspeção de recebimento, devem ser realizados os exames e ensaios previstos na NBR 9798.</p>	100	R\$ 1,70	R\$ 170,00
18	<p>pç VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL EM BRONZE Ø 2", COM ROSCAS</p> <p>Válvula de retenção horizontal em bronze, com tampa com porca de união, disco renovável metálico, sendo o disco e sede de aço inox 410 com bolsas roscáveis, com tampa roscada externamente ao corpo, produzidos de acordo com a NBR 15055, PN 25.</p>	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 2.180,00 (Dois mil, cento e oitenta reais).

HG COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA (04.722.894/0001-84)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado	Valor total registrado:
7	<p>pç ADAPTADOR PARA TUBOS PVC/PBA X DEF°F°, PONTA- PONTA, DE 250 PVC-PBA X DN 200 DEF°F°</p> <p>Adaptador (Especial) PVC/PBA, moldado, fabricado com tubos de classe 20 ou defofo a fim de suportar a pressão de até 1,0 Mpa com ponta e ponta, junta elástica e trava da mesma, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 5647-1, fornecida com anel de borracha correspondente, para rede de distribuição de água potável.</p>	2	R\$ 119,55	R\$ 239,10

Valor total registrado do Licitante: R\$ 239,10 (Duzentos e trinta e nove reais e dez centavos).

SAGA MEDIÇÃO LTDA (08.026.075/0001-53)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado	Valor total registrado:
19	<p>pc</p> <p>HIDRÔMETRO UNIJATO, TRANSMISSÃO MAGNÉTICA (CLASSE B) ROSCADO - QMÁX=1,5 M3/H DN 15 (1/2") C/ ACESSÓRIOS.</p> <p>Hidrômetro taquimétrico, unijato de transmissão magnética, com classe "B" de medição, fabricado de acordo com a NBR 8193 e NB 8194 e portaria 246 do INMETRO, com carcaça de liga de cobre com extremidades roscadas conforme a NBR 8133, com pintura de resina epóxi eletrostática na cor azul, com mecanismos internos confeccionados com plásticos de engenharia, com eixos de aço inox retificados e mancais de safira sintética, dotado de proteção anti-fraude da relojoaria, dispositivos de regulação para aferição em banco de provas e visor da relojoaria com inclinação de 45°.</p> <p>Nota:</p> <p>Todo hidrômetro deverá possuir inserido em sua cúpula a logomarca do SAMAE conforme modelo anexo do edital.</p> <p>Todo hidrômetro deve ser fornecido com um conjunto com: duas (2) porcas e dois (2) tubetes de latão e correspondentes guarnições de vedação, fabricados de acordo com a NBR 8193 e NBR 8194.</p> <p>As roscas dos tubetes devem ser de acordo com a NBR NM ISO 7-1.</p> <p>Todos os modelos de hidrômetros deverão ser submetidos a todos os testes previstos pela Portaria 029/94 do INMETRO.</p> <p>Deverá ser feita inspeção para recebimento na fábrica, por um órgão técnico qualificado e idôneo, que não seja da própria fábrica, com posterior emissão dos laudos.</p> <p>Caso o índice de rejeição for superior a 5% nos ensaios para autorização de embarque, implicará na rejeição do lote a ser embarcado e na rejeição em duas inspeções consecutivas para um mesmo lote ou inspeções para dois lotes consecutivos implicará no cancelamento do fornecimento restante.</p> <p>Deverão ser permitidas pelo fornecedor visitas da equipe técnica do comprador às instalações da fábrica.</p> <p>O SAMAE não arcará com os custos adicionais pelas inspeções.</p> <p>Deverá constar o selo do órgão inspetor nos materiais entregues.</p> <p>No laudo deverão conter o número da respectiva AF, os resultados dos ensaios realizados, normas técnicas aplicadas, parâmetros de aceitação/rejeição e uma análise conclusiva.</p> <p>Os materiais que não vierem acompanhados deste laudo de inspeção serão imediatamente devolvidos ao fornecedor, às suas próprias expensas, para que providencie a documentação exigida.</p> <p>Todos os materiais que não atenderem às especificações previstas nas normas antes mencionadas serão recusados e devolvidos ao fornecedor, às expensas do mesmo, para substituição.</p> <p>Após a aceitação final de cada lote, o fornecedor será responsável pela substituição de todas as peças defeituosas, a ser realizadas por seu representante no Brasil, por um período de dois anos.</p>	1.000	R\$ 56,70	R\$ 56.700,00

20	<p>pç HIDRÔMETRO UNIJATO 165 MM PROLONGADO - TRANSMISSÃO MAGNÉTICA (CLASSE B) ROSCADO – HIDRÔMETRO UNIJATO 165 MM PROLONGADO - TRANSMISSÃO MAGNÉTICA (CLASSE B) ROSCADO – Q_{máx}=1,5 M3/H DN 15 (½") C/ ACESSÓRIOS.</p> <p>Hidrômetro taquimétrico, unijato prolongado em dimensões do multijato, com comprimento de 165 mm, transmissão magnética, com classe "B" de medição, fabricado de acordo com a NBR 8193 e NB 8194 e portaria 246 do INMETRO, com carcaça de liga de cobre com extremidades roscadas conforme a NBR 8133, com pintura de resina epóxi eletrostática na cor azul, com mecanismos internos confeccionados com plásticos de engenharia, com eixos de aço inox retificados e mancais de safira sintética, dotado de proteção anti-fraude da relojoaria, dispositivos de regulação para aferição em banco de provas e visor da relojoaria com inclinação de 45°.</p> <p>Nota:</p> <p>Todo hidrômetro deverá possuir inserido em sua cúpula a logomarca do SAMAE conforme modelo anexo do edital.</p> <p>Todo hidrômetro deve ser fornecido com um conjunto com: duas (2) porcas e dois (2) tubetes de latão e correspondentes guarnições de vedação, fabricados de acordo com a NBR 8193 e NBR 8194.</p> <p>As roscas dos tubetes devem ser de acordo com a NBR NM ISO 7-1.</p> <p>Todos os modelos de hidrômetros deverão ser submetidos a todos os testes previstos pela Portaria 029/94 do INMETRO.</p> <p>Deverá ser feito inspeção para recebimento na fábrica, por um órgão técnico qualificado e idôneo, que não seja da própria fábrica, com posterior emissão dos laudos.</p> <p>Caso o índice de rejeição for superior a 5% nos ensaios para autorização de embarque, implicará na rejeição do lote a ser embarcado e na rejeição em duas inspeções consecutivas para um mesmo lote ou inspeções para dois lotes consecutivos implicará no cancelamento do fornecimento restante.</p> <p>Deverão ser permitidas pelo fornecedor visitas da equipe técnica do comprador às instalações da fábrica.</p> <p>O SAMAE não arcará com os custos adicionais pelas inspeções.</p> <p>Deverá constar o selo do órgão inspetor nos materiais entregues.</p> <p>No laudo deverão conter o número da respectiva AF, os resultados dos ensaios realizados, normas técnicas aplicadas, parâmetros de aceitação/rejeição e uma análise conclusiva.</p> <p>Os materiais que não vierem acompanhados deste laudo de inspeção serão imediatamente devolvidos ao fornecedor, às suas próprias expensas, para que providencie a documentação exigida.</p> <p>Todos os materiais que não atenderem às especificações previstas nas normas antes mencionadas serão recusados e devolvidos ao fornecedor, às expensas do mesmo, para substituição.</p> <p>Após a aceitação final de cada lote, o fornecedor será responsável pela substituição de todas as peças defeituosas, a ser realizadas por seu representante no Brasil, por um período de dois anos.</p>	1.500	R\$ 62,55	R\$ 93.825,00
----	--	-------	-----------	---------------

Valor total registrado do Licitante: R\$ 150.525,00 (Cento e cinquenta mil, quinhentos e vinte e cinco reais).

L'ACQUA D'ORO AXA METAIS IND. COM. SERVIÇOS LTDA (00.176.386/0001-97)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade registrada:	Valor unitário registrado	Valor total registrado:
15	<p>pç Válvula de gaveta em bronze Ø 3, com roscas e haste não ascendentes Válvula de gaveta em bronze, com bolsas roscáveis, haste não ascendente, com tampa roscada externamente ao corpo, produzidos de acordo com a NBR 15055, PN 16.</p>	4	R\$ 220,00	R\$ 880,00

16	<p>pc VÁLVULA DE GAVETA EM BRONZE Ø 2", COM ROSCAS E HASTE NÃO ASCENDENTE</p> <p>VÁLVULA DE GAVETA EM BRONZE Ø 2", COM ROSCAS E HASTE NÃO ASCENDENTE</p> <p>Válvula de gaveta em bronze, com bolsas roscáveis, haste não ascendente, com tampa roscada externamente ao corpo, produzidos de acordo com a NBR 15055, PN 16.</p>	10	R\$ 67,10	R\$ 671,00
17	<p>pc VÁLVULA DE GAVETA EM BRONZE Ø 1", COM ROSCAS E HASTE NÃO ASCENDENTE</p> <p>Válvula de gaveta em bronze, com bolsas roscáveis, haste não ascendente, com tampa roscada externamente ao corpo, produzidos de acordo com a NBR 15055, PN 16.</p>	10	R\$ 20,50	R\$ 205,00

Valor total registrado do Licitante: R\$ 1.756,00 (Hum mil, setecentos e cinquenta e seis reais)

Valor total registrado da Licitação: R\$ 236.521,20 (Duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e vinte e um reais e vinte centavos).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 06 (seis) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, no seguinte local: Rua: Barão do Rio Branco, nº 500 - Bairro: Centro - Gaspar - SC.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo Diretor Geral Técnico e/ou Almoxarife e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 08 de agosto de 2013.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER – Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

MARIA DE LURDES RAMOS PISETTA - Equipe de Apoio



Programa de Gestão Tributária



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria N° 552/2013

PORTARIA N° 552/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO a contar de 05 de agosto de 2013 por prazo indeterminado em decorrência de limitação de capacidade física à atividade laborativa inerente ao cargo de carreira, à Servidora DANIELY CRISTINA RATTI, (Matr. 2779), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência - A, Anexo V da LC N° 280/2011, com carga horária de 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo que mesma atuará como auxiliar na Vigilância Sanitária, realizando suas atividades em condições especiais (atividades em que a servidora não permaneça em pé; que não exijam esforço físico e movimentos repetitivos, evitando movimentos com os membros superiores acima da altura dos ombros e ambientes com acúmulo de pessoas e situações de estresse), conforme está determinado no Laudo Médico-Pericial exarado pelo médico especialista em Medicina Interna e do Trabalho do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste (SC) - IPREVI-HO, em de 30 de julho de 2013, com fundamento no art. 33 e seus §§ da LC N° 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Agosto de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 553/2013

PORTARIA N° 552/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO a contar de 05 de agosto de 2013 por prazo indeterminado em decorrência de limitação de capacidade física à atividade laborativa inerente ao cargo de carreira, à Servidora DANIELY CRISTINA RATTI, (Matr. 2779), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência - A, Anexo V da LC N° 280/2011, com carga horária de 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo que mesma atuará como auxiliar na Vigilância Sanitária, realizando suas atividades em condições especiais (atividades em que a servidora não permaneça em pé; que não exijam esforço físico e movimentos repetitivos, evitando movimentos com os membros superiores acima da altura dos ombros e ambientes com acúmulo de pessoas e situações de estresse), conforme está determinado no Laudo Médico-Pericial exarado pelo médico especialista em Medicina Interna e do Trabalho do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste (SC) - IPREVI-HO, em de 30 de julho de 2013, com fundamento no art. 33 e seus §§ da

LC N° 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Agosto de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 554/2013

PORTARIA N° 554/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR OS EFEITOS da Portaria N° 267/2013, que concedeu readaptação à Servidora CARMEN TERESINHA GHIGGI (Matr. 59), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência - D, Anexo XI da LC N° 286/2011, com carga horária de 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, sendo que a mesma passará a realizar suas atividades junto à Biblioteca Pública Municipal em condições especiais (local mais isolado e atividades que não exijam esforços físicos), conforme está determinado no Laudo Médico-Pericial exarado pelo médico especialista em Medicina Interna e do Trabalho do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste (SC) - IPREVI-HO, em de 30 de janeiro de 2013, com fundamento no art. 33 e seus §§ da LC N° 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Agosto de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 555/2013

PORTARIA N° 555/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 08 de agosto de 2013, da servidora GRAZIELA BARBIERI (Matr. 2811), a qual exerce a função de Fisioterapeuta, Nível - 12/1, Referência "A", 30 horas semanais, anexo V da LC N° 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar N° 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 556/2013
PORTARIA Nº 556/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor ELINTON RICARDO SAVENHAGO (Matr. 3705), a partir de 08 de agosto de 2013, para exercer a função de Professor de Informática, Leigo, 10 horas semanais, junto ao GEM Prof. Adolfo Becker, em substituição ao Servidor Ronaldo Dalla Costa, o qual se encontra afastado para Tratamento de Saúde, enquanto perdurar o atestado deste servidor, aprovado e classificado em 6º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 557/2013
PORTARIA Nº 557/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora SUINER SILVA DE OLIVEIRA, a partir de 08 de agosto de 2013, aprovada e classificada em 11º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 281/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D' Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Agosto de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 558/2013
PORTARIA Nº 558/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR OS EFEITOS da Portaria nº 180/2013 da Servidora SILVANA MARIA MUSSOLINE (Matr. 3638) a qual exerce a função de Professor, Nível - 2 - Referência "A", 20 horas semanais, Ensino Fundamental, sendo que a mesma passará a atuar junto ao GEM Nossa Senhora de Fátima, turno matutino, em substituição à servidora Lucila Brinkmann que se encontra afastada em Tratamento de Saúde, aprovada e classificada em 60º lugar pelo Processo Seletivo 001/2011 - SMECE/SMAS/HO de 28 de dezembro de 2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011, a partir de 09 de agosto de 2013 até o término do ano letivo de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 09 de Agosto de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****Portaria Nº 182/2013**

PORTARIA Nº 182, DE 10 DE MAIO DE 2013

"NOMEIA O SERVIDOR IRLEY LUIZ LAMPERTI PARA O CARGO COMISSONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, bem como o art. 3º, da Lei n.º 496, de 12 de junho de 2012, RESOLVE: Art. 1º. Nomear o Sr. IRLEY LUIZ LAMPERTI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes - Nível CC-3, criado pela Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 404, de 22.05.2009, com os subsídios fixados em Lei, facultando-se a opção pelo vencimento de conformidade com o Art. 17, da Lei Municipal nº 044/97.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 10 DE MAIO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 247/2013

PORTARIA Nº 247, 05 DE AGOSTO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA LUCENA TERESINHA PANCERI VIECELLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII,

do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008; tudo combinado com a Lei Municipal nº 461, de 25 de abril de 2011, bem como o Decreto nº 2.195, de 12 de maio de 2011 e o requerimento da servidora protocolado em 23 de julho de 2013, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora LUCENA TERESINHA PANCERI VIECELLI, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência C, 43 (quarenta e três) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 01.08.2000 a 19.12.2002.

Parágrafo único. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 05 de agosto a 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 05 DE AGOSTO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 248/2013

PORTARIA N° 248, DE 08 DE AGOSTO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA DE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando, requerimento do servidor protocolado em 08 de julho de 2013;

com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIX, da Lei Orgânica Municipal; bem como, o art. 96, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido ao servidor MARCIO PANCERI VIECELLI, ocupante do cargo de Motorista - Nível 2 - Referência C, Licença para Tratar de Interesses Particulares pelo prazo de 02 (dois) anos, a ser fruída de 08.08.2013 a 07.08.2015.

Art. 2º. O pedido de licença previsto no artigo 1º será sem vencimentos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE AGOSTO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 249/2013

PORTARIA N° 249, DE 08 DE AGOSTO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA A SERVIDORA ROSE MARI KOWALCZUK E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 24, § 5º, da Lei Municipal nº 320, de 29 de junho de 2006, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ROSE MARI KOWALCZUK, servidora efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem - Nível 5 - Referência B, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O período de afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Leonardo C. da S. Falcão - CRM/SC 9124, no período compreendido de 23 a 29 de julho de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de julho de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE AGOSTO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 250/2013

PORTARIA N° 250, DE 08 DE AGOSTO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA O SERVIDOR WALDEMAR CORDEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 24, § 5º, da Lei Municipal nº 320, de 29 de junho de 2006, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor WALDEMAR CORDEIRO, servidor efetivo no cargo de Motorista - Nível 2 - Referência A, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O período de afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Leonardo C. da S. Falcão - CRM/SC 9124, no período compreendido de 23 a 29 de julho de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de julho de 2013.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE AGOSTO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 251/2013

PORTARIA N° 251, 09 DE AGOSTO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DA SERVIDORA FLAVIA LENITA PELENTIR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, protocolado em 09 de agosto de 2013, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora FLAVIA LENITA PELENTIR, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo - Nível 5 - Referência E, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Terezinha Calai Pelentir - mãe, de conformidade com o laudo médico do Dr. Heriberto Agudelo Enriquez - CRM/SC 5858.

Art. 2º. O período de afastamento é de 10 (dez) dias, conforme laudo médico, no período compreendido de 09.08.2013 a 18.08.2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE AGOSTO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 252/2013

PORTARIA N° 252, DE 09 DE AGOSTO DE 2013

"DETERMINA DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDOR QUE MENCIONA, POR DANO CAUSADO AO ERÁRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos. VII e XXXIV, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 e Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;

Considerando a multa aplicada pelo Detran/Deinfra de Herval D'Oeste, no veículo com código no RENAVAM 116192259;

Considerando que o ato de notificação, identifica infração praticada pelo motorista;

Considerando que o veículo placa MFY 8749, no dia da infração praticada era dirigido pela Sra. ODILA THOME LAIDNES,

Considerando que a infração praticada deve ser atribuída ao motorista com o ônus inerente, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a multa aplicada pelo Detran/Deinfra de Herval D'Oeste, sob N° 213913321, seja paga pela Tesouraria do Município.

Art. 2º. Que seja descontado em folha de pagamento da Sra. ODILA THOME LAIDNES, em uma única parcela, no mês de

agosto/2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE AGOSTO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Ata Eleição Suplentes Conselho Tutelar**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIAM - ESTADO DE SANTA CATARINA.****ATA GERAL DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DE SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR**

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e treze, no Centro Educacional Eliziane Titon, sob a coordenação e presidência da Comissão Eleitoral e fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi realizada a votação e apuração do processo de escolha dos membros suplentes do CONSELHO TUTELAR DE IBIAM, sendo instalada uma seção para recepção dos votos, situada na Rua Sete de Setembro, número quinhentos e trinta e nove, sala número dezoito. A votação teve início às oito horas, encerrando-se às dezessete horas, não havendo registro de ocorrências. Às dezessete horas e cinco minutos iniciaram-se os trabalhos de apuração dos votos e encerrando-se às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, atuando como escrutinadores as Sras. Ana Paula Ortigara - Presidente, Carmelita Chiesa Tragancin - Secretária, Cleide Teresinha Perosa - Mesária, na presença das candidatas: Ana Cleia Costa de Oliveira, Ivonete Trevisol Craco e Simara Aparecida Trevisol Slongo e respectivos fiscais: João Vilmar de Oliveira, Gilberto Zago e Ivanir Trevisol Slongo, além dos membros do CMDCA. Após constatada a inexistência de quaisquer indícios de fraude ou violação da urna, a mesma foi aberta, contendo a seguinte quantidade de cédulas: trezentas e dez cédulas, ao passo que os eleitores que exercitaram o voto, pela contagem baseada nas listas de votação, totalizaram trezentos e dez. Após encerrada a apuração e verificada, chegou-se ao seguinte resultado: Votos válidos: trezentos e dez; Votos brancos: oito; Votos em mais de uma candidata: seis cédulas. VOTAÇÃO DOS CANDIDATOS: Ana Cleia Costa de Oliveira, com cento e vinte e três votos; Ivonete Trevisol Craco, com cento e trinta e dois votos; e Simara Aparecida Trevisol Slongo, com cinquenta e cinco votos. Não havendo impugnações ou incidentes que pudessem comprometer a validade da votação e apuração dos votos, a Presidente do C.M.D.C.A, a Sra. Cácia Aparecida Gonatto Araldi, diante de todos os presentes, parabenizou e agradeceu a todos os que trabalharam no processo de escolha, salientando que, nos termos da Lei Municipal número quatrocentos e oitenta e dois, de vinte e sete de outubro de dois mil e onze, combinado com o Edital, de dezenove de junho de 2013, os candidatos e fiscais poderão apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de vinte e quatro horas. Não houve impugnações. No dia doze de agosto de dois mil e treze, será publicado o resultado da eleição através de Edital. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do CMDCA no dia dezesseis de agosto de dois mil e treze. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que após lida e achada conforme segue assinada por mim, Carmelita Chiesa Tragancin, Secretária da Mesa Eleitoral, pelos demais membros presentes do CMDCA, fiscais e candidatas, que acompanharam os trabalhos. Cópias desta ata deverão ser

enviadas ao Sr. Prefeito Municipal, Promotoria de Justiça e Vara da Infância e Juventude.

Ibiam-SC, em 10 de agosto de 2013.

Edital Divulgação Resultado Eleição Conselho Tutelar EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE IBIAM-SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 482/2011, bem como suas alterações, e Edital, de 19 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição n.º 1266, de 25 de junho de 2013 faz saber que:

DA ELEIÇÃO

Sob a coordenação da Comissão Eleitoral, nomeada pela Portaria nº 246, de 05 de agosto de 2013 e fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, foram realizados no dia 10 de agosto de 2013, a sessão de votação direta pela comunidade local, para eleição de suplentes do Conselho Tutelar;

Sufragados os votos de 310 eleitores, foram eleitos:

Nome	Votos
Ivonete Trevisol Craco	132
Ana Cleia Costa de Oliveira	123
Simara Aparecida Trevisol Slongo	55

DA NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Os candidatos leitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A posse dos candidatos eleitos será na data de 16.08.2013.

Ibiam, 12 de agosto de 2013.

CÁCIA APARECIDA GONZATTO ARALDI
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
Presidente

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI N° 099.2013

DECRETO PMI N° 099, de 05 de agosto de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEGOV
Manutenção do Gabinete do Prefeito

04.122.0002-2.002

3.3.90.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 7.350,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA - SEAGP

Apoio Administrativo da SEAGP

04.122.0003-2.003

3.3.90.00.00.00.00.0080 (0008) Aplicações Diretas 16.600,00

Apoio Administrativo da SEAGP

04.122.0003-2.003

4.4.90.00.00.00.00.0080 (0010) Aplicações Diretas 70.000,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAP

Manutenção da Secretaria de Agricultura

20.122.0006-2.021

3.3.90.00.00.00.00.0080 (0090) Aplicações Diretas 1.050,00

Total 95.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de agosto de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANA PAULA BARCELOS

Gerente de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI N° 100.2013

DECRETO PMI N° 100, de 05 de agosto de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), para novos itens orçamentários, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA

Manutenção do Programa Bolsa Família

08.244.0013-2.075

3.3.90.00.00.00.00.00168 (0026) Aplicações Diretas 1.000,00

Manutenção do Programa Bolsa Família

08.244.0013-2.075

4.4.90.00.00.00.00.00168 (0027) Aplicações Diretas 24.000,00

Total 25.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de Recursos do Programa Bolsa Família apurados no exercício de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de agosto de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANA PAULA BARCELOS

Gerente de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI N° 101.2013

DECRETO PMI N° 101, de 05 de agosto de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA

Manutenção do Programa Bolsa Família

08.244.0013-2.075

3.3.90.00.00.00.00.00.0156 (0014) Aplicações Diretas 25.000,00

Manutenção do Programa Bolsa Família

08.244.0013-2.075

4.4.90.00.00.00.00.00.0156 (0015) Aplicações Diretas 25.000,00

Total 50.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos do Programa Bolsa Família apurados no exercício de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de agosto de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANA PAULA BARCELOS

Gerente de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI N° 102.2013

DECRETO PMI N° 102, de 08 de agosto de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 26.200,00 (vinte e seis mil e duzentos reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

Saúde no Prato - Aluno Saudável - Fundamental/Infantil

12.306.0009-2.103

3.3.90.00.00.00.00.00.0176 (0019) Aplicações Diretas 26.200,00

Total 26.200,00

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso de Arrecadação de Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/Pré-Escola), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de agosto de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANA PAULA BARCELOS

Gerente de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI N° 103.2013

DECRETO PMI N° 103, de 08 de agosto de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), para novo item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

Qualificação do Atendimento a Educação Especial

12.367.0009-2.010

3.3.90.00.00.00.00.00.0411 (0169) Aplicações Diretas 3.200,00

Total 3.200,00

Art. 2º Os recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso de Arrecadação de Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/AEE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de agosto de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANA PAULA BARCELOS

Gerente de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 485/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 485, de 09 de agosto de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Prevenção e Combate as Drogas e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JANDER PEREIRA DE CARVALHO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 507.291.019-91, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Prevenção e Combate as Drogas junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de agosto de 2013, ficando

revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de agosto de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 486/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 486, de 09 de agosto de 2013.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Cristina Vieira de Melo	Professora I - 20h	057.200.089-85	01/08/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de agosto de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de agosto de 2013.
ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 487/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 487, de 09 de agosto de 2013.
Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Silvana Delmon-des Oliveira de Souza	Agente Comunitário de Saúde - PACS	014.532.125-82	07/08/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 07 de agosto de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de agosto de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Edital Audiência Pública N° 003.2013

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 003/2013.

O Prefeito Municipal de Imbituba, com base no Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei Complementar (LRF) nº 101, de 04 de maio de 2000, convida toda a sociedade civil e organizada com a atuação e sede no Município de Imbituba, bem como demais munícipes, para participar da Audiência Pública que fará realizar no dia 13 de agosto de 2013, as 19:00 hs, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, com a finalidade de discutir a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO - e a Lei Orçamentária Anual - LOA - para o ano de 2014.

Imbituba - SC, 02 de agosto de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Imbituba

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria N° 366 de 09 de Agosto de 2013

CONCEDE LICENÇA AO SENHOR JOÃO TICIANI PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TÁXI.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

CONCEDE,

Ao Senhor JOÃO TICIANI, brasileiro, portador do CPF 134.191.299-04, cédula de identidade 360.861-1, licença para exploração de serviço de táxi com o veículo VW/GOL 1.0 GIV cor BRANCA, chasis 9BWAA05W0EP005816, categoria privado com ponto estabelecido na Praça Professor José Bogoni, com ponto privado no mesmo local, neste Município de Ipumirim, tendo como condutor habilitado o Senhor Ari Conte, portador do CPF 42.468.789-87, de acordo com a Lei Complementar 43/2007 de 24 de dezembro de 2007 e Lei Complementar 56/2008, de 06 de novembro de 2008.

Revogadas as disposições em contrário, especificamente a portaria 341/2013, a presente portaria produzirá efeitos a partir de sua publicação.

Ipumirim, 09 de agosto de 2013
VALDIR ZANELLA
Prefeito

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto 2450/2013

Decreto nº 2450/2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1663 de 19 de dezembro de 2012, conforme art.13, DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 104.000,00 (Cento e quatro mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO

02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

2.002 - Manutenção do Departamento de Emprego e Renda..

3.1.90.00.00.00.00.0100 (131) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0100 (133) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

02 - PODER EXECUTIVO

02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário.

3.2.90.00.00.00.00.0100 (112) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

T O T A L R\$ 104.000,00

Art. 2º - Por conta das anulações previstas no artigo anterior, ficam suplementadas as dotações a seguir especificadas, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO

02.10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

2.002 - Manutenção do Departamento de Emprego e Renda..

3.3.90.00.00.00.00.0100 (132) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

02 - PODER EXECUTIVO

02.09 - SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário.

3.3.90.00.00.00.00.0100 (113) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

T O T A L R\$ 104.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 09 de agosto de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Extrato de Processo Licitatorio 12/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 23 de agosto de 2013, às 10:30 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global, de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALES ALIMENTAÇÃO EM FORMA DE CARTÃO MAGNETICO/ELETRONICO COM CHIP DE SEGURANÇA AOS SERVIDORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE", para o período de 12 meses, com entrega imediata. O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Patrimônio e Projetos, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111 e 3625-1144, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato de Contrato 118/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CONTRATO Nº 118/2013

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 62/2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA. Cláusula Primeira - DO OBJETO -

Fica acrescido no objeto do contrato 62/2013, mais usuário ao sistema abaixo especificado, totalizando um acréscimo mensal de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93:

	Acessos			Valores		
	Atual	A ser acrescido	Total	Locação Atual	A ser acrescido	Locação Total
Sistema						
Fly Protocolo	4	7	11	R\$ 200,00	R\$ 350,00	R\$ 550,00

Cláusula Segunda - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação: Projeto/Atividade: 2.002 - Manutenção Secretaria de Administração: 3.3.90.39.00.00.00.0100 (12) – Aplicações Diretas

Cláusula Terceira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente. Irineópolis, 29 de julho de 2013.

Município de Irineópolis	Betha Sistemas Ltda.
JULIANO POZZI PEREIRA	ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR
Contratante	Contratada



Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato de Edital

Processo Licitatório nº 43/2013 - Inexigibilidade de Licitação nº 3/2013. Objeto: contratação de "Arquiteto e Urbanista" para atuar junto a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, na análise e finalização dos projetos referente ao Convênio Nº 752411/2010, firmado por ocasião do Plano de Ação para as Cidades Históricas. Contratado: Dilson Jorge Bartsch. VALOR TOTAL: R\$ 8.000,00. PRAZO: 4 (quatro) meses. Fundamentação Legal: artigo 25, inciso II em combinação com o inciso IV do artigo 13 da Lei 8666/93.

Itaiópolis, 09/08/2013.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2013. OBJETO: contratação de serviços de mão de obra e peças para retífica de motor do Toyota Bandeirantes MB OM364. CONTRATO nº 77/2013. CONTRATADA: Mewal Diesel Manutenção e Reparação de Veículos Ltda. VALOR TOTAL: R\$ 6.519,40. Prazo de entrega: 30 (trinta) dias. Período da Garantia: 3 (três) meses.

Itaiópolis, 22 de julho de 2013.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2013. OBJETO: aquisição de elevador veicular eletro hidráulico, motor monofásico, com lubrificação automática a óleo, com capacidade mínima de 4.000 Kg, elevação de aproximadamente 1.800mm, com instalação inclusa, para Delegacia de Polícia - Recursos Convênio Trânsito. CONTRATO nº 83/2013. CONTRATADA: AWD Comércio de Eletro Eletrônicos Ltda. VALOR TOTAL: R\$ 8.940,00. Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias. Período da Garantia: 12 (doze) meses.

Itaiópolis, 02 de agosto de 2013.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal.

Extratos de Contratos

Processo Licitatório nº 39/2013 - Pregão Presencial nº 29/2013. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios (merenda escolar) para as Escolas da Rede Municipal de Ensino, Pré Escolas e Centros de Educação Infantil do Município, para o segundo semestre letivo. CONTRATADAS: CONTRATOS: VALOR TOTAL: PRAZO: Furtado Supermercado Ltda. Nº 79/2013. R\$ 25.212,29; Giseli Ribas Trierweiler ME. Nº 80/2013. R\$ 6.868,79; Papelaria São Bento Ltda. EPP. Nº 81/2013 R\$ 1.803,87; Supermercado Hilário Fuchs Ltda. Nº 82/2013 R\$ 4.973,30. De 02/08/2013 a 31/12/2013.

Itaiópolis, 02/08/2013.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

Decreto 147 de 12 de Agosto de 2013.

DECRETO 147 DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar 002/2006 e Lei complementar nº 19/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições dos candidatos aptos a prestarem as provas do Concurso Público Nº 01/2013 do Município de Itapiranga /SC, por apresentarem os documentos exigidos no ato da inscrição, para provimento das funções conforme abaixo relacionado:

Agente Comunitário de Saúde - Micro Área 34*	
Insc.	Nome do Candidato
21	BRUNA THOME
67	CRISTINA FEIL CASTANHEDE
46	JANICE TERESA WELTER DIETER
Total de Candidatos Homologados: 3	
Arquiteto	
Insc.	Nome do Candidato
149	BÁRBARA REICHERT
162	FRANCIELE ROHR
90	JANAINA GASSEN
88	KATYUCIA MANFREDI BACCHI
137	LILIAN BOHNENBERGER
56	LUCAS SCHWENGBER WOLF
79	RUTI FREESE
112	SIMONE CRISTINA EIDT
Total de Candidatos Homologados: 8	
Auxiliar Administrativo	
Insc.	Nome do Candidato
150	ADAIANA BONETTE PINHEIRO
189	ADRIANO KARAL
171	ADRISSA ARNHOLD
76	ALCENIR BENACHIO
255	ALEX SANDRO EIDT DE SOUZA
6	ALEXANDRE TRÄSEL
72	ALINE FRIEDRICH
170	ANA CLÁUDIA WEBER
268	ANA MARISA OLIVEIRA
95	ANDRE RICARDO GERING

18	ANDRESSA RAMOS IORA
269	ANELISE FABER
129	ANELISE KESSLER
59	ANGELA WOHLFART
143	ANGELICA APARECIDA KRONBAUER
33	ARLETE PREIS
85	BEATRIZ CHRISTLEID
195	CALINCA FAVRETTO
235	CAMILA BEATRIZ HERSCHAFT
57	CAMILA FASSBINDER
45	CARINA PÂMELA RACHOR
147	CARLA FERNANDA GEMMER
263	CARLA MENEGHINI BRASIL
123	CARLISE ODETE SCHNEIDERS
31	CASSIA DA SILVA SANGALETTI
238	CELANGE DANIELE ARNOLD
243	CLAIR INES URNAU
230	CLAUDENIR BORTOLINI
38	CLAUDIA MARTINS
138	CLAUDIA ROHDEN
153	CLEITON MULLER
96	CLEO LUÍS URNAU
271	CLERIA HERSCHAFT CARDOSO
228	CRISTIANE BIRK
211	DAIANA LORENZON MARCHEZAN
128	DAIANA SILVANA WELTER
14	DAIANE PAULATA
134	DANIELA PAULA FOLETTTO
10	DANIELE ALVES DE MAIA
74	DAYANA BEATRIZ PAULI
216	DEBORA ADRIANA DE BRUM
130	DEISE CRESPIÃO
124	DENISE MELZ PETRY
253	DENIFER STRACK
119	DIONATAN CANZI
122	EDELVAN NIEHUES FANEZ
5	EDIMARA DE MATTOS ZIMMER
187	EDINEI KESSLER
259	ELAINE SIMÃO
206	ELENICE LENI RAIMANN
113	ELIANE NATALINA MOTTA EIDT
245	ELIESER ECKHARDT
273	ENDIBRANDA ESPIRITO SANTO
200	EVERTON WELCHEN FLACH
28	FABIANA LUISA HUNEMEIER
9	FABIANE BAUMGRATZ
262	FABIOLA SPOHR
226	FRANCIELE EPPING

254	FRANCIELE HICKMANN JAEHN
32	GABRIELA EIDT
168	GABRIELA PHILIPSEN
215	GRACIANE SCHNEIDER FELDHAUS
165	IEDA SA SILVA KOCHENBORGER
30	IRENE NELI MAYER
264	IVANDRO ALMEIDA DE LIMA
169	IVANI BABICK
15	JANAINA DURK
145	JANE MARIA ETGES
24	JANETE MARIA SIRTOLLI
276	JANICE ROTHER
181	JARLINE HOFER
203	JEFFERSON DOUGLAS DO NASCIMENTO
175	JESSE VANDERLEI SEFFRIN
157	JONIEL PANDOLFO DA SILVA
146	JOSEMIR INACIO GOSSLER
80	JULIANA RAQUEL BERTOL BRIZZOLLA
26	LARISSA RIDRIGUES DE LIMA
275	LEILA TERESINHA NECKEL LOGA
155	LEONI BABICK
70	LUCIANI HAAS
84	MARCELO BOHNEN
58	MARILUZE BORGES DA SILVA
99	MARISA ROYER
55	MARLENE VALK
265	MATHEUS NEDEL ENGESSER
81	MAURI KLEIN
178	NEIDE SEHN EPPING
97	NUBIA NAUE
37	PAULINNE LENZ
234	PAULO HENRIQUE W KAUPPAUN
201	RENATO DE AZEVEDO
12	RICARDO ELISEU BUCHNER
152	SAMILA JULIANA CAGLIARI
109	SANDRA REGINA VOGT
73	SANDRIELE BRITZIUS ALBRECHT
121	SIMONE APARECIDA LACHESKI TEIXEIRA
71	SIMONE DA LUZ REICHERT
120	TAIS MARLEI ALBRING
250	TATIANE MEURER
246	THIAGO ROHDEN
104	TIAGO JOSÉ SCHROEDER
63	VALDENEI KLEIN
225	VERA LÚCIA TOILLIER XAVIER
52	VIVIANE STROHSCHIEIN

Total de Candidatos Homologados: 104

Engenheiro Civil

Insc.	Nome do Candidato
65	LARA BORGES WELTER
197	MARCO ANTONIO C. CALZA
196	RAFAEL CASARIL
151	RODRIGO PADILHA
257	ULISSES NYLAND

Total de Candidatos Homologados: 5

Engenheiro Químico

Insc.	Nome do Candidato
240	CIRO ROBERTO ROSAR JACOMEL
180	DINORVAN ZUFFO PERIN
237	FERNANDA ROBERTA CASAGRANDE
207	KATIA JOANA VERDI
93	ROLAND WEIGSDING JUNIOR

Total de Candidatos Homologados: 5

Engenheiro Sanitarista

Insc.	Nome do Candidato
191	ALAN CASSIO BORSUK
40	JULIANE CRISTINA DASSOW
267	LEONARDO RHODEN RECH
83	LUAN ARIEL FREISLEBEN
160	LUAN DOMINGUES DE ARRUDA
266	MACIEL WELTER
106	MAYARA TECHIO
224	WILLIAM DILL ARENHARDT

Total de Candidatos Homologados: 8

Fonoaudiólogo

Insc.	Nome do Candidato
232	ALINE WEIS
117	ALINY NAISSARA NARCISO
270	DANIELE LAÍS URNAU

Total de Candidatos Homologados: 3

Instrutor de Dança

Insc.	Nome do Candidato
221	CIBELE MARIA HERGESELL CONRAD
148	DELICI REIS HOFMANN
154	FERNANDA LUISA GIEHL

Total de Candidatos Homologados: 3

Instrutor de Música Nível I

Insc.	Nome do Candidato
34	AFONSO KRAEMER

82	FELIPE BABICK
111	IVAN ROGRIGO ULLRICH
103	JONAS ALEXANDER WELTER
48	TONICO LUIZ WOLFART

Total de Candidatos Homologados: 5

Instrutor de Música Nível II

Insc.	Nome do Candidato
223	GUILHERME TIAGO FLACH
69	HENRIQUE JOSÉ DREBEL

Total de Candidatos Homologados: 2

Médico

Insc.	Nome do Candidato
185	ANDRÉ JULIANO FUCHS HERRMANN
25	LUCAS MELO DE FREITAS

Total de Candidatos Homologados: 2

Médico Veterinário

Insc.	Nome do Candidato
61	ADEMIR ZAPPANI
144	ALEX LENGERT
66	ALEX SILVA MARQUEZI
118	ARIANE OLIVEIRA PINHEIRO MACHADO
16	BRUNA BORGES DOS SANTOS
190	CAIO LUIS URBAN
8	CAROLINE WOHLFART FRIEDRICH
194	DENISE CRISTINA SILVA GOMES
199	DENIZE ERENO
140	DIOGO RODRIGO FRONCHETTI
51	EDUARDA LUCCA
247	EDUARDO MIOLA
141	ELTON ANTONIO SELUNG
177	FERNANDO DE SOUZA RAMOS
210	FRANCIELE ROSADO VIERO NEI-MAIER
139	GIANCARLO MANFRIN
272	GISLAINE DE FATIMA CARVALHO
258	GRACIELE GONCALO MUELLER
239	ITACIO ZINN MOSTARDEIRO
208	JEFERSON WELCHEN
156	JOSÉ ANTONIO SALDANHA FILHO
98	LUAN MARCEL HOFF
174	LUANA MARIS TIBOLA
11	LUCIMAR KAPPES
158	LUIS ROBERTO LEIVAS PORTELLA
142	LUIZ FELIPE DAMACENO TAVARES
89	MARCIANO RAFFAELLI BONAPAZ

92	MATHEUS RODRIGUES ORDONEZ
29	PEDRO PAULO WERTONGE SANTIANO
132	RENATO COSTA DE QUARDA
135	RICARDO DAL RI SEGATTO
3	RONALDO JUNIOR CARLESSO
133	SAMUEL AUGUSTO TUNI
183	TATIANE JESSICA MINSKI
202	TIAGO JUNIOR VOGEL
163	TUIRA PANSERA
227	VALDAIR MIGUEL DAHMER
242	VANDELIR PREUSS
256	VANDERLEI LUIS ORTH
213	VANDERSON NEIMAIAER ALVES
27	VINÍCIOS LINK
Total de Candidatos Homologados: 41	

Procurador Jurídico do Município

Insc.	Nome do Candidato
173	ADRIEL DIOGO LUNKES
161	BRUNO BRUSTOLIN PRESTES
179	CARLA ROBERTA SCHWANTES HACHMANN
39	CARLOS ALBERTO MARTINOTTO
116	CAROLINE CENDRON
248	CATIENE MAGALHÃES DE OLIVEIRA
41	CRISNA MARIA MULLER
184	CRISTIANE CORRÊA GIRELLI
127	CRISTIANO BIELOHOUBECK
102	DANIEL ANTONIO CUNICO
42	ENIVALDO BARROS
78	FABRICIA KROETZ
229	GECIANA SEFFRIN
114	GUILHERME LANGA
107	GUILHERME SCHIMMOCK
233	JOSE SANDAGI RIBAS
193	JULIANE MARIA PEDÂN
13	KATIA MARGARETH BECKER DILKIN
1	KATIUSCIA PETRY
94	LUCAS CASTILHOS MOTTA
182	LUCAS EDIVANDRO AGOSTINI
260	LUCIANE SKRSYPCSAK KIST
4	MAIDI MERLY WOLF DOS REIS
205	MARCELO PELLEGRINI
251	MARCOS BELLAN
100	MAYARA DONDONI DALLA CORTE
68	MICHELE BEAL
167	MILTON LUIS WOLF
212	NODIVAR CARATI

274	PABLO SOUZA
54	PAULO CESAR SPIELMANN
249	SANDREIA FORNARI
115	SUELEN REGINA FRANTZ THUMS
19	VALDERES PEREIRA
188	VANESSA SERIGHELI GROTH
101	VIVIANE TERESINHA BROCH

Total de Candidatos Homologados: 36

Servente

Insc.	Nome do Candidato
136	ADRIANO JOSE HANZEN
87	ALICE FEYH GRUTZMANN
86	CAMILA WIGGERS MÜLLER
217	DEISE ALINE SCHNEIDER WUITSCHIK
172	DINÉIA FERREIRA MENDES
209	DIRCE ELISE ROHDEN
77	ELIANE CRISTINA CARNEIRO
192	FRANCIELE WUITSCHIK
17	JANETE SCHWAB MAYER
53	LISETE STEIN MELZ
220	LUCIELE ELIZA KIPPER
219	MÁRCIA DE FÁTIMA THEISEN
125	MARCO ANTONIO KLEIN
50	MARILEI LENZ OESTREICH
261	MARILEIDE LILIANE KUNRATH RIPLINGER
20	MARILUSA BITENCOURT
218	MARINES RIBOLI
214	MARIO SCHOEDER
75	MARLI BARDEN BOESING
110	NOELI MUELLER REIS
231	PATRICIA LUISA KLEIN SANTOS
23	ROSANE ROGERIO
47	SINARA PINTO NEGRI
105	THAIS REGINA MARASCA

Total de Candidatos Homologados: 24

Técnico em Enfermagem Socorrista

Insc.	Nome do Candidato
22	ADELISE MARIA FEYH
62	CATIELE LUANE DETERS
36	DANIELA GUARNIERI HEISLER
236	EVERSON DA COSTA MACIEL
222	JANETE SOETHE BRIKNER
64	JUSIANE PUTTLITZ KEGLER
241	MARCIA CRISTINA NESQUE
131	MARCIA MELZ

108	NADIA CARATI
126	ODILA MACHADO TEIXEIRA WELTER
49	ROSIMÉRI BORDIGNON
44	SOLANGE FLACH
2	SÔNIA REMPEL
186	VIVIANE KAISER
Total de Candidatos Homologados: 14	
Técnico em Segurança do Trabalho	
Insc.	Nome do Candidato
244	ANDRE ADRIANO BLUM
159	ARIEL RIBAS
35	ARIELE SCHNEIDER
176	CARLOS MEIRELLES
60	CLAUDETE ALTENHOFEN
43	CLEBERSON PETTER
166	FABIANA DEMARCHI
7	NAYARA ALVES MOTA
198	ODIL REGERIO DOS SANTOS
91	REGIANE CHIEZA
204	SIDINEI ANDRE SALVI
252	TALES GLAUCO PEREIRA DE FREITAS
164	TUANE SEHNEM
Total de Candidatos Homologados: 13	

Art. 2º. Todos os candidatos inscritos tiveram suas inscrições homologadas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ITAPIRANGA – SC, 12 de agosto de 2013.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER
Secretario Municipal de Administração.

Decreto N° 145, de 8 de Agosto de 2013.

DECRETO N° 145, DE 8 DE AGOSTO DE 2013.

Estabelece preços para corridas de veículos de aluguel (táxis), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.476 de 28.08.1992;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam através do presente Decreto estabelecidos os preços para corridas de veículos de aluguel (táxis), a saber:

CORRIDA MÍNIMA R\$ 11,00

INTERIOR:

Até 10 kms: R\$ 1,40 p/km

Até 20 kms: R\$ 1,30 p/km

de 20 kms: R\$ 1,20 p/km

ASFALTO:

Até 30 kms: R\$ 1,20 p/km

de 30 kms: R\$ 1,10 p/km

HORA PARADA: R\$ 11,00 p/km

Art. 2º A tabela mencionada no art. 1º do presente Decreto deverá ser afixada no interior do veículo em local visível.

Art. 3º Nenhum condutor de veículo de aluguel (táxi), poderá cobrar corridas com preços superiores ao da presente tabela, sob pena de cassação do "Alvará de Localização".

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 52, de 30 de março de 2009.

Itapiranga - SC, 8 de agosto de 2013.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER
Secretario Municipal de Administração.

Decreto N° 146, de 9 de Agosto de 2013

DECRETO N° 146, DE 9 DE AGOSTO DE 2013.

Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL, DESPORTIVA E ASSISTENCIAL FLAMENGO, de Linha São Sebastião e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.384 de 17 de abril de 2007;

Decreta:

Art. 1º Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL, DESPORTIVA E ASSISTENCIAL FLAMENGO, inscrita no CNPJ sob nº 82.863.845/0001-50, com sede na Linha São Sebastião, interior, município de Itapiranga - SC.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

ITAPIRANGA - SC, 9 de agosto de 2013.

MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER
Secretario Municipal de Administração.

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 139/2013
Dispensa de Licitação nº 139/2013
Partes: Município de Itapiranga e Romac Técnica de Maq. E Equip. Ltda

Objeto: Aquisição de peças para conserto e revisão da escavadeira hidráulica modelo DX-160 LC, da Secretaria de Transportes, desta municipalidade.

Fundamento: Inciso XVII, artigo 24, da Lei nº 8.666/93

Valor: R\$ 1.459,85

Itapiranga - SC., 12 de agosto de 2013
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato do Aditivo N° 113/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO ADITIVO N° 113/2013/RH
PARTES: Município de Itapiranga e LUCIMAR TERESINHA SCALON.
ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2012

OBJETO: Segundo Termo Aditivo do contrato nº 24/2013 onde altera a carga horária de 40 para 20 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário de 12/06/2013, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C-01

VIGÊNCIA: 07/08/2013 até 13/12/2013

Itapiranga - SC. 08 de agosto de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N° 115/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 115/2013/RH
PARTES: Município de Itapiranga e THAIS BOUFLEUR
ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referência: Nenhuma

VIGÊNCIA: 12/08/2013 até 19/09/2013

Itapiranga - SC. 12 de agosto de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato do Distrato N° 114/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DO DISTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO N° 114/2013/RH
PARTES: Município de Itapiranga e ALINE BRIZZOLLA DOS SANTOS.

OBJETO: Distrato do Contrato de Prestação de serviço temporário nº 112/2013/RH de 06/08/2013, como Professor de Geografia.

Itapiranga - SC. 12 de agosto de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial N° 47/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 47/2013
PROCESSO N° 87/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, que será redigida pela Lei Federal N° 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal N° 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min do dia 23 de AGOSTO de 2013, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Contratação de empresa para Aquisição de Material esportivo que serão utilizados nas Escolas da Rede Municipal de Ensino e ampliação da Jornada Escolar, conforme especificações constantes no Anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 09 de AGOSTO de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto N° 4.365 de 07 Agosto de 2013.

DECRETO N° 4.365 DE 07 AGOSTO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREAS DE TERRA DESTINADAS À AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE, SEGURANÇA E IMPLANTAÇÃO DE TERCEIRA FAIXA DO ACESSO ADOLFO ZIGUELLI.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 10, XXXVIII, da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, o art. 5º, I, do Decreto-Lei n. 3365/41, e

CONSIDERANDO o grande fluxo de veículos, que caracteriza o Acesso Adolfo como uma das principais vias de acesso do Município de Joaçaba;

CONSIDERANDO o franco desenvolvimento dos bairros localizados na parte alta da cidade, bem como a perspectiva de aumento populacional e de adensamento naqueles locais;

CONSIDERANDO a necessidade de recuperação do Acesso Adolfo Ziguelli, bem como sua duplicação, a fim de possibilitar um melhor escoamento do trânsito, com maior segurança e trafegabilidade;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública, para os fins de desapropriação de seu pleno domínio, a se efetivar mediante acordo ou judicialmente, as seguintes áreas:

I - parte do imóvel matriculado sob o nº 10.691, com área de 969,59m² (novecentos e sessenta e nove vírgula cinquenta e nove metros quadrados), de propriedade de Carlos Fett, Luiz Fett e Isabel Fett;

II - parte do imóvel matriculado sob o nº 10.690, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, de propriedade de Carlos Fett, Luiz Fett e Isabel Fett; e parte de um lote matriculado sob o n. 11.243, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba, SC, de propriedade de Irmãos Cancelli Ltda; com área total de 1.030,81m² (um mil, trinta vírgula oitenta e um metros quadrados);

III - parte do imóvel matriculado sob o nº 27.074, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 1.052,75m² (um mil, cinquenta e dois vírgula setenta e cinco metros quadrados), de propriedade de Carlos Fett, Luiz Fett e Isabel Fett;

IV - parte do imóvel matriculado sob o nº 27.749, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 2.137,98 m² (dois mil, cento e trinta e sete vírgula noventa e oito metros quadrados), de propriedade de Wieser, Pichler e Cia Ltda;

V - parte do imóvel matriculado sob o nº 27.914, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 255,00m² (duzentos e cinquenta e cinco metros quadrados), de propriedade de Lurdes Alves de Lima e Wilson Jair Witte;

VI - parte do imóvel matriculado sob o nº 17.301, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 125,24m² (cento e vinte e cinco vírgula vinte e quatro metros quadrados), de propriedade de Sigfried Rudolf Debus e Dirlei Catarina Debus;

VII - parte do imóvel matriculado sob o nº 1.119, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 160,98m² (cento e sessenta vírgula noventa e oito metros quadrados), de propriedade de SIMAE;

VIII - parte do imóvel matriculado sob o nº 27.749, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC,

com área de 968,57m² (novecentos e sessenta e oito vírgula e cinquenta e sete metros quadrados), de propriedade de Wieser, Pichler e Cia Ltda;

IX - parte do imóvel matriculado conforme Certidão nº 21.052, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 589,94m² (quinhentos e oitenta e nove vírgula noventa e quatro metros quadrados), de propriedade de Atílio Bernardini;

X - parte do imóvel matriculado sob o nº 27.749, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 1.013,26m² (um mil, treze vírgula vinte e seis metros quadrados), de propriedade de Wieser, Pichler e Cia Ltda;

XI - parte do imóvel matriculado sob o nº 20.752, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 1.134,70m² (um mil, cento e trinta e quatro vírgula setenta metros quadrados), de propriedade de Wieser, Pichler e Cia Ltda;

XII - parte do imóvel matriculado sob o nº 22.835, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 821,73m² (oitocentos e vinte e um vírgula setenta e três metros quadrados), de propriedade de Deycon Comércio e Representações Ltda;

XIII - parte do imóvel matriculado sob o nº 27.074, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 3.272,60m² (três mil, duzentos e setenta e dois vírgula sessenta metros quadrados), de propriedade de Carlos Fett, Luiz Fett e Isabel Fett;

XIV - parte do imóvel matriculado sob o nº 6.007, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 2.343,21m² (dois mil, trezentos e quarenta vírgula vinte e um metros quadrados), de propriedade de Santo Pascoal Anzolin;

XV - parte do imóvel matriculado conforme Certidão nº 2.653, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 1.209,37m² (um mil, duzentos e nove vírgula trinta e sete metros quadrados), de propriedade de Mario Basio Zabott;

XVI - parte do imóvel matriculado conforme Certidão nº 31.027, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, SC, com área de 529,73m² (quinhentos e vinte e nove vírgula setenta e três metros quadrados), de propriedade de Nery Fuganti.

Art. 2º. Para fins de verificação do quantum indenizatório em face da presente desapropriação, será constituída comissão de avaliação composta por 3 (três) servidores públicos municipais, que procederá a avaliação dos imóveis e benfeitorias porventura existentes.

Art. 3º. Fica o Município de Joaçaba autorizado a adotar as providências necessárias à efetivação das desapropriações de que trata o presente Decreto, por via administrativa ou judicial, consignando as indenizações à conta das dotações próprias.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 07 de agosto de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Portaria N° 1.266

PORTARIA N° 1.266 DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,
1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração da permissionária ALADYA MARIA BRESSIANI, conforme Registro de Ocorrência 000001.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e alterações, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N° 1.267

PORTARIA N° 1.267 DE 07 DE AGOSTO DE 2013.
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,
1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração do permissionário VANDERLI SCHUVAIZERSKI, conforme Registro de Ocorrência 000002.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, JANA TERESINHA PINTO PILGER e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N° 1.268

PORTARIA N° 1.268 DE 07 DE AGOSTO DE 2013.
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,
1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração do permissionário VALDIR DE LIMA, conforme Registro de Ocorrência 000003.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI GEMELLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N° 1.269

PORTARIA N° 1.269 DE 07 DE AGOSTO DE 2013
"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA do(a) Senhor(a) GLAUCIA CARDOSO DA SILVA, do cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Saúde e Ação Social, (Programa de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 96 e 97 de 18 de março de 2005, classificada em edital de teste seletivo, em função do retorno do auxílio doença e por haver expirado o prazo do contrato de trabalho.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de agosto de 2013, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N° 1.270

PORTARIA N° 1.270 DE 07 DE AGOSTO DE 2013
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) NAIARA KREVE, do cargo de Técnico de Administração, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, pedido protocolado através do processo n.º 130.451 de 11 de julho de 2013, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 § 1º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 05 de agosto de 2013, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 1.271

PORTARIA Nº 1.271 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) JOSÉ LUIZ BUSETTI, ADVOGADO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Procuradoria Jurídica, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementares nº 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificada em teste seletivo n.º 001/2013 - Advogado.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de agosto de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de agosto de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 1.272

PORTARIA Nº 1.272 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. DENIR NARCIZO ZULIAN para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 93/2013/PMJ de 07 de agosto de 2013 proveniente do Processo Licitatório n.º 71/2013/PMJ - Carta Convite n.º 07/2013/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 1.273

PORTARIA Nº 1.273 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS EM PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para compor a Comissão Especial para acompanhar e avaliar os títulos do processo de chamada pública n.º 003/2013 para contratação por prazo determinado, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Membros: Desiree Aparecida Pino Gomes
Elizete Marques
Ana Paula Franke

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08

de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de agosto de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 1.274

PORTARIA Nº 1.274 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) AROVANA CRISTINA MARCON durante o período de 02 de agosto de 2013 a 01 de agosto de 2014, para exercer as funções de Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Chamada Pública n.º 01/2013/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de agosto de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 1.275

PORTARIA Nº 1.275 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) VALMOR LOURENÇO durante o período de 07 de agosto de 2013 a 06 de agosto de 2014, para exercer as funções de MOTORISTA SOCORRISTA SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em função da classificação no edital de Chamada Pública n.º 02/2013/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 1.276

PORTARIA Nº 1.276 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37, IX da Constituição Federal, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) ANDRESSA GUSBERTI durante o período de 05 de agosto de 2013

a 04 de fevereiro de 2014, para exercer as funções de MEDICO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Chamada Pública n.º 01/2013/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de agosto de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria Nº 1.277

PORTARIA Nº 1.277 DE 07 DE AGOSTO DE 2013
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) MARCIO JOSÉ FORANRI, para exercer o cargo de ADVOGADO, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Procuradoria Jurídica, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementares nº 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificada em teste seletivo n.º 001/2013 - Advogado.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação em teste seletivo de que trata o Edital n.º 001/2013 - Advogado, em especial a solicitação de rescisão contratual do Sr. Jose Luiz Buseti, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para assumir o cargo para o qual prestou provas, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 07 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE

Extrato PL 33/2013/FMS - PP 27/2013/FMS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2013/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2013/FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de consultoria e capacitação na área do Sistema Único de Saúde para assessoramento da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 26/08/2013, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 26/08/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado

acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 09 de agosto de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Aditivo Contrato 45/2013 PMJ TA 01 CONTRATO Nº 45/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PEDREIRA JOAÇABA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.585.306/0001-47, estabelecida na RUA TIROLESA, 600, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. SIGMUNDO ENGELBERTO REGENSBURGER, portador da Carteira de Identidade nº 1.122.749 e CPF nº 139.433.329-34, residente e domiciliado na RUA TIROLESA, 240, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 45/2013/PMJ, firmado em 11/03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 12/2013/PMJ, homologado no dia 11/03/2013, cujo objeto é o o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor global do contrato fica acrescido em R\$ 11.868,75 (onze mil oitocentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 09 de agosto de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

PEDREIRA JOAÇABA LTDA
SIGMUNDO ENGELBERTO REGENSBURGER

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Aditivo Contrato 46/2013 Omj TA 01
CONTRATO Nº 46/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PEDREIRA CALDART LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.386.850/0001-20, estabelecida na BR 282 - KM 382, no Município de HERVAL D'OESTE/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ALIRIO ANTONIO CALDART, portador da Carteira de Identidade nº 1002093399 e CPF nº 238.832.860-87, residente e domiciliado na RUA FREDERICO MEYER, 57, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 46/2013/PMJ, firmado em 11/03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 12/2013/PMJ, homologado no dia 11/03/2013, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor global do contrato fica acrescido em R\$ 18.062,50 (dezoito mil sessenta e dois reais e cinquenta centavos), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 09 de agosto de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

PEDREIRA CALDART LTDA
ALIRIO ANTONIO CALDART

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Extrato Contrato 94/2013 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 94/2013/PMJ
PL 79/2013/PMJ - PP 47/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: AMETTRA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA NO TRABALHO LTDA.

OBJETO: a realização, pela CONTRATADA de perícias médicas em servidores do Município de Joaçaba (SC).

VALOR CONTRATADO: R\$ 38.808,00(trinta e oito mil e oitocentos e oito reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.028 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

50 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - OUTRAS DESP, CORRENTES - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura

DATA DE ASSINATURA: 07/08/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

SIMAE**Ata Registro de Preços 01/12 - Brita**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0001/2012

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0050/2012, na Ata de julgamento de preços, homologada em 13/11/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Brita Graduada para utilização no preenchimento de valas onde o SIMAE realiza reparos, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 050/2012.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Brita Graduada, Quantidade - 1.200, Unidade de medida - M³.

1º. Colocado - Empresa: Pedreira Triângulo Ltda, no valor de R\$ 42,90 o m³;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Brita Graduada, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de

custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 050/2012 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 A Brita deverá ser entregue conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Solicitação de Entrega - SE.

4.2 Após o recebimento da SE, por parte do fornecedor, a brita deverá ser entregue no prazo máximo de 04 (quatro) horas após o recebimento da solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na SE.

4.2.1 Serão solicitadas entregas nos municípios de Joaçaba, Herval do oeste e Luzerna.

4.3 No ato da entrega da brita a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que a Brita será recebida:

- a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade da brita com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade da Brita com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.5. A Brita que for recusada (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição da Brita recusada, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na LEI.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado mensalmente, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3390.30.99.00

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) Efetuar a entrega da brita após solicitação em até 04 (quatro) horas, em horário comercial;
- b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, a brita em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 13 de novembro de 2012.

Pregoeiro Oficial

ANA PAULA PEREIRA

Equipe de Apoio

ELIANE APARECIDA CERON VIER

LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA

Representantes Credenciados:

PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA

RUDI OLWEILER JR.

Contrato JHL 0076/13

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0076/2013

TERMO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0059/2011

PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0029/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2011

PROTOCOLO Nº 1888/2011

Data: 09/08/2013

Objeto: REAJUSTE DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS,

PESSOAL E TOTAL PARA VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO SIMAE PARA O EXERCÍCIO 2013-2014.

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A.

Valor total do Contrato: R\$ 21.786,37 (Vinte e um mil, setecentos e oitenta e seis reais e trinta e sete centavos).

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01.2.061 e 14.01.2.062

ELEMENTO: 3.3.90.39.00

Prazo de vigência: 14/08/2013 a 13/08/2014.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

Pe 21-2013 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LAGES, torna público o lançamento do Edital:
- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2013 - SMS

OBJETO: Aquisição de Cadeiras de Roda para o Programa de Orteses e Próteses.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/09/2013 às 14:30 h.

TIPO: Menor Preço por Item

LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS SESSÕES PÚBLICAS: www.caixa.gov.br

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital pelo site: www.lages.sc.gov.br

INFORMAÇÕES: Na Diretoria de Licitações e Contratos à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, nesta cidade, pelo telefone (49) 3221-1169, pelo fax (49) 3221-1043 ou pelo e-mail pregaoelettronico@lages.sc.gov.br

Lages, 12 de agosto de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

PP 64-2013 PML; TP 16-2013 PML; PP 19 e 20-2013 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 16-2013 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Reforma Geral do CEIM Mutirão.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 04/09/2013 às 14:30

Valor Estimado: 68.444,99

Modalidade: PP 64-2013 PML

Objeto: Aquisição de Fardas e Equipamentos

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 03/09/2013 às 14:30

Valor Estimado: 70.471,20

Modalidade: PP 20-2013 FMAS

Objeto: Aquisição de Equipamentos

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 04/09/2013 às 09:00

Valor Estimado: 7.713,00

Modalidade: PP 19-2013 FMAS

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Móveis

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 05/09/2013 às 09:00

Valor Estimado: 22.900,03

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada, pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 12 de agosto de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto N° 052/2013

DECRETO N° 052/2013

PERMITE O USO PRECÁRIO DE BEM MUNICIPAL PARA FINS DE INSTALAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) - MIADOS, LATIDOS E CIA.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal; Considerando que o imóvel encontra-se no momento sem utilidade pública;

Considerando o pedido da ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) - MIADOS, LATIDOS E CIA, enviado a este chefe da municipalidade, onde solicitam por tempo indeterminado, para realização de atividades que visam ao bem-estar e à proteção dos direitos dos animais;

DECRETA:

Art. 1° - Fica permitido o uso do imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal, com inscrição mobiliária n° 01.01.009.0399.001, localizado na Rua Olivia Neesi Rita no Bairro Caíru, município de Lauro Müller/SC, será cedido em caráter provisório ao ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) - MIADOS, LATIDOS E CIA de CNPJ n° 14.788.264/0001-66, para realização de atividades e programas, sempre seguindo estritamente os ditames deste regulamento.

Parágrafo Único - A presente permissão de uso é outorgada por prazo indeterminado, a título precário e tem caráter gratuito e intransferível.

Art. 2° - Fica expressamente proibido qualquer tipo de construção física e/ou modificação das características físicas do local pela ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) - MIADOS, LATIDOS E CIA e/ou terceiros, sem a devida comunicação e autorização expressa e formal do chefe do poder executivo municipal;

Art. 3° - Ficará sob a responsabilidade da ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) - MIADOS, LATIDOS E CIA, a limpeza e conservação do local, por eles utilizados,

contando sempre que for possível com a colaboração da estrutura da municipalidade;

Art. 4° - Em hipótese alguma a ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) - MIADOS, LATIDOS E CIA poderá auferir qualquer tipo de vantagem financeira sob o "imóvel" ora cedido;

Art. 5° - A responsável pela ASSOCIAÇÃO, na pessoa do Senhora Fernanda Alves Camacho, fica desde já ciente, de que na eventualidade de qualquer fato legal impeditivo para a cessão da municipalidade a ASSOCIAÇÃO, a ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS DE LAURO MÜLLER (SC) - MIADOS, LATIDOS E CIA deverá após ser comunicada por escrito, deixar o local imediatamente.

Art. 6° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 7° - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE JULHO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto N° 053/2013

DECRETO N° 053/2013

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO MUNICIPAL DEFESA CIVIL - COMDEC.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com decreto municipal n° 013/1973,

DECRETA:

Art. 1° - Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, os membros conforme abaixo:

GRUPO DE DIREÇÃO

EMERSON BORGES - PRESIDENTE
RENATO DAMINELLI - VICE-PRESIDENTE
ALAN JUNG CROSETTA - SECRETÁRIO EXECUTIVO

GRUPO PERMANENTE

ELIANDRO GIONGO BETT
EDUARDO GONZAGA BETT
JORGE ARAÚJO

GRUPO DE EMERGÊNCIA

ADRIANO ARAÚJO
SANDRO HOBOLT
ADILSON CANEVER
CLAUDIO LOTIN
PE. VALMOR DELLA GIUSTINA
DILVO PROINELLI
VALMIR CESCONETTO
SORAYA CURCIO LIBRELATTO

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 5 DE AGOSTO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Decreto N° 054/2013

DECRETO N° 054/2013

DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR ENXURRADA E ALAGAMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 63 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas modificações, pelo artigo 7º do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência de enxurradas e alagamentos, provocadas por chuva intensa e localizada, no dia 10 de Agosto de 2013, atingindo parte do município, conforme Mapa das áreas afetadas anexo a este Decreto;
- Como consequências deste desastre, resultaram danos e prejuízos, constantes no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, anexo a este decreto;
- À recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou os efeitos do desastre, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

DECRETA:

Art.1º Fica declarado a existência de Situação Anormal, provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único: Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pela Declaração Municipal de Atuação Emergencial DMATE, Formulário de Informações do Desastre - FIDE e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único: Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do

Art 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco eminente:

I - Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - Usar da propriedade inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente de Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: O prazo de validade deste Decreto poderá ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 10 DE AGOSTO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Edital de Pregão Presencial N°45/2013 - Pmlm

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N°45/2013 - PMLM
PROCESSO N°71/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 30 de agosto de 2013 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para Aquisição de Recape de Pneu para entrega parcelada para o exercício de 2013 para a manutenção da Secretaria de Obras. . O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 30 de julho de 2013.
FABIO LEAL
Pregoeiro Municipa

Lebon Regis**PREFEITURA****Decreto N° 066/2013**

DECRETO N° 066/2013, de 08 de Agosto de 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO APURADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2012, NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso III do art. 11, da Lei Municipal nº 1411/2012 de 17 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade do Município de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 14.950,00(quatorze mil novecentos e cinquenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	80	26	452	0021	1048	4490	00.03.0083	5.750,00
02	80	15	451	0019	1012	4490	00.03.0083	9.200,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos do superávit financeiro do exercício de 2012 conforme iduso e fonte recurso conforme tabela abaixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
00	01	0083	14.950,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de Agosto de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

CLEUSA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal**PREFEITURA****PL N° 056/2013 PP N° 045/2013 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO N° 056/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 045/2013

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Aquisição de prêmios para distribuição aos participantes da I Gincana Cultural das Comunidades de Leoberto Leal, que será realizado no dia 31 de Agosto de 2013, em comemoração ao dia Internacional da Juventude, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n° 045/2013. LEGISLAÇÃO: Lei n° 10.520/02, Decreto Municipal n° 23/2007, Lei n° 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze) horas, do dia 23 de agosto de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 12/08/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

Extrato de Contrato PML N° 073.12 - Terceiro Termo Aditivo

Extrato Contrato PML n° 073.12 - Terceiro Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, acrescentar o item 05 nos SISTEMAS PARA CÂMARA MUNICIPAL, sendo Portal da Transferência para a Câmara de Vereadores, no Contrato pml.073.12, devido a necessidade da interação/correlação de informações entre os Poderes Legislativo e Executivo em consequência de tais alterações haverá um ACRÉSCIMO de R\$ 105,00 (cento e cinco reais) referente a implantação do fly transparência e R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais) dividido em 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), referente a locação mensal do software fly transparência, totalizando um acréscimo de R\$ 730,00 (setecentos e trinta reais), no valor total do contrato, passando o valor total do contrato de R\$ 198.829,00 (cento e noventa e oito mil, oitocentos e vinte e nove reais) para R\$ 199.559,00 (cento e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais) e consequentemente acrescentando o item 05 na Cláusula Primeira do Contrato pml.073.12, alterando ainda a Cláusula Segunda quanto ao Preço.

VALOR: R\$ 199.559,00 (cento e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove centavos).

Luzerna/SC, 24 de julho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

BETHA SISTEMAS LTDA

CONTRATADA

1º Ato de Apostilamento Arp 00142012

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° PML. 0014/2012

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° PML.0014/2012 de 28/12/2012, proveniente do Processo Licitatório n° 0097/2012, Pregão n° 0049/2012, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e AUTO POSTO LUZERNA LTDA, REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA e ABAS-TECEDORA DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços n° pml.0014/2012 de 28/12/2012, proveniente do Processo Licitatório n° 0097/2012, Pregão n° 0049/2012, incluindo a dotação orçamentária:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.30.01 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos

EMPENHAMENTO POR ESTIMATIVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

08. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental

Reduzido: 057

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação

Luzerna(SC), 07 de agosto de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

Extrato de Contrato N° 026/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 026/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: PEDRAS DE AVIZ LTDA - ME

CNPJ N°: 14.785.171/0001-88

Objeto: Locação de imóvel localizado na localidade de Espigão do Bugre para exploração de jazida de pedra, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos..

Modalidade: Processo Licitatório n.º 132/2013, Dispensa por Justificativa n° 106/2013

Valor: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 12/03/2013

Prazo: 01/04/2014

Código do Recurso e Fonte:

2381-1101.2042.3390391000

(94)

Extrato de Contrato N° 027/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 027/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA REGIONAL DE PEQUENOS PRODUTORES - COOARPA

CNPJ N°: 05.513.750/0001-80

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados a alimentação escolar das Unidades Escolares do Município, através da Secretaria Municipal de Educação.

Modalidade: Chamada Pública n°001/2013 - Processo Licitatório n° 042/2013

Valor: R\$ 128.632,00 (cento e vinte oito mil, seiscentos e trinta e dois reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal.

Data Assinatura: 25/02/2013

Prazo: 03 (três) meses da assinatura do contrato

Código do Recurso e Fonte:

735-1701.20108.3390300700

(311)

737-1701.20109.3390300700

(292)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 028/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 028/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: MAURÍCIO PRUESS

CNPJ/CPF N°: 988.077.069-20

Objeto: Locação de imóvel com área aproximada de 200m², situado à Rua Capitão João Bley, n° 734, no bairro Vila Ivete, para instalação e funcionamento do Centro de referência de Assistência Social (CRAS), através do Fundo Municipal de Assistência Social. Modalidade: processo de licitação n° 130/2013, Dispensa por Justificativa n° 104/2013

Valor: valor mensal de R\$ 812,50 (Oitocentos e quinze reais e cinquenta centavos), totalizando o valor de R\$ 9.750,00 (Nove mil setecentos e cinquenta reais)

Data de Pagamento: - O pagamento pela locação do imóvel, se efetuado até o 14° dia útil do mês subsequente ao vencimento, terá uma bonificação de 20% sobre o valor especificado, durante a vigência de todo contrato.

Data Assinatura: 12/03/2013

Prazo: 12 (doze) meses

Código do Recurso e Fonte:

2378-1402.2062.3390361500

(165)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 029/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 029/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: MAXICAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ N°: 79.420.873/0001-03

Objeto: aquisição de peças para revisão dos 15.500 km do veículo Fiat Uno placa MIN 0834 pertencente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, considerando o período de garantia do veículo.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 141/2013, Dispensa por Justificativa n° 113/2013

Valor: R\$ 182,12 (Cento e oitenta e dois reais e doze centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal.

Data Assinatura: 14/03/2013

Prazo: 31/12/2013

Código do Recurso e Fonte:

2096-1101.2045.339030.3390303900

(100)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 030/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 030/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

CNPJ/CPF N°: 03.725.725/0001-35

Objeto: Cessão de uso de software, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento de compêndio dos atos oficiais do Município de Mafra.

Modalidade: Processo licitatório n.º 092/2013, Inexigibilidade n° 003/2013

Valor: R\$ 7.200,00 (Sete mil e duzentos reais)

Data de Pagamento: O pagamento se dará de forma trimestral mediante apresentação da nota fiscal eletrônica.

Data Assinatura: 01/03/2013

Prazo: 31/12/2013

Código do Recurso e Fonte:

2326 - 0801.2016.3390390500

(45)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 031/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 031/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - EPP

CNPJ N°: 02.816.696/0001-54

Objeto: aquisição de medicamentos destinados ao Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 084/2013, Dispensa por Justificativa n° 064/2013

Valor: R\$ 412,90 (quatrocentos e doze reais e noventa centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal.

Data Assinatura: 01/03/2013

Prazo: 31/12/2013

Código do Recurso e Fonte:

965-1602.2089.3390300900

(251)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 032/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 032/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: GENESIO A MENDES & CIA LTDA

CNPJ/CPF N°: 82.873.068/0001-40

Objeto: aquisição de medicamentos destinados ao Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 084/2013, Dispensa por Justificativa n° 064/2013

Valor: R\$ 309,84 (trezentos e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após o protocolo da Nota fiscal.

Data Assinatura: 01/03/2013

Prazo: 31/12/2013

Código do Recurso e Fonte:

965-1602.2089.3390300900

(251)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 033/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 033/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ECT - Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei n°. 509, de 20 de março de 1969.

CNPJ N°: 34.028.316/0028-23

Objeto: prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos.

Modalidade: Processo Licitatório n° 095/2013, Inexigibilidade n° 004/2013

Valor: R\$ 129.400,00 (cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais).

Data de Pagamento: Dia 23 (vinte e três) do mês seguinte ao da prestação do serviço (período base)

Data Assinatura: 01/03/2013

Prazo: 01/03/2014
Código do Recurso e Fonte:
795-0801.2016.3390399900
(45)
797-0901.2017.3390399900
(55)
Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 034/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 034/2013
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada: POSTO GATO LTDA
CNPJ/CPF Nº: 81.326.258/0003-46

Objeto: Aquisição de combustíveis (gasolina e óleo diesel) para os veículos de uso da Secretaria Municipal de Saúde que fazem o transporte de pacientes à Florianópolis/SC.
Modalidade: Pregão Presencial nº 017/2013
Valor: R\$158.700,00 (cento e cinquenta e oito mil setecentos reais).
Data de Pagamento: 30 (trinta) dias úteis após protocolo da nota fiscal
Data Assinatura: 20/03/2013
Prazo: 31/12/2013
Código do Recurso e Fonte:
2302-1601.2084.3390300100
(237)
Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 035/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 035/2013
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada: STYLLUS TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.
CNPJ Nº: 04.744.641/0001-01

Objeto: contratação de empresa para realizar transporte de crianças e adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), durante o ano letivo de 2013, através da Secretaria Municipal da Criança e Ação Social.
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2013
Valor: R\$ 126.435,12. (Centro e vinte e seis mil quatrocentos e trinta e cinco reais e doze centavos)
Data de Pagamento: (trinta) dias após protocolo da nota fiscal
Data Assinatura: 06/03/2013
Prazo: 31/12/2013
Código do Recurso e Fonte:
841 - 1401.2060.3390399900
(145)
Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 036/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 036/2013
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA
CNPJ/CPF Nº: 83.073.536/0001-64

Objeto: contratação de empresa especializada para realizar serviços de limpeza pública urbana, no município de Mafra/SC, autorizada pelo COMSAB com recursos do FUNSAB, através do Fundo Municipal de Saneamento Básico.
Modalidade: Processo Licitatório n.º 082/2013, Dispensa por Justificativa nº 063/2013

Valor: R\$ 188.235,00 (Cento e oitenta e oito mil duzentos e trinta e cinco reais).
Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal
Data Assinatura: 21/03/2013
Prazo: 90 (noventa) dias.
Código do Recurso e Fonte:
940-2001.2132.3390399900
(354)
Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 037/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 037/2013
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada: NEIMANN & SILVA LTDA - EPP
CNPJ Nº: 08.055.125/0001-20

Objeto: aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina comum) destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.
Modalidade: Processo Licitatório n.º 174/2013, Dispensa por Justificativa nº 141/2013
Valor: R\$ 51.400,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos reais).
Data de Pagamento: (trinta) dias após protocolo da nota fiscal
Data Assinatura: 21/03/2013
Prazo: 60 (sessenta) dias
Código do Recurso e Fonte:
2302-1601.2084.3390300100
(237)
Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 038/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 038/2013
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN
CNPJ Nº: 03.233.240/0001-24

Objeto: Contratação de Instituição para agenciamento de estágio obrigatório e não obrigatório de estudantes junto ao município, para estudantes do Ensino Superior, Ensino Profissional, Ensino Médio, anos finais do Ensino Fundamental, Educação Especial, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788 e Lei Municipal nº 3355/2009
Modalidade: Processo Pregão Presencial nº 021/2013
Valor: R\$ 50.009,40 (cinquenta mil, nove reais e quarenta centavos).
Data de Pagamento: (trinta) dias após protocolo da nota fiscal
Data Assinatura: 27/03/2013
Prazo: 31/12/2013
Código do Recurso e Fonte:
795-0801.2163.39039990000
(45)
841-1401.260. 339039990000
(145)
882-1601.284. 339039990000
(237)
903-1701.2100. 339039990000
(301)
921-1801.2110. 339039990000
(314)
Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 039/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 039/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: DISTRIBUIDORA RIOMAFRENSE DE VEÍCULOS SA

CNPJ/CPF N°: 85.131.704/0001-56

Objeto: aquisição de peças para revisão dos 20.000 km do veículo Kombi placa MKN 8106, peças para revisão dos 20.000 km do veículo Kombi placa MKN 7596, e peças e mão de obra para revisão dos 30.000 km do veículo Gol placa MJS 0605, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, considerando o período de garantia dos veículos.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 085/2013, Dispensa por Justificativa n° 065/2013

Valor: R\$ 988,53 (Novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e três centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 01/04/2013

Prazo: 31/12/2013

Código do Recurso e Fonte:

1973-1602.2169.3390303900

(243)

1974-1602.2168.3390303900

(241)

2107-1601.2084.3390303900

(237)

2140-1601.2084.3390391900

(237)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 040/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 040/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: EDITORA LEITURA INTELIGENTE DE SANTA CATARINA LTDA - ME,

CNPJ N°10.459.752/0001-79

Objeto contratação de veículo de comunicação na forma escrita, para divulgação de Atos Oficiais do Município, através da Assessoria Especial de Comunicação

Modalidade: Pregão Presencial n° 013/2013

Valor: R\$ 148.500,00 (cento e quarenta e oito mil e quinhentos reais).

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 28/03/2013

Prazo: 120 (cento e vinte) dias

Código do Recurso e Fonte:

2108-0601.2007.3390399000

(24)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 041/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 041/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA - EPP

CNPJ/CPF N°: 00.108.750/0001-81

Objeto Aquisição de peças e contratação de mão de obra para o conserto dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Agricultura e Interior,

Modalidade Pregão Presencial n° 015/2013

Valor R\$17.000,00(dezessete mil reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 01/04/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2071-2102.2136.3390303900

(360)

2149-2102.2136.3390391900

(360)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 042/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 042/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ALPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA - ME

CNPJ N°00.320.955/0001-26

Objeto Aquisição de peças e contratação de mão de obra para o conserto dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Agricultura e Interior.

Modalidade: Pregão Presencial n° 015/2013

Valor: R\$ 7.755,00(sete mil setecentos e cinquenta e cinco reais).

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 01/04/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2071-2102.2136.3390303900

(360)

2149-2102.2136.3390391900

(360)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 043/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 043/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: MOLASUL POSTO DE MOLAS E MECANICA DIESEL LTDA - EPP

CNPJ/CPF N°: 02.734.357/0001-29

Objeto Aquisição de peças e contratação de mão de obra para o conserto dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Agricultura e Interior

Modalidade Pregão Presencial n° 015/2013

Valor R\$13.240,00 (treze mil duzentos e quarenta reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 01/04/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2071-2102.2136.3390303900

(360)

2149-2102.2136.3390391900

(360)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 044/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 044/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: AUTO PEÇAS MARGOTI LTDA - ME

CNPJ n° 10.173.480/0001-46

Objeto Aquisição de peças e contratação de mão de obra para o conserto dos veículos pesados da Secretaria Municipal de Agricultura e Interior

Modalidade: Pregão Presencial n° 015/2013
Valor R\$17.980,00 (dezesete mil novecentos e oitenta reais).
Data de Pagamento30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal
Data Assinatura: 01/04/2013
Prazo: 31/12/2013.
Código do Recurso e Fonte:
2071-2102.2136.3390303900
(360)
2149-2102.2136.3390391900
(360)
Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 045/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 045/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada DISTRIBUIDORA RIOMAFRENSE DE VEÍCULOS SA
CNPJ/CPF n° 85.131.704/0001-56,

Objeto aquisição de peças para revisão dos 42.000 km do veículo
Gol placa MJS 0605, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde
Modalidade Processo Licitatório n.º 193/2013, Dispensa por Justi-
ficativa n° 157/2013

Valor R\$ 643,75 (Seiscentos e quarenta e três reais e setenta e
cinco centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 05/04/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2107-1601.2084.3390303900

(237)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 046/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 046/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada GLOBO COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA

CNPJ n° 00.379.858/0008-85

Objeto a aquisição de peças e mão de obra para o conserto da
Ambulância Renault MGW-5596, pertencente à Secretaria Muni-
cipal de Saúde

Modalidade Processo Licitatório n.º 173/2013, Dispensa por Justi-
ficativa n° 140/2013Valor R\$ 14.131,41 (Quatorze mil cento e trinta e um reais e qua-
renta e um centavos).

Data de Pagamento30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 12/04/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2107-1601.2084.339030390000

(237)

2140-1601.2084.339039190000

(237)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 047/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 047/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada ISABEL DE FÁTIMA BLONKOWSKI - ME

CNPJ/CPF n° 02.724.275/0001-01,

Objeto contratação de empresa especializada para realizar sessões

de hidroginástica, destinadas aos usuários da Secretaria Municipal
de Saúde,

Modalidade Pregão Presencial n° 026/2013,

Valor R\$57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 16/04/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

897-1602.2169.3390.399900

(243)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 048/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 048/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UNC/
MAFRA

CNPJ n° 83.395.921/0001-28

Objeto: Contratação de Instituição para realização de Processo
Seletivo para cargos diversos da Secretaria de Saúde, Secretaria
de Educação, Secretaria de Habitação e Secretaria de Agricultura,
visando admitir em caráter temporário

Modalidade Dispensa por Justificativa n.º 192/2013

Valor R\$ 32.965,00 (Trinta e dois mil novecentos e sessenta e
cinco reais).

Data de Pagamento30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 24/04/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2352-1701.20100.3390394800

(301)

2408-2101.20133.3390394800

(358)

2409-1201.2048.3390394800

(117)

2461-1601.2084.3390394800

(237)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 049/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 049/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada NEIMANN & SILVA LTDA - EPP

CNPJ/CPF n° 08.055.125/0001-20

Objeto aquisição de combustível (gasolina comum), destinado ao
abastecimento dos veículos do plano de Assistência à Saúde dos
Servidores Municipais de Mafra - PLASSMA,

Modalidade Pregão Presencial n° 024/2013,

Valor R\$16.380,00 (dezesseis mil trezentos e oitenta reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 30/04/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

1931 - 2701.2151.3390300100

(397)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 050/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 050/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME

CNPJ n°17.430.560/0001-89

Objeto Aquisição de cartilhas destinados ao Projeto Sócio Ambiental, aprovado pelo COMSAB com recursos do FUMSAB através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Modalidade Pregão Presencial n° 039/2013

Valor R\$2.250,00 (Dois mil duzentos e cinquenta reais).

Data de Pagamento30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 03/05/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

940 - 2001.2132.3390399900

(354)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 051/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 051/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri,

CNPJ/CPF n° 83.052.191/0039-35,

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Modalidade,inexigibilidade n° 005/2013

Valor R\$ 41.920,00 (Quarenta e um mil, novecentos e vinte reais),

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 03/05/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2529 - 2101.20133.3390390500

(358)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 052/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 052/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC

CNPJ n°: 82.515.859/0001-06

Objeto: Implementação do Projeto "Turismo Fronteira do Contestado", através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Modalidade Dispensa por Justificativa n° 275/2013.

Valor R\$ 13.837,14 (Treze mil oitocentos e trinta e sete reais e quatorze centavos).

Data de Pagamento primeiro pagamento no dia 20/05/2013 a última parcela em 20/12/2013Data Assinatura: 10/05/2013

Prazo: 8 (oito) meses, contados a partir da assinatura

Código do Recurso e Fonte:

802-1001.2021.339039990000

(69)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 053/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 053/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada KONRAD CURITIBA COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA

CNPJ/CPF n° 08.482.610/0002-61

Objeto aquisição de peças e mão de obra para o conserto dos veículos Ford Transit placas MIS-9633 e MIS-9453, pertencentes à Secretaria Municipal da Saúde,

Modalidade, Pregão Presencial n° 044/2013

Valor R\$12.550,00 (Doze mil quinhentos e cinquenta reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 13/05/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2107-1601.2084.3390.30390000

(237)

2140-1601.2084.3390.39190000

(237)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 054/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 054/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada LN CONSTRUÇÕES LTDA,

CNPJ n° 10.834.999/0001-28

Objeto a contratação de empresa especializada para executar as obras da EMEB Avencal do Saltinho

Modalidade Dispensa por Justificativa n° 254/2013

Valor R\$ 15.597,31 (Quinze mil quinhentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos).

Data de Pagamento30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura 15/05/2013.

Prazo 30/07/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2513-1701.20104.449051990000

(287)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 055/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 055/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA

CNPJ/CPF n° 83.305.235/0119-00

Objeto aquisição de 100 sacos de milho de 50 kg, destinados aos animais da Escola Agrícola Municipal Prefeito José Schultz Filho

Modalidade Processo Licitatório n.º 278/2013, Dispensa por Justificativa n° 225/2013

Valor R\$ 2.600,00 (Dois mil e seiscentos reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 15/05/2013

Prazo: 16/07/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2503-1701.20100.3390300600

(301)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 056/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 056/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada DEDETIZADORA BARROS LTDA - EPP

CNPJ n° 86.838.547/0001-86

Objeto contratação de empresa para execução de serviço técnico especializado em dedetização, desratização e limpeza de caixa d'água

Modalidade Pregão Presencial n° 040/2013

Valor R\$ 42.420,00 (Quarenta e dois mil quatrocentos e vinte reais).

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura 14/05/2013.

Prazo 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2507-1701.20106.3390397800

(309)

2509-1701.20107.3390397800

(289)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 057/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 057/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA - EPP

CNPJ/CPF n° 05.665.084/0001-04

Objeto Aquisição de Notas Fiscais para Produtores Rurais, através da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

Modalidade Pregão Presencial n° 045/2013

Valor R\$ 11.400,00 (Onze mil e quatrocentos reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 15/05/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

1185-0901.2020.339030160000

(51)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 058/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 058/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada AUTO PEÇAS RENÉ LTDA - ME

CNPJ n° 01.488.404/0001-39

Objeto contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças e mão de obra para a revisão do veículo Vectra Sedan placas MIH 8693,

Modalidade Presencial n.º 038/2013

Valor R\$ 1.320,00 (Mil trezentos e vinte reais).

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura 23/05/2013.

Prazo 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2004-0801.2016.3390303900

(45)

2455-0801.2016.3390391900

(45)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 059/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 059/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada ASFALTO PAULA FREITAS LTDA - ME

CNPJ/CPF n° 02.971.862/0001-97

Objeto aquisição de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) - Faixa C destinado aos trabalhos de recomposição da pavimentação das vias urbanas Municipais,

Modalidade Pregão Presencial n° 037/2013

Valor R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 15/05/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2451 - 2001.2132.33903099000

(354)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 060/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 060/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada MÁXIMA PAPELARIA EIRELI

CNPJ n° 85.260.164/0001-00

Objeto aquisição de sementes para pastagem de inverno e alimentos para os animais da Escola Agrícola "Prefeito José Schultz Filho",

Modalidade Pregão Presencial n° 048/2013

Valor R\$ R\$ 37.945,60 (Trinta e sete mil novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos).

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura 22/05/2013.

Prazo 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2503-1701.2100.3390.300600

(301)

2504-1701.2100.3390.303100

(301)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 061/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 061/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada AGROPECUÁRIA RIOMAFRA LTDA - ME

CNPJ/CPF n° 11.991.563/0001-05

Objeto aquisição de sementes para pastagem de inverno e alimentos para os animais da Escola Agrícola "Prefeito José Schultz Filho,

Modalidade Pregão Presencial n° 048/2013

Valor R\$ R\$ 56.795,85 (Cinquenta e seis mil setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 22/05/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2503-1701.2100.3390.300600

(301)

2504-1701.2100.3390.303100

(301)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 062/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 062/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada GILNEI PEDRINHO BASSO & CIA LTDA

CNPJ n° 12.082.979/0001-73

Objeto, a Contratação emergencial de empresa para prestação de serviço de transporte para pacientes em Tratamento Fora do Domicílio

Modalidade Dispensa Por Justificativa n° 291/2013.

Valor R\$ 7.250,00 (Sete mil duzentos e cinquenta reais).

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura 10/05/2013.

Prazo 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

884-1602.2089.3390399900

(251)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 063/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 063/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

CNPJ/CPF n° 35.820.448/0107-94

Objeto aquisição de cargas de oxigênio medicinal destinado ao Pronto Atendimento Geral,,

Modalidade Processo Licitatório n.º 360/2013, Dispensa por Justificativa n° 293/2013

Valor R\$ 3.850,00 (Três mil oitocentos e cinquenta reais).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 29/05/2013

Prazo: 31/12/2013.

Código do Recurso e Fonte:

2558-1602.2089.3390300400

(251)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 064/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 064/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada LN CONSTRUÇÕES LTDA,

CNPJ/CPF n° 10.834.999/0001-28

Objeto a contratação de empresa especializada para realizar obra de ampliação do Centro de Convivência do Idoso

Modalidade Tomada de Preço n° 001/2013

Valor R\$ R\$ 145.658,81 (cento e quarenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e oito reais e oitenta e um centavos)

Data de Pagamento o pagamento em favor da CONTRADADA.

Data de assinatura 14/05/2013.

Prazo 31/12/2013

Código do Recurso e Fonte:

2300 - 1402.2065.4490519900

(153)

2301 - 1402.2065.4490519900

(152)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 065/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 065/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada COOPERATIVA AGROPECUÁRIA REGIONAL DE PEQUENOS PRODUTORES - COOARPA

CNPJ/CPF 05.513.750/0001-80

Objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural

Modalidade Chamada Pública n.º 002/2013, Processo Licitatório n° 346/2013

Valor RS 86.052,00 (Oitenta e seis mil e cinquenta e dois reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 05/06/2013

Prazo 03 meses após a data do contrato.

.Código do Recurso e Fonte:

86.052,00 (Oitenta e seis mil e cinquenta e dois reais)

735-1701.20108.3390300700

(311)

737-1701.20109.3390300700

(292)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 066/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 066/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada FRANCISCO ERALDO PSCHIEDT

Cpf n° 541.497.469-15

Objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados

a alimentação escolar das Unidades Escolares do Município

Modalidade Chamada Pública n.º 002/2013, Processo Licitatório n° 346/2013

Valor R\$ 19.920,00 (Dezenove mil novecentos e vinte reais)

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura 05/06/2013.

Prazo de 5 (cinco) anos das Notas

Fiscais de Compra

Código do Recurso e Fonte:

735-1701.20108.3390300700

(311)

737-1701.20109.3390300700

(292)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 067/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 067/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada SEDINEI STOCK

CNPJ/CPF 031.641.059-40

Objeto desta contratação a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural

Modalidade Chamada Pública nº002/2013 - Processo Licitatório n° 346/2013

Valor RS 5.900,00 (Cinco mil e novecentos reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 05/06/2013

Prazo 03 meses após a data do contrato.

.Código do Recurso e Fonte:

735-1701.20108.3390300700

(311)
737-1701.20109.3390300700
(292)
Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 068/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 068/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - ME

CNPJ/CPF n° 13.365.644/0001-25

Objeto aquisição de tonometro de Perkins, refrigeradores para salas de vacina e material hospitalar destinados ao Pronto Atendimento

Modalidade Pregão Presencial n° 058/2013,

Valor R\$ 9.495,74 (Nove mil quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos).

Data de Pagamento 60 (sessenta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura 18/06/2013.

Prazo 31/12/2013

Código do Recurso e Fonte:

2369 -1602.2089.3390303600

(251)

2370 -1602.2089.4490520800

(252)

2559 -1602.2091.4490521200

(269)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 069/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 069/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES

MACROSUL LTDA

CNPJ/CPF 95.433.397/0001-11

Objeto aquisição de tonometro de Perkins, refrigeradores para salas de vacina e material hospitalar destinados ao Pronto Atendimento

Modalidade Pregão Presencial n° 058/2013

Valor RS 360,00 (Trezentos e Sessenta reais).

Data de Pagamento: 60 (sessenta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 18/06/2013

Prazo 31/12/2013

.Código do Recurso e Fonte:

2369 -1602.2089.3390303600

(251)

2370 -1602.2089.4490520800

(252)

2559 -1602.2091.4490521200

(269)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 070/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 070/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada SUPERAR LTDA - ME

CNPJ/CPF n° 13.482.516/0001-61

Objeto aquisição de tonometro de Perkins, refrigeradores para

salas de vacina e material hospitalar destinados ao Pronto Atendimento

Modalidade Pregão Presencial n° 058/2013,

Valor R\$ 11.160,00 (Onze mil e seiscentos reais).

Data de Pagamento 60 (sessenta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura 18/06/2013.

Prazo 31/12/2013

Código do Recurso e Fonte:

2369 -1602.2089.3390303600

(251)

2370 -1602.2089.4490520800

(252)

2559 -1602.2091.4490521200

(269)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 071/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 071/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada AUTO PEÇAS RENÊ LTDA - ME

CNPJ/CPF 01.488.404/0001-39

Objeto aquisição de peças e contratação de mão de obra destinados ao conserto dos veículos

Modalidade Pregão Presencial n° 052/2013

Valor RS 7.205,00 (Sete mil duzentos e cinco reais).

Data de Pagamento: 60 (sessenta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 17/06/2013

Prazo 31/12/2013

.Código do Recurso e Fonte:

2004-0801.2016.3390303900

(45)

2455-0801.2016.3390391900

(45)

2382-1401.2060.3390303900

(145)

2469-1401.2060.3390391900

(145)

2107-1601.2084.3390303900

(237)

2140-1601.2084.3390391900

(237)

2527-1301.2057.3390303900

(134)

2528-1301.2057.3390391900

(134)

2096-1101.2045.3390303900

(100)

2360-1101.2045.3390391900

(100)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 072/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n°: 072/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada AUTO PEÇAS MARGOTI LTDA - ME

CNPJ/CPF 10.173.480/0001-46

Objeto objeto aquisição de peças e contratação de mão de obra destinados ao conserto dos veículos

Modalidade Pregão Presencial n° 052/2013

Valor R\$ 3.030,00 (Três mil e trinta reais).

Data de Pagamento 60 (sessenta) dias após protocolo da nota

fiscal
Data de assinatura 17/06/2013.
Prazo 31/12/2013
Código do Recurso e Fonte:
2004-0801.2016.3390303900
(45)
2455-0801.2016.3390391900
(45)
2382-1401.2060.3390303900
(145)
2469-1401.2060.3390391900
(145)
2107-1601.2084.3390303900
(237)
2140-1601.2084.3390391900
(237)
2527-1301.2057.3390303900
(134)
2528-1301.2057.3390391900
(134)
2096-1101.2045.3390303900
(100)
2360-1101.2045.3390391900
(100)
Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 073/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 073/2013
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada POSITIVO INFORMÁTICA S/A
CNPJ/CPF 81.243735/0001-48

Objeto Contratação de eventual aquisição, POR ITEM, de equipamentos do tipo TABLET doravante denominado Tablet Educacional, para atendimento de escolas públicas do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo).

Compra realizada conforme Ata de Registro de preços nº 38/2012, Pregão Eletrônico nº 81/2011, realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE

Modalidade Pregão Eletrônico nº 81/2011 -FNDE

Valor RS41.624,10 99

Data de Pagamento: 20 (vinte) dias corridos,

Data Assinatura 10/06/2013

Prazo 12 (doze) meses

.Código do Recurso e Fonte:

2666 1701.2104.44905235

(2661)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 074/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 074/2013
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)
CNPJ/CPF nº 09.427.503/0001-12

Objeto: prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Mafra no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

Modalidade Dispensa por Justificativa nº 341/2013

Data de assinatura 21/06/2013.

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 075/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 075/2013
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)
CNPJ/CPF 09.427.503/0001-12

Objeto: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Mafra ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 074/2013.

Modalidade Dispensa por Justificativa nº 341/2013.

Data Assinatura: 21/06/2013

Prazo 31/12/2013

Despesas correntes:

55% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.70

- R\$ 4.380,75

30% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.70

- R\$ 2.389,50

Despesas de capital:

15% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 4.4.71.70

- R\$ 1.194,75

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 076/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 076/2013
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada REAL FÉRTIL MINÉRIOS LTDA - ME
CNPJ/CPF nº 06.334.447/0001-83

Objeto Aquisição de 7.000 m³ de pedra que serão utilizadas na manutenção das estradas do município, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Modalidade Dispensa por Justificativa nº 370/2013

Valor R\$ 291.060,00 (Duzentos e noventa e um mil e sessenta reais).

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura 03/07/2013.

Prazo 03/09/2013

Código do Recurso e Fonte:

2641- 1101.2042.33903099

(94)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 077/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 077/2013
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada BRUNATTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP
CNPJ/CPF 04.435.876/0001-11

Objeto aquisição de materiais para reconstrução das Pontes nas localidades de Rio Branco e Lageadinho

Modalidade Pregão Presencial nº 062/2013

Valor RS 6.673,20 (seis mil seiscentos e setenta e três reais e vinte centavos).

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 04/07/2013

Prazo 31/12/2013

.Código do Recurso e Fonte:

2610-1101.2044.3390302400

(98)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 078/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 078/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada FGA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF n° 16.776.968/000144

Objeto aquisição de materiais para reconstrução das Pontes nas localidades de Rio Branco e Lageadinho

Modalidade Pregão Presencial n° 062/2013

Valor R\$ 5.812,00 (cinco mil oitocentos e doze reais).

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura 04/07/2013.

Prazo 31/12/2013

Código do Recurso e Fonte:

2610-1101.2044.3390302400

(98)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 079/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 079/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada FGA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

CNPJ/CPF 16.776.968/0001-44

Objeto aquisição de materiais destinados a reconstrução de Pontes e bueiros no Interior do Município

Modalidade Dispensa por Justificativa n° 369/2013

Valor RS 11.204,00 (onze mil duzentos e quatro reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 04/07/2013

Prazo 28/09/2013

.Código do Recurso e Fonte:

2610-1101.2044.3390302400

(98)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 080/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 080/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada DISTRIBUIDORA RIOMAFRENSE DE VEÍCULOS SA

CNPJ/CPF n° 85.131.704/0001-56

Objeto: aquisição de peças e mão de obra para revisão dos 30.000 km dos veículos Kombi placa MKN 8106 e placa MKN 7596, e dos 60.000 km do veículo Gol placa MJS 0605, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, considerando o período de garantia dos veículos. Com recurso das contas 26819-4 BB, 1-5 PAB e 11176-7 BB.

Modalidade Dispensa por Justificativa n° 312/2013

Valor R\$ 2.018,88 (Dois mil e dezoito reais e oitenta e oito centavos).

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura 05/07/2013.

Prazo 31/12/2013

Código do Recurso e Fonte:

2107-1601.2084.3390303900

(237)

2140-1601.2084.3390391900

(237)

1973-1602.2169.3390303900

(243)

2584-1602.2169.3390391900

(243)

1974-1602.2168.3390303900

(241)

2585-1602.2168.3390391900

(241)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 081/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 081/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada DARUMA TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S/A

CNPJ/CPF 45.170.289/0001-25

Objeto Contrato tem como objeto a contratação de solução integrada interativa de computador e projeção, denominada Computador Interativo e Solução de lousa Digital, para o atendimento das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) do Ministério da Educação, referente ao item 01 Computador Interativo, do Pregão Eletrônico n° 072/2011.

Compra realizada conforme Ata de Registro de preços n° 39/2012, Pregão Eletrônico n° 72/2011, realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE

Modalidade Pregão Eletrônico n° 72/2011 -FNDE

Valor RS 56.575,00

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 19/07/2013

Prazo 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de sua assinatura

.Código do Recurso e Fonte:

2666 1701.2104.44905235

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 082/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 082/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada KONRAD CURITIBA COMÉRCIO DE CAMINHÕES LTDA

CNPJ/CPF n° 08.482.610/0002-61

Objeto aquisição de peças e mão de obra para revisão dos 24.000 km do veículo Ford Cargo

Modalidade Processo Licitatório n.º 490/2013, Dispensa por Justificativa n° 396/2013

Valor R\$ 2.473,87 (Dois mil quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e sete centavos).

Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal

Data de assinatura 23/07/2013.

Prazo de até 05 dias corridos a contra da assinatura do presente contrato

Código do Recurso e Fonte:

2659-2001-2132.3390303900

(354)

2660-2001.2132.3390391900

(354)

Foro: Comarca de Mafra

Extrato de Contrato N° 083/2013**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n°: 083/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada SERRANA ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 83.073.536/0001-64

OBJETO contratação de empresa especializada para fazer o recolhimento do lixo hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde e suas Unidades

Modalidade Tomada de Preço n.º004 /2013

Valor RS 79.920,00 (setenta e nove mil novecentos e vinte reais).

Data de Pagamento: 60 (sessenta) dias após protocolo da nota fiscal

Data Assinatura: 22/07/2013

Prazo 12 (doze) meses

.Código do Recurso e Fonte:

2292-1601.2084.3390392800

(237)

Foro: Comarca de Mafra

Suspensão de Pregão Presencial N° 076/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL - N° 076/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que fica SUSPENSO o PREGÃO PRESENCIAL para contratação de serviços especializados de auditoria externa nos Recursos Humanos, objetivando análise de conformidade na gestão de pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Mafra e das Entidades Autárquicas, Fundacionais e Fundos, em razão da necessidade de ajustes no edital.

Mafra (SC), 09 de agosto de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Meleiro**PREFEITURA****Portaria N.º 318/2013**

PORTARIA n.º 318/2013

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA - SAMU POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º A Portaria nº 234/2012 do Senhor MARCOS ANDRÉ FERNANDES, ocupante do cargo de Motorista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atividades na Secretaria de Saúde, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/08/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Agosto de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm e Finanças

Navegantes**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Legislativa Número 021/2013**

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 - Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP: 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 - E-mail: cammunip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 021/2013

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, Juliano Nildo de Maria no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeada a Senhora, Luciana Rocha Cardozo inscrita no CPF nº 854.003.359-34, para o cargo em comissão de Assessor de Gabinete desta casa legislativa, com a carga horária de 40:00 horas semanais, conforme estabelecido na Lei Nº 066 de 08 de julho de 2009.

ARTIGO 2 º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 01 de fevereiro de 2013.

JULIANO NILDO DE MARIA

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

PREFEITURA**Extrato Contratual N° 107/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 107/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada : BELGA EMPREITEIRA LTDA.

Vigência : Início: 12/08/2013 Término: 31/12/2013.

Valor: R\$ 150.641,74 (cento e cinquenta mil seiscentos e quarenta e um reais e setenta e quatro centavos).

Licitação : CONCORRENCIA PÚBLICA Nº135/2011.

Recursos : Dotação: 1.018 .4.4.90.00.00.00.00.00

Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO 09/2012, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 135/2011, REFERENTE À OBRA DE CONSTRUÇÃO DA NOVA CRECHE NA AVENIDA PREFEITO JOSÉ JUVENAL MAFRA, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA BELGA EMPREITEIRA LTDA.

Navegantes, 12 de Agosto de 2013.

Extrato Contratual N° 131/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 131/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada : ENGEMAIS CONSTRUTORA LTDA.

Vigência : Início: 12/08/2013 Término: 31/12/2013.

Valor: 157.671,62 (cento e cinquenta e sete mil seiscientos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos).

Licitação : CONCORRENCIA PÚBLICA N°72/2013.

Recursos: Dotação: 1.018 .4.4.90.00.00.00.00.00

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO 088/2012, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 72/2012, REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE NOVO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NA LOCALIDADE DO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ENGEMAIS CONSTRUTORA LTDA.

Navegantes, 12 de Agosto de 2013.

Extrato Ata de Registro de Preços N° 111/2013.

Ata de Registro de Preços PMN n° 111/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN n° 111/2013, relativa ao Pregão Presencial PMN n° 111/2013 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Contratado: ECCO'S SONORIZAÇÃO LTDA.

Valor: R\$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais).

Vigência: 08/08/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 08 de agosto de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

Extrato Ata de Registro de Preços N° 112/2013

Ata de Registro de Preços PMN n° 112/2013.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços PMN n° 112/2013, relativa ao Pregão Presencial PMN n° 112/2013 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Contratado: TEFTUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO.

Valor: R\$ 59.798,24 (cinquenta e nove mil setecentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos).

Vigência: 06/08/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 06 de agosto de 2013.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

Nova Trento**PREFEITURA****Decreto N° 072/2013**

DECRETO N° 072 / 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar n° 610 /2012 (Lei Orçamentária), DECRETA: Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 357.674,40 (trezentos e cinquenta e sete mil, seiscientos e setenta e quatro reais e quarenta centavos), para reforço de dotação, que se encontra deficientemente dotada para a realização de despesas, conforme discriminação que segue abaixo:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Proj/Ativ.: 1.003 - Pavimentação de Vias Urbanas

Elemento: (97)4.4.90.00.00.0.00.0.0198 - Aplicações Diretas

R\$ 357.674,40

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerá do provável excesso de arrecadação apurado no corrente exercício, proveniente do Convênio firmado com o Ministério das Cidades, para pavimentação de vias urbanas.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de julho de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 02 de julho de 2013.

PEDRO PIVA NETO

Secretário M. Administração e Finanças

Portaria N° 715/2013

Portaria n° 715/2013

Nomeia e Substitui Membro do Conselho Municipal de Conselho Municipal de Saúde.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei n° 1.181 de 10/04/92, alterada pela Lei n° 2.051, de 30 de março de 2005, RESOLVE:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterada a composição estabelecida pelo Art. 1º da Portaria n° 513, de 02/05/2013, do membro suplente como REPRESENTANTES DE TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE - Profissionais da Saúde, sendo substituído e nomeado para integrar o Conselho Municipal de Saúde, o seguinte membro:

III - REPRESENTANTES DE TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE - Profissionais da Saúde:

Suplente: Jéssica Dias Gonçalves, em substituição a Gabriela Santana Lemus

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 31 de julho de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

PEDRO PIVA NETO

Secretário M. Administração e Finanças.

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação e Adjudicação PL FMS N° 006/2013

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N° 006/2013

PREGÃO PRESENCIAL FMS N° 004/2013

REGISTRO DE PREÇOS FMS N° 001/2013

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 12/08/2013

CONTRATADO: FUNDACAO HOSPITALAR DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR RURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto do presente Edital é a seleção de propostas para a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços hospitalar de plantão e emergência médica no âmbito das especialidades da instituição, incluindo os serviços de plantão em obstetrícia, através do seu corpo clínico, de suas dependências e instalações, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar do Sistema Único de Saúde - SUS, para o atendimento aos municípios de Novo Horizonte - SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 79.625,00 (Setenta e nove mil, seiscentos e vinte cinco reais)

DATA: 12/08/13

TANIA MARA WAGNER MURARO

Diretora Municipal De Saúde/Gestora FMS

Extrato Resultado do Pregão Presencial N° 013/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO LICITATORIO N° 054/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2013

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial n° 013/2013, cujo objeto é a seleção de propostas para: contratação de empresas prestadoras de serviços de Transporte Escolar para alunos do Município de Novo Horizonte, referente o ano letivo de 2013, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos, que na data de sua REABERTURA dia 12/08/2013 às 09:00 hs, que teve como única empresa Classificada: C.A.S. TRANSPORTES LTDA ME, sendo portanto vencedora dos itens 01 a 30, totalizando o valor global de R\$ 300.173,83 (Trezentos mil, cento e setenta e três reais e oitenta três centavos). Estando de

acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte/SC, em 12 de Agosto de 2013.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

Extrato Contratual N° 014/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 014/2013

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada : FUNDACAO HOSP. DE ASSIST.TRAB.RURAL S.L. D'OESTE

Valor : 79.625,00 (setenta e nove mil seiscentos e vinte e cinco reais)

Vigência : Início: 12/08/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 4/2013- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS N° 001/2013

Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (8) Saldo: 117.451,71

Objeto : O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço hospitalar de plantão e emergência médica no âmbito das especialidades da instituição, incluindo os serviços de plantão em obstetrícia, através do seu corpo clínico, de suas dependências e instalações, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar do Sistema Único de Saúde - SUS, para o atendimento aos municípios de Novo Horizonte - SC.

Novo Horizonte, 12 de Agosto de 2013

Orleans

PREFEITURA

Lei 2.506 - Vaga de Recepcionista Saúde

LEI COMPLEMENTAR N° 2.506 DE 08 DE AGOSTO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, PREFEITO DE ORLEANS, Faço saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art.1.º - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a criar 01 (uma) vaga para o cargo de Recepcionista no Quadro Permanente de Pessoal da Administração Pública Municipal para execução da Estratégia da Família, constante do Anexo II da Lei Complementar n° 2.155 de 18 de dezembro de 2007, conforme quadro a seguir:

Código	Nome do Cargo	Vagas	Habilitação	C.H.	Vencimento
2.2.10	Recepcionista de Saúde da Família	01	Segundo grau completo	40	R\$ 1.077,80
Total de Vagas		01			

Parágrafo Único – As vagas de que trata o artigo 1º desta Lei serão preenchidas de acordo com as necessidades administrativas,



através de Concurso Público em vigor ou que vierem a ser realizados.

Art. 2º - Aplicam-se os dispositivos das Leis nº 1.929 de 20 de dezembro de 2005 – Estatuto do Servidor e atribuições da Lei nº 2.155 de 18 de dezembro de 2007 e suas posteriores alterações.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária do Orçamento em vigor.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, SC, 08 de agosto de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO AOS OITO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 003 DE 01 DE JULHO DE 2013.

Senhor Presidente,
Senhores (as) Vereadores (as),

Cumprimentando Vossas Excelências, encaminho à apreciação dessa Casa Legislativa, o anexo Projeto de Lei Complementar que DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA.

O referido Projeto de Lei tem por objetivo atender as necessidades do serviço público na forma prevista no Estatuto dos Servidores Municipais de Orleans, além, de suprir a falta destes profissionais no quadro de funcionários.

Na certeza que o presente Projeto de Lei receberá acolhida favorável dos Senhores Vereadores, solicito que o mesmo votado e aprovado, conforme determina o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Atenciosamente,

Orleans, SC, 01 de julho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Decreto N. 3.579 de 29/07/2013

DECRETO Nº 3.579 DE 29 DE JULHO DE 2013.

“REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO”

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCACES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO as disposições da Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal, que estabelece que a administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial; CONSIDERANDO a existência de tecnologia ambientalmente sustentável que atende o objeto do edital da licitação - Pregão

Presencial n.º 93/2013, com maior durabilidade dos produtos e menor custo ao erário;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação nº 93/2013, que tem por Objeto a aquisição de materiais elétricos e mão de obra para nova iluminação pública de ruas e avenidas, conforme respectivo termo de referência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 29 de julho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos de Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Decreto .3582 de 01/8/2013

DECRETO Nº 3.582 DE 01 DE AGOSTO DE 2013.

“REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO N. 103/2013”

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCACES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO as disposições da Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal, que estabelece que a administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial; CONSIDERANDO que no Processo Licitatório - Carta Convite n.º 103/2013 não houve a apresentação de três propostas válidas, em face da inabilitação das empresas licitantes;

CONSIDERANDO que o procedimento licitatório não cumpriu com os princípios da competitividade, fazendo com que restasse frustrada a contratação pela proposta mais vantajosa à Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação nº 103/2013, que tem por Objeto a Contratação de Empresa especializada em Show Pirotécnico, com fornecimento de fogos de artifício, nos dias 24 e 30 de agosto de 2013, em comemoração a festa alusiva ao centenário de Orleans.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 3.581 de 1 de agosto de 2013.

Orleans, 01 de agosto de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos de Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Decreto 3.580 - Anula Dotação Orçamentaria

DECRETO N.º 3.580 DE 29 DE JULHO DE 2013.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 10º, Item III da Lei n.º 2.465 de 21 de Dezembro de 2012.

Art. 1º Ficam anuladas totais ou parciais as seguinte dotações Orçamentaria:

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

07.01 - Fundo Municipal de Cultura

2.030- Manutenção das Atividades Culturais

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.1.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

3.3.50.00 - Transf. A Instituições Privadas s/Fins Lucr. R\$ 95.703,60

TOTAL R\$ 145.703,60

Art. 2º Por conta dos Recursos do artigo anterior fica suplementada a seguinte Dotação Orçamentária:

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

07.01 - Fundo Municipal de Cultura

2.030- Manutenção das Atividades Culturais

F.R. - 01.0000 - Recursos Ordinários

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 145.703,60

. TOTAL R\$ 145.703,60

Orleans, 29 de julho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Decreto 3.583 01/08/2013 Nomeia Comissão de Avaliação Estágio Probatório

DECRETO N° 3.582 DE 01 DE AGOSTO DE 2013.

"REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO N. 103/2013"

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO as disposições da Súmula n.º 473 do Supremo Tribunal Federal, que estabelece que a administração pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial; CONSIDERANDO que no Processo Licitatório - Carta Convite n.º 103/2013 não houve a apresentação de três propostas válidas, em face da inabilitação das empresas licitantes;

CONSIDERANDO que o procedimento licitatório não cumpriu com os princípios da competitividade, fazendo com que restasse frustrada a contratação pela proposta mais vantajosa à Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação n° 103/2013, que tem por Objeto a Contratação de Empresa especializada em Show Pirotécnico, com fornecimento de fogos de artifício, nos dias 24 e

30 de agosto de 2013, em comemoração a festa alusiva ao centenário de Orleans.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 3.581 de 1 de agosto de 2013.

Orleans, 01 de agosto de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Decreto 3.584 - Revoga Processo Licitatório

DECRETO N° 3.584 DE 06 DE AGOSTO DE 2013.

"REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a inexistência de licitantes interessados em concorrer no Processo de Licitação n.º 105/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação n° 105/2013, que tem por Objeto a contratação de serviços de publicidade exclusivamente para a divulgação das festividades do centenário do Município de Orleans.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 06 de agosto de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, NO DIA DOIS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Decreto N. 3.585 0- Regulamenta a Lei 2.453 - Comdec

DECRETO N. 3.586 DE 8 DE AGOSTO DE 2013.

"REGULAMENTA A LEI N. 2.454 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE ORLEANS - FUNMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito do Município de Orleans, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com o Art.68, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 8º da Lei n. 2.454 de 13 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º. O presente Decreto institui normas de operacionalização, atribuições o Conselho Gestor e do Serviço Administrativo do Fundo Municipal de Defesa Civil do Município de Orleans- FUNMDEC, sediado neste Município, com a finalidade de prover recursos destinados à aquisição de material permanente, material de consumo, alimentação, informática e automação, manutenção e reposição de peças, equipamentos e combustíveis, para as atividades de

prevenção, preparação, resposta e reconstrução, ampliação e reforma das instalações físicas da sede abrigos, assinatura de periódicos técnicos, além de despesas de custeio na inscrição, deslocamento, transporte, hospedagem e alimentação no treinamento, aperfeiçoamento, cursos, seminários e palestras de interesse da Defesa Civil e contratação de serviços especializados destinados ao potencial e racional emprego em resposta nas ações de Defesa Civil.

Art. 2º. Constitui Receita do FUNMDEC:

I. Os recursos correspondentes a 1% da FPM arrecadada pelo Município no exercício fiscal do ano anterior, a ser depositado pela Prefeitura Municipal de Orleans, no prazo máximo de 90 dias a contar do início do ano vigente;

II. As dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;

III. Os recursos transferidos da União, Estado e Município;

IV. Os auxílios, dotações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinados a prevenção de desastre, socorro, assistência social e reconstrução;

V. Os recursos provenientes de dotação e contribuição de pessoa física e jurídicas;

VI. A remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;

VII. Os saldos dos créditos extraordinários e especiais, aberto em decorrência de calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis;

VIII. Outros recursos que lhe forem atribuídos.

§ 1º. Os recursos do FUNMDEC serão movimentados em conta corrente específica aberta junto ao Banco oficial, sediado no Município de Orleans.

§ 2º. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos.

Art.3º. O FUNMDEC será implantado em 2013 e suas dotações orçamentárias consignadas anualmente no orçamento geral do Município, conforme cronograma de desembolso.

Art.4º. Compete ao Conselho Gestor do FUNMDEC:

I. Aplicar e desenvolver a política de prevenção, preparação, resposta e reconstrução, no Município de Orleans;

II. Prestar contas de aplicação dos recursos do FUNMDEC, em consonância com os interesses da coletividade, na forma prevista em Lei e neste Decreto;

III. Prestar contas dos recursos do FUNMDEC, nos prazos e na forma da Legislação Vigente;

IV. Elaborar e submeter à aprovação do Secretário Municipal da Fazenda, a proposta orçamentária do FUNMDEC e a sua programação financeira;

V. Coordenar, orientar e controlar a execução orçamentária do Fundo;

VI. Organizar e manter atualizada coletâneas de Leis, Decreto e outros documentos do interesse do Fundo;

VII. Desenvolver outras atividades relacionadas com a administração financeira do Fundo;

VIII. Resolver os casos omissos no presente regulamento.

Art.5º. O Conselho Gestor reunir-se-á, bimestralmente ou a qualquer tempo tantas vezes quantas necessárias, quando convocado pelo Presidente do Fundo.

§ 1º. A convocação deverá sempre ser feita por escrito.

§ 2º. O Conselho Gestor deliberará por maioria absoluta, mediante resoluções transcritas em Atas das respectivas reuniões.

Art.6º. O Serviço Administrativo observará na contabilização do FUNMDEC, o disposto nos artigos 71 e 74 da Lei Federal n. 4.320 de 17 de março de 1964, e demais disposições reguladoras da matéria.

Art.7º. Ao Presidente do Conselho Gestor compete:

I. Presidir as reuniões do Conselho;

II. Fixar o calendário anual de reuniões e convocar os membros do Conselho;

III. Assinar cheques, juntamente com o Secretário Municipal da Fazenda, depois de processadas as despesas;

IV. Autorizar despesas e prestar contas da aplicação dos recursos do Fundo.

V. Representar o FUNMDEC em todos os atos jurídicos em que o mesmo for parte interessada.

Art.8º. Ao Vice-Presidente, compete:

I. Substituir o presidente nas reuniões por ocasião de sua ausência ou impedimento.

II. Assessorar o Presidente em matérias de sua especialidade;

III. Elaborar e executar os planos de aplicação do FUNMDEC, aprovados pelo Conselho Gestor;

IV. Assinar na falta do presidente, juntamente com o Secretário Municipal da Fazenda, os cheques contra a conta bancária depois de processadas as despesas;

V. Prestar mensalmente as contas relativas às receitas e despesas do FUNMDEC na forma da legislação vigente;

VI. Manter sob guarda, todos os documentos das receitas e despesas do Fundo.

Art.9º. Aos demais membros do conselho compete:

I. Participar das reuniões do Conselho, mediante convocação;

II. Discutir matéria atinente às ações de Defesa Civil do Município de Orleans.

Art.10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 08 de agosto de 2013; 128º da Fundação e 99º da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS OITO DIA DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Palhoça

PREFEITURA

Portaria N° 2076/2013

PORTARIA N° 2076/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para LAURA CRISTINA ANTONIO PEDRO, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2077/2013

PORTARIA N° 2077/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JANIA MARA CHINI CITADINI, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2078/2013

PORTARIA N° 2078/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para IRENE DE FATIMA NOVAK GALVAN, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2079/2013

PORTARIA N° 2079/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ROSINEIDE PEREIRA MARTINS PIERRI, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2080/2013

PORTARIA N° 2080/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JOSIANE ALVES, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2081/2013

PORTARIA N° 2081/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para PATRICIA DOS SANTOS, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2082/2013

PORTARIA N° 2082/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SOLANGE COELHO DA SILVA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2083/2013

PORTARIA N° 2083/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JOZIANI FARIAS PEREIRA DA SILVA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2084/2013

PORTARIA N° 2084/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora JUDITE SERESOLI, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, removida para a Secretaria de Assistência Social do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2090/2013

PORTARIA N° 2090/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANDREIA DE OLIVEIRA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2091/2013

PORTARIA N° 2091/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARISA CRISTIANE DE SOUZA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2092/2013

PORTARIA N° 2092/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FABIANA GENI DA SILVA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2093/2013

PORTARIA N° 2093/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SOLANGE DA SILVA LEME, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos,

Portaria N° 2094/2013

PORTARIA N° 2094/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ROSA AMELIA SOARES PEREIRA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2095/2013

PORTARIA N° 2095/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARIA GORETE DE CAMPOS, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2096/2013

PORTARIA N° 2096/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARI ALBA ARAUJO SILVA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2097/2013

PORTARIA N° 2097/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para GECI APARECIDA DOS SANTOS, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2098/2013

PORTARIA N° 2098/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para TEREZINHA NATALINO FARIAS, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2099/2013

PORTARIA N° 2099/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JEFERSON JOSE DE AZEVEDO, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2100/2013

PORTARIA N° 2100/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ANGELA MARA COSTA DA SILVA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2101/2013

PORTARIA N° 2101/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para VIVIANE CRISTINA DO NASCIMENTO JO-CHEM, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2102/2013

PORTARIA N° 2102/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para BIANCA GUCKERT, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2103/2013

PORTARIA N° 2103/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALBERTINA JORGE CORREA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2104/2013

PORTARIA N° 2104/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SILENE AMARAL, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2105/2013

PORTARIA N° 2105/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FABIANA DINIZ, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2106/2013

PORTARIA N° 2106/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARIA ODETE VIEIRA, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de abril de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 2107/2013

PORTARIA N° 2107/2013

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JOICE MENEZES, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 33/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc - Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br
PORTARIA N° 33/2013.

CAMILO NAZARENO MARTINS PAGANI, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 79, IV e V da lei Orgânica do Município,

Considerando Comunicação Interna nº 240/2013 da Superintendência de Recursos Humanos;

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Sindicância Investigatória, nos termos dos artigos 227 e 229 da Lei Complementar 096/2010, para apurar responsabilidade administrativa do servidor A. P. DE M. S., matrícula 200059, ocupante do cargo de Agente Administrativo Auxiliar.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita

no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

A) CLAUDIA MARTTINI DOS SANTOS- mat. 801097 - Presidente
B) PATRÍCIA ADELAIDE DA SILVA - mat.800230- Secretária
C) ELIETE AVANI DA SILVA LISBOA - mat. 300019 - Membro

3.0 Fixar para a conclusão dos trabalhos 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 30 dias, conforme art. 229, parágrafo 4º.

Palhoça - SC, em 08 de agosto de 2013.
CAMILO NAZARENO MARTINS PAGANI
Prefeito Municipal

Portaria N°. 2073/2013.

PORTARIA N°. 2073/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DESIGNAR como Responsável Técnico do PAEFI, IGOR SCHUTZ DOS SANTOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2013.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 2074/2013.

PORTARIA N°. 2074/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DESIGNAR como Responsável Técnico do PAEFI, RAFAEL ARNS STOBBE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2013.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 2075/2013.

PORTARIA N°. 2075/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DESIGNAR poderes para responder pela Coordenação Geral do CREAS, HELAINE CRISTINA DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2013.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 2085/2013.
PORTARIA N°. 2085/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
DESIGNAR poderes para responder pela Coordenação dos CRAS - Centro de Referência de Assistência, JANAÍNA PEREIRA DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2013.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 2086/2013.
PORTARIA N°. 2086/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
DESIGNAR poderes para responder pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, JEISA ANA DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura, com efeitos a contar de 11/07/2013.

Palhoça, SC, em 01 de julho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 2087/2013.
PORTARIA N°. 2087/2013.

CAMILO NAZARENO SETEMBRINO MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER REGÊNCIA DE CLASSE para ANDREIA BROERING TURNES, matrícula nº. 800705, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 89 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 20/06/2013.

Palhoça, SC, em 14 de junho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 2088/2013.
PORTARIA N°. 2088/2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
AUTORIZAR WANDERSON RODRIGO DIAS, portador da CNH 524317265, vencimento em 26/10/2016, categoria AB, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2013.

Palhoça, SC, em 19 de junho de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

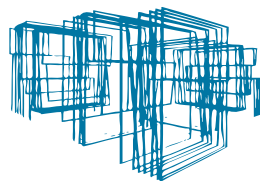
MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Aviso de Licitação - Convite N°136/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE N°. 136/2013

O Município de Palhoça torna público que realizará a Carta Convite nº. 136/2013, no dia 20 de agosto de 2013, às 16h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A abertura da CARTA CONVITE tem que como objeto contratação de empresa para execução de drenagem à Rua Álvaro José Garcia, Bairro Aririú, Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. A retirada do edital deve ser solicitada através de ofício, juntamente com o Certificado de Registro Cadastral deste Município, das 13h00min às 18h00min. No entanto, o mesmo deverá ser retirado em até 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de abertura do referido certame, conforme prevê a Lei 8.666/93.

Palhoça, 09 de agosto de 2013.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.



Programa de
Gestão de Obras



www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 33/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADF2034	8784004826	7455/0	15/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
ADF2034	8784004838	7455/0	15/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
BRG8844	8784005729	7455/0	04/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
DAL4876	8784004526	7455/0	15/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBV4032	8784003731	7455/0	13/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBV4032	8784003744	7471/0	13/11/2011	R\$ 574,61	218 * III
MBX5860	8784004037	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCD7897	8784003629	7455/0	12/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFF8288	8784003542	7455/0	11/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFH1711	8784003273	7455/0	06/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFH1711	8784003274	7455/0	06/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFH1711	8784003275	7463/0	06/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHJ8413	8784003621	7455/0	12/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHS5203	8784004139	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHU1087	8784004144	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIR9795	8784003504	7455/0	09/11/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO
SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 31/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDC8278	8784003868	7463/0	13/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHL3396	8784005514	7455/0	28/11/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO
SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 29/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CYB7002	8784005560	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXF3999	8784005190	7463/0	24/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAK3572	8784005285	7463/0	28/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCA1518	8784005300	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCQ9293	8784005056	7455/0	16/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDX0973	8784005195	7463/0	25/11/2011	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO
SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 27/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXU8650	8784004702	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYF0030	8784005099	7455/0	15/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAT5314	8784005068	7463/0	18/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDM3844	8784004156	7471/0	15/11/2011	R\$ 574,61	218 * III
MDQ5339	8784004863	7455/0	14/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDX0056	8784004152	7455/0	15/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEY8115	8784004207	7463/0	20/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFR1116	8784004181	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFV7947	8784005022	7463/0	21/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIF4600	8784004991	7455/0	15/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIJ0829	8784004940	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 25/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASS0723	8784003682	7463/0	12/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYA0226	8784003710	7455/0	13/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAN5339	8784003448	7455/0	12/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGA6321	8784003647	7455/0	12/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIM1999	8784003277	7455/0	06/11/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 23/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CMK3525	8784002509	7455/0	06/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXF9647	8784002553	7455/0	10/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEX2756	8784002507	7455/0	06/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHC0704	8784002610	7455/0	10/10/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 47/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYY8868	8784007248	7455/0	31/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO
SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 35/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BUW0535	8784005654	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
IJO7568	8784005042	7455/0	14/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
INH4150	8784004993	7455/0	15/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYZ2047	8784005017	7455/0	20/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZB6030	8784005965	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZJ6686	8784005660	7455/0	02/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAZ6633	8784004969	7455/0	21/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAZ6633	8784004972	7455/0	21/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCL2358	8784005045	7455/0	15/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDB8887	8784004154	7455/0	15/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDQ2637	8784005236	7455/0	24/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEH3033	8784006097	7455/0	10/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFH3340	8784004705	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFQ1351	8784005192	7463/0	24/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHS5203	8784004098	7455/0	19/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHX6727	8784004862	7455/0	14/11/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 37/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ENF0808	8784004701	7455/0	17/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LAQ0580	8784004881	7455/0	18/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWY0922	8784005313	7455/0	29/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXV4659	8784006150	7455/0	11/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYV8057	8784005093	7463/0	14/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAJ6774	8784005637	7455/0	27/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAK4310	8784005267	7455/0	26/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCJ6708	8784006419	7463/0	18/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDJ5346	8784005278	7463/0	27/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDX3604	8784005854	7463/0	11/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEQ5007	8784005487	7471/0	26/11/2011	R\$ 574,61	218 * III
MEY8314	8784006248	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFF1404	8784005589	7455/0	24/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFI6998	8784005223	7455/0	23/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFN9255	8784004879	7455/0	18/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGJ6679	8784006315	7463/0	17/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHH1050	8784006270	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIC2536	8784005049	7463/0	15/11/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIJ1122	8784007002	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 39/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CKP9802	8784007409	7455/0	29/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
IDO1295	8784006156	7455/0	12/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXB5950	8784007224	7455/0	29/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZH4482	8784006277	7455/0	19/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAJ7998	8784006909	7463/0	23/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAK2078	8784006065	7455/0	10/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCF1533	8784006999	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCQ3538	8784007761	7463/0	07/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MCW6840	8784006795	7471/0	24/12/2011	R\$ 574,61	218 * III
MFD0561	8784006311	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFT7004	8784006911	7455/0	23/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MID4344	8784006102	7455/0	10/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO
SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 41/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LBL2544	8784006391	7463/0	17/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEP7658	8784006451	7463/0	20/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MII5637	8784007346	7455/0	26/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 43/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JQX8248	8784006250	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZH4708	8784008257	7455/0	21/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MAQ4981	8784007836	7455/0	06/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBD1115	8784008474	7455/0	27/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEP0999	8784008499	7463/0	29/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
MES4619	8784008293	7455/0	27/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEZ2056	8784008492	7455/0	28/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFY6593	8784008342	7455/0	04/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGJ0915	8784008324	7455/0	02/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIB7826	8784008411	7455/0	21/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJI9619	8784006117	7455/0	12/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 45/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGN5062	8784008528	7455/0	02/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
AKZ2824	8784008636	7455/0	28/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
DRC0409	8784008339	7455/0	04/02/2012	R\$ 85,12	218 * I
GVV4544	8784008259	7455/0	21/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
GVV4544	8784008416	7455/0	21/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
HFG9972	8784006844	7455/0	23/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
JHA1793	8784007729	7455/0	03/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MCV7205	8784007376	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDX1923	8784007183	7455/0	26/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGX5544	8784006875	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO
SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 32/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMF0407	8784008084	7455/0	20/01/2012	218 * I
BMH1611	8784006840	7455/0	23/12/2011	218 * I
IAR6120	8784006426	7455/0	18/12/2011	218 * I
IGD8054	8784005107	7455/0	16/11/2011	218 * I
JFV7851	8784006444	7455/0	19/12/2011	218 * I
KER6396	8784006457	7463/0	21/12/2011	218 * II
KLR2481	8784006420	7455/0	18/12/2011	218 * I
LXI2128	8784008089	7455/0	21/01/2012	218 * I
LXZ1681	8784006317	7455/0	18/12/2011	218 * I
LYG7693	8784007085	7463/0	28/12/2011	218 * II
LYL4907	8784008210	7463/0	21/01/2012	218 * II
LZO3772	8784006287	7455/0	20/12/2011	218 * I
LZS0439	8784007403	7463/0	29/12/2011	218 * II
MBS0733	8784008064	7455/0	15/01/2012	218 * I
MBW1736	8784008203	7455/0	19/01/2012	218 * I
MCN0071	8784007426	7455/0	30/12/2011	218 * I
MCS1960	8784008220	7455/0	22/01/2012	218 * I
MDE0743	8784008192	7455/0	17/01/2012	218 * I
MED8654	8784008189	7455/0	17/01/2012	218 * I
MEI8443	8784007014	7455/0	29/12/2011	218 * I
MEO7807	8784008207	7455/0	21/01/2012	218 * I
MEQ2446	8784008145	7455/0	08/01/2012	218 * I
MER9468	8784006817	7455/0	22/12/2011	218 * I
MEV5028	8784008211	7455/0	21/01/2012	218 * I
MEV8455	8784006802	7455/0	01/01/2012	218 * I
MEW8713	8784006232	7455/0	16/12/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFW9784	8784006455	7455/0	20/12/2011	218 * I
MGI7657	8784006933	7471/0	28/12/2011	218 * III
MGO2821	8784006452	7455/0	20/12/2011	218 * I
MGO2821	8784008047	7455/0	12/01/2012	218 * I
MHI7754	8784006392	7463/0	17/12/2011	218 * II
MHN8953	8784007099	7455/0	29/12/2011	218 * I
MHO0267	8784007429	7455/0	30/12/2011	218 * I
MY7199	8784006446	7455/0	20/12/2011	218 * I
NLG0020	8784006407	7455/0	18/12/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 30/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BRC5568	8784008102	7455/0	22/01/2012	218 * I
KRE7236	8784006276	7455/0	19/12/2011	218 * I
LWV4436	8784006235	7455/0	16/12/2011	218 * I
LXO4558	8784006449	7455/0	20/12/2011	218 * I
LZN4495	8784008103	7455/0	23/01/2012	218 * I
LZQ0043	8784006251	7455/0	17/12/2011	218 * I
MCO1610	8784008073	7455/0	18/01/2012	218 * I
MCO2418	8784006425	7455/0	18/12/2011	218 * I
MDX1696	8784006265	7455/0	18/12/2011	218 * I
MEA3727	8784008045	7463/0	12/01/2012	218 * II
MED3543	8784008077	7455/0	19/01/2012	218 * I
MEI8221	8784008052	7455/0	13/01/2012	218 * I
MFB1649	8784008100	7455/0	22/01/2012	218 * I
MFJ6020	8784006286	7455/0	20/12/2011	218 * I
MHS9193	8784006272	7455/0	19/12/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 28/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABK1246	8784005968	7455/0	12/12/2011	218 * I
AGI8571	8784005960	7463/0	11/12/2011	218 * II
AGX1226	8784007914	7455/0	13/01/2012	218 * I
AHG9912	8784007701	7455/0	31/12/2011	218 * I
ALN9550	8784007707	7455/0	31/12/2011	218 * I
ANP5597	8784007904	7455/0	12/01/2012	218 * I
CCC7283	8784007423	7455/0	30/12/2011	218 * I
CRK8758	8784006187	7463/0	20/12/2011	218 * II
GRP8740	8784007845	7455/0	06/01/2012	218 * I
GYV7473	8784006012	7455/0	10/12/2011	218 * I
HCC0953	8784006060	7455/0	10/12/2011	218 * I
IKP1089	8784007913	7455/0	13/01/2012	218 * I
KKY9616	8784006318	7455/0	19/12/2011	218 * I
KMN1861	8784007577	7455/0	30/12/2011	218 * I
LN7102	8784007745	7455/0	05/01/2012	218 * I
LXR4744	8784006173	7455/0	16/12/2011	218 * I
LYM0594	8784007995	7455/0	22/01/2012	218 * I
LYW5537	8784007909	7455/0	12/01/2012	218 * I
LZN4495	8784008026	7455/0	06/01/2012	218 * I
LZS6212	8784007083	7455/0	27/12/2011	218 * I
LZT5193	8784005946	7455/0	10/12/2011	218 * I
MAN3658	8784007216	7455/0	29/12/2011	218 * I
MBB9304	8784008028	7455/0	07/01/2012	218 * I
MBI8663	8784007885	7455/0	10/01/2012	218 * I
MCB8875	8784006255	7455/0	17/12/2011	218 * I
MCH2574	8784006147	7455/0	11/12/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCR6992	8784007584	7455/0	31/12/2011	218 * I
MCT9989	8784007954	7455/0	18/01/2012	218 * I
MCX3285	8784007788	7455/0	09/01/2012	218 * I
MCX3596	8784007920	7455/0	14/01/2012	218 * I
MDH0179	8784006109	7455/0	10/12/2011	218 * I
MDQ0258	8784005947	7463/0	10/12/2011	218 * II
MDR4242	8784007821	7455/0	10/01/2012	218 * I
MEG8261	8784007865	7455/0	08/01/2012	218 * I
MEH9344	8784005696	7455/0	29/11/2011	218 * I
MEI8443	8784005850	7455/0	10/12/2011	218 * I
MFJ5844	8784007968	7463/0	20/01/2012	218 * II
MGC4759	8784006281	7455/0	20/12/2011	218 * I
MGH6840	8784006098	7455/0	10/12/2011	218 * I
MGH6840	8784006151	7455/0	11/12/2011	218 * I
MGP6104	8784006021	7455/0	11/12/2011	218 * I
MGT0470	8784006001	7455/0	10/12/2011	218 * I
MGY0802	8784007997	7455/0	22/01/2012	218 * I
MHC0053	8784006075	7455/0	11/12/2011	218 * I
MHG0261	8784006162	7455/0	14/12/2011	218 * I
MHZ5726	8784005845	7455/0	10/12/2011	218 * I
MIA9061	8784007874	7455/0	09/01/2012	218 * I
MIO5192	8784007706	7455/0	31/12/2011	218 * I
MJF5289	8784006157	7455/0	12/12/2011	218 * I
MJF5289	8784006158	7455/0	12/12/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 26/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJY7314	8784007708	7455/0	31/12/2011	218 * I
AMF0407	8784007230	7463/0	30/12/2011	218 * II
AMF0407	8784007418	7455/0	30/12/2011	218 * I
BMD6701	8784007526	7455/0	31/12/2011	218 * I
BOR0978	8784007465	7463/0	26/12/2011	218 * II
IGU1348	8784007527	7455/0	31/12/2011	218 * I
JFS2706	8784007030	7455/0	01/01/2012	218 * I
KFN2267	8784007430	7455/0	30/12/2011	218 * I
LWR8596	8784007735	7463/0	04/01/2012	218 * II
LXG0424	8784007179	7455/0	26/12/2011	218 * I
LXR2335	8784007520	7455/0	29/12/2011	218 * I
LYY8148	8784007415	7455/0	30/12/2011	218 * I
LZX7589	8784007391	7455/0	28/12/2011	218 * I
MAG3495	8784007239	7463/0	30/12/2011	218 * II
MAR6075	8784007078	7455/0	26/12/2011	218 * I
MAS3110	8784007532	7455/0	01/01/2012	218 * I
MBL6208	8784005719	7455/0	03/12/2011	218 * I
MBL6208	8784005720	7455/0	03/12/2011	218 * I
MCC1774	8784007352	7455/0	26/12/2011	218 * I
MCS7089	8784007245	7455/0	31/12/2011	218 * I
MCW6769	8784007742	7455/0	05/01/2012	218 * I
MCX0265	8784005462	7455/0	24/11/2011	218 * I
MDG4887	8784007086	7455/0	28/12/2011	218 * I
MDG4887	8784007197	7455/0	28/12/2011	218 * I
MDV0413	8784005559	7455/0	27/11/2011	218 * I
MEC8650	8784007246	7463/0	31/12/2011	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEH9766	8784007411	7455/0	30/12/2011	218 * I
MEJ3109	8784007382	7455/0	27/12/2011	218 * I
MET1512	8784007223	7455/0	29/12/2011	218 * I
MEV5028	8784007187	7455/0	27/12/2011	218 * I
MEV9932	8784007108	7455/0	31/12/2011	218 * I
MFE3165	8784007181	7455/0	26/12/2011	218 * I
MFM8874	8784007518	7455/0	29/12/2011	218 * I
MFP1558	8784007476	7455/0	30/12/2011	218 * I
MFW6083	8784007217	7455/0	29/12/2011	218 * I
MGA6346	8784007517	7455/0	29/12/2011	218 * I
MHC9247	8784005511	7463/0	28/11/2011	218 * II
MHT2056	8784007357	7455/0	26/12/2011	218 * I
MHV6070	8784007080	7455/0	26/12/2011	218 * I
MHV9821	8784005503	7455/0	27/11/2011	218 * I
MIZ0249	8784007022	7455/0	01/01/2012	218 * I
MJL5300	8784007353	7455/0	26/12/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 24/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BVQ7370	8784006450	7455/0	20/12/2011	218 * I
EDU3988	8784005546	7455/0	26/11/2011	218 * I
GDU5000	8784005472	7463/0	25/11/2011	218 * II
IAQ8973	8784006803	7463/0	01/01/2012	218 * II
IKB5211	8784006862	7455/0	25/12/2011	218 * I
LXF9646	8784006906	7463/0	23/12/2011	218 * II
LXM3769	8784006941	7455/0	30/12/2011	218 * I
LXS9920	8784005475	7455/0	25/11/2011	218 * I
LYN6256	8784006918	7455/0	26/12/2011	218 * I
LYS6447	8784006824	7455/0	22/12/2011	218 * I
MAK8723	8784006900	7455/0	31/12/2011	218 * I
MAY7441	8784003740	7463/0	13/11/2011	218 * II
MCN2739	8784006892	7455/0	30/12/2011	218 * I
MES1656	8784005515	7455/0	28/11/2011	218 * I
MFP1558	8784006831	7455/0	23/12/2011	218 * I
MGL5830	8784006847	7455/0	23/12/2011	218 * I
MGQ6309	8784006914	7463/0	25/12/2011	218 * II
MHG5529	8784005687	7455/0	05/12/2011	218 * I
MHH3234	8784006940	7455/0	30/12/2011	218 * I
MHH7685	8784006986	7455/0	24/12/2011	218 * I
MHU6399	8784006910	7455/0	23/12/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 46/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IKQ9843	8784008766	7455/0	20/02/2012	218 * I
MDW9124	8784008770	7471/0	21/02/2012	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 34/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFL3176	8784008527	7455/0	01/02/2012	218 * I
AGY2302	8784007703	7455/0	31/12/2011	218 * I
AHV2774	8784008343	7455/0	04/02/2012	218 * I
AIS7397	8784007414	7455/0	30/12/2011	218 * I
APP3826	8784008504	7455/0	30/01/2012	218 * I
BHA5823	8784007754	7455/0	06/01/2012	218 * I
CFP4125	8784007237	7455/0	30/12/2011	218 * I
CGU4926	8784008226	7455/0	02/02/2012	218 * I
IDE3638	8784007580	7455/0	30/12/2011	218 * I
JUB8865	8784007031	7455/0	01/01/2012	218 * I
LWS9226	8784007398	7455/0	29/12/2011	218 * I
LXE0874	8784007178	7455/0	26/12/2011	218 * I
LXJ3421	8784007207	7455/0	29/12/2011	218 * I
LXZ6607	8784008652	7455/0	29/01/2012	218 * I
LYF6949	8784007987	7455/0	21/01/2012	218 * I
LYG0881	8784007379	7455/0	27/12/2011	218 * I
LYS9055	8784007406	7455/0	29/12/2011	218 * I
LZJ1832	8784008351	7455/0	05/02/2012	218 * I
LZV6041	8784008248	7455/0	06/02/2012	218 * I
LZZ1609	8784008276	7455/0	25/01/2012	218 * I
MAU9323	8784007449	7455/0	31/12/2011	218 * I
MAZ6392	8784008303	7455/0	30/01/2012	218 * I
MAZ6633	8784007820	7455/0	10/01/2012	218 * I
MCN0079	8784008609	7463/0	24/01/2012	218 * II
MCQ9431	8784007095	7455/0	29/12/2011	218 * I
MDQ2271	8784007177	7455/0	26/12/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEB4028	8784008515	7455/0	01/02/2012	218 * I
MEB4422	8784007996	7455/0	22/01/2012	218 * I
MEY5402	8784008685	7455/0	31/01/2012	218 * I
MEZ2862	8784007364	7455/0	27/12/2011	218 * I
MFG6347	8784007493	7455/0	02/01/2012	218 * I
MFH2650	8784007094	7455/0	29/12/2011	218 * I
MFI4197	8784008509	7455/0	31/01/2012	218 * I
MFM6622	8784007534	7463/0	01/01/2012	218 * II
MGL8459	8784007515	7455/0	29/12/2011	218 * I
MGS9681	8784007081	7455/0	27/12/2011	218 * I
MGZ7414	8784007209	7455/0	29/12/2011	218 * I
MHF5978	8784008301	7463/0	29/01/2012	218 * II
MHG7302	8784007388	7455/0	28/12/2011	218 * I
MIL7612	8784007589	7455/0	31/12/2011	218 * I
MJF5289	8784007880	7455/0	10/01/2012	218 * I
MJG7782	8784007491	7455/0	02/01/2012	218 * I
MJJ6179	8784007831	7455/0	05/01/2012	218 * I
MKM5160	8784008269	7455/0	24/01/2012	218 * I
MKM5160	8784008446	7455/0	24/01/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 36/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADE9700	8784007375	7455/0	27/12/2011	218 * I
ADW5194	8784007405	7455/0	29/12/2011	218 * I
AKA1773	8784008536	7455/0	02/02/2012	218 * I
BMB0549	8784008603	7455/0	23/01/2012	218 * I
BOT9768	8784008563	7455/0	03/02/2012	218 * I
CFH4266	8784007990	7455/0	22/01/2012	218 * I
CFL2706	8784008087	7455/0	20/01/2012	218 * I
CYV2789	8784007732	7463/0	04/01/2012	218 * II
DJB0225	8784007439	7455/0	30/12/2011	218 * I
DJE2686	8784007116	7455/0	02/01/2012	218 * I
IKI1209	8784008518	7455/0	01/02/2012	218 * I
IML2901	8784008091	7463/0	21/01/2012	218 * II
JTB5622	8784008690	7455/0	31/01/2012	218 * I
LWZ4492	8784007785	7455/0	09/01/2012	218 * I
LXJ9679	8784007472	7455/0	30/12/2011	218 * I
LXM8045	8784007112	7455/0	01/01/2012	218 * I
LXT0731	8784007355	7463/0	26/12/2011	218 * II
LYJ4581	8784007994	7455/0	22/01/2012	218 * I
LYS5520	8784008588	7455/0	05/02/2012	218 * I
LZF8226	8784008490	7455/0	28/01/2012	218 * I
LZI7867	8784007864	7455/0	08/01/2012	218 * I
LZR0833	8784007535	7455/0	01/01/2012	218 * I
MAN9691	8784008094	7471/0	21/01/2012	218 * III
MAY1453	8784007840	7455/0	06/01/2012	218 * I
MBD5941	8784007702	7455/0	31/12/2011	218 * I
MBL2023	8784007386	7455/0	28/12/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBL3747	8784008556	7455/0	03/02/2012	218 * I
MCA8656	8784008265	7463/0	23/01/2012	218 * II
MCQ1861	8784007175	7455/0	26/12/2011	218 * I
MDD1379	8784008598	7455/0	05/02/2012	218 * I
MDG4887	8784008547	7455/0	03/02/2012	218 * I
MDG4887	8784008558	7455/0	03/02/2012	218 * I
MDG4887	8784008581	7463/0	04/02/2012	218 * II
MDR2553	8784007717	7455/0	02/01/2012	218 * I
MDX0771	8784008532	7463/0	02/02/2012	218 * II
MFH7647	8784008201	7463/0	19/01/2012	218 * II
MFI2102	8784008247	7455/0	04/02/2012	218 * I
MFJ8066	8784008043	7455/0	11/01/2012	218 * I
MFR7573	8784008624	7455/0	26/01/2012	218 * I
MGF6660	8784008519	7455/0	01/02/2012	218 * I
MGO6134	8784008568	7455/0	04/02/2012	218 * I
MGP8166	8784007366	7455/0	27/12/2011	218 * I
MGZ5256	8784007802	7463/0	09/01/2012	218 * II
MHS5274	8784008075	7455/0	19/01/2012	218 * I
MIB5247	8784008032	7455/0	08/01/2012	218 * I
MIC0308	8784008333	7455/0	03/02/2012	218 * I
MIC6761	8784007956	7455/0	18/01/2012	218 * I
MIF5569	8784008559	7455/0	03/02/2012	218 * I
MIL8101	8784008328	7455/0	02/02/2012	218 * I
MIW9549	8784008048	7463/0	12/01/2012	218 * II
MIY7812	8784008289	7455/0	27/01/2012	218 * I
MIY8779	8784008676	7455/0	29/01/2012	218 * I
MJR4455	8784008665	7455/0	29/01/2012	218 * I
MMA6700	8784008591	7455/0	05/02/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 38/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACC8486	8784007380	7455/0	27/12/2011	218 * I
AFG8502	8784008350	7455/0	05/02/2012	218 * I
AGA2009	8784008567	7455/0	04/02/2012	218 * I
ALU2091	8784008434	7455/0	22/01/2012	218 * I
BRC5568	8784008218	7455/0	21/01/2012	218 * I
BRC5568	8784008221	7463/0	22/01/2012	218 * II
DAE0704	8784007421	7455/0	30/12/2011	218 * I
JNZ4892	8784008437	7471/0	22/01/2012	218 * III
LNQ4017	8784008252	7455/0	21/01/2012	218 * I
LXS4117	8784008485	7455/0	28/01/2012	218 * I
LYY8148	8784008560	7463/0	03/02/2012	218 * II
LYZ9056	8784008584	7455/0	05/02/2012	218 * I
LZC1218	8784008435	7455/0	22/01/2012	218 * I
LZZ2083	8784008270	7455/0	24/01/2012	218 * I
LZZ2083	8784008447	7455/0	24/01/2012	218 * I
MAF6776	8784008650	7455/0	29/01/2012	218 * I
MAN9691	8784008213	7471/0	21/01/2012	218 * III
MAP0542	8784008604	7455/0	23/01/2012	218 * I
MBJ3120	8784008686	7455/0	31/01/2012	218 * I
MBN1099	8784008599	7455/0	05/02/2012	218 * I
MCA8098	8784008641	7455/0	28/01/2012	218 * I
MCQ8654	8784008044	7455/0	11/01/2012	218 * I
MDX0868	8784008193	7455/0	18/01/2012	218 * I
MDY5717	8784008662	7463/0	29/01/2012	218 * II
MEM2705	8784008576	7455/0	04/02/2012	218 * I
MER9140	8784008323	7455/0	01/02/2012	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MER9140	8784008337	7455/0	03/02/2012	218 * I
MER9140	8784008457	7455/0	25/01/2012	218 * I
MES6420	8784008480	7455/0	27/01/2012	218 * I
MEX8146	8784007744	7455/0	05/01/2012	218 * I
MFJ7636	8784008533	7455/0	02/02/2012	218 * I
MFN5877	8784008541	7455/0	02/02/2012	218 * I
MFO6178	8784008612	7455/0	24/01/2012	218 * I
MGD1757	8784008202	7455/0	19/01/2012	218 * I
MGU6968	8784008658	7455/0	29/01/2012	218 * I
MHO1288	8784008169	7463/0	13/01/2012	218 * II
MHW4543	8784008618	7455/0	25/01/2012	218 * I
MID9809	8784008314	7455/0	01/02/2012	218 * I
MIE1035	8784008200	7455/0	19/01/2012	218 * I
MIL1202	8784008295	7455/0	28/01/2012	218 * I
MOK1818	8784008626	7463/0	26/01/2012	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 40/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADD1882	8784008553	7455/0	03/02/2012	218 * I
LYC8659	8784008666	7463/0	29/01/2012	218 * II
MCT5271	8784008573	7463/0	04/02/2012	218 * II
MDD2672	8784008782	7455/0	26/02/2012	218 * I
MDG4897	8784008580	7455/0	04/02/2012	218 * I
MFE5595	8784008444	7455/0	23/01/2012	218 * I
MFP8629	8784008529	7455/0	02/02/2012	218 * I
MFP8629	8784008668	7463/0	29/01/2012	218 * II
MGL7826	8784008781	7455/0	26/02/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO
SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 42/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZC3230	8784008844	7455/0	06/03/2012	218 * I
MBV9834	8784008863	7455/0	09/03/2012	218 * I
MEL7993	8784008802	7471/0	05/03/2012	218 * III
MFR4319	8784004845	7463/0	16/11/2011	218 * II
MFR5988	8784008813	7471/0	09/03/2012	218 * III
MFR5988	8784008833	7471/0	09/03/2012	218 * III
MGG8353	8784008801	7455/0	05/03/2012	218 * I
MHK3714	8784008347	7455/0	04/02/2012	218 * I
MMF1130	8784008866	7455/0	10/03/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO
SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 44/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IGP4570	8784008325	7455/0	02/02/2012	218 * I
LXE7815	8784008336	7455/0	03/02/2012	218 * I
LXY0925	8784008974	7455/0	24/03/2012	218 * I
LZI8142	8784008615	7455/0	25/01/2012	218 * I
MBM9053	8784008938	7455/0	20/03/2012	218 * I
MCX5426	8784008955	7455/0	22/03/2012	218 * I
MDV3503	8784008345	7455/0	04/02/2012	218 * I
MHE5679	8784008321	7455/0	01/02/2012	218 * I
MHI3269	8784008928	7455/0	20/03/2012	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO
SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° 126/2013 ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 126/2013. Objeto: Contratação de empresa que detém autorização para prestar o Serviço Móvel Pessoal - SMP, no Estado de Santa Catarina, por intermédio de até 67 (sessenta e sete) códigos de acesso, com o fornecimento das até 67 (sessenta e sete) estações móveis, devidamente ativadas, associadas a um plano pós-pago, com franquia global, que possibilite o atendimento da contratante em todas as localidades atendidas pela autorizada, em sua área de prestação, para uso em ligações locais telefones fixos e celulares de qualquer operadora, inclusive na condição de visitante em todo território nacional e com encaminhamento de chamadas de Longa Distância Nacional e Roaming nacional, devendo possuir sistema de acompanhamento (consulta de resumos de minutos e detalhamentos de faturas de cada acesso) por meio da internet, conforme condições constantes do Edital e seus Anexos. Tipo: Menor Preço Global e Presencial, Entrega dos envelopes: 23 de agosto de 2013 às 13:45hs; Início da Sessão Pública: 23 de agosto de 2013 - 14:00hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais n° 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 12 de agosto de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Registro de Preços N° 125/2013 ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N° 125/2013. Objeto: Registro de preços para locação de equipamento de topografia com estação total para o uso do departamento de topografia do município Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 23 de agosto de 2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 23/08/2013 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais n°s 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 09 de agosto de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços N° 101/2013 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 101/2013

Aos vinte cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n° 105/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 25/07/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa MAXIMA PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 85.260.164/0001-00, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de higiene, limpeza e consumo para o uso do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 3.246,05 (três mil, duzentos e quarenta e seis reais e cinco centavos), referente aos itens 02, 04, 05, 08, 10, 12, 13, 21, 23, 30, 32, 33, 37, 38, 41 e 44, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 105/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial n° 105/2013 e seus anexos;
b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos;

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;
4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;

4.6 Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município;

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 105/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- Advertência;
- Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 25 de julho de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

MÁXIMA PAPELARIA LTDA

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 102/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2013

Aos vinte cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 105/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 25/07/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 07.364.816/0001-16, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de higiene, limpeza e consumo para o uso do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 4.597,75 (quatro mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos), referente aos itens 01, 03, 06, 07, 09, 11, 14, 16, 17, 18, 19, 24, 27, 28, 31, 34, 36, 39, 45, 46, 47 e 49, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 105/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 105/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos;

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade

quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;

4.6 Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município;

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 105/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.
- 10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 25 de julho de 2013.

SILVANA FREDERICO
Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI
Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA
Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES
Equipe de Apoio

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - ME

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços N° 104/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 104/2013

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n° 106/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 26/07/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 83.157.032/0001-22, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de procedimentos de enfermagem para o uso do Fundo Municipal de Saúde e especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para

fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 6.315,00 (seis mil e trezentos e quinze reais), referente aos itens 04, 05, 09 e 10, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 106/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial n° 106/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

- 4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos;
- 4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;
- 4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusive as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;
- 4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;
- 4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;
- 4.6 Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;
- 5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993



consolidada;

5.3 - Os materiais deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, em sua sede, sito a Rua Jacob Schadeck nº 1207, centro, neste município;

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 106/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;

b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 26 de julho de 2013.

SILVANA FREDERICO

Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA

ODAIR JOSÉ LEANDRO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 106/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2013

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 118/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 09/08/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 07.634.816/0001-16, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando objetivo a aquisição de kits gestante composto por itens de higiene e vestuário a recém nascidos, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 12.645,00 (doze mil e seiscentos e quarenta e cinco reais), referente ao item 1, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 118/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15,

parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 118/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos;

4.2 - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente licitação;

4.3 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

4.4 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

4.5 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;

4.6 Prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

5.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada;

5.3 - Os Kits deverão ser entregues em duas etapas, sendo que a primeira no dia 26 de agosto de 2013, entre as 13:30hs e 16:00hs e a segunda no dia 21 de outubro de 2013, entre as 13:30hs e 16:00hs, na sede do CRAS, sito a rua Rua Joao Greinert, nº 211, centro, neste município. Os itens que compõe o kit deverão estar embalados dentro do item "banheira", para facilitar a logística do CRAS;

5.4 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA

EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 118/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento dos serviços após a adjudicação da licitação;
- b) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei

8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 09 de agosto de 2013.
SILVANA FREDERICO
Pregoeira

MÁRCIO WISNIEVSKI
Equipe de Apoio

OTÁVIO HUNKA
Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES
Equipe de Apoio

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - ME

DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N° 2-2013, de 6 de Agosto de 2013.

DECRETO LEGISLATIVO N° 2-2013, de 6 de agosto de 2013.
"CONCEDE O PRÊMIO CIDADE DAS PALMEIRAS 2013"

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PERITIBA, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 64 da Lei Orgânica do Município de Peritiba e de conformidade com deliberação do Plenário, promulga o seguinte Decreto:

Art. 1º Fica outorgado o Prêmio Cidade das Palmeiras 2013 às empresas e pessoas físicas do Município de Peritiba, relacionadas nos respectivos segmentos, conforme ofício n° 233-2013 do Poder Executivo, tornando-se parte integrante do presente decreto legislativo:

I. Indústria:

1. Biscoitos Nani Ltda ME;
2. Mi-Massas Indústria e Comércio Ltda ME; e
3. Darlan Rech Gerhardt ME.

II. Comércio:

1. Maras Industrial e Comercial Ltda;
2. Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia; e
3. Mercado Poliane.

III. Prestadores de Serviço:

1. Lubrificantes Peritiba;
2. Ernani A. Wuaden; e
3. D. F. Albiero Transportes.

IV. Agroindústria:

1. Lactícínios Tirol;
2. Maria Adelaide Rauber ME; e
3. Copafaper.

V. Produtor Rural:

1. Jacir Berno;
2. Jaime Sordi; e
3. Lídio Bazei.

Art. 2º A entrega do prêmio será efetuada em Ato Solene no dia 16 de agosto de 2013.

Art. 3º As despesas com o Ato Solene seguirão ao determinado na Lei Municipal nº 1951/2013.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Peritiba, 06 de agosto de 2013; 50º Emancipação.
MARA REGINA HERMES PETTER
Presidente da Câmara Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Lei Ordinária N° 2.544 de 16 de Maio de 2013

LEI ORDINÁRIA N° 2.544 DE 16 DE MAIO DE 2013

ANULA TOTAL OU PARCIALMENTE DOTAÇÕES E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM VIGOR DAS UNIDADES GESTORAS: PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE - FUNDETUR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a anular total ou parcialmente dotações do orçamento em vigor da unidade gestora Prefeitura, na importância de R\$6.000,00 (seis mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 07001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Unidade Orçamentária: 07001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 123610040.2010 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3390 - Aplicações Diretas

Vínc. p/Fonte Rec.: 010000 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00
R\$ 6.000,00

T O T A L R\$6.000,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a abrir crédito adicional especial no orçamento em vigor da unidade gestora Prefeitura, na importância de R\$6.000,00 (seis mil reais), por conta do produto oriundo da anulação de que trata o art. 1º, desta Lei, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Unidade Orçamentária: 07001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 123610040.2010 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3391 - Aplicações Diretas Vínc. p/Fonte Rec.: 010000 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00 R\$ 6.000,00

T O T A L R\$6.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a anular total ou parcialmente dotação do orçamento em vigor da unidade gestora Fundo Municipal de Saúde - FMS, no valor de R\$100.330,90 (cem mil trezentos e trinta reais e noventa centavos), de acordo com a especificação a seguir:

Órgão: 11000 - Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 11001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 103010060.2043 - Manutenção da Secretaria de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3371 - Transferências a Consórcios Públicos

Vínc. p/Fonte Rec.: 016701 - Progr. Farm. Básica Estadual
R\$96.330,90
Projeto/Atividade: 103010060.2042 - Manutenção da Secretaria de Saúde
Modalidade de Aplicação: 3390 - Transferências a Consórcios Públicos
Vínc. p/Fonte Rec.: 010200 - Rec. Impostos e de Transf. Imp. Saúde
R\$4.000,00
T O T A L R\$100.330,90

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a abrir crédito adicional especial no orçamento em vigor da unidade gestora Fundo Municipal de Saúde - FMS, na importância de R\$100.330,90 (cem mil trezentos e trinta reais e noventa centavos), por conta do produto oriundo da anulação de que trata o art. 3º, desta Lei, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 11000 - Secretaria de Saúde
Unidade Orçamentária: 11001 - Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Atividade: 103010060.2043 - Manutenção da Secretaria de Saúde
Modalidade de Aplicação: 3393 - Transferências a Consórcios Públicos
Vínc. p/Fonte Rec.: 016702 - Progr. Farm. Básica Estadual
R\$96.330,90
Projeto/Atividade: 103010060.2042 - Manutenção da Secretaria de Saúde
Modalidade de Aplicação: 3391 - Transferências a Consórcios Públicos
Vínc. p/Fonte Rec.: 010200 - Rec. Impostos e de Transf. Imp. Saúde
R\$4.000,00
T O T A L R\$100.330,90

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a anular total ou parcialmente dotações do orçamento em vigor da unidade gestora Fundo Municipal de

Assistência Social - FMAS, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), de acordo com a especificação a seguir:

Órgão: 13000 - Secretaria de Cidadania e do Desenvolvimento Social
Unidade Orçamentária: 13001 - Fundo Municipal da Assistência Social
Projeto/Atividade: 082440140.2051 - Manutenção das Atividades do Desenvolvimento Social
Modalidade de Aplicação: 3390 - Aplicações Diretas
Vínc. p/Fonte Rec.: 010000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00
O T A L R\$2.000,00

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a abrir crédito adicional especial no orçamento em vigor da unidade gestora Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, na importância de R\$2.000,00 (dois mil reais), por conta do produto oriundo da anulação de que trata o art. 5º, desta Lei, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 13000 - Secretaria de Cidadania e do Desenvolvimento Social
Unidade Orçamentária: 13001 - Fundo Municipal da Assistência Social
Projeto/Atividade: 082440140.2051 - Manutenção das Atividades do Desenvolvimento Social
Modalidade de Aplicação: 3391 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos
Vínc. p/Fonte Rec.: 010000 - Recursos Ordinários
R\$2.000,00
T O T A L R\$2.000,00

Art. 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a anular total ou parcialmente dotação do orçamento em vigor da unidade gestora Fundo de Desenvolvimento do Turismo

- FUNDETUR, no valor de R\$1.000,00 (mil reais), de acordo com a especificação a seguir:

Órgão: 12000 - Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte
Unidade Orçamentária: 12002 - Diretoria de Políticas de Turismo
Projeto/Atividade: 236950110.2053 - Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico
Modalidade de Aplicação: 3390 - Transferências a Consórcios Públicos
Vínc. p/Fonte Rec.: - 010000 - Recursos Ordinários R\$1.000,00
T O T A L R\$1.000,00

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a abrir crédito adicional especial no orçamento em vigor da unidade gestora Fundo de Desenvolvimento do Turismo

- FUNDETUR, na importância de R\$1.000,00 (mil reais), por conta do produto oriundo da anulação de que trata o art. 7º, desta Lei, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 12000 - Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte
Unidade Orçamentária: 12002 - Diretoria de Políticas de Turismo
Projeto/Atividade: 236950110.2053 - Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico
Modalidade de Aplicação: 3391 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos
Vínc. p/Fonte Rec.: - 010000 - Recursos Ordinários R\$1.000,00
T O T A L R\$1.000,00

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, em 16 de maio de 2013.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.560, de 19 de Julho de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.560, DE 19 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE VEÍCULO DO MUNICÍPIO DE POMERODE AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

ROLF NICLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.931.550/0001-51, situada à Rua Visconde de Ouro Preto n.º 549, Florianópolis/SC, uma viatura para uso exclusivo do Pelotão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, sediado no Município de Pomerode com as seguintes características:

I - Um Automóvel, VW/NOVO GOL 1.6 HIGHLINE, Renavan n.º 539383635, Chassi nº 9BWAB45U6ET027930, ano/modelo 2013/2014, combustível álcool/gasolina, Cor Branca, Placa MMJ - 8173, com todos os equipamentos obrigatórios.

Parágrafo Único. O veículo objeto desta Lei deverá ter seu uso destinado exclusivamente a execução dos serviços de policiamento ostensivo motorizado pelo Pelotão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, sediado no Município de Pomerode, ficando a cessionária responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução do serviço e pelo bom uso do equipamento.

Art. 2º As despesas decorrentes da manutenção, conservação, licenciamento e de sua utilização, correrão à conta da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Art. 3º A Cessão de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo determinado de 10 (dez) anos, e poderá ser rescindida em qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente e na Portaria nº 407, de 27 de abril de 2011 do DENATRAN.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE POMERODE, 19 de julho de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 248, de 27 de Fevereiro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 248, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE REAJUSTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, E ATUALIZA O VALOR DO VALE-ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO TRANSPORTE.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 62, I e III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a título de reajuste geral das remunerações dos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, a partir de 1º de janeiro de 2013, o percentual de 7,00% (sete por cento).

§ 1º. O índice de reajuste de que trata este artigo, estende-se aos proventos dos servidores inativos e às pensões pagas pelo FAP, pelo mesmo período mencionado no caput deste artigo;

§ 2º. O reajuste correspondente a 7,00% (sete por cento), refere-se ao índice do INPC/IBGE acumulado no período de janeiro a dezembro de 2012, atinentes a 6,20% (seis vírgula vinte por cento), e mais 0,80% (zero vírgula oitenta por cento), referente as perdas salariais de exercícios anteriores.

Art. 2º. É fixado em R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) o valor do vale-alimentação concedido aos servidores ativos do Poder Executivo, suas autarquias e fundações, por mês.

Art. 3º. É fixado em R\$ 70,00 (setenta reais) o valor do auxílio-transporte concedido aos servidores ativos do Poder Executivo, suas autarquias e fundações, respeitada a proporcionalidade efetiva de dias trabalhados, com base na Lei Complementar n.º 74, de 05/12/2001, a partir de 01º de janeiro de 2013.

Art. 4º. O valor correspondente a diferença apura, quando da aplicação do percentual e dos valores reajustados, de que tratam os artigos anteriores, referente ao mês de janeiro de 2013, serão contemplados no mês de fevereiro de 2013.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE,

em 27 de fevereiro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 249, de 18 de Abril de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 249, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 219, DE 30 DE SETEMBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 62, I e III da Lei Orgânica do

Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Em razão do que dispõe o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, os dispositivos abaixo, todos da Lei Complementar nº 219/2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

§ 1º

I - 1 (um) integrante, servidor público efetivo estável, com conhecimento na área de trânsito que tenha, no mínimo, concluído o nível médio de ensino;

II - 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impõe a penalidade;

III - 1 (um) representante da entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.”

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 18 de abril de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 250, de 10 de Maio de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 250, DE 10 DE MAIO DE 2013.

CRIA, EXTINGUE, ALTERA NÚMERO E REFERÊNCIA DE CARGOS JUNTO AO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 62, I e III da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os cargos de Gari, Guarda de Trânsito e Lixeiro, todos do Anexo I; Eletricista de Manutenção/Encanador, Operador de Roçadeira e Pintor, todos do Anexo II; Auxiliar de Enfermagem do Anexo III; e Artesão do Anexo V, todos da Lei Complementar nº 85, de 07 de fevereiro de 2003, serão considerados extintos na medida em que vagarem, sendo que os servidores atualmente providos nos mesmos terão direito à progressão funcional conforme a tabela de vencimentos do Anexo a que pertencem.

Art. 2º Fica criado o cargo de Eletricista/Encanador (duas vagas), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e o cargo de Agente de Trânsito (seis vagas), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e passam a integrar o Anexo IV, da Lei Complementar nº 85, de 07 de fevereiro de 2003.

Art. 3º Fica criado o cargo de Médico do Trabalho (uma vaga), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e passa a integrar o Anexo VIII, da Lei Complementar nº 85, de 07 de Fevereiro de 2003.

Art. 4º A categoria funcional, a denominação dos cargos, as atribuições e os requisitos para o provimento dos cargos criados nos artigos 3º e 4º encontram-se descritas no Anexo da presente Lei.
Art. 5º As atribuições e os requisitos para o provimento dos cargos de Auxiliar de Manutenção e Técnico em Segurança do Trabalho, criados pela Lei Complementar nº 172, de 1º de julho de 2009, são as descritas no Anexo da presente Lei.

Art. 6º O Anexo XI passa a denominar-se Anexo XII, Grupo 12.

Art. 7º Fica alterado o “caput” do Artigo 4º da Lei Complementar nº 85, de 07 de fevereiro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º A carreira do Servidor Público Municipal é integrada pelos cargos de provimento efetivo, organizados em 12 (doze) grupos e estruturada em 10 (dez) classes. As carreiras ficam organizadas em grupos de cargos dispostos de acordo com a natureza profissional e a ordem de complexidade de suas atribuições, guardando correlação com as finalidades do órgão”.

Art. 8º Fica criado o Anexo XI, Grupo 11, iniciado pela referência 96, integrado pelo cargo de Médico Cardiologista, cargo este que deixa de integrar o anexo VIII.

Art. 9º Ficam alterados o número de vagas dos cargos em seus respectivos anexos para:

I - 25 (vinte e cinco) o número de vagas para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 80 (oitenta) o número de vagas para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar e, 15 (quinze) o número de vagas para o cargo Zelador de Escola, todos do Anexo I;

II - 70 (setenta) o número de vagas para o cargo de Auxiliar de Educação Infantil, 13 (treze) o número de vagas para o cargo de Roçador e 10 (dez) o número de vagas para o cargo Tratorista/Trator/Agrícola, todos do Anexo II;

III - 02 (duas) o número de vagas para o cargo de Educador Social, do Anexo III;

IV - 30 (trinta) o número de vagas para o cargo de Assistente Administrativo, 20 (vinte) o número de vagas para o cargo de Tratorista, 05 (cinco) o número de vagas para o cargo de Operador de Retro-escavadeira e 20 (vinte) o número de vagas para o cargo de Secretário de Escola, todos do Anexo IV;

V - 20 (vinte) o número de vagas para o cargo Técnico em Enfermagem, do Anexo V;

VI - 10 (dez) o número de vagas para o cargo Psicólogo, 10 (dez) o número de vagas para o cargo Assistente Social, 15 (quinze) o número de vagas para o cargo Tecnólogo Educacional, 03 (três) o número de vagas para o cargo Orientador de Atividade Física e 02 (duas) o número de vagas para o cargo Assistente Contábil, todos do Anexo VI;

VII - 10 (dez) o número de vagas para o cargo Cirurgião Dentista Comunitário, do Anexo X;

VIII - 12 (doze) o número de vagas para o cargo Médico Clínico Geral Comunitário, do Anexo XII.

Art. 10. VETADO.

Art. 11. As despesas decorrentes desta Lei Complementar ficam condicionadas à existência de dotação orçamentária, respeitados os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei da Responsabilidade Fiscal.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 10 de maio de 2013.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal

CARGOS E SALÁRIOS

TABELA DE VENCIMENTOS

ANEXO I

GRUPO 1

REFERENCIA	CLASSES
24	A
26	B

28			C
30			D
32			E
34			F
36			G
38			H
40			I
42			J
N ° de Vagas	Classes	Cargo	Carga Horária Semanal
25	A a J	Auxiliar de Serviços Gerais	40 Horas
80	A a J	Auxiliar de Serviços Gerais Escolares	40 horas
02	A a J	Rampeiro/Borracheiro	40 Horas
50	A a J	Servente	40 Horas
04	A a J	Telefonista	30 Horas
10	A a J	Vigia	40 Horas
15	A a J	Zelador de Escola	40 Horas
20	A a J	Recepcionista	40 Horas

ANEXO II

GRUPO 2

REFERENCIA		CLASSES	
28		A	
30		B	
32		C	
34		D	
36		E	
38		F	
40		G	
42		H	
44		I	
46		J	
Nºde Vagas	Classes	Cargo	Carga Horária Semanal
70	A a J	Auxiliar de Educação Infantil	40 Horas
03	A a J	Calceteiro	40 horas
02	A a J	Eletricista de veículos	40 Horas
02	A a J	Inseminador	40 Horas
07	A a J	Motorista	40 Horas
05	A a J	Pedreiro	40 Horas
13	A a J	Roçador	40 Horas
10	A a J	Tratorista/Trator/ Agrícola	40 Horas

ANEXO III

GRUPO 3

REFERENCIA	CLASSES
32	A
34	B
36	C
38	D
40	E
42	F
44	G
46	H
48	I
50	J

N ° de Vagas	Classes	Cargo	Carga Horária Semanal
10	A a J	Atendente de Biblioteca	40 Horas
12	A a J	Atendente em Consultório Dentário(ACD)	40 horas
06	A a J	Motorista de Ambulância	40 Horas
15	A a J	Motorista de Caminhão I	40 Horas
02	A a J	Educador Social	40 Horas
06	A a J	Auxiliar de Manutenção	40 Horas

ANEXO IV GRUPO 4

REFERENCIA		CLASSES	
38		A	
40		B	
42		C	
44		D	
46		E	
48		F	
50		G	
52		H	
54		I	
56		J	
Nº de Vagas	Classes	Cargo	Carga Horária Semanal
02	A a J	Eletricista/Enca-nador	40 Horas
06	A a J	Agente de Trân-sito	40 Horas
30	A a J	Assistente Admi-nistrativo	40 Horas
20	A a J	Tratorista	40 horas
05	A a J	Operador de Retro-Escavadeira	40 horas
20	A a J	Secretário de Escola	40 Horas
07	A a J	Motorista de Caminhão II	40 Horas

ANEXO V GRUPO 5

REFERENCIA		CLASSES	
41		A	
43		B	
45		C	
47		D	
49		E	
51		F	
53		G	
55		H	
57		I	
59		J	
N ° de Vagas	Classes	Cargo	Carga Horária Semanal
01	A a J	Desenhista	40 Horas
04	A a J	Fiscal de Posturas	40 Horas
04	A a J	Fiscal de Tributos	40 Horas

04	A a J	Fiscal de Vigilância Sanitária	40 Horas
06	A a J	Mecânico	40 Horas
01	A a J	Soldador	40 horas
20	A a J	Técnico em Enfermagem	40 horas
01	A a J	Técnico em Agrimensura	40 Horas
05	A a J	Técnico em Higiene Bucal	40 Horas
02	A a J	Técnico em Informática	40 Horas
02	A a J	Técnico em Segurança do Trabalho	40 Horas
02	A a J	Técnico em Vigilância Sanitária	40 Horas

ANEXO VI GRUPO 6

REFERENCIA		CLASSES	
55		A	
57		B	
59		C	
61		D	
63		E	
65		F	
67		G	
69		H	
71		I	
73		J	
N ° de Vagas	Classes	Cargo	Carga Horária Semanal
01	A a J	Analista de Departamento Pessoal	40 Horas
01	A a J	Arquiteto	40 Horas
10	A a J	Assistente Social	40 horas
15	A a J	Enfermeiro	40 horas
04	A a J	Engenheiro Civil	40 horas
03	A a J	Farmacêutico	40 Horas
02	A a J	Nutricionista	40 Horas
10	A a J	Psicóloga	40 Horas
01	A a J	Turismólogo	40 Horas
03	A a J	Bibliotecário	40 horas
02	A a J	Fonoaudiólogo	40 horas
02	A a J	Técnico Desportivo	40 Horas
15	A a J	Tecnólogo Educacional	40 Horas
01	A a J	Engenheiro Agrônomo	40 Horas
01	A a J	Assistente Financeiro	40 Horas
02	A a J	Fiscal de Posturas	40 Horas
01	A a J	Fiscal de Tributos	40 Horas
02	A a J	Fiscal de Vigilância Sanitária	40 Horas
03	A a J	Orientador de Atividade Física	40 horas
02	A a J	Assistente Contábil	40 horas
01	A a J	Terapeuta Ocupacional	40 horas

ANEXO VII

GRUPO 7

REFERENCIA		CLASSES	
66		A	
68		B	
70		C	
72		D	
74		E	
76		F	
78		G	
80		H	
82		I	
84		J	
N ° de Vagas	Classes	Cargo	Carga Horária Semanal
08	A a J	Cirurgião Dentista	20 Horas
03	A a J	Médico Veterinário	40 Horas

ANEXO VIII
GRUPO 8

REFERENCIA		CLASSES	
82		A	
84		B	
86		C	
88		D	
90		E	
92		F	
94		G	
96		H	
98		I	
100		J	
N ° de Vagas	Classes	Cargo	Carga Horária Semanal
01	A a J	Médico do Tra- balho	20 horas
08	A a J	Médico Clínico Geral	20 horas
02	A a J	Médico Ginecolo- gista/obstetra	20 horas
01	A a J	Médico Neurolo- gista	20 horas
01	A a J	Médico Oftalmo- logista	20 horas
01	A a J	Médico Ortope- dista	20 horas
01	A a J	Médico Otorrino- laringologista	20 horas
01	A a J	Médico Urologista	20 horas
01	A a J	Médico Geriatra	20 horas
03	A a J	Médico Pediatra	20 horas
01	A a J	Médico Infecto- logista	20 horas
02	A a J	Contador	40 horas

ANEXO IX
GRUPO 9

REFERENCIA	CLASSES
88	A
90	B
92	C
94	D
96	E
98	F

100		G	
102		H	
104		I	
106		J	
N ° de Vagas	Classes	Cargo	Carga Horária Semanal
02	A a J	Procurador Municipal	40 Horas

ANEXO X
GRUPO 10

REFERENCIA		CLASSES	
90		A	
92		B	
94		C	
96		D	
98		E	
100		F	
102		G	
104		H	
106		I	
108		J	
N ° de Vagas	Classes	Cargo	Carga Horária Semanal
10	A a J	Cirurgião Dentista Comunitário	40 Horas

ANEXO XI
GRUPO 11

REFERENCIA		CLASSES	
96		A	
98		B	
100		C	
102		D	
104		E	
106		F	
108		G	
110		H	
112		I	
114		J	
N ° de Vagas	Classes	Cargo	Carga Horária Semanal
01	A a J	Médico Cardiologista	30 Horas

ANEXO XII
GRUPO 12

REFERENCIA		CLASSES	
105		A	
107		B	
109		C	
111		D	
113		E	
115		F	
117		G	
119		H	
121		I	
123		J	
N ° de Vagas	Classes	Cargo	Carga Horária Semanal
01	A a J	Médico Psiquiatra	40 Horas

12	A a J	Médico Clínico Geral Comunitário	40 Horas
----	-------	-------------------------------------	----------

DESCRIÇÃO DOS CARGOS

Agente de Trânsito

Requisitos Mínimos exigidos

Ensino Médio; CNH categoria AB.

Atribuições do Cargo

Orientar e prestar informações a qualquer cidadão sobre normas de trânsito; inspecionar e exercer a fiscalização relativa à observância das leis e normas regulamentadoras, relativas ao código de Trânsito; autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis e demais ocorrências previstas na legislação, notificando os infratores, conforme preconiza o Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações vigentes municipais, estaduais e federais; estabelecer, cumprir e fazer cumprir, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito; prestar colaboração a outros entes e órgãos públicos, como Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual e outros órgãos do poder judiciário; conduzir veículo automotor, quando necessário, de modo a facilitar seu deslocamento; operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando autorizado e necessário ao exercício de suas atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; zelar pelo cumprimento da legislação e normas de trânsito, planejando e operando o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, visando promover o desenvolvimento da circulação e da segurança nas vias e logradouros públicos; comunicar ao órgão competente as irregularidades porventura constatadas; atuar diretamente no trânsito, operacionalizando desvios, providenciando guincho para rebocar veículos; colocar sinalizações de alerta e emergência (cones, fita de isolamento, cabos, placas, cavaletes e outros equipamentos); promover medidas de reorientação do trânsito em casos de acidentes, alagamentos e modificações temporárias da circulação; executar a fiscalização de veículos que fazem o transporte regulamentado pelo município, como por exemplo, transporte escolar, transporte coletivo de passageiros, táxi, ciclomotores; fiscalizar e promover a retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade ou que possa gerar transtornos à sinalização viária, ou que venha obstruir ou interromper a livre circulação ou comprometer a segurança do trânsito; auxiliar através de apoio operacional/fiscalização na realização de eventos em vias públicas por parte da comunidade, órgãos públicos e outros, mediante solicitação e autorização prévia do órgão de trânsito competente; efetuar vistorias e análises das solicitações relativas ao sistema de trânsito e de transportes, bem como das necessidades dos projetos correspondentes; contribuir com o levantamento de dados e de sinalização na área de trânsito e de transportes; elaborar estatística anual de índice de acidentes de trânsito no município, elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas; efetuar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escolta e transporte de carga indivisível; participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão de trânsito; auxiliar na promoção da melhoria da qualidade de vida da população coordenando e executando programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; contribuir

com treinamentos e palestras para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos da instituição e outras entidades; participar de grupos de trabalhos e/ ou

reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao município; atender reclamações, prestar esclarecimentos e receber denúncias apresentadas por munícipes com relação aos serviços de trânsito e de transportes; cumprir escalas de trabalho determinadas pelo seu superior hierárquico; e, executar outras atividades correlatas.

Auxiliar de Manutenção

Requisitos Mínimos exigidos

Ensino Fundamental; CNH categoria AB.

Atribuições do Cargo

Executar manutenções hidráulicas, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; realizar manutenção de carpintaria e marcenaria, consertando móveis, substituindo e ajustando portas e janelas, trocando peças e reparando pisos e assoalhos; realizar reparos em telhados, limpeza de calhas e de caixas de água; conservar alvenaria e fachadas e recuperar pinturas; impermeabilizar superfícies, lavando, preparando e aplicando produtos; montar equipamentos de trabalho e segurança, inspecionando o local e instalando peças e componentes em equipamentos; executar serviços gerais (conserto de portas e janelas, entre outros); conduzir veículo automotor, quando necessário, de modo a facilitar seu deslocamento; trabalhar seguindo as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.

Eletricista/Encanador

Requisitos Mínimos exigidos

Ensino Fundamental, com curso específico na área; CNH categoria AB.

Atribuições do Cargo

Instalar e reparar instalações elétricas internas e externas dos diversos prédios pertencentes ao Município de Pomerode; levantar e preparar materiais elétricos necessários para realização dos serviços; efetuar instalações ou modificações na rede, visando mantê-la em condições de uso; fazer instalações de encanamentos em geral, instalar condutores de água e esgoto; efetuar consertos em aparelhos sanitários em geral, caixas de descarga, pias, banheiros, desobstruir e consertar instalações sanitárias, em certos casos, reparar cabos, mangueiras, desobstruir entupimentos, manutenção de encanamentos, manutenção de encanamentos de redes de água; conduzir veículo automotor, quando necessário, de modo a facilitar seu deslocamento; e, executar tarefas correlatas ao cargo.

Médico do Trabalho

Requisitos Mínimos exigidos

Diploma de Curso Universitário de Graduação em Medicina, oficialmente expedido por Instituição de Ensino Superior, existente no país; e Especialização em Medicina do Trabalho, fixado na forma da Lei Estadual nº 15.050 de 12/04/2006; Registro no Conselho Regional de Medicina; CNH categoria B.

Atribuições do Cargo

Realizar avaliação clínica (admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho e outros) de todos os servidores públicos; prestar quando possível, o primeiro atendimento em casos de urgência de acidentes de trabalho; elaborar e executar programas de proteção à saúde dos trabalhadores; participar de campanhas de prevenção aos acidentes de trabalho; definir os exames complementares solicitados, conforme as NR's; proceder a realização de exame médico para constatação ou não de doenças profissionais; propor medidas que visem maior segurança do trabalho e a correção de fatores nocivos à higiene ambiental; realizar estudos e campanhas educativas visando a redução de incidência de acidentes e doenças profissionais; requisitar, analisar e interpretar os resultados dos exames e diagnósticos complementares; esclarecer e orientar os servidores públicos quanto ao diagnóstico e prescrição de medicamentos; supervisionar, orientar e executar campanhas educativas dos servidores públicos, a fim de reduzir a incidência de acidentes e de doenças profissionais; emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; apresentar relatórios periódicos de suas atividades; realizar estudos em inquéritos sobre os níveis de saúde do servidor e sugerir medidas; supervisionar, coordenar e/ou assessorar atividades inerentes ao cargo; respeitar a ética médica; realizar os procedimentos de readaptação funcional instruindo a administração da instituição para mudança de atividades do servidor; participar juntamente com outros profissionais, da elaboração e execução de programas de proteção à saúde do servidor,

analisando em conjunto os riscos, as condições de trabalho, os fatores de insalubridade, de fadiga e outros; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; apresentação de relatórios semestrais das atividades para análise; conduzir veículo automotor, quando necessário, de modo a facilitar seu deslocamento; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associada ao cargo.

Técnico em Segurança do Trabalho**Requisitos Mínimos Exigidos**

Curso Técnico em Segurança do Trabalho com o devido registro no Ministério do Trabalho; CNH categoria AB.

Atribuições do Cargo

Orientar e coordenar o sistema de segurança do trabalho, investigando riscos e causas de acidentes, analisando política de prevenção; inspecionar locais, instalações e equipamentos da instituição e determinar fatores de riscos e de acidentes; propor normas e dispositivos de segurança, sugerindo eventuais modificações nos equipamentos e instalações e verificando sua observância, para prevenir acidentes; inspecionar os sistemas de combate a incêndios e demais equipamentos de proteção; elaborar relatórios de inspeções qualitativas e quantitativas, conforme o caso; registrar em documento próprio a ocorrência do acidente de trabalho; manter contato junto aos serviços médico e social da instituição para o atendimento necessário aos acidentados; investigar acidentes ocorridos, examinar as condições, identificar suas causas e propor as providências cabíveis; elaborar relatórios técnicos, periciais e de estatísticas de acidentes; orientar os funcionários da instituição no que se refere à observância das normas de segurança; promover e ministrar treinamentos sobre segurança e qualidade de vida no trabalho; promover campanhas e coordenar a publicação

de material educativo sobre segurança e medicina do trabalho; participar de programa de treinamento, quando convocado; participar de reuniões de trabalho relativas a sua área de atuação; executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos de medição e de programas de informática; conduzir veículo automotor, quando necessário, de modo a facilitar seu deslocamento; executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

Lei Complementar Nº 251 de 22 de Maio de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 251 DE 22 DE MAIO DE 2013.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 181, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 62, I e III da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os dispositivos abaixo indicados, da Lei Complementar nº 181, de 25 de novembro de 2009, que "DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE POMERODE E CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º

XIV - Gerência de Trânsito de Pomerode - GETRAN;

XXVI - Representante dos Engenheiros e Arquitetos com registro no sistema CREA/CAU;"

"Art. 5º

X - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina."

"Art. 6º

X - Gerência de Trânsito de Pomerode - GETRAN."

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta do orçamento em vigor.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 22 de maio de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 252 de 05 de Junho de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 252 DE 05 DE JUNHO DE 2013.

REVOGA O INCISO X DO ARTIGO 252 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 75, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso da atribuição que me confere o artigo 62, I e III da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogado o inciso X do artigo 252 da Lei Complementar nº 75 de 12 de dezembro de 2001, que "Institui o Código Tributário do Município de Pomerode".

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE POMERODE, 05 de junho de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 253, de 24 de Junho de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 253, DE 24 DE JUNHO DE 2013.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 50, ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO, ALTERA O INCISO I E CRIA O INCISO IV DO PARÁGRAFO ÚNICO, TODOS DO MENCIONADO ARTIGO 50 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 74/2001, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso da atribuição que me confere o artigo 62, I e III da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 50 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 50. A Administração poderá autorizar a cessão de servidor efetivo, com ou sem ônus para a origem, para o exercício de cargo nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista do Município, do Estado de Santa Catarina ou em órgão da Administração Federal ou Estadual.

Parágrafo Único. Constitui condição para a cessão:

I - obrigatoriedade de contribuir para o RPS/FAP sobre a remuneração de contribuição disposta em legislação específica, cujo ônus será do cedente ou do cessionário;

II -

III -

IV - existência de convênio firmado entre cedente e cessionário.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 24 de junho de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.551 e 20 de Junho de 2013.

LEI Nº 2.551 E 20 DE JUNHO DE 2013.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA CÂMARA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei ordinária:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a anular dotações do orçamento em vigor da Câmara por destinação de recursos no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 001 - Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 01.031.0010.2001 - Manutenção das Ativ. Legislativas

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários

R\$ 300.000,00

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários

R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 400.000,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a suplementar no orçamento em vigor na Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, na importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), por conta do produto oriundo da

anulação de que trata o art. 1º, desta Lei, conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Projeto/Atividade: 22.661.150.2029 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Elemento: 44900.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários

R\$ 400.000,00

TOTAL R\$ 400.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 21 de junho de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.552, de 21 de Junho de 2013.

LEI Nº 2.552, DE 21 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA FINS DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE SILO RADUENZ E ALETA VOLKMANN RADUENZ, LOCALIZADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, TESTO CENTRAL, PARA INSTALAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DO SENAI NO MUNICÍPIO DE POMERODE, DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA PELO DECRETO Nº 2701, DE 06 DE SETEMBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir bem imóvel mediante compra ou desapropriação para atender o interesse público municipal, no que tange a finalidade de instalação da nova sede da Escola Técnica do SENAI, que beneficiará, em especial, toda a comunidade de Pomerode, atendendo ao interesse público, beneficiando e oportunizando a profissionalização da mão de obra dos municípios, com a devida autorização legislativa, nos seguintes termos:

Parágrafo Único. Imóvel de propriedade de SILO RADUENZ E ALETA VOLKMANN RADUENZ, situado neste município de Pomerode, na RUA 15 DE NOVEMBRO, em Testo Central, contendo área de VINTE E TRÊS MIL SETECENTOS E QUARENTA E UM METROS E TRINTA E CINCO DECÍMETROS QUADRADOS (23.741,35m²), de forma irregular, fazendo FRENTE em cento e sessenta e oito metros (168,00m), com o lado impar da Rua 15 de Novembro; nos FUNDOS extrema em três (3) linhas, a partir do lado direito: a primeira de trinta e dois metros e cinquenta centímetros (32,50m), a segunda de vinte e quatro metros e trinta centímetros (24,30m) e a terceira de cinquenta e três metros (53,00m), todas com a margem direita do Ribeirão Souto; extremado pelo lado direito em sete (7)

linhas, a partir da frente: a primeira de trinta e um metros e trinta centímetros (31,30m), a segunda de setenta e oito metros (78,00m), a terceira de cinquenta e um metros e vinte centímetros (51,20m), a quarta de vinte e seis metros e setenta centímetros (26,70m), a quinta de vinte e nove metros (29,00m) a sexta de trinta e seis metros e cinquenta centímetros (36,50m) e a sétima de vinte e sete metros e dez centímetros (27,10m), todas com a margem direita do Ribeirão Souto; e; pelo lado esquerdo, extrema em trezentos e sessenta e um metros (361,00m) com terras de Aristor Greuel; distando do lado direito, 11.160 metros da esquina formada pela rua 15 de Novembro com a Rua Paulo Zimmermann. Edificado com uma casa enxaimel de nº 11.203, matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Pomerode sob o nº 8.462, Avaliado pela média de 3 (três) avaliações no valor de R\$ 976.666,66 (Novecentos e setenta e seis mil, seiscentos e

sessenta e seis reais, sessenta e seis centavos).

Art. 2º A aquisição do imóvel descrito no artigo anterior será realizada para atender a enorme demanda de alunos junto a Escola Técnica do SENAI, atualmente localizada à Rua Heinrich Passold, Centro/Pomerode, local que não atende mais o grande número de alunos, disponibilizando, com a aquisição, aumento do número de vagas com a construção da nova sede da Escola Técnica do SENAI.

Art. 3º Mediante acordo com os proprietários do imóvel SILO RADUENZ E ALETA VOLKMANN RADUENZ, ficou convencionado o preço de R\$ 850.000,00 (Oitocentos e cinquenta mil Reais), para compra do imóvel descrito no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º Para a especificação, aplicação e execução desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a despesa com base nas dotações vigentes do Orçamento 2013.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 20 de junho de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.553 e 24 de Junho de 2013.

LEI Nº 2.553 E 24 DE JUNHO DE 2013.

FICA PROIBIDA A INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SINALIZADORES DE COMBUSTÃO E SIMILARES EM AMBIENTES FECHADOS COMO CLUBES, DANCETERIAS E SIMILARES.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei ordinária:

Art. 1º Fica proibida a instalação e utilização de sinalizadores de combustão e similares, bem como, de qualquer outro produto ou equipamento que possa de algum modo facilitar a ocorrência de incêndios e explosões em ambientes como clubes, danceterias, discotecas e similares, que ofereçam e realizem atividades de lazer ou similares ao público, no território municipal.

Art. 2º A administração Municipal com o apoio das entidades e órgãos de segurança pública local regulamentará a presente lei, definindo inclusive a realização de ações fiscalizadoras regulares e a aplicação de sanções administrativas.

Art. 3º As despesas desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 24 de junho de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.554 de 03 de Julho de 2013.

LEI Nº 2.554 DE 03 DE JULHO DE 2013.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA UNIDADE GESTORA DA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município,

faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei ordinária:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a anular dotações do orçamento em vigor da Secretaria de Obras e Serviços Públicos por destinação de recursos no valor de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.451.0070.1010 - Reurbanização de Praças e Ruas

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
R\$ 150.000,00

Projeto/Atividade: 17.512.0070.1014 - Construção e Ampliação do Sistema de Tratamento do Esgoto Sanitário

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
R\$ 105.000,00

Projeto/Atividade: 26.782.0070.2020 - Manutenção da Secretaria de Obras

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
R\$ 195.000,00

TOTAL R\$ 450.000,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a suplementar no orçamento em vigor na Unidade Gestora da Prefeitura por destinação de recursos, na importância de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais), por conta do produto oriundo da anulação de que trata o art. 1º, desta Lei, conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Projeto/Atividade: 22.661.150.2029 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
R\$ 450.000,00

TOTAL R\$ 450.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 03 de julho de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Nº 2.555 de 17 de Julho de 2013

LEI Nº 2.555 DE 17 DE JULHO DE 2013

ANULA TOTALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado,

a anular totalmente dotação do orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura, na importância de R\$200.000,00 (duzentos mil), de acordo com a especificação a seguir:

Órgão: 07000 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

Unidade Orçamentária: 00001 - - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

Projeto/Atividade: 12.361.040.2012 - Apoio a Associação dos Pais e Professores - APPS

Modalidade de Aplicação: 3350 - Transferências a instituições Privadas sem fins lucrativos

Vínc. p/ Fonte Rec.: 1010000 - Rec. Impostos e de Transf. Impostos - Educação

R\$200.000,00

T O T A L R\$200.000,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura, na importância de R\$200.000,00 (duzentos mil), de acordo com a especificação a seguir:

Órgão: 07000 - Secretaria de Educação e Formação Empreend.

Unidade Orçamentária: 00001 - - Secretaria de Educação e Formação Empreend.

Projeto/Atividade: 12.361.040.2010 - Manutenção e Desenv. do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 33900.00 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte Rec.:1010000 - Rec. Impostos e de Transf. Impostos - Educação

R\$140.000,00

Órgão: 07000 - Secretaria de Educação e Formação Empreend.

Unidade Orçamentária: 00001 - - Secretaria de Educação e Formação Empreend.

Projeto/Atividade: 12.365.040.2015 - Manutenção de Atividades de Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 33900.00 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte Rec.:1010000 - Rec. Impostos e de Transf. Impostos - Educação

R\$60.000,00

T O T A L R\$200.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, em 17 de julho de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.529, de 27 de Fevereiro de 2013.

LEI ORDINÁRIA N° 2.529, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013.

AUTORIZA SUBVENÇÃO SOCIAL À ASSOCIAÇÃO PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE POMERODE - APAE - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2013, à Associação Pais E Amigos Dos Excepcionais De Pomerode - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.788.661/0001-50, com sede à Rua Alberto Spredemann, 200, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 123.900,00 (Cento e vinte e três mil e novecentos Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando, a prestação de ensino de qualidade e bem estar aos alunos.

Art. 2º A Associação Pais E Amigos Dos Excepcionais De Pomerode - APAE, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação, pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 27 de fevereiro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.530, de 27 de Fevereiro de 2013.

LEI ORDINÁRIA N° 2.530, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013.

AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA AO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de contribuição financeira, no exercício financeiro de 2013, ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Pomerode, inscrito no CNPJ sob nº 01.196.552/0001-80, com sede à Rua Hermann Weege, 2121, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 97.650,00 (Noventa e sete mil, seiscentos e cinquenta Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da corporação, objetivando, a prestação de serviços à comunidade pomerodense.

Art. 2º O Corpo de Bombeiros Voluntários de Pomerode, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação, pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 27 de fevereiro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.531, de 27 de Fevereiro de 2013.

LEI ORDINÁRIA N° 2.531, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013.

AUTORIZA SUBVENÇÃO SOCIAL À SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA MARIA MADALENA POSTEL - CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2013, à Sociedade Beneficente Santa Maria Madalena Postel - Centro Educacional Nossa Senhora De Fátima, inscrita no CNPJ sob nº 51.382.422/0003-71, com sede à Avenida 21 de Janeiro, 1470, Pomerode/SC, no valor de até R\$ 120.750,00 (Cento e vinte mil, setecentos e cinquenta Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando, a prestação de ensino de qualidade e bem estar aos alunos.

Art. 2º A Sociedade Beneficente Santa Maria Madalena Postel - Centro Educacional Nossa Senhora De Fátima, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação, pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 27 de fevereiro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.532, de 27 de Fevereiro de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.532, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013.

AUTORIZA SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE - HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO -, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social, no exercício financeiro de 2013, à Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode - Hospital e Maternidade Rio do Testo, inscrita no CNPJ sob nº 85.461.093/0005-38, com sede em Pomerode/SC, no valor de até R\$ 1.465.000,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e cinco mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando a prestação de serviços na área de saúde à comunidade pomerodense.

Art. 2º A Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode - Hospital e Maternidade Rio do Testo, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação, pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 27 de fevereiro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.533, de 20 de Março de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.533, DE 20 DE MARÇO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESA COM INDENIZAÇÃO POR EXTRAÇÃO MINERAL NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a pagar indenização aos proprietários dos seguintes imóveis, pela média de saibro extraído, levantada pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos - SEOSP:

I - DALILA JANDRE e INGOBERT JANDRE, CPF nº 983.755.989-68 e CPF nº 290.909.629-72, respectivamente, usufrutuários do imóvel sob matrícula nº 8.268 junto ao Ofício do Registro de Imóveis de Pomerode, no valor de R\$ 2.519,00 (dois mil e quinhentos e dezenove reais) mensais;

II - VALMOR RAHN, CPF nº 076.926.339-91, proprietário do imóvel sob matrícula nº 3.206 junto ao Ofício do Registro de Imóveis de Pomerode, no valor de R\$ 1.402,61 (um mil, quatrocentos e dois reais e sessenta e um centavos) mensais;

III - RAIMUNDO RAHN e ELFI RAHN, CPF nº 309.130.399-34 e CPF nº 749.590.699-53, respectivamente, proprietários do imóvel sob matrícula nº 4.162 junto ao Ofício do Registro de Imóveis de Pomerode, no valor de R\$ 1.402,61 (um mil e quatrocentos e dois reais e sessenta e um centavos) mensais;

IV - ELSIRA DAHLKE, CPF nº 290.913.229-34, proprietária do imóvel sob matrícula

nº 352 junto ao Ofício do Registro de Imóveis de Pomerode, no valor de R\$ 1.402,61 (um mil e quatrocentos e dois reais e sessenta e um centavos) mensais;

V - NOBERTO GLATZ e GUISELA GLATZ, CPF nº 068.959.649-91 e CPF nº 421.397.169-49, respectivamente, proprietários dos imóveis sob matrículas nº 11.443 e 11.444 junto ao Ofício do Registro de Imóveis de Pomerode, no valor de R\$ 1.402,61 (um mil e quatrocentos e dois reais e sessenta e um centavos) mensais.

§ 1º A indenização de que trata o caput, refere-se à extração de saibro nas propriedades mencionadas, nas localidades de Wunderwald, Rega II e Vale do Selke, neste Município.

§ 2º A extração de saibro de que trata a presente lei fica condicionada às autorizações do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM nº 12/2001, DNPM nº 15/2001, DNPM nº 16/2001, Processo nº 48411-815282/2010-22, e às Licenças do Órgão Ambiental competente (FATMA), sendo estas, LAO 911/GELAU/2007, LAO 912/GELAU/2007.

Art. 2º A autorização do proprietário para extração e o pagamento da indenização de que trata a presente lei, serão reduzidos a termo e firmados pelo Município de Pomerode e pelos proprietários dos respectivos imóveis, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2013.

§ 1º No caso dos proprietários, mencionados no art. 1º, possuírem débitos com o Município de Pomerode, será realizada a respectiva compensação dos valores devidos com a indenização proveniente da extração de saibro.

§ 2º Todo o procedimento de compensação será realizado pela

Secretaria de Administração e Fazenda - SEAF.

Art. 3º Os gastos decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de Dotação Orçamentária do Orçamento vigente.

Art. 4º Fica revogada a Lei Municipal nº 2505, de 18 de maio de 2012.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 20 de março de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.534, de 20 de Março de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.534, DE 20 DE MARÇO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER, A TÍTULO DE ESTÍMULO ECONÔMICO, A EMPRESA NETZSCH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE MOAGEM LTDA, COM FULCRO NA LEI Nº 1225 DE 24 DE MAIO DE 1995, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar, a título de estímulo econômico à empresa NETZSCH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE MOAGEM LTDA, CNPJ/MF sob nº 07.389.050/0001-51, o serviço de destocamento, retirada de entulhos e limpeza do imóvel, com um volume total de 9.800 m³ (Nove mil e oitocentos metros cúbicos) e, serviço de terraplenagem e aterramento com volume de 33.000m³ (Trinta e três mil metros cúbicos), necessário para a instalação de sua sede própria, em imóvel de sua propriedade, inscrito sob Matrícula nº 12898, junto ao Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sem edificações, localizado à Rua Emílio Marquardt, s/nº, com área total de 26.750 m² (Vinte e seis mil, setecentos e cinquenta metros quadrados) que servirá para construção e ampliação do seu parque fabril.

§ 1º O início da execução dos serviços de terraplanagem e aterramento definidos no caput deste artigo ficam condicionados a aprovação pela FATMA, bem como, o atendimento das condições definidas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e da cidade de Pomerode, nos itens 3 e 4 do Parecer 001/2013.

§ 2º O benefício ora concedido, fica rigorosamente condicionado ao teor do disposto na Lei nº 1225, de 24 de maio de 1995, sob pena de revogação do benefício e cobrança dos serviços que vierem a ser executados pelo Município de Pomerode.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta do orçamento em vigor.

Art. 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 20 de março de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.535, de 08 de Março de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.535, DE 08 DE MARÇO DE 2013.

ALTERA A LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.962, DE 09 DE MARÇO DE 2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal

aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Em razão do que dispõe a Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, a qual altera os artigos 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, os dispositivos abaixo, todos da Lei nº 1.962/2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º

VIII - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como, adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos Membros do Conselho Tutelar do Município, observando, no entanto, as datas para eleição e posse estabelecidas pela Lei nº 12.696/2012;"

"Art. 19

§ 1º O Conselho Tutelar é órgão integrante da Secretaria de Cidades e Desenvolvimento Social."

"Art. 20 O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) Membros titulares, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º O Processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º A duração do mandato, a que alude o caput, será considerado a partir do processo de escolha unificado a ser realizado no ano de 2015.

§ 3º A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo unificado de escolha."

"Art. 20-A O mandato dos atuais Conselheiros Tutelares fica prorrogado até o dia 09 de janeiro de 2016, observando-se a processo de escolha unificado, disciplinado pela Lei nº 12.696/2012."

"Art. 22-A No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor."

"Art. 24

III - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - cobertura previdenciária, mediante a aplicação do disposto no artigo 9º, inciso V, alíneas "j" e "l", e § 15, inciso XV, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99;

VI - Licença maternidade, adotado o regime geral de previdência social, aplicando-se, o plano de benefícios respectivo;

VII - Licença paternidade, adotado o regime geral de previdência social, aplicando-se, o plano de benefícios respectivo.

"Art. 26 O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral."

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta do orçamento em vigor.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 08 de março de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.537, de 18 de Abril de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.537, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE POMERODE - ASSEUP -, E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de contribuição financeira, no exercício financeiro de 2013, à Associação dos Estudantes Universitários de Pomerode - ASSEUP-, inscrita no CNPJ sob nº 04.724.474/0001-37, com sede em Pomerode/SC, no valor de até R\$ 157.500,00 (Cento e cinquenta e sete mil e quinhentos Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da Associação, objetivando o transporte de seus associados às instituições de ensino superior, localizados nos municípios contíguos de Pomerode.

Art. 2º A Associação dos Estudantes Universitários de Pomerode - ASSEUP, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação, pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 18 de abril de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.538, de 18 de Abril de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.538, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

AUTORIZA SUBVENÇÃO SOCIAL A CASA DA SOLIDARIEDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social, no exercício financeiro de 2013, à Casa da Solidariedade, inscrita no CNPJ sob nº 03.249887/0001-44, com sede em Pomerode/SC, no valor de até R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando a prestação de serviços na recuperação de dependentes químicos.

Art. 2º A Casa da Solidariedade, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação, pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 18 de abril de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.539, de 18 de Abril de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.539, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO POMERODENSE DE AUTOMOBILISMO.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode; no uso da

atribuição que me confere o artigo 62, I e III da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica declarada da Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO POMERODENSE DE AUTOMOBILISMO, com sede na Rua Hermann Schwanke, n.º 90, Bairro Centro, Município de Pomerode, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 08.668.442/0001-12.

Art. 2º A presente declaração de Utilidade Pública tem amparo legal na Lei Municipal n.º 915 de 17/05/90.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 18 de abril de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.540 de 18 de Abril de 2013

LEI ORDINÁRIA Nº 2.540 DE 18 DE ABRIL DE 2013

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO, ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a conceder subvenção social no atual exercício, ao Hospital e Maternidade Rio do Testo, inscrito no CNPJ sob nº 85461093/0005-38, com sede em Pomerode - SC, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Parágrafo único - Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, ao custeio de despesas provenientes da manutenção das atividades da entidade, objetivando, a prestação de serviços de saúde à comunidade pomerodense.

Art. 2º - O Hospital e Maternidade Rio do Testo, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a anular parcialmente dotação do orçamento em vigor da Câmara Municipal de Vereadores, na importância de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 01000 - Câmara Municipal

Unidade Orçamentária: 01001 - Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 010310010.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade de Aplicação: 3190 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte Rec.: 010000 - Recursos Ordinários

R\$150.000,00

T O T A L R\$150.000,00

Art. 4º - Para pagamento da subvenção de que trata o art. 1º, desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da unidade gestora Prefeitura, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), por conta do produto resultante da anulação de que trata o art. 3º, desta Lei, de acordo com a descrição a seguir: Órgão: 11000 - Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 11001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 103010060.2044 - Subvenção para o Hospital e Maternidade Rio do Testo

Modalidade de Aplicação: 3350 - Transferências a Instituições

Privadas sem Fins Lucrativos
Vínc. p/ Fonte Rec.: 010000 - Recursos Ordinários
R\$150.000,00
T O T A L R\$150.000,00

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE,
em 18 de abril de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.541, de 18 de Abril de 2013.

LEI ORDINÁRIA N° 2.541, DE 18 DE ABRIL DE 2013.
CONCEDE CONTRIBUIÇÃO A FUNDAÇÃO HERMANN WEEGE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de contribuição, no exercício financeiro de 2013, à Fundação Hermann Weege, inscrita no CNPJ sob nº 83.495.929/0001-66, com sede em Pomerode/SC, no valor de até R\$ 124.500,00 (Cento e vinte e quatro mil e quinhentos Reais).
Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da fundação, objetivando, especificamente, a preservação e melhorias no zoológico.

Art. 2º A Fundação Hermann Weege, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 18 de abril de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.542, de 18 de Abril de 2013.

LEI ORDINÁRIA N° 2.542, DE 18 DE ABRIL DE 2013.
AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A IMPLANTAR O PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE CÁRIES E HIGIENE BUCAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a instituir o Programa Municipal de Prevenção de Cáries e Higiene Bucal com a obrigatoriedade da escovação dentária supervisionada, com utilização de dentífrico fluoretado para os alunos da Educação Infantil e da 1ª ao 5º ano do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Caberá a Secretaria Municipal de Saúde adotar os seguintes procedimentos:

I - utilizar os meios apropriados para orientar os alunos quanto à maneira correta de efetuar a escovação dentária com a utilização de dentífrico fluoretado.

II - fornecer o dentífrico fluoretado e as escovas dentais para os alunos das escolas envolvidas, na quantidade necessária.

III- controlar o armazenamento dos kits de higiene bucal em local

adequado para preservar sua integridade e higiene.

Art. 3º Caberá a Secretaria Municipal de Educação e Formação Empreendedora supervisionar a execução do programa de escovação nas escolas municipais.

Art. 4º As despesas desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE POMERODE, 18 de abril de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.543 de 16 de Maio de 2013.

LEI ORDINÁRIA N° 2.543 DE 16 DE MAIO DE 2013.
REGULA A REALIZAÇÃO DOS "PEDÁGIOS BENEFICENTES" DAS ENTIDADES DE POMERODE DENTRO DO PERÍMETRO URBANO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Esta lei institui regras, para realização de Pedágio Beneficente, objetivando a arrecadação de valores no perímetro urbano do município de Pomerode, em prol de entidades sem fins lucrativos com sede nesta cidade.

Art. 2º Todas as Entidades que quiserem realizar Pedágio, devem observar os seguintes critérios, apresentando a documentação inerente:

I - devem ser portadoras do Título de Utilidade Pública Municipal;

II - devem promover atividades filantrópicas, esportivas, culturais e educacionais, de caráter geral ou indiscriminado;

III - que estejam em efetivo e contínuo funcionamento nos 2 (dois) anos imediatamente anteriores, com a exata observância e cumprimento de seus respectivos estatutos.

IV - que estejam registradas em todos os órgãos competentes nas esferas federal, estadual e municipal. V- devem apresentar um plano de trabalho e de destinação dos valores a serem arrecadados no pedágio.

Art. 3º Todos os pedidos de reserva de datas, para realização do Pedágio Beneficente, devem ser encaminhados a GETRAN de Pomerode, com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência de sua realização.

§ 1º Os pedidos serão avaliados pela GETRAN, que emitirá parecer autorizando, ou não, a realização do Pedágio Beneficente, informando da decisão a Entidade solicitante.

§ 2º Além dos pedidos para reserva de datas, mencionado no caput deste artigo, devem as entidades, encaminhar até o final do ano anterior, sua intenção para realização do Pedágio Beneficente, para constar no calendário oficial de eventos do município.

§ 3º Os locais em que serão realizados os Pedágios Beneficentes serão definidos pela GETRAN com apoio da Polícia Militar.

§ 4º Cada entidade beneficente poderá realizar 01 (um) Pedágio Beneficente por ano, mediante controle e disponibilidade de trabalho dos agentes de fiscalização da GETRAN e Polícia Militar.

Art. 4º As entidades que queiram ser incluídas previamente, no Calendário Oficial do município de Pomerode, deverão encaminhar solicitação num prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 5º O Pedágio Beneficente deverá ser realizado com distribuição de adesivos para que, preferencialmente, os motoristas colemb

em seus veículos a indicação que já contribuíram com a campanha.

Parágrafo único. A organização do pedágio ficará por conta da entidade promotora e deverá ser amplamente divulgada pelos órgãos de mídia local, e com exibição de folders, cartazes ou similares nos locais de sua realização, para fins de identificação;

Art. 6º A responsabilidade pela fiscalização e controle do trânsito, no dia e local da realização do Pedágio Beneficente, será prestado pela GETRAN com apoio da Polícia Militar.

Art. 7º As entidades prestarão contas do valor arrecadado e sua destinação ao Poder Executivo através da GETRAN, e, para a Câmara Municipal, por meio de relatórios, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após realização do Pedágio Beneficente.

Parágrafo único. Não sendo observada a determinação do caput deste artigo, obsta a entidade de realizar, no ano subsequente, seu Pedágio Beneficente.

Art. 8º As Entidades que deixarem de observar os termos da presente lei, não serão autorizadas a realizar Pedágios Beneficentes, ou qualquer outra forma de arrecadação de valores nas vias públicas do município, sob pena de retirada imediata da via, com fulcro no art. 24 e 95 da Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro -, não lhe sendo emitida autorização para realizar Pedágio Beneficente futuro.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE POMERODE, 16 de maio de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.545 de 16 de Maio de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.545 DE 16 DE MAIO DE 2013.

DÁ DENOMINAÇÃO DE PONTE WILHELM KRUEGER.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica denominado como PONTE WILHELM KRUEGER a ponte localizada entre a rua Luiz Abry e Hermann Weege, no bairro Centro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE POMERODE, 16 de maio de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.546 de 22 de Maio de 2013

LEI ORDINÁRIA Nº 2.546 DE 22 DE MAIO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, OBJETIVANDO A PARCERIA ESTADO/MUNICÍPIO PARA O PROJETO PROERD E ALUNO GUIA.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 62, I e III, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulga a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio e Termos Aditivos com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando a Parceria Estado/Município para o projeto Proerd e Aluno Guia, objetivando respectivamente a conscientização das crianças

e adolescentes quanto aos efeitos negativos do uso de drogas lícitas e ilícitas; o fortalecimento da auto-estima com valorização ética, moral; a prevenção da criminalidade; integração dos alunos, pais e sociedade, para uso consciente e seguro do trânsito, com prioridade nas áreas escolares; a redução de riscos e acidentes de trânsito.

Art. 2º. Fica, ainda, o Poder Executivo Municipal autorizado a tomar as providências necessárias à execução do Convênio referido no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE,

em 22 de Maio de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.547, de 22 de Maio de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.547, DE 22 DE MAIO DE 2013.

AUTORIZA MUNICÍPIO DE POMERODE A MANTER CONTRATO COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA, MEDIANTE REPASSE FINANCEIRO PARA O ANO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a manter contrato com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, mediante repasse financeiro para o ano de 2013;

Art. 2º O valor de que trata o artigo anterior é no montante de R\$ 27.505,50 (Vinte e sete mil, quinhentos e cinco Reais e cinquenta centavos), dividido em 9 parcelas, com as devidas retenções tributárias, que serão pagos entre os meses de abril a dezembro de 2013.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando a prestação de serviços pelos profissionais aos pomerodenses.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 22 de maio de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.548, de 22 de Maio de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.548, DE 22 DE MAIO DE 2013.

AUTORIZA SUBVENÇÃO SOCIAL CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERNHEIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 62, I e III, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulga a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social, no exercício financeiro de 2013, ao Centro de Convivência Pommernheim, inscrita no CNPJ sob nº 02.667.539/0001-24, com sede em Pomerode/SC, no valor de até R\$ 40.000,00 (Quarenta mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando a prestação de serviços e albergamento de idosos pomerodenses.

Art. 2º O Centro de Convivência Pommernheim, para recebimento

e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação, pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE POMERODE, 22 de maio de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.549, de 05 de Junho de 2013.

LEI ORDINÁRIA N° 2.549, DE 05 DE JUNHO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER A TÍTULO DE ESTÍMULO ECONÔMICO, A EMPRESA MARAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA, COM FULCRO NA LEI N° 1225 DE 24 DE MAIO DE 1995, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei ordinária:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar a título de estímulo econômico à empresa MARAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA, CNPJ/MF sob nº 10.469.551/0001-52, o serviço de de terraplenagem e macadamização de área de 2.300m² (Dois mil e trezentos metros quadrados), necessário para a instalação de sua sede própria, em imóvel de sua propriedade, inscrito sob Matrícula nº 9018, junto ao Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, com edificação, com endereço à Rua Lorenz Blank, 104, Testo Alto, Pomerode, com área total de 6.415,38m² (Seis mil, quatrocentos e quinze metros e trinta e oito decímetros quadrados) que servirá para ampliação do seu parque fabril.

Parágrafo Único. O benefício ora concedido, fica rigorosamente condicionado ao teor do disposto na Lei nº 1225, de 24 de maio de 1995, sob pena de revogação do benefício e cobrança dos serviços executados pelo Município de Pomerode.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta do orçamento em vigor.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE POMERODE, 05 de junho de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.550, de 21 de Junho de 2013.

LEI ORDINÁRIA N° 2.550, DE 21 DE JUNHO DE 2013.

DÁ DENOMINAÇÃO DE RUA FRAIBURGO PARA A LOCALIZADA ENTRE AS RUAS FLORIANÓPOLIS E PALHOÇA, NO CENTRO.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada como RUA FRAIBURGO a que se localiza entre as ruas Florianópolis e Palhoça, no Centro de Pomerode, que dista cerca de 145,00m (cento e quarenta e cinco metros) do início da esquina formada pela Rua Florianópolis com a rua Hermann Weege, partindo do lado par daquela, com a extensão de 81,60m(oitenta e um metros e sessenta centímetros) em seu lado par, até encontrar a rua Palhoça, tendo as coordenadas WGS 84(S) 26°4 3' 26,53"(W) 49° 10' 06,37".

Art. 2º A via ora denominada atende todos os requisitos exigidos

pelo artigo 309 da Lei Complementar Municipal 162 de 12 de dezembro de 2008, pelo que fica o Executivo Municipal autorizado a promover a sua identificação oficial.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 21 de junho de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.556, de 17 de Julho de 2013.

LEI ORDINÁRIA N° 2.556, DE 17 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESA COM INDENIZAÇÃO POR EXTRAÇÃO MINERAL NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N° 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967, ALTERA O INCISO I DO ARTIGO 1º DA LEI N° 2533 DE 20 DE MARÇO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a pagar indenização aos proprietários dos seguintes imóveis, pela média de saibro extraído, levantada pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos - SEOSP:

I - GUIDO MAASS, inscrito no CPF sob nº 380.573.109-44, e HILÁRIO MAASS, inscrito no CPF sob nº 584.374.799-91, proprietários do imóvel sob Matrícula nº 8.266 junto ao Ofício do Registro de Imóveis de Pomerode, no valor de R\$1.402,61 (Um mil quatrocentos e dois Reais e sessenta e um centavos) mensais.

Art. 2º Fica alterado o inciso I do artigo 1º da Lei nº 2533 de 20 de março de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º

I - DALILA JANDRE e INGOBERT JANDRE, CPF nº 983.755.989-68 e CPF nº 290.909.629-72, respectivamente, usufrutuários do imóvel sob matrícula nº 8.268 junto ao Ofício do Registro de Imóveis de Pomerode, no valor de R\$ 2.805,22 (Dois mil oitocentos e cinco Reais e vinte e dois centavos) mensais;"

Art. 3º Os gastos decorrentes da presente lei, correrão por conta da Dotação Orçamentária do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 1º de abril de 2013.

Município de Pomerode, 17 de julho de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.557, de 19 de Julho de 2013.

LEI ORDINÁRIA N° 2.557, DE 19 DE JULHO DE 2013.

cria o COMPONENTE MUNICIPAL DO PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA - PMAQ-AB/ MUNICIPAL, NA FORMA DE INCENTIVO POR DESEMPENHO AOS SERVIDORES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE QUE ATUAM NA ATENÇÃO BÁSICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o componente Municipal do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica do Ministério da Saúde - PMAQ-AB/Municipal, na forma de incentivo de desempenho pago aos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde que atual na atenção básica, com recursos financeiros advindos do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), instituído pelo Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, através da Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011.

§ 1º O valor do incentivo, a que se refere o caput, será de até 40% (Quarenta por cento) do repasse anual do Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, e será pago em 2 (duas) parcelas anuais, uma em cada semestre, no ano seguinte ao do repasse realizado pelo Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde;

§ 2º São considerados, para fins de recebimento do incentivo, os profissionais que atuam na atenção básica, sendo estes os integrantes das Equipes de Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família e Coordenação da Atenção Básica/Estratégia Saúde da Família;

§ 3º Terá direito ao incentivo, o profissional da saúde que atuou, por no mínimo, 6 meses em uma das equipes mencionadas no parágrafo anterior, no ano imediatamente anterior ao pagamento do incentivo, junto a Secretaria Municipal de Saúde;

§ 4º O pagamento do incentivo de que trata esta lei está condicionado ao repasse de recursos financeiros do PMAQ-AB do Ministério da Saúde para o município de Pomerode, ficando a permanência e manutenção do PMAQ-AB/Municipal condicionada à continuidade do repasse financeiro.

Art. 2º O incentivo de que trata a presente lei, não servirá de base de cálculo para adicionais ou vantagens pessoais, como também não será incorporado ao vencimento nem, tampouco, incidirá como base de cálculo para fins de aposentadoria ou pensão.

Parágrafo Único. Em caso de demissão ou exoneração do profissional da saúde, este perderá o direito ao incentivo de que trata a presente lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE POMERODE, 19 de julho de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.558, de 17 de Julho de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.558, DE 17 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES II, consoante dispõe a Lei nº 16.006, de 21 de maio de 2013, do Estado de Santa Catarina, propiciará aporte de recursos financeiros ao Município, para aquisição de Caminhões, Veículos, Maquinários, Tratores, Equipamentos e Implementos, necessários para consecução das obras no município.

Art. 3º Para atender as necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de

Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 3.500.000,00 (Três milhões e quinhentos mil Reais).

Parágrafo Único. Fica autorizado, como garantia ao empréstimo estabelecido neste artigo, o Poder Executivo a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Será concedido ao município, conforme minuta de contrato, um período de carência de 12 meses, sendo devidos juros em 4 (quatro) parcelas trimestrais, contados a partir do dia 10 (dez) subsequente à data da formalização do contrato.

Art. 5º A amortização ocorrerá em 36 prestações, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

Art. 6º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de Leis Orçamentários, nos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 7º Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que o substituir.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.559, de 19 de Julho de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.559, DE 19 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A REGULAÇÃO, CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA NO ÂMBITO MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o sistema de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria - RCAA/SUS, que obedecerá às normas gerais fixadas pelo Estado e pela União e ao disposto nesta Legislação.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - REGULAÇÃO - Ato pelo qual o(s) servidor(es) buscarão a ordenação do acesso aos serviços de assistência à Saúde. Esta ordenação atua pelo lado da oferta, buscando otimizar os recursos assistenciais disponíveis, e pelo lado da demanda, buscando garantir a melhor alternativa assistencial face às necessidades de atenção e assistência à saúde da população.

II - CONTROLE - Ato pelo qual o(s) servidor(es) analisa(m) as atividades e serviços de saúde, prestados pelas unidades públicas e privadas vinculadas ao SUS, em relação aos planos, programas, metas e normas estabelecidas, considerando a produção, desempenho, mudanças ocorridas e o grau de resolutividade das ações e dos serviços executados no âmbito do SUS.

III - AVALIAÇÃO - Ato pelo qual o(s) servidor(es) determina(m) a qualidade e a pertinência das atividades e serviços, através da análise da veracidade das informações em saúde prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas que participam do SUS de forma complementar, comparando o desempenho e os seus resultados com os respectivos parâmetros tecnicamente definidos.

IV - AUDITORIA - Ato pelo qual o(s) servidor(es) e/ou serviço de terceiros, contratados, ou não, no exercício da atividade de controle das ações de saúde do SUS, fiscaliza a contabilidade das pessoas físicas e das pessoas jurídicas que integram ou participam do SUS, à verificação da exatidão e regularidade das contas apresentadas, e realiza auditorias técnicas em relação às informações constantes de documentos técnicos e contábeis do SUS, bem como, da qualidade e resolutividade dos serviços em saúde prestados.

Art. 3º O RCAA/SUS, coordenado pelo Gestor Municipal de Saúde, compreende o setor da Secretaria Municipal de Saúde que exerce a regulação, o controle técnico-científico e a avaliação do desempenho, da qualidade e da resolutividade das ações e serviços de saúde e do SUS, em âmbito municipal.

§ 1º A execução da auditoria do SUS será realizada por Servidores da Prefeitura Municipal de Pomerode, designados pelo Prefeito Municipal para exercício dessa função e/ou por serviço de terceiros contratados, ou não, para tal finalidade observada a legislação pertinente em vigor.

§ 2º A Auditoria prevista no caput e no Parágrafo 1º fará sem prejuízo da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas do Estado e pelos órgãos de controle interno do Estado, na forma do disposto na Constituição Federal e na Constituição do Estado.

§ 3º A fim de preservar a liberdade do exercício das funções de Auditor do SUS, o(a) Secretário(a) Municipal de Saúde encaminhará ao Conselho Municipal de Saúde - CMS o nome dos Servidores designados e/ou serviço de terceiros contratado, ou não, para o exercício da função de Auditor, obrigando-se a comunicar ao Conselho Municipal de Saúde - CMS a cessação da designação e/ou contratação, em ato fundamentado.

§ 4º O Executivo Municipal fixará prazos e condições para a habilitação do Servidor e/ou serviço de terceiros a ser contratado, ou não, na função de auditor do SUS, observadas as orientações da Secretaria de Estado da Saúde e legislação pertinente em vigor.

Art. 4º - As atividades de auditoria contábil, financeira e patrimonial e de auditoria e de avaliação de desempenho, qualidade e resolutividade das entidades públicas e privadas que integram o SUS do Município compreendem:

I - a avaliação dos serviços de saúde sob gestão do Município (os próprios, os transferidos, os contratados, os conveniados com o setor privado e os consorciados).

II - a avaliação da execução do Plano Municipal de Saúde.

§ 1º A Secretaria Municipal de Saúde obriga-se a encaminhar à Secretaria de Estado da Saúde, anualmente, após aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde, o Relatório de Gestão, visando a verificação da conformidade à programação aprovada, da aplicação dos recursos repassados pelo Estado e União ao Município.

§ 2º A auditoria contábil, financeira e patrimonial das entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, contratadas ou conveniadas pelo Município, será executada mediante análise dos documentos de atendimento ambulatorial, das guias de autorização de internação hospitalar - AIHs, e fiscalização operacional in loco.

§ 3º A avaliação de desempenho, qualidade e resolutividade das entidades públicas e das entidades privadas, contratadas e conveniadas, será feita mediante análise dos prontuários de atendimento individual do usuário, instrumentos próprios dos sistemas de informação ambulatorial e hospitalar, supervisão in loco e outros meios que se fizerem necessários.

Art. 5º O Relatório de Gestão é composto dos seguintes documentos:

I - Programação e Execução Orçamentária dos Projetos, Planos e Atividades previstos no Plano Municipal de Saúde;

II - resultados alcançados quanto à execução e prestação de serviços de saúde e dos recursos investidos;

III - demonstração do quantitativo de recursos financeiros próprios alocados do setor Saúde, bem como dos recursos recebidos de outras instâncias do SUS; e

IV - outros documentos que venham a ser julgados prioritários pelos órgãos colegiados do SUS.

Art. 6º É vedado ao Servidor designado e/ou serviço de terceiros contratado, ou não, para o exercício da função de Auditor:

I - manter vínculo empregatício com a entidade contratada ou conveniada objeto de auditoria;

II - auditar e avaliar entidades onde preste serviços na qualidade de profissional autônomo;

III - ser proprietário, dirigente, acionista, sócio quotista ou participar, de qualquer forma, de entidade de entidade objeto de auditoria ou avaliação; e

IV - o disposto no sub-item anterior se aplica ao Servidor e/ou sócio da empresa de serviços contratado que tiver relação de parentesco com as pessoas ali mencionadas, na condição de pai, irmão, filho ou cônjuge.

Art. 7º Comprovada irregularidade na aplicação dos recursos do SUS, a Secretaria Municipal de Saúde mandará apurar os fatos, através de sindicância administrativa, a qual será encaminhada no prazo máximo de sessenta dias à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 8º O Conselho Municipal de Saúde - CMS poderá solicitar a realização de auditoria especial quando houver motivo que a justifique.

Art. 9º O(a) Secretário(a) Municipal de Saúde apresentará, semestralmente, ao Conselho Municipal de Saúde - CMS e, sempre que necessário, em audiência na Câmara Municipal, para análise e ampla divulgação, relatório contendo, dentre outros, os dados sobre montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como sobre a oferta e produção dos serviços na rede assistencial própria, contratada, conveniada ou consorciada.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do Orçamento em vigor, suplementadas na forma da Lei.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogada a Lei Municipal nº 1406 de 10 de dezembro de 1998.

MUNICÍPIO DE POMERODE, 19 de julho de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.561 de 19 de Julho de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.561 DE 19 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL DE POMERODE A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1 Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando a cessão de combustível à Polícia Civil da Comarca de Pomerode, nos termos da minuta do convênio anexo, que passa a fazer parte integrante desta lei.

Parágrafo Único. Será disponibilizada mensalmente a quantidade de até 500,00 (Quinhentos) litros de combustível, controlado pelo Delegado de Polícia Civil do município de Pomerode.

Art. 2 As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 3 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 1º de junho de 2013.

MUNICÍPIO DE POMERODE, 19 DE JULHO DE 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2.563 de 24 de Julho de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.563 DE 24 DE JULHO DE 2013.

ANULAÇÃO TOTAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ROLF NICLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica do Município, faço saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a anular totalmente as dotações do orçamento em vigor da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde por destinação de recursos no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade:10.301.060-2043-Manutenção da Secretaria de Saúde Recursos SUS

Elemento: 33710000 - Transferências a Consórcios Públicos

Vinc. p/ Fonte Recursos:01670100-Progr. de Farmácia Básica Federal..R\$ 100.000,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, a abrir crédito adicional especial no orçamento em vigor na Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde por destinação de recursos, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por conta do produto oriundo da anulação de que trata o art. 1º, desta Lei, conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade:10.301.060-2043-Manutenção da Secretaria de Saúde Recursos SUS

Elemento: 33930000 - Transferências a Consórcios Públicos

Vinc. p/ Fonte Recursos:01670100-Progr. de Farmácia Básica Federal..R\$ 100.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 24 de julho de 2013.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária N° 2536, de 22 de Março de 2013.

LEI ORDINÁRIA Nº 2536, DE 22 DE MARÇO DE 2013.

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social, no exercício financeiro de 2013, à Fundação Cultural de Pomerode, inscrita no CNPJ sob nº 79.363.511/0001-28, com sede em Pomerode/SC, no valor de até R\$ 300.000,00 (Trezentos mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da fundação, objetivando a prestação de serviços à comunidade de Pomerode.

Art. 2º A Fundação Cultural de Pomerode, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação, pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, 22 de março de 2013.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal

Decreto 2.781 de 18 de Julho de 2013.

DECRETO 2.781 DE 18 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada e estabelece outras providências.

O Prefeito do Município de Pomerode, com fundamento no art. 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no art. 31 da Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995, no art. 3º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, no art. 16 da Lei nº 12.930, de 04 de fevereiro de 2004 e Decreto nº 962, de 8 de maio de 2012, do Governo do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI, que tem por objetivo orientar a participação de particulares na estruturação de projetos de concessão e de parceria público-privada no âmbito da administração pública direta e indireta do Poder Executivo do Município de Pomerode

Art. 2º Para fins deste Decreto, considera-se PMI o procedimento instituído por órgão ou entidade da administração direta ou indireta municipal, denominado órgão ou entidade solicitante, por intermédio do qual poderão ser obtidos estudos de viabilidade, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres de interessados em projeto de concessão ou de parceria público-privada.

Art. 3º Os estudos de viabilidade, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres de que trata o artigo 2º, a critério exclusivo do órgão ou entidade solicitante, poderão ser utilizados, total ou parcialmente na elaboração de editais, contratos e demais documentos referentes aos projetos de concessão ou parceria público-privada, objeto do PMI.

§ 1º A realização do PMI pelo órgão ou entidade solicitante não implicará necessariamente a abertura de processo licitatório, salvo disposição expressa em contrário constante do edital ou documento equivalente do PMI.

§ 2º A realização de eventual processo licitatório não está condicionada à utilização de dados ou informações obtidos por meio dos interessados participantes do PMI.

§ 3º Os direitos autorais sobre os estudos de viabilidade, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres e demais documentos apresentados pelos particulares no PMI, salvo disposição em contrário prevista em edital ou documento equivalente do PMI, serão cedidos gratuitamente pelo interessado participante, podendo ser utilizados incondicionalmente por órgãos ou entidades da Administração Pública municipal.

§ 4º O edital ou pedido de autorização do PMI deverá prever ressarcimento dos valores expedidos para os estudos de viabilidade, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres e demais documentos apresentados pelos particulares no PMI, devendo, nesta hipótese, estabelecer valor máximo e critérios para a apuração dos respectivos valores, caso os estudos sejam utilizados para a celebração de futuro contrato pela administração.

§ 5º É admitida a transferência do ônus do pagamento dos valores decorrentes das hipóteses previstas no § 4º ao futuro concessionário ou parceiro privado do projeto sobre o qual ocorrer o PMI, observados os termos e condições do PMI, bem como as disposições relativas à aplicação do art. 31 da Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e do art. 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de

fevereiro de 1995.

§ 6º A utilização dos elementos obtidos como o PMI não caracterizará nem resultará na concessão de qualquer vantagem ou privilégio ao particular em eventual processo licitatório posterior.

Art. 4º: O PMI inicia-se com a publicação, na Imprensa Oficial do Município de Pomerode do aviso respectivo, com a indicação do objeto, do prazo de duração do procedimento e o endereço.

Art. 5º: A manifestação dos interessados participantes do PMI deverá ser apresentada mediante protocolo ou encaminhado via correio, no prazo e condições estabelecidos pelo órgão ou entidade solicitante.

Art. 6º: O órgão ou entidade solicitante poderá exigir que os interessados em participar do PMI apresentem dados cadastrais, credenciais e documentos para aferir as suas capacidades técnicas como condição para a autorização para a elaboração dos estudos.

Art. 7º: Deverá ser assegurado a qualquer interessado a solicitação de informações por escrito a respeito do PMI.

Art. 8º: O órgão ou entidade promotor, a seu critério, poderá realizar sessões públicas destinadas a apresentar informações ou características do projeto sobre o qual se pretende obter as manifestações dos interessados.

Parágrafo único. A sessão de que trata o caput não se confunde, nem substitui a realização de audiências ou consultas públicas exigidas nas demais normas da legislação pertinente.

Art. 9º: As pessoas autorizadas a elaborar estudos, na forma do art. 6º, poderão solicitar o agendamento de reuniões técnicas com agentes municipais, para colherem informações e receberem esclarecimentos.

Art. 10º: Poderão participar do PMI pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, individualmente ou em consórcio, neste último sem necessidade de vínculo formal entre os participantes.

Parágrafo único. A participação no PMI, bem como o fornecimento de estudos, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres pelos interessados não impedirá a sua participação em futura licitação.

Art. 11º: Os particulares interessados serão responsáveis pelos custos financeiros e demais ônus decorrentes de sua manifestação de interesse, fazendo jus ao ressarcimento e reembolsos pelas despesas incorridas, na hipótese prevista no art. 3º, § 4º do presente decreto.

Art. 12º: O órgão ou entidade solicitante poderá, a seu critério e a qualquer tempo:

I - solicitar dos particulares interessados informações adicionais para retificar ou complementar sua manifestação;

II - modificar a estrutura, o cronograma, a abordagem e o conteúdo ou os requisitos do PMI; e

Art. 13º: O órgão ou entidade solicitante deverá consolidar as informações obtidas por meio do PMI, podendo combiná-las com as informações técnicas disponíveis em outros órgãos e entidades da Administração, sem prejuízo de outras informações obtidas junto a outras entidades e a consultores externos eventualmente contratados para esse fim.

Art. 14º: O órgão ou entidade solicitante do PMI deve definir os seus objetivos e alcances, que, dentre outros, poderá servir para:

I - coletar estudos de viabilidade, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres a fim de subsidiar a modelagem técnica do empreendimento ou o projeto a ser elaborado pela própria Administração Pública ou terceiro contratado por ela.

II - selecionar estudo(s) e/ou projeto(s) técnico(s) que será(ão) diretamente utilizado(s) em licitação pública para a promoção de parceria público-privada ou concessão simples.

Parágrafo único: Na hipótese do inciso II do caput, o edital ou instrumento equivalente do PMI deve estabelecer os critérios para a escolha do(s) estudo(s) e/ou projeto(s) técnico(s).

Art. 15º: Independente do lançamento de PMI por órgão ou entidade da Administração municipal, qualquer particular pode, por

iniciativa própria, solicitar autorização para apresentar estudos de viabilidade, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres sobre empreendimentos de potencial interesse do Município de Pomerode.

§ 1º A manifestação de interesse pelo particular deverá conter obrigatoriamente:

I - as linhas básicas do projeto, com a descrição do objeto, sua relevância e os benefícios econômicos e sociais dele advindos;

II - a estimativa dos investimentos necessários e do prazo de implantação do projeto;

III - as características gerais do modelo de negócio, incluindo a modalidade considerada mais apropriada;

IV - a projeção, em valores absolutos ou em proporção, da contraprestação pecuniária eventualmente demandada do parceiro público; e

V - outros elementos que permitam avaliar a conveniência, a eficiência e o interesse público envolvidos no projeto.

§ 2º Na hipótese do caput, o Município deve estender a oportunidade para que demais particulares eventualmente interessados apresentem também estudos de viabilidade, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres, em respeito ao princípio da isonomia.

Art. 16º: Todas as decisões prolatadas pelo órgão ou entidades solicitante são sujeitas a recurso ou pedido de reconsideração, sem efeito suspensivo, que deve ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, endereçadas à autoridade superior do órgão ou entidade promotora do PMI.

Art. 17º: Deve-se priorizar em PMI a solução de controvérsia por meio de arbitragem.

Art. 18º: Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Pomerode, 18 de julho de 2013

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal DE POMERODE

Decreto N.º 2.739, de 07 de Janeiro de 2013.

DECRETO N.º 2.739, DE 07 DE JANEIRO DE 2013.

REGULAMENTA A PERMISSÃO DE USO DO PONTO DE TÁXI N.º 05, LOCALIZADO NA AVENIDA 21 DE JANEIRO, NAS PROXIMIDADES DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE.

ROLF NICLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "j" da Lei Orgânica do Município promulgada em 30 de março de 1990, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.183 de 23 de setembro de 1994, alterada pela Lei Municipal n.º 1.669 de 20 de agosto de 2002,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 1º. A utilização do Ponto de Táxi n.º 05, em todos os eventos festivos, esportivos e similares a serem realizados no Parque Municipal de Eventos pelos permissionários do serviço de transporte individual fica regulamentada na forma deste Decreto.

CAPÍTULO II

DA ORDEM DE CHEGADA DOS PERMISSIONÁRIOS

Art. 2º. Os permissionários deverão observar a ordem de chegada para o atendimento aos usuários, ficando expressamente proibido o embarque de passageiros na Rua Nereu Ramos e Rua Jurgen Weege, bem como, na Avenida 21 de Janeiro, no trecho compreendido entre as Ruas Curt Hering e Dom Pedro I.

**CAPÍTULO III
DAS PENALIDADES**

Art. 3º. O descumprimento do art. 2º, importará em pena de cassação da permissão para a exploração do Ponto de Táxi n.º 05.

Art. 4º. A reincidência do descumprimento estabelecido neste Decreto importará na cassação da permissão da exploração do Ponto de Táxi, do qual o permissionário é o titular no município.

**CAPÍTULO IV
DA FISCALIZAÇÃO**

Art. 5º. A Fiscalização do cumprimento do presente Decreto será realizada pela Gerência de Trânsito - GETRAN, que vislumbrando o descumprimento das determinações descritas, efetuará de imediato a notificação do permissionário infrator, além de requisitar dentro do exercício de seus atos vinculados o auxílio de força policial para o cumprimento da legislação pertinente.

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 6º. As disposições contidas no presente Decreto deverão ser observadas em todos os eventos realizados no Parque Municipal de Eventos.

Art. 7º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º. Fica revogado o Decreto nº 2.561, de 12 de janeiro de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE,
em 07 de janeiro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.740, de 11 de Janeiro de 2013.
DECRETO N.º 2.740, DE 11 DE JANEIRO DE 2013.
REAJUSTA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL- UFM.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no artigo 446, § 1º, da Lei Complementar n.º 75 de 12 de dezembro de 2001;

Considerando que a atualização da Unidade Fiscal Municipal- UFM é baseada na variação anual do IPCA- índice de Preços ao Consumidor Ampliado, publicado pelo IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

Considerando que o referido índice teve uma variação de 5,84%(cinco inteiros e oitenta e quatro décimos de por cento) no exercício de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - O valor da Unidade Fiscal Municipal para o exercício de 2013 será de R\$ 2,2655 (dois reais, dois mil seiscentos e cinquenta e cinco milésimos de centavos).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE,
em 11 de janeiro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.741, de 01 de Fevereiro de 2013.

DECRETO N.º 2.741, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2013.

DECLARA "PONTO FACULTATIVO" NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NOS DIAS 11 E 12 DE FEVEREIRO DE 2013.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - É declarado Ponto Facultativo nas repartições Públicas do Município nos dias 11 e 12 de fevereiro de 2013, em razão das festividades alusivas ao Carnaval, comemoradas a nível nacional.

Parágrafo Único: Excetuam-se da vantagem de que trata o caput, os serviços essenciais ou inadiáveis.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, renovadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE,
em 1º de fevereiro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.742, de 04 de Fevereiro de 2013.

DECRETO N.º 2.742, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE POMERODE, POR 03 (TRÊS) DIAS, EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - DIRETOR DE OBRAS REGIÃO SUL.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o infausto falecimento na data de 04 de fevereiro de 2013 do Senhor Elmo Kressin,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Luto Oficial no Município de Pomerode, por 3 (três) dias, a partir de 04 de fevereiro de 2013, em razão do falecimento do Servidor Público Municipal ocupante do cargo de Diretor de Obras - Região Sul, Elmo Kressin, atuando no serviço público municipal desde 1º de junho de 1970.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE,
em 4 de fevereiro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.768, de 27 de Maio de 2013.

DECRETO N.º 2.768, DE 27 DE MAIO DE 2013.

DECLARA "PONTO FACULTATIVO" NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO DIA 31 DE MAIO DE 2013.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais de Pomerode, dia 31 de maio de 2013, sexta-feira imediatamente seguinte ao feriado de "Corpus Christi", ressalvadas as necessidades essenciais de serviço de cada órgão ou entidade da

Administração Pública Municipal.

Art. 2º Na data a que se refere este Decreto, os serviços de coleta de lixo serão mantidos em regime de plantão, de acordo com escala a ser estabelecida pela respectiva Chefia, sendo consideradas como extraordinárias as horas trabalhadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE,
em 27 de maio de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.778 de 23 de Junho de 2013.

DECRETO N.º 2.778 DE 23 DE JUNHO DE 2013.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA CÂMARA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.551 de 20 de junho de 2013 e a Lei nº 4.320 art. 43, Parágrafo 1º, item III de 17 de março de 1964

D E C R E T A:

Art. 1º Anula dotações do orçamento em vigor da Câmara por destinação de recursos no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 01 - CÂMARA MUNICIPAL

Unidade Orçamentária: 001 - Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 01.031.0010.2001 - Manutenção das Ativ. Legislativas

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
R\$ 300.000,00

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 400.000,00

Art. 2º - Abre crédito suplementar no orçamento em vigor na Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, na importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), por conta do produto oriundo da anulação de que trata o art. 1º, deste Decreto, conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Projeto/Atividade: 22.661.150.2029 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Elemento: 44900.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
R\$ 400.000,00

TOTAL R\$ 400.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 23 de junho de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.779 de 03 de Julho de 2013.

DECRETO N.º 2.779 DE 03 DE JULHO DE 2013.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA UNIDADE GESTORA DA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.554 de 03 de julho de 2013 e a Lei nº 4.320 art. 43, Parágrafo 1º, item III de 17 de março de 1964

D E C R E T A:

Art. 1º - Anula dotações do orçamento em vigor da Secretaria de Obras e Serviços Públicos por destinação de recursos no valor de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.451.0070.1010 - Reurbanização de Praças e Ruas

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
R\$ 150.000,00

Projeto/Atividade: 17.512.0070.1014 - Construção e Ampliação do Sistema de Tratamento do Esgoto Sanitário

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
R\$ 105.000,00

Projeto/Atividade: 26.782.0070.2020 - Manutenção da Secretaria de Obras

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
R\$ 195.000,00

TOTAL R\$ 450.000,00

Art. 2º - Abre crédito suplementar no orçamento em vigor na Unidade Gestora da Prefeitura por destinação de recursos, na importância de R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais), por conta do produto oriundo da anulação de que trata o art. 1º, deste Decreto, conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO: 10 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Projeto/Atividade: 22.661.150.2029 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
R\$ 450.000,00

TOTAL R\$ 450.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 03 de julho de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N.º 2767 de 23 de Maio de 2013.

DECRETO N.º 2767 DE 23 DE MAIO DE 2013.

ANULA TOTAL OU PARCIALMENTE DOTAÇÕES E ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM VIGOR DAS UNIDADES GESTORAS: PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS,

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE - FUNDETUR.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.544 de 16 de maio de 2013 e a Lei nº 4.320 art. 43, Parágrafo 1º, item III de 17 de março de 1964

DECRETA:

Art. 1º - Anula total ou parcialmente dotações do orçamento em vigor da unidade gestora Prefeitura, na importância de R\$6.000,00 (seis mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 07001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Unidade Orçamentária: 07001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 123610040.2010 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3390 - Aplicações Diretas

Vínc. p/Fonte Rec.: 010000 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00 R\$ 6.000,00

T O T A L R\$6.000,00

Art. 2º - Abre crédito adicional especial no orçamento em vigor da unidade gestora Prefeitura, na importância de R\$6.000,00 (seis mil reais), por conta do produto oriundo da anulação de que trata o art. 1º, desta Lei, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Unidade Orçamentária: 07001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 123610040.2010 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 3391 - Aplicações Diretas Vínc. p/Fonte Rec.: 010000 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00 R\$ 6.000,00

T O T A L R\$6.000,00

Art. 3º - Anula total ou parcialmente dotação do orçamento em vigor da unidade gestora Fundo Municipal de Saúde - FMS, no valor de R\$100.330,90 (cem mil trezentos e trinta reais e noventa centavos), de acordo com a especificação a seguir:

Órgão: 11000 - Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 11001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 103010060.2043 - Manutenção da Secretaria de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3371 - Transferências a Consórcios Públicos

Vínc. p/Fonte Rec.: 01670200 - Progr. Farm. Básica Estadual R\$96.330,90

Projeto/Atividade: 103010060.2042 - Manutenção da Secretaria de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3390 - Transferências a Consórcios Públicos

Vínc. p/Fonte Rec.: 010200 - Rec. Impostos e de Transf. Imp. Saúde R\$4.000,00

T O T A L R\$100.330,90

Art. 4º - Abre crédito adicional especial no orçamento em vigor da unidade gestora Fundo Municipal de Saúde - FMS, na importância de R\$100.330,90 (cem mil trezentos e trinta reais e noventa centavos), por conta do produto oriundo da anulação de que trata o art. 3º, desta Lei, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 11000 - Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 11001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 103010060.2043 - Manutenção da Secretaria de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3393 - Transferências a Consórcios Públicos

Vínc. p/Fonte Rec.: 016702 - Progr. Farm. Básica Estadual R\$96.330,90

Projeto/Atividade: 103010060.2042 - Manutenção da Secretaria de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3391 - Transferências a Consórcios Públicos

Vínc. p/Fonte Rec.: 010200 - Rec. Impostos e de Transf. Imp. Saúde R\$4.000,00

T O T A L R\$100.330,90

Art. 5º - Anula total ou parcialmente dotações do orçamento em vigor da unidade gestora Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), de acordo com a especificação a seguir:

Órgão: 13000 - Secretaria de Cidadania e do Desenvolvimento Social

Unidade Orçamentária: 13001 - Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 082440140.2051 - Manutenção das Atividades do Desenvolvimento Social

Modalidade de Aplicação: 3390 - Aplicações Diretas

Vínc. p/Fonte Rec.: 010000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

T O T A L R\$2.000,00

Art. 6º - Abre crédito adicional especial no orçamento em vigor da unidade gestora Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, na importância de R\$2.000,00 (dois mil reais), por conta do produto oriundo da anulação de que trata o art. 5º, desta Lei, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 13000 - Secretaria de Cidadania e do Desenvolvimento Social

Unidade Orçamentária: 13001 - Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 082440140.2051 - Manutenção das Atividades do Desenvolvimento Social

Modalidade de Aplicação: 3391 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos

Vínc. p/Fonte Rec.: 010000 - Recursos Ordinários R\$2.000,00

T O T A L R\$2.000,00

Art. 7º - Anula total ou parcialmente dotação do orçamento em vigor da unidade gestora Fundo de Desenvolvimento do Turismo - FUNDETUR, no valor de R\$1.000,00 (mil reais), de acordo com a especificação a seguir:

Órgão: 12000 - Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte

Unidade Orçamentária: 12002 - Diretoria de Políticas de Turismo

Projeto/Atividade: 236950110.2053 - Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico

Modalidade de Aplicação: 3390 - Transferências a Consórcios Públicos

Vínc. p/Fonte Rec.: - 010000 - Recursos Ordinários R\$1.000,00

T O T A L R\$1.000,00

Art. 8º - Abre crédito adicional especial no orçamento em vigor da unidade gestora Fundo de Desenvolvimento do Turismo - FUNDETUR, na importância de R\$1.000,00 (mil reais), por conta do produto oriundo da anulação de que trata o art. 7º, desta Lei, conforme a seguir discriminado:

Órgão: 12000 - Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte

Unidade Orçamentária: 12002 - Diretoria de Políticas de Turismo

Projeto/Atividade: 236950110.2053 - Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico

Modalidade de Aplicação: 3391 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos

Vínc. p/Fonte Rec.: - 010000 - Recursos Ordinários
R\$1.000,00
T O T A L R\$1.000,00

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE,
em 23 de maio de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N° 2.743, de 14 de Fevereiro de 2013.

DECRETO N° 2.743, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013.
REGULAMENTA O ART. 6º DA LEI MUNICIPAL N.º 2.129, DE 17 DE MARÇO DE 2009 - "LEI DO PROGRAMA DE ESTÁGIO", DISPONDO SOBRE O VALOR DA BOLSA MENSAL E DO AUXÍLIO-TRANSPORTE A SEREM DISPONIBILIZADOS AOS ESTAGIÁRIOS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica do Município:

Considerando a necessidade de estabelecer os valores referentes a bolsa do programa de estágio para os estudantes dos níveis médio e superior de ensino, bem como o valor e condições para o recebimento do auxílio-transporte,

DECRETA:

Art. 1º. Os valores referentes à bolsa do programa de Estágio do Município de Pomerode serão estabelecidos em função da carga horária, nível médio ou superior de ensino em que o estagiário estiver matriculado e os dias de atuação, bem como o valor do auxílio-transporte mediante comprovação da necessidade pelo estagiário.

§ 1º. Para os Estagiários que estiverem cursando o nível superior e médio e participarem do programa de estágio aos sábados e domingos será fixado o seguinte valor:

I - Ensino Superior - 30 (trinta) Horas - R\$ 800,00 (oitocentos reais);

II - Ensino Superior - 20 (vinte) Horas - R\$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais);

III - Ensino Médio - 20 (vinte) Horas - R\$ 500,00 (quinhentos reais).

§ 2º. Fixa os valores para os estagiários de nível médio e superior que participarem do programa de estágio no período de segunda a sexta-feira:

I - Ensino Superior - 30 (trinta) Horas - R\$ 710,00 (setecentos e dez reais);

II - Ensino Superior - 20 (vinte) Horas - R\$ 552,00 (quinhentos e cinquenta e dois reais);

III - Ensino Médio - 20 (vinte) Horas - R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais);

§ 3º. Fixa o valor do auxílio-transporte em R\$ 70,00 (setenta reais).

§ 4º. Fará jus ao auxílio-transporte o estagiário remunerado que expressamente manifestar a necessidade de receber tal benefício, perante a supervisão da Entidade contratada, responsável pela

administração do Programa de Estágio, em formulário próprio.

§ 5º. O controle para a percepção do benefício será feito através dos registros de frequência do estagiário.

§ 6º. O benefício será pago ao estagiário optante, juntamente com o pagamento de sua bolsa-mensal.

§ 7º. A declaração falsa da necessidade de deslocamento constitui falta punível na forma da LEI.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto n.º 2.656 de 01 de fevereiro de 2012.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE,
em 14 de fevereiro de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N° 2.747 de 05 de Março de 2013

DECRETO N° 2.747 DE 05 DE MARÇO DE 2013
INSTITUI O PROGRAMA DE PAGAMENTO DOS DÉBITOS DE EXERCÍCIOS FINANCEIROS ANTERIORES POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS DO EXERCÍCIO DE 2012.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 62, incisos III e XIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas e resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a inscrição em Restos a Pagar, consoante art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de Março de 2000,

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estabelece as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal,

CONSIDERANDO, especialmente, o § 3º do art. 105 da Lei nº 4.320/64 dispõe que "O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras, cujo pagamento independa de autorização orçamentária" cominado com o art. 37, "As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos

à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.",

CONSIDERANDO, os termos do art. 5º da Lei 8.666/93, que, "Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia

justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.”,

CONSIDERANDO, que a Administração Pública deve fixar critérios objetivos, para o adimplemento dos seus débitos, por ser esta medida de otimização dos procedimentos administrativos e de preservação da economia popular, e ainda, que o ato da emissão do empenho, na ótica orçamentária, constitui a despesa orçamentária e o passivo financeiro para fins de cálculo do superávit financeiro,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o pagamento de Débitos de Exercícios Financeiros Anteriores, com recursos do Município, inscritas na conta “POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS”, referentes ao exercício de 2012, e se encontram devidamente empenhadas e/ou liquidadas até 31 de dezembro de 2012, devidamente registrados NA CONTABILIDADE MUNICIPAL DA PREFEITURA, e reconhecidos pela atual administração MUNICIPAL, será regido na forma deste Decreto.

§ 1º O MUNICÍPIO DE POMERODE promoverá o pagamento DOS EMPENHOS INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS DO EXERCÍCIO DE 2012 da seguinte forma:

I - integralmente neste exercício até a data de 30 de Junho de 2013, conforme a execução orçamentária e a programação do fluxo de caixa, no valor de R\$1.181.459,46 (Um Milhão e Cento e Oitenta e Um Mil e Quatrocentos e Cinquenta e Nove Reais e Quarenta e Seis Centavos).

Art. 2º O MUNICÍPIO DE POMERODE, por meio de solicitação fundamentada da autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela obrigação, poderá excepcionalmente, após proposta conjunta do PREFEITO MUNICIPAL e do SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, promover alteração do enquadramento dos prazos e dos valores estipulados neste decreto.

Art. 3º O MUNICÍPIO DE POMERODE PODERÁ editar normas complementares necessárias à execução deste decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pomerode/SC, em 05 de março de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N° 2.748

DECRETO N° 2.748

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MORADA REGULAR

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso II, Alínea “C” da Lei Orgânica do Município de Pomerode;

DECRETA:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados, para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MORADA REGULAR de acordo com o Artigo 6º, Parágrafo único da Lei Complementar nº 246, de 30 de novembro de 2012, que institui o Programa “Morada Regular” no âmbito do Município de Pomerode e dá outras providências.

I - Secretário de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade

Maurício Eduardo Gorigoitia Vega

II - Representantes da Procuradoria Geral do Município
TITULAR SUPLENTE

Patrícia Lenfers

Não indicado

III - Representantes da Unidade Administrativa do Meio Ambiente
TITULAR SUPLENTE
Jaime Eduardo Jensen Maurício Wisniewski

IV - Representantes da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Pomerode - ASSEAPO
TITULAR SUPLENTE
Júlio César Gadotti Cristiano Lourival Cardoso

V - Representantes da Associação Comercial e Industrial de Pomerode - ACIP
TITULAR SUPLENTE
Fredemar Steinert Não indicado

VI - Representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente e da Cidade de Pomerode - CONCIDADE
TITULAR SUPLENTE
Wilson Klug Timóteo André Hoffmann

VII - Representantes da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC
TITULAR SUPLENTE
Fridolin Klotz Não indicado

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 05 de março de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N° 2.749 de 13 de Março de 2013

DECRETO N° 2.749 DE 13 DE MARÇO DE 2013

INSTITUI O VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A SER APLICADO NA COBRANÇA DOS EXECUTIVOS FISCAIS, CONSOANTE DETERMINA OS ARTS. 40 E SEGUINTE DA LC 167 DE 30 DE JANEIRO DE 2009.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 62, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que a Lei Orgânica Municipal, em seu art. 71, determina como sendo de competência privativa da Procuradoria Municipal, a execução da dívida ativa de natureza tributária,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 40 da Lei Complementar nº 167 de 30 de janeiro de 2009, que cria o Fundo de Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Município - FUNPROL,

CONSIDERANDO, que as receitas que constituirão o FUNPROL, serão, entre outras, dos honorários advocatícios concedidos em favor do Município, inclusive em acordos judiciais e extrajudiciais, consoante expresso no inciso II do art. 41 da mencionada Lei Complementar,

CONSIDERANDO, finalmente, o art. 43 da suso mencionada Lei Complementar, que determina que o FUNPROL será regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a cobrança de Honorários Advocatícios no valor de 10% (dez por cento), sobre o valor dos executivos fiscais, devidamente atualizados na data de seu pagamento ou parcelamento.

Art. 2º O valor dos Honorários será aplicado sobre o valor atualizado dos executivos fiscais, inclusive nos acordos judiciais ou extrajudiciais de pagamento integral ou parcelamento, devendo ser recolhidos antecipadamente, mediante boleto emitido pelo setor de tributação municipal.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pomerode/SC, em 13 de março de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N° 2.750 de 13 de Março de 2013

DECRETO N° 2.750 DE 13 DE MARÇO DE 2013
REVOGA O DECRETO N° 2.594 DE JUNHO DE 2011.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 74, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Decreto nº 2.594, de 22 de junho de 2011, que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA EFEITOS DE DESAPROPRIAÇÃO, IMÓVEL PARTICULAR SITUADO NA RUA DOS ATIRADORES ESQUINA COM A RUA ROLDÃO HASS, NECESSÁRIO PARA AMPLIAÇÃO DO PELOTÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS",

CONSIDERANDO, a Ação de Desapropriação, autos nº 050.11.003164-4, intentada contra a proprietária do mencionado imóvel - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes D'ORA LTDA -, sendo ao final requerido pelo município a extinção da ação em razão da indisponibilidade financeira, petição protocolada em 23/10/2012, sob nº 032077,

CONSIDERANDO, ainda a falta de interesse da atual administração municipal em desapropriar o referido imóvel, inclusive por ausência de dotação orçamentária,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o DECRETO N° 2.594 DE 22 DE JUNHO DE 2011.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode/SC, em 13 de março de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N° 2.755 de 27 de Março de 2013

DECRETO N° 2.755 DE 27 DE MARÇO DE 2013
CONVOCA A ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso II, Alínea "m" da Lei Orgânica do Município de Pomerode, conjuntamente com o Presidente do Conselho do Meio Ambiente e da Cidade de Pomerode, SALVADOR RAMIRO NAVIDAD, CONSIDERANDO, a Lei Complementar Municipal nº 162, de 12 dezembro de 2008, que Institui o Código Urbanístico, que define princípios, políticas, estratégias e instrumentos para o desenvolvimento municipal e para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade no município de Pomerode, também denominado Plano Diretor, bem como estabelece as normas de parcelamento, uso e ocupação do solo, o sistema viário e providências complementares,

CONSIDERANDO, a Lei Complementar Municipal nº 178, de 08 de outubro de 2009, que Dispõe sobre o Conselho Municipal do Meio Ambiente e da cidade de Pomerode - CONCIDADE, CONSIDERANDO, a Resolução Normativa nº 14, de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades;
DECRETAM:

Art. 1º Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada na data de 22 de maio de 2013, sob a coordenação do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade.

Art. 2º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades terá como tema: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana Já!"

Art. 3º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades será presidida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento da Cidade, e no seu impedimento, pelo Presidente do CONCIDADE - Pomerode.

Art. 4º O Coordenador da Conferência expedirá resolução, definindo e aprovando o Regimento da Etapa Municipal elaborado pelas entidades componentes do Conselho do Meio Ambiente e da Cidade de Pomerode.

Parágrafo Único O Regimento disporá sobre a organização e funcionamento da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados, devendo conter, data, local e pauta.

Art. 5º As despesas com a realização da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários próprios do Município.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 27 de março de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

SALVADOR RAMIRO NAVIDAD
Presidente do CONCIDADE

Decreto N° 2.756 de 28 de Março de 2013

DECRETO N° 2.756 DE 28 DE MARÇO DE 2013
REVOGA O DECRETO N° 2.573 DE 28 DE MARÇO DE 2011.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 74, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Decreto nº 2.573, de 28 de março de 2011, que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AS ÁREAS DE TERRA QUE MENCIONA, NECESSÁRIAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA COMUNITÁRIA NA RUA KARL GUENTHER",

CONSIDERANDO, que até a presente data, transcorridos dois anos sem que a área desapropriada fosse devidamente indenizada,

CONSIDERANDO, as Ações de Desapropriação em face dos proprietários dos imóveis, autos nº 050.11.003198-9 e 050.11.003197-0, sendo protocolado, em 29 de janeiro de 2013, sob nº 034720 e 034721, respectivamente, a desistência nas duas ações,

CONSIDERANDO ainda, mesmo que o município tivesse algum interesse na desapropriação dos ditos imóveis, observando e obedecendo a aprovação do orçamento anual de 2013 mediante LEI Nº 2507, DE 15 DE JUNHO DE 2012, a qual "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS", a qual não alcança nenhuma rubrica para fins de desapropriação de imóveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o DECRETO Nº 2.573 DE 28 DE MARÇO DE 2011.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode/SC, em 28 de março de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.757, de 02 de Abril de 2013

DECRETO Nº 2.757, DE 02 DE ABRIL DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2012, NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE, TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE E POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 173.749,19 (cento e setenta e três mil, setecentos e quarenta e nove reais e dezenove centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2012, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 - Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.00302.061 - Manutenção do GETRAN

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03540000 - Convênio Trânsito- Militar R\$ 6.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03560000 - Convênio Trânsito- Prefeitura R\$ 58.000,00

ÓRGÃO: 07.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.00402.010 - Manutenção e Desenv.do Ens.Fundamental

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03010000 - Rec.de Impostos e de Trans. Imp.Educ. R\$ 109.749,19

TOTAL R\$ 173.749,19

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 2º - Fica suplementado na importância de R\$ 405.100,23 (quatrocentos e cinco mil, cem reais e vinte e três centavos) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08.000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.451.0070.1011 - Pomerode sem Poeira

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01830002 - Per.Crédito Int.Outr.Prog.-BADESC R\$ 405.100,23

TOTAL R\$ 405.100,23

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 3º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08.000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022 - Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 47.000,00

Art 4º - Os valores resultantes das transposições do Art. 3º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 08.000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022 - Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 47.000,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2012 DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE

Art. 5º - Fica suplementado na importância de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2012, do Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 11.000 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 11.001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 - Manut.da Secr.da Saúde Recursos SUS

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03640209 - PMAQ-progr.Melh.Acesso Qual. R\$ 70.000,00

TOTAL: R\$ 70.000,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2010 DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE

Art. 6º - Fica suplementado na importância de R\$ 142.675,93 (cento e quarenta e dois mil, seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e três centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2012, do Fundo Municipal da Assistência Social de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.524

de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 13.000 - SECRETRIA DE CIDADANIA E DO DESENV.SOCIAL

Unidade Orçamentária: 13.001 - Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 08.244.0140.2051 - Manut.das Atividades do Desenv.Social

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03520001 - Outras Transf.Fundo Assist.-PAIF R\$ 21.200,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03520002 - Outras Transf.Fundo Assist.-PAEF R\$ 50.000,00

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03520001 - Outras Transf.Fundo Assist.-PAIF R\$ 14.268,06

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03520002 - Outras Transf.Fundo Assist.-PAEF R\$ 39.323,23

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03530002 - Progr.PAIF R\$ 14.104,64

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03630000 - Bolsa Família R\$ 500,00

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03630000 - Bolsa Família R\$ 1.280,00

TOTAL R\$ 142.675,93

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 02 de Abril de 2013.

ROLF NICOLODELLI

GERMANO SCHROEDER

Prefeito Municipal

Secretário de Administração e Fazenda

Decreto Nº 2.758 de 27 de Março de 2013

DECRETO Nº 2.758 DE 27 DE MARÇO DE 2013

DISPÕE SOBRE A AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014 - LDO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso I, letra "n", da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, o previsto no Artigo 48, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; e,

Considerando, a Audiência Pública, como instrumento de transparência da gestão fiscal no Município, da participação da sociedade nas decisões políticas de alocação dos recursos públicos, e, de controle dos atos da administração,

DECRETA:

Art. 1º - Será realizada Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei que Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2014 - LDO.

Art. 2º - A Audiência Pública de que trata o artigo anterior, será realizada no dia 11 de abril de 2013, com início às 07h30min, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores, sito na Avenida 21 de Janeiro, 1235, neste Município.

Art. 3º - A Audiência Pública será coordenada pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º - A Audiência Pública terá por objeto:

I. Possibilitar a participação popular na definição dos planos e investimentos públicos municipais; e,

II. Informar a população sobre o Planejamento Municipal e a execução dos programas.

Art. 5º - Na Audiência Pública serão apresentados dados,

informações e esclarecimentos relativos ao Projeto da LDO - Lei das Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014.

Art. 6º - A Audiência Pública será registrada em Ata com livro de presença.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 27 de março de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2.759 de 18 de Abril de 2013

DECRETO Nº 2.759 DE 18 DE ABRIL DE 2013

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO, ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, Rolf Nicolodelli, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.401 de 25 de novembro de 2011 e a Lei nº 4.320 art. 43, Parágrafo 1º, ítem IV, de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º - Concede subvenção social no atual exercício, ao Hospital e Maternidade Rio do Teste, inscrito no CNPJ sob nº85461093/0005-38, com sede em Pomerode - SC, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Parágrafo único - Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, ao custeio de despesas provenientes da manutenção das atividades da entidade, objetivando, a prestação de serviços de saúde à comunidade pomerodense.

Art. 2º - O Hospital e Maternidade Rio do Teste, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente em vigor.

Art. 3º - Anula parcialmente dotação do orçamento em vigor da Câmara Municipal de Vereadores, na importância de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 01000 - Câmara Municipal

Unidade Orçamentária: 01001 - Câmara Municipal

Projeto/Atividade: 010310010.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade de Aplicação: 3190 - Aplicações Diretas

Vínc. p/ Fonte Rec.: 010000 - Recursos Ordinários

R\$150.000,00

T O T A L R\$150.000,00

Art. 4º - Abre crédito adicional suplementar no orçamento em vigor da unidade gestora Prefeitura, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), por conta do produto resultante da anulação de que trata o art. 3º, desta Lei, de acordo com a descrição a seguir:

Órgão: 11000 - Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 11001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 103010060.2044 - Subvenção para o Hospital e Maternidade Rio do Teste

Modalidade de Aplicação: 3350 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Vínc. p/ Fonte Rec.: 010000 - Recursos Ordinários

R\$150.000,00

T O T A L R\$150.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE,
em 18 de abril de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N° 2.766 de 23 de Maio de 2013.

DECRETO N° 2.766 DE 23 DE MAIO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito do Município de Pomerode, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, criado pela Lei Complementar nº 206, de 25 de maio de 2011, de natureza contábil financeira, sem personalidade jurídica e de duração indeterminada, tem a finalidade de proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de Assistência Social.

Art. 2º Cabe à Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social - SECID, como órgão responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, gerir o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, gozando de autonomia administrativa e financeira na gestão de seus recursos, com o auxílio e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 3º O Fundo Municipal de Assistência Social FMAS ficará subordinado diretamente ao Secretário de Cidadania e Desenvolvimento Social - SECID, a quem caberá seu gerenciamento financeiro, competindo ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS o acompanhamento, supervisão e fiscalização de seus recursos, bem como a deliberação sobre a destinação dos mesmos.

Parágrafo Único: O gestor do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, ordenador da despesa, será o Secretário da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social - SECID.

Art. 4º São atribuições do Secretário de Cidadania e Desenvolvimento Social - SECID:

I - gerir o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e estabelecer política de

aplicação de seus recursos, de acordo com os critérios e prioridades definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

II - ordenar a emissão de empenho, bem como pagamento das despesas do Fundo, de acordo com a legislação;

III - orientar e acompanhar o desenvolvimento orçamentário e financeiro dos planos, programas e projetos aprovados;

IV - submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS as contas e relatórios do Fundo, de forma sintética e anualmente de forma analítica;

V - firmar convênios e contratos, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo, de acordo com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

VI - autorizar a aquisição de material e contratação de serviços

de terceiros;

VII - elaborar, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Assistência Social, encaminhando anualmente relatórios ao Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS sobre sua implementação;

VIII - em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, planejar, coordenar e executar projetos de estudos, de pesquisas e de capacitação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento de programas e projetos e serviços contemplados no Plano Municipal da Assistência Social;

IX - submeter à análise do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS o Plano de Aplicação a cargo do Fundo em consonância com o Plano Municipal da Assistência Social;

X - em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, elaborar proposta orçamentária anual do Fundo para integrar o orçamento geral do Município de Pomerode, de acordo com a legislação vigente.

Art. 5º Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II - dotação orçamentária do Município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de Entidades Nacionais e Internacionais, Organizações Governamentais e Não-Governamentais, e pessoas físicas;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS terá direito a receber por força da lei e de convênios;

VI - produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII - doações em espécies feitas diretamente ao Fundo;

VIII - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º - Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados obrigatoriamente em conta especialmente aberta e mantida em instituições financeiras oficiais, sob a denominação "Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS".

§ 2º - O saldo financeiro do Fundo Municipal da Assistência Social - FMAS verificado no fim de cada exercício integrará a receita do ano seguinte.

§ 3º - A Secretaria de Administração e Fazenda aplicará os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, eventualmente disponíveis, a ele revertendo seus rendimentos.

Art. 6º O repasse de recursos para as Entidades e Organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, será efetivado por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho em resolução normativa.

Parágrafo Único - As transferências de recursos para Organizações Governamentais e Não Governamentais de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 7º Todas as despesas que onerem o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS deverão ser previamente autorizadas pela Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social - SECID, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 8º Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pelo órgão da Administração Pública Municipal responsável pela execução da Política de Assistência Social ou por órgão conveniado;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas, de direito público ou privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de Assistência Social;

III - aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para a prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento dos auxílios de que trata o artigo 15 da Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e outros que a lei determinar.

VIII - outros financiamentos necessários a peculiaridades locais, desde que previstos em lei municipal.

Art. 9º São atribuições do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, o qual será designado pelo Chefe do Executivo Municipal.

I - preparar demonstrações mensais da receita e despesa, a serem encaminhadas ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política Municipal da Assistência Social, demonstrações fornecidas pela Contabilidade do Município;

II - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social referente a empenhos, liquidação e pagamentos das despesas e dos recebimentos das receitas do Fundo, controles fornecidos pela Contabilidade do Município;

III - manter, em coordenação com o setor de Patrimônio do órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política de Assistência Social, os controles necessários sobre os bens patrimoniais a cargo do Fundo;

IV - encaminhar ao Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode:

a) mensalmente as demonstrações de receitas e despesas;

b) anualmente, os inventários dos bens móveis e imóveis, bem como o balanço geral do Fundo;

V - providenciar, junto ao setor contábil do Município de Pomerode, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira do Fundo;

VI - apresentar ao titular do órgão da Administração Pública Municipal responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, a análise e avaliação econômico-financeira do Fundo, detectadas nas demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VII - manter os controles necessários dos contratos e convênios, da execução de programas, projetos e serviços do Plano Municipal de Assistência Social, firmados com Instituições Governamentais e Não-Governamentais;

VIII - encaminhar, mensalmente ao gestor do Fundo, relatórios de acompanhamento e avaliação da execução das ações prestadas pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior;

IX - assinar, em conjunto com o Secretário de Administração e Fazenda do Município de Pomerode, os cheques, ordens de empenho e pagamento das despesas a cargo do Fundo.

Art. 10. O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social evidenciará as políticas, diretrizes e programas do Plano Municipal de Assistência Social, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, além do Plano Diretor do Município, se forem o caso, e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

§ 1º - O orçamento do Fundo integrará o orçamento do Município de Pomerode, em obediência ao princípio da unidade orçamentária.

§ 2º - O orçamento do Fundo observará na sua elaboração e execução, os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 11. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de verba própria, consignada em orçamento.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 23 de maio de 2013.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal

GERMANO SCHROEDER

Secretário de Administração e Fazenda

ANTÔNIO VARELA BORGES

Secretário de Cidadania e Desenvolvimento Social

Decreto Nº 2.774, de 03 de Junho de 2013

DECRETO Nº 2.774, DE 03 DE JUNHO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2012, NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE, DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE, E DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE-FUNPEEL, TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE E POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICLODELLI, no uso de



suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 31.098,07 (trinta e um mil, noventa e oito reais e sete centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2012, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 - Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 - Manutenção do GETRAN

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03550000 - Convênio Trânsito- Civil R\$ 16.000,00

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03560000 - Convênio Trânsito- Prefeitura R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 06.000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 06.001 - Secretaria de Administração e Fazenda

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2006 - Manutenção das Atividades Administrativas

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03240102 - Transf.de Conv.-Porgr.Infr. Estr,Trans. R\$ 98,07

TOTAL R\$ 31.098,07

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 2º - Fica suplementado na importância de R\$ 33.753,09 (trinta e três mil, setecentos e cinquenta e três reais, nove centavos) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 07.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 - Manut.de Atividades Educação Infantil

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01620002 - Outr.Rec.Educ.-FNDE/MEC APOIO FIN. R\$ 8.563,09

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2010 - Manut.e Desenv.do Ensino Fundamental

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01220200 - Municipalização Fundeb R\$ 20.600,00

Elemento: 319100.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01220200 - Municipalização Fundeb R\$ 2.700,00

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01220200 - Municipalização Fundeb R\$ 1.890,00

TOTAL R\$ 33.753,09

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 3º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 - Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 - Manutenção do GETRAN

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01560000 - Convênio Trânsito- Prefeitura R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 07.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 - Manut.de Atividades Educação Infantil

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01010000 - Rec.de Imp.e de Transf.Imp. Educação R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 09.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 09.001 - Manutenção das Atividades de Produção Agrária

Projeto/Atividade: 20.606.0100.2027 - Manutenção das Atividades de Prod.Agrária

Elemento: 317100.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 35.000,00

Art 4º - Os valores resultantes das transposições do Art. 3º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 05.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 - Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 - Manutenção do GETRAN

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01560000 - Convênio Trânsito- Prefeitura R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 07.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.365.0040.2015 - Manut.de Atividades Educação Infantil

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01010000 - Rec.de Imp.e de Transf.Imp. Educação R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 09.000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 09.001 - Manutenção das Atividades de Produção Agrária

Projeto/Atividade: 20.606.0100.2027 - Manutenção das Atividades de Prod.Agrária

Elemento: 337100.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 35.000,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2012 DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE

Art. 5º - Fica suplementado na importância de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2012, do Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 11.000 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 11.001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2042 - Manut.da Secr.de Saúde

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03020000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 - Manut.da Secr.da Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03640208 - Sendo de Atenção Psicossocial-CAPS R\$ 10.000,00

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03660100 - Progr.de Vigilância Epidemiológica R\$ 2.000,00

TOTAL: R\$ 17.000,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2010 DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE

Art. 6º - Fica suplementado na importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2012, do Fundo Municipal da Assistência Social de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 13.000 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DO DESENV.SOCIAL

Unidade Orçamentária: 13.001 - Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 08.244.0140.2051 - Manut.das Atividades do Desenv.Social

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

TOTAL R\$ 3.000,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 7º - Fica suplementado na importância de R\$ 18.574,00 (dezoito mil quinhentos e setenta e quatro reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2012, Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 12.000 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.002- Diretoria de Políticas de Turismo

Projeto/Atividade: 23.695.0110.2053 - Atividades de Promoção e

Desenv.Turístico

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 - Recursos Ordinários R\$ 18.574,00

TOTAL R\$ 18.574,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2012 DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 8º - Fica suplementado na importância de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2012, da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode, por destinação de recursos, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 14.000 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 14.001 - Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode,

Projeto/Atividade: 27.812.0090.2018 - Manutenção Do Desporto Amador e Estudantil

Elemento: 319100.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 - Recursos Ordinários R\$ 8.100,00

TOTAL R\$ 8.100,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 9º - Fica suplementado na importância de R\$ 1.762,00 (um mil setecentos e sessenta e dois reais) por fonte de recurso do excesso de arrecadação do Fundo Municipal da Assistência Social de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 13.000 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DO DESENV.SOCIAL

Unidade Orçamentária: 13.001 - Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 08.244.0140.2051 - Manut.das Atividades do Desenv.Social

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01520004 - Outr.Transf.Fundo Assist.-IGD Suas R\$ 1.762,00

TOTAL R\$ 1.762,00

Art. 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 03 de Junho de 2013.

ROLF NICLODELLI

GERMANO SCHROEDER

Prefeito Municipal

Secretário de Administração e Fazenda

Decreto Nº 2.777, de 25 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 2.777, DE 25 DE JUNHO DE 2013.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 2.218, DE 31 DE MARÇO DE 2010, QUE INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE POMERODE, DISPONDO SOBRE A PUBLICAÇÃO LEGAL E DIVULGAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DO PODER EXECUTIVO.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos do Poder Executivo do Município de Pomerode.

Parágrafo Único. A partir do dia 1º de julho de 2013, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação, disponível no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet, salvo as de publicação obrigatória em outros meios de veiculação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE,
em 25 de junho de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N° 2751 de 20 de Março de 2013

DECRETO N° 2751 DE 20 DE MARÇO DE 2013
REVOGA O DECRETO N° 2.595 DE 22 DE JUNHO DE 2011.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 74, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Decreto nº 2.595, de 22 de junho de 2011, que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, OS IMÓVEIS LOCALIZADOS NA RUA ARNOLDO HASS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS",

CONSIDERANDO, que até a presente data, transcorridos quase dois anos sem que a área fosse devidamente avaliada e indenizada para o fim ao qual remete o Decreto nº 2.595,

CONSIDERANDO, ainda a falta de interesse da atual administração municipal em desapropriar o referido imóvel, inclusive por ausência de dotação orçamentária,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o DECRETO N° 2.595 DE 22 DE JUNHO DE 2011.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode/SC, em 20 de março de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N° 2752 de 20 de Março de 2013

DECRETO N° 2752 DE 20 DE MARÇO DE 2013
REVOGA O DECRETO N° 2.506 DE 08 DE JULHO DE 2010.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 74, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Decreto nº 2.506, de 08 de julho de 2010, que "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA EFEITOS DE DESAPROPRIAÇÃO, IMÓVEL PARTICULAR SITUADO NA RUA DOS ATIRADORES ESQUINA COM A RUA ARNOLDO HASS, NECESSÁRIO PARA

IMPLANTAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS",

CONSIDERANDO, a aprovação do orçamento anual de 2013 mediante LEI N° 2507, DE 15 DE JUNHO DE 2012, a qual "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS", a qual não alcança nenhuma rubrica para fins de desapropriação de imóveis,

CONSIDERANDO, a falta de interesse da atual administração municipal em desapropriar o referido imóvel, inclusive por razões de dotação orçamentária,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o DECRETO N° 2.506 DE 08 DE JULHO DE 2010.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode/SC, em 20 de março de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N° 2753/2013

DECRETO N° 2753/2013
DECLARA "PONTO FACULTATIVO" NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO NO PERÍODO VESPERTINO NO DIA 28 DE MARÇO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, usando das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas do Município, no período vespertino no dia 28 de março de 2013, em razão da semana santa.

Parágrafo Único Excetuam-se da vantagem de que trata o caput, os serviços essenciais ou inadiáveis, que funcionarão em regime de plantão, sendo consideradas como horas extraordinárias, mediante autorização do superior imediato.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 20 de março de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto N° 2760, de 23 de Abril/2013

DECRETO N° 2760, de 23 de abril/2013
Convoca a IV Conferência Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Pomerode, em conjunto com o Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município, DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a IV Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 28 de junho de 2013, tendo como tema central: "Gestão e Financiamento para a efetivação do SUAS".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor

municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 23 de abril de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

WILSON KLUG

Coordenador do Conselho Municipal de Assistência Social

Decreto Nº 2761, de 02 de Maio de 2013

DECRETO Nº 2761, DE 02 DE MAIO DE 2013

Convoca a 3ª Conferência Intermunicipal de Cultura e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Pomerode ROLF NICOLODELLI, no exercício de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Portaria nº 33 de 16 de abril de 2013 do Ministério da Cultura,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 3ª Conferência Intermunicipal de Cultura, etapa preparatória da III Conferência Nacional de Cultura, a se realizar no dia 18 de maio de 2013, no TEATRO MUNICIPAL DE POMERODE, situado a rua Hermann Weege, 111, sob a coordenação da Comissão organizadora composta pelos municípios de: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Indaial, Gaspar, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó

Art. 2º - A 3ª Conferência Intermunicipal de Cultura desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por Eixos e Sub-Eixos a orientação da Portaria supracitada, conforme segue:

Art. 3º - Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;

2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

3 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

4 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;

2 - Educação e Formação Artística e Cultural;

3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos

dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;

2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;

3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;

4 - Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Art. 3º - A 3ª Conferência Intermunicipal de Cultura será presidida pela comissão organizadora .

Art. 4º - A comissão organizadora expedirá o regulamento da 3ª Conferência Intemunicipal de Cultura.

Parágrafo único - O regulamento irá dispor sobre a organização e o funcionamento da 3ª Conferência Municipal de Cultura, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 5º - As despesas com a realização da 3ª Conferência Municipal de Cultura correrão por conta dos recursos orçamentários do Colegiado de cultura da Ammvi.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 02 de maio de 2013

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal DE POMERODE

Decreto Nº 2762, de 09 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 2762, DE 09 DE MAIO DE 2013.

INSTITUI OS PREÇOS REFERENTES A DIÁRIAS EM DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS NO MUNICÍPIO DE POMERODE, DE REMOÇÃO E DO QUILOMETRO RODADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUINCHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de das atribuições que lhe conferem o art. 62, XXIV, combinado com o art. 74, I, "I", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 30 de março de 1990, e na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 205, de 23 de maio de 2011; DECRETA:

Art. 1º O valor da diária atribuída à ESTADIA de veículos apreendidos em Pátio no município de Pomerode será estipulado nos seguintes termos da presente tabela:

DIÁRIA	QUANTIDADE UFM	VALOR EM UFM	VALOR EM REAL
--------	----------------	--------------	---------------

Veículos Pesados com Truck/Ônibus	10	2,2655 UFM	R\$22,65
Veículos Pesados sem Truck	8	2,2655 UFM	R\$18,12
Caminhonete/Camioneta	6	2,2655 UFM	R\$13,59
Automóvel	5	2,2655 UFM	R\$11,32
Motocicleta/Ciclomotor	3	2,2655 UFM	R\$6,79
Bicicleta	1	2,2655 UFM	R\$2,26

Parágrafo Único - Considera-se uma diária o pernoite do veículo automotor no estabelecimento de estadia da Permissionária.

Art. 2º Será considerado, para REMOÇÃO de veículo pela Permissionária, o seguinte valor estabelecido na presente tabela:

ATÉ 05 KM	QUANTIDADE UFM	VALOR EM UFM	VALOR EM REAL
Veículos Pesados com Truck/Ônibus	85	2,2655 UFM	R\$192,56
Veículos Pesados sem Truck	85	2,2655 UFM	R\$192,56
Caminhonete/Camioneta	55	2,2655 UFM	R\$124,60
Automóvel	55	2,2655 UFM	R\$124,60
Motocicleta/Ciclomotor	25	2,2655 UFM	R\$56,63
Bicicleta	25	2,2655 UFM	R\$56,63

Parágrafo Único - Excedendo a remoção em 05 (cinco quilômetros) será acrescido em UFM no preço por quilômetro rodado pelo veículo de guincho da Permissionária, nos seguintes termos da presente tabela:

ACIMA DE 05 KM	QUANTIDADE UFM	VALOR EM UFM	VALOR EM REAL
Veículos Pesados com Truck/Ônibus	3	2,2655 UFM	R\$6,79
Veículos Pesados sem Truck	3	2,2655 UFM	R\$6,79
Caminhonete/Camioneta	2	2,2655 UFM	R\$4,53
Automóvel	2	2,2655 UFM	R\$4,53
Motocicleta/Ciclomotor	1	2,2655 UFM	R\$2,26
Bicicleta	1	2,2655 UFM	R\$2,26

Art. 2º O reajuste das tarifas será concedido no final de cada exercício, com arcabouço no indexador municipal, sendo este a UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 2.638 de 06 de dezembro de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, de 09 de maio de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 2763, de 13 de Maio de 2013

DECRETO Nº 2763, DE 13 DE MAIO DE 2013

Convoca a II Conferência Nacional de Educação - CONAE MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Pomerode, em conjunto com a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no uso de suas

atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes sobre a II Conferência Nacional de Educação - II CONAE Municipal, com o tema central "O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração",

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Municipal de Educação de Pomerode, a ser realizada no dia 23 de maio de 2013, contando com a participação da classe do magistério, pais, alunos e demais representantes da sociedade civil e organizada, tendo como tema central o eixo IV: "Qualidade da Educação: Democratização do Acesso, Permanência, Avaliação, Condições de Participação e Aprendizagem".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 13 de maio de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

JOANA WACHHOLZ

Secretária da Educação e Formação Empreendedora

Decreto Nº 2764, de 15 de Maio de 2013

DECRETO Nº 2764, DE 15 DE MAIO DE 2013

INSTITUI A COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PNAFM

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I. alínea "a" da lei orgânica do Município: Considerando a exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para a existência de uma unidade Executora Municipal para gerir o Programa, DECRETA:

Art. 1º A unidade Executora Municipal será constituída de 01(um) Coordenador, 01(um) Sub-Coordenador Administrativo e Financeiro, 01(um) Sub-Coordenador Técnico, 01(um) Assessor Administrativo e Financeiro e, 01(um) Assessor Técnico.

Art. 2º A comissão a que alude o Artigo Primeiro deste Decreto terá a seguinte composição:

MAURÍCIO EDUARDO GORIGOÍTIA VEGA

Coordenador

MARCO ANTÔNIO CECHINEL

Sub-Coordenador Administrativo e Financeiro

CLAUS GRUETZMACHER

Sub-Coordenador Técnico

JAIME JENSEN

Assessor Administrativo e Financeiro

DAVID HERZOG

Assessor Técnico

Art. 3º Esse Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 15 de maio de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2765, de 15 de Maio de 2013

DECRETO Nº 2765, DE 15 DE MAIO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2012, NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE, DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE, E POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I e III, da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I e II da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 51.112,15 (cinquenta e um mil, cento e doze reais e quinze centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2012, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05.000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 - Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.00302.061 - Manutenção do GETRAN

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03540000 - Convênio Trânsito- Militar R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 07.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.1003 - Ampl.e Reforma da Rede Física Esc.e Quadras

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03225401 - Transf.Conv.Educa.-Min.Espor.Quadra R\$ 8.416,27

ÓRGÃO: 08.000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.001 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.1012 - Recuperação do Mun.em Intemp.Naturais

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03240104-Transf. Convênio-MACRODRENAGEM R\$ 27.695,88

TOTAL R\$ 51.112,15

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 2º - Fica suplementado na importância de R\$ 44.268,90 (quarenta e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa centavos) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 07.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 - Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.1003 - Ampl.e Reforma da Rede Física Esc.e Quadras

Elemento: 449000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01225401-Transf.Conv.Educa.-Min.Espor.

Quadra R\$ 44.268,90

TOTAL R\$ 44.268,90

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2012 DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE POMERODE

Art. 3º - Fica suplementado na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2012, do Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 11.000 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 11.001 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 - Manut.da Secr.da Saúde Recursos SUS

Elemento: 319000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03640208 - Centro de Atenção Psicossocial-CAPS R\$ 30.000,00

TOTAL: R\$ 30.000,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º - Fica suplementado na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2012, Fundo de Desenvolvimento do Turismo de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.524 de 16/11/2012, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 12.000 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.002- Diretoria de Políticas de Turismo

Projeto/Atividade: 23.695.0110.2053 - Atividades de Promoção e Desenv.Turístico

Elemento: 339000.00 - Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 15 de Maio de 2013.

ROLF NICOLODELLI

GERMANO SCHROEDER

Prefeito Municipal

Secretário de Administração e Fazenda

Decreto Nº 2769 de 29 de Maio de 2013.

DECRETO Nº 2769 DE 29 DE MAIO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Rolf Nicolodelli, Prefeito Municipal de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro

Nacional – STN nº 753, de 21 de dezembro de 2012, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	Cronograma de Ações
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, não incluindo dívida ativa	31/12/2014
1.1.1 - Avaliação dos créditos tributários no setor de receita, com referência aos valores registrados, bem como a metodologia de lançamento, e suas alterações e cancelamentos	31/12/2014
1.1.2 - Integração dos sistemas de contabilidade com o setor de tributação de forma diária	2014
1.1.3 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência	2014
1.1.4 - Criação de metodologia ajustes de perdas	2014
1.1.5 - Registros de ajustes de perdas	2014
1.2 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, com referência a dívida ativa	2014
1.2.1 - Avaliação dos créditos tributários ou não no setor competente, com referência aos valores registrados, bem como a metodologia de lançamento, e suas alterações e cancelamentos	2014
1.2.2 - Integração dos sistemas de contabilidade com o setor de tributação de forma diária	2014
1.2.3 - Registro dos créditos tributários ou não, com referência a dívida ativa pelo regime de competência	2014
1.3 - Criação de metodologia ajustes de perdas da dívida ativa	2014
1.4 - Registros de ajustes de perdas da dívida ativa	2014
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	2014
2.1.1 - Separar as provisões de crédito	2014
2.1.2 - Separar as provisões de obrigações	2014
2.1.2.1 - Apurar os valores e criar metodologia de Provisão de Pessoal e Encargos	2014
2.1.2.2 - Apurar os valores e criar metodologia de Provisão de precatórios e processos	2014
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.registro	2014
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	31/12/2014
3.1.1 - Setor de patrimonio com os valores corretos- atualizados	31/12/2014
3.1.1.1 - Levantamento Físico dos Bens Móveis	31/12/2014
3.1.1.2 - Levantamento dos Bens Imóveis (incluindo bens de uso comum)	31/12/2014
3.1.1.3 - Levantamento dos Bens Intangíveis	31/12/2014
3.1.1.4 - Atualização dos Valores dos Bens	31/12/2014
3.1.2 - Integração do sistema Patrimonio x Contabilidade	31/12/2014
3.1.2.1 - Ajustes na Contabilidade de acordo com os registros de Patrimonio	31/12/2014
3.1.2.2 - Integração dos softwres utilizados na Contabilidade e no Patrimonio	31/12/2014

4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/ exaustão, e vida útil dos bens móveis.	2014
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	2014
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	2014
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Identificação de Bens de Infraestrutura	31/12/2014
5.2 - Valorização dos Bens de Infraestrutura	31/12/2014
5.3 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	31/12/2014
5.4 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	31/12/2014
5.5 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	31/12/2014
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos serviços que terão os custos levantados.	31/12/2014
6.2 - Implementação do sistema de custos.	31/12/2014
7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	01/01/2014
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	01/01/2014
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	31/12/2013
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	31/12/2014
8.3 - Implementação das demonstrações contábeis conforme MCASP.	31/12/2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, em 29 de maio de 2013.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

Lei N° 4.165/2013

LEI N° 4.165, de 07 de agosto de 2013.

Dispõe sobre o Plano Plurianual – 2014 a 2017, expresso em normas, ações prioritárias, diretrizes, objetivos e metas a serem observadas pelas Unidades da Administração Direta, Fundos e Órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo do Município de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido para o período de 2014 a 2017, o Plano Plurianual expresso em normas, ações prioritárias, diretrizes, objetivos e metas a serem observadas pelas Unidades da Administração Direta, Fundos e Órgãos da Administração Indireta do Poder Executivo e pelo Poder Legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

Art. 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos de Programas anuais serão elaborados segundo esta Lei, observadas as normas estabelecidas na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e demais leis que disciplinam a matéria.

Art. 3º Em decorrência da execução programática, o plano de trabalho e demais normas estabelecidas nesta lei poderão ser revisados anualmente, por ocasião da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e ou através de leis especiais, quando do surgimento de motivos que assim exigem.

Art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro estabelecerá:
ações prioritárias, objetivos e metas da administração pública municipal;
metas e riscos fiscais;
disposições sobre alterações na legislação tributária;
estrutura e organização da lei orçamentária;
diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;
normas relativas à execução financeira e orçamentária;
políticas de aplicação dos Fundos, Fundações e Autarquias;
da seguridade social.

Art. 5º Serão considerados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, os efeitos de alterações na legislação tributária, atos decorrentes de concessões e ou reduções de isenções fiscais, revisões de alíquotas dos tributos de competência do Município e resultados decorrentes do aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança dos tributos e da dívida ativa.

Art. 6º A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá a estrutura, organização e normas para a elaboração e execução do orçamento programa, estabelecerá as políticas de pessoal relacionadas à implantação de planos de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, adicionais por tempo de serviço, reajuste salarial e concernente ao aumento do número de vagas no quadro funcional das administrações direta e indireta, identificará as ações, programas e projetos novos e considerará os efeitos das expansões e ou aperfeiçoamento dos serviços municipais.

Art. 7º As ações prioritárias, objetivos e metas para o período

de 2014 a 2017, a serem observadas e executadas pelas unidades das administrações diretas e indiretas, estão consolidadas nos Anexos desta Lei.

Art. 8º A programação das receitas e despesas previstas para consecução do programa de trabalho estabelecido no artigo anterior está definida nos Anexos.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

ANEXO I

AÇÕES PRIORITÁRIAS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014 a 2017

I- CHEFIA DE GABINETE DO PODER EXECUTIVO

Objetivos:

Coordenação político-administrativa, com a maioria das ações voltadas para o atendimento ao público. Manter o serviço de divulgação e publicação das ações administrativas, manter a Assessoria Jurídica e o Cerimonial. Estabelecer relacionamento com as demais esferas de governo com vistas à obtenção de apoio para a implementação de projetos no município.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
001	Atendimento ao público	Pessoas	1000	1000	1000	1000
002	Participação em reuniões e outros eventos	Evento	100	120	120	140
003	Manter relação política com outras esferas de governo	Contato	50	50	80	100
004	Manter a Assessoria Jurídica	Setor	01	01	01	01
005	Manter setor de serviços de comunicação e divulgação	Setor	01	01	01	01
006	Manter os serviços de cerimonial	Serviço	50	50	50	50

II- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Objetivos:

Promover e apoiar eventos artísticos e culturais e do segmento turístico bem como desencadear ações para manutenção, implantação de bem moveis e imóveis para beneficio da população de Porto União através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
007	Implantação de espaço para arquivo público municipal;	Espaço	00	01	00	00
008	Restauração da Igreja São João Batista (Legru);	Restauro	01	00	00	00
009	Criação e estruturação da Escola Municipal de Artes, com a aquisição de equipamentos;	Escola	01	00	00	00
010	Criação e montagem dos museus da Madeira e da erva-mate no interior;	Museus	01	01	01	01
011	Continuidades ao projeto Museus Rurais;	Projetos	02	00	00	00
012	Equipamentos para informatização do trabalho de arquivos e museologia e produção de espetáculos (iluminação, recurso cênicos e cenários);	Equipamentos e recursos	10	10	10	10
013	Material e recursos para viabilizar exposições e eventos culturais;	Equipamento e recurso	02	02	02	02
014	Aquisição de mobiliário e equipamentos para montagem e adequação do Arquivo Municipal;	Mobiliário e equipamento	05	05	05	05
015	Reforma/adaptação do conjunto dos armazéns da estação união para fins culturais;	Reforma	01	01	00	00

016	Aumento do repasse para custeio de atividades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;	Repasse	01	01	01	01
017	Aquisição de obras de arte de artistas locais;	Obras arte	05	05	05	05
018	Produção de vídeos, CD's, DVD's sobre a cultura e história do município;	Produção	20	20	20	20
019	Implantação de projetos que valorizem a qualidade do artesanato regional através de pesquisas e treinamentos;	Implantação projetos	01	01	01	01
020	Desenvolvimentos de trabalhos e captação de recursos para as comemorações do Centenário do Contestado;	Comemoração	01	01	01	01
021	Apoiar grupos folclóricos, musicais emergentes e similares;	Apoio	04	04	04	04
022	Apoiar festivais de dança de grupos locais;	Apoio	04	04	04	04
023	Realizar festivais e concursos de bandas e fanfarras;	Apoio e Realização	04	04	04	04
024	Apoiar e realizar festivais de música no município;	Apoio	04	04	04	04
025	Criar a Banda Municipal de Porto União;	Implantação	01	01	01	01
026	Show artístico locais;	Apoio	04	04	04	04
027	Implantar e manter grupos de corais;	Apoio	02	02	02	02
028	Realização de Tertúlias mensais com artistas locais;	Apoio e Realização	10	10	10	10

029	Implementação e manutenção de projeto de dança;	Implantação	01	01	01	01
030	Apoio para divulgação de festas em comunidades locais;	Apoio	10	10	10	10
031	Manutenção e criação de projetos de música;	Implantação e manutenção	04	04	04	04
032	Revitalização do espaço dominado "Balneário";	Revitalização	01	01	01	01
033	Exposição de obras de Artistas Locais;	Apoio e Realização	04	04	04	04
034	Construção do Centro Cultural;	Construção	01	01	01	01
035	Apoio à Associação dos Artesãos de Porto União;	Apoio	01	01	01	01
036	Fomentar e apoiar a edição de obras literárias de todos os segmentos de escritores locais;	Incentivar	05	05	05	05
037	Manutenção e restauro dos monumentos históricos, praças e imóveis tombados;	Manutenção	08	08	08	08
038	Aquisição de veículo automotor;	Veículo	01	00	00	00
039	Destinação de recursos próprios do município para o Fundo Municipal de Turismo;	Ação	01	01	01	01
040	Atualização do inventário de oferta e demanda Turística;	Ação	01	01	01	01
041	Realização de Pesquisas de Demanda Turística;	Ação	01	01	01	01
042	Elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal;	Plano	01	01	01	01

043	Construção de Mirantes em Santa Cruz do Timbó, Salto do Pintado e na Cachoeira do 13;	Mirantes	01	01	01	01
044	Revitalização da Praça Hercílio Luz e entorno;	Revitalização	01	01	01	01
045	Restauração de Estações e Patrimônio Ferroviário;	Restauração	01	01	01	01
046	Ampliação da rampa de acesso ao Rio Iguaçu;	Rampa	01	00	00	00
047	Ações de resgate da história da aviação em Porto União;	Ação	01	01	01	01
048	Ações de apoio ao Turismo Náutico;	Ação	01	01	01	01
049	Ações de apoio ao Turismo Ferroviário e Histórico, passeios de Maria Fumaça 310;	Ferrovia	01	01	01	01
050	Implantação de programa de apoio ao Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo Rural;	Programas	01	01	01	01
051	Inclusão de programas de incentivo à cultura e turismo nos projetos político-pedagógicos das escolas;	Programas	01	01	01	01
052	Aquisição de áreas de terra no Morro da Cruz para complementação do Parque Monge João Maria;	Terrenos	01	01	01	01

053	Projeto de implantação de complexo turístico, envolvendo o Morro da Cruz, Grutas e Poçinho do Parque Monge João Maria e áreas de preservação no bairro Santa Rosa;	Projeto	01	01	01	01
054	Melhoria nos acessos atrativos turísticos;	Ação	03	03	03	03
055	Adequação e manutenção de área da Pedreira do KM13;	Adequação	01	01	01	01
056	Implantação do Parque Ferroviário do Contestado na Pedreira do KM 13;	Implantação	01	01	01	01
057	Ações para consolidar o município como referência dentro da história do Contestado;	Ação	01	01	01	01
058	Implantação da sub-governança da Região Turística Vale do Contestado;	Implantação	01	01	01	01
059	Consolidar programas de visitas aos roteiros turísticos já implantados e outros a serem formados;	Programas	01	01	01	01
060	Implantação de novos roteiros turísticos;	Roteiros	01	01	01	01
061	Apoio ao desenvolvimento de atividades turísticas;	Apoio	01	01	01	01
062	Implantação de sinalização turística indicativa e interpretativa;	Sinalização	01	01	01	01

063	Incentivo ao turismo de negócios e promoção de rodadas de negócios;	Incentivo	01	01	01	01
064	Implantação de programa de atração de investimentos no setor de turismo;	Implantação	01	01	01	01
065	Criação de parcerias para a melhoria dos atrativos turísticos;	Parcerias	01	01	01	01
066	Implantação de Programa de Artesanato;	Implantação	01	01	01	01
067	Implantação de Projeto de Gastronomia;	Implantação	01	01	01	01
068	Promoção e realização de seminários, oficinas mesas redondas, congressos, workshops na área de turismo;	Eventos	02	02	02	02
069	Realização de oficinas de capacitação em receptivo para frentistas, taxistas, policiais de trânsito e comunidade local;	Oficinas	01	01	01	01
070	Realização de oficinas de capacitação gerencial para empreendedores;	Oficinas	02	02	02	02
071	Realização de curso de guia regional de turismo Embratur;	Cursos	01	02	02	02
072	Realização de oficinas de qualificação para hotéis, bares e restaurantes e agências de viagens e turismo;	Oficinas	01	01	01	01

073	Promoção de Seminário para resgatar regionalmente a história e o Caminho das Tropas (Caminho das Missões) e Guerra do Contestado;	Seminário	01	01	01	01
074	Apoio as festas realizadas no Município, voltadas ao turismo étnico, cultural, histórico, religioso e gastronômico;	Apoio	05	05	05	05
075	Apoio na realização da Festa Nacional do Steinhager e do Xixo;	Ação	01	01	01	01
076	Apoio na realização das Festas dos CTGs locais;	Apoio	01	01	01	01
077	Promoção e divulgação em veículos de comunicação, feiras e eventos;	Promoção	03	03	03	03
078	Implantação do Programa desenvolvimento do Setor de Confecções;	Programa	01	01	01	01
079	Aquisição de câmera digital profissional;	Câmera	01	00	00	00
080	Aquisição de microcomputador;	Microcomputador	01	01	01	01
081	Aquisição de impressora multifuncional;	Impressora	01	00	00	00
082	Aquisição de mesa em L;	Mesa	01	01	00	00
083	Aquisição de mesa;	Mesa	01	01	00	00
084	Aquisição de filmadora;	Filmadora	01	00	00	00
085	Aquisição de cadeiras estofadas fixas;	Cadeiras fixas	04	00	00	00
086	Aquisição de cadeiras giratórias;	Cadeira Giratória	01	00	00	00

087	Aquisição de um sistema de som com duas caixas, uma mesa com oito canais e dois microfones;	Aquisição	01	00	00	00
088	Aquisição de um conjunto de bandeiras (Brasil, Estado e Município);	Aquisição	01	00	00	00
089	Reativação do Conselho Municipal de Turismo;	Ação	01	00	00	00
090	Apoio e divulgação do Roteiro Caminhos do Contestado;	Ação	01	01	01	01
091	Aquisição de áreas e construções da antiga Rede Ferroviária para implantar o parque Ferroviário do Contestado;	Terreno	01	01	01	01
092	Resgate da história da aviação em Porto União;	Ação	01	01	01	01
093	Fomento a roteiro ciclo turístico;	Incentivo	01	01	01	01

III – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Objetivos:

Executar programas sociais de natureza comunitária; atender crianças e adolescentes carentes de 0 a 17 anos, propiciando condições ao seu desenvolvimento e integração na sociedade; dar suporte aos conselhos Municipais; atender famílias pessoas em situação de vulnerabilidade devidamente cadastradas; atender pessoas portadoras de deficiência física e mental; apoiar técnica e financeiramente, através de convênios, entidades assistenciais sem fins lucrativos devidamente cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social; apoiar e incentivar atuação de Grupos da Terceira Idade, Clube de Mães e Associação de Moradores. Essas ações serão desenvolvidas em conjunto com o Fundo Municipal de Assistência Social.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
094	Atendimento e acompanhamento integral às famílias referenciadas ao CRAS, com a execução dos seguintes serviços: PAIF – SERVIÇO DE Proteção e Atendimento Integral à Família / Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as crianças de até 6 anos e suas famílias, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos / Serviço de acompanhamento domiciliar para idosos e pessoas com deficiência para até 3.500 famílias referenciadas;	Família	2500	2500	2500	2500
095	Atendimento e acompanhamento integral às famílias residentes na área rural através da Equipe Volante do CRAS com a Execução do Paif – Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família / Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para crianças de até 6 anos e suas famílias, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos / Serviço de acompanhamento domiciliar para idosos e pessoas com deficiência / para até 500 famílias referidas;	Família	50	50	50	50
096	PROJOVEM - Atendimento e acompanhamento de um coletivo de até 30 jovens com ações sócio-educativas, esportivas e preparo para inclusão no mundo do trabalho;	Adolescente	30	30	30	30
097	PROJOVEM (Bairro Vice-king) - Atendimento e acompanhamento de um coletivo de até 30 jovens com ações sócio-educativas, esportivas e preparo para inclusão no mundo do trabalho;	Adolescente	30	30	30	30
098	PROJOVEM (Bairro Santa Rosa) - Atendimento e acompanhamento de um coletivo de até 30 jovens com ações sócio-educativas, esportivas e preparo para inclusão no mundo do trabalho;	Adolescente	30	30	30	30
099	Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência e situações de risco;	Criança	30	30	30	30
100	Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos; (PFMC)	Criança	50	50	50	50
101	O serviço tem por finalidade prover atenção sócio-assistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto, determinadas judicialmente;	Adolescente	50	50	50	50
102	Serviço para a oferta de atendimento especializado a família com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos;	Família	300	300	300	300
103	Acolher provisório e excepcional crianças e adolescentes de ambos os sexos inclusive com deficiência sob medida de proteção;	Criança	20	20	20	20
104	Atender famílias em situação de vulnerabilidade com cestas básicas/leite;	Família	2400	2400	2400	2400
105	Atender gestantes com auxílio natalidade (kit enxoval);	Pessoa	45	45	45	45
106	Atender pessoas em situação de vulnerabilidade com auxílio funeral;	Pessoa	20	20	20	20
107	Auxiliar com fotos, passagens, 2ª via de certidões de nascimento, casamento e óbito;	Pessoa	1200	1200	1200	1200
108	Promoção de cursos profissionalizantes com SENAI/SE-NAC, com turmas de 35 alunos;	Turma	31	31	31	31
109	Capacitar profissionais da área de assistência social e conselheiros;	Capacitação	10	10	10	10
110	Contratação de instrutores para operacionalização de cursos de geração de renda municipal;	Contratação	02	02	02	02
111	Aquisição de veículos para atendimento CRAS/CREAS/Gestão/Bolsa Família/3ª Idade;	Veículo	04	05	04	04
112	Manutenção de prédio que abriga o órgão gestor com reforma / construção. Manutenção das unidades fiscais do CRAS e CREAS;	Reforma	02	03	00	00

113	Serviço de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para crianças e adolescentes de 0 a 15 anos (Projeto Crer e Ser);	Terreno	01	00	00	00
114	Equipamento Público para oferta de Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade;	Equipamento	00	01	00	01
115	Equipamento Público para oferta de Serviço de Proteção Social Básica. (Bairro Vice-King);	Equipamento	01	00	00	00
116	Equipamento Público para oferta de Serviço de Proteção Social Básica. (Bairro Santa Rosa);	Equipamento	00	01	00	00
117	Implantação do Sistema de Informações Sociais para CRAS/Equipe Volante/CREAS/Gestão;	Implantação	01	00	00	00
118	Contratação de profissionais de nível superior para compor a equipe de Referência CRAS / CREAS / GESTÃO;	Pessoa	07	07	03	03
119	Manutenção do Banco de Dados das famílias beneficiários do Bolsa Família/Inclusão de Novas Famílias;	Família	1300	1300	1300	1300
120	Atualização e Inclusão de beneficiários para os programas de tarifa social, energia elétrica, cursos profissionalizantes, benefícios de prestação continuada, habitação de Interesse Social, contribuição previdenciária para donas de casa, isenção de taxas de inscrição para concursos públicos, telefonia fixa;	Família	500	500	500	500
121	Garantir o atendimento de crianças e adolescentes priorizando o Programa de LA e PSC, bem como demais encaminhados pelo Conselho Tutelar em atividades de contra turno. (Oficina de Marcenaria)	Criança/ Adolescente	25	25	25	25
122	Garantir o atendimento de crianças e adolescentes priorizando o Programa de LA e PSC, bem como demais encaminhados pelo Conselho Tutelar em atividades de contra turno. (Tae Ken Do);	Criança / Adolescente	50	50	50	50
123	Garantir o atendimento de crianças e adolescentes priorizando o Programa de LA e PSC, bem como demais encaminhados pelo Conselho Tutelar em atividades de contra turno. (Escola de Artes);	Criança / Adolescente	30	30	30	30
124	Garantir o atendimento de crianças e adolescentes priorizando o Programa de LA e PSC, bem como demais encaminhados pelo Conselho Tutelar em atividades de contra turno. (Dança);	Criança / Adolescente	30	30	30	30
125	Garantir o atendimento de crianças e adolescentes priorizando o Programa de LA e PSC, bem como demais encaminhados pelo Conselho Tutelar em atividades de contra turno. (Informática);	Criança / Adolescente	90	90	90	90
126	Garantir o atendimento de crianças e adolescentes priorizando o Programa de LA e PSC, bem como demais encaminhados pelo Conselho Tutelar em atividades de contra turno. (Dança de rua – HIP HOP);	Criança / Adolescente	30	30	30	30
127	Garantir o atendimento de crianças e adolescentes priorizando o Programa de LA e PSC, bem como demais encaminhados pelo Conselho Tutelar em atividades de contra turno. (Grafiteagem);	Criança / Adolescente	30	30	30	30
128	Garantir o atendimento de crianças e adolescentes priorizando o Programa de LA e PSC, bem como demais encaminhados pelo Conselho Tutelar em atividades de contra turno. (Teatro);	Criança / Adolescente	30	30	30	30

III - I. CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS I

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
129	Construir sede própria comportando: sala de recepção, 3 salas oficinas terapêuticas, consultório médico, consultório psicológico, 2 salas reunião, biblioteca, sala de informática, cozinha, refeitório, 3 banheiros para deficientes físicos, lavanderia, em torno de 450 m² de área construída, além da área externa para atividade física e laboral;	Construção	00	01	00	00
130	Construir Unidade Acolhimento, com área construída aproximada de 300m²;	Construção	00	00	01	00



131	Implantar Unidade de Acolhimento, conforme regras estabelecidas pelo Ministério da Saúde;	Implantação	01	00	00	00
132	Aquisição de microcomputadores;	Micro computadores	02	02	03	03
133	Aquisição de Impressora;	Impressora	01	01	01	01
134	Aquisição de veículo tipo VAN, para transporte de pacientes;	Veiculo	01	00	00	01
135	Aquisição de micro-ônibus para transporte de pacientes;	Veiculo	00	01	00	00
136	Apoiar os projetos de geração de renda da Associação dos Usuários do CAPS I;	Apoio	12	12	14	16

IV- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE

Objetivos:

Viabilizar, coordenar e controlar os objetivos e metas programados pelo Prefeito; assessorar o Chefe dos Executivos nas relações com os diversos segmentos na sociedade e na sua representatividade diante dos setores e autoridades municipais, estaduais e federais; coordenar, repassar recursos e controlar as atividades executadas pelos órgãos da Administração indireta; modernizar a estrutura administrativa do Executivo Municipal; executar atividades de natureza administrativa, jurídica e de recursos humanos; avaliar e proceder ajustes nas estruturas de pessoal face às metas estabelecidas neste plano; readequar plano de carreira para os servidores municipais; implantar programa de capacitação de recursos humanos; executar os processos de aquisição, armazenagem e distribuição de materiais; maximizar os serviços de natureza administrativa; proceder desapropriação de imóveis declarados de interesse social; modernizar e operacionalizar o sistema de tributação e fiscalização; garantir a execução e qualidade dos serviços prestados à sociedade. Coordenar as ações ligadas ao Esporte e à Cultura.

Principais metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
137	Construção nova sede (parte);	Construção	01	01	00	00
138	Construção sede própria de Defesa Civil (parte);	Construção	01	01	00	00
139	Construção sede própria para Demutran (parte);	Construção	01	01	00	00
140	Construção de novo departamento de Esporte (parte);	Construção	01	01	00	00
141	Aquisição de veículo 0 km;	Veiculo	04	03	01	01
142	Aquisição de veículo utilitário;	Veiculo	03	00	00	00
143	Cursos de formação e capacitação;	Curso	17	15	15	15
144	Aquisição Data-show;	Data show	04	00	00	00
145	Aquisição de Notebook;	Notebook	06	00	00	00
146	Aquisição de computador;	Computador	07	03	04	03
147	Aquisição de impressora a laser;	Impressora	03	00	02	00
148	Aquisição de impressora multifuncional;	Impressora	04	00	04	00
149	Aquisição de impressora matricial;	Impressora	01	00	00	00
150	Aquisição de câmera digital;	Câmera	03	02	01	00
151	Aquisição de filmadora;	Filmadora	04	00	00	00
152	Aquisição de aparelho celular/contrato operadora;	Celular	20	00	00	00
153	Aquisição de mesas auxiliares com gavetas;	Mesas	04	02	02	00
154	Aquisição de bebedouro elétrico (água natural e gelada);	Bebedouro	01	01	01	01
155	Aquisição de mesa em L com gavetas;	Mesas	07	02	02	02
156	Aquisição de mesas para computadores;	Mesas	05	02	02	02
157	Aquisição de armários;	Armários	18	01	01	01
158	Aquisição de ar-condicionado;	Ar Condicionado	08	00	00	00
159	Reforma da Rodoviária;	Reforma	01	00	00	00
160	No-break para computadores;	Nobreak	03	02	00	00
161	Cadeira giratória;	Cadeira	10	05	05	05
162	Cadeira atendimento ao público;	Cadeira	07	00	00	00
163	Aquisição de coletes (Defesa Civil);	Coletes	10	05	05	05
164	Aquisição camisetas (Defesa Civil);	Camisas	10	05	05	05
165	Aquisição de jardineiras padrão (Defesa Civil);	Calças	10	05	05	05
166	Aquisição de Botes de alumínio;	Botes	02	01	00	00
167	Aquisição de GPS;	GPS	01	00	01	00
168	Aquisição de coletes salva-vidas;	Coletes	10	05	05	05
169	Aquisição de remos para embarcações;	Remos	06	00	00	00
170	Aquisição de material didático e educativo para educação de trânsito. (cartilhas);	Cartilhas	2000	2000	2000	2000
171	Aquisição de material didático e educativo para educação de trânsito. (folders);	Folder	15000	15000	15000	15000

172	Aquisição de material didático e educativo para educação escolar da Defesa Civil, para uso com publico. (cartilhas);	Cartilhas	200	200	200	200
173	Aquisição de material didático e educativo para educação escolar da Defesa Civil, para uso com publico. (folders);	Folders	200	200	200	200
174	Fitas Zebradas com descrição impressa;	Fitas	05	05	05	05
175	Aquisição de rolos de lona preta;	Lonas	02	02	02	02
176	Aquisição de telhas e amianto;	Eternit	200	200	200	200
177	Escada de alumínio com 03 metros ou mais;	Escada	02	01	01	01
178	Moto serra;	Moto serra	01	01	01	01
179	Facão de vários tamanhos;	Facão	02	02	00	00
180	Aquisição de rolos de cordas;	Corda	01	01	01	01
181	Aquisição de lanternas de led;	Lanterna	02	02	02	02
182	Aquisição de calculadoras;	Calculadora	05	00	00	00
183	Contratação de agentes de trânsito;	Contratação	10	00	00	00
184	Aquisição de motocicletas;	Motocicleta	02	02	00	00
185	Aquisição de uniformes para agentes de trânsito;	Uniforme	10	10	10	10
186	Aquisição de uniformes completos e botinas;	Uniforme	10	10	10	10
187	Aquisição de medidor de velocidade (radar);	Radar	01	01	00	00
188	Aquisição de etilômetro;	Bafômetro	02	02	00	00
189	Aquisição de decibelímetro;	Som	02	02	00	00
190	Implantação de fiscalização eletrônica;	Radar	01	01	01	01
191	Aquisição de conjunto semaforico;	Semáforo	06	03	01	01
192	Aquisição de semipórticos educativos;	Semipórtico				
193	Aquisição de pórticos;	Pórticos	03	03	03	03
194	Aquisição de furadeira;	Furadeira	01	00	00	00
195	Aquisição de esmerilhadeira;	Esmirilhadeira	01	01	00	00
196	Aquisição de pistola para pintura;	Pistola	01	01	00	00
197	Aquisição de cavaletes de aço;	Cavalete	20	20	20	20
198	Aquisição de cones de sinalização;	Cones	150	150	150	150
199	Aquisição de maquinas para pintura de asfalto;	Maquina	01	00	00	00
200	Aquisição de cadeiras estofadas;	Cadeira	04	02	02	02
201	Aquisição de ventilador de pedestal;	Ventilador	02	02	00	00
202	Estudo para planejamento de trânsito	Estudo	01	00	00	00
203	Contratação de internet;	Internet	01	00	00	00
204	Extensão para linha telefônica;	Extensão	01	00	00	00
205	Aquisição de roçadeira;	Roçadeira	02	02	02	02
206	Reforma de duas capelas mortuárias;	Reforma	01	00	00	00
207	Construção de calçadas no cemitério;	Reforma	00	01	00	00
208	Iluminação de cemitérios;	Reforma	01	00	00	00
209	Aquisição de toldo móvel para cemitério; Arquivos	Toldo	02	00	00	00
210	Aquisição de arquivo de aço;	Arquivos	06	00	00	00
211	Reforma e pintura da sede (parte);	Reforma	01	01	00	00
212	Troca de piso (RH);	Reforma	01	00	00	00
213	Aquisição de microfone;	Som	01	00	00	00
214	Aquisição de fone de ouvido profissional;	Som	01	00	00	00
215	Aquisição de uma tela de projeção com pedestal;	Tela	01	00	00	00
216	Aquisição de scanner;	Scanner	02	00	00	00
217	Manutenção das persianas;	Manutenção	04	02	02	00
218	Manutenção elétrica, telefônica e computadores;	Manutenção	02	00	00	00
219	Aquisição de toldo de ligação de sede para as salas de licitação e compras;	Toldo	01	00	00	00
220	Manutenção de calçadas (licitação e compras);	Manutenção	01	00	00	00
221	Participação em congressos, fóruns e seminários;	Capacitação	05	05	05	05

IV. I- ESPORTE

Objetivos:

Apoiar e promover o desenvolvimento de atividades de desporto e lazer comunitário. Desenvolver ações que oportunizem crianças e adolescentes a praticarem esportes e participarem de competições. Apoiar o esporte amador. Desenvolver programas esportivos que integrem a comunidade com atividades próprias aos grupos da terceira idade.

Principais Metas:

Item	Especificação		2014	2015	2016	2017
222	Realizar Festivais de férias;	Festivais	02	02	02	02



223	Realizar torneios diversos;	Torneios	01	01	01	01
224	Manutenção de praças esportivas;	Praças	10	00	00	00
225	Participar dos jogos escolares de SC – JESC;	Evento	01	01	01	01
226	Participar dos joguinhos aberto de SC–JASQUI-NHOS;	Evento	01	01	01	01
227	Participar dos jogos abertos de SC – JASC;	Evento	01	01	01	01
228	Participar das olimpíadas escolares de SC – OLESC;	Evento	01	01	01	01

IV. II- COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Objetivos:

Viabilizar o atendimento ao público externo, coordenar as ações de assistência às vítimas de catástrofes, controlar os objetivos e metas programados pela Defesa Civil, no âmbito Municipal, Estadual e Federal; assessorar ao Chefe do Executivo nas relações com os diversos segmentos no âmbito da Defesa Civil e as ações de caráter preventivo a fim de minimizar os danos decorrentes de eventos diversos de qualquer natureza.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
229	Construção de sede própria da Defesa Civil Municipal comportando sala de recepção, escritório com depósito anexo para acomodação de material de assistência e socorro às vítimas de catástrofe.	Construção	01	00	00	00
230	Aquisição de 02(dois) veículos 0 Km, 4X4, sendo equipado com engate para puxar carretinha para socorro, 1(um) podendo ser equipado com guincho.	Veículo	01	01	00	00
231	Cursos de formação e capacitação de agentes da Defesa Civil	Curso	03	03	03	03
232	Aquisição de Data Show	Data show	01	00	00	00
233	Aquisição de notebook	Notebook	01	01	00	00
234	Aquisição de computador	Computador	02	00	00	00
235	Aquisição de impressora laser	Impressora	01	00	00	00
236	Aquisição de impressora multifuncional	Impressora	01	00	00	00
237	Aquisição de câmera fotográfica digital	Câmera	01	01	00	00
238	Aquisição de filmadora	Filmadora	01	00	00	00
239	Aquisição de aparelho celular	Celular	01	00	00	00
240	Aquisição de mesas para computadores	Mesas	02	00	00	00
241	Aquisição de motor de popa 25 HP	Motor de popa	01	01	01	00
242	Aquisição de mesa em L c/ gaveteiro	Mesa	01	00	00	00
243	Aquisição de armários para guardar materiais diversos	Armário	01	01	01	00
244	Aquisição de estante	Estante	01	00	00	00
245	Aquisição de cadeiras giratórias	Cadeira	02	01	01	00
246	Aquisição de cadeira para atendimento do público externo	Cadeira	03	00	00	00
247	Aquisição de estabilizador de voltagem	No-break	02	00	00	00
248	Aquisição de mesa para impressora	Mesa	02	00	00	00
249	Aquisição de ar condicionado de 21.000 BTUS	Ar Condicionado	01	00	00	00
250	Máquina de calcular	Máquina	01	01	00	00
251	Armário de aço	Armário	02	00	00	00
252	Aquisição de coletes identificação padrão para Defesa Civil Tamanho P M G	Colete	10	10	05	05
253	Aquisição de camisetas pólo padrão Defesa Civil tamanho P M G	Camiseta	10	10	05	05
254	Aquisição de jardineiras padrão Defesa Civil tamanho P M G	Calça	10	05	05	05
255	Botes de alumínio tamanho 7m8m e 9 metros. Para uso em ações da Defesa Civil	Bote	02	01	01	01
256	Aquisição de GPS para Defesa Civil	GPS	01	01	01	00

257	Aquisição de coletes salva vidas padrão Defesa Civil salvamento/resgate tamanho P M G	Colete	10	05	05	05
258	Aquisição de remos cabo de alumínio para embarcações da Defesa Civil	Remos	06	03	03	03
259	Participação dos agentes de Defesa Civil em congressos, Fóruns e Seminários de Defesa Civil.	Congressos, Seminários e Fóruns.	05	05	05	05
260	Aquisição de material Didático, educativo para educação escolar da Defesa Civil, para uso com o público em geral	Cartilhas	200	200	200	200
261	Aquisição de material Didático, educativo para educação escolar da Defesa Civil, para uso com o público em geral	Folders	200	200	200	200
262	Fitas zebradas com a descrição impressa de "local interditado Defesa Civil" para isolamento de área de risco.	Fita zebrada	05	05	05	05
263	Aquisição de 08(oito) rolos de lona preta 200 micras para assistência as vitima de catástrofe em ações da Defesa Civil	Lona preta	02	02	02	02
264	Aquisição de Telhas de Amianto (Eternit) 4mm X 0,50X 2,44 para ações da Defesa Civil	Eternit	200	200	200	200
265	Escada de Alumínio com 3m ou mais	Escada	01	01	01	01
266	Moto serra com sabre de 0,70	Moto serra	01	01	01	01
267	Facão de vários tamanhos	Facão	02	02	02	02
268	Aquisição de rolo de cordas para utilização em ações da Defesa Civil	Rolo de corda	01	01	01	01
269	Aquisição de lanternas de (LED) a pilha para uso em ações da Defesa Civil	Lanternas	03	03	03	03

IV. III- OUVIDORIA E ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Objetivos:

Viabilizar o atendimento ao público externo, coordenar, organizar e administrar os seus serviços internos nas Ações da Ouvidoria e as Ações de Articulador Político junto à Câmara Municipal, a Coordenação da Política-administrativa; estabelecer relacionamento com as demais esferas de Governo com vistas a obtenção de apoio para a implementação e a aprovação dos projetos de interesse do Município. .

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
270	Aquisição de mesa em L c/ gaveteiro	Mesa	01	00	00	00
271	Aquisição de cadeira	Cadeira	01	00	00	00
272	Aquisição de mesa p/ impressora	Mesa	01	00	00	00
273	Aquisição de um computador completo	Computador	01	00	00	00
274	Aquisição de impressora multifuncional	Impressora	01	00	00	00
275	Aquisição de arquivo de metal	Armário	01	00	00	00
276	Contratação de Internet	Internet	01	00	00	00
277	Aquisição de um NOBREAK	Nobreak	01	00	00	00
278	Extensão p/ linha telefônica	Extensão	01	00	00	00
279	Aquisição de 01(um) veículo 0 Km	Veículo	01	00	00	00
280	Aquisição de calculadora	Calculadora	01	00	00	00

IV. IV- CPD

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
281	Licença Windows Server 2008 Standard	Licença	01	00	00	00
282	Licença Vmware ESXI	Licença	01	00	00	01
283	Infraestrutura de Rede	Rede	01	01	01	00
284	Computadores (Completo)	Computador	12	10	08	08
285	Impressoras Laser Pequenas	Impressora	05	04	04	04
286	Impressora Laser Grande	Impressora	01	01	01	01
287	Impressora Laser Multifuncional	Impressora	01	01	01	01

288	Impressora Jato de Tinta	Impressora	02	01	00	00
289	Multifuncionais Jato de Tinta	Impressora	02	01	00	00
290	Tubos de DVD c/ 50	DVD	12	04	04	04
291	Tubos de CD c/ 100	CD	02	02	02	02
292	Kit Teclado/Mouse	Informática	30	20	20	20
293	Material de Consumo	Material	01	01	01	01
294	Nobreak Grande Porte (p/ Servidor)	Nobreak	01	00	01	00
295	Equipamento para Substituição (Fonte, HD, etc)	Equipamento	01	01	01	00
296	Licença Windows 2008	Licença	00	02	08	08
297	Servidor	Servidor	00	01	00	00
298	Servidor HP Proliant	Servidor	00	00	00	01
299	Continuação do licenciamento dos computadores	Licença	01	01	01	01
300	Continuação das melhorias da Infra-estrutura de Rede;	Rede	01	01	01	01
301	Manutenção dos equipamentos existentes;	Equipamento	01	01	01	01
302	Troca dos computadores mais antigos;	Computador	01	01	01	01
303	Melhoria suprimento de energia do servidor;	Servidor	01	01	01	01

V- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Objetivos:

A Secretaria de Planejamento no município de Porto União está envolvida na área de engenharia, urbanismo, aprovação de projetos de construções, elaboração de projetos de obras públicas, acompanhamento e execução das mesmas.

Participação na elaboração do PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA-Lei Orçamentária Anual. Execução de Serviços topográficos, avaliação de imóveis, elaboração de processos (projeto) para solicitação de recursos Federais e Estaduais. Estão vinculados à Secretaria de Planejamento os seguintes setores: Diretoria de Arquitetura e Engenharia, Supervisão de Topografia e Coordenação de Planejamento, Fiscalização e Execução de Obras (responsabilidade Técnica), aprovação de conclusão de obras, implantação e acompanhamento da base cartográfica digital.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
304	Aquisição de impressora Multifuncional Laser Colorida;	Impressora	01	01	01	01
305	Aquisição de Ploter Colorida;	Ploter	01	00	00	00
306	Aquisição de Notebook;	Notebook	01	01	01	01
307	Aquisição de computadores de mesa;	Computador	04	04	04	04
308	Ampliação da banda da Internet;	Internet	01	00	00	00
309	Aquisição de Estação Total para serviços de Topografia;	Estação total	01	00	00	300
310	Aquisição de máquina fotográfica digital;	Máquina Digital	01	00	00	01
311	Aquisição de Veiculo 0 km, exclusivo para a secretaria;	Veiculo	01	00	00	00
312	Aquisição de aparelho ar-condicionado;	Ar Condicionado	01	00	00	00
313	Aquisição de ventiladores;	Ventilador	01	01	01	01
314	Cursos de capacitação profissional nas áreas de engenharia; orçamento; topografia; pavimentação asfáltica; esgoteiro; licitações; planejamento urbano; arquitetura e demais cursos relacionados a gestão pública;	Curso	06	06	06	06
315	Aquisição de livros técnicos nas diversas áreas de engenharia (pavimentação, orçamentos, elétrica, hidráulica, etc);	Livro	10	10	10	10
316	Aquisição de normas técnicas – ABNT;	Normas Técnicas	10	10	10	10
317	Recursos para participação em feiras e exposições a nível regional, estadual e nacional, na área de construção civil e afins;	Participação	05	05	05	05

318	Aquisição de mesa para reuniões (mínimo 10 lugares);	Mesa	01	00	00	00
319	Aquisição de mesas completas para trabalho;	Mesa	01	01	01	01
320	Aquisição de data-show;	Data-show	01	00	00	00
321	Reforma/Investimento no novo local da Secretaria (piso superior da Rodoviária Municipal);	Reforma	01	00	00	00
322	Ação de controle da ocupação do solo no Morro da Cruz;	Ação	01	01	01	01
323	Aquisição de software de engenharia;	Software	02	02	02	02

VI- FINANÇAS E CONTABILIDADE

Objetivos:

Coordenar as ações ligadas à programação e execução orçamentária e financeira, exercer o controle do patrimônio, administrar a tesouraria, controlar os pagamentos, a dívida do município, observar a ordem dos precatórios, exercer o controle interno e outras atividades pertinentes.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
325	Aquisição de computadores;	Computador	03	03	03	03
326	Aquisição de cadeiras;	Cadeira	05	05	05	05
327	Aquisição de mesas em L;	Mesa	05	05	05	05
328	Aquisição de calculadoras;	Calculadora	06	06	06	06
329	Aquisição de armário embutido;	Armário	01	00	00	00
330	Aquisição de impressoras;	Impressora	01	01	01	01

VII- SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Objetivos:

Dotar a rede municipal de educação e cultura dos meios necessários à manutenção e melhoria da Educação Básica; fortalecer o ciclo básico de alfabetização; promover a capacitação profissional do quadro de pessoal que atua no ensino municipal; desenvolver ações para valorização do magistério; assegurar o acesso de alunos residentes no meio rural através do transporte escolar; manter e aprimorar o serviço de merenda escolar; incentivar a implantação de hortas em escolas; implantar e/ou apoiar cursos profissionalizantes para jovens e adultos; construir, ampliar e reformar escolas; promover o desporto educacional escolar; construir canchas poliesportivas em escolas; apoiar eventos culturais, comemorativos e de lazer popular, administrar juntamente com a Secretaria de Finanças os recursos do FUNDEB.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
331	Adequação ou aquisição de novos espaços escolares com vistas à municipalização do ensino fundamental;	Escolas	01	01	01	01
332	Construção de novas instalações para a SME com amplo auditório;	Prédio	00	00	00	01
333	Aquisição de terreno em área urbana para construção de escola, de acordo com padrões do FNDE;	Terreno	01	00	00	00
334	Aquisição de veículos para atendimento da equipe pedagógica e multidisciplinar nas unidades escolares (02 veículos leves e 02 veículos utilitários);	Veículo	01	01	01	01
335	Concerto e manutenção da frota da SME;	Manutenção	--	--	--	--
336	Aquisição de notebook;	Notebook	02	01	01	01
337	Aquisição de kit multimídia;	Kit Multimídia	02	01	01	01
338	Aquisição de enceradeira;	Enceradeira	03	03	03	03
339	Aquisição de caixa isométrica grande para transporte escolar da merenda escolar;	Caixa Isotérmica	02	00	00	00

340	Manter conveio com o estado para o programa de apoio ao transporte escolar para ensino médio;	Programa	--	--	--	--
341	Implantação escola ensino fundamental (Conj SJM e PU);	Escola	00	00	00	01
342	Pagamento de pessoal para assessoria pedagógica e formação continuada;	Assessoramento	--	--	--	--
343	Recursos para logística na implantação do Programa de Formação Continuada;	Sistema Logístico	--	--	--	--
344	Recursos para logística e contrapartida na implementação de Programas do Governo Federal;	Sistema Logístico	--	--	--	--
345	Implantação de sistema de segurança nas Unidades Educacionais;	Sistema Segurança	--	--	--	--
346	Garantir condições para a elaboração, implantação e implementação do Plano Municipal de Educação (PME) com a participação de representantes dos diversos segmentos com a atribuição de acompanhar o cumprimento das metas do PME no município;	PME	--	--	--	--
347	Aquisição de material didático-pedagógico;	Material didático	--	--	--	--
348	Aperfeiçoar o acesso das escolas à Internet garantindo a sua utilização por alunos e professores;	Internet	--	--	--	--
349	Contratar instituição para efetuar avaliação institucional;	Contrato	01	01	01	01
350	Concurso Público para ingresso no Magistério Municipal;	Concurso	00	01	00	00
351	Contratar empresa para efetuar o teste seletivo anual;	Contrato	01	01	01	01
352	Assegurar a utilização periódica de ferramentas ou instrumentos para conhecimento da situação administrativa, de pessoal e da infra-estrutura das escolas da rede e da própria secretaria, e utilizar os resultados no planejamento da gestão educacional do município;	LSE	01	01	01	01
353	Implementar o Programa de Incentivo à leitura, por meio de aquisição de acervo;	Acervo	--	--	--	--
354	Adquirir biblioteca itinerante para EJA;	Biblioteca	01	00	00	00
355	Implantação do Núcleo Tecnológico Educacional na SME – PROINFO, PROFUNIONÁRIO E Salto para o Futuro;	NTE	01	00	00	00
356	Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais;	Salas	--	--	--	--
357	Ampliação da rede física para implantar programa MAIS EDUCAÇÃO em seis escolas do Ensino Fundamental;	Rede física	--	--	--	--
358	Instalação de rede elétrica nas quadras cobertas para uso da comunidade;	Rede elétrica	03	00	00	00
359	Instalação de água e construção de banheiros nas quadras cobertas;	Banheiro	03	00	00	00
360	Instituir Programa Municipal Dinheiro Direto Escolar (PMDDE) garantindo o repasse direto de verbas para manutenção e melhorias nas unidades educacionais, oportunizando maior autonomia as mesmas;	Programa	01	01	01	01
361	Pintura externa e interna nas escolas;	Pintura	--	--	--	--
362	Aquisição para material esportivo para as escolas;	Material	--	--	--	--
363	Implantação de ações que visem à melhoria da acessibilidade: rampas, banheiros e corrimões, etc;	Construção	--	--	--	--

	Núcleo Educacional João Fernando Sobral					
365	Construção de salas de aula;	Sala	04	00	00	00
366	Construção de sala de recurso multifuncional;	Sala	01	00	00	00
367	Construção de auditório;	Auditório	01	00	00	00
368	Ampliação da biblioteca;	Biblioteca	01	00	00	00
369	Construção de refeitório;	Refeitório	00	01	00	00
370	Reforma do telhado;	Reforma	01	00	00	00
371	Reforma de rede elétrica;	Reforma	01	00	00	00
372	Aquisição de equipamentos de informática para a equipe técnica-administrativa e pedagógica;	Equipamento informática	02	01	01	01
373	Aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Informática;	Equipamento Informática	00	16	00	00
374	Aquisição de cadeiras (1º ano ens. Fund. 9 anos);	Cadeiras	50	00	00	00
375	Aquisição de carteiras (1º ano ens. Fund. 9 anos);	Carteiras	50	00	00	00
376	Aquisição de armário grande;	Armário	00	03	00	00
377	Aquisição de mesa e cadeira para professor;	Mesa e cadeira	00	03	00	00
378	Aquisição de ventilador de teto;	Ventilador	00	13	00	00
379	Aquisição de exaustor;	Exaustor	01	00	00	00
380	Aquisição de coifa;	Colfa	01	00	00	00
381	Aquisição de torneira elétrica;	Torneira Elétrica	01	00	00	00
382	Aquisição de aparelho microondas;	Microondas	00	01	00	00
383	Aquisição de centrífuga extratora de suco;	Centrifuga	00	01	00	00
384	Aquisição de cilindro elétrico para massas e Paes;	Cilindro	00	01	00	00
385	Aquisição de batedeira;	Batedeira	00	01	00	00
386	Aquisição de liquidificador;	Liquidificador	00	01	00	00
387	Colocação de tela nas janelas;	Telas	00	10	00	00
388	Colocação de porta telada sistema vai-e-vem na cozinha;	Porta	00	01	00	00

Núcleo Educacional Jornalista Herminio Milis

389	Construção de salas de aula;	Salas	03	00	00	00
390	Construção de auditório;	Auditório	01	00	00	00
391	Construção de 02 banheiros;	Banheiro	02	00	00	00
392	Construção de depósito;	Deposito	01	00	00	00
393	Construção da biblioteca;	Biblioteca	01	00	00	00
394	Construção de refeitório;	Refeitório	01	00	00	00
395	Reforma na cerca e reforço no muro de alvenaria;	Reforma	02	00	00	00
396	Aquisição de equipamentos de informática para a equipe técnica-administrativa e pedagógica;	Equipamento	03	00	00	00

397	Aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Informática;	Equipamento	12	00	00	00
398	Aquisição de cadeiras (1º ano ens. Fund. 9 anos);	Cadeira	35	00	00	00
399	Aquisição de carteiras (1º ano ens. Fund. 9 anos);	Carteira	35	00	00	00
400	Aquisição de armário grande;	Armário	03	00	00	00
401	Aquisição de mesa e cadeira para professor;	Mesa e cadeira	03	00	00	00
402	Aquisição de ventilador de teto;	Ventilador	08	00	00	00
403	Aquisição de exaustor;	Exaustor	01	00	00	00
404	Aquisição de coifa;	Coifa	01	00	00	00
405	Aquisição de torneira elétrica;	Torneira elétrica	01	00	00	00
406	Aquisição de aparelho microondas;	Microondas	01	00	00	00
407	Aquisição de centrífuga extratora de suco;	Centrífuga de Suco	01	00	00	00
408	Aquisição de cilindro elétrico para massas e Paes;	Cilindro	01	00	00	00
409	Aquisição de batedeira;	Batedeira	01	00	00	00
410	Aquisição de liquidificador;	Liquidificador	01	00	00	00
411	Colocação de tela nas janelas;	Tela	10	00	00	00
412	Colocação de porta telada sistema vai-e-vem na cozinha;	Porta	01	00	00	00

Núcleo Educacional Frei Deodato

413	Construção de salas de aula;	Sala	02	00	00	00
414	Reforma no telhado;	Telhado	00	00	01	00
415	Pintura Externa e Interna;	Pintura	00	00	02	00
416	Construção de piso na quadra coberta;	Piso	01	00	00	00
417	Construção da cobertura, desde a escola até o ginásio e da parada de ônibus até a escola;	Passarela	02	00	00	00
418	Reforma na cobertura entre as salas;	Reforma	01	00	00	00
419	Ampliação da Sala da Direção;	Ampliação	01	00	00	00
420	Aquisição de equipamentos de informática para a equipe técnica-administrativa e pedagógica;	Equipamento informática	00	00	03	00
421	Aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Informática;	Equipamento Informática	00	00	12	00
422	Aquisição de cadeiras (1º ano ens. Fund. 9 anos);	Cadeira	35	00	00	00
423	Aquisição de carteiras (1º ano ens. Fund. 9 anos);	Carteira	35	00	00	00
424	Aquisição de armário grande;	Armário	00	00	02	00
425	Aquisição de mesa e cadeira para professor;	Mesa e cadeira	00	00	02	00
426	Aquisição de ventilador de teto;	Ventilador	00	00	08	00
427	Aquisição de exaustor;	Exaustor	00	00	01	00
428	Aquisição de coifa;	Coifa	00	00	01	00
429	Aquisição de torneira elétrica;	Torneira Elétrica	00	00	01	00
430	Aquisição de aparelho microondas;	Microondas	00	00	01	00

431	Aquisição de centrífuga extratora de suco;	Centrifuga de suco	00	00	01	00
432	Aquisição de cilindro elétrico para massas e Paes;	Cilindro	00	00	01	00
433	Aquisição de batedeira;	Batedeira	00	00	01	00
434	Aquisição de liquidificador;	Liquidificador	00	00	01	00
435	Colocação de tela nas janelas;	Tela	00	00	10	00
436	Colocação de porta telada sistema vai-e-vem na cozinha;	Porta	00	00	01	00
Núcleo Educacional do Legru						
437	Construção de salas de aula, sendo duas em substituição às de madeira;	Sala	03	00	00	01
438	Construção de uma sala de Recurso Multi-funcional;	Sala	01	00	00	00
439	Construção de 02 banheiros;	Banheiro	02	00	00	00
440	Ampliação de depósito;	Depósito	01	00	00	00
441	Construção de dispensa;	Dispensa	01	00	00	00
442	Construção de refeitório com capacitação para 60 pessoas adequando o espaço às necessidades da implantação do Período Integral;	Refeitório	00	01	00	00
443	Construção de sala para Biblioteca;	Biblioteca	00	00	00	01
444	Construção de lavanderia coberta;	Lavanderia	00	00	00	01
445	Reforma telhado;	Telhado	00	00	00	01
446	Novas instalações elétricas;	Instalação	--	--	--	--
447	Pintura externa e interna;	Pintura	00	00	00	02
448	Conserto muro (alambrado lateral);	Muro	00	00	00	03
449	Aquisição de equipamentos de informática para a equipe técnica-administrativa e pedagógica;	Equipamento informática	00	00	00	03
450	Aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Informática;	Equipamento informática	00	00	00	05
451	Aquisição de cadeiras (1º ano ens. Fund. 9 anos);	Cadeira	25	00	00	00
452	Aquisição de carteiras (1º ano ens. Fund. 9 anos);	Carteira	25	00	00	00
453	Aquisição de armário grande;	Armário	00	00	00	01
454	Aquisição de mesa e cadeira para professor;	Mesa e cadeira	00	00	00	01
455	Aquisição de aquecedor elétrico;	Aquecedor	00	00	00	08
456	Aquisição de exaustor;	Exaustor	00	00	00	01
457	Aquisição de coifa;	Coifa	00	00	00	01
458	Aquisição de torneira elétrica;	Torneira elétrica	00	00	00	01
459	Aquisição de aparelho microondas;	Microondas	00	00	00	01
460	Aquisição de centrífuga extratora de suco;	Extratora de suco	00	00	00	01
461	Aquisição de batedeira;	Batedeira	00	00	00	01
462	Aquisição de liquidificador;	Liquidificador	00	00	00	01
463	Colocação de tela nas janelas;	Tela	00	00	00	10

464	Colocação de porta telada sistema vai-e-vem na cozinha;	Porta	00	00	00	01
	Núcleo Educacional São Bernardo do Campo					
465	Reforma telhado;	Telhado	01	00	00	00
466	Troca de fiação elétrica;	Instalação elétrica	01	00	00	00
467	Colocação de piso de cerâmica no pátio da escola;	Piso	01	00	00	00
468	Construção de refeitório;	Refeitório	01	00	00	00
469	Construção Parque Infantil;	Parque	01	00	00	00
470	Cobertura da quadra esportiva;	Cobertura	01	00	00	00
471	Aquisição de geladeira;	Geladeira	01	00	00	00
472	Aquisição de equipamentos de informática para a equipe técnica-administrativa e pedagógica;	Equipamento informática	03	00	00	00
473	Aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Informática;	Equipamento informática	12	00	00	00
474	Aquisição de cadeiras (1º ano ens. Fund. 9 anos);	Cadeiras	20	00	00	00
475	Aquisição de carteiras (1º ano ens. Fund. 9 anos);	Carteira	20	00	00	00
476	Aquisição de armário grande;	Armário	03	00	00	00
477	Aquisição de mesa e cadeira para professor;	Mesa e cadeira	03	00	00	00
478	Aquisição de ventilador de teto;	Ventilador	10	00	00	00
479	Aquisição de exaustor;	Exaustor	01	00	00	00
480	Aquisição de coifa;	Coifa	01	00	00	00
481	Aquisição de torneira elétrica;	Torneira elétrica	01	00	00	00
482	Aquisição de aparelho microondas;	Microondas	01	00	00	00
483	Aquisição de centrifuga extratora de suco;	Centrifuga de suco	01	00	00	00
484	Aquisição de cilindro elétrico para massas e Pães;	Cilindro	01	00	00	00
485	Aquisição de batedeira;	Batedeira	01	00	00	00
486	Aquisição de liquidificador;	Liquidificador	01	00	00	00
487	Colocação de tela nas janelas;	Tela	10	00	00	00
488	Colocação de porta telada sistema vai-e-vem na cozinha;	Porta	01	00	00	00
	Núcleo Educacional da Lança					
489	Construção sala de aula	Sala	00	01	00	00
490	Construção de sala para informática	Sala	00	00	01	00
491	Construção Parque Infantil	Parque	00	00	01	00
492	Construção de passarela com cobertura para acesso da escola ate o portão da frente e da quadra ate a escola	Passarela	00	02	00	00
493	Consertos na quadra coberta: fixar as traves de postes para as demais modalidades e conserto nas portas	Reforma	01	00	01	00

494	Construção de cobertura do pátio entre as salas	Cobertura	00	00	00	01
495	Ampliação do muro e colocação de grade ou alambrado no muro em frente á escola	Construção	00	01	00	00
496	Reforma nas portas do refeitório e dos banheiros	Reforma	01	01	01	01
497	Reforma no telhado	Reforma	01	00	00	00
498	Aquisição de equipamentos de informática para a equipe técnica-administrativa e pedagógica	Equipamento Informática	00	02	00	00
499	Aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Informática	Equipamento Informática	00	05	00	00
500	Aquisição de cadeiras (1º ano ens. Fund. 9 anos)	Cadeira	00	25	00	00
501	Aquisição de carteiras (1º ano ens. Fund. 9 anos)	Carteira	00	25	00	00
502	Aquisição de armário grande	Armário	00	05	00	00
503	Aquisição de mesa e cadeira para professor	Mesa e cadeira	00	01	00	00
504	Aquisição de quadro de giz	Quadro	01	00	00	00
505	Aquisição de pia com duas cubas para a cozinha	Pia	01	00	00	00
506	Aquisição de ventilador de teto	Ventilador	00	05	00	00
507	Aquisição de aquecedor elétrico	Aquecedor	00	08	00	00
508	Aquisição de exaustor	Exaustor	00	01	00	00
509	Aquisição de coifa	Coifa	00	01	00	00
510	Aquisição de torneira elétrica	Torneira Elétrica	00	01	00	00
511	Aquisição de aparelho microondas	Microondas	00	01	00	00
512	Aquisição de centrífuga extratora de suco	Centrifuga e suco	00	01	00	00
513	Aquisição de cilindro elétrico para massas e Pães	Cilindro	00	01	00	00
514	Aquisição de batedeira	Batedeira	00	01	00	00
515	Aquisição de liquidificador	Liquidificador	00	01	00	00
516	Colocação de tela nas janelas	Telas	00	10	00	00
517	Colocação de porta telada sistema vai-e-vem na cozinha.	Porta	00	01	00	00
	Núcleo Educacional São Pedro do Timbó					
518	Construção 04 salas de aula sendo 03 em substituição ás de madeira.	Sala	04	00	00	00
519	Construção de 05 banheiros	Banheiro	05	00	00	00
520	Construção de sala para a direção	Sala	01	00	00	00
521	Construção de biblioteca	Biblioteca	01	00	00	00
522	Construção de Parque Infantil	Parque	01	00	00	00
523	Reforma na parte elétrica	Reforma	01	00	00	00
524	Reforma no telhado	Reforma	01	00	00	00
525	Colocação de grades na sala para informática	Grade	03	00	00	00
526	Aquisição de equipamentos de informática para a equipe técnica-administrativa e pedagógica	Equipamento Informática	00	00	01	00

527	Aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Informática	Equipamento Informática	00	00	06	00
528	Aquisição de impressora multifuncional	Impressora	01	00	00	00
529	Aquisição de aparelho DVD	DVD	01	00	00	00
530	Aquisição de cadeiras (1º ano ens. Fund. 9 anos)	Cadeira	00	00	20	00
531	Aquisição de carteiras (1º ano ens. Fund. 9 anos)	Carteira	00	00	20	00
532	Aquisição de armário grande	Armário	00	00	01	00
533	Aquisição de mesa e cadeira para professor	Mesa e cadeira	00	00	01	00
534	Aquisição de estante para a secretaria	Estante	01	00	00	00
535	Aquisição de mesa e cadeira para secretaria	Mobiliário	01	00	00	00
536	Aquisição de ventilador de teto	Ventilador	00	00	04	00
537	Aquisição de aquecedor elétrico	Aquecedor	00	00	08	00
538	Aquisição de exaustor	Exaustor	00	00	01	00
539	Aquisição de coifa	Coifa	00	00	01	00
540	Aquisição de torneira elétrica	Torneira elétrica	00	00	01	00
541	Aquisição de aparelho microondas	Microondas	00	00	01	00
542	Aquisição de centrífuga extratora de suco	Centrífuga	00	00	01	00
543	Aquisição de forno elétrico	Forno	00	00	01	00
544	Aquisição de cilindro elétrico para massas e Pães	Cilindro	00	00	01	00
545	Aquisição de batedeira Industrial	Batedeira	00	00	01	00
546	Aquisição de liquidificador	Liquidificador\	00	00	01	00
547	Colocação de tela nas janelas	Telas	00	00	10	00
548	Colocação de porta telada sistema vai-e-vem na cozinha.	Porta	00	00	01	00
	Núcleo Educacional Jangada do Sul					
549	Troca do telhado e dos forros	Cobertura	01	00	00	00
550	Construção do muro	Muro	00	00	00	01
551	Reforma interna	Reforma	01	00	00	00
552	Revestimento cerâmico da cozinha	Reforma	01	00	00	00
553	Aquisição de equipamentos para os Laboratórios de Informática	Equipamento informática	00	00	00	04
554	Aquisição de cadeiras (1º ano ens. Fund. 9 anos)	Cadeira	00	00	00	10
555	Aquisição de carteiras (1º ano ens. Fund. 9 anos)	Carteira	00	00	00	10
556	Aquisição de armário grande	Armário	00	00	00	01
557	Aquisição de mesa e cadeira para professor	Mesa e cadeira	00	00	00	01
558	Aquisição de ventilador de teto	Ventilador	00	00	00	02
559	Aquisição de aquecedor elétrico	Aquecedor	00	00	00	05
560	Aquisição de exaustor	Exaustor	00	00	00	01
561	Aquisição de coifa	Coifa	00	00	00	01

562	Aquisição de torneira elétrica	Torneira elétrica	00	00	00	01
563	Aquisição de aparelho microondas	Microondas	00	00	00	01
564	Aquisição de centrifuga extratora de suco	Centrifuga de suco	00	00	00	01
565	Aquisição de cilindro elétrico para massas e Pães	Cilindro	00	00	00	01
566	Aquisição de batedeira	Batedeira	00	00	00	01
567	Aquisição de liquidificador	Liquidificador	00	00	00	01
568	Colocação de tela nas janelas	Telas	00	00	00	10
569	Colocação de porta telada sistema vai-e-vem na cozinha.	Porta	00	00	00	01
570	Perfuração de poço artesiano (junto a Escola Jangada)	Poço	01	00	00	00
	Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente					
571	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01	01	01	01
572	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01	01	01	01
573	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01	01	01	01
574	Dedetização	Serviço	01	01	01	01
575	Adequação dos espaços físicos para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida	Adequação	01	00	00	00
576	Qualificação de servidores	Curso	01	01	01	01
577	Formação continua para professores	Curso	01	01	01	01
578	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit material	01	01	01	01
579	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedos	01	01	01	01
580	Aquisição de material didático para os alunos	Material	100	100	100	100
581	Aquisição de livros	Livros	200	00	00	200
582	Aquisição de material de limpeza	Material	03	03	03	03
583	Aquisição de material de higiene	Material	03	03	03	03
584	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11	11	11	11
585	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01	01	01	01
586	Aquisição de tecidos para roupa de cama e mesa	Metro	50	00	00	50
587	Construção de pátio coberto	Construção	00	00	01	00
588	Construção de "casinha de bonecas"	Construção	00	01	00	00
589	Ampliação de 05 salas de aula e instalações sanitárias	Ampliação	00	00	00	01
590	Aquisição de TV 40"	Equipamento	01	00	00	00
591	Aquisição de impressora multifuncional	Equipamento	00	00	00	01
592	Aquisição de computador	Computador	00	00	00	01
593	Aquisição de aparelho de som	Som	01	00	00	01
594	Aquisição de caixa de som amplificada com microfone	Equipamento	01	00	01	00
595	Aquisição de azulejos para revestimentos das paredes da cozinha	Material	00	00	01	00

596	Armários para salas de aula	Equipamento	00	01	01	01
597	Ventiladores de teto e parede e circuladores de ar	Equipamento	03	03	03	03
598	Aquisição de geladeira	Equipamento	00	01	00	00
599	Aquisição de tapetes emborrachados para as salas de aula	Material	06	00	06	00
600	Aquisições de colchões	Material	25	00	25	00
601	Aquisição de telas para a janela da cozinha	Tela	01	00	00	00
602	Aquisição de conjunto de mesa e cadeiras para reuniões	Mesa e cadeira	00	01	00	01
603	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	00	01	00	01
604	Reforma e pintura do muro	Reforma	01	00	00	01
	Berçário Maria Luiza Waldruff					
605	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01	01	01	01
606	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01	01	01	01
607	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01	01	01	01
608	Dedetização	Serviço	01	01	01	01
609	Adequação dos espaços físicos para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida	Adequação	01	00	00	00
610	Qualificação de servidores	Curso	01	01	01	01
611	Formação continua para professores	Curso	01	01	01	01
612	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit Material	01	01	01	01
613	Aquisição de material didático para os alunos	Material	50	50	50	50
614	Aquisição de livros	Livros	50	00	00	50
615	Aquisição de material de limpeza	Material	03	03	03	03
616	Aquisição de material de higiene	Material	03	03	03	03
617	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11	11	11	11
618	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01	01	01	01
619	Aquisição de tecidos para roupa de cama e mesa	Metro	50	00	00	50
620	Aquisição de impressora multifuncional	Equipamento	00	00	01	00
621	Aquisição de computador	Equipamento	00	00	01	00
622	Ampliação de purificador de água	Equipamento	00	01	00	00
623	Aquisição de tapetes emborrachados para as salas de aula	Material	02	00	00	02
624	Pintura interna e externa do prédio	Pintura	01	00	00	00
625	Reforma no parque, drenagem e pintura	Reforma	01	00	00	01
626	Aquisição de aparelho de som	Equipamento	01	00	01	00
627	Aquisição de TV	Equipamento	01	00	00	00
628	Aquisição de DVD	Equipamento	01	00	00	01
629	Aquisições de colchões	Material	40	00	00	40
630	Telas para a janela da cozinha	Material	01	00	00	00

631	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Construção	00	00	01	00
632	Aquisição de portão eletrônico	Equipamento	00	00	01	00
633	Conjunto de mesa e cadeiras para reuniões	Equipamento	06	00	06	00
	Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz					
634	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01	01	01	01
635	Dedetização	Serviço	01	01	01	01
636	Qualificação de servidores	Curso	01	01	01	01
637	Formação continua para professores	Curso	01	01	01	01
638	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01	01	01	01
639	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedos	01	01	01	01
640	Aquisição de material didático para os alunos	Material	130	130	130	130
641	Aquisição de livros	Livros	200	00	00	200
642	Aquisição de material de limpeza	Material	03	03	03	03
643	Aquisição de material de higiene	Material	03	03	03	03
644	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11	11	11	11
645	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01	01	01	01
646	Aquisição de tecidos para roupa de cama e mesa	Metro	100	00	00	100
647	Aquisição de TV 40"	Equipamento	00	00	00	01
648	Aquisição de purificador de água	Equipamento	00	01	00	00
649	Aquisição de caixa de som amplificada com microfone	Equipamento	01	00	00	01
650	Aquisição de micro sistem	Equipamento	01	00	00	01
651	Aquisição de lavadora de alta pressão	Equipamento	01	00	00	00
652	Aquisições de colchões	Material	50	00	50	50
653	Aquisição de espelhos	Material	05	00	05	00
654	Aquisição de aparelho de DVD	Equipamento	01	00	00	01
655	Aquisição de cortinas	Material	00	20	00	00
656	Telas de proteção para a janela da cozinha	Material	01	00	00	00
657	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	00	01	00	01
658	Aquisição e instalação de portão eletrônico	Equipamento	00	01	00	00
	Núcleo de Educação Infantil Arco-Íris					
659	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01	01	01	01
660	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01	01	01	01
661	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01	01	01	01
662	Dedetização	Serviço	01	01	01	01

663	Adequação dos espaços físicos para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida	Adequação	01	00	00	00
664	Qualificação de servidores	Curso	01	01	01	01
665	Formação continua para professores	Curso	01	01	01	01
666	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01	01	01	01
667	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01	01	01	01
668	Aquisição de material didático para os alunos	Material	150	150	150	150
669	Aquisição de livros	Livros	300	00	00	300
670	Aquisição de material de limpeza	Material	03	03	03	03
671	Aquisição de material de higiene	Material	03	03	03	03
672	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimento	11	11	11	11
673	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01	01	01	01
674	Aquisição de tecidos para roupa de cama e mesa	Metro	150	00	00	150
675	Construção de "casinha de bonecas"	Construção	00	01	00	00
676	Aquisição de impressora multifuncional	Equipamento	00	00	01	00
677	Aquisição de computador	Equipamento	00	00	01	00
678	Aquisição de caixa de som amplificada com microfone	Equipamento	01	00	00	00
679	Aquisição de micro sistem	Equipamento	01	01	00	00
680	Armários para as salas de aula	Equipamento	00	00	03	03
681	Aquisição de colchões	Material	50	00	00	50
682	Pintura externa e interna	Pintura	01	00	00	01
683	Reforma secretaria	Reforma	00	00	00	01
684	Reforma no parque	Reforma	00	01	00	01
685	Aquisição de lavadora de alta pressão	Equipamento	00	00	01	00
686	Troca das portas e caixas das portas	Material	04	00	00	00
687	Aquisição de TV	Equipamento	00	01	00	00
688	Aquisições de DVD	Equipamento	00	01	00	00
689	Aquisição de 01 mesa e 02 bancos para refeitório	Equipamento	01	00	01	00
690	Aquisição de ventiladores	Equipamento	02	00	00	04
691	Aquisição de bateadeira planetária	Equipamento	00	00	00	01
692	Telas para a janela da cozinha	Tela	01	00	00	00
693	Aquisição de liquidificador	Equipamento	00	01	00	01
694	Aquisição de forno microondas	Equipamento	01	00	00	01
695	Aquisição de centrifuga de sucos	Equipamento	00	01	00	00
696	Aquisição de geladeira	Equipamento	00	00	01	00
697	Aquisição de enceradeira	Equipamento	00	00	01	00
698	Construção de cobertura entre os blocos	Construção	00	01	00	00
699	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	01	00	00	01
700	Aquisição e instalação de portão eletrônico	Equipamento	00	00	00	01
701	Construção de piso pátio coberto	Construção	00	01	00	01

702	Aquisição de conjunto de mesa e cadeiras para reunião	Mobiliário	00	01	00	01
	Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado					
703	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01	01	01	01
704	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01	01	01	01
705	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01	01	01	01
706	Dedetização	Serviço	01	01	01	01
707	Adequação dos espaços físicos para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida	Adequação	01	00	00	00
708	Qualificação de servidores	Curso	01	01	01	01
709	Formação continua para professores	Curso	01	01	01	01
710	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de Material	01	01	01	01
711	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedos	01	01	01	01
712	Aquisição de material didático para os alunos	Material	80	80	80	80
713	Aquisição de livros	Livros	50	00	00	50
714	Aquisição de material de limpeza	Material	03	03	03	03
715	Aquisição de material de higiene	Material	03	03	03	03
716	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11	11	11	11
717	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01	01	01	01
718	Aquisição de tecidos para roupa de cama e mesa	Metro	50	00	00	50
719	Construção de pátio coberto	Construção	00	00	00	01
720	Aquisição de impressora multifuncional	Equipamento	00	00	00	01
721	Aquisição de computador	Equipamento	00	00	00	01
722	Aquisição de caixa de som amplificada com microfone	Equipamento	00	00	01	00
723	Aquisição de colchões	Material	20	00	00	20
724	Aquisição de lavadora de alta pressão	Equipamento	00	00	00	01
725	Aquisição de geladeira	Equipamento	00	01	00	00
726	Aquisição de moveis para a secretaria – cadeira e mesa	Equipamento	00	00	04	00
727	Aquisições de ventiladores	Equipamento	00	04	00	00
728	Aquisições de TV e DVD	Equipamento	02	00	00	02
729	Aquisição de liquidificador	Equipamento	00	00	00	01
730	Aquisição de multiprocessador	Equipamento	00	00	00	01
731	Aquisição de aparelho de som	Equipamento	00	00	00	01
732	Aquisição fogão industrial	Equipamento	00	01	00	00
733	Aquisição de tapetes emborrachados	Material	02	00	00	02
734	Revestimento cerâmico nas calçadas	Reforma	00	00	00	01
735	Reforma de banheiros	Reforma	00	02	00	01
736	Aquisição de toldo	Material	03	00	00	03

737	Telas nas portas e janelas da cozinha	Material	01	00	00	00
738	Pintura interna e externa	Pintura	00	00	00	01
739	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	00	00	01	01
740	Aquisição e instalação de portão eletrônico	Equipamento	00	00	01	00
	Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico					
741	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01	01	01	01
742	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01	01	01	01
743	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01	01	01	01
744	Dedetização	Serviço	01	01	01	01
745	Adequação dos espaços físicos para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida	Adequação	01	00	00	00
746	Qualificação de servidores	Curso	01	01	01	01
747	Formação continua para professores	Curso	01	01	01	01
748	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01	01	01	01
749	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01	01	01	01
750	Aquisição de material didático para os alunos	Material	60	60	60	60
751	Aquisição de livros	Livros	100	00	00	100
752	Aquisição de material de limpeza	Material	03	03	03	03
753	Aquisição de material de higiene	Material	03	03	03	03
754	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11	11	11	11
755	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01	01	01	01
756	Aquisição de tecidos para roupa de cama e mesa	Metro	50	00	00	50
757	Aquisições de TV e DVD	Equipamento	02	00	00	02
758	Aquisição de impressora multifuncional	Equipamento	00	00	00	01
759	Aquisição de computador	Equipamento	00	00	00	01
760	Aquisição de caixa de som amplificada com microfone	Equipamento	01	00	00	01
761	Pintura interna e externa	Pintura	01	00	00	01
762	Construção de sala de aula para abrigar brinquedoteca /biblioteca	Construção	01	00	00	01
763	Reforma piso na cozinha e refeitório e salas de aula	Reforma	01	00	00	00
764	Reforma no parque e casinha de bonecas	Reforma	01	00	00	01
765	Aumento alambrado	Material	00	00	00	01
766	Aquisição fogão	Equipamento	00	01	00	00
767	Aquisições de aparelho de som	Equipamento	01	00	00	01
768	Aquisição de colchões	Material	20	00	00	20
769	Aquisição de geladeira	Equipamento	00	01	00	00
770	Aquisição de batedeira	Equipamento	01	00	00	01
771	Aquisição de cobertores	Material	20	00	00	20

772	Tela nas janelas da cozinha	Material	01	00	00	00
773	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	01	00	00	01
774	Aquisição e instalação de portão eletrônico	Equipamento	00	00	00	01
775	Reforma telhado	Reforma	01	00	00	00
776	Substituição de toldos	Material	01	00	00	01
777	Aquisição de conjunto de mesa e cadeiras para reunião	Equipamento	00	01	00	01
	Núcleo de Educação Infantil Comezinho da Vida					
778	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01	01	01	01
779	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01	01	01	01
780	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01	01	01	01
781	Dedetização	Serviço	01	01	01	01
782	Adequação dos espaços físicos para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida	Adequação	01	00	00	00
783	Qualificação de servidores	Curso	01	01	01	01
784	Formação continua para professores	Curso	01	01	01	01
785	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01	01	01	01
786	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01	01	01	01
787	Aquisição de material didático para os alunos	Material	100	100	100	100
788	Aquisição de livros	Livros	200	00	00	200
789	Aquisição de material de limpeza	Material	03	03	03	03
790	Aquisição de material de higiene	Material	03	03	03	03
791	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11	11	11	11
792	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01	01	01	01
793	Aquisição de tecidos para roupa de cama e mesa	Metro	50	00	00	50
794	Ampliação de 02 salas de aula e instalações sanitárias	Construção	00	00	00	01
795	Construção de "casinha de bonecas"	Construção	01	00	00	00
796	Aquisições de TV e DVD	Equipamento	00	02	00	02
797	Aquisição de impressora multifuncional	Equipamento	00	00	00	01
798	Aquisição de computador	Equipamento	00	00	00	01
799	Aquisição de caixa de som amplificada com microfone	Equipamento	01	00	00	01
800	Reformas nos armários das salas de aula e cozinha	Reforma	00	01	00	00
801	Pintura externa e interna	Pintura	00	01	00	00
802	Aquisição de ventiladores	Equipamento	02	00	00	02
803	Aquisição de multiprocessador	Equipamento	00	00	00	01
804	Aquisição de geladeira	Equipamento	00	00	00	01
805	Aquisição de fogão	Equipamento	01	00	00	00

806	Aquisição de balcões	Equipamento	00	00	00	04
807	Reforma dos forros	Reforma	01	00	00	00
808	Reforma do piso da sala de aula	Reforma	01	00	00	04
809	Reforma do parque	Reforma	00	00	01	00
810	Aquisição de toldos	Material	00	01	00	00
811	Telas nas janelas da cozinha	Material	01	00	00	00
812	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	00	00	00	01
813	Aquisição e instalação de portão eletrônico	Equipamento	00	01	00	00
814	Aquisição de conjunto de mesa e cadeiras para reunião	Equipamento	00	01	00	01
	Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria					
815	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01	01	01	01
816	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01	01	01	01
817	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01	01	01	01
818	Dedetização	Serviço	01	01	01	01
819	Adequação dos espaços físicos para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida	Adequação	01	00	00	00
820	Qualificação de servidores	Curso	01	01	01	01
821	Formação continua para professores	Curso	01	01	01	01
822	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01	01	01	01
823	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01	01	01	01
824	Aquisição de material didático para os alunos	Material	100	100	100	100
825	Aquisição de livros	Livros	200	00	00	200
826	Aquisição de material de limpeza	Material	03	03	03	03
827	Aquisição de material de higiene	Material	03	03	03	03
828	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11	11	11	11
829	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01	01	01	01
830	Aquisição de tecidos para roupa de cama e mesa	Metro	50	00	00	50
831	Aquisição de impressora multifuncional	Equipamento	00	00	00	01
832	Aquisição de computador	Equipamento	00	00	00	01
833	Aquisição de caixa de som amplificada com microfone	Equipamento	01	00	00	01
834	Aquisição de purificador de água	Equipamento	01	00	00	00
835	Aquisição de forno elétrico	Equipamento	01	00	00	00
836	Aquisição de pia para cozinha	Material	01	00	00	00
837	Pintura externa e interna	Pintura	01	00	00	01
838	Reforma no parque infantil	Reforma	00	00	01	01
839	Armários para as salas de aula, despensa e secretaria	Material	06	00	00	06
840	Aquisição de cobertores	Material	10	00	00	10

841	Aquisição de micro sistem	Equipamento	01	00	00	01
842	Reforma nos banheiros e despensa	Reforma	01	00	00	00
843	Construção de almoxarifado	Construção	01	00	00	00
844	Construção de salas de aula	Construção	01	00	00	00
845	Telas nas janelas da cozinha	Material	01	00	00	00
846	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	00	00	00	01
847	Aquisição e instalação de portão eletrônico	Equipamento	00	00	01	00
848	Aquisição de conjunto de mesa e cadeiras para reunião	Equipamento	00	00	01	01
	Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner					
849	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01	01	01	01
850	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01	01	01	01
851	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01	01	01	01
852	Dedetização	Serviço	01	01	01	01
853	Adequação dos espaços físicos para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida	Adequação	01	00	00	00
854	Qualificação de servidores	Curso	01	01	01	01
855	Formação continua para professores	Curso	01	01	01	01
856	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01	01	01	01
857	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01	01	01	01
858	Aquisição de material didático para os alunos	Material	80	80	80	80
859	Aquisição de livros	Livros	100	00	00	100
860	Aquisição de material de limpeza	Material	03	03	03	03
861	Aquisição de material de higiene	Material	03	03	03	03
862	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11	11	11	11
863	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01	01	01	01
864	Aquisição de tecidos para roupa de cama e mesa	Metro	50	00	00	50
865	Pintura externa e interna	Pintura	01	00	00	01
866	Construção de salas de aula e instalações sanitárias	Construção	00	01	00	01
867	Aquisição de impressora multifuncional	Equipamento	00	00	00	01
868	Aquisição de computador	Equipamento	00	00	00	01
869	Aquisição de caixa de som amplificada com microfone	Equipamento	00	00	00	04
870	Armários para as salas de aula	Equipamento	00	00	00	04
871	Aquisição de cobertores	Material	40	00	00	40
872	Aquisição de colchões	Material	40	00	00	40
873	Reforma no parque	Reforma	01	00	00	01
874	Aquisição de geladeira	Equipamento	00	00	01	00
875	Aquisição de lavadora de alta pressão	Equipamento	01	00	00	00

876	Construção de toldo de acesso do portão a entrada	Construção	00	00	01	00
877	Substituição de janelas	Construção	00	00	12	00
878	Abertura de uma porta no refeitório	Construção	01	00	00	00
879	Reforma na sala do berçário	Reforma	00	01	00	00
880	Telas nas janelas da cozinha	Material	01	00	00	00
881	Reforma no telhado	Reforma	01	00	00	00
882	Reforma nas instalações elétricas	Reforma	01	00	00	00
883	Construção de piso no pátio	Construção	00	01	00	01
884	Substituição de pisos nas salas de aula	Reforma	00	00	01	01
885	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	00	00	01	01
886	Aquisição e instalação de portão eletrônico	Equipamento	00	00	01	00
887	Aquisição de conjunto de mesa e cadeiras para reunião	Equipamento	00	01	00	01
	Núcleo de Educação Infantil Moranguinho					
888	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01	01	01	01
889	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01	01	01	01
890	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01	01	01	01
891	Dedetização	Serviço	01	01	01	01
892	Adequação dos espaços físicos para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida	Adequação	01	00	00	00
893	Qualificação de servidores	Curso	01	01	01	01
894	Formação continua para professores	Curso	01	01	01	01
895	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01	01	01	01
896	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01	01	01	01
897	Aquisição de material didático para os alunos	Material	100	100	100	100
898	Aquisição de livros	Livros	200	00	00	200
899	Aquisição de material de limpeza	Material	03	03	03	03
900	Aquisição de material de higiene	Material	03	03	03	03
901	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11	11	11	11
902	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01	01	01	01
903	Aquisição de tecidos para roupa de cama e mesa	Metro	100	00	00	100
904	Construção de "casinha de bonecas"	Construção	01	00	00	00
905	Construção de salas de aula, depósitos e instalações sanitárias	Construção	01	00	00	02
906	Aquisição de TV e DVD	Equipamento	02	00	00	02
907	Aquisição de moveis para sala de aula e lavanderia	Equipamento	04	00	00	04
908	Aquisição de mini sistem	Equipamento	01	00	00	01
909	Pintura externa e interna	Pintura	01	00	00	01

910	Aquisição de caixa de som amplificada com microfone	Equipamento	01	00	00	01
911	Aquisição de geladeira	Equipamento	00	01	00	00
912	Aquisição de freezer	Equipamento	00	01	00	00
913	Aquisição de batedeira	Equipamento	01	00	00	01
914	Aquisição de fogão	Equipamento	01	00	00	01
915	Aquisição de ferro de passar roupas	Equipamento	01	00	00	00
916	Reforma e pintura de moveis	Reforma	01	00	00	01
917	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	01	00	00	00
918	Aquisição e instalação de portão eletrônico	Equipamento	01	00	00	01
919	Toldo para janelas da cozinha	Material	01	00	00	00
920	Aquisição de conjunto de mesa e cadeiras para reunião	Equipamento	01	00	00	01
921	Aquisição de lavadora de alta pressão	Equipamento	01	00	00	00
922	Reforma no parque	Reforma	01	00	00	01
923	Aquisição de cobertores	Material	30	00	00	30
924	Aquisição de colchões	Material	30	00	00	30
925	Pisos e calçadas	Construção	00	00	01	01
	Núcleo de Educação Infantil Lina Sander					
926	Mat. Para reparos elétricos e hidráulicos	Material	01	01	01	01
927	Material para consertos diversos no prédio escolar	Material	01	01	01	01
928	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01	01	01	01
929	Dedetização	Serviço	01	01	01	01
930	Adequação dos espaços físicos para portadores de deficiência ou mobilidade reduzida	Adequação	01	00	00	00
931	Qualificação de servidores	Curso	01	01	01	01
932	Formação continua para professores	Curso	01	01	01	01
933	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01	01	01	01
934	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	01	01	01	01
935	Aquisição de material didático para os alunos	Material	50	50	50	50
936	Aquisição de livros	Livros	100	00	00	100
937	Aquisição de material de limpeza	Material	03	03	03	03
938	Aquisição de material de higiene	Material	03	03	03	03
939	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11	11	11	11
940	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01	01	01	01
941	Aquisição de tecidos para roupa de cama e mesa	Metro	50	00	00	50
942	Construção de "casinha de bonecas"	Construção	00	00	00	01
943	Armário para almoxarifado	Equipamento	00	01	00	01
944	Aquisição aparelho antena parabólica	Equipamento	01	00	00	00

945	Aquisição de micro sistem	Equipamento	01	00	00	01
946	Aquisição de lavadora de alta pressão	Equipamento	01	00	00	00
947	Pintura externa e interna	Pintura	01	00	00	01
948	Construção do muro	Construção	01	00	00	00
949	Aquisição de grades e portões	Material	00	00	01	01
950	Aquisição de telas de proteção na cancha de areia e no pátio coberto	Material	00	00	00	01
951	Substituição da caixa de água	Material	00	01	00	00
952	Reforma de pisos	Reforma	00	00	00	04
953	Aterro no terreno nos fundos d núcleo	Aterro	00	00	01	00
954	Tela nas janelas da cozinha	Material	01	00	00	00
955	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	00	00	00	01
956	Aquisição de conjunto de mesa e cadeiras para reunião	Equipamento	00	00	00	01
	Núcleo de Educação Infantil Sonho de Criança					
957	Aquisição de mobiliário e equipamentos	Equipamento	01	01	01	01
958	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	01	00	00	01
959	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01	01	01	01
960	Aquisição e instalação de portão eletrônico	Equipamento	00	01	00	00
961	Aquisição de material de consumo	Material	01	01	01	01
962	Inserção do núcleo na rede mundial de computadores – internet	Kit	01	00	00	00
963	Dedetização	Serviço	01	01	01	01
964	Formação continuada para professores	Curso	01	01	01	01
965	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01	01	01	01
966	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedo	06	00	00	02
967	Aquisição de material didático para os alunos	Material	100	100	100	100
968	Aquisição de livros	Livro	200	00	00	200
969	Aquisição de material de limpeza	Material	03	03	03	03
970	Aquisição de material de higiene	Material	03	03	03	03
971	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimento	11	11	11	11
972	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01	01	01	01
973	Aquisição de tecidos para roupa de cama e mesa	Metro	100	00	00	100
974	Aquisição de cortinas	Material	20	00	00	20
975	Aquisição de colchões	Material	00	00	00	30
976	Aquisição de cobertores	Material	00	00	00	30
977	Telas para janelas da cozinha	Material	01	00	00	00
978	Aquisição de casinha de bonecas	Equipamento	00	00	00	01

	Núcleo de Educação Infantil do Bairro São Francisco					
979	Aquisição de mobiliário e equipamentos	Equipamento	01	01	01	01
980	Aquisição e instalação de câmeras para segurança e monitoramento	Equipamento	01	00	00	01
981	Material para conservação e manutenção do prédio escolar	Material	01	01	01	01
982	Aquisição e instalação de portão eletrônico	Equipamento	00	01	00	00
983	Dedetização	Serviço	01	01	01	01
984	Inserção do núcleo na rede mundial de computadores – internet	Kit	01	00	00	00
985	Qualificação de serviços	Curso	01	01	01	01
986	Formação continuada para professores	Curso	01	01	01	01
987	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	01	01	01	01
988	Aquisição de brinquedos para os parques	Brinquedos	06	00	00	04
989	Aquisição de material didático para os alunos	Material	100	100	100	100
990	Aquisição de livros	Livros	200	00	00	200
991	Aquisição de material de limpeza	Material	03	03	03	03
992	Aquisição de material de higiene	Material	03	03	03	03
993	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11	11	11	11
994	Aquisição de material de segurança para servidores	Material	01	01	01	01
995	Aquisição de tecidos para roupa de cama e mesa	Metro	100	00	00	100
996	Aquisição de cortinas	Material	20	00	00	10
997	Aquisição de casinha de bonecas	Equipamento	00	00	00	01
998	Aquisição e instalação de alarme	Equipamento	00	01	00	01
999	Aquisição de colchões	Material	00	00	00	40
1000	Aquisição de cobertores	Material	00	00	00	40
1001	Telas para janelas da cozinha	Material	00	01	00	00

PRÉ-ESCOLAS MUNICIPAIS QUE FUNCIONAM JUNTO AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL:

N.E FREI DEODATO = 01 TURMA

N.E DA LANÇA = 01 TURMA

N.E SÃO PEDRO DO TIMBÓ = 01 TURMA

N.E DO LEGRU = 01 TURMA

1002	Formação continua para professores	Curso	01	01	01	01
1003	Aquisição de jogos e brinquedos pedagógicos	Kit de material	04	04	04	04
1004	Aquisição de material didático para os alunos	Material	80	80	80	80
1005	Aquisição de livros	Livros	400	00	00	400
1006	Aquisição de produtos para a merenda escolar	Alimentos	11	11	11	11
1007	Aquisição de uniformes	Vestuário	80	80	80	80

1008	Armários para salas de aula	Equipamento	00	00	00	08
1009	Aquisição de tapetes emborrachados para as salas de aula	Material	00	00	00	08
1010	Aquisição de espelhos para salas de aula	Material	04	00	00	04
1011	Aquisição de mesas e cadeirinhas	Equipamento	00	00	00	80

VIII- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Objetivos:

Desenvolver ações de saúde pública e elevar os níveis de atendimento à população do Município, de forma a reduzir os custos sociais resultantes da falta de prevenção; proporcionar atendimento médico básico a toda população; operacionalizar as ações do Sistema Único de Saúde, através do atendimento médico ambulatorial e hospitalar; promover transportes em ambulância e outros veículos, quando necessário atendimento em outras cidades; executar programas preventivos de saúde materno/infantil, de higiene bucal e de combate ao uso de drogas; realizar exames laboratoriais; distribuir medicamentos da cesta básica aos usuários dos SUS, fornecer medicamentos que não fazem parte da cesta básica para pessoas carentes; executar campanhas de vacinação; desenvolver ações para combate e prevenção de doenças diarreicas, de infecções respiratórias e de doenças previsíveis por imunização; e implementar ações de vigilância sanitária, ambiental e epidemiológica.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
1012	Gerenciar e manter em funcionamento os postos de saúde existentes;	Posto de Saúde	13	14	15	15
1013	Gerenciar e manter em funcionamento a Policlínica e o Pronto Atendimento Municipal;	Unidade de Saúde	02	02	02	02
1014	Promover o atendimento ambulatorial das especialidades médicas relativas à atenção básica;	Consulta	60.000	60.500	61.000	61.500
1015	Promover o atendimento ambulatorial de especialidades médicas de ortopedia, cardiologia, dermatologia, infectologia, gastroenterologia, otorrinolaringologia, urologia, neurologia e endocrinologia. (Consultas);	Consulta	26.000	26.500	27.000	27.500
1016	Fornecer medicamentos que não fazem parte da Farmácia Básica, para pessoas carentes, prescritos por profissionais da rede pública, mediante avaliação sócio-econômica;	Pessoa	500	500	500	500
1017	Promover a dispensação de medicamentos da Farmácia Básica em todas as Unidades de Saúde do Município;	Pessoa	30.200	30.400	30.600	30.800
1018	Autorizar exames laboratoriais, radio-diagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (ultra-sonografia);	Exame	600	600	600	600
1019	Autorizar exames laboratoriais, radio-diagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (tomografias);	Exame	350	350	350	350
1020	Autorizar exames laboratoriais, radio-diagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (diagnoses);	Exame	1.000	1.000	1.000	1.000
1021	Autorizar exames laboratoriais, radio-diagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (fisioterapias);	Exame	1.000	1.000	1.000	1.000
1022	Autorizar exames laboratoriais, radio-diagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (terapias em ginecologia);	Exame	250	250	250	250

1023	Autorizar exames laboratoriais, radio-diagnósticos e outros, de acordo com as cotas disponibilizadas pelo SUS – (laboratoriais);	Exames	60.000	62.000	64.000	65.000
1024	Garantir o transporte de pacientes para o tratamento de saúde em outras localidades;	Pessoa	4.600	4.600	4.600	4.600
1025	Promover a vacinação de crianças e adultos de acordo com orientações preconizadas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde (crianças SISVAN);	Pessoa	1.200	1.200	1.200	1.200
1026	Promover a vacinação de crianças e adultos de acordo com orientações preconizadas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde (adultos geral);	Pessoa	500	500	500	500
1027	Realizar as campanhas de vacinação promovidas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde - para crianças;	Pessoa	8 500	8 700	8.900	9.000
1028	Realizar as campanhas de vacinação promovidas pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde - para adultos;	Pessoa	2.500	2.500	2.500	2.500
1029	Fiscalizar e apoiar na orientação sanitária de bares, restaurantes, mercados e outros estabelecimentos, por meio da Vigilância Sanitária Municipal;	Estabelecimento	300	300	300	300
1030	Realizar atendimento por equipe técnica multidisciplinar de usuários de substâncias psicoativas (álcool e drogas) e transtornos mentais, pelo acesso ao trabalho, lazer, direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários, buscando a ressocialização por meio dos mecanismos disponíveis na rede integrada de atendimento do Programa de Saúde Mental do Município e de conformidade com a metodologia preconizada pelo Ministério da Saúde;	Programa de Saúde Mental	160	170	180	190
1031	Realizar a contratação de profissionais da saúde por prazo determinado em situação de urgência e emergência, quando não existir reserva técnica de concurso público municipal;	Contrato	15	15	15	15
1032	Manter e aperfeiçoar o funcionamento dos programas institucionais de saúde implantados; Saúde da Mulher; Saúde da Criança; Hipertensão; Saúde Mental; Saúde Bucal; Agentes Comunitários de Saúde; ESF; Saúde do Homem; Saúde do Idoso; Tabagismo;	Programas	10	10	10	10
1033	Promover a implantação de novos programas institucionais de saúde; Saúde do Trabalhador, Saúde Sistema Penitenciário, Saúde Adolescentes e Jovens Saúde da pessoa com deficiência;	Programas	06	06	06	06
1034	Implantar e estruturar a fiscalização da média complexidade na Vigilância Sanitária do Município (farmacêutico, engenheiro civil, técnico em segurança, agente administrativo);	Pessoa	04	04	04	04

1035	Manter e otimizar o Centro de Atendimento Odontológico do Município – CAA, com a ampliação do atendimento e democratização da população (Posto Santa Rosa para atender toda a população);	CAA	01	01	01	01
1036	Manter em funcionamento os consultórios odontológicos;	Consultório	11	12	13	14
1037	Manter em funcionamento os consultórios médicos e de enfermagem;	Consultório	26	28	30	32
1038	Criar o Centro de Especialidades Odontológicas – CEO;	CEO	01	00	00	00
1039	Manter convênio com Hospital de Caridade São Braz objetivando garantir a complementação da assistência à população (consultas, procedimentos ambulatoriais e exames nas respectivas quantidades previstas no convenio);	Convenio	01	01	01	01
1040	Promover e/ou contratar cursos de capacitação, desenvolvimento e reciclagem para servidores da saúde;	Cursos	25	25	25	25
1041	Adquirir veículo tipo VAN, com capacidade para 15 pacientes (substituição do atual);	Veiculo	00	01	00	01
1042	Adquirir veículo tipo VAN, com capacidade para 15 pacientes (ESF São Miguel);	Veiculo	00	00	01	00
1043	Adquirir veículo tipo VAN, com capacidade para 15 pacientes (Estratégia Saúde da Família Santa Cruz);	Veiculo	00	00	01	00
1044	Adquirir de veículo Sedan para transporte de pacientes no município (PSF/Outros);	Veiculo	01	02	02	01
1045	Implantar o Programa ESF na Unidade Central/Cidade Nova;	Equipe ESF	00	01	00	00
1046	Construir Unidade de Pronto Atendimento – UPA, com no mínimo 1.200m2;	Unidade	00	01	00	00
1047	Construir o Posto de Saúde na região da Área Industrial, com 290m2;	Unidade	01	00	00	00
1048	Construir Posto de Saúde na localidade de Lança, com 90m2;	Unidade	00	01	00	00
1049	Construir Posto de Saúde na Comunidade Indígena Rio dos Pardos;	Unidade	00	01	00	00
1050	Reformar e ampliar Unidade Básica de Saúde do Bairro Santa Rosa;	Unidade	01	00	00	00
1051	Ampliar Unidade Básica de Saúde do Bairro São Pedro;	Unidade	01	00	00	00
1052	Colocar em funcionamento e implantar o Programa ESF na UBS do Jardim Bela Vista;	Unidade	01	00	00	00
1053	Estender o horário de atendimento nos Postos de Saúde dos Bairros Santa Rosa e São Pedro, até às 21:00 horas, de segundas às sextas-feiras;	Quantidade	02	00	00	00
1054	Adquirir mobiliários e equipamentos para a UBS do Bairro Jardim Bela Vista;	Equipamento e Mobiliário	65	10	10	12
1055	Adquirir mobiliário e equipamentos para as UBS reformadas do Vice-King, São Bernardo do Campo e São Miguel da Serra;	Equipamento e Mobiliário	130	20	20	20
1056	Implantar e operacionalizar o aparelho de RX médico portátil na Policlínica do Santa Rosa;	Unidade	01	00	00	00
1057	Adquirir e operacionalizar aparelho de ultrassom na Policlínica do Santa Rosa;	Unidade	01	00	00	00
1058	Adquirir microcomputadores para as Unidades de Saúde;	Unidade	22	10	25	12

1059	Adquirir impressoras para as Unidades de Saúde;	Unidade	15	5	17	7
1060	Estruturar com móveis e equipamentos o novo Posto de Saúde do bairro Jardim Bela Vista;	Unidade	55	12	12	10
1061	Adquirir veículo com equipo odontológico acoplado, para atendimento as políticas de saúde bucal no interior do município;	Veículo/Equipamento	00	01	00	00
1062	Implantar Centro de Atendimento de Animais;	Unidade	00	01	00	00
1063	Construir Centro de Atendimento de Animais, com 290m2;	Unidade	00	01	00	00

IX- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Objetivos:

Planejar e apoiar a construção de conjuntos habitacionais; conservar e proceder melhorias em parques, praças, ruas urbanas e outros logradouros públicos; executar obras de saneamento urbano, construção de pontes e pavimentação de ruas e arborizar parques, praças e ruas; conservar e ampliar estradas vicinais; construir, ampliar e/ou reformar prédios públicos, executar serviços de limpeza pública e coleta de lixo; operacionalizar, ampliar e conservar o cemitério municipal; operacionalizar o serviço funerário; executar a manutenção e ampliação da rede de iluminação pública; executar obras de saneamento básico, galerias de águas pluviais, construir e conservar pontes, proceder dragagem de rios e córregos; apoiar a ampliação da rede de distribuição de água e iniciar a implantação da rede de coleta e tratamento de esgoto; apoiar a regulamentação do consórcio intermunicipal de transporte coletivo, saneamento, operacionalização de coleta e destinação de resíduos sólidos

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
1064	Construção e troca de pontes de madeira por pontes de concreto na região de Santa Cruz, Nova Galícia, Santa Maria, Jangada,	Construção	10	10	10	10
1065	Pavimentação com asfalto ou calçamento em duas ruas do centro, bairros e conjunto habitacional e distritos;	Pavimentação	15	15	15	15
1066	Manutenção das estradas do interior com alargamento, limpeza dos bueiros e colocação de bica corrida;	Manutenção	2600	2600	2600	2600
1067	Aquisição de um britador móvel para manutenção de estradas no interior e ruas;	Aquisição	01	00	01	00
1068	Remodelação da ciclovias e pista de pedestres com iluminação urbana, tubulação e drenagem (saneamento básico)	Remodelação	5 km	5 km	5 km	5 km
1069	Construção de pista de skate;	Construção	01	01	01	01
1070	Construção de pista de bicicross	Construção	01	01	01	01
1071	Instalação de parques, praças, mirantes, academias ao ar livre;	Instalação	05	05	05	05
1072	Construção de canchas poliesportivas, campos e ginásios de esportes;	Construção	02	02	02	02
1073	Aquisição de máquinas, caminhões e equipamentos;	Aquisição	03	03	03	03
1074	Aquisição de veículo	Veículos	02	02	02	02
1075	Implantação de coleta e tratamento de esgoto sanitário no município;	Implantação e Tratamento	01	01	01	01

1076	Implantação e construção de projetos e execução de mobilidade urbana: Passeis, ciclovias e acessos para portadores de necessidades especiais (ação);	Implantação e construção	01	01	01	01
1077	Construção de portais e pórticos;	Construção	01	01	01	01
1078	Implantação de galerias de águas pluviais;	Implantação	10	10	10	10
1079	Construção e manutenção de abrigos de passageiros	Construção	10	10	10	10
1080	Implantação de Parque Ambiental	Parque	02	02	02	02
1081	Construção ou remodelação da Rodoviária e do Terminal Urbano;	Construção	01	01	01	00
1082	Implantação de semáforos para pedestres;	Semáforos	03	03	03	03
1083	Melhoria na Balsa;	Balsa	01	01	01	01
1084	Readequação estrutural social	Soci-alvas	01	01	01	01
1085	Implantação e monitoramento de sistema de veículo e equipamento via satélite;	Monitoramento	01	01	01	01
1086	Construção de Capela Mortuária	Construção	02	02	02	02
1087	Britador móvel	Britador	01	00	01	00

X- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

Objetivos:

Apoiar e incentivar a implantação de novas indústrias e estimular o desenvolvimento do comércio e do setor de serviços visando à ampliação da oferta de empregos e a geração de rendas no município, promover ações de divulgação das potencialidade e recursos do município; participar das atividades e ações da Incubadora Industrial de porto União e prover os incentivos estabelecidos na Legislação Municipal.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
1088	Implantação do Conselho Municipal de Meio Ambiente;	Implantação	01	00	00	00
1089	Parceria para construção de aeroporto;	Parceria	01	01	01	01
1090	Promoção de cursos técnicos em parceria com o SENAI e SENAC;	Curso	10	10	10	10
1091	Construção de Centro de eventos	Construção	01	01	01	01
1092	Estudo de terrenos apropriados para a instalação de nova Área Industrial	Instalação	01	01	01	01
1093	Inclusão de programas de educação ambiental em escolas e entidades.	Programa	01	01	01	01
1094	Aquisição de móveis de escritório e veículos para execução das atividades da Secretaria;	Móveis	08	00	00	00
1095	Plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.	Resíduos	01	00	00	00
1096	Estudo técnico referente a alíquota de energia elétrica cobrada pelas empresas distribuidoras, para verificar a diferença no custo de produção das indústrias.	Estudo	01	00	00	00
1097	Convênio com o SENAI para promover cursos e treinamentos;	Convênio	01	00	00	00

1098	Buscar parcerias para construção de barracão para instalação de fábricas.	Construção	00	01	00	00
1099	Elaboração de projetos técnicos para obter recursos financeiros para a aquisição de veículos e construção de barracão para a Associação dos Agentes Recicladores de Porto União.	Projeto	01	01	00	00
1100	Realização de fiscalização em parceria com a Defesa Civil nas áreas de preservação permanente e áreas de risco.	Fiscalização	01	01	01	01
1101	Acompanhar o funcionamento do Aterro Sanitário Municipal e procurar novas alternativas para a destinação final do lixo.	Aterro	01	01	01	01
1102	Campanhas de conscientização sobre o meio ambiente;	Campanha	01	01	01	01
1103	Campanhas de divulgação do Município e sua produção industrial e Agropecuária.	Campanha	01	01	01	01
1104	Estudo para instalação de usina de reciclagem de resíduos da construção civil e resíduos de podas.	Usina de reciclagem	01	01	01	01
1105	Confecção de materiais de divulgação relacionadas a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente.	Material	01	01	01	01
1106	Concessão de incentivos à Indústria e Comércio.	Concessão	01	01	01	01
1107	Reformulação das leis de incentivo para a instalação de indústrias.	Reformulação de leis	01	00	00	00
1108	Estudo para implantação de fibras óptica para viabilizar o acesso a internet aos Municípios.	Estudo	01	01	01	01
1109	Parceria com a Fatma, Copel e outras entidades para a criação do Parque Ambiental Municipal na região do Balneário.	Parque Ambiental	01	01	01	01

XI- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Objetivos:

Apoiar e incentivar a implantação de novas indústrias e estimular o desenvolvimento do comércio e do setor de serviços, visando a ampliação da oferta de empregos e a geração de renda no município; promover e fiscalizar ações de acordo com a legislação ambiental em vigor e que visem o desenvolvimento sustentável do Município.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
	LINHA ROSA					
1110	Ensiladeira;	Ensiladeira;	01	00	00	00
1111	Carreta 03 toneladas;	Carreta	00	01	00	00
1112	Triturador para grão úmido;	Triturador	00	01	00	00
1113	Tarup;	Tarup	00	01	00	00
1114	Concha Hidráulica;	Concha Hidráulica;	00	01	00	00
1115	Ponte sobre o Rio dos Pardos – no 25 de Julho;	Construção	00	00	01	00
1116	Aterro – Ponte com galeria;	Aterro	00	00	01	00
1117	Aterro – São Pedro próximo à pousada;	Aterro	00	00	01	00

1118	Serviços nas Propriedades – horas máquina;	Serviços;	01	01	01	01
1119	Acesso às propriedades;	Acesso	01	01	01	01
	São Pedro do Timbó					
1120	Plantadeira direta 3 linhas;	Plantadeira	01	00	00	00
1121	Concha hidráulica – limpeza de valeta;	Concha	00	01	00	00
1122	Tarup;	Tarup;	00	01	00	00
1123	Luz na quadra coberta;	Iluminação	01	00	00	00
1124	Ponte sobre o Rio Bonito;	Construção	00	01	00	00
1125	Serviços nas propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1126	Acesso às propriedades;	Acesso	01	01	01	01
	São Martinho					
1127	Poço artesiano;	Construção	01	00	00	00
1128	Incorporador de uréia;	Incorporador	01	00	00	00
1129	Roçadeira trator;	Roçadeira	01	00	00	00
1130	Alargamento de via pública;	Alargamento	01	00	00	00
1131	Reforma da ponte arroio da casa;	Reforma	00	01	00	00
1132	Alambrado para campo de futebol;	Alambrado	01	00	00	00
1133	Estradas em boas condições;	Construção	01	01	01	01
1134	Cancha Hidráulica;	Construção	00	01	00	00
1135	Carreta basculante;	Carreta basculante	00	00	01	00
1136	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1137	Acesso às propriedades;	Acesso às propriedades;	01	01	01	01
	Rio dos Pardos					
1138	Calcariadeira;	Calcariadeira;	01	00	00	00
1139	Concha hidráulica traseira;	Construção	00	01	00	00
1140	Melhoria nas estradas;	Melhoria	01	01	01	01
1141	Escarificador;	Escarificador;	00	00	01	00
1142	Grade aradora;	Grade aradora	00	00	01	00
1143	Braço valetador;	Braço valetador	00	01	00	00
1144	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1145	Acesso às propriedades;	Estradas	01	01	01	01
	Maratá					
1146	Grade niveladora – hidráulica – 32 discos;	Grade niveladora	01	00	00	00
1147	Ensiladeira;	Ensiladeira;	01	00	00	00
1148	Escarificador;	Escarificador;	00	01	00	00
1149	Poço artesiano;	Construção	01	00	00	00

1150	Alambrado no campo de futebol;	Alambrado	00	01	00	00
1151	Braço valetador;	Braço valetador	00	00	01	00
1152	Lâmina traseira;	Lâmina	00	00	01	00
1153	Concha hidráulica;	Construção	00	01	00	00
1154	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	00	00	00	00
1155	Acesso às propriedades;	Estrada	00	00	00	00
	Jangada					
1156	Grade aradora 8 discos;	Grade aradora	01	00	00	00
1157	Pulverizador;	Pulverizador;	00	01	00	00
1158	Poço artesiano;	Construção	01	00	00	00
1159	Aquisição de móveis para cozinha;	Aquisição	01	00	00	00
1160	Forno grande;	Forno grande	00	01	00	00
1161	Geladeira;	Geladeira	00	01	00	00
1162	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1163	Acesso às propriedades;	Construção	01	01	01	01
	Aquiles Stenguel					
1164	Ampliação do secador de cereais para Beneficiamento;	Ampliação	01	00	00	00
1165	Trator;	Trator	01	00	00	00
1166	Terraplanagem e pedra no terreno onde estão as máquinas da associação;	Terraplanagem	00	01	00	00
1167	Substituição da plantadeira;	Substituição	00	01	00	00
1168	Ensiladeira;	Ensiladeira;	01	00	00	00
1169	Cozinha comunitária;	Cozinha	00	01	00	00
1170	Grade aradora;	Grade aradora	01	00	00	00
1171	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1172	Acesso às propriedades;	Estrada	01	01	01	01
	Bom Princípio					
1173	Plantadeira plantio direto;	Plantadeira	01	00	00	00
1174	Calcariadeira;	Calcariadeira	00	01	00	00
1175	Pulverizador 600 litros;	Pulverizador	00	01	00	00
1176	Braço valetador;	Braço valetador	00	01	00	00
1177	Colheitadeira;	Colheitadeira	00	00	01	00
1178	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1179	Acesso às propriedades;	Estradas	01	01	01	01
	Rio d'areia					
1180	Melhoria nas estradas;	Melhoria	01	01	01	01
1181	Calcariadeira;	Calcariadeira	01			
1182	Roçadeira;	Roçadeira	01			

1183	Ensiladeira;	Ensiladeira	01			
1184	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1185	Acesso às propriedades;	Estradas	01	01	01	01
	Linha São Francisco					
1186	Plantadeira plantio direto;	Plantadeira	01	00	00	00
1187	Braço valetador;	Braço valetador	00	00	01	00
1188	Escarificador;	Escarificador	00	01	00	00
1189	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1190	Acesso às propriedades;	Estrada	01	01	01	01
	Quati, Campestre e Dois Vizinhos					
1191	Plantadeira Plantio direto;	Plantadeira	01	00	00	00
1192	Escarificador;	Escarificador	00	01	00	00
1193	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1194	Acesso às propriedades;	Estradas	01	01	01	01
	Capão Grande					
1195	Trator agrícola traçado;	Trator	01	00	00	00
1196	Esterqueira 6.000 litros;	Esterqueira	00	01	00	00
1197	Projeto de fossas sépticas para chiqueiros e estábulos leiteiros;	Projeto	00	00	01	00
1198	Pé de pato (subsolador de 5 hastes fixa);	Pé de pato	00	01	00	00
1199	Roçadeira agrícola giro leve;	Roçadeira	00	01	00	00
1200	Enxada rotativa com canteirador;	Enxada rotativa	00	00	01	00
1201	Perfurador de solo com broca de 18 polegadas;	Perfurador de solo	00	01	00	00
1202	Semeadeira adubadeira pendular;	Semeadeira adubadeira pendular	01	00	00	00
1203	Panela Industrial para suco;	Panela	01	00	00	00
1204	Taxo de 150 litros para uso doméstico;	Taxo	00	01	00	00
1205	Fita de cortar carne;	Fita de cortar	00	00	01	00
1206	Distribuidor de esterco líquido a vácuo;	Distribuidor de esterco	00	01	00	00
1207	Braço valetador;	Braço valetador	00	01	00	00
1208	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1209	Acesso às propriedades;	Estradas	01	01	01	01
	Rio Tamanduá					
1210	Suqueira grande;	Suqueira	01	00	00	00
1211	Batedeira planetária (grande);	Batedeira planetária	01	00	00	00
1212	Troca de trator por um grande;	Trator	01	00	00	00
1213	Triturador para grão úmido;	Triturador	00	01	00	00
1214	Carreta 3 toneladas;	Carreta	00	01	00	00

1215	Poço artesiano;	Poço artesiano	00	00	00	01
1216	Calcariadeira com esteira;	Calcariadeira	00	00	01	0
1217	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1218	Acesso às propriedades;	Estrada	01	01	01	01
	Rio Bonito					
1219	Colheitadeira;	Colheitadeira	01	00	00	00
1220	Classificação de feijão com polidor;	Classificação	00	01	00	00
1221	Grade hidráulica com 28 discos;	Grade hidráulica	01	00	00	00
1222	Pulverizador com barra mecânica de 600 litros;	Pulverizador	00	01	00	00
1223	Mapeamento gratuito dos terrenos rurais;	Mapeamento	01	01	01	01
1224	Trator traçado;	Trator traçado	00	01	00	00
1225	Melhora na qualidade do sêmen bovino;	sêmen bovino	01	00	00	00
1226	Cursos diversificados para a comunidade;	Cursos	01	01	01	01
1227	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços;	01	01	01	01
1228	Acesso às propriedades;	Estrada	01	01	01	01
	Cabeceira da Barra Grande					
1229	Calcariadeira 2,5 TON.;	Calcariadeira	00	01	00	00
1230	Plantadeira;	Plantadeira	00	00	01	00
1231	Pé de pato;	Pé de pato	00	01	00	00
1232	Grade;	Grade	01	00	00	00
1233	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1234	Acesso às propriedades;	Estrada	01	01	01	01
	São Miguel da Serra					
1236	Ensiladeira;	Ensiladeira	01	00	00	00
1237	Plantadeira mínimo 3 linhas;	Plantadeira	01	00	00	00
1238	Carreta basculante para silagem;	Carreta basculante	00	01	00	00
1239	Grade rastão;	Grade rastão	00	01	00	00
1240	Roçadeira;	Roçadeira	00	01	00	00
1241	Pulverizador;	Pulverizador	00	01	00	00
1242	Pé de pato;	Pé de pato	00	00	01	00
1243	Panela de suco para as mulheres do grupo;	Panela de suco	01	00	00	00
1244	Asfalto nas ruas;	Asfalto nas ruas	01	01	01	01
1245	Término do centro de convivência;	Centro de convivência;	01	00	00	00
1246	Abertura de ruas;	Abertura de ruas	01	01	01	01
1247	Forno industrial;	Forno industrial	00	01	00	00
1248	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1249	Acesso às propriedades;	Estrada	01	01	01	01

	Legru					
1250	Construção de centro comunitário com cozinha comunitária em anexo;	Construção	01	00	00	00
1251	Utensílios para cozinha comunitária;	Utensílios	01	00	00	00
1252	Depósito de lixo comunitário fechado (para posterior coleta);	Depósito de lixo	01	00	00	00
1253	Ponto de ônibus coberto para os alunos;	Construção	01	00	00	00
1254	Proteção nas laterais da ponte;	Manutenção	01	00	00	00
1255	Redutores de velocidade antes da ponte (nos dois sentidos);	Redutores de velocidade	01	00	00	00
1256	Cursos diversificados para a comunidade;	Cursos	01	01	01	01
1257	Alargamento da estrada que vai da escolinha em direção à igreja ucraniana;	Estrada	01	00	00	00
1258	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1259	Acesso às propriedades;	Estrada	01	01	01	01
	Lança					
1260	Arado subsolador 5 hastes com disco frontal;	Arado subsolador	00	01	00	00
1261	Semeadeira adubadeira;	Semeadeira adubadeira	01	00	00	00
1262	Ensiladeira;	Ensiladeira	01	00	00	00
1263	Braço vateador;	Braço vateador	00	00	01	00
1264	Batedor de cereais;	Batedor de cereais	01	00	00	00
1265	Roçadeira;	Roçadeira	00	01	00	00
1266	Melhoria do trevo da Lança;	Manutenção	01	00	00	00
1267	Iluminação da quadra coberta;	Iluminação	01	00	00	00
1268	Concha hidráulica traseira;	Concha hidráulica	00	00	00	01
1269	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1270	Acesso às propriedades;	estrada	01	01	01	01
	Caçadorzinho					
1271	Calcariadeira 2,5 toneladas;	Calcariadeira	01	00	00	00
1272	Grade niveladora 32 discos;	Grade niveladora	01	00	00	00
1273	Pulverizador 600 litros;	Pulverizador	00	01	00	00
1274	Concha hidraulica traseira;	Concha hidraulica	00	01	00	00
1275	Alargamento de estradas;	Estrada	01	00	00	00
1276	Nivelamento do pátio da igreja;	Nivelamento	01	00	00	00
1277	Subsolador;	Subsolador	00	00	01	00
1278	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1279	Acesso às propriedades;	Estrada	01	01	01	01
	Avencal					
1280	Calcariadeira 2,5 toneladas Grade niveladora 28 discos;	Calcariadeira	01	00	00	00

1281	Plantadeira plantio direto;	Plantadeira	01	00	00	00
1282	Ensiladeira;	Ensiladeira	01	00	00	00
1283	Braço vateador;	Braço vateador	00	01	00	00
1284	Trator traçado;	Trator traçado	00	00	01	00
1285	Alargamento das estradas;	Estrada	01	00	00	00
1286	Biodigestores ;	Biodigestores	01	00	00	00
1287	Serviços nas Propriedades – Hora máquina;	Serviços	01	01	01	01
1288	Acesso às propriedades;	Estrada	01	01	01	01

XII- ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Objetivos:

Pagamento de aposentados e pensionistas remanescentes a conta do município, pagamento de precatórios, amortização da dívida fundada e pagamento de encargos sociais.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
1289	Pagamento aposentados e pensionistas	Aposentados	14mês	14mês	14mês	14mês
1290	Pagamento precatório	Precatório	100	100	100	100
1291	Amortização Dívida	Contratos	4			
1292	Pagamento encargos Sociais	Competências	13			

XIII- FUNREBOM

Objetivos:

Prevenção de sinistros, fiscalização de condições de edificações quanto a segurança, socorro a sinistrados e ocorrências relacionadas a sinistros, bem como atendimento pré-hospitalar e transporte de doentes.

Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
1293	Transformação de 01 furgão em ambulância	Veículo	01	00	00	00
1294	Aquisição de veículo 4x4	Veículo	01	00	00	00
1295	Reforma do aquartelamento	Reforma	01	00	00	00
1296	Aquisição de equipamento de informática	Equipamento	01	01	01	01
1297	Aquisição de equipamentos de proteção	Equipamento	01	01	01	01
1298	Aquisição de equipamentos de combate a incêndio	Equipamento	01	01	01	01
1299	Aquisição de material de expediente	Material	01	01	01	01
1300	Aquisição de equipamentos e materiais para atendimento pré-hospitalar	Equipamento	01	01	01	01
1301	Aquisição de equipamentos para resgate e salvamento aquático	Equipamento	01	01	01	01
1302	Aquisição de equipamentos de ar condicionado	Equipamento	01	00	00	00
1303	Aquisição de mobiliário para alojamento	Mobiliário	01	00	00	00
1304	Aquisição de automóvel para vistorias	Veículo	00	01	01	01
1305	Aquisição de mobiliários diversos	Mobiliário	00	01	01	01
1306	Aquisição de 01 caminhão para transformação em caminhão para combate a incêndio	Caminhão	00	00	00	01

XIV – LEGISLATIVO



Objetivos:

Assegurar o funcionamento da Câmara, em consonância com os preceitos constitucionais e com as normas estabelecidas na Lei Orgânica, oferecendo plenas condições aos Vereadores no exercício de suas funções; legislar, com a sanção do Prefeito, sobre matérias de competência do Município; organizar e administrar os seus serviços internos; exercer externamente o controle sobre a aplicação e prestação de contas dos recursos municipais; revisar periodicamente a legislação municipal e executar outras atividades previstas na Lei Orgânica do Município. Manter a Câmara de Vereadores, com equipamentos e materiais suficientes ao seu pleno funcionamento. Adquirir móveis, veículos e equipamentos, bem como conservar e ampliar as suas instalações. Desenvolver projeto para construção da sede própria do Poder Legislativo e ainda realizar investimentos na área de pessoal proporcionando oportunidades aos servidores e aos 'mediante concurso público.

Principais Metas:

Nº	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
1307	Realizar Sessões	Ordinárias	50	50	50	50
		Extraordinárias	30	30	30	30
		Solenes	04	04	04	04
1308	Apresentar Projetos de Lei	Lei	60	60	60	60
	Apresentar Projetos de Decreto	Decreto	50	50	50	50
1309	Editar Resoluções Legislativas		40	40	40	40
1310	Apreciar Projetos de Lei: Plano Plurianual Lei de Diretrizes Orçamentárias Orçamento – Programa Anual		100	100	100	100
			01	01	01	01
			01	01	01	01
			01	01	01	01
1311	Julgar as Contas do Prefeito Municipal;		04	04	04	04
1312	Aquisição de Veículo;	Veiculo	01	00	01	01
1313	Aquisição de Micro-computadores;	Micro computador	05	02	05	03
1314	Impressora a laser;	Impressora	05	01	02	02
1315	Impressora jato de tinta;	Impressora	05	01	02	05
1316	Estabilizador;	Estabilizador	10	05	05	05
1317	No-break;	No-break	10	05	05	05
1318	Mesa para computador;	Mesa	00	02	02	07
1319	Mesa para impressora;	Mesa	00	02	02	07
1320	Aparelhos de som;	Aparelho de som	05	02	02	02
1321	Microfones;	Mocrifone	05	05	05	02
1322	Máquina de datilografar automática;	Maquina de datilografar	00	00	00	00
1323	Máquina de datilografar comum;	Máquina de datilografar	00	00	00	00
1324	Máquina de calcular;	Máquina de calcular	05	05	05	05
1325	Linhas telefônicas;	Linhas telefônicas	06	06	06	06
1326	Telefone celular;	Telefone celular	09	09	09	09
1327	Escrivaninhas;	Mesa	05	05	05	05
1328	Cadeiras;	Cadeiras	10	02	02	02
1329	Armários;	Armários	10	05	05	05
1330	Sofás;	Sofás	02	02	02	00
1331	Bebedouro;	Bebedouro	04	00	00	00
1332	Máquina fotográfica profissional;	Máquina fotográfica	02	01	01	00
1333	Filmadora;	Filmadora	02	01	01	00
1334	Ventilador;	Ventilador	10	02	02	05
1335	Cortinas;	Cortinas	05	05	05	00
1336	Terreno e construção da sede própria;	construção	01	01	01	01
1337	Reforma nas instalações da câmara municipal;	Reforma	02	02	02	02
1338	Cursos de aperfeiçoamento e capacitação de pessoal;	Cursos	80	80	80	80
1339	Participação dos vereadores em congressos e seminários;	congressos	80	80	80	80
1340	Realização de concurso público;	Concurso público	01	01	01	01
1341	Mobiliário em geral;	Mobiliário	100	100	100	100

XV- PREVIDÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL A SERVIDORES**Objetivos:**

Atender os custos com aposentadorias dos servidores municipais e pensões de seus dependentes através do Fundo de Previdência Municipal, bem como, prestar atendimento médico e social através da AMASPU.



Principais Metas:

Item	Especificação	Unidade	2014	2015	2016	2017
1342	Concessão de benefícios (aposentadorias e pensões);	Aposentadorias	20	20	20	20
1343	Pagamento de salário-família e salário-maternidade;	Salário	50	50	50	50
1344	Pagamento de auxílio doença após 15 dias de atestado, conforme laudo médico;	Auxílio doença	30	30	30	30
1345	Assistência medica hospitalar, e exames, conforme tabela médica CBHPM e lei municipal nº 3.233/06, abrangendo segurados, filho e cônjuges (50%);	Assistência	8000	8000	8000	8000
1346	Assistência odontológica efetuada no instituto, através de profissionais licitados;	Assistência	1000	1000	1000	1000
1347	Assistência psicológica efetuada no instituto, através de profissionais licitados;	Assistência	100	100	100	100
1348	Aquisição de consultório odontológico completo para substituição do anterior;	Consultório	01	00	00	00
1349	Manutenção e conservação do prédio do instituto através de pintura, telhado, pisos, reparos nas paredes;	Reforma	01	00	00	00

Decreto N° 266/2013

DECRETO N° 266, de 03 de agosto de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Assistência Social a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 16.343,43 (Dezesseis mil, trezentos e quarenta e três reais e quarenta e três centavos):

ÓRGÃO ORGÃO 1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADE 2060 - Manutenção FNAS PTB Apoio à Criança

MODALIDADE 3390 - 214 - Aplicações Diretas 06 16.343,43

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 16.343,43

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro, na Fonte 214 - Piso Básico Variável II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 03 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto N° 267/2013

DECRETO N° 267, de 03 de agosto de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Assistência Social a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADE 2051 - Recadastramento Bolsa Família

MODALIDADE 4490 - 201 - Aplicações Diretas 04 17.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 17.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Anulação Parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO 1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADE 2051 - Recadastramento Bolsa Família

MODALIDADE 3390 - 201 - Aplicações Diretas 03 17.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 17.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 03 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto N° 268/2013

DECRETO N° 268, de 07 de agosto de 2013.

Estabelece as normas para verificação dos critérios de avaliação de desempenho dos servidores estáveis, regulamentando o artigo 21 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que estabelece o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam, através deste Decreto, regulamentados os fatores, métodos, conceitos e cálculos, para a verificação dos critérios da avaliação de desempenho destinados a apurar o merecimento, através do desempenho, dos membros do magistério municipal estáveis.

Art. 2º A avaliação será feita através do "Método de Fatores Descritivos", ou seja, cada critério será descrito de forma que os avaliadores comparem cada um deles com o desempenho observável de cada avaliado.

Parágrafo único. A avaliação será feita através do preenchimento de uma "Ficha de Avaliação de Desempenho" contendo 04 (quatro) alternativas para cada critério a ser avaliado, que deverá obedecer a um padrão de classificação, onde cada alternativa corresponderá a um peso, nos termos definidos pelos anexo I e II deste Decreto.

Art. 3º Para a apuração dos critérios previstos no § 1º do Artigo 21, da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, os quais avaliarão a atuação do professor docente que exerça suas atividades nas Unidades Escolares, será utilizada ficha de avaliação, composta por questões cujas definições são as seguintes:

I- Cumprimento de horários – Capacidade do professor em cumprir horários, seja para iniciar ou terminar as aulas, reuniões, palestras, cursos, conselhos de classe e outros;

II- Assiduidade – O professor que cumpre seus compromissos não só com frequência e regularidade, mas com zelo, comprometimento e dedicação;

III- Domínio de Conteúdo – O professor aplica com clareza o conhecimento que possui, transfere o discurso pedagógico da teoria para a prática, com domínio de conhecimento e prévio plano de aula/trabalho estabelecido;

IV- Ética profissional – O professor mantém a confidencialidade sobre informações relacionadas aos alunos e colegas de trabalho, obtidas no decurso da prática profissional, a menos que seja impedido por lei ou dever profissional;

V- Domínio de Classe – O professor consegue lecionar com tranquilidade e ser absolutamente bem sucedido, conduzindo seus alunos ao aprendizado. Pode chamar a atenção dos mais afoitos e estar a salvo das perseguições de agir com autoridade, mas sem autoritarismo, conquistando assim a confiança e o respeito de seus alunos;

VI- Métodos e técnicas de ensino – Consiste na capacidade do professor em aplicar as técnicas de ensino, ou seja, criar conjuntos de atividades de aprendizado cuja finalidade é facilitar ao aluno o alcance dos objetivos previstos para o tema em estudo;

VII- Entrosamento com a comunidade Escolar – O professor visa manter no ambiente escolar um clima de trabalho agradável, demonstrando ser uma pessoa educada e prestativa;

VIII- Participação em reuniões em atividades extraclasse – Consiste em avaliar o dinamismo do professor em reuniões e atividades extraclasse, em relação ao comprometimento e colaboração com sugestões e críticas para a melhoria do seu trabalho.

Art. 4º Para a apuração dos critérios previstos no § 2º do Artigo 21, da Lei Municipal 3.885, de 22 de junho de 2011, os quais irão avaliar a atuação do professor docente e professor pedagogo no exercício da função de orientação, administração e supervisão, ou ainda, na direção de escola, secretaria das Unidades Educacionais ou na Secretaria Municipal de Educação, serão utilizadas fichas de avaliação compostas por questões cujas definições são as seguintes:

I- Cumprimento de horários – Capacidade do professor em cumprir horários no trabalho, seja para iniciar ou terminar as aulas, reuniões, palestras, cursos, conselhos de classe e outros;

II- Assiduidade – Professor que cumpre seus compromissos não só com frequência e regularidade, mas com zelo, comprometimento e dedicação;

III- Capacidade de um bom relacionamento com professores e funcionários – Para promover a contribuição dos diversos membros da comunidade escolar na gestão da escola, o professor deve estimular a cultura da participação, fomentar a responsabilidade coletiva pelo sucesso da escola e reduzir o potencial de conflito;

IV- Ética profissional – O professor mantém a confidencialidade sobre informações relacionadas aos alunos e colegas de trabalho, obtidas no decurso da prática profissional, a menos que seja impedido por lei ou dever profissional;

V- Capacidade administrativa ou pedagógica – Tem a capacidade de construir uma gestão eficaz e melhorar os procedimentos da organização escolar, com base num processo interno de avaliação. Tem conhecimento das responsabilidades e atividades daqueles que trabalham na escola, bem como o uso das suas instalações, para assegurar que os recursos humanos e materiais da escola estejam organizados de modo a criar um ambiente de aprendizagem eficiente, seguro e eficaz;

VI- Entrosamento com a comunidade escolar – Procura estabelecer relações de parceria entre os pais dos alunos, as organizações da comunidade e as instituições escolares, na busca do bem-estar e a aprendizagem dos alunos, consciente da relação de interdependência entre a melhoria da escola e o desenvolvimento da comunidade. Exerce sua liderança educacional promovendo a participação da comunidade na escola e da escola na comunidade;

VII- Dinamismo em reuniões e atividades extraclasse – Promove o desenvolvimento contínuo dos diversos membros da equipe escolar e presta sua contribuição à gestão da escola. Fomenta a

responsabilidade coletiva pelo sucesso da escola e reduz o potencial de conflito.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

ANEXO I

Critérios para Avaliação de Desempenho do professor docente que exerce suas atividades nas Unidades Escolares, levando em consideração aspectos comportamentais, estratégicos e operacionais:

I- CUMPRIMENTO DE HORÁRIOS (1,5 CRÉDITOS)

Capacidade do professor em cumprir horários no trabalho, seja para iniciar ou terminar as aulas, reuniões, palestras, cursos, conselhos de classe e outros.	CRÉDITOS
a) o professor cumpre rigorosamente o seu horário de trabalho até o presente momento;	1,5
b) o professor raramente falta e/ou se atrasa ao trabalho;	1,0
c) o professor falta e/ou se atrasa com muita frequência ao trabalho, porém apresenta justificativa;	0,5
d) o professor falta e/ou se atrasa com muita frequência e nunca apresenta justificativa.	0,0

II- ASSIDUIDADE (1,5 CRÉDITOS)

O professor que cumpre seus compromissos não só com frequência e regularidade, mas com zelo, comprometimento e dedicação.	CRÉDITOS
a) o professor não se ausenta do local de trabalho e cumpre todos os seus compromissos;	1,5
b) o professor raramente ausenta-se do local de trabalho e cumpre seus compromissos;	1,0
c) o professor ausenta-se com frequência do local de trabalho e não cumpre seus compromissos, mas justifica-se;	0,5
d) o professor ausenta-se com frequência do local de trabalho, não cumpre seus compromissos e não se justifica.	0,0

III- DOMÍNIO DE CONTEÚDO (3,0 CRÉDITOS)

O professor aplica com clareza o conhecimento que possui, transfere o discurso pedagógico da teoria para a prática, com domínio de conhecimento e prévio plano de aula/trabalho estabelecido.	CRÉDITOS
a) o professor domina totalmente os conhecimentos e desempenha bem sua função;	3,0
b) o professor possui conhecimento na área, mas precisa melhorar;	2,0
c) o professor possui conhecimento insuficiente;	1,0
d) o professor não possui nenhum conhecimento e a falta de domínio coloca em risco o desempenho e rendimento da função.	0,0

IV- ÉTICA PROFISSIONAL (3,0 CRÉDITOS)

O professor mantém a confidencialidade sobre informações relacionadas aos alunos e colegas de trabalho, obtidas no decurso da prática profissional, a menos que seja impedido por lei ou dever profissional.	CRÉDITOS
a) o professor sempre guarda sigilo sobre as informações do seu trabalho e de seus alunos, merecendo a confiança de seus superiores e colegas;	3,0
b) o professor geralmente mantém sigilo quanto às informações confidenciais do seu trabalho;	2,0
c) o professor já vazou informações confidenciais de seu trabalho e de seus alunos;	1,0
d) o professor não guarda sigilo sobre as informações do seu trabalho e de seus alunos, não merecendo confiança.	0,0

V- DOMÍNIO DE CLASSE (3,0 CRÉDITOS)

O professor consegue lecionar com tranquilidade e ser absolutamente bem sucedido, conduzindo seus alunos ao aprendizado. Pode chamar a atenção dos mais afoitos e estar a salvo das perseguições de agir com autoridade, mas sem autoritarismo, conquistando assim a confiança e respeito de seus alunos.	CRÉDITOS
a) o professor tem facilidade para domínio da turma, mantendo a disciplina de maneira equilibrada e organizada, proporcionando um bom clima de trabalho com os alunos;	3,0
b) o professor normalmente possui domínio de classe;	2,0
c) o professor normalmente possui domínio de classe, porém faz uso de ameaças e/ou chantagens;	1,0
d) o professor não possui domínio de classe, os alunos bagunçam, o clima das aulas é de desorganização, prejudicando o bom andamento das atividades escolares.	0,0

VI- MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO (3,0 CRÉDITOS)

Consiste na capacidade do professor em aplicar as técnicas de ensino, ou seja, criar conjuntos de atividades de aprendizado cuja finalidade é facilitar ao aluno o alcance dos objetivos previstos para o tema em estudo.	CRÉDITOS
a) o professor sempre se utiliza de metodologia e técnicas de ensino adequadas e diversificadas, procurando inovar, superando as expectativas e motivando os alunos;	3,0
b) o professor normalmente utiliza-se de métodos e técnicas adequadas, apresentando seu potencial para inovar;	2,0
c) o professor não inova sua metodologia e técnicas de ensino e não aceita sugestões;	1,0
d) o professor nunca diversifica sua metodologia ou faz uso de técnicas de ensino adequadas em sala de aula.	0,0

VII- ENTROSAMENTO COM A COMUNIDADE ESCOLAR (1,5 CRÉDITOS)

O professor visa manter no ambiente escolar um clima de trabalho agradável, demonstrando ser uma pessoa educada e prestativa.	CRÉDITOS
a) o professor age mantendo um bom clima de trabalho, demonstrando ser uma pessoa educada e paciente, procurando elevar a moral de seus colegas;	1,5
b) o professor mantém certa distância, mas respeita as diferenças individuais e coletivas;	1,0
c) o professor geralmente é impaciente apresentando um temperamento explosivo com as pessoas com quem convive;	0,5
d) o professor não se envolve nem se integra com o grupo, criando atritos e desavenças no ambiente de trabalho.	0,0

VIII- PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E ATIVIDADES EXTRACLASSE (1,5 CRÉDITOS)

Consiste em avaliar o dinamismo do professor em reuniões e atividades extraclasse, em relação ao comprometimento e colaboração com sugestões e críticas para a melhoria do seu trabalho.	CRÉDITOS
a) o professor sempre participa de reuniões e atividades extraclasse, colaborando efetivamente com a unidade educacional;	1,5
b) o professor geralmente participa de reuniões e atividades extraclasse;	1,0
c) o professor somente participa de reuniões extraclasse quando convocado oficialmente;	0,5

d) o professor nunca participa de reuniões e/ou atividades extraclasse, manifestando desinteresse.	0,0
--	-----

ANEXO II

Crêterios para Avaliação de Desempenho do professor docente e professor pedagogo, no exercício da função de orientação, administração e supervisão ou na direção de escola, secretaria das Unidades Educacionais ou na Secretaria Municipal de Educação, levando em consideração aspectos comportamentais, estratégicos e operacionais:

I- CUMPRIMENTO DE HORÁRIOS (1,5 CRÉDITOS)

Capacidade do professor em cumprir horários no trabalho, seja para iniciar ou terminar as aulas, reuniões, palestras, cursos, conselhos de classe e outros.	CRÉDITOS
a) não faltou e não se atrasou ao trabalho até o presente momento;	1,5
b) raramente falta e/ou se atrasa ao trabalho;	1,0
c) falta e/ou se atrasa com muita frequência ao trabalho, porém apresenta justificativa;	0,5
d) falta e/ou se atrasa com muita frequência e nunca apresenta justificativa.	0,0

II- ASSIDUIDADE (1,5 CRÉDITOS)

O professor que cumpre seus compromissos não só com frequência e regularidade, mas com zelo, comprometimento e dedicação.	CRÉDITOS
a) não se ausenta do local de trabalho;	1,5
b) raramente ausenta-se do local de trabalho;	1,0
c) ausenta-se com frequência do local de trabalho com justificativa;	0,5
d) ausenta-se com frequência do local de trabalho sem justificativa.	0,0

III- CAPACIDADE DE BOM RELACIONAMENTO COM PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS (3,0 CRÉDITOS)

Para promover a contribuição dos diversos membros da comunidade escolar na gestão da escola, o professor deve estimular a cultura da participação, fomentar a responsabilidade coletiva pelo sucesso da escola e reduzir o potencial de conflito.	CRÉDITOS
a) age mantendo um bom clima de trabalho, demonstrando ser uma pessoa educada e paciente, procurando elevar a moral de seus colegas;	3,0
b) mantém certa distância, mas respeita as diferenças individuais e coletivas;	2,0

c) geralmente é impaciente, apresentando um temperamento explosivo com as pessoas com quem convive;	1,0
d) não se envolve nem se integra com o grupo, criando atritos e desconveniências no ambiente de trabalho.	0,0

IV- ÉTICA PROFISSIONAL (3,0 CRÉDITOS)

O professor mantém a confidencialidade sobre informações relacionadas aos alunos e colegas de trabalho, obtidas no decurso da prática profissional, a menos que seja impedido por lei ou dever profissional.	CRÉDITOS
a) sempre guarda sigilo sobre as informações do seu trabalho, merecendo a confiança de seus superiores e colegas;	3,0
b) geralmente mantém sigilo quanto às informações confidenciais do seu trabalho;	2,0
c) já vazou informações confidenciais de seu trabalho;	1,0
d) não guarda sigilo sobre as informações do seu trabalho, não merecendo confiança.	0,0

V- CAPACIDADE ADMINISTRATIVA OU PEDAGÓGICA (3,0 CRÉDITOS)

Tem a capacidade de construir uma gestão eficaz e melhorar os procedimentos da organização escolar, com base num processo interno de avaliação. Tem conhecimento das responsabilidades e atividades daqueles que trabalham na escola, bem como o uso das suas instalações, para assegurar que os recursos humanos e materiais da escola estejam organizados, de modo a criar um ambiente de aprendizagem eficiente, seguro e eficaz.	CRÉDITOS
possui excelente desempenho, inclusive superando as expectativas esperadas, relaciona a teoria com o exercício profissional, incentiva a participação e o diálogo;	3,0
b) geralmente atinge as expectativas com responsabilidade, criatividade e dinamismo no exercício de suas funções;	2,0
c) ocasionalmente atinge as expectativas esperadas, não demonstrando ter capacidade administrativa ou pedagógica suficiente para a função que exerce;	1,0
d) não possui habilidade para planejar, liderar e tomar decisões.	0,0

VI- ENTROSAMENTO COM A COMUNIDADE ESCOLAR (3,0 CRÉDITOS)

Procura estabelecer relações de parceria entre os pais dos alunos, as organizações da comunidade e as instituições escolares, na busca do bem-estar e a aprendizagem dos alunos, consciente da relação de interdependência entre a melhoria da escola e o desenvolvimento da comunidade. Exerce sua liderança educacional, promovendo a participação da comunidade na escola e da escola na comunidade.	CRÉDITOS
a) procura valorizar a todos, possui capacidade para lidar e solucionar conflitos, divergência de opiniões e condições adversas;	3,0
b) na maioria das vezes age mantendo um bom clima de trabalho, demonstrando ser uma pessoa educada e paciente, respeitando as diferenças individuais e coletivas;	2,0
c) geralmente é impaciente apresentando um temperamento explosivo com as pessoas com quem convive;	1,0
d) não se envolve nem se integra com o grupo, criando atritos e desconveniências no ambiente de trabalho.	0,0

VII- DINAMISMO EM REUNIÕES E ATIVIDADES EXTRACLASSE (3,0 CRÉDITOS)

Promove o desenvolvimento contínuo dos diversos membros da equipe escolar e presta sua contribuição à gestão da escola. Fomenta a responsabilidade coletiva pelo sucesso da escola e reduz o potencial de conflito.	CRÉDITOS
possui excelente desempenho, inclusive superando as expectativas esperadas, usa adequadamente o tempo, transmite informações de forma clara e objetiva;	3,0
geralmente sabe organizar-se e comunicar-se, conduzindo seu trabalho com responsabilidade;	2,0
c) não demonstra possuir dinamismo para encaminhar direcionamentos, atingindo parcialmente as expectativas esperadas;	1,0
d) não atinge as expectativas esperadas.	0,0

Decreto N° 269/2013

DECRETO N° 269, de 07 de agosto de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias

a seguir especificadas, o valor de R\$ 261.000,00 (Duzentos e sessenta e um mil reais):

ÓRGÃO	ORGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE		1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO		1003 - Construção Centros de Educação Infantil		
MODALIDADE	4490 - 170 - Aplicações Diretas	2	7	
261.000,00				

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 261.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Convênio com a União, na Fonte 170, conforme Art. 34, Inciso V, da Lei Municipal nº 4.020, de 27 de junho de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 270/2013

DECRETO Nº 270, de 08 de agosto de 2013.

Dispõe sobre Aposentadoria por Invalidez Permanente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, devidamente combinado com o art. 24 e seguintes da Lei Municipal nº 2.108, de 09 de junho de 1995, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005,

DECRETA:

Art. 1º APOSENTA por invalidez permanente, com proventos integrais, o Sr. EMERSON LUIS MENONCIN, no Cargo de Técnico em Agropecuária, portador do RG nº 494.708-8 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº 420.419.459-15, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, com ingresso no Serviço Público em 21 de novembro de 2007, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º O Servidor aposentado por invalidez por força deste Decreto deverá, após o decurso de 01 (um) ano, contado da data de publicação deste ato, submeter-se a inspeção médica para efeito de reversão, tudo consoante preconiza os artigos 27, 28 e 29, da Lei Municipal nº 3.079, de 06 de julho de 2005.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

Decreto Nº 271/2013

DECRETO Nº 271, de 08 de agosto de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento próprio do FUNREBOM na dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais):

ÓRGÃO	ORGÃO	1600 - FUNREBOM
UNIDADE		1601 - FUNREBOM
ATIVIDADE		2040 - Manutenção Funrebom
MODALIDADE	4490 - 100 - Aplicações Diretas	02 40.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 40.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício 2013, na Fonte 100 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 272/2013

DECRETO Nº 272, de 08 de agosto de 2013.

Dispõe sobre delegação de competência para movimentação de conta bancária do Fundo Municipal de Educação, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto União, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Delega competência ao Secretário Municipal de Educação, Senhor Bento Trindade Júnior, que fica autorizado a movimentar junto ao Banco do Brasil, Agência de Porto União, a conta bancária nº 24.082-6, conjuntamente com o Prefeito Municipal:

Art. 2º O mesmo estará investido conjuntamente nos seguintes poderes:

- 1- emitir cheques;
- 2- abrir contas de depósito;
- 3- autorizar cobrança;
- 4- receber, passar recibo e dar quitação;
- 5- requisitar talonários de cheques;
- 6- autorizar débito em conta relativo a operações;
- 7- efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 8- sustar/contra - ordenar cheques;
- 9- efetuar resgates/aplicações financeiras;
- 10- efetuar saques - conta corrente;
- 11- efetuar pagamentos por meio eletrônico;

- 12- efetuar transferências por meio eletrônico;
- 13- efetuar pagamentos, exceto por meio eletrônico;
- 14- efetuar transferências, exceto por meio eletrônico;
- 15- liberar arquivos de pagamentos no Ger. Financeiro /AASP;
- 16- emitir comprovantes;
- 17- efetuar transferência para mesma titularidade - meio eletrônico;
- 18- encerrar contas de depósito.

Art. 3º O mesmo estará investido isoladamente nos seguintes poderes:

- 1- solicitar saldos e extratos;
- 2- retirar cheques devolvidos;
- 3- cancelar cheques;
- 4- baixar cheques;
- 5- cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- 6- consultar contas/aplicações programas repasse recursos federais - RPG;
- 7- solicitar saldos/extratos, exceto investimento e operações de crédito;
- 8- solicitar saldos/extratos de investimentos;
- 9- solicitar saldos/extratos de operações de crédito.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Portaria N.º 621/2013 - RH

PORTARIA Nº 621, de 01 de agosto de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, sob o nº 20722007.1.00042/00-8, datada de 21 de setembro de 2000, do servidor ESMAEL ADAM PEREIRA, que ocupa o cargo de provimento efetivo de Mecânico de Veículos Leves, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR A AVERBAÇÃO, do período correspondente a 7.138 dias, ou seja, 19 (dezenove) anos, 06 (seis) meses e 23 (vinte e três) dias, a título de Tempo de Contribuição averbado junto ao INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, conforme abaixo discriminado:

Período	Empregador	Tempo de contribuição
- 16/05/1973 29/11/1974	aHelmuth Thiel	01a 06m 14d
- 01/05/1975 01/04/1981	aPeças e Oficinas Amigão LTDA	05a 11m 01d
- 11/02/1982 02/05/1984	aDissenha SA Ind e Comércio	02a 02m 22d
- 04/03/1985 19/01/1995	aPrefeitura Municipal de Porto União	09a 10m 16d

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N° 032/2013

PORTARIA Nº 032, de 07 de agosto de 2013.

Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial encarregada de apurar o inadimplemento contratual por parte da EMPRESA CONSTRUSUL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., em descumprimento do Contrato nº 184/2012 e aplicar eventuais sanções cabíveis, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, a empresa acima citada, através de seu representante legal para que, acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, constitua advogado para acompanhá-lo durante todo o processo.

Art. 3º Designar como membros da Comissão:

- I- Luciana Cristina Kauva - Presidente;
- II- Vanessa Nalon dos Santos - Secretária;
- III- Neusa Lucia Benoni - Membro;
- IV- Juliana Hochstein Posenatto - Membro;
- V- Fernando Antonio Kurten Jung - Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Parágrafo único. Caso seja necessária a prorrogação desta Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de agosto de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Extrato de Contrato Aditivo 120/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 120/2013

Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 038/2013

Partes: Município de Porto União e Aligra Materiais Elétricos Ltda - EPP

CLÁUSULA SEGUNDA- DO VALOR CONTRATUAL

Adita-se ao aludido contrato superior o valor de R\$ 10.122,30 (dez mil cento e vinte e dois reais e trinta centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 02 de agosto de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Aditivo 121/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 121/2013

Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 040/2013

Partes: Município de Porto União e Bello & Machado Ltda - ME

CLÁUSULA SEGUNDA- DO VALOR CONTRATUAL

Adita-se ao aludido contrato superior o valor de R\$ 11.048,40 (onze mil quarenta e oito reais e quarenta centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 02 de agosto de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Errata da Tomada de Preços 007/2013

ERRATA

REFERENTE PROCESSO LICITATORIO 087/2013

TOMADA DE PREÇOS 007/2013

No edital, onde se lê a data 27 de Agosto de 2013, leia-se 29 de Agosto de 2013.

As demais informações permanecem inalteradas.

Porto União SC, 12 de Agosto de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3537

DECRETO Nº 3537, de 09 de agosto de 2013.

"EXONERA MARILEI DA SILVA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 09/08/2013, a servidora MARILEI DA SILVA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão Auditoria, da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

09 de agosto de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3538

DECRETO Nº 3538, de 09 de agosto de 2013.

"EXONERA FABIO LEDRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 09/08/2013, o servidor FABIO LEDRA, do cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE PROCESSAMENTOS DE DADOS, da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

09 de agosto de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3539

DECRETO Nº 3539, de 09 de agosto de 2013.

"EXONERA RENAN ROSSETT MOREIRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 09/08/2013, o servidor RENAN ROSSETT MOREIRA, do cargo em comissão de Assistente de Gabinete Prefeito, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

09 de agosto de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3540

DECRETO Nº 3540, de 09 de agosto de 2013.

"EXONERA JOÃO MARIA DE OLIVEIRA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 09/08/2013, o servidor JOÃO MARIA DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE MANUTENÇÃO, da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

09 de agosto de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3542

DECRETO Nº 3542, de 09 de agosto de 2013.

"EXONERA HELOYSE CORDOVA LOTTIN".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 09/08/2013, a servidora HELOYSE CORDOVA LOTTIN, do cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE PARCERIAS DA ESCOLA MODELO, da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

09 de agosto de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3543

DECRETO Nº 3543, de 09 de agosto de 2013.

"EXONERA HERIKSSON MIGUEL DA SILVA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 09/08/2013, o servidor HERIKSSON MIGUEL DA SILVA, do cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS, da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

09 de agosto de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria N° 0992/2013

PORTARIA Nº. 0992/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonera a partir de 09/08/2013, o servidor MARCELO FRANCISCO SCHMITT, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor (40h), da função em comissão de Secretário Adjunto de Educação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de agosto de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Vf



**O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão**

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Alteração do Pregão Presencial 074/2013

EDITAL DE ALTERAÇÃO

O Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, comunicam aos interessados que fica alterado a redação dos itens da PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO 01 e MINUTA DO CONTRATO – ANEXO 08 do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2013, que passa a ter abaixo, permanecendo inalteradas os demais itens:

“– a) Anexo 01 – PROPOSTA DE PREÇOS:

Onde se lê:

Serviços Técnicos	Unid.	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
Serviços de Implantação dos sistemas, migração de dados e treinamento dos usuários	Ser.	01		
Serviços de provimento de datacenter para alocação dos sistemas	Ser.	12		
Serviços técnicos de atendimento local ou via conexão remota, a serem contratados para atender as demandas que não estejam cobertas pelo contrato).	Hora	1000		
Serviços técnicos e customização e personalização dos sistemas para atender demandas específicas do município.	Hora	200		
Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	KM	2000		
Sub-Total				

Lê-se:

Serviços Técnicos	Unid.	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
Serviços de provimento de datacenter para alocação dos sistemas	Ser.	12		
Serviços técnicos de atendimento local ou via conexão remota, a serem contratados para atender as demandas que não estejam cobertas pelo contrato).	Hora	1000		
Serviços técnicos e customização e personalização dos sistemas para atender demandas específicas do município.	Hora	220		
Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	KM	2390		
Sub-Total				

b) Anexo 08 – MINUTA DE CONTRATO:

Onde se Lê:

CLÁUSULA QUINTA. O pagamento da licença de uso, suporte técnico e provimento de datacenter para alocação dos sistemas será

realizado até o quinto dia útil mediante apresentação da nota fiscal, que deverá ser emitida a cada período de trinta dias a contar da instalação dos sistemas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. (...).

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os serviços de implantação, migração de dados e treinamento em 03 (três) parcelas mensais e sucessivas, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, sendo a primeira quando da migração dos dados, a segunda na habilitação dos sistemas para uso e a terceira a contar 30 (trinta) dias do vencimento da última.

Lê-se:

CLÁUSULA QUINTA. O pagamento da licença de uso, Serviços de Implantação dos sistemas, migração de dados e treinamento dos usuários, suporte técnico e provimento de datacenter para alocação dos sistemas será realizado até o quinto dia útil mediante apresentação da nota fiscal, que deverá ser emitida a cada período de trinta dias a contar da instalação dos sistemas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. (...).

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os valores referentes aos Serviços de Implantação dos sistemas, migração de dados e treinamento dos usuários deverão estar inclusos no valor da licença.”

Rio do Sul, 08 de agosto de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Resumos dos Aditivos do Mês 07/2013

RESUMO DO 8º TERMO ADITIVO Nº 095/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 049/2012

Carta Convite nº 056/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DA RECONSTRUÇÃO PARCIAL PONTE PÊNSIL MARTIM DE SOUZA, LIGANDO OS BAIRROS JARDIM AMÉRICA E CANTA GALO

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 184 (cento e oitenta e quatro) dias, com o seu término em 30 de dezembro de 2013.

Rio do Sul, 28 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO Nº 096/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 291/2012

Concorrência nº 124/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA TRAVESSA EMÍLIO TREVISANI, BARRA ITROUPAVA EM RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 20 de outubro de 2013.

Rio do Sul, 21 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO Nº 097/2013 - DO CONTRATO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 290/2012

Concorrência nº 124/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ITAJAÍ, BARRA ITROUPAVA EM RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 20 de outubro de 2013.

Rio do Sul, 21 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO Nº 098/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 289/2012

Concorrência nº 124/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ÂNGELO CECHEZ, BARRA ITROUPAVA EM RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 20 de outubro de 2013.

Rio do Sul, 21 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 099/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 272/2012

Concorrência nº 124/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: SEPATÉ - SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA ESTRADA NAVEGANTES, BAIRRO NAVEGANTES EM RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 21 de agosto de 2013.

Rio do Sul, 22 de abril de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 100/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 262/2012

Tomada de Preços nº 136/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: CONSTRULACER - COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DA PRAÇA NA RUA XV DE NOVEMBRO COM MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a

CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 20 de outubro de 2013.

Rio do Sul, 21 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 101/2013 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 054/2011

Concorrência nº 148/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: AEROCARTA S.A - ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA E MAPEAMENTO CADASTRAL DA CIDADE DE RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Terceira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 142 (cento e quarenta e dois) dias, com o seu término em 29 de novembro de 2013.

Rio do Sul, 09 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO Nº 102/2013 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 059/2009

Pregão Presencial nº 067/2009

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: ÔNIBUS CIRCULAR LTDA

Do Objeto: TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Sétima do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 29 de julho de 2014.

Da Supressão: Fica suprimido o valor de pagamento contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, passando para R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos) por km rodado.

Rio do Sul, 11 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 5º TERMO ADITIVO Nº 103/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 112/2012

Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: SALVER - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Do Objeto: TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 120 (cento e vinte) dias, com o seu término em 27 de agosto de 2013.

Rio do Sul, 29 de abril de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO Nº 104/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 260/2012

Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: RECAMAQ - CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO LAJOTAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA JOÃO STOLF, BAIRRO TABOÃO

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 170 (cento e setenta) dias, com o seu término em 30 de agosto de 2013.

Rio do Sul, 13 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 5º TERMO ADITIVO Nº 105/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 116/2012

Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: SALVER - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO LAJOTAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA VENINA MARIA BIANCHI, BAIRRO BARRA DO TROMBUDO

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 05 de outubro de 2013.

Rio do Sul, 05 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 5º TERMO ADITIVO Nº 106/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 111/2012

Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: SALVER - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO LAJOTAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA JOAQUIM CERUTTI, BAIRRO BARRA DO TROMBUDO

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 05 de outubro de 2013.

Rio do Sul, 05 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 107/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 128/2012

Tomada de Preços nº 078/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: CONSTRULACER - COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LA-CERDÓPOLIS LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RUTH SCHROEDER OHF

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 122 (cento e vinte e dois) dias, com o seu término em 03 de agosto de 2013.

Rio do Sul, 03 de abril de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO Nº 108/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 128/2012

Tomada de Preços nº 078/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: CONSTRULACER - COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LA-CERDÓPOLIS LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RUTH SCHROEDER OHF

Do Preço: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 128.762,83 (cento e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e dois reais e oitenta e três centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 16 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO Nº 109/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 259/2012

Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: RECAMAQ - CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO LAJOTAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA JOÃO CAVILHA, BAIRRO TABOÃO

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 140 (cento e quarenta) dias, com o seu término em 30 de agosto de 2013.

Rio do Sul, 12 de abril de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO Nº 110/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 128/2012

Tomada de Preços nº 078/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: CONSTRULACER - COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LA-CERDÓPOLIS LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RUTH SCHROEDER OHF

Da Supressão: Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 66.025,37 (sessenta e seis mil e vinte e cinco reais e trinta e sete centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 18 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO Nº 111/2013 - DO CONTRATO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E SERVIÇO NR. 170/2012

Concorrência nº 099/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: ENGEDAL CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DE UMA PONTE DE CONCRETO, LIGANDO OS BAIRROS CANTA GALO AO JARDIM AMÉRICA

Do Preço: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o

CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 621.150,00 (seiscentos e vinte e um mil e cento e cinquenta reais), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 30 de julho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO Nº 112/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 174/2012

Tomada de Preços nº 120/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE PÊNSIL, LIGANDO OS BAIRROS BARRA DA ITROUPAVA/BREHMER EM RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 183 (cento e oitenta e três) dias, com o seu término em 30 de dezembro de 2013.

Rio do Sul, 28 de junho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO Nº 113/2013 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 174/2012

Tomada de Preços nº 120/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE PÊNSIL, LIGANDO OS BAIRROS BARRA DA ITROUPAVA/BREHMER EM RIO DO SUL

Do Preço: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 19.936,00 (dezenove mil e novecentos e trinta e seis reais), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 31 de julho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Resumos dos Contratos do Mês 07/2013

RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 117/2013

Pregão presencial nº 062/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda

Objeto:

01 Un.	VEÍCULO AUTOMOTOR CAMIONETE CABINE SIMPLES, ZERO QUILOMETRO, MODELO 2013, COR BRANCA, A DIESEL E COM AS CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS DE: POTÊNCIA 120 CV, TRAÇÃO 4x4 SELECIONÁVEL COM REDUZIDA, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO, FREIOS ABS NAS 4 RODAS, PNEUS 205R16, RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL DE 75 LITROS, ÁREA DE CAÇAMBA DE 3,50m² COM COMPRIMENTO DE 2,20m, CARGA UTIL PARA 1100 Kg, E COM TODOS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELO DETRAN.
--------	--

VEÍCULO NACIONAL ZERO QUILOMETRO, MODELO 2013, SEGMENTO HATCH 4 PORTAS, PARA 5 OCUPANTES, MOTORIZAÇÃO 8 VÁLVULAS COM POTÊNCIA MÍNIMA NOMINAL DE 1.0 LITRO E 70 CV, BI-COMBUSTÍVEL (ALCOOL E/OU GASOLINA) COM RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL MÍNIMO DE 48 LITROS, CAIXA DE CAMBIO DE 5 MARCHAS E 1 RÉ, COR BRANCA COM PARA-CHOQUES NA COR, COMPARTIMENTO DE CARGA MÍNIMO DE 260 LITROS, RODAS ARO 14 COM PNEUS RADIAIS, LIMPADOR COM DESEMBACADOR TÉRMICO DO VIDRO TRASEIRO, AR CONDICIONADO COM AQUECIMENTO, CHAVE CODIFICADA, GARANTIA MÍNIMA DO FORNECEDOR E DO FABRICANTE DE NO MÍNIMO 1 ANO LIVRE DE QUILOMETRAGEM PARA COMPONENTES INTERNOS DE MOTOR E CAIXA DE CAMBIO, E COM TODOS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO VIGENTE.

01 Un.

Valor: R\$ 109.142,00 (cento e nove mil e cento e quarenta e dois reais), sendo o item 01 no valor de R\$ 79.726,24 (setenta e nove mil e setecentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos) e no item 02 o valor de R\$ 29.415,76 (vinte e nove mil e quatrocentos e quinze reais e setenta e seis centavos).

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal vistada pelo Secretário afim ou pelo seu designado, ou conforme liberação da Caixa Econômica Federal.

Prazo/entrega: 20 (vinte) dias após a emissão da Autorização de Fornecimento

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 03 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 118/2013

Carta Convite nº 057/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Vanderlei Ferreira Paisagem - ME,

Objeto: serviços gerais de roçadas, corte e poda de árvores ou ajardinamento de vias públicas

Valor: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).

Condições de Pagamento: 15 (quinze) dias após apresentação da Nota Fiscal vistada pelo Secretário.

Prazo/entrega: após a emissão da Autorização de Fornecimento

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 03 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 119/2013

Convite nº 063/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: CRIATIVA SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA

Objeto: Serviços de criação do site da Prefeitura Municipal de Rio do Sul correspondente ao desenvolvimento de um site na Internet, tendo objetivo difundir conteúdo relacionados à Prefeitura e suas Secretarias Municipais, conforme Termo de Referência.

Valor: R\$ 6.190,00 (seis mil e cento e noventa reais).

Condições de Pagamento: 30 dias após a apresentação das notas fiscais na Unidade de Contabilidade Geral/Secretaria da Fazenda.

Prazo/entrega: 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data

de assinatura do contrato;
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 05 de julho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 123/2013

Pregão Presencial nº 060/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: MAKINGTECH SOLUTIONS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, TRANSPORTES, COMÉRCIO E INFORMÁTICA LTDA - EPP

Objeto: 650 horas de 01 rolo compactador de solo com pneus, completo tipo pe de carneiro traçado, com no mínimo de 12,5 ton. com operador, incluindo manutenção do equipamento.

Valor: R\$ 119,00 (cento e dezenove reais) a hora, totalizando em R\$ 77.350,00 (setenta e sete mil e trezentos e cinquenta reais).

Condições de Pagamento: 30 dias após entrega da Nota Fiscal.

Prazo/entrega: executados em até 650 (seiscentos cinquenta horas)

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 09 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 124/2013

Dispensa de Licitação nº 080/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Sr. Glaudir Hlaar

Objeto: locador dá em locação ao Município um terreno rural de sua propriedade, situado na linha rural Riachuelo, lugar Atafono, s/nº no Município de Lontras – SC, com área de 01 (uma) hectare (10.000,00 m²), terremo este pertencendo e inserido a um total de 135.000,00 m², com matrícula de nº 12196 do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul – SC.

Valor: R\$ 1.346,00 (um mil e trezentos e quarenta e seis reais), mensais

Condições de Pagamento: 15 dias

Prazo/entrega: iniciando em 01 de agosto de 2013 e terminando em 31 de julho de 2015

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 15 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO Nº 125/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: TELMESH TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA

Objeto: prestação de serviços e locação de solução tecnológica de apoio operacional aos agentes de trânsito no monitoramento de veículos em situação irregular, bem como aqueles que transitam na velocidade permitida nas vias do município em conformidade com os parâmetros estabelecidos no Anexo I – Projeto Básico e demais Anexos deste Edital.

Valor: R\$

01	EQUIPAMENTO IDENTIFICADOR AUTOMÁTICO DE PLACAS DE VEÍCULOS – OCR/LAP	01 unid	R\$ 7.698,39	24	R\$ 184.761,52
02	EQUIPAMENTO ESTÁTICO PORTÁTIL A LASER MEDIDOR DE VELOCIDADE – RADAR ESTÁTICO	01 unid	R\$ 12.595,19	24	R\$ 302.284,75
03	SOFTWARE DE PRÉ-PROCESSAMENTO	01 unid	R\$ 5.247,62	24	R\$ 125.943,03
04	SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE DÍVIDAS ORIUNDAS DE MULTAS DE TRÂNSITO DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO	01 unid	R\$ 9.258,77	24	R\$ 222.210,70
VALOR GLOBAL 24 (vinte e quatro) MESES					R\$ 835.200,00

Condições de Pagamento: quinto dia útil do mês subsequente dos serviços prestados, mediante apresentação da Nota Fiscal de Serviços.

Prazo/entrega: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do dia seguinte da assinatura da respectiva ORDEM DE SERVIÇO

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 25 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 126/2013

Dispensa de Licitação artigo 24 inciso I da Lei nº 8.666/93

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA PARA AUXÍLIO NA ELABORAÇÃO DO EDITAL VISANDO A CONCESSÃO DO SERVIÇO FUNERÁRIO DESTA MUNICIPALIDADE

Valor: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais)

Condições de Pagamento: CONTRATANTE se obriga a depositar no ato da entrega de TODOS os itens constantes na Cláusula Primeira.

Prazo/entrega: 12 (doze) meses, a partir da assinatura do presente

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 29 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Resumos das Atas de Registros de Preço do Mês 07/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 120/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2013

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos dezessete (17) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa JK Pneus Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal n° 3.472/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores com certificação do INMETRO, para reposição nos veículos da Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 50,00 (cinquenta reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Câmara de ar 1000R x 20	50,00

ITEM 05	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 655,00 (seiscentos e cinquenta e cinco reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 215/75 R17,5 radial liso, sem câmara.	655,00

ITEM 06	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 215/75 R17,5 borrachudo traseiro.	660,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 09 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO TAISE DUARTE
Prefeito Municipal Representante Credenciada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 121/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 121/2013
PREGÃO PRESENCIAL N° 058/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 058/2013
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos dezessete (17) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Modelo Pneus Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal n° 3.472/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores com certificação do INMETRO, para reposição nos veículos da Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 03	
Fornecedor: Modelo Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 1000Rx20 radial misto.	1.050,00

ITEM 04	
Fornecedor: Modelo Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 1.055,00 (um mil e cinquenta e cinco reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos, 1000x20 16 lonas radial borrachudo.	1.055,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 09 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO IGELSO LUDOVICO CECON
Prefeito Municipal Sócio Diretor

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 122/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 122/2013
PREGÃO PRESENCIAL N° 058/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 058/2013
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos dezessete (17) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal n° 3.472/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores com certificação do INMETRO, para reposição nos veículos da Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 02

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 19,00 (dezenove reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Protetor aro 20.	19,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 09 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO OSNEI RAHMEIER
Prefeito Municipal Sócio Administrador

Editais de Intimação de Decisão Proferida Em Processo Administrativo

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Igreja de Jesus Cristo dos Santos Últimos Dias	61.012.019/0001-42	140930
Priscila Nicolladelli	032.688.639-73	140319
Luciana Piazeria Heuser	632.935.879-68	138750

Rio do Sul, 09 de agosto de 2013.

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN
Secretário Municipal da Fazenda

Notificação de Distrato de Contrato

NOTIFICAÇÃO DE DISTRATO DO CONTRATO

Através da presente, fica Notificada a empresa Engpav Pavimentação e Construção Ltda., que por interesse administrativo, conforme estabelece a cláusula décima, item 10.1 letra "c" do contrato de serviços e fornecimento de material nº 107, datado de 12 de abril de 2012, amparado do artigo 79, inciso II da Lei nº 8.666/93, da Execução de obras para pavimentação em asfalto, drenagem e sinalização viária da Rua Guido Vota, Fundo Canoas, em Rio do Sul, Lote 06, a partir do recebimento desta, rescindiremos amigavelmente o Contrato de Serviços e fornecimento de material nº 107/2012, objeto da Concorrência nº 039/2012.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, encaminhamos a presente Notificação à Contratada, para que ciente de todos os

seus termos e conteúdo, saiba que findo o prazo acima estabelecido, estará automaticamente rescindido o contrato em questão, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio do Sul e empresa já citada., ficando a partir daí, as partes desobrigadas ao seu cumprimento.

Rio do Sul, 02 de agosto de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Recebido em / /

Notificação de Distrato de Contrato

NOTIFICAÇÃO DE DISTRATO DO CONTRATO

Através da presente, fica Notificada a empresa Engpav Pavimentação e Construção Ltda., que por interesse administrativo, conforme estabelece a cláusula décima, item 10.1 letra "c" do contrato de serviços e fornecimento de material nº 106, datado de 12 de abril de 2012, amparado do artigo 79, inciso II da Lei nº 8.666/93, da Execução de obras para pavimentação em asfalto, drenagem e sinalização viária da Rua Adolfo Bet, Fundo Canoas, em Rio do Sul, Lote 06, a partir do recebimento desta, rescindiremos amigavelmente o Contrato de Serviços e fornecimento de material nº 106/2012, objeto da Concorrência nº 039/2012.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, encaminhamos a presente Notificação à Contratada, para que ciente de todos os seus termos e conteúdo, saiba que findo o prazo acima estabelecido, estará automaticamente rescindido o contrato em questão, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio do Sul e empresa já citada., ficando a partir daí, as partes desobrigadas ao seu cumprimento.

Rio do Sul, 02 de agosto de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Recebido em / /

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****Contratos Administrativos de Serviços Temporários**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Extratos de Contratos Administrativos de Serviços Temporários.

Contrato Nº: 083/2013.

Contratado: Silnei Melos da Silva, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Fisioterapeuta, Carga Horária de 20 (vinte) horas semanais, vigência: 01/07/2013 a 31/12/2013, valor mensal R\$ 1.247,40, data da assinatura 01/07/2013.

Contrato Nº: 084/2013.

Contratado: Juliana de Souza Rosa, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Odontóloga, Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, vigência: 01/07/2013 a 31/12/2013, valor mensal R\$ 2.698,92, data da assinatura 01/07/2013.

Contrato Nº: 085/2013.

Contratado: Gracieli Rodrigues Leandro, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Auxiliar de Serviços Gerais

II, Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, vigência: 03/07/2013 a 31/12/2013, valor mensal R\$ 714,42, data da assinatura 03/07/2013.

Contrato Nº: 086/2013.

Contratado: Raquel Pereira dos Reis, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Auxiliar de Serviços Gerais I, Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, vigência: 08/07/2013 a 31/12/2013, valor mensal R\$ 737,10, data da assinatura 08/07/2013.

Contrato Nº: 087/2013.

Contratado: Marcilene Teixeira Fernandes, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Psicóloga, Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, vigência: 08/07/2013 a 31/12/2013, valor mensal R\$ 1.757,70, data da assinatura 08/07/2013.

Contrato Nº: 088/2013.

Contratado: Marco Aurélio Ramos Caffarena, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Médico, Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, vigência: 15/07/2013 a 31/12/2013, valor mensal R\$ 7.767,90, data da assinatura 15/07/2013.

Contrato Nº: 089/2013.

Contratado: Valmor Santos da Silva, Objeto: Contrato Temporário de Trabalho na função de Operador de Equipamentos II, Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, vigência: 22/07/2013 a 31/12/2013, valor mensal R\$ 1.050,08, data da assinatura 22/07/2013.

Editais 001/2013 - CMDCA

ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE
SANTA ROSA DO SUL - SC.
EDITAL 001/2013 - CMDCA

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SANTA ROSA DO SUL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E EM OBSERVÂNCIA ÀS LEIS MUNICIPAL Nº 851/2011 E LEI FEDERAL Nº 8069/90 CONVOCA A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA PARA ELEGER OS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SANTA ROSA DO SUL - GESTÃO 2013/2015 E DA ORIENTAÇÃO QUANTO AO PROCESSO ELEITORAL.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A eleição do Conselho Tutelar será realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Rosa do Sul e fiscalizado pelo Ministério Público.

DOS CANDIDATOS

Art. 2º São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - Idoneidade moral, a ser comprovada mediante certidão negativa de antecedentes criminais para fins de concurso público emitida pela distribuição da Comarca de Santa Rosa do Sul e certidão negativa emitida pelo Delegado de Polícia local;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos, até o encerramento das inscrições;

III - Residir no município de Santa Rosa do Sul, há mais de 2 (dois) anos;

IV - Estar no gozo de seus direitos políticos, a ser comprovado

mediante certidão emitida pela 54ª Zona Eleitoral (Cartório Eleitoral com sede em Sombrio);

V - Apresentar no momento da inscrição, certificado de conclusão de curso equivalente ao Ensino Médio (2º Grau);

VI - Deter Carteira Nacional de Habilitação - CNH, a ser comprovada mediante apresentação de cópia do documento no ato da posse.

CAPÍTULO II

DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS

Art. 3º O registro da candidatura a membro do Conselho Tutelar dar-se-á mediante requerimento ao CMDCA, no período entre 12/08/2013 à 30/08/2013, instruído dos seguintes documentos, com simples conferência com o original no ato da inscrição:

I - Fotocópia da Carteira de Identidade, Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento, comprovando idade superior a vinte e um anos até a data de encerramento das inscrições;

II - Certidão negativa de antecedentes criminais para fins de concurso público emitida pela Comarca de Santa Rosa do Sul e certidão negativa emitida pelo Delegado de Polícia local;

III - Fotocópia da Certidão de reservista, ou documento que comprove estar em dia com o serviço militar, em caso candidato do sexo masculino;

IV - Certidão emitida pela 54ª Zona Eleitoral (Cartório Eleitoral com Sede em Sombrio) que ateste que o candidato está no gozo dos direitos políticos;

V - Fotocópia do certificado de conclusão do ensino médio e ou diploma, devidamente reconhecido pelo MEC;

VI - Fotocópia do título de eleitor;

VII - Comprovante de residência, o candidato tem que residir no município pelo menos 02 (dois) anos;

VIII - Termo de Compromisso, assumindo a responsabilidade de cumprir o horário de funcionamento e Plantão do Conselho Tutelar, bem como zelar pelos instrumentos de trabalho disponibilizados pela Administração Municipal;

IX - Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, se o candidato já detiver tal documento;

§ 1º Sendo o número de inscritos inferior ao número de vagas suficientes para a composição dos cinco membros titulares e seus respectivos suplentes no prazo supracitado, tal prazo será prorrogado até que preencham as vagas para os cinco conselheiros titulares e no mínimo cinco conselheiros suplentes.

§ 2º O local das inscrições será na Rua Alfredo Emerim, s/n, Centro de Santa Rosa do Sul; CRAS (ao lado do Salão Paroquial da Igreja Matriz); Horário: 08h:00min às 11h:00min e das 13h:30min às 17h:30min.

DOS CANDIDATOS

Art. 4º Os candidatos receberão o número de cédula eleitoral de acordo com a ordem da inscrição;

I - A homologação das inscrições será divulgada em Mural da Prefeitura em 04/09/2013, contendo a relação com o nome dos candidatos que estarão aptos para concorrer à função de Conselheiro

Tutelar;

II - A partir da publicação qualquer pessoa terá prazo de 5 (cinco) dias para impugnar a candidatura junto ao CMDCA.

III - O candidato impugnado terá 01 (um) dia para se manifestar sobre a impugnação, a contar da data de sua notificação, para posterior análise e julgamento.

CAPITULO III

DO PROCESSO ELEITORAL

DO COLEGIO ELEITORAL

Art. 5º A escolha dos conselheiros tutelares dar-se-á através de um colégio eleitoral, sendo este composto por representante de entidades e instituições ativas e legalmente constituído, sendo elas:

- a) Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- b) Diretores de escolas e creches Municipais e escolas Estaduais;
- c) Presidentes dos Conselhos Municipais (agricultura, saúde, assistência social e educação);
- d) Representantes oficiais das Pastorais (criança, saúde, assistência social, esperança);
- e) Coordenadora do NAES- Santa Rosa do Sul;
- f) Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- g) Autoridade Policial Civil (Delegado de Polícia) e Comandante da Polícia Militar em Santa Rosa do Sul);
- h) Conselho Comunitário - CONSEG
- i) Presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);

§ 1º Cada representante de instituição terá direito a um voto, desde que se trate de pessoa residente e domiciliada no Município de Santa Rosa do Sul, maior de dezoito anos, e com inscrição efetivada com antecedência mínima de quinze (15) dias antes da eleição.

§ 2º Todos os votos terão o mesmo valor;

§ 3º Para compor o colégio eleitoral as entidades deverão apresentar os seguintes documentos:

- I - Requerimento solicitando a inscrição no colégio eleitoral, indicando o nome dos representantes da entidade sendo: 1 (um) titular e 1 (um) suplente sendo que (o suplente só terá direito a voto na ausência do titular);
- II - Cópia dos Documentos de Identidade dos representantes;
- III - Credencial de Eleitor preenchida conforme modelo fornecido pelo CMDCA;
- IV - no caso de Entidade e/ou Instituição prestadora de serviço deverá possuir cadastro no CMDCA.

§ 4º O local das inscrições das Entidades será na Rua Alfredo Emerim, s/n, Centro de Santa Rosa do Sul; CRAS (ao lado do Salão Paroquial da Igreja Matriz); Horário: 08h:00min às 11h:00min e das 13h:30min às 17h:30min.

DA ELEIÇÃO

Art. 6º A eleição será realizada ao dia 26/09/2013 (Quinta-feira), na Centro de Múltiplo Uso, Rua Antônio Juvenal Valentim - Centro - Santa Rosa do Sul/SC - Horário: 14h:00min às 17h:00min.

Art. 7º A conferência dos votos será realizada após as 17h: 00min.

Art. 8º Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente divulgará edital com os nomes de todos os candidatos e suas respectivas votações.

§ 1º Os 06 (seis) candidatos mais votados serão classificados para uma segunda fase, não eliminatória, de caráter apenas classificatório, na qual serão submetidos a uma prova escrita sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a ser aplicada pela Ministério Público, no dia 03/10/2013, Centro de Múltiplo Uso, Rua Antônio Juvenal Valentim - Centro - Santa Rosa do Sul/SC - Horário: 08h:00min às 11h:30min, de modo que o candidato que obtiver a melhor nota será classificado como titular e os 5 (cinco) candidatos subseqüentes classificar-se-ão como suplentes.

§ 2º A prova a que se refere o § 1º será composta de duas partes, tratando a primeira sobre as "medidas de proteção", "prática de ato infracional", "medidas pertinentes aos pais ou responsável" e "conselho tutelar" (arts. 98 a 140 da Lei 8.069/90) e a segunda sobre os demais dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

§ 3º Havendo empate entre candidatos na prova a que se refere o § 1º, será considerado melhor classificado o candidato que: 1º) obtiver melhor nota na primeira fase a que faz menção o § 2º (sobre os arts. 98 a 140 da Lei 8.069/90). Caso persista o empate será considerado melhor classificado o candidato que: 2º) tiver CNH há mais tempo. Caso ainda persista o empate será considerado melhor classificado o candidato que: 3º) tiver maior escolaridade. Caso ainda persista o empate será considerado melhor classificado o candidato que: 4º) tiver maior idade.

§ 4º Os membros escolhidos, titular e suplentes, serão diplomados pelo CMDCA com registro em ata, e será oficiado ao(à) Prefeito(a) Municipal para que sejam nomeados com a respectiva publicação nos murais públicos e em um jornal de circulação do município e após empossados.

§ 5º Ocorrendo vacância no cargo assumirá o suplente que houver obtido maior nota na prova a que faz menção os parágrafos 1º a 3º do art. 8º, observado também o critério de desempate estabelecido;

§ 6º Em caso de vacância de cargo de conselheiro tutelar, não mais havendo suplentes a serem nomeados, realizar-se-á, no prazo de 30 dias, nova eleição nos moldes traçados nesse artigo e nos seus parágrafos.

Art. 9º O membro escolhido como titular irá submeter-se a estudos sobre a legislação específica das atribuições do cargo e a treinamentos promovidos por uma Comissão a ser designada pelo CMDCA.

CAPITULO IV

DO MANDATO

Art. 10 O mandato eletivo dos Conselheiros Tutelares será até 31 de dezembro de 2015.

DA REMUNERAÇÃO

Art. 11 Fica fixado o subsídio do membro titular do Conselho tutelar, em efetivo exercício, em R\$ 714,42,00 (setecentos e quatorze reais e quarenta e dois centavos) mensais, com direito a férias anuais remuneradas com um terço do vencimento integral e 13º salário com base também no vencimento integral.

Parágrafo único. O Subsídio durante o período do exercício efetivo do mandato eletivo não configura vínculo empregatício.

DA POSSE

Art. 12 Compete ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e

do Adolescente, através de seu Presidente, dar posse aos Conselheiros Tutelares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 13 O processo eleitoral seguirá cronograma conforme anexo I deste edital.

Santa Rosa do Sul, 12 de agosto de 2013.

Maria Conceição da Rosa Emerim Marcilene Teixeira Fernandes
Presidente CMDCA Vice-Presidente do CMDCA
Anexo I

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE SANTA ROSA DO SUL - GESTÃO 2013/2015

Publicação do Edital: 12/08/2013

12/08/2013 à 30/08/2013: Inscrição dos candidatos a conselheiro tutelar

Local: CRAS - Rua Alfredo Emerim, s/n, Centro de Santa Rosa do Sul;

(ao lado do Salão Paroquial da Igreja Matriz);

Horário: Horário: 08h:00min às 11h:00min e das 13h:30min às 17h:30min.

04/09/2013: Homologação das inscrições

10/09/2013: Prazo para impugnação:

11/09/2013: Prazo para resposta da impugnação

12/09/2013: Publicação da relação dos candidatos após as impugnações

18/09/2013: Apresentação dos candidatos para as Entidades.

Local: Câmara Municipal de Vereadores em Santa Rosa do Sul - Centro

Santa Rosa do Sul/SC - Horário: 14h:00min

26/09/2013: Eleição

Local: Centro de Múltiplo Uso, Rua Antônio Juvenal Valentim - Centro

Santa Rosa do Sul/SC - Horário: 14h:00min às 17h:00min

27/09/2013: Publicação dos Resultados da eleição

03/10/2013: Prova Classificatória

Local: Centro de Múltiplo Uso - Horário: 08h:00min às 11h:30min

09/10/2013: Resultado da Prova

14/10/2013: Posse do Conselho Tutelar

Local: Auditório da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, Horário: 14h: 00min

contrapartida mínima de 20% prevista no parágrafo único, do art. 62 da Lei Municipal nº 3105/2012.

§ 2º - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação Samurai de Judô.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação Samurai de Judô.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de agosto de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SAMURAI DE JUDÔ.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos JOSÉ ERMÍNIO GREIN, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.648.740, CPF nº 548.155.419/49, residente e domiciliado à Rua Aviador Harry Bolmann, 147, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 3221/2013

LEI Nº 3221, DE 09 DE AGOSTO DE 2013

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SAMURAI DE JUDÔ

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com ASSOCIAÇÃO SAMURAI DE JUDÔ, CNPJ/MF 05.430.644/0001-33 no valor total de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), objetivando a manutenção da modalidade de judô durante o ano de 2013.

§1º - A entidade referida no "caput" deste artigo fica isenta da

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

lado a ASSOCIAÇÃO SAMURAI DE JUDÔ, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.430.644/0001-33, estabelecida à Rua Heinz Neumann, 384, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por sua Presidente JOELLY VICENTE, brasileira, solteira, professora, portadora da Carteira de Identidade nº 5.494.790, CPF/MF nº 087.686.899-50, residente e domiciliada à Rua Heinz Neumann, 384, Centro, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a manutenção das atividades da Associação Samurai de Judô com o custeio de área de treinamento (tatames), aluguel da sede da associação e sua manutenção, entre outras, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 5001/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), repassados pelo CONCEDENTE, ficando a CONVENIENTE isenta da contrapartida mínima prevista no parágrafo único do art. 62 da Lei nº 3.105/2012 - LDO 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 6 parcelas, mediante apresentação do Plano de Aplicação para cada parcela. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Municipal que autoriza o presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 2110-4 a favor da Associação Samurai de Judô.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados

no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

VIII. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2013.

JOSÉ ERMÍNIO GREIN

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

JOELLY VICENTE

Presidente da Associação Samurai de Judô

TESTEMUNHAS

Nome: _____ CPF _____

Nome: _____ CPF _____

Decreto N° 0252/2013

DECRETO N° 0252, DE 06 DE AGOSTO DE 2013

APROVA O REGULAMNTO DO CONCURSO DE CRIAÇÃO DO NOME DA MASCOTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO URBANO DE SÃO BENTO DO SUL - DETRU

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3210, de 16 de julho de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento do concurso de criação do nome da Mascote do Departamento de Trânsito Urbano de São Bento do Sul - DETRU, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de agosto de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

REGULAMENTO DO CONCURSO DE CRIAÇÃO DO NOME DA MASCOTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO URBANO DE SÃO BENTO DO SUL-DETRU

O Departamento de Trânsito Urbano de São Bento do Sul - DETRU, com sede na rua José Fendrich nº 144, Progresso, São Bento do Sul, torna público o presente regulamento e convida os alunos das Escolas sediadas neste município, a apresentarem propostas para o Concurso de Criação do nome da Mascote do DETRU, de acordo com a lei municipal nº 3210, de 16 de julho de 2013.

1. OBJETIVO

1.1.O presente concurso tem como objetivo escolher o nome para a Mascote do DETRU.

1.2. A mascote será utilizado em todos os eventos que envolvam o Trânsito de São Bento do Sul e que sejam representados por este Departamento, em publicidade, tais como folders, cartazes, impressos, envelopes e outros em que o uso da mascote seja necessário.

2. PROPOSTAS ELEGÍVEIS

2.1. São consideradas elegíveis as propostas que atendam aos requisitos a seguir:

2.1.1. Sejam oriundas de alunos do 1º ao 5º ano/série do ensino fundamental das Escolas Municipais, Estaduais e Particulares sediadas em São Bento do Sul, devidamente matriculados;

2.1.2. Não sejam pejorativos;

2.1.3. Cada aluno poderá apresentar somente uma proposta.

2.1.4. Não poderão ter vínculo com os integrantes da comissão julgadora.

2.1.5. Entregue dentro da data limite estabelecida.

2.1.6. Ficha de inscrição devidamente preenchida com dados solicitados, conforme modelo anexo.

3. PREMIAÇÃO

Para o autor do melhor nome, que siga os critérios e eleito pela Comissão Central Julgadora, a premiação será de um (1) Tablet e para o professo orientador um (1) Pen Drive de 8GB.

4. INSCRIÇÕES/ ENTREGA

4.1.O interessado deverá apresentar ao responsável da unidade escolar ficha de inscrição devidamente preenchida, com dados pessoais e sugestão de nome da mascote .

4.2. Data Limite de entrega dos trabalhos será até as 17:00 horas do dia 18 de agosto de 2013. Não havendo nesta data dia de expediente nas repartições públicas municipais, a entrega deverá ser feita no próximo dia útil imediato, respeitando o horário estipulado.

4.3. As fichas deverão ser entregues no Departamento de Trânsito Urbano- DETRU, situado na Rua José Fendrich 144, bairro Progresso, São Bento do Sul, até a data limite.

5. SELEÇÃO E JULGAMENTO

5.1. A Comissão Central Julgadora será composta por integrantes da Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Trânsito Urbano de São Bento do Sul-DETRU, Fundação Cultural, 25ª GERED de São Bento do Sul e um representante das escolas da rede privada. Os mesmos verificarão se o material está de acordo com as solicitações descritas no presente regulamento, e em seguida o material recebido será avaliado e selecionado.

5.2. A Comissão escolherá apenas um nome.

5.3. Critérios de Desempate:

5.3.1. Será realizado sorteio entre os selecionados com sugestões iguais.

6. DIREITOS DE PROPRIEDADE DO USO DO NOME DA MASCOTE

6.1.O trabalho inscrito no concurso e classificado em primeiro lugar terá sua propriedade intelectual cedida de pleno direito, e por prazo indeterminado, ao Departamento de Trânsito de São Bento do Sul - DETRU, não cabendo à instituição quaisquer ônus sobre seu uso, pagamento de cachês, direitos autorais e outros pagamentos/ressarcimentos que venham a ser reivindicados pelos participantes do concurso.

6.2. Fica estabelecida, com o autor vencedor, a assinatura de um Termo de Cessão dos Direitos Autorais para uso pleno do nome da mascote pelo DETRU.

6.3. Os demais nomes sugeridos ficarão nos arquivos do DETRU.

7. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E ENTREGA DO PRÊMIO

7.1.O resultado final do Concurso será publicado no site da Prefeitura www.saobentodosul.sc.gov.br e disponibilizado no Departamento de Trânsito, após a divulgação oficial, que ocorrerá no dia 18 de setembro de 2013.

7.2.O prêmio para o selecionado será entregue pela Autoridade de Trânsito em evento alusivo à Semana Nacional de Trânsito.

8. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



8.1. Informações complementares poderão ser obtidas no DETRU.

8.2. Os casos omissos neste regulamento serão decididos pela Comissão Organizadora do Concurso.

São Bento do Sul, 30 de julho de 2013.

CASSIO LUIZ ZSCHOEPPER

Autoridade de Trânsito

ANEXO

ALUNO:	Nº FICHA:	
TURMA:	ESCOLA:	
PROFESSOR:		



SUGESTÃO DO NOME:

Decreto N° 0253/2013

DECRETO N° 0253, DE 09 DE AGOSTO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 343.300,00 (trezentos e quarenta e três mil e trezentos reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

(148) 3.3.90.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PJ.
R\$ 164.500,00

Atividade: 2.025 - Manutenção do Ensino - Salário Educação

(121) 3.3.90.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PJ.
R\$ 148.800,00

Atividade: 2.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino Fundamental, Jovens e Educação Especial

(130) 3.3.90.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PJ.
R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.022 - Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil

(146) 3.3.90.32.00.00.00.00.0001 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 85.000,00

(147) 3.3.90.36.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PF
R\$ 9.500,00

(152) 4.4.90.51.00.00.00.00.0001 - Obras e Instalações
R\$ 20.000,00

(153) 4.4.90.52.00.00.00.00.0001 - Equipam. e Material Permanente R\$ 50.000,00

Atividade: 2.025 - Manutenção do Ensino - Salário Educação

(119) 3.3.90.32.00.00.00.00.0158 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 85.000,00

(504) 3.3.90.32.00.00.00.00.0358 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 39.000,00

(123) 4.4.90.52.00.00.00.00.0158 - Equipam. e Material Permanente R\$ 24.800,00

Atividade: 2.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino Fundamental, Jovens e Educação Especial

(134) 4.4.90.51.00.00.00.00.0001 - Obras e Instalações R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de agosto de 2013.





FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



-  Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
-  Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
-  Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
-  Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Portaria N° 2810/2013

PORTARIA N° 2810, DE 05 DE AGOSTO DE 2013
CONCEDE AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor Público Municipal EDEMAR HAU FRANÇA, ocupante do cargo de Vigia, na Secretaria Municipal de Administração, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição conforme Certificado de Reservista do Ministério da Defesa do Exército Brasileiro, de 01 ano e 25 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo n° 5028, de 05 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de agosto de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria N° 3083/2013

PORTARIA N° 3083, DE 09 DE AGOSTO DE 2013
NOMEIA ASSESSOR JURÍDICO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n° 62/2001,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 01 de agosto de 2013, RAFAEL PINHEIRO BORGES, no cargo de Assessor Jurídico, na Procuradoria Jurídica.

São Bento do Sul, 09 de agosto de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Concorrência Pública N° 178/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 178/2013
MELHOR TÉCNICA

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei n° 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:00 horas do dia 30 de setembro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, n° 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, COMPREENDENDO PLANEJAMENTO, ESTUDO, PESQUISA, CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS PUBLICITÁRIOS À VEICULAÇÃO E CONTROLE DE RESULTADOS DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS E INSTITUCIONAIS, QUE SEJAM DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2013.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

SAMAE**Extrato de Contrato N° 48/2013**

Contrato n° ..: 48/2013

Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada : LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA

Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Vigência :Início:01/08/2013 Termina: 01/11/2013

Licitação :Dispensa de Licitação para Compras e Serviços

Recursos:Dotação: 13 - 2.063 - 3.3.90.35.00.00, do exercício vigente

Objeto : SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE ADVOCACIA EM JUÍZO E DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA CONTÍNUA NA PRÁTICA ADMINISTRATIVA, ESPECIALIZADA NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO.

São Bento do Sul, 01 de agosto de 2013.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São João do Sul**PREFEITURA****Licitação N° 058/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO N° 058/2013

Modalidade - Pregão Presencial n° 019/2013

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei no 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CAMA MESA E BANHO; APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS; MOBILIÁRIO EM GERAL; E PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS; PARA AS ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL E APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS; EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO VÍDEO E FOTO; MAQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS; EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS; MOBILIÁRIO EM GERAL; E, PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS, PARA AS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL.

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até as 08:30 horas do dia 22/08/2013, as propostas serão abertas as 08:30 horas do dia 23/08/2013.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, n° 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 as 12:00 e das 13:30 horas às 17:30 ou pelo e-mail licitações@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 12 de Agosto de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São José**PREFEITURA****Decreto N° 1.155/2013**

DECRETO N° 1155/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.261/2012, de 20 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de São José, a seguir especificada:

27.00 - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

27.01 - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

27.01.08.243.0210.2.435 - Assistência e Proteção Integral à Infância e

Adolescência - FIA

17 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente, Recursos Próprios R\$ 1.000,00

Total desta Atividade R\$ 1.000,00

Total do Órgão R\$ 1.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de São José, a seguir especificada:

27.00 - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

27.01 - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

27.01.08.243.0210.2.435 - Assistência e Proteção Integral à Infância e

Adolescência - FIA

5 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 1.000,00

Total desta Atividade R\$ 1.000,00

Total do Órgão R\$ 1.000,00

Total da Anulação R\$ 1.000,00

Art. 3º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificada:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0206.2.054 - Funcionamento e Manutenção da Fundação

Municipal de Esportes e Lazer

8 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 10.000,00

Total do Órgão R\$ 10.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 10.000,00

Art. 4º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 3º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José, a seguir especificada:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0206.2.054 - Funcionamento e Manutenção da Fundação

Municipal de Esportes e Lazer

13 - 3.3.90.91.00.00.0080 - Sentenças Judiciais,

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 10.000,00

Total do Órgão R\$ 10.000,00

Total da Anulação R\$ 10.000,00

Art. 5º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0204.2.268 - Encargos Financeiros, Operacionais e Tributários

879 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 400.000,00

Total desta Atividade R\$ 400.000,00

Total do Órgão R\$ 400.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 400.000,00

Art. 6º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 5º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.28.843.0204.2.269 - Administração da Dívida Interna

889 - 3.2.90.21.00.00.0080 - Juros sobre a Dívida por Contrato

Recursos Próprios R\$ 400.000,00

Total desta Atividade R\$ 400.000,00

Total do Órgão R\$ 400.000,00

Total da Anulação R\$ 400.000,00

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Decreto Nº 1.234/2013

DECRETO Nº 1234/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, de conformidade com a Lei Municipal nº 5.261/2012, de 20 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0203.1.046 - Implantação, Ampliação, Reforma e Equipamentos para Centros de Educação Infantil

327 - 4.4.90.51.00.00.0081 - Obras e Instalações,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 1.230.000,00

Total deste Projeto R\$ 1.230.000,00

Total do Órgão R\$ 1.230.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.230.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0203.1.041 - Implantação, Reforma, Ampliação e Equipamentos para Unidades Escolares

200 - 4.4.90.51.00.00.0081 - Obras e Instalações,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 175.500,00

Total deste Projeto R\$ 175.500,00

08.01.12.366.0203.2.041 - Educação de Jovens e Adultos

392 - 3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recursos Ordinários - Educação R\$ 411.000,00

390 - 3.3.90.30.00.00.0081 - Material de Consumo,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 182.100,00

Total desta Atividade R\$ 593.100,00

08.01.12.361.0203.2.034 - Capacitação e Formação de Profissionais - Ensino Fundamental

275 - 3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recursos Ordinários - Educação R\$ 219.000,00

Total desta Atividade R\$ 219.000,00

08.01.12.365.0203.2.040 - Capacitação, Formação de Profissionais de Educação Infantil

373 - 3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recursos Ordinários - Educação R\$ 131.000,00

Total desta Atividade R\$ 131.000,00

08.01.12.361.0203.2.051 - Vale Transporte - Ensino Fundamental

282 - 3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recursos Ordinários - Educação R\$ 111.400,00

Total desta Atividade R\$ 111.400,00

Total do Órgão R\$ 1.230.000,00

Total da Anulação R\$ 1.230.000,00

Art. 3º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 294.080,00 (duzentos e noventa e quatro mil e oitenta reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José, a seguir especificadas:

19.00 - FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01 - FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01.20.602.0213.2.232 - Implantação e Manutenção dos Projetos

Agropecuários para Desenvolvimento do Setor

133 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 64.080,00

Total desta Atividade R\$ 64.080,00

19.01.18.541.0212.2.235 - Manutenção dos Parques - FMMADS

67 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 230.000,00

Total desta Atividade R\$ 230.000,00

Total do Órgão R\$ 294.080,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 294.080,00

Art. 4º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 3º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 294.080,00 (duzentos e noventa e quatro mil e oitenta reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José, a seguir especificadas:

19.00 - FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01 - FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

19.01.18.541.0212.2.236- Preservação Ambiental, Manutenção e Ampliação de Praças e Jardins

76 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de consumo,

Recursos Próprios R\$ 250.000,00

79 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 21.000,00

Total desta Atividade R\$ 271.000,00

19.01.18.541.0212.2.234 - APPA Pedra Branca - FMMADS

51 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de consumo,

Recursos Próprios R\$ 5.580,00

54 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 4.500,00

57 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 5.500,00
60 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 2.500,00
61 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$ 5.000,00
Total desta Atividade R\$ 23.080,080
Total do Órgão R\$ 294.080,00
Total da Anulação R\$ 294.080,00

Art. 5º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal Educacional de São José, a seguir especificada:

21.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL
21.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL

21.01.12.364.0203.2.462 - Funcionamento e Manutenção da Fundação Educacional
76 - 3.3.90.05.00.00.0080 - Outros Benefícios Previdenciários,
Recursos Próprios R\$ 800,00
Total desta Atividade R\$ 800,00
Total do Órgão R\$ 800,00
Total do Crédito Adicionar Suplementar R\$ 800,00

Art. 6º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 5º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais), na dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal Educacional de São José, a seguir especificada:

21.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL
21.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL

21.01.12.364.0203.2.462 - Funcionamento e Manutenção da Fundação Educacional
75 - 3.1.90.16.00.00.0080 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 800,00
Total desta Atividade R\$ 800,00
Total do Órgão R\$ 800,00
Total da Anulação R\$ 800,00

Art. 7º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0203.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil
368 - 3.3.90.46.00.00.0098 - Auxílio - Alimentação,
Recursos da Valorização do Magistério - 60 % R\$ 198.000,00
Total desta Atividade R\$ 198.000,00

08.01.12.361.0203.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental
262 - 3.3.90.46.00.00.0098 - Auxílio - Alimentação,
Recursos da Valorização do Magistério - 60 % R\$ 107.000,00
Total desta Atividade R\$ 107.000,00
Total do Órgão R\$ 305.000,00

30.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
30.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0204.2.266 - Ressarcimentos e Devoluções Diversas

874 - 3.1.90.96.00.00.0080 - Ressarcimento de Pessoal Requisitado,
Recursos Próprios R\$ 100.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00
Total do Órgão R\$ 100.000,00
Total do Crédito Adicionar Suplementar R\$ 405.000,00

Art. 8º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 7º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0203.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental
242 - 3.1.90.13.00.00.0098 - Obrigações Patronais,
Recursos da Valorização do Magistério - 60 % R\$ 305.000,00
Total desta Atividade R\$ 305.000,00
Total do Órgão R\$ 305.000,00

02.00 - Gabinete do Prefeito
02.05 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02.05.04.122.0204.2.005 - Funcionamento e Manutenção da Procuradoria Geral do Município
78 - 3.1.90.11.00.00.0080 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 100.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00
Total do Órgão R\$ 100.000,00
Total da Anulação R\$ 405.000,00

Art. 9º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de julho 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Decreto N° 1.235/2013

DECRETO N° 1235/2013

CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO JUNTO AO QDD - QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.261/2012, de 20 de dezembro de 2012,

CONSIDERANDO: os dispositivos contidos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2013, aprovada pela Lei nº. 5.260/2012, de 20 de dezembro de 2012, em especial os artigos

44 e 45;

CONSIDERANDO: a não obrigatoriedade de apresentação do QDD - Quadro de Detalhamento de Despesa com o detalhamento da estrutura da Natureza da Despesa até o grau de Elemento de Despesa para composição do Orçamento Anual conforme é apresentado no artigo 6º da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e o artigo 8º da Lei nº 5.260, de 20 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO: que o QDD - Quadro de Detalhamento de Despesa, o qual detalha individualmente a estrutura da Natureza da Despesa até o grau de Elemento de Despesa e Fonte de Recurso para execução do Orçamento do Município de São José foi aprovado pelo Decreto nº. 238/2013, de 30 de janeiro de 2013;

CONSIDERANDO ainda: que a inclusão no Orçamento Anual de Elemento de Despesa na classificação orçamentária da Natureza da Despesa por si só, não se caracteriza alteração orçamentária do tipo Abertura de Crédito Adicional Especial,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada junto ao QDD - Quadro de Detalhamento de Despesas, aprovado pelo Decreto nº. 238/2013, de 30 de janeiro de 2013, nova classificação orçamentária (elemento de despesa e sua fonte recurso), a qual passará a integrar o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de São José, para o exercício de 2013 e terá a seguinte estrutura orçamentária:
No Órgão e Unidade Orçamentária:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Funcional Programática - Atividade:

28.01.08.243.0210.2.184 - Serviço Sócio Educ. em Meio Aberto - FMAS

O elemento de despesa e sua fonte de recurso:

3.3.90.92.00.00.0080 - Despesas de Exercícios Anteriores,

Recursos Próprios

Art. 2º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 110,00 (cento e dez reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de São José, a seguir especificada:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0210.2.184 - Serviço Sócio Educ. em Meio Aberto - FMAS

3.3.90.92.00.00.0080 - Despesas de Exercícios Anteriores,

Recursos Próprios R\$ 110,00

Total desta Atividade R\$ 110,00

Total do Órgão R\$ 110,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 110,00

Art. 3º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 2º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 110,00 (cento e dez reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura Municipal de São José, a seguir especificada:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0210.2.184 - Serviço Sócio Educ. em Meio Aberto - FMAS

85 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,

Recursos Próprios R\$ 110,00

Total desta Atividade R\$ 110,00

Total do Órgão R\$ 110,00

Total desta Anulação R\$ 110,00

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de agosto de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

Decreto Nº 1.258/2013

DECRETO Nº 1258/2013

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 017/2013/FUNDESJ – Fundação Municipal Educacional;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam admitidos(as), os(as) seguintes servidores(as) contratados por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

Servidor	Função	Carga Horária Contratação	Data Admissão
Andréa Rettig Nakayama	Professor de Ensino Superior Substituto	05h	12/08/2013
Armando Cardoso Ribas	Professor de Ensino Superior Substituto	05h	12/08/2013
Danilo Andrade Tabone	Professor de Ensino Superior Substituto	10h	12/08/2013
Eduardo Guilherme de Moura Paegle	Professor de Ensino Superior Substituto	15h	12/08/2013
Geraldo Teixeira Vargas	Professor de Ensino Superior Substituto	05h	12/08/2013
Isabela Mascarenhas Antoniutti de Souza	Professor de Ensino Superior Substituto	05h	12/08/2013
Rafael Pereira Ocampo Moré	Professor de Ensino Superior Substituto	10h	12/08/2013
Saulo de Castro Lima	Professor de Ensino Superior Substituto	07h	12/08/2013
Suzana Maria Ponzar da Silveira	Professor de Ensino Superior Substituto	10h	12/08/2013

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo seus efeitos no dia 12/08/2013.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de agosto de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1674/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1674/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1674/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGF0044	55911974D	5541/1	06/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
AKQ0693	55055018D	5541/1	29/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
AKY1210	55058501D	7366/2	08/02/2012	R\$ 85,12	252 * VI
ALG0881	54570866C	7366/2	01/09/2011	R\$ 85,12	252 * VI
BGH7213	55055846D	5525/0	18/01/2012	R\$ 85,12	181 * XV
BMJ6161	55063655D	5460/0	18/07/2012	R\$ 85,12	181 * IX
CEM0309	54143476D	5568/0	10/10/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
CPN1302	55054163D	5452/1	10/09/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
CTU1680	54443666E	5185/1	29/04/2013	R\$ 127,69	167
DDF1783	55911109D	7366/2	19/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
HUR2877	55063103D	5452/1	31/05/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
IGF2488	55057325D	5550/0	28/12/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
LOH6152	55055332D	5207/0	24/03/2012	R\$ 53,20	169
LOH6152	55055333D	5215/1	24/03/2012	R\$ 191,53	170
LOH6152	55055334D	5835/0	24/03/2012	R\$ 127,69	195
LWX1488	55059577D	5398/0	28/03/2012	R\$ 53,20	181 * II
LWX1488	55060751D	5428/1	09/04/2012	R\$ 191,53	181 * V
LXE7491	54443772E	5185/1	13/05/2013	R\$ 127,69	167
LXH2617	54142174D	5541/1	30/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXK6338	55160590C	5215/1	31/03/2011	R\$ 191,53	170
LXK6338	55160590C	5215/2	31/03/2011	R\$ 191,53	170
LXK6338	55160590C	5720/0	31/03/2011	R\$ 127,69	186 * I
LYJ5391	55057306D	5550/0	12/11/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYO9628	55055951D	7030/1	26/10/2011	R\$ 191,53	244 * I
LZI5964	55062948D	5452/1	14/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LZR7237	55919309D	5452/1	28/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAA9325	55059427D	5525/0	02/12/2012	R\$ 85,12	181 * XV
MAI8612	55909556D	5550/0	24/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAY6759	55160289C	5541/1	09/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBC6720	55055006D	5550/0	25/09/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBC6720	55165394C	5835/0	24/09/2011	R\$ 127,69	195
MBP4268	54142165D	5541/1	02/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCL4267	55059540D	5452/1	22/02/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MCN8489	54569921C	7234/0	16/05/2009	R\$ 85,12	250 * I * a
MDA3184	55909562D	5550/0	25/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDN0418	55159113C	5215/2	03/12/2011	R\$ 191,53	170
MDN0418	55159113C	5720/0	03/12/2011	R\$ 127,69	186 * I
MDV7191	55155728C	5541/1	12/02/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MEA0436	55061725D	5185/1	07/05/2012	R\$ 127,69	167
MEG6855	55920452D	7366/2	17/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEG7183	55056246D	5452/1	27/12/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MFD9556	55910887D	5525/0	01/06/2013	R\$ 85,12	181 * XV
MGC9469	55058323D	5550/0	25/03/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGD2329	55918928D	6041/1	09/03/2013	R\$ 127,69	207
MGK1630	54443770E	5452/1	13/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGR3323	54142038D	5550/0	09/10/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGR9159	54444232E	5452/1	16/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGS0595	54143396D	5550/0	24/10/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGU5114	55058955D	7366/2	27/01/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHS1877	55060544D	5452/1	23/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MHS4732	55910983D	5452/7	21/09/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MIB2630	55914122D	5460/0	09/06/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MIH0440	55058034D	5185/1	12/01/2012	R\$ 127,69	167
MIK1748	55908877D	5452/1	08/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MIW0281	54140566D	5541/1	08/04/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC2920	55061175D	5452/1	08/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MKA1312	55154784C	7030/2	22/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MKE4669	55058742D	6076/0	27/02/2012	R\$ 191,53	210
MKJ4211	54143864D	5185/1	12/03/2012	R\$ 127,69	167
MKN0016	54565699C	5452/1	08/07/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MMI1979	55919450D	5541/5	20/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1201/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1201/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1201/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAO9613	55648499C	5541/4	02/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ACC7360	55123600C	5185/1	07/06/2009	R\$ 127,69	167
AEU3834	55657621C	5185/1	02/05/2013	R\$ 127,69	167
AFA2151	55127643C	5185/1	17/11/2009	R\$ 127,69	167
AFA2151	55127644C	6050/1	17/11/2009	R\$ 191,53	208
AFD1933	55658206C	5452/1	16/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
AFX2585	55659101C	5541/4	07/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AGF0044	55133442C	6041/2	19/01/2010	R\$ 127,69	207
AGF0044	55133499C	6041/2	18/01/2010	R\$ 127,69	207
AGF0044	55624451C	5452/1	16/03/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
AIY2522	55658969C	6122/0	04/06/2013	R\$ 191,53	214 * I
AJF1230	55653223C	7366/2	22/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AKQ0693	55128746C	7366/2	18/02/2010	R\$ 85,12	252 * VI
AOZ4664	55657586C	5541/4	23/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
BAR6888	55657276C	5550/0	03/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
BFI6451	55134713C	5550/0	11/02/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
CCA5206	55656891C	5231/1	17/04/2013	R\$ 85,12	172
CDM2016	55629029C	5460/0	23/04/2013	R\$ 85,12	181 * IX
CEM0309	55635528C	5550/0	13/05/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
CZD4490	55656904C	6122/0	09/04/2013	R\$ 191,53	214 * I
DAN8021	55657614C	5541/4	03/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DEB1649	55123788C	7366/2	08/06/2009	R\$ 85,12	252 * VI
DEE8336	55649930C	7366/2	20/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
DFG9371	55622240C	5185/1	18/02/2010	R\$ 127,69	167
DFS0610	55129727C	5550/0	21/11/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
DPX3854	55653811C	7366/2	29/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DUK6413	55655355C	5819/6	27/02/2013	R\$ 574,61	193
DZU2491	55128905C	5800/0	03/10/2009	R\$ 127,69	192
EDB7778	55657998C	5185/1	15/05/2013	R\$ 127,69	167
EFP1651	55644283C	7366/2	04/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
EIF7355	55657239C	7366/2	14/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
HPX5800	55658820C	6050/1	10/06/2013	R\$ 191,53	208
HQE5637	55657340C	5509/0	29/04/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
HRE2928	55636122C	5738/0	04/03/2011	R\$ 191,53	186 * II
HXO3948	55658504C	5541/6	23/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IEW2088	55656247C	5819/6	16/04/2013	R\$ 574,61	193
IFT1999	55659134C	5550/0	07/06/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
IJS6290	55128853C	7366/2	06/10/2009	R\$ 85,12	252 * VI
IJY6779	55652785C	5185/1	05/05/2013	R\$ 127,69	167
IKA1123	55658520C	5703/0	23/05/2013	R\$ 85,12	185 * I
ILX1848	55658224C	5509/0	22/05/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
IPD3386	55652205C	5819/6	25/02/2013	R\$ 574,61	193
KZZ7026	55651570C	5568/0	02/10/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
LBU7368	55625544C	5185/1	13/04/2010	R\$ 127,69	167
LWR3470	55129608C	5185/1	30/10/2009	R\$ 127,69	167
LWS2794	55130899C	5185/1	11/12/2009	R\$ 127,69	167
LWX0734	55635918C	5509/0	24/02/2011	R\$ 85,12	181 * XIII
LXG1156	55639080C	7366/2	12/09/2011	R\$ 85,12	252 * VI
LXK0866	55637112C	5835/0	01/05/2011	R\$ 127,69	195
LXK0866	55637113C	5819/1	01/05/2011	R\$ 574,61	193
LXW6906	55647192C	5452/1	08/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LYJ5391	55643894C	5541/4	26/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYN5315	55125069C	5550/0	14/06/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYN6467	55651489C	6041/2	14/11/2012	R\$ 127,69	207
LYY9571	55133435C	7030/2	19/01/2010	R\$ 191,53	244 * I
LYZ2793	55658673C	6068/1	08/06/2013	R\$ 127,69	209
LYZ9518	55633830C	5185/1	23/11/2010	R\$ 127,69	167
LZI5978	55643263C	5541/1	10/01/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LZL4537	55122234C	5835/0	22/05/2009	R\$ 127,69	195
LZL4537	55122236C	6122/0	22/05/2009	R\$ 191,53	214 * I
LZQ8264	55657470C	5550/0	20/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
LZS2811	55657678C	5460/0	14/05/2013	R\$ 85,12	181 * IX
LZU9524	55622743C	6041/2	24/02/2010	R\$ 127,69	207

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZX4820	55128999C	5738/0	29/10/2009	R\$ 191,53	186 * II
LZZ9019	55658409C	5452/1	15/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MAD2974	55658179C	5738/0	19/05/2013	R\$ 191,53	186 * II
MAQ0681	55657410C	6050/1	07/05/2013	R\$ 191,53	208
MAR1511	55630892C	6122/0	16/05/2011	R\$ 191,53	214 * I
MAS2552	55640078C	5452/1	06/07/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MAU1842	55638596C	5835/0	30/03/2012	R\$ 127,69	195
MAW4858	55133431C	6122/0	18/01/2010	R\$ 191,53	214 * I
MAZ1556	55658549C	6122/0	27/05/2013	R\$ 191,53	214 * I
MBA7042	55658217C	5452/1	18/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBG7774	55656464C	5568/0	09/04/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBG7774	55656833C	5991/0	09/04/2013	R\$ 191,53	206 * I
MBJ8313	55643142C	5452/1	28/02/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MBR2846	55628487C	5819/1	23/05/2011	R\$ 574,61	193
MBR3702	55646370C	5185/1	29/04/2012	R\$ 127,69	167
MBV9496	55646606C	7366/2	21/05/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MBW3773	55657565C	7366/2	09/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBW9107	55639960C	5185/1	10/09/2011	R\$ 127,69	167
MBX4013	55649899C	6041/2	31/08/2012	R\$ 127,69	207
MCA0295	55129304C	5185/1	22/10/2009	R\$ 127,69	167
MCA0295	55129305C	5185/2	22/10/2009	R\$ 127,69	167
MCA0295	55634034B	5207/0	16/05/2009	R\$ 53,20	169
MCA0295	55634035B	5185/1	16/05/2009	R\$ 127,69	167
MCC4712	55656567C	5703/0	07/05/2013	R\$ 85,12	185 * I
MCF4469	55637919C	5452/1	09/08/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MCI1139	55649361C	5452/1	12/09/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MCQ9002	55636036B	5185/1	19/05/2009	R\$ 127,69	167
MCT4692	55623008C	7366/2	26/02/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MCT9515	55646668C	7030/2	07/05/2012	R\$ 191,53	244 * I
MCV2700	55637019C	5185/2	08/06/2011	R\$ 127,69	167
MCW5955	55657713C	5541/4	11/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDA9068	55657300C	5460/0	15/05/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MDC2344	55649201C	7366/2	13/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MDD0331	55646421C	5819/6	15/05/2012	R\$ 574,61	193
MDE3092	55649182C	5819/6	10/08/2012	R\$ 574,61	193
MDH0305	55658192C	5215/2	23/05/2013	R\$ 191,53	170
MDH0305	55658193C	6050/2	23/05/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDN0418	55639955C	7030/2	02/09/2011	R\$ 191,53	244 * I
MDN0418	55641401C	6068/1	02/09/2011	R\$ 127,69	209
MDQ2417	55645599C	7030/2	13/04/2012	R\$ 191,53	244 * I
MDQ2417	55645990C	7030/2	13/04/2012	R\$ 191,53	244 * I
MDS2334	55128180C	7030/2	25/08/2009	R\$ 191,53	244 * I
MDV4669	55128721C	5452/1	19/01/2010	R\$ 127,69	181 * VIII
MDV4669	55633642B	6394/1	19/05/2009	R\$ 191,53	220 * XIV
MEA4619	55657791C	5452/1	10/06/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MEB1463	55133554C	5959/3	14/01/2010	R\$ 191,53	203 * IV
MEB2745	55657575C	5550/0	22/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MED1289	55650686C	5185/2	24/09/2012	R\$ 127,69	167
MED7701	55129671C	5541/1	12/11/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MED9083	55640467C	5541/1	28/07/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEF8957	55648853C	7366/2	03/08/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEL8594	55126914C	5835/0	11/05/2013	R\$ 127,69	195
MEL8594	55126915C	7056/1	11/05/2013	R\$ 191,53	244 * III
MEL8594	55126916C	5738/0	11/05/2013	R\$ 191,53	186 * II
MEL8594	55126918C	5215/1	11/05/2013	R\$ 191,53	170
MEP8679	55658211C	5452/1	18/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MER0946	55641949C	5878/0	17/11/2011	R\$ 85,12	199
MEX0845	55644790C	6068/1	09/04/2012	R\$ 127,69	209
MEY4675	55658777C	5509/0	07/06/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MEY6251	55649477C	5452/1	27/08/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MFA1949	55644498C	5550/0	19/04/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFC7758	55647576C	6122/0	29/05/2012	R\$ 191,53	214 * I
MFG7365	55128801C	5541/4	24/09/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH4179	55659125C	5185/1	07/06/2013	R\$ 127,69	167
MF11860	55656456C	6041/2	05/04/2013	R\$ 127,69	207
MFM4133	55625401C	5835/0	31/03/2010	R\$ 127,69	195
MFQ7745	55130248C	5460/0	08/04/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MFR6322	55650995C	6041/2	28/09/2012	R\$ 127,69	207
MFV1926	55655489C	5452/1	23/03/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MFV7663	55656506C	6041/2	05/04/2013	R\$ 127,69	207
MFV3894	55625215C	5460/0	04/01/2011	R\$ 85,12	181 * IX
MFW4528	55658056C	5452/1	14/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MFY6650	55658545C	6122/0	27/05/2013	R\$ 191,53	214 * I
MGC2202	55657235C	5550/0	14/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGG8209	55657430C	5819/6	13/05/2013	R\$ 574,61	193
MGN4949	55654043C	5452/1	24/04/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGQ5579	55658371C	5541/4	07/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR5777	55645120C	5541/1	27/03/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR6719	55623542C	6041/2	07/03/2010	R\$ 127,69	207
MGT5549	55657904C	7366/2	10/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGT6580	55636776B	5835/0	12/02/2010	R\$ 127,69	195
MGW9680	55636538C	5835/0	01/04/2011	R\$ 127,69	195
MGZ2335	55656094C	5541/1	13/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ7323	55647677C	5932/0	02/07/2012	R\$ 191,53	203 * II
MHB2922	55650284C	5568/0	24/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MHI0724	55645708C	5185/1	01/04/2012	R\$ 127,69	167
MHL8836	55657357C	6050/1	29/04/2013	R\$ 191,53	208
MHM0304	55654455C	5550/0	11/03/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHO4902	55647570C	5720/0	29/05/2012	R\$ 127,69	186 * I
MHR2101	55656114C	5746/1	27/03/2013	R\$ 85,12	187 * I
MHT5960	55655193C	5541/4	24/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV4551	55637578C	7030/2	29/05/2011	R\$ 191,53	244 * I
MHV4551	55637580C	5835/0	29/05/2011	R\$ 127,69	195
MIP4159	55646105C	5452/1	25/04/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MIP4159	55646147C	5452/1	11/05/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MIQ7014	55640689C	5452/1	17/08/2011	R\$ 127,69	181 * VIII
MIX7565	55648180C	7366/2	18/06/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MIX9690	55638798C	7366/2	29/08/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MJB8545	55656132C	6068/1	04/04/2013	R\$ 127,69	209
MJD3792	55655800C	5185/2	03/05/2013	R\$ 127,69	167
MJF8337	55126389C	7366/2	26/04/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MJG4065	55653180C	5185/1	23/01/2013	R\$ 127,69	167
MJO7607	55658440C	6041/2	19/05/2013	R\$ 127,69	207
MJQ6451	55645905C	5568/0	08/05/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MJZ7472	55655971C	6041/2	24/03/2013	R\$ 127,69	207
MKK6821	55657277C	5550/0	03/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKM8607	55657529C	5509/0	03/05/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MKN8869	55647752C	5452/1	15/06/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MLA5209	55655862C	5703/0	20/03/2013	R\$ 85,12	185 * I
MLF2253	55657984C	5452/1	15/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MMD1210	55658971C	5452/1	04/06/2013	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMD8681	55656238C	5819/6	12/04/2013	R\$ 574,61	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 023 1672/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1672/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1672/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGQ5915	54445015E	6068/1	08/06/2013	209
EPR2710	55919375D	5525/0	07/07/2013	181 * XV
LWX5887	54443746E	5452/1	16/07/2013	181 * VIII
MAN4757	54443748E	5541/1	17/07/2013	181 * XVII
MBC5766	54444007E	5185/1	07/07/2013	167
MBS1642	55920391D	5452/1	15/07/2013	181 * VIII
MFA6956	54444961E	5550/0	13/06/2013	181 * XVIII
MFZ4348	55059440D	5835/0	27/07/2013	195
MGT8854	54446059E	5452/1	28/06/2013	181 * VIII
MHT7278	54443743E	5541/1	15/07/2013	181 * XVII
MIZ6946	54443740E	5541/1	15/07/2013	181 * XVII
MJJ4819	54445140E	5720/0	15/06/2013	186 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 714 1199/2013
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1199/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1199/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ASF2207	55659223C	5509/0	25/06/2013	181 * XIII
AVM2677	55653792C	5541/3	07/07/2013	181 * XVII
BCV0439	55659422C	5452/1	05/07/2013	181 * VIII
CCT3036	55659763C	5550/0	26/06/2013	181 * XVIII
CDV9196	55658648C	5819/6	17/06/2013	193
CPH8081	55659961C	5550/0	02/07/2013	181 * XVIII
CQC9857	55658128C	5550/0	19/07/2013	181 * XVIII
HDQ8325	55659730C	6122/0	25/06/2013	214 * I
HFX5136	55659569C	5550/0	29/06/2013	181 * XVIII
HKT2927	55660334C	7366/2	13/07/2013	252 * VI
IDP4940	55658268C	5819/6	19/06/2013	193
IKX0209	55659721C	5509/0	25/06/2013	181 * XIII
INC6000	55660349C	6122/0	16/07/2013	214 * I
ISJ7977	55657382C	5452/1	09/07/2013	181 * VIII
LNU8916	55659489C	5550/0	01/07/2013	181 * XVIII
LWT7695	55658903C	5428/1	12/06/2013	181 * V
LWW8375	55660489C	5509/0	23/07/2013	181 * XIII
LXE1477	55658127C	5541/4	15/07/2013	181 * XVII
LXI6137	55659704C	5622/2	19/06/2013	182 * VI
MAB0020	55659740C	5550/0	28/06/2013	181 * XVIII
MAP9007	55659609C	5452/1	15/07/2013	181 * VIII
MBA7504	55660456C	5452/1	19/07/2013	181 * VIII
MBA8469	55658598C	5720/0	24/07/2013	186 * I
MBI6131	55660090C	5452/1	01/07/2013	181 * VIII
MBY4245	55660480C	5550/0	19/07/2013	181 * XVIII
MCA0786	55660481C	5550/0	19/07/2013	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCF6666	55659777C	5819/6	02/07/2013	193
MCH9930	55658075C	5541/4	20/06/2013	181 * XVII
MCH9930	55659563C	7366/2	24/06/2013	252 * VI
MCP4835	55660001C	5541/4	28/06/2013	181 * XVII
MCZ6300	55651945C	5541/1	29/07/2013	181 * XVII
MDF7421	55659227C	5541/4	25/06/2013	181 * XVII
MDN9125	55659974C	5703/0	17/07/2013	185 * I
MEB0526	55659683C	5452/1	28/06/2013	181 * VIII
MEB5290	55660497C	7366/2	23/07/2013	252 * VI
MEG3526	55660046C	5541/4	29/07/2013	181 * XVII
MEJ1965	55659731C	5193/0	25/06/2013	168
MET1748	55659690C	5509/0	28/06/2013	181 * XIII
MFE8253	55658395C	7056/1	28/06/2013	244 * III
MFE8253	55658396C	7030/2	28/06/2013	244 * I
MFE8253	55658398C	5835/0	28/06/2013	195
MFS5359	55660139C	5550/0	23/07/2013	181 * XVIII
MFV0857	55660474C	6122/0	23/07/2013	214 * I
MGJ4082	55659973C	5703/0	17/07/2013	185 * I
MGT2630	55659716C	5479/0	25/06/2013	181 * X
MGW0756	55660402C	5550/0	17/07/2013	181 * XVIII
MGW4342	55659732C	7366/2	25/06/2013	252 * VI
MHF6713	55659604C	5460/0	12/07/2013	181 * IX
MHH8587	55657871C	5568/0	26/07/2013	181 * XIX
MHZ0360	55660457C	5568/0	23/07/2013	181 * XIX
MIB2965	55659851C	5460/0	21/06/2013	181 * IX
MIO9751	55659804C	7366/2	08/07/2013	252 * VI
MIU3542	55659741C	5509/0	28/06/2013	181 * XIII
MIW0998	55659450C	7366/2	26/07/2013	252 * VI
MJG3356	55659485C	5452/1	01/07/2013	181 * VIII
MJK3183	55660135C	5452/1	23/07/2013	181 * VIII
MJL5038	55658281C	5568/0	22/07/2013	181 * XIX
MJN5267	55657387C	6050/1	22/07/2013	208
MJU6292	55659719C	5452/1	25/06/2013	181 * VIII
MKA4899	55657496C	5452/1	03/07/2013	181 * VIII
MKA5168	55659885C	5819/1	23/07/2013	193
MKA5168	55659886C	5835/0	23/07/2013	195
MKA5168	55659887C	7030/2	23/07/2013	244 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKA5168	55659888C	6149/0	23/07/2013	214 * III
MKC3472	55659241C	5550/0	28/06/2013	181 * XVIII
MKM3709	55660142C	5550/0	23/07/2013	181 * XVIII
MLD2459	55636858C	5550/0	02/07/2013	181 * XVIII
MMH5520	55659708C	5185/1	19/06/2013	167
MMH5520	55659709C	7366/2	19/06/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 12 DE AGOSTO DE 2013

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria N° 130/2013**

PORTARIA N° 130/2013

Considerando que os contratados devem ser executados fielmente pelas partes de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total e parcial;

Considerando o disposto no artigo 67 da lei nº 8.666 / 93 que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar;
O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

I - NOMEAR - O Servidor MARCOS NUNES,, para gerir o contrato nº 003/2013, firmado entre a Câmara Municipal de São José e a Empresa Peres Muller Ltda, para fornecimento de gasolina comum e álcool comum.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de agosto de 2013.

SANDERSON ALEMECI DE JESUS

PRESIDENTE

Portaria N° 131/2013

PORTARIA N° 131/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - REVOGAR - A Portaria nº 101/2013 de 14/05/2013, a qual nomeou o Servidor GABRIEL NIENCHOTTER, para gerir o contrato nº 014/2009 da Empresa Primer Produções e Locação Ltda - ME, e contrato nº 025/2009 da empresa Primer Produção e Locação Ltda - ME e o contrato decorrente do Processo de Compra nº 017/2011 da Empresa Decisão Comunicação Ltda, firmados com a Câmara Municipal de São José.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de agosto de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

PRESIDENTE

Portaria N° 132/2013

PORTARIA N° 132/2013

Considerando que os contratados devem ser executados fielmente pelas partes de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total e parcial;

Considerando o disposto no artigo 67 da lei nº 8.666 / 93 que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar;
O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

I - NOMEAR - O Servidor GABRIEL NIENCHOTTER,, para gerir o contrato decorrente do Processo de Compra nº 017/2011, firmado entre a Câmara Municipal de São José e a Empresa Decisão Comunicação Ltda.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 02 de agosto de 2013.

SANDERSON ALEMECI DE JESUS

PRESIDENTE

Extrato de Ata de Registro de Preços

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 004/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA FORNECEDORA: SUPRIMÓVEIS LTDA EPP.

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de novos mobiliários para a Câmara Municipal de São José/SC.

Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.42.00.00.00(18)

VALOR GLOBAL DA ATA: R\$ 18.168,00

VIGÊNCIA: 04/07/2013 à 04/07/2014

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Lei N° 2.101, de 09 de Agosto de 2013.**

LEI N° 2.101, DE 09 DE AGOSTO DE 2013.

Dispõe sobre desafetação e autoriza a doação de bem imóvel que identifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica desafetado parte da chácara nº 19 (dezenove), com área total de 1.326 m² (um mil, trezentos e vinte e seis metros quadrados), com benfeitoria de 78,40 m² (setenta e oito vírgula quarenta metros quadrados), situado na Linha Santa Clara, Distrito de Frederico Wastner, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme Matrícula nº 5.058, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constante do Anexo Único desta lei.

§ 1º Sob o prédio público, de que trata o caput deste artigo, encontrava-se sediada a antiga escola Posto Suinocultura, sendo que atualmente encontra-se desativada e desocupada.

§ 2º O imóvel descrito no caput foi avaliado em R\$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais), conforme laudo de avaliação constante do Anexo Único desta LEI.

Art. 2º O imóvel ora desafetado fica automaticamente transpassado para a categoria de bem dominial, integrando o patrimônio disponível do Município.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar, sem ônus, o bem imóvel descrito no art. 1º desta lei, à Associação de Moradores da Comunidade de Linha Santa Clara, situada na Linha Santa Clara, Distrito de Frederico Wastner, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, inscrita no CNPJ/MF sob

o nº 07.724.424/0001-48.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a baixa do bem descrito no art. 1º, após a doação de que trata o art. 3º, do patrimônio do Município.

Art. 5º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de agosto de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.102, de 09 de Agosto de 2013.

LEI Nº 2.102, DE 09 DE AGOSTO DE 2013.

Altera dispositivos da Lei nº 1.978, de 22 de novembro de 2011 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O preâmbulo da Lei nº 1.978, de 22 de novembro de 2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Autoriza a concessão de vale alimentação, aos servidores municipais da administração direta e indireta, efetivos, comissionados, admitidos em caráter temporário, conselheiros tutelares, e dá outras providências." (NR)

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 1.978, de 22 de novembro de 2011 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder o vale alimentação aos servidores municipais da administração direta e indireta, efetivos, comissionados, admitidos em caráter temporário, conselheiros tutelares, da seguinte forma:

§ 4º O valor do vale alimentação será calculado proporcionalmente aos dias em que o servidor esteve em efetivo exercício, no interregno do respectivo mês de apuração." (NR)

Art. 3º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos das dotações específicas do Orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de agosto de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.103, de 09 de Agosto de 2013.

LEI Nº 2.103, DE 09 DE AGOSTO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito especial - alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 e a Lei Orçamentária Anual de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, inciso II, do art. 41 e inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito especial, incluindo na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 (Lei nº 2.058, de 18/12/2012) e na Lei Orçamentária Anual de 2013 (Lei nº 2.059, de 20/12/2012), as seguintes fontes de recursos para seu financiamento, criando-se as dotações e fontes de recursos, adicionando-se o valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

I- Inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2013:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

Ação 1.026 - Construção do Centro de Eventos

Descrição Conta Despesa Recurso Ano 2013

Ação 1.026 - Construção do Centro de Eventos.

4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 200.000,00

II- Inclusão na Lei de Orçamentária Anual - LOA 2013:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

Ação 1.026 - Construção do Centro de Eventos

Descrição Conta Despesa Recurso Ano 2013

Ação 1.026 - Construção do Centro do Centro de Eventos

4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 200.000,00

Projeto Atividade:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

Ação 1.026 - Construção do Centro de Eventos

09.01.15.451.4511.1.026- -4.4.9.0- Fonte 1.0000-150 Aplicação

Direta R\$ 200.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, art. 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964:

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.03 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO - FUNSAN

09.03.17.512.4511.2.032 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 98

Aplicação Direta R\$ 79.000,00

09.00

SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.1.038 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 69

Aplicação Direta R\$ 44.000,00

09.00

SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.1.040 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 74

Aplicação Direta R\$ 27.000,00

09.00

SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.1.041 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 76

Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de agosto de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Lei N° 2.104, de 09 de Agosto de 2013.

LEI N° 2.104, DE 09 DE AGOSTO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a realizar a abertura de crédito adicional - anulação de dotações no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, § 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.034 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 87
Aplicação Direta R\$ 155.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos da anulação parcial da seguinte dotação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013 e o inciso III, § 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

09.00 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.033 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 81
Aplicação Direta R\$ 105.000,00
09.01.15.451.4511.2.033 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 82
Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de agosto de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto N° 4.707, de 12 de Agosto de 2013.

DECRETO N° 4.707, DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

Fixa o valor de locação da Copa, Cozinha e da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de locação das dependências da Copa, Cozinha e da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização de evento, a ser promovido pela empresa Nutrisul S/A Produtos Alimentícios, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.972.078/0001-07, no dia 31 de agosto de 2013, da seguinte forma:

I - em R\$ 199,20 (cento e noventa e nove reais e vinte centavos), correspondente a 2,34 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação da copa;

II - em R\$ 199,20 (cento e noventa e nove reais e vinte centavos), correspondente a 2,34 UFRM, para a locação da cozinha;

III - em R\$ 2.589,60 (dois mil, quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), correspondente a 30,39 (trinta vírgula trinta e nove) UFRM, para a locação da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti.

§ 1º O valor total da locação, constante nos incisos I, II e III do art. 1º, é de R\$ 2.988,00 (dois mil, novecentos e oitenta e oito

reais), o que corresponde a 35,07 UFRM.

§ 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o município de São Lourenço do Oeste e a empresa que promoverá evento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de agosto de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Processo Licitatório N° 009/2013, Modalidade Concorrência N° 002/2013

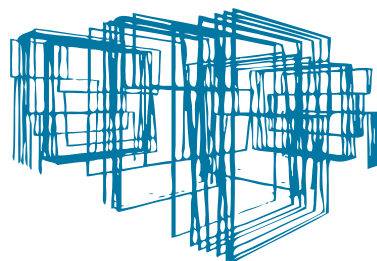
ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, ATRAVÉS DO INSTITUTO CULTURAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/09/2013, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO N° 009/2013, MODALIDADE CONCORRÊNCIA N° 002/2013, OBJETO: CONCESSÃO DE COPA E COZINHA PARA EVENTO (ENCONTRO DE CORAIS) A SER REALIZADO NO DIA 21/09/2013. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

ALTAMIR LEMES DA ROSA

GERENTE EXECUTIVO



Programa de
Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 09/08/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

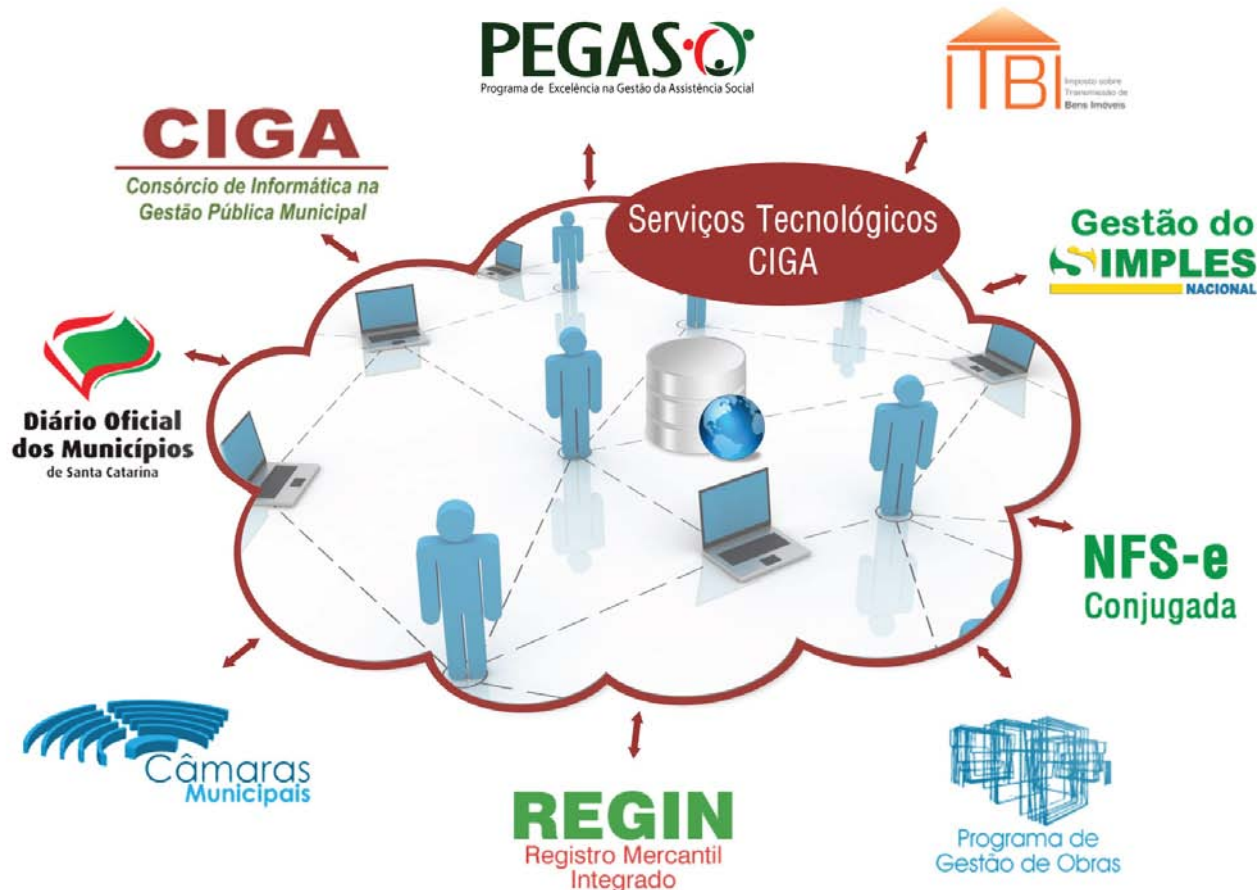
Período de: 09/08/2013 até 09/08/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		428.360,46
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	535.450,56
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	535.450,56
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	535.450,56
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	321.270,34
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	133.862,64
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	80.317,58
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-107.090,10
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-107.090,10
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-107.090,10

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 12/08/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Lei N° 767, de 05 de Agosto de 2013

LEI N° 767, DE 05 DE AGOSTO DE 2013

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil reais) as dotações abaixo identificadas:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.051 - Funcionamento e Manutenção da R\$ 75.000,00
Coordenadoria da Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$75.000,00

11.01.10.301.12.2.053 - Funcionamento e Manutenção da R\$ 20.000,00
Coord. da Saúde - Assist. Farmaceutica

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$20.000,00

11.01.10.301.12.2.057 - Funcionamento e Manutenção da R\$ 20.000,00
Saúde Bucal

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064 - Aplicações Diretas R\$10.000,00

11.01.10.301.12.2.059 - Funcionamento e Manutenção da R\$ 6.000,00
Vigilância Sanitária Municipal
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$6.000,00

11.01.10.301.12.2.056 - Funcionamento e Manutenção do PACS R\$10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0064 - Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular as dotações abaixo identificado:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.1.023 - Implantação de Uma Base do SAMU R\$111.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$111.000,00

11.01.10.301.12.2.054 - Funcionamento e Manutenção do PSF R\$ 20.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0064 - Aplicações Diretas R\$20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei N° 768, de 05 de Agosto de 2013

LEI N° 768, DE 05 DE AGOSTO DE 2013

"Reforça Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art.1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$20.000,00 (vinte mil reais) a dotação abaixo identificada:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.365.4.1003 - Reforma e Ampliação dos Centros de Educação Infantil
R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0091 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º- Para atender o Art. 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a dotação abaixo identificada:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.361.4.2.006 - Funcionamento e Manut. do Ensino Fundamental
R\$ 20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0091 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei N° 769, de 05 de Agosto de 2013

LEI N° 769, DE 05 DE AGOSTO DE 2013

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$291.000,00 (duzentos e noventa e um mil reais) as dotações abaixo identificadas:

04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.01.04.122.3.2.003 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administração
Finanças e Planejamento R\$ 25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.361.4.2.005 - Funcionamento e Manutenção do R\$ 6.000,00

Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$6.000,00
 05.01.12.365.4.2.008 - Funcionamento e Manutenção da R\$ 60.000,00
 Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$10.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0004 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

05.01.12.361.4.2.006 - Funcionamento e Manutenção do R\$ 40.000,00
 Ensino Fundamental
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08.01.26.782.22.1.012- Pavimentação de Rua R\$ 160.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular R\$291.000,00 (duzentos e noventa e um mil reais) as dotações abaixo identificadas:

04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.01.04.122.3.2.038 - Aquis. de Equipamentos de Informática R\$13.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.365.4.2.008 - Funcionamento e Manutenção da R\$40.000,00
 Educação Infantil
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

05.01.12.361.4.2.006 - Funcionamento e Manutenção do R\$ 50.000,00
 Ensino Fundamental
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0004 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

05.01.12.361.4.1.004 - Aquisição de Veículos - Educação R\$ 68.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 - Aplicações Diretas R\$ 68.000,00

05.01.27.812.7.2.010 - Func. e Manut. do Esporte Amador R\$ 36.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 36.000,00

07 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

07.01.13.392.6.1.021 - Restauração dos Caminhos das Tropas R\$ 50.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

07.02.23.695.19.2.015 - Func. e Manutenção do Turismo R\$ 34.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00
 3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei Nº 770, de 05 de Agosto de 2013

LEI Nº 770, DE 05 DE AGOSTO DE 2013

"Dispõe Sobre o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB (CACS) e Revoga a Lei nº44/1997".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Capítulo I**Das Disposições Preliminares**

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB (CACS), no âmbito do Município de São Pedro de Alcântara/SC.

Capítulo II**Da composição**

Art. 2º - O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 09 (nove) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

I) dois representantes Poder Executivo Municipal, sendo pelo menos um deles da Secretaria Municipal de Educação, indicados pelo Poder Executivo Municipal;

II) um representante dos professores das escolas públicas municipais;

III) um representante dos diretores das escolas públicas municipais;

IV) um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

V) dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais;

VI) dois representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado por entidade de estudantes secundaristas;

VII) um representante do Conselho Municipal de Educação; e

VIII) um representante do Conselho Tutelar.

§ 1º - Os membros de que tratam os incisos III, V e VI deste artigo serão indicados pelo conjunto dos estabelecimentos, após processo eletivo organizado para escolha dos indicados, pelos respectivos pares.

§ 2º - Os membros de que tratam os incisos II e IV, serão indicados por assembléia da respectiva categoria.

§ 3º - A indicação referida no caput deste artigo deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, para a nomeação dos conselheiros.

§ 4º- Os conselheiros de que trata o caput deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.

§ 5º - São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:

I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados; e

IV - pais de alunos que:

- a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou
b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - O suplente substituirá o titular do Conselho do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I - desligamento por motivos particulares;

II - rompimento do vínculo de que trata o § 3º, do art. 2º; e

III - situação de impedimento previsto no § 5º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

§ 1º - Na hipótese em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente.

§ 2º - Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o Conselho do FUNDEB.

Art. 4º - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato.

Capítulo III

Das Competências do Conselho do FUNDEB

Art. 5º - Compete ao Conselho do FUNDEB:

I - acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II - supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;

III - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV - emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e

V - aos conselhos incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

VI - outras atribuições que legislação específica eventualmente estabeleça;

Parágrafo Único - O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Capítulo IV

Das Disposições Finais

Art. 6º - O Conselho do FUNDEB terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pelos conselheiros.

Parágrafo Único - Está impedido de ocupar a Presidência o conselheiro designado nos termos do art. 2º, inciso I, desta lei.

Art. 7º - Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo prevista no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 8º - No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação do Conselho do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art. 9º - As reuniões ordinárias do Conselho do FUNDEB serão realizadas semestralmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 10º - O Conselho do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art. 11º - A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Art. 12º - O Conselho do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Parágrafo Único - A Prefeitura Municipal deverá ceder ao Conselho do FUNDEB um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho.

Art. 13º - O Conselho do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo; e

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) documentos referentes aos convênios com as instituições a que

se refere o art. 8º desta Lei;

d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas e inspetorias in loco para verificar:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 14º - Durante o prazo previsto no § 2º do art. 2º, os novos membros deverão se reunir com os membros do Conselho do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

São Pedro de Alcântara, 07 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Portaria N.º 240/2013

PORTARIA n.º 240/2013

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor CELSO PEDRO GOTERRA, ocupante do cargo de Mecânico II, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor CELSO PEDRO GOTERRA, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 01/08/2013, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 241/2013

PORTARIA n.º 241/2013

Concede licença para tratamento de Saúde ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, ocupante do cargo de Operador de Máquina II, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 08/08/2013, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 242/2013

PORTARIA n.º 242/2013

Concede licença para tratamento de saúde a servidora REGINA CELIA DA SILVA SUENES, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora REGINA CELIA DA SILVA SUENES, pelo período de 07 (sete) dias, a contar da data de 05/08/2013, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05/08/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 243/2013

PORTARIA n.º 243/2013

Homologa a estabilidade funcional da servidora admitida em 02/01/2008 por Concurso Público.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI, e Artigo 20 da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Considerar-se-á estável a servidora abaixo mencionada, admitida em 02/01/2008, por Concurso Público nº. 001/2007, tendo esta completado o período de 03 (três) anos de estágio probatório sem qualquer ação desabonadora de sua conduta:

- REGINA IRACEMA DUARTE ELIAS.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Editais de Dispensa de Licitação 65.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.223

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 65/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, torna público que realizará

DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos n.º 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, V, da Lei n.º 8.666/1993, "quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas" Dispensável é a licitação com a empresa NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A CNPJ 85.031.334/0001-85 para a contratação dos seguros de 15 passageiros mais 1 motorista dos Veículos:

M Benz 313 CDI Sprinter Van 2.2 Street Luxo TB ano 2008/2008 placas: MET 9294;

M Benz 313 CDI Sprinter Van 2.2 Street Luxo TB 16L (Longo) ano 2011/2012 placas: MKK 2876

O preço que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA será de R\$ 970,64 (novecentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos). E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993, além da justificativa em anexo, expõe-se o que segue:

Contratam-se a Empresa acima descrita para a contratação dos Seguros de Passageiros dos Veículos supra citado, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.031.334/0001-85, estabelecida na Rua Vergueiro, 7213 - Ipiranga - São Paulo SP-CEP: 04.273-200.

Para a assinatura do contrato e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);

d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

e) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);

f) prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS (CND);

g) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CND);

h) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica.11.01.2.051.3.3.90.00.00.00.00.00.0002 (11)

No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de agosto de 2013

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Contrato de Prestação de Serviço Nº. 102/2013 **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 102/2013**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado PIAZZA CONTABILIDADE E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ:

83.198.184/0001-84, com sede a Rua Anita Garibaldi, nº 314, bairro Centro, Município de Içara/SC, neste ato representado pelo Sr. Leonardo Casagrande Piazza, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. O objeto deste contrato é a prestação de serviços de assessoria para a operacionalização de sistemas junto ao governo Federal (SICONV), Governo Estadual (SIGEF) e instituições financeiras. As atividades de apoio a serem realizadas consistem em:

- Elaboração de planilhas gerenciais;
- Coordenação do levantamento situacional;
- Elaboração de relatório de planejamento;
- Elaboração dos planos de trabalho para a recepção de recursos decorrentes de emendas parlamentares sempre que necessário;
- Assessoria de imprensa para coberturas de audiências do Prefeito em Brasília sempre que necessário para fortalecer politicamente o apoio aos projetos;
- Curso sobre captação de recursos federais e sobre SICONV para a equipe de projetos da Prefeitura; Produção de relatórios mensais, com base no planejamento, sobre o andamento de todos os projetos em Brasília;
- Coordenação de ações e estratégias continuadas para a aprovação dos projetos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais.

2.2. O pagamento será efetuado mediante a apresentação de nota fiscal e acompanhado de relatórios de trabalhos realizados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 09/08/2013 a 30/12/2013.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de agosto de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

PIAZZA CONTABILIDADE E SERVIÇOS LTDA

Contratado

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho N° 026/2013,

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N° 026/2013, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR JOSÉ LINO NAU.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF n° 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, n° 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, n° 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor JOSÉ LINO NAU, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob n° 767.750.039-00, residente a Rua José Mathias Junckes, s/n°, Vila Junckes, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal n° 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo n° 001/2012, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho n° 026/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho n° 026/2013 até o dia 13/12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 12 de agosto de 2013.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho N° 027/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO N° 027/2013, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA FERNANDA BENTA NUNES GAMA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF n° 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, n° 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n° 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, n° 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FERNANDA BENTA NUNES GAMA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob N° 837.715.819-15, residente e domiciliada a Rua Alcino dos Navegantes Moreira, n° 400 - Barra do Arirú - Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal n° 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo n° 001/2012, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho n° 027/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho n° 027/2013 até o dia 13/12/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 12 de agosto de 2013.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

**Rescisão de Contrato de Prestação de Serviços
RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Pelo presente instrumento, MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LIDIANE VENTURA, portadora do RG: 5.643.687, inscrita no CPF sob n° 066.749.599-10, residente a Rua 6 de Novembro, s/n°. Centro, Antônio Carlos/SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem:

Clausula Única: Fica rescindido, a partir desta data, o Contrato de Prestação de Serviços N° 018/2013 firmado entre as partes.

Por assim estarem de acordo, as partes firmam a presente rescisão de contrato.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de Julho de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Contratante

LIDIANE VENTURA

Contratada

Schroeder

PREFEITURA

Decreto N° 2.685/2013 de 31 de Julho de 2013

DECRETO N° 2.685/2013 de 31 de julho de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal n° 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 92.900,00 (noventa e dois mil e novecentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO

PREFEITO. 3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio - Alimentação R\$ 11.000,00
 02.01.04.122.0001.2.061 - MANUTENÇÃO DO PROCON
 3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio - Alimentação R\$ 3.000,00.

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.07 - SETOR ADMINISTRATIVO

03.07.04.122.0003.2.007 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio - Alimentação R\$ 6.500,00.

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxílio - Alimentação R\$ 60.000,00.

05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxílio - Alimentação R\$10.500,00.

05.04.12.365.0005.2.023 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ECOLARES MUNICIPAIS - FUNDEB

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxílio - Alimentação R\$ 1.900,00.

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados

recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 11.000,00.

02.01.04.122.0001.2.061 - MANUTENÇÃO DO PROCON

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 1.500,00.

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.500,00.

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.07 - SETOR ADMINISTRATIVO

03.07.04.122.0003.2.007 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 2.000,00.

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.500,00.

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obras e Instalações R\$ 60.000,00.

05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 7.000,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.500,00.

05.04.12.365.0005.2.023 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ECOLARES MUNICIPAIS - FUNDEB

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Obras e Instalações R\$ 470,00.

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 470,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Material de Consumo R\$ 480,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 480,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 31 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

JÉSSICA TAIANE WALZ

Diretora de Recursos Humanos

Decreto Nº 2.687/2013 de 31 de Julho de 2013.

DECRETO Nº 2.687/2013 de 31 de julho de 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"

08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 16.000,00

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalações R\$ 80.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"

08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 6.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 30.000,00

3.3.90.47.10.00.00.00 - 00.01.0000 - Taxas R\$ 20.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 40.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 31 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

JÉSSICA TAIANE WALZ

Diretora de Recursos Humanos

Decreto N° 2.689/2013 de 7 de Agosto de 2013

DECRETO N° 2.689/2013 de 7 de agosto de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0020.2.062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R..\$. 5.000,00.

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio - Alimentação R\$ 1.600,00.

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados

recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0020.2.062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 6.600,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 07 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto N° 2.690/2013 de 7 de Agosto de 2013

DECRETO N° 2.690/2013 de 7 de agosto de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.303.0016.2.060 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Material de Consumo R\$ 30.000,00.

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados

recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0064 R\$ 30.000,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do

Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 07 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto N° 2.691/2013 de 8 de Agosto de 2013

DECRETO N° 2.691/2013 de 8 de agosto de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.92.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 8.200,00.

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 8.200,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 08 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto N° 2.692/2013, de 12 de Agosto de 2013
DECRETO N° 2.692/2013, de 12 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura do Protocolo n° 4774/2013, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Caroline Rafaela Cabral Fossile;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar n° 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC n°. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Caroline Rafaela C. Fossile	Professora B	Professora C	B-1-I	C-1-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n°. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 12 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto N° 2.693/2013, de 12 de Agosto de 2013
DECRETO N° 2.693/2013, de 12 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura do Protocolo n° 4725/2013, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Sheila Adriana Muller;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar n° 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC n°. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Sheila Adriana Muller	Professora A	Professora B	A-1	B-1

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n°. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 12 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria N° 5.214/2013, de 12 de Agosto de 2013
PORTARIA N° 5.214/2013, de 12 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Carla Giane de Oliveira, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n°. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria N° 5.215/2013, de 12 de Agosto de 2013
PORTARIA N° 5.215/2013, de 12 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Enekely Zimmermann, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n°. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria N° 5.216/2013, de 12 de Agosto de 2013

PORTARIA N° 5.216/2013, de 12 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Gabriele Wachsmann, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria N° 5.217/2013, de 12 de Agosto de 2013

PORTARIA N° 5.217/2013, de 12 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a nova territorialização do Programa Estratégia Saúde da Família, visando melhor distribuição das famílias para cada equipe, facilitando o acesso e a assistência à saúde;

Considerando que com a criação da nova vaga para o cargo de Médico ESF o Município passará a atender áreas com menor número de pessoas/famílias por médico, possibilitando atendimento de qualidade e favorecendo ações de prevenção, promoção e educação em saúde;

Considerando que o Concurso Público nº 01/2012 e o Processo Seletivo nº 03/2012 ainda estão vigentes, porém, as listas de candidatos foram exauridas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.688/2013, de 07/08/2013, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Saúde e

Assistência Social do Município;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR a Sra. Laryce Galvan, para exercer o cargo de Médica ESF, percebendo o nível salarial nº 01 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e suas alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, no Decreto nº 2.688/2013, de 07/08/2013, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 12 de agosto de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HALINA TEMOTHIO

Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Dispensa N° 59/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 59/2013 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 143/2013 Data: 09/08/2013
Folha: 1/2	

Fornecedor: LIPPITEC SUPORTE TÉCNICO LTDA Endereço: RUA JOÃO PLANINCHECK, 160, SALA 02 Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 06.322.264/0001-48	Código: 10013 Inscrição Estadual: ISENT0
Objeto da Compra: Conserto do Protocolador do Setor de Compras e Licitações da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Conserto do Protocolador do Setor de Compras e Licitações da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.	UN	210,00	210,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Como se trata de aparelho necessário diariamente para protocolar os documentos recebidos nas licitações, necessitamos de seu conserto com a máxima urgência. O protocolo manual, gera reclamações e discussões por divergências de horários em relógios diferentes, criando situações constrangedoras para a equipe de licitações na justificativa dos atrasos na entrega de documentos a serem protocolados. Infelizmente não há mais quem se prontifica a esses consertos, mas a Lipitec que conserta relógios ponto, se prontificou em fazer contato com a Empresa e obter o conserto necessário.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 9 de Agosto de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 59/2013 - DL**

Processo Nr.: 143/2013
Data: 09/08/2013

Folha: 2/2

09/08/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Agosto de 2013

Valor da Despesa: 210,00 (duzentos e dez reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Extrato do Contrato Registro de Preço N°. 169/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preço n°. 169/2013 - PMS
 Processo de licitação n°. 134/2013 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 57/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: CASA DOS TROFÉUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 02.593.018/0001-70, estabelecida na Rua Jerônimo Coelho, n° 345, 1° andar, sala 104, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88010-030.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de troféus e medalhas para serem utilizados na premiação dos eventos constantes no calendário esportivo da Diretoria de Esportes e Lazer, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/ Descrição Anexo 01	1	Unidade	1.269,00	1.269,00
02	Conjunto com 3 Troféus - Modelo/ Descrição Anexo 02	1	Unidade	1.285,00	1.285,00
03	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/ Descrição Anexo 03	2	Unidade	957,00	1.914,00
04	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/ Descrição Anexo 04	2	Unidade	780,00	1.560,00
05	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/ Descrição Anexo 05	1	Unidade	335,00	335,00
06	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/ Descrição Anexo 06	4	Unidade	275,00	1.100,00
07	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/ Descrição Anexo 07	6	Unidade	225,00	1.350,00
08	Conjunto com 3 Troféus - Modelo/ Descrição Anexo 08	3	Unidade	165,00	495,00
09	Troféu Artilheiro/ Goleiro - Modelo/ Descrição Anexo 09	20	Unidade	65,00	1.300,00
10	Troféu - Modelo/ Descrição Anexo 10	100	Unidade	27,00	2.700,00
11	Medalha 80 mm diâmet/largura- Modelo/ Descrição Anexo 11	117	Unidade	6,00	702,00

12	Medalha 65 mm diâmet/largura- Modelo/ Descrição Anexo 12	1050	Unidade	4,50	4.725,00
13	Medalha 50 mm diâmet/largura- Modelo/ Descrição Anexo 13	2150	Unidade	3,40	7.310,00
TOTAL R\$					26.045,00

Valor do contrato: R\$ 26.045,00 (vinte e seis mil e quarenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 09/08/2013 - Vigência: 09/08/2014

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço N°. 170/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preço n°. 170/2013 - PMS
 Processo de licitação n°. 135/2013 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n°. 58/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: MULTI SHOW FOGOS E SHOWS PIROTECNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 07.655.829/0001-71, estabelecida na Rua Rodovia SC 411, n° 3271, Bairro São Luiz, na cidade de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.270-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de serviço de criação artística, desenvolvimento técnico, montagem e execução de um espetáculo pirotécnico dentro de padrões de segurança e qualidade em comemoração aos 49 anos de Emancipação Política Administrativa e Auto de Natal da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	<p>Tempo de duração do Show: 5 minutos. Intensidade: Média/Alta (de 2 à 3 pontos por vez). Ficará à cargo da contratada, o transporte dos produtos e equipamentos, mão-de-obra de pré montagem, montagem, execução e desmontagem do Show e as licenças das autoridades competentes (Polícia Civil e Corpo de Bombeiros).</p> <p>O Serviço deverá ser executado no dia 08/09/2013 e 14/12/2013 em horário a combinar.</p> <p>Sendo: 100 – Mini Morteiros de 5/8” – TORTA LION KING (4 x 25). EFEITO – Lançamento de bombas nas cores, verde, vermelho e azul. Altura média (20 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 050 – Mini Morteiros de 5/8” – TORTA TULIPA (2 x 25) EFEITO – Lançamento de bombas nas cores, vermelho e branco c/ chorão dourado. Altura média (20 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 098 – Mini Morteiros de 5/8” – TORTA MAXIME (2 x 49) EFEITOS – Multi efeitos nas cores vermelho, dourado, verde e glittering prateado. Altura média (15 m) - Tempo Estimado (30 segundos); 038 – Mini Morteiros de 25mm - KAZU (2 x 19) (IMPORTADA LANÇAMENTO). EFEITO - Vertical c/ Explosão Crisântemo Vermelho, Amarelo, Azul. Altura média (25 m) - Tempo Estimado (25 segundos); 038 – Mini Morteiros de 25mm - SPEED (2 x 19) (IMPORTADA LANÇAMENTO). EFEITO - Vertical c/ Explosão Crisântemo Verde, Lilás e Prata. Altura média (25 m) - Tempo Estimado (25 segundos); 162 – Mini Morteiros de 25mm – SOUL (2 x 81) IMPORTADA LANÇAMENTO). EFEITOS – Vertical c/ calda de Cracker e explosão Ovos de Dragão. Altura média (20 m) - Tempo Estimado (25 segundos); 036 – Mini Morteiros de 30mm – FANTASTIC COLOR (3 x 12) (IMPORTADA LANÇAMENTO). EFEITO – Vertical c/ Explosão Crisântemo Vermelho, Amarelo, Azul, Verde, Branco, Ouro e Prata. Altura média (25 m) - Tempo Estimado (25 segundos); 038 – Mini Morteiros de 30mm – CHUVA DE OURO (2 x 19) (IMPORTADA LANÇAMENTO). EFEITO – Vertical c/ Explosão Crisântemo Dourado e Chorão c/ Crakling. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 049 – Mini Morteiros de 5/8” – TORTA THOR (1 x 49) EFEITOS – Lançamento de bombas coloridas com efeito em Leque. Altura média (15 m) - Tempo Estimado (15 segundos); 050 – Mini Morteiros de 37mm - ARAMIS (2 x 25). EFEITO - Sobe com calda branca e explode Chorão Amarelo. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 025 - Morteiros de 30mm – TROPICAL em “W” (1 x 25) (IMPORTADA). EFEITO - Sobe c/ traçante branco e abre c/ 4 baladas prateadas c/ final cracker. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 030 - Morteiros de 37mm – CROSSETE VERDE em “W” (1 x 30). EFEITO - Sobe c/ traçante verde e abre c/ 4 baladas verde, formato de cruz. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 030 – Mini Morteiros de 30mm – ARIEL em “W” (1 x 30) (IMPORTADA LANÇAMENTO). EFEITO – Em W” c/ calda Vermelha e Explosão Cracker. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 072 - Morteiros de 37mm – SCHOCK LOUCO (02 x 36). EFEITO - Abre 13 bombas de múltiplas cores com efeito crackling no final por tubo. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (15 segundos); 100 – Mini Morteiros de 37mm - CINTILANTE em “X” “W” e “Z” (1 x 100) (IMPORTADA). EFEITOS – Em X, W e Z” com bombas Verde, Vermelha, Azul e Prata. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (18 segundos); 024 – Morteiros de 3” – CORES. EFEITO: Bombas com 24 variações de cores e efeitos. Altura média (60 m) - Tempo Estimado (30 segundos); 016 – Morteiros de 4” – CORES. EFEITO: Bombas com 16 variações de cores e efeitos. Altura média (80 m) - Tempo Estimado (30 segundos)</p>	2	Unidades	4.745,00	9.490,00
TOTAL R\$					9.490,00

Valor do contrato: R\$ 9.490,00 (nove mil, quatrocentos e noventa reais).

Data da Assinatura: 12/08/2013 – Vigência: 12/08/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo Aditivo N°. A35/2013 - PMS

TERMO ADITIVO N°. A35/2013 – PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 155/2012 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.688.301/0001-03, estabelecida na rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.234, Centro, no município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelos Senhor Rafael Emanuel Strelow inscrito no CPF sob o nº 008.762.899-60, portador da Carteira de Identidade nº 4.190.764-7-SSP/SC.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Considerando o Contrato Administrativo nº. 155/2012-PMS, celebrado em 30 de agosto de 2012, proveniente Processo Licitatório nº. 111/2012 -PMS, Pregão Presencial Registro de Preço nº. 70/2012-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra elétrica (instalação e manutenção) para suprir as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO X – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, regulado pela Lei Municipal 1838/2008, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de aditivo do item 01, sendo aditivado 500 (quinhentas) horas, no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) a hora, totalizando o valor total de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” no item 01, aditivado a quantidade de 500 (quinhentas) horas, no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) a hora, totalizando o valor total de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO LICITADO	QUANTIDADE ADITIVADA	VALOR R\$ ADITIVADO
01	<p>Horas de serviço de Mão de obra elétrica (instalação e manutenção): nos postos de saúde, escolas, creches, Ginásios de Esporte, Praças, Estação de Tratamento e Secretarias da Prefeitura, prédio prefeitura, ETA, carragens, e eventos (festividades) que acontecem no decorrer do ano. É de responsabilidade da empresa ganhadora pelos equipamentos e vestimentas exigidos por Lei e Normas de segurança.</p> <p>As horas serão computadas após o efetivo início das atividades, devendo o tempo de deslocamento ser arcado pela contratada, nos termos do item 20.1.6 do edital.</p> <p>Não serão computadas horas de trabalho de auxiliares.</p>	2000	Horas	15,00	500	7.500,00

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor do contrato”, no item 4.1, sendo aditivado o valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), passando o valor total do contrato para o valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete e quinhentos reais).

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 155/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 09 de agosto de 2013.

CONTRATADA:

SN MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME

Rafael Emanuel Strelow

CPF nº 008.762.899-60

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Orlando Tecilla

CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial N° 57/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 1/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 46/2013**Número do Registro de Preços: 46/2013****Data do Registro: 09/08/2013****Válido até: 09/08/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de troféus e medalhas para serem utilizados na premiação dos eventos constantes no calendário esportivo da Diretoria de Esportes e Lazer, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Mun

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 01	UN	CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)		0	1.269,0000	1
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	1.334,9600	2
2	Conjunto com 3 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 02	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	1.261,4907	1
			CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)		0	1.285,0000	2
3	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 03	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	938,7838	1
			CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)		0	957,0000	2
4	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 04	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	765,6955	1
			CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)		0	780,0000	2
5	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 05	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	332,4859	1
			CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)		0	335,0000	2
6	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 06	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	272,8340	1
			CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)		0	275,0000	2
7	Conjunto com 4 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 07	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	222,9611	1
			CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)		0	225,0000	2
8	Conjunto com 3 Troféus - Modelo/Descrição Anexo 08	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	164,2872	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2013**Número do Registro de Preços: 46/2013****Data do Registro: 09/08/2013****Válido até: 09/08/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de troféus e medalhas para serem utilizados na premiação dos eventos constantes no calendário esportivo da Diretoria de Esportes e Lazer, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Mun

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)		0	165,0000	2
9	Troféu Artilheiro/Goleiro - Modelo/Descrição Anexo 09	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	64,5414	1
			CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)		0	65,0000	2
10	Troféu - Modelo/Descrição Anexo 10	UN	CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)		0	27,0000	1
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	27,3812	2
11	Medalha 80 mm diâmet/largura- Modelo/Descrição Anexo 11	UN	CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)		0	6,0000	1
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	6,0630	2
12	Medalha 65 mm diâmet/largura- Modelo/Descrição Anexo 12	UN	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	4,4983	1
			CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)		0	4,5000	2
13	Medalha 50 mm diâmet/largura- Modelo/Descrição Anexo 13	UN	CASA DOS TROFEUS LTDA (10707)		0	3,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/4

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2013

Número do Registro de Preços: 46/2013

Data do Registro: 09/08/2013

Válido até: 09/08/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de troféus e medalhas para serem utilizados na premiação dos eventos constantes no calendário esportivo da Diretoria de Esportes e Lazer, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Mun

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME (12384)		0	3,4226	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/4

MUNICIPIO DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 46/2013****Número do Registro de Preços: 46/2013****Data do Registro: 09/08/2013****Válido até: 09/08/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de troféus e medalhas para serem utilizados na premiação dos eventos constantes no calendário esportivo da Diretoria de Esportes e Lazer, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Mun

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2013****PROCESSO Nº 134/2013**

(10707) - CASA DOS TROFEUS LTDA

(12384) - GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME

Schroeder, 9 de Agosto de 2013.

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial N° 58/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 47/2013

Número do Registro de Preços: 47/2013

Data do Registro: 12/08/2013

Válido até: 12/08/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de serviço de criação artística, desenvolvimento técnico, montagem e execução de um espetáculo pirotécnico dentro de padrões de segurança e qualidade em comemoração aos 49 anos de Emancipação

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

1 Tempo de duração do Show: 5 minutos. Intensidade: Média/Alta (de 2 à 3 pontos por vez). Ficará à cargo da contratada, o transporte dos produtos e equipamentos, mão-de-obra de pré montagem, montagem, execução e desmontagem do Show e as licenças das autoridades competentes (Polícia Civil e Corpo de Bombeiros). O Serviço deverá ser executado no dia 08/09/2013 e 14/12/2013 em horário a combinar.

UN MULTI SHOW FOGOS E SHOWS PIROTECNICOS LTDA (12121)

0 4.745,0000

1

Sendo: 100 - Mini Morteiros de 5/8" - TORTA LION KING (4 x 25). EFEITO - Lançamento de bombas nas cores, verde, vermelho e azul. Altura média (20 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 050 - Mini Morteiros de 5/8" - TORTA TULIPA (2 x 25) EFEITO - Lançamento de bombas nas cores, vermelho e branco c/ chorão dourado. Altura média (20 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 098 - Mini Morteiros de 5/8" - TORTA MAXIME (2 x 49) EFEITOS - Multi efeitos nas cores vermelho, dourado, verde e glittering prateado. Altura média (15 m) - Tempo Estimado (30 segundos); 038 - Mini Morteiros de 25mm - KAZU (2 x 19) (IMPORTADA LANÇAMENTO). EFEITO - Vertical c/ Explosão Crisântemo Vermelho, Amarelo, Azul. Altura média (25 m) - Tempo Estimado (25 segundos); 038 - Mini Morteiros de 25mm - SPEED (2 x 19) (IMPORTADA LANÇAMENTO). EFEITO - Vertical c/ Explosão Crisântemo Verde, Lilás e Prata. Altura média (25 m) - Tempo Estimado (25 segundos); 162 - Mini Morteiros de 25mm - SOUL (2 x 81) IMPORTADA LANÇAMENTO). EFEITOS - Vertical c/ calda de Cracker e explosão Ovos de Dragão. Altura média (20 m) - Tempo Estimado (25 segundos); 036 - Mini Morteiros de 30mm - FANTASTIC COLOR (3 x 12) (IMPORTADA LANÇAMENTO). EFEITO - Vertical c/ Explosão Crisântemo Vermelho, Amarelo, Azul, Verde, Branco, Ouro e Prata. Altura média (25 m) - Tempo Estimado (25 segundos); 038 - Mini Morteiros de 30mm - CHUVA DE OURO (2 x 19) (IMPORTADA LANÇAMENTO). EFEITO - Vertical c/ Explosão Crisântemo Dourado e Chorão c/ Crakling. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 049 - Mini Morteiros de 5/8" - TORTA THOR (1 x 49) EFEITOS - Lançamento de bombas coloridas com efeito em Leque. Altura média (15 m) - Tempo Estimado (15 segundos); 050 - Mini Morteiros de 37mm - ARAMIS (2 x 25). EFEITO - Sobe com calda branca e explode Chorão Amarelo. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 025 - Morteiros de 30mm - TROPICAL em "W" (1 x 25) (IMPORTADA). EFEITO - Sobe c/ traçante branco e abre c/ 4 baladas prateadas c/ final cracker. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 030 - Morteiros de 37mm - CROSSETE VERDE em "W" (1 x 30). EFEITO - Sobe c/ traçante verde e abre c/ 4 baladas verde, formato de cruz. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 030 - Mini Morteiros de 30mm - ARIEL em "W" (1 x 30) (IMPORTADA LANÇAMENTO). EFEITO - Em W" c/ calda Vermelha e Explosão Cracker. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (20 segundos); 072 - Morteiros de 37mm - SCHOCK LOUCO (02 x 36). EFEITO - Abre 13 bombas de múltiplas cores com efeito crackling no final por tubo. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (15 segundos); 100 - Mini Morteiros de 37mm - CINTILANTE em "X", "W" e "Z" (1 x 100) (IMPORTADA). EFEITOS - Em X, W e Z" com bombas Verde, Vermelha, Azul e Prata. Altura média (30 m) - Tempo Estimado (18 segundos); 024 - Morteiros de 3" - CORES. EFEITO: Bombas com 24 variações de cores e efeitos. Altura média (60 m) - Tempo Estimado (30 segundos); 016 - Morteiros de 4" CORES. EFEITO: Bombas com 16 variações de cores e efeitos. Altura média (80 m) - Tempo Estimado (30 segundos)

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/3

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2013

Número do Registro de Preços: 47/2013

Data do Registro: 12/08/2013

Válido até: 12/08/2014

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de serviço de criação artística, desenvolvimento técnico, montagem e execução de um espetáculo pirotécnico dentro de padrões de segurança e qualidade em comemoração aos 49 anos de Emancipação

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TECNOFOGOS COMERCIAL LTDA (9861)		0	5.988,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/3

MUNICIPIO DE SCHROEDER**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2013****Número do Registro de Preços: 47/2013****Data do Registro: 12/08/2013****Válido até: 12/08/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de serviço de criação artística, desenvolvimento técnico, montagem e execução de um espetáculo pirotécnico dentro de padrões de segurança e qualidade em comemoração aos 49 anos de Emancipação

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	--------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2013****PROCESSO Nº 135/2013**

(9861) - TECNOFOGOS COMERCIAL LTDA

(12121) - MULTI SHOW FOGOS E SHOWS PIROTECNICOS LTDA

Schroeder, 12 de Agosto de 2013.

Serra Alta

PREFEITURA

Lei Complementar N° 002/2013

LEI COMPLEMENTAR N° 002 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre o PROGRAMA COHAB OPORTUNIDADES. Autoriza o município de Serra Alta/SC a aderir ao programa COHAB Oportunidades, o qual visa incentivar o desenvolvimento da política habitacional no município e dá outras providências.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O município de Serra Alta fica autorizado a aderir ao Programa COHAB Oportunidades, conforme cópia do Programa, parte integrante Lei Complementar.

Art. 2º O programa COHAB Oportunidade consiste na implementação da Política Habitacional do Estado de Santa Catarina com o fito de entregar Unidades Habitacionais na área urbana ou área de expansão do município, proveniente de financiamento realizado entre COHAB/SC e o Mutuário.

Art. 3º O município poderá ceder/doar áreas aos munícipes para construção das unidades habitacionais, devendo construir em lotes individualizados, os quais serão gravados com o ônus da Hipoteca, em favor do agente financeiro.

Parágrafo Único. Caso o agente financeiro seja instituição diversa da COHAB/SC, está figurada como interveniente anuente ao financiamento.

Art. 4º Para incentivar a implementação das unidades habitacionais aliado ao caráter social do presente Programa, fica o município autorizado a isentar os tributos municipais referentes a obra.

Parágrafo Único. Os tributos municipais inseridos no caput do presente artigo consistem nas taxas e no ISS provenientes/incidente na obra.

Art. 5º Fica o município autorizado a intervir na área do mutuário com serviços de terraplanagem e preparação do terreno destinado a construção da unidade habitacional.

Art. 6º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 07 de Agosto de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Lei Municipal N° 966/2013

LEI MUNICIPAL N° 966/2013

“Dispõe sobre a autorização ao Executivo Municipal para promover a venda de Bens Móveis Públicos sendo uma MOTONIVELADORA, um CAMINHÃO F 14000, um DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO DELN 4000 e dá outras providências”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito do Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de

vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a venda dos Bens Móveis Públicos Municipais, a seguir relacionados, que compõe o Patrimônio Público deste Município, mediante avaliação prévia e processo Licitatório competente na modalidade leilão:

- UMA MOTONIVELADORA MARCA DRESSER 140 C, ANO 1990. PATRIMONIO N° 2365.

- UM CAMINHÃO F 14000 MARCA FORD, ANO 1990. PATRIMONIO N° 2238.

- DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO DELN 4000, MARCA INCOMAGUI, ANO 2009. DATA DE AQUISIÇÃO 15/10/2009. PATRIMÔNIO 2238

Art. 2º Os Bens Móveis Públicos de que trata o Art. 1º ficam desafetados das finalidades a eles inerentes, sendo declarados inservíveis aos Serviços Públicos, para fins de baixa do Patrimônio Público Municipal.

Art. 3º As receitas decorrentes desta Lei serão classificadas de Receitas de Capital - Alienação de Bens Móveis, e contabilizadas conforme o orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta, 07 de Agosto de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Lei Municipal N°965/2013

LEI MUNICIPAL N°965/2013, DE 07 DE AGOSTO DE 2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Serra Alta (SC) Senhor FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Aquisição de Máquinas e Equipamentos.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação

de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Agosto de 2013.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Decreto Municipal N° 110/2013

DECRETO N° 110/2013 DE 05/08/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 943/2012 de 04/12/2012 em especial a Lei Municipal nº 962/2013 de 02/08/2013, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 943/2012 de 04/12/2012 a saber:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção do Ensino Básico

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários

Despesa: 50 R\$ 300.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), serão subtraídos das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECONÔMICO

Unidade Orçamentária: 03.01 - Departamento de Pessoal e Serviços Gerais

Projeto/Atividade: 1.908 - Subvenções, Auxílios e Contribuições

Natureza da Despesa: 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas

Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários

Despesa: 4 R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade: 2.001 - Contribuição a Entidades Municipalistas
Natureza da Despesa: 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas

Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários
Despesa: 5 R\$ 37.796,00

Projeto/Atividade: 2.320 - Festividades do Município
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários
Despesa: 9 R\$ 16.704,00

Projeto/Atividade: 2.330 - Apoio a Segurança Pública
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários
Despesa: 11 R\$ 10.000,00

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários
Despesa: 16 R\$ 30.000,00

Órgão: 04.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária: 04.03 - Departamento de Finanças
Projeto/Atividade: 1.903 - Implantação do Plano Diretor
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários
Despesa: 26 R\$ 20.000,00

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação
Projeto/Atividade: 1.003 - Reforma e Ampliação de Centros Esp. Educacionais
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários
Despesa: 55 R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 1.906 - Implantação de Rede Internet
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários
Despesa: 40 R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 2.992 - Educação Especial
Natureza da Despesa: 3.3.50.00 - Transferência a Instituições Privadas
Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários
Despesa: 63 R\$ 12.000,00

Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 06.02 - Departamento de Assistência Social
Projeto/Atividade: 1.912 - Construção do CRAS
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários
Despesa: 69 R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 2.920 - Manutenção do PETI
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários
Despesa: 83 R\$ 25.000,00

Projeto/Atividade: 2.930 - Atenção a Terceira Idade
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários
Despesa: 87 R\$ 25.000,00

Órgão: 08.00 - SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
Unidade Orçamentária: 08.02 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto/Atividade: 1.120 - Pavimentação Ruas, Estradas, Passeios e Ciclovias
Natureza da Despesa: 4.4.71.00 - Transferência a Consórcios

Públicos

Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários

Despesa: 112 R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 2.880 - Transferência a Consórcios Públicos

Natureza da Despesa: 4.4.71 - Transferência a Consórcios Públicos

Fonte: 0.1.00 - Recursos ordinários

Despesa: 130 R\$ 13.500,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação do DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal Nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 05 de agosto de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de administração

Decreto Nº 115/2013

DECRETO Nº 115 DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

“Dispõe sobre exoneração do Servidor ELONI CEREJO CERUTTI para o Cargo de Diretora de Cultura e dá outras providências”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/01 de 10/09/01 e Lei Complementar nº 684/05 de 13/12/2005,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado a Servidora ELONI CEREJO CERUTTI, para o Cargo de Diretora de Cultura, Nível CC - 03(61005) do Grupo VII - Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando decreto nº 023 de 14 de janeiro de 2013 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Agosto de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Decreto Nº114/2013

DECRETO Nº114 DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

“Dispõe sobre a Nomeação de MIRTES PESCADOR SGANZERLA para o Cargo de Diretora de Departamento e dá outras providências”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/01 de 10/09/2001 e Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e Lei Complementar 002/2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado MIRTES PESCADOR SGANZERLA, para o Cargo de Diretora de Departamento. Lotada na Secretaria da Educação, Cultura e Esporte Nível CC - 03 (61005) do Grupo VII - Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito, 07 De Agosto de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Timbé do Sul

SAMAE

Conceder Férias de 20 Dias, a Servidor Amarildo S. Alexandre

PORTARIA SAMAE N. 02/2013 02 de Janeiro de 2013.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias de 20 dias, a servidor AMARILDO S. ALEXANDRE, relativo ao período aquisitivo 01.01.2012 A 31.12.2012.

Art. 2º - O período de gozo das férias será de 11 a 30 de janeiro de 2013.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 02 de janeiro de 2013.

AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE

Diretor do SAMAE

Conceder Férias de 30 Dias, ao Servidor Gilseu Scussel

PORTARIA SAMAE N. 4/2013 01 de Fevereiro de 2013.

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias de 30 dias, ao servidor GILSEU SCUSSEL,

relativo ao período aquisitivo 01.06.2011 a 31.05.2012.
Art. 2º - O período de gozo das férias será de 01.02.2013 a 02.03.2013.
Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 01 de Fevereiro de 2013.
AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE
Diretor do SAMAE

Portaria Nomeia Comissão Permanente de Licitatação
PORTARIA SAMAE N. 01/2013 02 de Janeiro de 2013.

O Sr. Amarildo S. Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Permanente de Licitação de acordo com o Art. 51, Paragrafo 4. da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, que a partir desta data passará a ter a seguinte composição:
Presidente : JucianaCarlessi Burin -CPF nº 669.450.709-72 - Matrícula nº 20
Vice : Ricardo Stecanella - CPF nº 733.001.369-20 -Matricula nº 04
- Vogal : Rodrigo dos Santos - CPF nº 020.697.439-69 - Matricula nº 15
- Vogal : Edna Dal Pont - CPF nº 042.408.829-07 - Matricula nº 14

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até 31.12.2013.

Timbé do Sul-SC, 02 de Janeiro de 2013.
AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE
Diretor do SAMAE

O Sr. Amarildo S. Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Permanente de Licitação de acordo com o Art. 51, Paragrafo 4. da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, que a partir desta data passará a ter a seguinte composição:
Presidente : JucianaCarlessi Burin -CPF nº 669.450.709-72 - Matrícula nº 20
Vice : Ricardo Stecanella - CPF nº 733.001.369-20 -Matricula nº 04
- Vogal : Rodrigo dos Santos - CPF nº 020.697.439-69 - Matricula nº 15
- Vogal : Edna Dal Pont - CPF nº 042.408.829-07 - Matricula nº 14

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até 31.12.2013.

Timbé do Sul-SC, 02 de Janeiro de 2013.

O Sr. Amarildo S. Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Permanente de Licitação de acordo com o Art. 51, Paragrafo 4. da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, que a partir desta data passará a ter a seguinte composição:
Presidente : JucianaCarlessi Burin -CPF nº 669.450.709-72

- Matrícula nº 20
Vice : Ricardo Stecanella - CPF nº 733.001.369-20 -Matricula nº 04
- Vogal : Rodrigo dos Santos - CPF nº 020.697.439-69 - Matricula nº 15
- Vogal : Edna Dal Pont - CPF nº 042.408.829-07 - Matricula nº 14

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até 31.12.2013.

Timbé do Sul-SC, 02 de Janeiro de 2013.
PORTARIA SAMAE N. 01/2013 02 de Janeiro de 2013.

O Sr. Amarildo S. Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Permanente de Licitação de acordo com o Art. 51, Paragrafo 4. da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, que a partir desta data passará a ter a seguinte composição:
Presidente : JucianaCarlessi Burin -CPF nº 669.450.709-72 - Matrícula nº 20
Vice : Ricardo Stecanella - CPF nº 733.001.369-20 -Matricula nº 04
- Vogal : Rodrigo dos Santos - CPF nº 020.697.439-69 - Matricula nº 15
- Vogal : Edna Dal Pont - CPF nº 042.408.829-07 - Matricula nº 14

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Art. 3º - A vigência desta Portaria será até 31.12.2013.

Timbé do Sul-SC, 02 de Janeiro de 2013.

Reajusta Tabela de Tarifas e Serviços

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA ESGOTO
Rua: Carlos Savi, 365 - Centro - Fone/Fax: (048)536-1172
CGC: 83.820.076/0001-90 - I.E: Isenta - CEP. 88.940-000
E-mail: samaetsu@aru.matrix.com.br
TIMBÉ DO SUL - SANTA CATARINA
PORTARIA SAMAE N. 03/2013 11 de Janeiro de 2013.

Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do SAMAE, no uso de suas atribuições legais; Considerando os termos do Decreto Municipal n. 126 de 01 de novembro de 1995 no seu Art. 78. Considerando a necessidade de se manter o equilíbrio econômico financeiro da Autarquia, com base nos dados apurados nas planilhas de custo no decorrer dos últimos 12 meses.

RESOLVE:

Adequar a Tabela de Tarifas e Serviços praticados pelo SAMAE, com um reajuste de 7,15%, conforme especifica os anexos I, II, III, IV e V, para as contas vencíveis a partir de 11 de janeiro de 2013.

Amarildo Scursel Alexandre
Diretor do SAMAE

ANEXO I**SAMAE DE TIMBÉ DO SUL/SC****ANEXO DA PORTARIA DO SAMAE N ° 03/2013 de 11 de janeiro de 2013.****LIGAÇÕES DE ÁGUA****ATÉ 25mm****Em vigor a partir de 11 de janeiro de 2013.**

CONDIÇÕES	VALOR PRESTAÇÃO R\$	VALOR TOTAL R\$
A vista	265,00	265,00
	2 x 132,50	265,00
	3 x 89,00	267,00
	4 x 67,00	268,00

OBS.:

1 . Com diâmetro acima de 25mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.

LIGAÇÕES DE ESGOTO**ATÉ 100mm**

CONDIÇÕES	VALOR PRESTAÇÃO R\$	VALOR TOTAL R\$
A vista	“	“
02 pagtos	“	“
04 pagtos	“	“
05 pagtos	“	“
06 pagtos	“	“

Obs.:

1. Com diâmetro acima de 100mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.

2. O PRIMEIRO PAGAMENTO DEVERÁ SER EFETUADO NA OCASIÃO DO PEDIDO DE LIGAÇÃO.

3 . Os valores serão estipulados por Portaria do Diretor do SAMAE.

ANEXO II**SAMAE DE TIMBÉ DO SUL/SC****ANEXO DA PORTARIA DO SAMAE N° 03/2013 de 11 de janeiro de 2013.****TARIFAS DE ÁGUA****Em vigor a partir de 11 de janeiro de 2013.**

FAIXA DE CONSUMO	VALOR TARIFÁRIO
-------------------------	------------------------

CATEGORIA "A".**Residencial sem limitador de Consumo**

Até 10m3.....	22,50
Acima De 10m3	22,50+2,25 p/m³ excedente de 10m³.

CATEGORIA "B".**Comercial, Poderes Públicos e Industrial**

Até 15m3	33,75
Acima De 15m³.....	33,75 + 2,25 p/m³ excedente de 30m³.

CATEGORIA ESPECIAL**Residencial Social**

Até 10m3	11,25
Acima De 10m3.....	11,25 + 2,25 p/m³ excedente de 10m³.

OBSERVAÇÕES:

1 . A tarifa referente à prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressalvado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, na falta de condições de medição, será aplicado o sistema de estimativa de acordo com o modelo estabelecido pelo ANEXO IV.

2 . Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições, e similares, equiparam-se às da Categoria Comercial.

3 .Os valores serão estipulados por Portaria do Diretor do SAMAE.

ANEXO III**SAMAE DE TIMBÉ DO SUL/SC****ANEXO DA PORTARIA DO SAMAE N ° 03/2013 de 11 de janeiro de 2013.****OUTROS SERVIÇOS****RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA:**

- | | |
|---|-------|
| - No cavalete por falta de pagamento..... | 35,00 |
| - No cavalete por falta de pagamento c/lacre violado..... | 82,00 |

AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS:

- | | |
|--|-------|
| - Por solicitação do usuário, até 3/4"..... | 22,00 |
| - Por solicitação do usuário, acima de 1"..... | 33,00 |

DESLIGAÇÃO:

- | | |
|---|------|
| - Por solicitação do usuário- temporária (Art. 72 letra g)..... | 7,00 |
| - Por solicitação do usuário, definitiva..... | 7,00 |

VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL:

- | | |
|---|-------|
| - Por solicitação do usuário- até 2 pavimentos | 22,00 |
| - Por solicitação do usuário, por pavimento excedente a 2 | 23,50 |

CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS:

- | | |
|--|--------|
| - Custo fixo de consumo até 15 dias | 136,00 |
| - Custo fixo mensal período superior a 15 dias | 257,00 |

CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA:

- | | |
|----------------|------|
| - De encanador | 4,80 |
| - De auxiliar | 3,25 |

DESLOCAMENTO DO CAVALETE:

- | | |
|--|--|
| - Por solicitação do usuário (cfe material e tempo empregado)..... | |
|--|--|

AVISO DE CORTE

- | | |
|--|------|
| - (art. 72 Paráf. 1. Letra A e Parág. 3) | 3,25 |
|--|------|

EXPEDIENTE:

- | | |
|---|------|
| - Emissão de 2ª via, extrato, alteração Cadastral, e outros | 3,25 |
|---|------|

ANÁLISE DE ÁGUA:

- | | |
|-----------------------|-------|
| - Físico-Químico..... | 18,00 |
| - Bacteriologia..... | 30,00 |

ANEXO IV

SAMAE DE TIMBÉ DO SUL-SC**ANEXO DA PORTARIA DO SAMAE N ° 03/2013 de 11 de janeiro de 2013.****HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO:**

- (Valor das peças empregadas, mais taxas de aferição)

HIDRÔMETRO ROUBADO:

- Hidrômetro de ½" - vazão 3m³/h – multijato mgnético..... 55,00

**PREÇO DO METRO DE TUBO EXCEDENTE, EMPREGADO EM LIGAÇÕES DE
ÁGUA ATÉ 25MM****OBS.:**

- 1 . Os valores serão estipulados por Portaria do Diretor do SAMAE.
- 2 . * Valor a ser cobrado conforme orçamento.

ANEXO V**SAMAE DE TIMBÉ DO SUL/SC****ANEXO DA PORTARIA DO SAMAE N ° 03/2013 de 11 de janeiro de 2013.**

ÍTEM	MULTAS	VALOR EM (R\$)
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto.	26,00
02	Ligações clandestinas.	86,00
03	Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo.	102,00
04	Interconexão da instalação predial com canalização de água ou outra procedência.	26,00
05	Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia.	26,00
06	Ligação de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial.	140,00
07	Lançamento de águas pluviais na instalação de esgotos do prédio.	86,00
08	Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio.	172,00
09	Início de obras de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE.	850,00
10	Alteração de projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamento ou conjunto de edificações, sem prévia autorização do SAMAE.	312,00
11	Impontualidade no pagamento das tarifas.	2% Até 30 dias 5% Até 60 dias 8% Acima 60 dias

Obs.: Os valores serão estipulados por Portaria do Diretor do SAMAE.

Timbó

PREFEITURA

Ata de Julgamento da Habilitação Tomada de Preços 33/2013 - Drenagem

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇO Nº. 33/2013 SAMAE

Às nove horas, do décimo segundo dia, do mês de agosto de dois mil e treze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 32/2013, alterada pela portaria 338/2013 para análise do parecer técnico dos acervos e balanços patrimoniais apresentados pelas empresas participantes.

Diante da análise do parecer emitido pela engenheira Luciana Hartmann, foi constatado que as empresas PAVIPLAN, ENGEPLAN, TERRAPLANAGEM ZABEL, PACOPEDRA e ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI apresentaram acervos compatíveis com o objeto licitado. Já as empresas FLORIANO CONST. E INCORPORADOA LTDA., TERRAPLANAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL, SOBERANA e BLOCOPAV, não apresentaram acervos técnicos compatíveis com o objeto.

A empresa ENGEPLAN TERRAPLANAGEM, SANEAMENTO E URBANISTO LTDA., não apresentou a certificado de registro cadastral, item 7.1.1.

Acerca do questionamento levantado pela TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES ZABEL LTDA. sobre os balanços patrimoniais das empresas Engeplan, Pacopedra, Floriano, não apresentarem selo em nada influencia em suas habilitações pois em todos constam a autenticação da JUCESC.

Acerca dos balanços patrimoniais, somente a empresa BLOCOPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP não preencheu com os requisitos exigidos no edital, conforme parecer emitido pela Sra. Contadora do SAMAE.

Diante das considerações acima mencionadas e do parecer técnico decide-se pela habilitação das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES ZABEL LTDA., PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA. e ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA. e inabilitação das empresas ENGEPLAN TERRAPLANAGEM, SANEAMENTO E URBANISTO LTDA. pela não apresentação do CRC; da empresa BLOCOPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP por não atingir os índices contábeis exigidos no edital e das empresas FLORIANO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., TERRAPLANAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA. ME, SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA., BLOCOPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP por não apresentarem acervos técnicos compatíveis com o objeto licitado.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Intimem-se as empresas participantes.

DEISE A. N. MENDES
Presidente

BARBARA HOCHHEIM
Secretaria

ALINE BURGER
Membro

Três Barras

PREFEITURA

Decreto Nº 4.258 de 28 de Junho de 2013

DECRETO Nº 4.258 DE 28 DE JUNHO DE 2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREA DE TERRAS COM 15.000,00 M² SITUADA NA LOCALIDADE DENOMINADA DUAS BARRAS, NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a área de 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados) situada na localidade denominada Duas Barras, no Distrito de São Cristóvão, município de Três Barras - SC, parte da Transcrição nº 25.859 do Livro 3-X às fls. 239 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Canoinhas, de propriedade de Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda..

Parágrafo único. A área declarada de utilidade pública está identificada de acordo com o Anexo.

Art. 2º. A declaração de utilidade pública constante do art. 1º, deste Decreto, fundamenta-se no Decreto-lei nº 3.365/41, artigo 5º, alíneas "h" - exploração dos serviços públicos e "n" construção de edifícios públicos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 28 de junho de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato e Dispensa de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO E DISPENSA DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AUTO MECÂNICA MAREA LTDA - ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização dos serviços para recuperação de motor, com fornecimento de peças, no veículo FIAT Ducato de placa MHZ-3315.

VALOR: R\$ 23.112,20 (vinte e três mil cento e doze reais e vinte centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Dispensa nº 02/2013 e Contrato nº 111/2013.

Vargeão, SC, 08 de agosto de 2013.

Abílio Gubert
Prefeito Municipal
Em Exercício

Vargem Bonita

PREFEITURA

Portaria N 131/2013

PORTARIA N 131/2013

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Julho de 2013, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
157	Cláudio Luiz Mozer	01/07/11 a 30/06/12	01/07/13 a 30/07/13
694	Diva dos Prazeres Santos	15/04/12 a 14/04/13	01/07/13 a 30/07/13
1158	Domingos Bernardo de Souza	03/09/11 a 02/09/12	01/07/13 a 30/07/13
24	Etelvina Mendes Chinato	31/05/12 a 30/05/13	01/07/13 a 30/07/13
1338	Gilmar Kuster de Camargo	10/05/11 a 09/05/12	01/07/13 a 30/07/13
1370	João Batista da Silva	01/09/11 a 31/08/12	01/07/13 a 30/07/13
116	Nadir Antunes Gonçalves	01/11/10 a 31/10/11	01/07/13 a 30/07/13
5	Simara Aparecida Gazzoni	01/08/10 a 31/07/11	01/07/13 a 30/07/13

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Julho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 132/2013

PORTARIA N. 132/2013

"DESIGNA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora "NADIA DE LURDES ROSEGHINI LAZAROTO", brasileira, casada, residente neste município, nascida

em 12/06/1966, inscrita no CPF n. 592.404.239-15, carteira de identidade n. 11/R 1.704.071, título eleitoral n. 007918680922, ocupante do cargo efetivo de "PROFESSOR" - nível IV - 20 horas, classe/referência "J", para exercer o cargo de "SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES" - 40 horas, nível CC-8, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Julho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

Portaria N. 133/2013

PORTARIA N. 133/2013

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "SIMONE ANGELICA PIRAN", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 29/11/1987, inscrita no CPF n. 063.868.589-30, carteira de identidade n. 11/R 5.341.564, título eleitoral n. 047399670981, para exercer o cargo de "COORDENADOR" no setor de Frotas, nível CC-3, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Julho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 134/2013

PORTARIA N. 134/2013

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "GISELI MENDA DA SILVA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 14/03/1992, inscrita no CPF n. 088.385.679-48, carteira de identidade n. 5.780.785, título eleitoral n. 052525500930, para exercer o cargo de "CHEFE DO SETOR" de Saúde, nível CC-2, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Julho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 135/2013

PORTARIA N. 135/2013

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "EDERSON PAULO CORRÊA", brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 11/05/1986, inscrito no CPF n. 053.982.449-65, carteira de identidade n. 11/R 5.158.114, título eleitoral n. 046852160965, para exercer o cargo de "COORDENADOR" no setor Administrativo, nível CC-3, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Julho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 136/2013

PORTARIA N. 136/2013

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "DIRCEU ASSIS DAMAS DA SILVEIRA", brasileiro, casado, residente no município de Irani-SC, nascido em 03/07/1952, inscrito no CPF n. 332.340.279-00, carteira de identidade n. 1.631.173, título eleitoral n. 034542770698, para exercer o cargo de "ASSISTENTE DE IMPRENSA", nível CC-4 - 20 horas, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Julho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 137/2013

PORTARIA N. 137/2013

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "ELIZANGELA CAVALHEIRO MARIANO", brasileira, casada, residente neste Município, nascida em 03/10/1978, inscrita no CPF n. 005.000.269-47, carteira de identidade n. 6.966.787-2, título eleitoral n. 33154400965, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 89 (oitenta e nove) dias consecutivos, a contar de 10 de Julho de 2013 a 06 de Outubro de 2013, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se aos seguintes períodos aquisitivos:

1º) De 03/02/1997 a 15/12/1997 = 10 meses e 13 dias;

2º) De 02/02/1998 a 22/12/1998 = 10 meses e 21 dias;

3º) De 08/02/1999 a 17/12/1999 = 10 meses e 10 dias;

4º) De 14/02/2000 a 15/12/2000 = 10 meses e 02 dias e

5º) De 07/01/2005 a 20/07/2006 = 01 ano, 06 meses e 14 dias = 05 anos.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 10 de Julho de 2013.
Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 138/2013

PORTARIA N. 138/2013

"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "ALESSANDRA RADAVELLI ROMAN", brasileira, casada, residente neste Município, nascida em 23/02/1982, inscrita no CPF n. 030.532.589-27, carteira de identidade n. 3.511.915, título eleitoral n. 037849860973, inscrição no CRO n. SC-CD-9527, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "ODONTÓLOGO" - 20 horas, nível 31, através da portaria n. 086/2013 de 01 de abril de 2013 e prorrogada pelas portarias n. 113/2013 de 13 de junho de 2013 e n. 129/2013 de 28 de junho de 2013, as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 12 de Julho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N. 139/2013

PORTARIA N. 139/2013

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIALIZA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a "LILIANE APARECIDA CHESTER LINS", brasileira, casada, residente neste Município, nascida em 31/10/1982, inscrita no CPF n. 044.848.909-09, carteira de identidade n. 11/R 4.373.514, título eleitoral n. 037849140906, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE(ESF)" "LICENÇA MATERNIDADE" pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar de 23 de Julho de 2013 a 19 de Novembro de 2013, tendo em vista ter apresentado Atestado Médico conforme faculta o artigo 126, capítulo IV do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 23 de Julho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

Lei N° 2.961/13

LEI N.º 2.961/13, DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Coreto Municipal, localizado na Rua Padre Anchieta, no Bairro Matriz, de propriedade do Município a fim de ser utilizado por Renan Augusto Marchesan, inscrito no CPF nº 097.743.879-10, para realização de uma tarde cultural, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO
AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.961/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, RENAN AUGUSTO MARCHESAN, pessoa física, residente e domiciliado no Município de Videira, SC, inscrito no CPF nº 098.743.879-10, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.961/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Coreto Municipal, localizado na Rua Padre Anchieta, no Bairro Matriz, com a finalidade de realização de uma tarde cultural, com apresentação de algumas bandas da região, a ocorrer no dia 10 de agosto de 2013, das 13h00min às 20h00min.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, no dia 10 de agosto de 2013, das 13h00min às 20h00min.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
 - Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
 - Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
 - Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
 - Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
 - Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
 - Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
 - Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuística sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente no dia 10 de agosto de 2013 e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.
LOURENÇO BECKER
 Prefeito Municipal Interino

RENAN AUGUSTO MARCHESAN

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG

Lei N° 2.962/13

LEI N° 2.962/13, DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

DÁ DENOMINAÇÃO DE RUAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Videira - SC, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominadas as Ruas conforme memorial descritivo a seguir:

NOME DO LOGRADOURO	LOTEAMENTO	NOME DA RUA
Rua Projetada "A" Prolongamento da Rua Augusto Demartini (instituída pela Lei nº 1300/03), terminando na Rua Hélia Maria Braga Ferlin, no sentido noroeste/sudeste.	Vinhedo III	Rua Augusto De Martini
Rua Projetada "B" Inicia na confrontação do loteamento com terreno de Simone Scussiatto, Miguel Scussitto e outros e termina na confrontação do loteamento com terreno de Vera Formigheri e filhos, com possibilidade de prolongamento em ambas as extremidades, sentido oeste/leste.	Vinhedo III	Rua Hélia Maria Braga Ferlin
Rua Projetada "C" Inicia na confrontação do loteamento, com terreno de Simone Scussiatto, Miguel Scussitto e outros e termina na confrontação do loteamento com terreno de Vera Formigheri e filhos, com possibilidade de prolongamento em ambas as extremidades, sentido oeste/leste.	Vinhedo III	Rua Elisa Maróstica Ferlin

Rua Projetada "D" Inicia na confrontação do loteamento com terreno de Simone Scussiatto, Miguel Scussitto e outros e termina na confrontação do loteamento com terreno de Vera Formigheri e filhos, com possibilidade de prolongamento em ambas as extremidades, sentido oeste/leste.	Vinhedo III	Rua Maria Ferlin Vanz
Rua Projetada "E" Inicia na confrontação do loteamento com terreno de Simone Scussiatto, Miguel Scussitto e outros e termina na confrontação do loteamento com terreno de Vera Formigheri e filhos, com possibilidade de prolongamento na extremidade oeste, sentido oeste/leste.	Vinhedo III	Rua Joaquim das Neves Vicente Bartolomeu
Rua Projetada "F" Inicia na confrontação do loteamento com terreno de Simone Scussiatto, Miguel Scussitto e outros e termina no entroncamento da Rua Hélia Maria Braga Ferlin, sentido oeste/leste/norte.	Vinhedo III	Rua Idina Guarnieri Ferlin

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
 Secretário de Administração

Lei N° 2.963/13

LEI N.º 2.963/13, DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de espaço em outdoor de propriedade do Município de Videira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder, gratuitamente, autorização de uso de espaço em outdoor, localizado na Rua Nicolau Cavon, de propriedade do Município de Videira, a fim de ser utilizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Videira - APAE, inscrita no CNPJ nº 82.829.284/0001-98, para divulgação da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, que acontecerá no período de 21 a 28 de agosto de 2013.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria N° 0618/13

PORTARIA nº 0618/13

Designa Patrícia Marques de Lima para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Designar PATRÍCIA MARQUES DE LIMA, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível I, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2013.

Videira, 09 de agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de agosto de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Pregão Presencial N° 04/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 04/2013 - FMS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 04/2013 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 08/08/2013

CONTRATADA: UNESUL TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA ATENDIMENTO FORA DO DOMICÍLIO A PACIENTES E ACOMPANHANTES (QUANDO HOUVER INDICAÇÃO MÉDICA) COM ENCAMINHAMENTO MÉDICO PARA AS ESPECIALIDADES MÉDICAS NÃO EXISTENTES NO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.556,30 (dez mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos).

FUNDAMENTO: Art. 25, I da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 08 de Agosto de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Extrato Contrato N° 202/2013

Contrato nº: 202/2013

Data de Assinatura: 08/08/2013

Locador : Unesul Transportes Ltda.

Valor Total: R\$ 10.556,30 (dez mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos)

Licitação : IL 04/2013 - FMS

OBJETO : AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA ATENDIMENTO FORA DO DOMICÍLIO A PACIENTES E ACOMPANHANTES (QUANDO HOUVER INDICAÇÃO MÉDICA) COM ENCAMINHAMENTO MÉDICO PARA AS ESPECIALIDADES MÉDICAS NÃO EXISTENTES NO MUNICÍPIO.

Vitor Meireles

PREFEITURA

Lei N° 0854

LEI Nº 0854, DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE PRESIDENTE GETÚLIO - CORPO DE BOMBEIROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com a importância de até R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), para a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Presidente Getúlio - Corpo de Bombeiros.

Parágrafo único - A contribuição de que trata a presente Lei, será efetuada 3 (três) parcelas no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo a primeira em agosto/2013, a segunda em outubro/2013 e a terceira em dezembro/2013 e será utilizada para custear os serviços Pré Hospitalares, Resgate Veicular, Combate a Incêndios, Salvamento em Altura, Água e Mata no Município de Vitor Meireles.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação orçamentária, no orçamento vigente, conforme segue:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.003.2004 - Manutenção da Segurança Pública

33000000 - Outras Despesas Correntes

33500000 - Transf. A Instituições Privadas S/ Fins Lucrativos

0.1.0000 - Recursos Livres 500,00

Art. 3º - Utilizar-se-á, para suplementação da dotação do Art. 2º, da presente Lei, recursos de anulação da seguinte dotação orçamentária:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.003.2004 - Manutenção da Segurança Pública

33000000 - Outras Despesas Correntes

33900000 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Livres 500,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Vitor Meireles, 12 de agosto de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Lei N° 0855

LEI N. 0855, DE 12 DE AGOSTO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER A ALIENAÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, pelo preço mínimo os seguintes veículos.

I - O veículo AUTOMÓVEL, GM/ASTRA SEDAN CONFORT, Placa MMM7640, cor bege, ano FAB/MOD 2004/2005, chassi de n.º 9BGTS69W05B130077, RENAVAL 841201420, pelo preço mínimo de R\$ 14.300,00 (Quatorze mil e trezentos reais).

II - ÔNIBUS, M.BENZ/O 371 RSD, Placa IGL4338, cor branca, ano FAB/MOD 1993/1993, chassi de n.º 9BM664198PC077710, RENAVAL 00574123105, pelo preço mínimo de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).

III - AUTOMÓVEL, RENAULT/SCENIC RXE 2.0 (Nacional), Placa CTA8046, cor azul, ano FAB/MOD 1999/2000, chassi de n.º 93YJAMG35YJ088822, RENAVAL 730808408, pelo preço mínimo de R\$ 5.600,00 (Cinco mil e seiscentos reais).

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles- SC, em 12 de agosto de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal de Vitor Meireles

Classificação Definitiva Processo Seletivo N° 002/2013

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES E CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA DO PROCESSO SELETIVO 002/2013

Homologa inscrições e divulga a classificação do Edital de Seleção para preenchimento de vagas em Caráter Temporário nº 002/2013 de 15/07/2013.

O Prefeito Municipal do município de Vitor Meireles - SC, Senhor Lourival Lunelli, no uso de suas atribuições e no cumprimento do Edital de Seleção para Contratação em Caráter Temporário nº 002/2013, homologa as inscrições e divulga a classificação definitiva dos candidatos:

PSICÓLOGO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	TEMPO DE SERVIÇO	DATA NASCIM
01	Simone Odorizzi Beltrame	10 anos 09 meses 29 dias	13/05/1978
02	Osmar Caxoeira	04 anos 01 mês 00 dia	17/09/1959
03	Katiana Broering	03 anos 10 meses 18 dias	20/12/1979
04	Giordano da Silva Carniel	01 ano 00 mês 00 dia	18/02/1984

05	Lauren Miranda Chiappa Verçosa	00 ano 02 meses 25 dias	15/06/1972
06	Carmem Maria Alves Nunes	-	04/07/1965
07	Dione Schattenberg	-	30/04/1968
08	Giovana Graziela Oliani Voltolini	-	01/03/1989
09	Diogo Batista Pereira da Silva	-	18/04/1990

Obs.: A inscrição de Luciana Mendes da Silva foi INDEFERIDA por não apresentar a documentação solicitada.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 12 de agosto de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

Anula PP 34/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. 34/2013 - PMXV

O Prefeito Municipal de Xavantina/SC, Sr. Mauro Junes Poletto, com base no parecer da Assessoria Jurídica desde mesmo Município, ANULA o Pregão Presencial nº 34/2013, tendo como objeto a Contratação de empresa para prestar serviço de locação de impressoras para todos os Departamentos do Município de Xavantina, incluindo o Fundo Municipal De Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina/SC, em 13 de agosto de 2013.

MAURO JUNES POLETTO,

Prefeito Municipal.

Anula PP 42/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. 42/2013 - PMXV

O Prefeito Municipal de Xavantina/SC, Sr. Mauro Junes Poletto, com base no parecer da Assessoria Jurídica desde mesmo Município, ANULA o Pregão Presencial nº 42/2013, tendo como objeto a Contratação de empresa para prestar serviço de locação de impressoras para todos os Departamentos do Município de Xavantina, incluindo o Fundo Municipal De Saúde, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina/SC, em 13 de agosto de 2013.

MAURO JUNES POLETTO,

Prefeito Municipal.

Associações

EGEM

Aditivo ao Edital N° 48/2013 _Aperf _nova Contabilidade

ADITIVO AO EDITAL N° 48/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA A NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização e programação do Curso de Atualização para Nova Contabilidade Pública, a realizar-se em Florianópolis de acordo com o edital n° 48/2013 publicado em 20/05/2013.

Cidade/Local	Florianópolis/SC UNIASSELVI Rua Conselheiro Mafra, 490 Centro
Período das inscrições	20/05/2013 a 13/08/2013
Vencimento do boleto de cobrança	13/08/2013
Homologação das inscrições	15/08/2013
Período de realização	22/08/2013 a 18/10/2013
Horário das aulas	8h30 às 12h30 13h30 às 17h30
Carga horária total	75 h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

Programação

Módulo I – Aspectos Gerais de Contabilidade			
Introdução e teoria da contabilidade	10 horas/aula	Angelita Adriane De Conto	Quinta-feira – 22/08 08h30 às 17h30
Módulo II – Procedimentos Contábeis)			
Procedimentos Contábeis Orçamentários	10 horas/aula	Gilberto Brasil	Sexta-feira – 23/08 08h30 às 17h30
Módulo III – Relatórios da LRF – RGF e RREO			
Relatórios da LRF – RGF e RREO	10 horas/aula	Vladimir Steiner	Quinta-feira – 12/09 08h30 às 17h30
Módulo IV - Procedimentos Contábeis Específicos			
Procedimentos Contábeis Específicos	10 horas/aulas	Juliano Will	Sexta-feira – 13/09 08h30 às 17h30
Módulo V – Plano de Contas e lançamentos típicos			
Plano de Contas e lançamentos típicos	10 horas/aula	Luiz Carlos Wisintainer	Quinta-feira – 26/09 08h30 às 17h30
Módulo VI – Demonstrações Contábeis			
Demonstrações Contábeis	10 horas/aulas	José Rafael Corrêa	Sexta-feira – 11/10 08h30 às 17h30
Módulo VII– Administração do Patrimônio			

Administração do Patrimônio/ Organização do Patrimônio			Quinta-feira – 17/10 08h30 às 17h30
Procedimentos Contábeis Patrimoniais	15 horas/aula	Angelita Adriane De Conto	Sexta-feira – 18/10 08h30 às 12h

Florianópolis, 12 de agosto de 2013.

Aditivo ao Edital N° 68/2013 _Conselheiros Tutelares _amosc

ADITIVO AO EDITAL N° 68/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES: DESAFIOS TEÓRICOS PRÁTICOS

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização do Curso de Formação de Conselheiros Tutelares: Desafios Teóricos Práticos, a realizar-se em Chapecó de acordo com o edital n° 68/2013 publicado em 12/08/2013.

Cidade/Local	Chapecó/SC Auditório da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC Av: Getúlio Vargas,571 Bairro : Centro CEP: 89812-000
Período das inscrições	12/08/2013 à 19/08/2013
Vencimento do boleto de cobrança	19/08/2013
Homologação das inscrições	19/08/2013
Período de realização	26 e 27/08/2013
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas

Florianópolis, 12 de agosto de 2013.

Consórcios

CIGA

Portaria N° 03/2013

Portaria n° 03/2013, de 12 de agosto de 2013
Nomeia Técnico em Tecnologia da Informação do CIGA.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a homologação do Concurso Público CIGA N° 02/2011 e a convocação para provimento de vaga referente ao respectivo Concurso, Resolve:

Art. 1º Nomear o Sr. Guilherme da Rocha Koehler, CPF n° 004.485.709-80, para o emprego público de Técnico em Tecnologia da Informação do CIGA, conforme atribuições definidas no Anexo II do Contrato de Consórcio Público.

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 12 de agosto de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d'Oeste

Presidente do CIGA

Extrato Contrato 203 - PGT - Botuverá

Extrato de Contrato n° 203/2013

Programa de Gestão Tributária - Botuverá

CONTRATANTE: Município de Botuverá

CNPJ: 83.102.350/0001-96

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 01/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 08 de agosto de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 204 - PGT - Catanduvas

Extrato de Contrato n° 204/2013

Programa de Gestão Tributária - Catanduvas

CONTRATANTE: Município de Catanduvas

CNPJ: 82.939.414/0001-45

CONTRATO MUNICIPAL Nº: PMC 87/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 01 de agosto de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato N° 199/2013

Extrato de Contrato n° 199/2013

Contrato Administrativo

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: 3GEO LTDA. ME

CNPJ: 13.577.202/0001-42

OBJETO: Prestação de serviços relativo ao desenvolvimento de adaptações do Sistema de Informações Geográficas (SIG) para os municípios de Santa Catarina com gerenciamento pela Internet, abrangendo questões de mapas políticos, rodoviários, controle de construções e planejamento urbano.

DAS MATRÍCULAS: O colaborador matriculado como aluno é Gilsoni Lunardi Albino.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, II, § 1º da Lei federal nº 8.666/93 e suas alterações.

VALOR: R\$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência pelo prazo necessário à execução do objeto, limitado ao prazo de vigência do respectivo crédito orçamentário que lhe der guarida.

Florianópolis, 08 de agosto de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

Convênio N° 001/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO N° 001/2013

CONVENIENTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONVENIADOS: AMMVI/FURB

OBJETO: Disponibilização de recursos para Convênio Internacional 002/12

VALOR: não há participação financeira do CIMVI

PRAZO: de 23 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi

Timbó, 23 de janeiro de 2013.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

Convênio N° 002/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO N° 002/2013

CONVENIENTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONVENIADOS: Clube de Observadores de Aves do Vale Europeu - COAVE

OBJETO: Cooperação institucional e financeira - treinamento e a

capacitação
de guias de turismo para condução de observadores de pássaros
VALOR: R\$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)
PRAZO: de 02 de maio a 31 de agosto de 2013.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/outs

Timbó, 02 de maio de 2013.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

Convênio N° 003/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO N° 003/2013

CONVENIENTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONVENIADOS: Clube de Observadores de Aves do Vale Europeu - COAVE

OBJETO: Cooperação institucional e financeira para a promoção do AVISTAR

VALE EUROPEU

VALOR: R\$7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

PRAZO: de 01 de julho a 14 de novembro de 2013.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/outs

Timbó, 01 de julho de 2013.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

15ª Assembleia Geral Ordinária

Ata da 15ª Assembleia Geral Ordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e treze, no Centro de Treinamento da Gestão de Turismo, sito à Rua General Osório, nº 120, Praça das Bandeiras, Município de Timbó, às nove horas e trinta minutos, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 15ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Informes; 2) Aproveitamento de Gás no Aterro Sanitário; 3) Balanço dos Recursos em Caixa; 4) Plano de Trabalho e Orçamento para 2014; e 5) Assuntos Gerais. O Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, saudou os presentes e, constatando quorum legal, deu por aberta a Assembleia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia, item 1) Informes - a) Recursos do Consórcio - apresentadas planilhas de inadimplência dos consorciados e os saldos em contas correntes e aplicações; b) Aterro sanitário - apresentado planilhas de controle mensal e anual de disposição de resíduos; Inconformidades na Matrícula do Imóvel foram sanadas com as averbações; Solicitado alvará de construção de galpão com vistas a organização do espaço e a instalação do escritório do CIMVI; Recebido proposta do Samae de Timbó para a operação do aterro sanitário com o valor de R\$44,29 por tonelada; como o orçamento apresentado inclui custos alheios ao objeto solicitado, será solicitada nova proposta; Regularização da área de disposição do setor A - processo licitatório do Samae para reconformação dos taludes devido a falhas operacionais e implantação de sistema de drenagem pluvial no setor A do aterro sanitário esta em análise no setor jurídico devido ao acervo técnico apresentado

pela empresa vencedora; recebido intimação para registro do Consórcio no CRQ-XIII/SC - Conselho Regional de Química da 13ª Região e apresentação de responsável técnico habilitado; requerido registro designando o Diretor Executivo Eng.º Valter Conrado de Araújo, habilitado no CRQ-XIII, para desempenhar as funções de responsável técnico; o Presidente do Samae determinou início dos procedimentos com vistas a venda do imóvel limítrofe ao do aterro sanitário ao Consórcio; c) Mineração - em razão das notificações do CREA-SC a municípios consorciados para a apresentação de ART - Anotação de Responsabilidade Técnica de Cargo e Função referente à execução de extração mineral, o Consórcio requereu revigoração do registro no Conselho Regional designando o Diretor Executivo Eng.º Valter Conrado de Araújo, habilitado no CREA-SC, ao quadro técnico; tão logo houver homologação do certame licitatório em curso para contratação de serviços de engenharia de minas será feita a ART de Cargo e Função a todos os municípios consorciados; d) Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos - realizadas as Oficinas sobre legislação e estão em análise junto ao Comitê Diretor os Diagnósticos Socioeconômico e Ambiental e das Atividades Geradoras; dando sequência à pauta, item 2) Aproveitamento de Gás no Aterro Sanitário - Em razão da proposta recebida da empresa Eco Conceitos visando o aproveitamento do gás gerado pela massa de resíduos dispostos no aterro sanitário, com investimento global por conta da empresa que repartiria os resultados com o Consórcio após a amortização do investimento, foi deliberado pela elaboração de estudos com vistas à avaliação técnico-econômica e apreciação da Assembleia; em sequência à pauta, item 3) Balanço dos Recursos em Caixa - O Diretor Executivo apresentou relatórios com os valores orçados, gastos e saldos, referentes aos exercícios de 2008 a 2012; explanou sobre os resultados de cada exercício, relatou sobre atividades não concluídas e sobre a inadimplência de exercícios anteriores e atual, razão pela qual há necessidade de manutenção de reserva de recursos em caixa; que em razão de alterações contábeis neste exercício, serão realizadas transferências entre contas pois os recursos do exercício de 2013 são vinculados às atividades e o que não for utilizado será devolvido ao final do exercício. Dando continuidade à pauta, item 4) Programa Anual de Trabalho e Orçamento - Exercício de 2014 - O Diretor Executivo apresentou à Assembleia proposta de programa e orçamento para o exercício de 2014; após as devidas ponderações acerca do programa, orçamento e formas de rateio, decidiu-se por unanimidade, aprovar o programa e orçamento do CIMVI para o exercício de 2014, totalizando R\$1.315.380,00 (um milhão trezentos e quinze mil trezentos e oitenta reais), com os seguintes valores por área de atuação: a) Gestão Ambiental e de Recursos Naturais - R\$285.660,00 (duzentos e oitenta e cinco mil seiscentos e sessenta reais) - rateio por município; b) Gestão de Cultura - R\$90.180,00 (noventa mil cento e oitenta reais) - rateio por município; c) Gestão de Desenvolvimento Institucional - R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais) - rateio por proporção populacional IBGE - Censo 2010; d) Gestão de Saneamento Básico - R\$276.060,00 (duzentos e setenta e seis mil e sessenta reais) - rateio por proporção de resíduos no aterro de abril de 2003 até junho de 2013; e) Gestão de Turismo - R\$307.680,00 (trezentos e sete mil seiscentos e oitenta reais) - rateio por proporção populacional IBGE - Censo 2010; e, f) Manutenção das Atividades - R\$319.800,00 (trezentos e dezenove mil e oitocentos reais) - rateio por proporção populacional IBGE - Censo 2010; Os valores resultantes do rateio do orçamento serão repassados a cada município para que consignem em seus respectivos orçamento-programa do exercício de 2014, previsão orçamentária de repasse dos recursos ao Consórcio Público. No caso de ingresso de recursos financeiros através de transferências voluntárias decorrentes de convênios com outros entes federados, prestação de outros serviços aos consorciados e/ou terceiros ou de outras formas, o programa anual de trabalho poderá ser alterado. Finalizando a pauta, item 5) Assuntos Gerais - a) Contratação de Pessoal - será elaborado Regulamento de Pessoal para aprovação em Assembleia e posterior lançamento de Concurso; b) Alterações no Protocolo

de Intenções - designada Comissão especial para alteração dos textos do Protocolo de Intenções e Estatuto, composta pelo Srs. Hartwig Persuhn, Moacir Polidoro e Luiz Claudio Kades. Em Assembleia futura será apresentado o Texto Básico do Protocolo de Intenções e do Estatuto, a ser encaminhado para análise dos consorciados. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, Valter Conrado de Araújo, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

HARTWIG PERSUHN
Presidente

VALTER CONRADO DE ARAÚJO
Diretor Executivo

CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0006/2013 CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0006/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Fraiburgo, Iomere e Ibiam, durante o período de 08/08/2013 à 30/09/2013.

FORNECEDORES:

CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT13CIN-CO1158;

CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT13CIN-CO1159;

CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA - Ata nº AT13CIN-CO1160.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 08.08.2013 a 30.09.2013. PAL nº: 0007/2013 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0007.

Fraiburgo (SC), 09 de agosto de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO



PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE